

**Márcio Achtschin Santos**

**O imaginário e a identidade  
política regional construídos pela  
imprensa mineira no século XIX**

**Belo Horizonte**

**2013**

**Márcio Achtschin Santos**

**O imaginário e a identidade  
política regional construídos pela  
imprensa mineira no século XIX**

**Tese apresentada no Programa de Pós-graduação de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em História.**

**Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas.**

**Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta.**

**Belo Horizonte**

**Faculdade de Filosofia e Ciências**

**Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais**

**Belo Horizonte**

**2013**

981.51	Santos, Márcio Achtschin
S237i	O imaginário e a identidade política regional construídos pela imprensa mineira no século XIX [manuscrito] / Márcio Achtschin Santos. - 2013.
2013	428 f. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.
	Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.
	1. História – Teses 2. Imaginário – Teses. 3. Imprensa – Minas Gerais – Teses. 4. Imprensa e política - Teses. 5. Minas Gerais – História – Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## **Márcio Achtschin Santos**

Tese intitulada “O Imaginário e a identidade política regional construídos pela imprensa mineira no século XIX”, apresentada ao Programa de Pós-graduação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

### **Banca Examinadora:**

---

**Professor Doutor Rodrigo Patto Sá Motta (orientador)**

---

**Professora Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi**

---

**Professor Doutor Jorge Luiz Prata de Sousa**

---

**Professor Doutor João Pinto Furtado**

---

**Professor Doutor Wlamir José da Silva**

Aos meus filhos Ana Luíza, Gabriel,  
Caio e Vítor, sem eles não existiria.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de manifestar minha gratidão ao professor Rodrigo e espero ter correspondido a oportunidade que me deu em 19 de fevereiro de 2009 para fazer disciplina isolada, abrindo as portas para eu obter essa conquista. Posteriormente, foi ao longo do curso quem me deu “régua e compasso” para chegar até a fase final dessa produção. Também foi ao longo desse anos um modelo de ética e postura, dando ao termo orientação seu sentido real. Não bastasse seu esforço acadêmico, dividiu as minhas angústias pessoais que também acompanham essa trajetória. Será sempre um modelo e ao mesmo tempo esperança de que é possível ainda acreditar em uma universidade pública democrática no Brasil.

Agradeço ao professor João Furtado que acompanhou toda essa jornada do doutorado, bem como aos professores Wlamir Silva e Cláudia Viscardi pelas sugestões finais da tese. Meu agradecimento especial ao professor Jorge Prata, que vem dividindo minha trajetória acadêmica há mais de uma década, convivência hoje que se confunde com o que considero uma grande amizade. Também faço menção especial a minha amiga Regina Molina que não mediu esforços para apontar as correções devidas.

Familiares, pessoas amigas e colegas de trabalho, não vou citá-los nominalmente. Tenho plena consciência que se o fizesse cometeria enormes injustiças, pois dividiram comigo esse trabalho dezenas de pessoas, alguns com pequenos gestos de consolo afetivo, outros com pequenas ajudas técnicas, outros mais com atitudes que se não existissem não conseguiria ter chegado ao final. Mas, principalmente, a todos aqueles que com compreensão souberam entender a distância de momentos que não foram possíveis compartilhar, ocupados no isolamento da pesquisa. Foi, enfim, um eu que se tornaram dois em nós, compartilhado em cumplicidade e companheirismo. Os atores dessa caminhada saberão bem se identificar nesse agradecimento.

## SUMÁRIO

Pág.

<b>Apresentação</b> .....	10
<b>Capítulo 1</b> : “ <i>A província de Minas também faz parte do império</i> ”.....	37
<b>Subcapítulo 1</b> : Minas é o Brasil ou <i>versus</i> o Brasil?.....	37
<b>Subcapítulo 2</b> : O entendimento da liberdade em Minas e suas variações ao longo do império.....	107
<b>Capítulo 2</b> : “ <i>Somos brasileiros mas em primeiro lugar somos mineiros</i> ” .	172
<b>Subcapítulo 1</b> : As representações da decadência em Minas Gerais no Século XIX: o começo de tudo.....	172
<b>Subcapítulo 2</b> : Moderação ou insurreição: um dilema mineiro.....	192
<b>Subcapítulo 3</b> : A representação do espaço natural como construção de uma identidade mineira .....	268
<b>Subcapítulo 4</b> : O lugar de Ouro Preto no discurso mineiro.....	298
<b>Capítulo 3</b> : “ <i>Nas quebradas destas montanhas perduram ainda os ecos De tua voz</i> ”.....	319
<b>Subcapítulo 1</b> : Tira-dentes e suas múltiplas faces: de abolicionista e republicano todo mundo tem um pouco.....	319
<b>Subcapítulo 2</b> : Ottoni: à sombra do mito.....	380
<b>Considerações finais</b> .....	405
<b>Referências</b> .....	409
<b>Fontes</b> .....	425

## **RESUMO**

Procurando analisar as representações construídas pela elite mineira através da imprensa provincial ao longo do império, esse trabalho busca interpretar especialmente o imaginário político, a identidade regional e os mitos construídos por esse grupo. Dentro de uma lógica própria, ainda que muitas vezes contraditória e carregada de sentimentos vivenciados e traduzidos em diversas representações, a proposta dessa pesquisa é reconstituir uma parcela dessa realidade dentro daquilo que a documentação pode oferecer. Utilizando as novas tendências de análise da história política, a partir dos aportes ligados a conceitos das ciências sociais, essa tese objetiva compreender as relações das elites mineiras e suas articulações com o poder no Oitocentos, quer seja na arena do Estado ou fora dela. Assim, incluindo representações como símbolos, crenças e mitos, pretende-se perceber as diversas formas que os mineiros se identificavam dentro das relações políticas imperiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imaginário e Mito Político, Identidade e espaço geográfico, Imprensa Mineira e política, Mineiridade.



## **ABSTRACT**

Trying to analyze the representations constructed by the elite mining through provincial press throughout the empire, this work seeks to interpret especially the political imaginary, regional identity and the myths constructed by this group. Within a logic of its own, albeit often contradictory and full of feelings experienced and translated into various representations, the purpose of this research is to reconstruct a portion of that reality into what documentation can offer. Using the new trends for the analysis of political history, from the contributions related to social science concepts, this thesis aims to understand the relationship of mining elites and their joints with power in the nineteenth century, whether in the arena or outside the State. Thus, including representations as symbols, myths and beliefs, aims to understand the various ways that miners identified themselves within relationships imperial policies.

**KEYWORDS:** Imaginary and Political Myth, Identity and geographic space, Mining Press and politics, Mineiridade.

## APRESENTAÇÃO

Esta tese se propõe a analisar o imaginário político mineiro durante o Império ao mesmo tempo que procura apontar possíveis identidades e os mitos construídos ao longo do século dezenove pela elite<sup>1</sup> provincial, tendo como recorte temporal e fontes os periódicos existentes a partir das primeiras publicações em 1824, encerrando com o fim da monarquia em novembro de 1889. O trabalho pretende estabelecer um diálogo entre a História Política e Antropologia, incorporando elementos de pesquisa que inserem o jogo do poder dentro da Longa Duração, evidenciando conceitos usados com menor frequência na História política mineira do oitocentos, como as representações, imaginários, identidades, mitos e ritos.

Nos últimos trinta anos muito se tem debruçado sobre a sociedade mineira do século XIX, especialmente uma revisão nos seus aspectos econômicos e demográficos diante de uma visão de estagnação construída pela historiografia até a década de 70. Se há uma longa discussão em torno da participação das elites nacionais na construção do Estado Imperial<sup>2</sup>, ainda são modestos os estudos sobre as relações políticas em Minas Gerais nesse período. Douglas Cole Libby chama a atenção para essa carência:

Ainda não esgotamos o rol de questões suscitadas pelo estudo da formação social escravista mineira. A política, ou seja, o papel do Estado e a atuação do Legislativo, em todos os seus níveis, carece, a nosso ver, de investigação mais aprofundadas, que levem em conta o caráter escravista da sociedade oitocentista. Por mais débil que fosse a Assembleia Provincial e por mais ineficazes que fossem os

---

<sup>1</sup> Segundo Bobbio, existem alguns traços comuns no conceito de elite,, que podem ser pontuados como o reconhecimento da relação de desigualdades em toda sociedade organizada; ser a causa principal dessa desigualdade a distribuição desigual de poder; ser as várias formas de poder a mais determinante é o político; e quem detém o poder é sempre uma minoria. BOBBIO, Norberto. Teoria das elites. *Dicionário de política*. BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998.

<sup>2</sup> Debate que inicia desde os clássicos até os dias atuais. Ver FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. SODRÉ, Néelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. URICOECHEA, Fernando. *O minotauro Imperial*. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. MATTOS, Ilmar Kohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. DOLHNIKOFF, Míriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. In Almanack braziliense nº 01, São Paulo, maio 2005.

sucessivos governos provinciais, seria de imaginar que se esboçasse, ao longo dos anos, uma economia política endereçada às peculiaridades da economia mineira. . .<sup>3</sup>

Aproximar as novas tendências da história política com o vasto material já explorado pela história social mineira vai preencher uma enorme lacuna na historiografia não apenas nas relações de uma sociedade que não era só escravista, conforme cita Libby, mas as relações políticas das elites e suas articulações no poder nos seus mais diversos níveis. Diante de uma Minas Gerais com características regionais tão heterogêneas, analisar os aspectos do imaginário, identidade e mito da elite mineira do século XIX pode contribuir para um aprofundamento nos estudos sobre as relações de poder no Oitocentos, quer seja na arena do Estado ou fora dela.

Assim, ainda que muito marcada ao longo do século XIX por representações vindas da Corte, dentro de uma pedagogia política de apoio ao império<sup>4</sup>, ou receptora da cultura liberal estrangeira, é fundamental entender que Minas Gerais possuía uma realidade própria, com interesses específicos. Particularidades que demonstravam que nem sempre comungavam ou se beneficiavam com o projeto imperial, tendo uma composição de atores de um mundo vivido distinto, ajustados a acordos e conflitos próprios da província. À medida que surgiam os fatos, as representações tanto desapareciam como eram reafirmadas, construídas e atualizadas. Bem como não era incomum essas representações gerarem fatos. Quer seja diante de revoltas locais ou conflitos nacionais, quer seja em confronto de poderes no processo eleitoral ou projetos republicanos substituindo a monarquia, a imprensa mineira, como porta-voz da elite regional, vai apresentando sua leitura dos acontecimentos.

A proposta desse trabalho, portanto, é o entendimento da história política através das representações produzidas pela imprensa ao longo do Império buscando um alargamento em novas abordagens. O que se procura nas interpretações dessas fontes são construções de representações dentro de

---

<sup>3</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Historiografia e a formação social escravista mineira*. p. 18. *Revista Arquivo Nacional*. v. 3. n. 1, Rio de Janeiro, jan-jun, 1988.

<sup>4</sup>SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Aderardo & Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. MATTOS, Ilmar Kohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

uma lógica própria, ainda que contraditória. Desse modo, essas representações são projetadas por uma carga de sentimentos vivenciados e definidos pela experiência histórica, que permitem pensar em particularidades no interior da província e percebidos internamente por essa elite com um reconhecimento diferenciador em relação a outras regiões, possibilitando a construção de uma identidade materializada nas características geográficas, nos símbolos, nos mitos, nos ritos.

Pensar em imaginário, identidade e mitos relacionam-se com permanências, mas também mudanças e adaptações dessas representações ao longo do tempo. Mesmo reconhecendo que é um extenso período, com mudanças intensas, o que se propõe nesse trabalho é buscar as constâncias dos símbolos e sua dinâmica ao longo do tempo, em temas recorrentes que possibilitem identificar parte do imaginário mineiro construído a partir do processo de emancipação da colônia portuguesa.

Ainda que parte das fontes sejam jornais oficiais, com um discurso afinado com os projetos políticos do império e influência do pensamento liberal europeu, isso não impede que a elite mineira, quer seja na situação ou na oposição, crie representações próprias, ajustadas historicamente à sua realidade vivida, muitas vezes, é sempre importante dizer, contraditória. Tanto quem produz como quem consome as publicações da imprensa provincial vai sentir a necessidade de uma adequação ao discurso do império, construindo um projeto alternativo, coexistindo com tendências insurgentes, quando não prevalecendo estes, combinando moderação e confrontos políticos fora das raias institucionais. Desse modo, discussões como anarquia x ordem, paixão x conciliação, riqueza x decadência vão acompanhar a imprensa mineira durante todo o império, ora assumidos pelo grupo que está no poder, ora tomando nova roupagem ao se tornar oposição. Esses embates reforçam a construção de imaginários, identidades e mitos dentro do processo histórico, produzidos de acordo com a pauta política, com o contexto nacional ou com as mudanças econômicas.

## **A identidade mineira: dilemas sobre sua origem e construção**

Expressão de diversos clássicos da literatura, Otávio Soares Dulci<sup>5</sup> indica como primeiro estudo sistemático de uma identidade mineira realizada através do olhar “estrangeiro” de Alceu de Amoroso Lima. Segundo Amoroso Lima, a Mineiridade tem fortes ligações com a montanha, limite físico que restringia o novo e a imaginação, ou seja, o perfil do mineiro está condicionado ao meio físico, determinando sua sobriedade à difícil vida nas montanhas, seu isolamento à dispersão da população, fazendo assim, a realidade superar a utopia. Conclui que a missão política de Minas em relação ao Brasil seria a preservação (tradição), a reforma (abertura a novos valores) e a compensação (conciliar realismo e idealismo).

Segundo Dulci, essa visão de Amoroso Lima oferece uma análise limitada ao entender que: o meio determina a personalidade, “caráter” como elemento imutável, envolver em um mesmo perfil grupos e classes antagônicas, e, finalmente, a falta de clareza quanto aos limites regionais dessa Mineiridade. Para Dulci essa é um símbolo difundido pela elite política mineira no período republicano, construindo sua própria imagem a partir da fusão de ideal de liberdade e a necessidade da ordem. Ao longo do século XIX, Minas Gerais foi perdendo espaço econômico e político para São Paulo. Em Minas Gerais, com o fim da monarquia e início da república, diante de uma elite heterogênea e com interesses divergentes entre, especialmente a zona da Mata, a região sul e central, foi pelas vias do Partido Republicano Mineiro que se procurou manter uma estabilidade. Foi a partir desse modelo de federalismo que surgiu a identidade política mineira, dentro do mito de liberdade construído no passado e a necessidade de uma ordem para manutenção de Minas Gerais na esfera nacional.

Ao conciliar, evita-se a ruptura, aproximando as elites por interesses comuns, fortalecem-se os partidos no poder e distanciam-se os mais radicais. A famosa frase atribuída a de Antônio Carlos de Andrada, “ façamos a revolução antes que o povo a faça”, retrata bem esse processo, onde a elite conduz ao seu modo as mudanças e mantém as rédeas da história. Foi assim,

---

<sup>5</sup> DULCI, Otávio Soares. *As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia*. São Paulo: Cortez, 1984.

nos arranjos para alinhar os desequilíbrios oligárquicos regionais na República Velha, na Aliança Liberal, no período Vargas, na era J K. Dois pontos de transição gradual são citados por Otávio Soares Dulci. O primeiro caso da lenta urbanização, abaixo da média nacional, sem bruscos deslocamentos, beneficiando o controle da elite sobre o processo. No segundo caso, após a Revolução de 30, o atrasado processo de industrialização foi conduzido por um arranjo entre Estado e empresariado, facilitado em certos momentos pelo fácil acesso ao poder central. A homogeneidade no discurso da elite mineira tanto se deve a esse trânsito gradual para modernização como a presença do coronelismo e redes de clientela, mesmo com o fim da Primeira República. Apesar dos diferentes interesses, a busca de unidade era fundamental para o prestígio mineiro no cenário nacional, já que abria as portas para os recursos políticos desejados por esse grupo. Dulci considera que a cultura da Mineiridade superou o aspecto regional

A proposta de conciliação, hoje, já não é apenas o fulcro da ideologia das elites mineiras, mas passou a ser o meio desejado pela burguesia brasileira para promover seus objetivos estratégicos. Ela se nacionalizou. Dessa forma, a subcultura política mineira tende a se projetar sobre o todo nacional.<sup>6</sup>

Maria A. do Nascimento Arruda<sup>7</sup> considera a Mineiridade como um mito, por sua vez confundindo com identidade, já que existe para o primeiro uma dimensão explicativa com bases históricas. Apesar do caráter atemporal do mito, sua construção é histórica, tendo sua origem no ambiente ilustrado dos inconfidentes, promotores da identificação do mineiro, reforçada, por sua vez, nos rituais. Historicamente, para a autora, o encontro da mineração do século XVIII com o universo da fazenda mineira do século XIX vai definir a cultura da Mineiridade. A Conjura Mineira e seu maior representante encarnaram o ideal da nação, tragédia que se finaliza em redenção. Usando da memória passada inquestionável se elaborou o mito, nutrido por intelectuais e memorialistas, expresso no discurso político, que, por sua vez, toma feições ideológicas. Fugindo da decadência do século XIX para outras regiões, a elite mineira “exilada” constrói sua solidariedade, reforçando ainda mais a mineiridade. Em

---

<sup>6</sup> Op. cit. p.16.

<sup>7</sup> ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

um ambiente adverso, o mineiro fora do seu espaço alimentou-se do passado da sua província, projetando uma história grandiosa. Assim, para Arruda, a memória de Minas surgiu de ações construídas no passado e que refletiram nos atos presentes.

Em publicação recente, Amílcar Vianna Martins Filho<sup>8</sup> entende que a Mineiridade é resultado da diversidade econômica em Minas Gerais e da presença de uma elite política que procurou conciliar essas divergências pelas vias do Estado. Para Martins Filho, o estilo mineiro é uma construção histórica fundada em uma estrutura patrimonialista surgida ainda no século XVIII com o rígido controle do Estado português sobre as atividades econômicas do período. Com a crise econômica e a pulverização das atividades econômicas no século XIX, o sistema político e econômico se separa, propiciando, o que seria para Amílcar Martins, a principal característica política de Minas nas primeiras décadas do século XX: a não representação de interesses econômicos na política mineira. Com a diversificação da produção, não despontou, nem mesmo entre os produtores de café, nenhum grupo econômico reivindicando uma hegemonia política. Havendo um enfraquecimento do interesse privado, o governo unificou a política mineira na primeira década de república, neutralizando dissidências propiciando a ascensão de Minas Gerais no cenário nacional, tendo como fundamento estratégias de conciliação e compromisso.

### **Imaginário e Identidade como conceitos: repensando as representações mineiras no período Imperial**

Quanto aos trabalhos historiográficos sobre Minas Gerais no período imperial, existe uma concentração de estudos direcionados aos anos 20, 30 e 40 do século XIX, especialmente com abordagens envolvendo aspectos econômicos e políticos em Minas Gerais; mas, depois dos anos de 1840, há uma significativa redução de estudos.

Do que foi produzido, já se tornou consenso que em Minas Gerais houve um mercado dinâmico e complexo até os anos 40, atendendo tanto ao

---

<sup>8</sup> MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

consumo interno como as províncias vizinhas, especialmente a Corte<sup>9</sup>. Quanto aos trabalhos realizados sobre as representações mineiras durante o Império têm apontado para uma predominância dos ideais liberais moderados, além da concentração desses estudos especialmente nos períodos do Primeiro Reinado e Regencial.

Nesse sentido, dois aspectos sobre as pesquisas realizadas devem ser considerados para o entendimento das representações da elite mineira no dezenove. Um é exatamente o recorte temporal feito, não oportunizando pensar na continuidade desse projeto ao longo do Segundo Reinado. O outro aspecto é a análise essencialmente voltada para uma ideologia liberal, considerando uma hegemonia quanto a esse projeto de moderação e consenso existente entre essa elite, fechando as portas para outros componentes das representações políticas mineiras do período. No entanto, alguns historiadores procuram insinuar a existência de outras formas de representações políticas mineiras no século XIX.

É o caso Ana Rosa Cloquet da Silva, que corrobora com a ideia de que o apoio mineiro à independência foi decisivo<sup>10</sup>, já que Minas Gerais desempenhava um importante papel econômico desde a chegada portuguesa em 1808. Cloquet da Silva entende que deve ser considerada uma tendência historiográfica que indica uma diversidade não só econômica mas também política em Minas Gerais. Dentro dessa perspectiva, é fundamental para esse estudo propor que, coexistindo com esse projeto liberal moderado haveria uma cultura política insurgente na província, contrapondo com o perfil mineiro conciliatório, tradição herdada do século XVIII e carregada para o século seguinte, já citada por Laura de Mello e Souza, Vellasco ou João Pinto

---

<sup>9</sup> Ver SLENES, Robert Wayne Andrew. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos históricos. Instituto de pesquisas econômicas*, São Paulo, v. 18, 1988. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. Belo Horizonte: Conselho Estadual de cultura de Minas Gerais: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*, 1979. MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte, 1980.

<sup>10</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Identidades políticas e a emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro. IN *Independência: história e historiografia*. JANCSÓ, István. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.



Furtado<sup>11</sup> . Adriana Romeiro<sup>12</sup> aponta para as tendências sediciosas ao longo de todo o período oitocentista. Conflitos, arranjos, negociações, rebeliões, ocorreram tanto entre proprietários como na população excluída, livres ou cativos. Marco Antônio Silveira<sup>13</sup> destaca que a violência era um gesto público de virtuosidade e que em certas situações, caso de embates políticos, caracterizava grandeza. Vellasco registra uma cultura da violência na Comarca do Rio das Mortes, um código de conduta que independia da classe social usada como defesa de um espaço social.

O recurso à violência nos conflitos entre os que concorriam nos mesmos espaços sociais seria, assim, uma das alternativas postas pela situação, quando se tratava da defesa do capital simbólico acumulado, responsável pelo respeito e pelo reconhecimento social de seus lugares.<sup>14</sup>

É relevante propor que ao mesmo tempo em que se tentava consolidar um projeto liberal moderado, surgiram revoltas promovidas pela elite mineira, como é o caso da Revolta do ano da Fumaça, em 1833, e a Revolta Liberal, em 1842, além de outras de menor porte realizadas ou ainda outras apenas idealizadas, fruto de representações que confrontam com o ideal moderado projetado. Ainda que, na maioria das vezes essas sedições não ocorressem, eram comentadas em editoriais e correspondências, ora em expressões de simpatia e apoio, ora em forma de denúncias e repúdio, contrariando o discurso de moderação.

Ao longo do Império a imprensa aponta para a convivência entre esses dois extremos. Na década de 20, o jornal O Universal procurava a defesa de Minas “... tão vilmente acusada de revolucionária. . .”(O Universal, 10.04.1829) ou sobre boatos que “... por toda parte que na província de Minas existem

---

<sup>11</sup> Ver ANASTASIA, C. M. J. *Vassalos rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial. LPH: *Revista de História*. 5 (1995): 56-78. FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru: EDUSC. 2004.

<sup>12</sup> ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na Corte de d. João V*: revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

<sup>13</sup> Marco Antônio Silveira, *O universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735–1808)*. São Paulo, Hucitec, 1997.

<sup>14</sup> VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, século XIX. In. *Revista Tempo*, vol. 19. No. 18. Niterói. Jan./ Jun. 2005.

germens de revolução.” (O Universal, 20.04.1829). O discurso permanece ainda que mudado o contexto. Caso do jornal “A Ordem”, que diante do movimento Liberal de 1842, escreve um artigo sem autoria, com título “Tendências perigosas”, dizendo haver por

“. . . grande parte de nossa população e principalmente das últimas condições sociais de nossa província para a anarquia . . . que há aí disposições pouco favoráveis à ordem. . . As ideias exageradas de liberdade e igualdade com que tem embalado a multidão produziram seu efeito inevitável. . .”(A Ordem, 29.10.1842)

Construções essas que penetram nos conflitos partidários dos anos 70 “A reforma ou a revolução, eis o programa do partido liberal. . .É triste a sorte do partido liberal que pretende demolir as instituições fundamentais do estado. . .” (O Conservador de Minas, 19.03.1870). Ou que denunciam as dificuldades de crescimento vividas pela província nos anos 80

O progresso de Minas tem a mesma marcha de um caranguejo. E tudo isto é devido aos costumes ou à índole do mineiro, que sente a dor e não geme. Mas ai daquele que supõe ser esse silêncio subserviência. O mineiro sofre porque sabe sofrer, mas sabe repelir afrontas quando se acha cheio de razões. A história registra os acontecimentos de 1792, 1833 e 1842, prova o que acabamos de dizer. . .(Minas ativa, 07.09.1886).

Tradição heroica que vai também ser resgatada na causa republicana: a “Nossa província, lembrada de suas lutas de outrora que sempre visaram o alvo radiante da liberdade quer mostrar no terreno da ação o valor de suas convicções. . .” (O Movimento, 23.01.1889).

A partir dessa tensão existente entre ordem-anarquia, moderação-insurgência, acordo-confronto, é que esse trabalho se propõe tanto repensar as análises feitas das representações políticas mineiras até os anos 40 como também buscar as permanências e as dinâmicas dessas representações durante todo império e de que maneira esses elementos foram capazes de construir um imaginário da elite dessa província.

Ainda que o projeto da ordem e moderação esteja sempre presente, o contraponto da insurgência também faz parte desse imaginário, menos consciente e premeditado do que aquele. Alternativas e dilemas em torno dessa dicotomia estiveram vivas no imaginário da elite mineira ao longo de

todo império brasileiro, povoando as representações da imprensa provincial, construindo debates em torno da moderação e insurgência, modernidade civilizatória liberal e a tradição heroica mineira, as causas nacionais e os interesses provinciais, glória e decadência: opostos que ora conflitam ora se complementam, mas são constantes no discurso político do período.

O tratamento adotado pelos historiadores com relação às representações políticas se repetem nos estudos sobre a construção da identidade mineira: um projeto articulado, estreitamente vinculado ao aspecto ideológico, tendo como referência especialmente o ideário liberal. Com a introdução de novas abordagens apresentadas nessa tese há a proposta de uma releitura favorecendo novas perspectivas que privilegiem outras representações, abrindo possibilidade para uma análise onde o objeto não seja visto apenas pelo caráter lógico-racional. Os documentos utilizados nessa pesquisa sugerem expressões que não apenas as ideológicas, mas manifestações que brotaram no interior da própria província em correntes majoritariamente não republicanas, vindas ora de setores moderados, ora de liberais ou autores de artigos que não carregavam de forma explícita nenhum cunho político no conteúdo do que foi escrito.

Ao trabalhar com representações, não é possível pensar em um recorte espacial preciso, até onde e a quem essa identidade atingiu. Mas, ainda que não se possa estabelecer o alcance desse discurso, as referências quanto ao ser mineiro foi produzida em periódicos de diferentes regiões da província, bem como houve receptores de toda região mineradora, do rio das Mortes, do sul mineiro, zona da Mata, Jequitinhonha e norte de Minas Gerais.

Outro aspecto a ser tratado é o momento em que está sendo construído o que é ser mineiro, já sinalizado pelas fontes aqui usadas, em meados do século XIX, muito antes do recorte temporal tradicionalmente trabalhado pela historiografia que indica o surgimento de uma identidade mineira a partir da República e seus projetos políticos. O que só contribui para que essa forma simbólica de um autoconhecimento seja entendida a partir de vivências humanas carregadas de sentimentos e emoções, que por sua vez também expressam formas legítimas de participação no jogo do poder.

## A abordagem teórica

Para Rodrigo P. S. Motta, a história política atual assumiu duas vertentes. Uma que renova os estudos da política clássica, acrescentando as práticas e comportamentos coletivos, mas mantendo o enfoque nas instituições e movimentos políticos. A outra vertente supera o enfoque clássico, trabalhando com a política também em seus aspectos inconscientes, fazendo forte ligação entre história e cultura, considerando diversas representações que incluem linguagens, memória e imaginário, mobilizando “. . . mitos, símbolos, discursos, vocabulários. . .”<sup>15</sup>

Essa atual perspectiva da história política propõe o uso de novos conceitos ou a reelaboração dos já aplicados, que entram no território da política, dando novas dimensões para se analisar as disputas coletivas pelo poder, oportunizando a inserção de atores dentro ou fora do Estado. Dois conceitos seriam importantes serem abordados como ponto de referência desse estudo: representação e imaginário. Os outros, mais específicos, serão trabalhados ao longo de cada capítulo e suas seções.

O conceito de **representação** é originário do latim “repraesentare”, significando apresentar de novo: “fazer presente alguém, ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto”<sup>16</sup>. Chartier<sup>17</sup> considera que representação é resultado de uma prática: o que se tem em uma fonte, qualquer que seja ela, é a representação de um fato, é o sentido que se dá às ações ocorridas. Bourdieu<sup>18</sup> entende que as representações estão diretamente relacionadas a ações de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, como estratégias para conquista do poder. Francisco Falcon<sup>19</sup> considera que as representações trazem à tona algo que não está presente, assumindo no plano conceitual a ideia de ter consciência do

---

<sup>15</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 21.

<sup>16</sup> MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 57, dezembro de 2002. <https://periodicos.ufsa.br/index.php/cadernos-de-pesquisa/article>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Cadernos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

<sup>19</sup> FALCON, Francisco. História e representação. In CARDOSO, Ciro. F & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

externo ao indivíduo, a leitura de algo que se apresenta no real. É um sistema que envolve um ator social capaz de conhecer as coisas, aproximando ao que Le Goff<sup>20</sup> define como uma realidade exterior percebida. No entanto, Falcon afirma que a busca do rigor e objetividade do pensamento moderno apresenta muitas e crescentes interrogações sobre a representação do que é estudado e suas relações com o pesquisador, recurso submetido a constantes verificações para se fazer legitimar como “científico”. Ou seja, o conceito de representação já surge na história política em meio a um fogo cruzado, em construção para o conhecimento histórico ou desconstrução para os pós-modernos. A dificuldade em estabelecer uma precisão quanto ao conceito e suas variações de aplicação feitas por diversos autores tem um ingrediente novo, não menos complicado, que é o retorno do indivíduo no cenário epistemológico.

Na pós-modernidade, o uso das representações como categoria abriu a possibilidade de análise para duas correntes que se opõem: as idealistas e as realistas. As primeiras, dentro de uma perspectiva platônica, relegam as particularidades históricas para segundo plano, considerando a universalidade das imagens, remetendo a explicações das estruturas inconscientes. Daí não haver diferenciação entre imagem e imaginário, ambas consideradas sagradas tendo como ponto de partida o inconsciente coletivo em detrimento das particularidades socioculturais. Ocorre um constante retorno ao pensamento original humano, mesmo estando os símbolos renovados. Existindo a imagem no inconsciente, o símbolo independe da historicidade, pairando sobre o mundo vivido. Gilbert Durand<sup>21</sup> é expressão mais recente dessa tendência. Com a corrente realista, o inconsciente passa para segundo plano, integrando a vida social e rede simbólica, entendendo o imaginário como componente da sociedade e cultura, ou seja, há um imbricamento entre práticas e representações. Muito além do objeto em si, a imagem está vinculada a sentimentos e vivências relacionadas com ela, definidas pela experiência histórica.

Nesse trabalho, o aporte teórico se fundará na segunda corrente, sendo um conceito chave para a teoria do conhecimento, mesmo com seus contornos

---

<sup>20</sup> LE GOFF, J. apud. PESAVENTO, Sandra J. Representações. *Revista Brasileira de história*. São Paulo: ANPUH/Contexto. V. 15, n. 29, 1995.

<sup>21</sup> DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

complexos e pouco conciliáveis com o advento da pós-modernidade, entendendo que, apesar desses obstáculos, não se pode ficar prisioneiro da linguagem, dentro de um radicalismo que ignora qualquer fato ocorrido, necessariamente registrado por algum tipo de representação. Falcon contesta a ideia da ineficácia e entende que é legítima a busca do conhecimento pelas evidências que estão à disposição, compatibilizando a narrativa com a realidade histórica, uma vez que foi construída em um contexto social específico. Portanto, retratando uma fração da história, as representações são materializadas por um enredo que pode ser analisado a partir dos textos, submetendo nestes as construções da realidade onde se articulam cultura, sociedade e poder. O documento é o indício do fato, reconstituição a partir do olhar de quem faz o relato, sendo assim uma representação do real, sem que isso signifique que se trata de cópia perfeita. Dessa forma, e com a adoção de cuidados críticos, o estudo das representações propicia a compreensão que uma sociedade faz de si mesma e suas variações no decorrer do tempo.

Bronislaw Backzo<sup>22</sup> aponta o uso e construção do **imaginário** no discurso de alguns pensadores clássicos ocidentais, não sendo, portanto, um tema recente. Partindo da corrente realista, entende que o imaginário social não só “traduz” a realidade como implica em atitudes comuns, envolvendo experiências humanas carregadas de afetividades e emoções, ou seja, não necessariamente racionalizadas, inclusive na arena política. Há uma função de multiplicidade e complexidade no uso das representações coletivas no poder político, onde o imaginário assume um importante e diversificado papel, quer seja no uso dessas representações como forma de legitimar o poder ou da recusa dessa dominação. O imaginário social é um aspecto de uma coletividade, onde se elaboram representações próprias que respondem a conflitos, tensões e consensos. Este se torna visível a partir da produção dos discursos, onde agregam em formas de representações comuns através dos símbolos de linguagem. Os sistemas simbólicos mais estáveis, tornam-se motivações para existência e ação dos grupos sociais, operando no imaginário social a partir das experiências somadas a desejos, temores, esperanças, etc. Há no imaginário social a construção de símbolos que asseguram a um grupo

---

<sup>22</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.) *Enciclopédia Emandi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1985.

social interpretações diversas e complexas, propondo uma adesão de sistemas de valores, levando o indivíduo a ações comuns e construindo modelos de comportamento onde “. . .suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos.”<sup>23</sup> Essas representações, sendo forças que regulam a vida coletiva, produzem identidades que delimitam territorialidades ambientais ou representativas, formando alianças e rivalidades.

Esse trabalho do imaginário social opera em oposições que se articulam por intermédio de uma rede de símbolos, como mobilizar/desencorajar ou incluir/excluir, utilizando linguagens dos mais diversos campos: religião, política, filosofia, etc. Para a garantia do domínio simbólico é fundamental que se controlem os meios de difusão.

Backzo aponta para os períodos de crise e conflitos como momentos de construção mais intensa de imagens, agregando forças mobilizadoras para superação das crises ou na manutenção do poder ao garantir a obediência pelo uso dos símbolos, assegurando uma influência nos comportamentos coletivos, traçando situações futuras para si e para os outros num repertório simbólico que funde esperanças, utopias e mitos:

O futuro abre-se, assim, como um enorme estaleiro de sonhos sociais de todos os gêneros e em todos os domínios da vida coletiva. As imagens, glorificantes ou acusadoras, dos acontecimentos e das forças em presença combinam-se com os conflitos e estratégias, iluminando-os e ocultando-os simultaneamente.<sup>24</sup>

Backzo entende que são produzidas cargas simbólicas ligadas ao poder fazendo da comunidade um ator coletivo, construindo por intermédio de rituais expectativas e sonhos, que por sua vez favorecem a criação de mitos. Ao exemplificar a Revolução Francesa, onde as representações sinalizam para o fim de uma ordem opressiva para o surgimento de uma nova nação em defesa da liberdade, ele ressalta o 14 de julho como a matriz para uma jornada com repertórios simbólicos como os altares da pátria, insígnia tricolor, o barrete frígio vermelho, a árvore da liberdade, dentre outros.

---

<sup>23</sup> Op. cit. p. 316

<sup>24</sup> Op. cit. p. 321.

O mito traduz, segundo as suas próprias modalidades, uma experiência particularmente rica em emoções intensas que se confundem com as expectativas e as esperanças de que está rodeada. Experiência coletiva por excelência: vivida com uns e contra os outros no calor humano de uma multidão que se está a descobrir a si própria como uma realidade. O indivíduo sente-se apoiado e transformado pelas emoções e forças coletivas que o ultrapassam. As inúmeras narrativas, gravuras, cerimônias comemorativas, etc, ampliam e consolidam ulteriormente essa mitologia.<sup>25</sup>

Para Roger Chartier<sup>26</sup>, os discursos e suas representações, inclusive o imaginário, ao ser analisado, necessariamente deve ter relação direta com o seu recorte temporal e espacial, estabelecidos pelos interesses dos grupos envolvidos no estudo. Chartier entende que essas representações são legitimadoras de um projeto, traduzindo posições e interesses de grupos que pensam a sociedade à sua maneira ou o modo como a idealizam, dentro de um processo histórico definido, superando o caráter universalizante e trans-histórico dado pela fenomenologia. Chartier analisa a imagem a partir de compreensões plurais e variáveis de uma representação a um objeto ausente, reconstituído em memória, algumas vezes produzidos por bens materiais, outras por relações simbólicas. De um modo ou de outro, correspondem a estratégias de grupos para construção de sua identidade em configurações contraditórias em

. . .práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição [que] . . .marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade<sup>27</sup>

Reforçando o conceito dado por Chartier, para Laplantine e Trindade<sup>28</sup> o imaginário é uma representação fundamentada em imagens construídas socialmente, está diretamente relacionada com a realidade, mesmo que não seja sua tradução exata, já que refaz ou reconstrói esse real, ou seja, é a percepção de uma realidade exterior reconstruindo as imagens. A realidade, como elemento físico, é preservada, mas o imaginário, não sendo um mero reproduzidor, faz uma interpretação das imagens existentes criando novas relações interpretativas a partir do sujeito e em relação ao objeto. Apesar de

---

<sup>25</sup> Op. cit. p. 322.

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

<sup>27</sup> Op. cit. p. 23.

<sup>28</sup> LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liana S. *O que é imaginário*. p. 24-25. São Paulo: Brasiliense, 1997.



não negar o real, o transfigura, criando novas percepções dentro de uma forma particular de perceber o mundo:

O Imaginário possui um compromisso com o real e não com a realidade. A realidade consiste nas coisas, na natureza, e em si mesmo. O real é a interpretação que os homens atribuem às coisas e a natureza. Seria, portanto, a participação ou a intenção com as quais os homens de maneira subjetiva ou objetiva se relacionam com a realidade, atribuindo-lhes significados. Se o imaginário recria ou reordena a realidade, encontra-se no campo da interpretação e da representação, ou seja, do real.<sup>29</sup>

Daí, símbolos, mitos e ritos estão ligados ao imaginário com forte apelo emocional como sonhos, princípios morais, desejos, etc. Isso não quer dizer que no imaginário, com seu caráter afetivo, haja a ausência da razão, mas ocorre um afastamento de raciocínio lógico como condutor ou justificador de suas ações, distanciando do conceito de ideologia. Na visão de Laplantine e Trindade, essa afetividade existente desafia o pensamento científico, mas não retira do imaginário uma lógica interna, produzido a partir das experiências históricas e toda sua carga de valores, sentimentos e projeções construídos. Nesse caso, mesmo sendo representação, o símbolo é diferente da imagem, pois é convencional, além de conter uma pluralidade de interpretações.

### **As fontes e a imprensa no Brasil durante o império**

Gilberto Freyre, já apontava a importância dos jornais brasileiros para análise da política brasileira do século XIX, o que foi posteriormente reafirmado por outros autores<sup>30</sup>. Mas foi nas três últimas décadas que houve um redimensionamento dos periódicos como fonte, buscando novas perspectivas

---

<sup>29</sup> Op. Cit. p. 28-29

<sup>30</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. VIANA, Hélio. *Contribuições à história da imprensa no Brasil: 1812-1869*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946. SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Rodrigo Fialho. "E a luz se fez": o nascimento da imprensa em São João D'El-Rey e a formação de uma cultura política do anonimato (1827-1829). *Revista DIALOGOS*, Rio de Janeiro: 2008.: Fapesp, 2005.

de análise especialmente voltadas para as abordagens políticas e culturais<sup>31</sup>, reconhecendo os periódicos como importante arena de debate, um espaço de intensa luta pelo poder, quer seja para fazer pública a política oficial, quer seja para a oposição que não tinha representação na Câmara, quer seja ainda para expressão de segmentos que manifestavam diversos posicionamentos não ligados diretamente à política institucional.

Apesar das suas diferenças, de um modo geral as obras que trabalham com a história da imprensa no Brasil<sup>32</sup> apontam para o seu surgimento retardado se comparado até mesmo com os periódicos da América espanhola. Excluindo algumas publicações pontuais no período colonial, considera-se o aparecimento de jornais, de forma sistemática apenas com a chegada da Corte Portuguesa em 1808<sup>33</sup>. Marco Morel<sup>34</sup> afirma que nas publicações do período, oficiais ou não, há uma ampla diversidade de informações, em uma dimensão cosmopolita que vai dar suporte e legitimar posições políticas nas novas relações de poder que estão surgindo na formação do Estado brasileiro. Nos temas abordados pelo que Morel chama de “primeira geração da imprensa brasileira”, não se distinguem opiniões e informações, nem tão pouco notícias locais, nacionais ou internacionais, imbricando questões locais com discussões doutrinárias.

Ana Luíza Martins<sup>35</sup> afirma que existia no Segundo Reinado uma relação direta entre os periódicos e a política, sendo, de modo geral, os jornais sustentados por servidores da monarquia, partidos políticos e grupos familiares, ou seja, segmentos que ocupavam o poder ou que o almejavam pelas vias institucionais. Martins indica que ocorreram mudanças no jeito de

---

<sup>31</sup>NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Renan: FAPERJ, 2003. MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In *Independência: história e historiografia*. JANCSÓ, István (org.). São Paulo: Hucitec MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DE&A: Faperj, 2003.

<sup>32</sup> LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>33</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. IN LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>34</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

<sup>35</sup> MARTINS, Ana Luíza. Imprensa em tempos de império. IN Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

fazer imprensa após 1840, mas não foram mudanças bruscas, pois se consolidou uma monarquia centralizadora e uma ordem estamental, conservou-se uma economia baseada na monocultura e escravidão, além do analfabetismo reinante e uma conseqüente restrição para o mercado das letras. Todos esses fatores somados dificultaram a existência de uma imprensa atuante e livre, o que difere da visão de José Murilo de Carvalho<sup>36</sup>, que afirmou ser o período o de maior liberdade de imprensa da história brasileira, apesar de não estar independente do governo e da organização partidária. Marco Morel corrobora com a visão de Ana Luíza Martins, contrapondo Murilo de Carvalho ao afirmar que no Primeiro Reinado e no período Regencial, a imprensa sofreu as mais diversas formas de repressão, como prisões, exílios, agressões físicas. Se houve um abrandamento nas perseguições a partir de 1840, foi resultado do enquadramento político dos anos anteriores, silenciando opositores em troca de cargos públicos ou outros benefícios.

Quanto aos primeiros criadores da imprensa no Brasil imperial estão, na sua maioria, vinculados a partidos ou políticos, aproximando ao que Angel Rama chama de letrados na América Espanhola<sup>37</sup>. O perfil desses homens da imprensa era, basicamente: conheciam a Europa, boa parte formados na Universidade de Coimbra em direito ou medicina; tinham empregos públicos atuando paralelamente em profissões liberais, chegando a conseguir cargos públicos que os aproximavam de políticos, quando não se tornavam homens públicos próximos à Corte; tinham como origem especialmente o Rio de Janeiro e Bahia, além de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Eram homens que utilizavam a imprensa para propagar novas ideias vindas da modernidade política, sendo

. . . o tipo de escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações. . . tais letrados não tinham o mesmo perfil dos filósofos iluministas ou dos sábios enciclopedistas do século XVIII, embora invocassem a esses com frequência.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

<sup>37</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>38</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. p. 35. In LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

Já os leitores, eram comerciantes, militares e o clero, na sua maioria grandes proprietários que tinham na imprensa um elemento de coesão agregando uma elite que pretendia construir uma formação homogênea. Eram homens afinados com grupos detentores do poder econômico e político, os chamados leitores ativos, ainda que existisse a leitura em grupo, a palavra falada e os contatos pessoais. Mesmo que ao longo do século XIX tenha havido uma expansão do público leitor e dos impressos, o acesso às informações e o interesse aos temas tratados tinham mais afinidades com determinados grupos sociais.

Portanto, ao trabalhar nesse estudo tendo a imprensa como fonte, há a percepção de que as produções dos periódicos estão intimamente ligadas a projetos de elites mineiras e suas relações de poder no século XIX. Mesmo que os jornais chegassem de várias maneiras ao público, era uma produção de segmentos que tinham propriedades ou que estavam identificados com aqueles que tinham posse. Sendo assim, fazer referência à Mineiridade sugere nessa tese em uma identidade construída a partir de um olhar, não significando ser o único entre as elites ou entre a população mineira. Mas é reconhecer uma identidade consolidada no final do império e foi capaz de dar contornos ao que conhecemos hoje como jeito mineiro de fazer política não apenas no interior da província mas com inserção de representações nacionais.

### **As fontes e a imprensa mineira no Império**

Apesar da existência de uma monarquia centralizada no império brasileiro, Ilmar R. de Mattos<sup>39</sup> chama a atenção para o poder existente nas províncias, típico de uma sociedade rural e agrícola, o que, para Wlamir Silva, coloca a imprensa regional com importante papel de mediadora política<sup>40</sup> e produtora de uma cultura política.

---

<sup>39</sup> MATTOS, Ilmar R. de *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

<sup>40</sup> SILVA, Wlamir. *A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1840)* In NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DE&A: Faperj, 2003.

Em relação à província de Minas Gerais, muito se caminhou desde os primeiros estudos da imprensa feitos por José Pedro Xavier da Veiga quando afirmava que

. . . no antigo regime governamental quase não tinham vida própria, achando-se tutelados pelo governo e pela Assembleia Legislativa Provincial. . . a imprensa mineira sempre teve como tradição a prudência e o bom senso com interesse de pacificação geral dos espíritos. . .<sup>41</sup>

Ana Luíza Martins<sup>42</sup> aponta a existência de uma elite mineira letrada desde o século XVIII, com projetos de levar a público as ideias ilustradas, propostas que foram continuadas no século seguinte especialmente em Vila Rica e São João Del Rei.

Para Wlamir Silva<sup>43</sup>, a heterogeneidade da elite em Minas Gerais vai definir a opção por uma política liberal moderada, sendo a imprensa um importante porta-voz desse projeto. No Primeiro Reinado e na Regência, a imprensa mineira usava diversas formas para difundir uma pedagogia política com propostas liberais e civilizatórias, tendo a opção monárquica como consenso, o estímulo à ação para participar da vida pública em oposição ao absolutismo. Entre o Primeiro Reinado e início do Segundo, surgiram dezenas de jornais, alguns com um longo período de existência, como o ouro-pretano “O Universal” (1825-1842) e o periódico de Vila de São João del Rei “O Astro de Minas” (1827-1839). Segundo Silva, o discurso da imprensa era conduzido de acordo com os interesses dos proprietários e integrado na sociedade mineira, direcionado para o senso comum e o consenso como alternativas para o controle hegemônico. Assumindo a direção política da província mineira, esse grupo também fez valer seu projeto moderado fomentado por uma elite intelectual que dominava a leitura e difundia pela oralidade seus princípios. Para Silva, a centralização do Segundo Reinado estabeleceu a queda da liderança liberal-moderada, que não sobreviveu ao domínio Conservador após a queda do Gabinete da maioria.

---

<sup>41</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)* p. 238-239. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897.

<sup>42</sup> Op. cit.

<sup>43</sup> Op. cit.

Rodrigo Fialho Silva<sup>44</sup> destaca o interesse dos redatores em discutir os aspectos políticos e culturais, com o objetivo de “civilizar” os leitores, eliminando a rudeza a partir da leitura. Para Silva, os periódicos foram um espaço de intensa luta pelo poder, responsável pela politização nas ruas, tomando um espaço de sociabilidade onde se manifestava o pensamento político, além de formador de opiniões de uma imprensa liberal moderada em busca de um consenso em torno do projeto de Estado. O autor entende que, a partir da região Metalúrgica-Mantiqueira, houve um envolvimento de parcela da população em discussões e posicionamentos políticos.

É importante ressaltar que boa parte dos periódicos disponíveis nos arquivos é originário da região Metalúrgica-Mantiqueira, especialmente Ouro Preto. Isso não invalida pensar na imprensa ouro-pretana como aglutinadora de representações de setores significativos da elite de Minas Gerais, mas só reforça essa condição de centro político mineiro. Desse modo, Ouro Preto assumiu espaço privilegiado para irradiar representações políticas para toda a província. Para Luciano da Silva Moreira<sup>45</sup> havia uma rede de correspondentes na província e fora dela, assumindo a imprensa uma intensa troca de informações que se propagava até as mais distantes regiões, com ampla divulgação e discussão sobre o pensamento político

:

O contato por intermédio das folhas impressas apertavam laços de sociabilidade, favorecendo à continuidade de uma teia que ligava leitores/debatedores em toda a província . . . Assinantes de lugares diversos recebiam suas folhas por dois meios: o tropeiro e o agente dos Correios. . . Sabemos que a elite intelectual não era o único estrato social capaz de efetuar a leitura. Mesmo que parcela diminuta dos habitantes conseguisse ler, outras pessoas puderam ouvir e, ao menos, ver o objeto escrito.<sup>46</sup>

É fato que os periódicos chegavam a diversas regiões mineiras, o que pode ser corroborado com as correspondências e artigos vindos de várias localidades da província. Portanto, havia receptores e correspondentes da região do rio das Mortes, região sul, zona da Mata, como também Triângulo

---

<sup>44</sup> SILVA, Rodrigo Fialho. “E a luz se fez”: o nascimento da imprensa em São João D’El-Rey e a formação de uma cultura política do anonimato (1827-1829). *Revista DIALOGOS*, Rio de Janeiro: 2008.

<sup>45</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. 272 f. Dissertação (mestrado em História e culturas políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>46</sup> Op. cit. p. 129-133.

Mineiro, do Alto Jequitinhonha e norte de Minas. Erik Hörner<sup>47</sup> destaca o permanente diálogo e a produção da imprensa em diversas localidades de Minas Gerais:

A imprensa mineira, ao contrário da paulista, não se concentrava apenas na capital da província. Localidades como Serro, Barbacena, São João d'El Rei já possuíam tipografias em atividade. . . e dialogavam entre si, fosse em solidariedade a um jornal de mesma inclinação política fosse simplesmente reproduzindo artigos. Esta prática, aliás, era comum não apenas entre jornais “menores” ou de âmbito local. Era costumeira a reprodução de textos devidamente referenciados de periódicos da Corte ou de outras províncias.<sup>48</sup>

Mas completa Hörner sobre o papel da imprensa de Ouro Preto no império: “ . . . o periodismo em Ouro Preto continuava a ter mais fôlego e uma maior longevidade que no restante da província”<sup>49</sup>.

### **O trabalho metodológico com as fontes**

A imprensa assume papel fundamental na construção das representações políticas, conforme destaca Rodrigo Patto:

É importante considerar a existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, como família, instituições educacionais, corporações militares, partidos e sindicatos. . . A essa lista vale agregar outros vetores de socialização, como as Igrejas, e também adicionar a importância dos veículos de disseminação impressos, como periódicos e livros. . . Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente como tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais de grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontraram motivação para identificar-se e aderir.<sup>50</sup>

As fontes pesquisadas são jornais consultados do Arquivo Público Mineiro, da Biblioteca Nacional e do Arquivo da Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais. Tendo como proposta de pesquisa identificar e analisar o

---

<sup>47</sup> HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1842)*. 387 f. Tese (doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>48</sup> Op. cit. p. 197.

<sup>49</sup> Op. cit. p. 197.

<sup>50</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. P. 23-24. In *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

imaginário, a identidade e os mitos da política mineira do século XIX a partir da sua imprensa, o recorte temporal tem como marco a primeira publicação disponível, do jornal “Abelha do Itacolomi”, de 12 de janeiro de 1824, se estendendo até o jornal “O Movimento” de 13 de novembro de 1889. Ao longo desse período, as dezenas de periódicos encontrados nesses arquivos são das mais diversas tendências políticas. Foi feita a leitura de todos os editoriais, notas, artigos, opiniões e correspondências entre 1824 e 1889, excluindo as publicidades e as publicações oficiais dos jornais mineiros disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Quanto às atas das reuniões das Assembleias provinciais, fartamente publicadas nos jornais ao longo de todo período imperial, foram aproveitadas nas pesquisas, mas de forma esporádica e a partir de temas pontuais.

Nesse aspecto, a análise das fontes impressas nos remete a uma abordagem qualitativa, buscando no discurso produzido pela imprensa elementos permanentes no campo da política bem como sua dinâmica ao longo do tempo. Há uma busca de padrões e suas variações no campo das representações, especialmente no que se refere ao imaginário, identidade e mitos como elementos definidores de características típicas do mineiro no período imperial. Ou seja, sendo uma abordagem sistemática, ocorre a busca de homogeneizar o significado dos discursos através dos periódicos como maneira de analisar a percepção política construída pela elite mineira entre 1824 e 1889.

Já é de conhecimento que eram produzidos jornais antes de 1824, como também foram impressos uma grande quantidade de jornais ao longo do Império em Minas Gerais que não estão disponíveis, desaparecidos com o tempo. Luciano da Silva Moreira<sup>51</sup> constatou que os jornais do APM, de modo geral, reproduziam atos do governo e daí a preservação de boa parte do acervo recolhido da Biblioteca de Ouro Preto. Mas, em diversos momentos, as fontes indisponíveis são citadas indiretamente em respostas da imprensa oficial à oposição, muitas vezes em artigos inteiros. No entanto, em alguns períodos, os principais jornais oposicionistas também foram preservados, oportunizando ricas comparações que oferecem posições diferentes de uma

---

<sup>51</sup> Op. cit.



mesma abordagem, indicando desse modo tendências variadas da elite mineira.

De um modo geral, os jornais tinham em média quatro páginas, em edições geralmente publicadas três vezes na semana. Até a década de 40 a publicidade era modesta, geralmente ocupando parte da última página e se limitando a anúncios de animais perdidos ou escravos fugidos. Depois dessa data, as propagandas se fizeram mais presentes, indicando mais uma alternativa de recursos para manutenção do jornal. As publicações oficiais, como decretos, reuniões da Assembleia provincial, indicações de cargos oficiais, etc., ocupavam as primeiras páginas, chegando, de acordo com o período, a ocupar todo o jornal.

Os editoriais também não eram padronizados. Quando eram escritos, tanto apareciam antes das publicações oficiais como logo após, variando de acordo com o calor do debate político. Artigos com opiniões pessoais, transcrições de outros jornais, ou cartas de leitores ocupavam as páginas após os editoriais e os atos oficiais. Além de ataques e contra-ataques de caráter político, alguns jornais produziam longos textos, que chegavam a se estender em até cinco publicações. Outros temas políticos mais frequentes envolviam contextos específicos, como a Guerra do Paraguai, dificuldades econômicas da província e suas alternativas políticas, a permanência ou não de Ouro Preto como capital, a construção da figura de Tiradentes, etc.

Tendo como tema a política, são esses editoriais, cartas de leitores e artigos, quase todos sem assinaturas ou com pseudônimos, é que se propõe analisar na presente tese. Nota-se nesse material diferenças entre seus autores, alguns claramente produzidos por pessoas letradas, outros assumidamente construídos por quem tinha pouca intimidade com a escrita. É com essa diversidade de opiniões e discursos que essa pesquisa vai procurar identificar as diversas representações construídas pela imprensa mineira no século XIX. E essa multiplicidade de visões não é apenas em relação a quem escreve, mas também dos diferentes locais onde essas publicações são impressas: dentre outras, poderia citar, Ouro Preto, de onde origina a maioria dessas publicações, cidade que apesar de viver um retrocesso demográfico, ainda tinha força política por ser o centro administrativo; em São João Del Rei, que viveu altos e baixos em função das relações comerciais que tinha com a

Corte; na cidade de Campanha, sul de Minas, influenciada pelo republicanismo paulista e que lutava para se tornar capital de uma província; ou em Diamantina, que buscava alternativas para seu isolamento no distante vale do Jequitinhonha. Por fim, é relevante ressaltar que são jornais que não só são produzidos em Minas Gerais, mas que também são lidos em todos os cantos da província, construindo junto com os leitores parte do imaginário, da identidade e dos mitos políticos mineiros do século XIX.

## **Os capítulos e subcapítulos**

Tendo como objeto o imaginário e identidade da elite mineira no império a partir da imprensa local, a proposta inicial da divisão dos capítulos e subcapítulos apresenta como eixo, por um lado, a penetração do ideário liberal do período na província, e por outro, as construções internas das representações dessa elite, buscando ainda a reciprocidade das suas relações.

O primeiro capítulo procura analisar como a elite mineira se percebe dentro do Brasil, ou seja, qual o grau de controle do império na província e qual a autonomia mineira diante da política do governo. Qual a aproximação/distanciamento de Minas Gerais diante dos projetos do governo central? Uma província integrada aos interesses nacionais ou contrariando esses interesses? Uma província brasileira próxima aos interesses nacionais ou em conflito com o governo monárquico e outras regiões? Para melhor perceber essa relação e por serem temas mais recorrentes nos periódicos, foram focados os seguintes aspectos nessa relação entre a província mineira e o Brasil: a leitura que a imprensa faz da inserção de Minas no Brasil e as diversas formas da construção da liberdade no imaginário mineiro ao longo do império.

Pensando na representação que faz de si em relação ao Brasil e às outras províncias, o primeiro subcapítulo, “Minas é o Brasil ou versus o Brasil?”, busca perceber as representações mineiras em diversos momentos do Brasil Império e as múltiplas variações ocorridas a partir das alterações surgidas no jogo pelo poder até a chegada da República, procurando assim identificar a leitura que a imprensa regional faz da inserção de Minas no Brasil.

No segundo subcapítulo, “O entendimento da liberdade em Minas e suas variações ao longo do império”, parte-se do princípio de que as ideias iluministas foram a principal referência da elite brasileira para construção do Estado nacional, e em consequência, também a mineira foi fortemente marcada por essas influências da cultura liberal. Por sua vez, o conceito de liberdade foi o carro-chefe dessa cultura liberal, fartamente utilizada pela imprensa mineira para inculcação de seus princípios. Sendo assim, a proposta é apreender como esse conceito de liberdade é construído na província mineira, as diversas formas de utilização por variados agentes e sua dinâmica ao longo do século XIX. Entender as múltiplas formas da construção da liberdade no imaginário das elites mineiras ao longo do império é o que se propõe esse subcapítulo.

No segundo capítulo são feitas considerações em torno da maneira como a elite mineira se vê e constrói sua identidade. Desse modo, foram divididas quatro subcapítulos, considerando primeiramente a ideia produzida em torno da decadência mineira. No segundo subcapítulo, a visão da mineiridade relacionada com a moderação e a insurgência, o terceiro envolvendo a relação feita entre aspectos geográficos e a identidade mineira e o último procura analisar como Ouro Preto era percebida pelos mineiros, ouro-pretanos ou não.

O primeiro subcapítulo retoma uma clássica discussão em torno da decadência mineira ao longo do século XIX a partir das representações construídas pela imprensa mineira no império. Ainda que não fundada em uma proposta da história econômica, a pretensão é perceber, através do discurso, como a imprensa produzia uma visão sobre a província de Minas Gerais através dos eixos progresso-decadência.

No segundo subcapítulo “Moderação ou insurreição: um dilema mineiro”, há a procura de se pensar uma identidade surgida a partir da dicotomia moderação e insurgência. Aquela, capital simbólico que tentava atender ao projeto político do império, mas que coexistia com uma tradição insurgente do escritor e leitor mineiro, abrindo a possibilidade da construção de uma identidade marcada pela convivência dinâmica de extremos. Assim, a proposta é entender como a construção de valores liberais é recebida por parte da elite provincial, tendo em vista que este segmento convivia desde o século XVIII com outras práticas políticas no interior da província que não comungavam

com os princípios propostos pelo projeto imperial, surgindo assim uma construção de representações próprias na província mineira a partir do binômio moderação e insurreição.

O terceiro subcapítulo procura perceber a associação entre a construção de uma identidade mineira e o seu ambiente natural, especialmente as montanhas mineiras. Aqui, a análise se funda nas diversas formas representativas que pode assumir o espaço geográfico na província de Minas Gerais e sua relação com a formação de uma identidade regional. O quarto subcapítulo busca perceber as diversas representações construídas em torno do centro político mineiro, não só a cidade de Ouro Preto, mas também uma referência próxima às representações da capital mineira: o pico do Itamonte/Itacolomi. A proposta é analisar ambos, vistos tanto pelos ouro-pretanos como por outras regiões em diversos contextos ao longo do império.

Finalmente, no terceiro capítulo há a proposta de se pensar o imaginário político aliado a uma identidade regional na construção do mito em torno da figura de Tiradentes, sugerindo que a releitura desta representação teria sido escolhida dentro de um jogo de manobras republicanas como símbolo positivista. O estudo aqui realizado procura analisar o mito em Tiradentes dentro das especificidades da cultura política em Minas Gerais, em uma construção que povoa o imaginário mineiro desde a primeira metade do século XIX e que vai sendo formado, moldado, refeito e adaptado por diversas tendências políticas no interior da própria província. Relacionado com a construção do mito em Tiradentes, procura-se também perceber a formação de outros mitos, ou submitos, a partir do conjurado mineiro, que o caso de Teófilo Benedito Ottoni no segundo capítulo.

## **Capítulo 1**

### **“Somos brasileiros, mas em primeiro lugar somos mineiros”**

#### **Subcapítulo 1**

##### **Minas é o Brasil ou versus o Brasil?**

A proposta desse capítulo é perceber, dentro de uma leitura parcial por não ter toda documentação disponível e por reconhecer que os jornais não abarcam todo o pensamento de uma identidade política em Minas Gerais, as construções feitas pela imprensa no campo das representações políticas tendo Brasil como referência. Analisar as identificações e oposições com o Império e com as outras províncias, interpretar a sua dinâmica a partir das imagens, mitos e ritos construídos ao longo do Império, tendo como fontes os periódicos mineiros, é o objetivo desse subcapítulo.

#### **1. Uma análise historiográfica acerca do tema**

Investigar as representações formadas pela imprensa mineira no século XIX tendo o Brasil como referência remete à construção da nação brasileira a partir do Império. Uma das possíveis formas de se tentar identificar uma imagem que o mineiro fazia de si no século XIX seriam os textos onde a imprensa local estaria dialogando com o poder central, comungando ou repelindo os projetos políticos do governo. Uma outra alternativa seria as comparações feitas a partir dos periódicos entre Minas Gerais com o Brasil e as outras províncias. Diante dessa questão, procura-se pensar de que maneira a província de Minas Gerais se inseriu nos projetos do Estado brasileiro a partir de 1822 e sua dinâmica durante o período imperial. Seria uma província pactuando com a Corte ou contrariando os interesses nacionais? Qual olhar teriam os editores e leitores mineiros diante dos fatos ocorridos em outras províncias do Império?

Esse entendimento passa por uma construção de brasilidade a partir da formação do Estado brasileiro, um sentimento de pertencimento num processo compartilhado em um espaço, tempo e sociedade comuns. No que remete a definição de Benedict Anderson ao dar o sentido de nação: “uma comunidade política imaginada como implicitamente limitada e soberana.”<sup>52</sup>

No caso brasileiro, há muito não mais se reconhecem posições como as tomadas por historiadores como José Honório Rodrigues<sup>53</sup>, onde se pensava em uma identidade nacional surgida no Brasil antes de 1822. Nessa tese, há uma aproximação da perspectiva de Eric Hobsbawm<sup>54</sup>. O historiador inglês afirma que os Estados Nacionais latino-americanos se formaram a partir de características próprias, dentro de especificidades históricas e geográficas. Para Hobsbawm, só ocorreu o surgimento da nação depois da construção do estado, que a implantou e moldou uma identidade nacional ao longo do século XIX. Célia Maria Marinho de Azevedo<sup>55</sup> aponta para a tendência da construção de uma imagem homogênea e integrada do povo brasileiro. Azevedo chamava a atenção que, antes mesmo da independência, já se escrevia sobre a existência de um povo brasileiro heterogêneo e que tinha “horror ao trabalho”, diversidade que era reforçada pelo tráfico escravo. As expressões “assimilação, incorporação e homogeneização”<sup>56</sup> são expressões constantes nos autores dos anos 10 e 20 do Dezenove, o que levava a entender que era necessário construir para a população um modo de vida dentro do modelo prescrito pelas elites nacionais.

A representação de nação no Brasil surgiu a partir da independência, em um processo extremamente complexo, diferenciando da visão reducionista de uma simples separação com Portugal em 1822<sup>57</sup>. Segundo Lúcia Maria Bastos

---

<sup>52</sup>ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

<sup>53</sup>RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

<sup>54</sup>HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>55</sup>AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>56</sup>AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p. 47.

<sup>57</sup>JANCSÓ, Istvan. *Independência, independências*. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003,

Pereira das Neves<sup>58</sup>, a influência das ideias da Universidade de Coimbra trazidas especialmente em 1808 foi um espaço importante de produção de uma cultura política no Brasil, que trouxe reflexos nos primeiros anos da década de 20. No misto de novas ideias e conservadorismo, conceitos e práticas foram redefinidas a partir dos interesses e perspectivas das elites brasileiras, em um liberalismo ambíguo onde tinha papel relevante a Igreja e a figura do monarca, tendo a escravidão um ingrediente a mais nesse contexto. O resultado dessas contradições contribuiu de modo significativo para a formação do Império brasileiro, chamado pela autora de “absolutismo ilustrado”.

Ainda segundo Lúcia Maria Bastos P. Neves<sup>59</sup> as ideias liberais no momento da formação do Estado brasileiro estariam bem mais próximas de correntes moderadas do que transformações revolucionárias, acomodadas na necessidade de manter a ordem interna. Ainda assim a defesa era pela ruptura com o Antigo Regime ao mesmo tempo em que se reafirmavam as garantias essenciais, caso dos direitos individuais, da liberdade de expressão, do direito às reuniões, o que era garantido por direitos constitucionais. Orquestrada pelo Império, manteve-se o esforço de privilegiar reformas em detrimento de revoluções.

Corroborando com essas ideias, Manoel Luís Salgado Guimarães<sup>60</sup>, entendendo que nas diversas produções de conhecimento do período, houve uma preocupação por parte do Império em construir um perfil de nação marcado por propostas elitistas com tradições iluministas adaptadas ao contexto nacional. Dentro desse projeto há a tentativa de homogeneização da visão do Brasil construída por uma política cultural oficial onde existe a junção de nação, Estado e Coroa que teria como desdobramento de uma sociedade branca em sentido civilizador e europeu. O outro, o externo, seriam as repúblicas latino-americanas, que simbolizam a barbárie. Guimarães afirma que o conceito de nação internamente está restrito aos brancos, sendo o outro

---

<sup>58</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Renan: FAPERJ, 2003.

<sup>59</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.) Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

<sup>60</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

aquele que não têm a noção de civilização, fazendo oposição especialmente ao elemento negro como um fator de impedimento desse processo, responsabilizando a escravidão africana pelo atraso que se encontrava o país. Essa tentativa do Estado monárquico apresentava como proposta um projeto centralista, procurando não privilegiar as diferenças e especificidades regionais, mas sim um Brasil com uma cultura homogênea e tendo como referência o ideário civilizatório europeu.

O que Renato Ortiz<sup>61</sup> propõe para analisar a construção da identidade nacional é a sua pluralidade. Os intelectuais do século XIX viviam o dilema de implantar o processo civilizatório no Brasil, mas dentro de limites nos componentes existentes dessa nação, ou seja, havia “uma defasagem entre teoria e realidade.”<sup>62</sup> Até a década de 70, a etnia branca tem a superioridade na formação nacional, sendo o indígena lembrado na literatura romântica como um modelo não civilizado e os africanos e seus descendentes ignorados. Não rompendo com o discurso civilizatório para construção da nação brasileira das primeiras décadas do século XIX, a partir da segunda metade houve uma continuidade dessa mentalidade com a importação da teoria evolucionista para explicar o “atraso” do país. Para Ortiz, raça e meio são dois conceitos-chave que vem sendo desenvolvidos ao longo do século XIX tanto por viajantes estrangeiros como brasileiros para interpretação da realidade nacional.

Existia a busca de vários instrumentos para construir no pensamento do brasileiro uma unidade nacional, sendo que a formação de uma opinião pública composta de letrados para o progresso nacional a partir da imprensa foi uma delas. Para Marco Morel<sup>63</sup>, apesar da procura de leitores dos mais variados, nas primeiras décadas do século XIX entre os redatores havia um elemento comum: procuravam um caminho para que a sociedade atingisse um progresso dentro da ordem estabelecida, sentindo-se legítimos propagadores do pensamento ilustrado. Segundo Christina Ferraz Musse<sup>64</sup> a imprensa do século

---

<sup>61</sup>ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>62</sup>Op. cit. p. 15.

<sup>63</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

<sup>64</sup>MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940). Trabalho apresentado n GT de jornalismo, *XII Congresso de Ciências da Comunicação da Região sudeste*. Juiz de Fora, 2007. [www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste](http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste) 2007. Consultado em 29.05.2012.



XIX idealizou a imagem de Nação, possibilitando o surgimento do sentimento de pertencimento entre o brasileiro e o território. Aleana Jota Moreira<sup>65</sup>, baseada em testamentos e inventários, acredita que em Minas Gerais havia no século XIX uma quantidade significativa de pessoas que sabem ler e escrever, indicando uma preocupação das famílias em letrar, mesmo que informalmente, e que eram agentes de ligação em diversos setores sociais. Portanto, ainda que formadas por uma elite, as representações produzidas pela imprensa mineira também eram compartilhadas por outros grupos sociais, apesar da impossibilidade de definir de forma precisa a abrangência desse discurso,

Há de se pensar nesse contexto em diversas culturas das elites, ainda que exista a tentativa de homogeneizar a identidade nacional orquestrada pelo estado monárquico. Apesar do discurso construído de cima para baixo, de uma identidade nacional europeizada, isso não significa que assim fosse percebido pelos diversos atores envolvidos, quer sejam pertencentes ou não à elite intelectual nacional. Ou seja, a construção de uma nação regida pelo Estado não significa necessariamente uma adesão por parte do receptor. Para Jeffrey Lesser<sup>66</sup>, outros conceitos de brasilidade foram reelaborados por diversos grupos e segmentos. Isso pode aplicado também a Minas Gerais, onde nem sempre convergiam os interesses da Corte e os mineiros, nem mesmo entre a própria elite local. Há de se considerar que os segmentos sociais na província eram bastante heterogêneos, corroborando com a possibilidade de existir diversos componentes na representação que tinha Minas Gerais em relação ao Brasil e em relação a si mesma.

---

<sup>65</sup>MOREIRA, Aleana Jota. Práticas educativas, família e sociabilidades: observações sobre as permanências e rupturas ocorridas na comarca do rio das Velhas no século XVIII e XIX referentes aos sujeitos que sabiam ler e escrever. *V Congresso de ensino e pesquisa de história da educação em Minas Gerais*. [http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/6.praticas\\_escolares\\_e\\_processos\\_educativos/1.Aleana%20Jota%20Moreira.pdf](http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/6.praticas_escolares_e_processos_educativos/1.Aleana%20Jota%20Moreira.pdf). Acesso em 10 de junho de 2012.

<sup>66</sup>LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: ed. UNESP, 2001.

## **2. Uma discussão teórica**

### **2.1. O poder simbólico e a linguagem**

Para o estudo em questão, é relevante a contribuição de Pierre Bourdieu<sup>67</sup>, e os seus conceitos. Tendo o “habitus” como mediação entre as condições sociais existentes e as ações individuais, historicamente construídas, aliado ao conceito de “campo”, espaço de disputas de poder entre grupos, pode-se analisar as representações construídas pela imprensa mineira no século XIX. Para tanto, com as representações coexistem sentimentos, lembranças, conteúdos contraditórios, projetos de vida, interesses materiais, num cruzamento de elementos materiais e simbólicos nos mais diversos conteúdos que sustentam o imaginário social.

Bourdieu entende que a língua é a parte inicial desse processo, mas suas regras de funcionamento são próprias, bem como os seus resultados são imprevisíveis pela própria autonomia assumida na linguagem. É possível que emissores e receptores construam interpretações antagônicas onde o sucesso do reconhecimento da linguagem por indivíduos em campos opostos acontecem no estabelecimento do consenso. Decorre daí a legitimação da língua oficial, especialmente com o surgimento do Estado-nação, respaldado pelo poder socioeconômico, em função do mercado linguístico com suas hierarquias de valor, reforçando de forma simbólica as distinções sociais, mas com contradições, adaptações e limites construídos, conforme já dito, historicamente.

O que o autor francês propõe é analisar o poder das palavras em relações repletas de tensões, recusando a leitura feita comumente de uma língua com funcionamento interno, ao mesmo tempo em que inclui uma conjuntura e suas interações simbólicas externas. Fruto desse poder, a autoridade é o que permite o locutor expressar autorizado pelas instituições sociais, vindo de uma força externa à estrutura da linguagem. É essa autoridade vinda do locutor, aliado à instituição que o autoriza, acrescido à estrutura linguística do discurso, que possibilita o sucesso dos símbolos de linguagem.

---

<sup>67</sup>BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. p.14. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Ref. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996. BOURDIEU, Pierre. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

O poder simbólico está relacionado com os grupos que dominam, ou seja, ocorre a produção simbólica para impor a legitimidade da dominação, tendo o mesmo efeito que a força física ou econômica em função do seu efeito específico de mobilização: “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”<sup>68</sup>.

Essa visão de mundo se faria valer pelas diversas expressões de um grupo social, sentimentos como tristeza, alegria, dor, festejos, afirmando suas diferenças em relação aos demais grupos por meio de ritos e representações repassados por encantamentos cotidianos. Nessas representações coexistem sentimentos, lembranças, conteúdos contraditórios, projetos de vida, interesses materiais, num cruzamento de elementos materiais e simbólicos nos mais diversos conteúdos que sustentam o imaginário social. Um exemplo de êxito do poder simbólico pela linguagem é o reconhecimento das leis no direito, que fundados no rigor racional é, nada mais nada menos, que “. . . um ato de magia social. . .”<sup>69</sup>

Decorre daí a legitimação da língua oficial, especialmente com o surgimento do Estado-nação, legitimado pelo poder socioeconômico, em função do mercado linguístico com suas hierarquias de valor, reforçando de forma simbólica as distinções sociais. Desse modo, teria a imprensa papel fundamental para redefinição e normatização da língua, dando a ela uma direção política no surgimento do Estado. A construção de uma língua oficial no Estado-nação, faz surgir por parte de quem domina um discurso de unificação e consenso. A imprensa, como também a educação, foram determinantes nesse processo, impondo uma nova língua escrita como orientação política, se opondo à língua falada, considerada como inferior.

Do mesmo modo que a educação, a imprensa no século XIX “contribuiu diretamente quer para a desvalorização dos modos de expressão populares. . . quer para a imposição do reconhecimento da língua legítima.”<sup>70</sup> Diante do domínio institucional, os setores dominantes unificam o mercado, substituindo o

---

<sup>68</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. O poder simbólico. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

<sup>69</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Ref. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996. p. 28

<sup>70</sup> Op. cit. p. 36.

antigo “habitus” por outro considerado legítimo. Segundo Bourdieu, no entanto, a adesão de uma língua oficial não é em função da força e passividade de quem é dominado, mas de uma cumplicidade surgida em um duradouro processo de aquisição, distante de um projeto consciente de dominação, conquistada no que chama de “lucro material e simbólico” ao adquirir algum “capital linguístico”.

Em uma fase de transição, há uma crise nos rituais, nas liturgias, o que precisa ser preenchido por novas representações (ou adaptações da anterior) para que funcione a instituição. Os mecanismos que garantiam a produção dos emissores e receptores legítimos estão sendo desmontados, inclusive a linguagem, o que Bourdieu conclui que uma crise “. . . não se reduz (como frequentemente se acredita) ao desmantelamento de um universo de representações; ela acompanha a destruição de todo um mundo de relações sociais do qual era um dos elementos constitutivos.”<sup>71</sup>

É função dos profissionais que trabalham no campo literário produzirem uma língua distinta que cumpre um papel de diferenciador entre classes. Existem instituições que acabam dando suporte para legitimar o uso da língua oficial, desvalorizando a língua comum. Ora, a posição da imprensa no ato de negar e desconhecer a linguagem popular ao mesmo tempo em que é apresentada uma língua oficial e unificadora, voltada para constitucionalidade de um consenso, negociação, subordina os dominados ao silêncio. Essa eficiência, segundo Bourdieu, só pode ser efetiva se houver condições sociais externas à linguagem do discurso, concedendo um valor atribuído que assegure sua legitimidade, adquirindo o que chama de Capital Simbólico, que pode ser assumido com o prestígio, carisma, sedução, como as formas desse capital se acumula em trocas de serviços, dádivas, atuações, cuidados, afeições, ou seja, é:

. . .reconhecimento institucionalizado ou não que [os agentes] recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, mas também o discurso ritual ou a simples injunção até mesmo a ameaça e o insulto, pretendem exercer . . .<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> Op. cit. p. 95-96

<sup>72</sup> Op. cit, p. 59-60.

Assim, é preciso condições sociais que assegurem a existência de emissores e receptores, tendo em quem produz a escrita a ordem social favorável, ou seja, o ato da produção textual só existe porque há instituições que garantem sua razão de ser. Para se adequar a um mercado, exigem-se estratégias para seu conhecimento/reconhecimento, em uma mobilização intensa dos recursos disponíveis para legitimar pronúncias e desvalorizar a linguagem dos outros agentes. A utilização da linguagem socialmente aceita com seus códigos próprios possibilita sua liberdade em detrimento do silêncio, constrangimento e censura das outras. A estratégia adotada como luta simbólica cotidiana acaba por impor uma visão do mundo social que se torna consenso, não só como senso comum, mas também como instrumento político pela moderação.

## **2.2. O ritual**

Ainda tendo como referência Bourdieu, o ritual é uma prática expressa por atos permanentes em códigos que reproduzem valores e normas, sintetizando elementos culturais e integrando o grupo pela repetição. Ao reproduzir valores e normas, reatualizam elementos culturais de determinados grupos. Com forte conteúdo simbólico, tanto podem ser experiências esporádicas como ações cotidianas, ou seja, vai desde um desfile militar até um pedido de benção feito pelo filho a um pai. Segundo Bourdieu, para que funcione o ritual é fundamental que ele seja legítimo, estando o agente atuando em nome de uma instituição. Sendo uma ação inovadora, reflete, em contrapartida, a destruição de um universo de representação anterior. O papel do ritual funciona como definidor da separação social, instituindo sua oposição. Portanto, a instituição é uma imposição de uma essência social, fazendo com que os agentes tenham ações dentro do comportamento que se espera de sua identidade. É sempre um apelo à ordem, aspirações impostas tanto em privilégio quanto em deveres, autorizando a alguém ou a um grupo se representar em nome da coletividade. No ato de instituição está incorporado o desencorajamento à transgressão, o que requer estratégias adotadas para o trabalho de uma inculcação onde se realiza uma imposição duradoura, dividindo em uma linha os que cumprem o

seu papel enquanto o outro se mantenha à distância, lembrando a cada um o seu lugar atribuído na instituição.

Para que o ritual funcione é fundamental que seja legítimo, estando o agente atuando em nome de uma instituição, sendo uma ação inovadora, reflete, em contrapartida, a destruição de um universo de representação anterior. O papel do ritual funciona como definidor da separação social, instituindo sua oposição

O ritual tende a converter o menor, o mais frágil, em suma o mais efeminado dos homens num homem na plena acepção da condição de homem, separado por uma diferença de natureza, de essência, mesmo da mais masculina, de maior e de mais forte dentre as mulheres. Neste caso, instituir é consagrar, ou seja, sancionar e santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida, a exemplo, precisamente do que faz uma constituição no sentido jurídico-político do termo.<sup>73</sup>

Portanto, a instituição é uma imposição de uma essência social, fazendo com que os agentes tenham ações dentro do comportamento que se espera de sua identidade. É sempre um apelo à ordem, aspirações impostas tanto em privilégio quanto em deveres, autorizando a alguém ou a um grupo se representar em nome da coletividade.

. . .o ato de instituição é um ato de comunicação de uma espécie particular: ele notifica a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos . . . quer notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém deve ser.<sup>74</sup>

No ato de instituição está incorporado o desencorajamento à transgressão, o que requer estratégias adotadas para o trabalho de uma inculcação onde se realiza uma imposição duradoura, dividindo em uma linha os que cumprem o seu papel enquanto o outro se mantinha à distância, lembrando a cada um o seu lugar atribuído na instituição. A comprovação que o ritual é eficiente está na crença de todos na sua validade, mas para tanto é preciso mecanismos sociais que produzam uma cumplicidade, ou seja, o ritual só funciona se for reconhecido como legítimo. Portanto, é preciso que o ritual e a sua face mais visível, a liturgia, com todas as suas prescrições que dirigem suas

---

<sup>73</sup> Op. cit. p. 99

<sup>74</sup> Op. cit. p. 101.

manifestações públicas, funcione e opere desde que seja percebido como legítimo, pois

O simbolismo estereotipado contribui exatamente para evidenciar que o agente age na qualidade de depositário provido de um mandato e não em seu próprio nome ou de sua própria autoridade. . . O simbolismo ritual não age por si só, mas apenas na media em que *representa* – no sentido teatral do termo – a delegação. . .<sup>75</sup>

### **3. As múltiplas relações da província mineira com o império**

#### **3.1. O ser mineiro e o sentimento de brasilidade na primeira metade do século XIX**

Com o surgimento do Estado brasileiro foi necessário preencher novas representações ou adaptações da anterior para que funcione a instituição. Considerando a rotina das publicações dos periódicos mineiros nas duas primeiras décadas após a independência, de um modo geral, havia uma narrativa por parte da imprensa voltada para defender o governo imperial instituído, a Constituição e os princípios liberais, levando a entender que um expressivo segmento da elite mineira, tendo na imprensa sua porta-voz, pactuava e se beneficiava com esse projeto no I Reinado e no Período Regencial, o que reforçava uma identidade nacional em detrimento de uma identidade regional.

O primeiro jornal disponível nos arquivos, o “Abelha do Itaculumy” (nesse trabalho transcrito como “Abelha do Itacolomi”) foi um modelo desse projeto ocorrido no I Reinado. Com três publicações semanais e se identificação do seu redator, substituiu o “Compilador Mineiro”, este considerado como o primeiro jornal mineiro, sendo que o “Abelha” foi apoiador do governo de D. Pedro I. Segundo Wlamir Silva<sup>76</sup>, serviu como garantidor da ordem social, dentro das propostas de uma penetração pedagógica pedrinha com uso intenso do poder simbólico monárquico.

---

<sup>75</sup> Op. cit. p. 93

<sup>76</sup> SILVA, Wlamir. A abelha sinalagmática e hiperbólica: o periódico mineiro “Abelha do Itaculumy (1824-1825). XXVII *Simpósio Nacional de História*. ANPUH. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013.

Os editoriais e artigos evidenciavam essa subordinação: “Independência política, imperador constitucional e integridade do império, eis os grandes objetivos que ocupam os ânimos dos briosos geralistas” (Abelha do Itacolomi, 14.01.1824). O apoio ao imperador era demonstrado de forma incondicional, independente do que apresentava como propostas: “O que S.M.I. nos oferece tem já obtido a geral aprovação de todos os mineiros” (Abelha do Itacolomi, 28.01.1824). Ou “Porque são mineiros, e mineiros sabarenses, só terão de exaltar pela vossa coragem e firma adesão ao imperador” (Abelha do Itacolomi, 20.04.1824). Ou ainda, um correspondente que não se identifica de Vila da Barra, comentando sobre as festividades locais, conclui: “que os habitantes da vila da Barra mostram amor à família imperial, como bons mineiros” (Abelha do Itacolomi, 02.05.1824). Os hinos dos primeiros anos de império reforçavam essa relação entre império e província: “Mineiros! À pátria/votemos valor/Votemos a Pedro/Respeito e amor” (Abelha do Itacolomi, 13.10.1824).

Ainda que alguns historiadores atuais relativizem a força política da Corte na formação regional<sup>77</sup>, no campo das representações há por parte da imprensa mineira uma incidência do discurso relacionando liberdade e ordem como ideário da inserção civilizatória do Brasil, não apenas nas produções textuais mas nas narrativas de rituais ocorridas nas comunidades mineiras. Essa defesa da liberdade deveria, segundo a imprensa, ser difundida a todo custo, daí a proximidade entre a moderação e energia. A estratégia adotada como luta simbólica cotidiana acaba por pretender impor uma visão do mundo social que se torne consenso, não só como senso comum, mas também como instrumento político pela moderação. O povo de Minas Gerais deveria estar subordinado à recém-criada nação: “. . .trabalhai em comum pela prosperidade da nossa Pátria. . .” (“O Universal”, 05.03.1827), em comunhão com a ordem e os princípios liberais: “Viva a Constituição. Viva a Liberdade. Estas 2 amigas, que sempre de mãos dadas jamais se separam um só instante, pois que não pode haver Liberdade sem Constituição, nem Constituição sem Liberdade.” (O

---

<sup>77</sup> BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003. DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional, In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003.



Universal, 16.07.1827). Portanto, não se pode pensar em uma construção de identidade mineira sem considerar a forte presença dos projetos políticos imperiais. Nesse período, o ser brasileiro antecedia a condição de ser mineiro: “Em Minas Gerais todos são brasileiros, e se aparecer alguma exceção será tão insignificante que se ficará sumido no glofão [sic] do nada” (Abelha do Itacolomi, 02.06.1824).

A tentativa da imprensa em aproximar os interesses do império e a província de Minas Gerais era apresentada no discurso como uma fidelidade absoluta e incondicional. No texto publicado pelo coronel Jacinto Pinto Ferreira ao marchar para a Comarca do rio São Francisco, destacava o socorro que os mineiros davam ao governo quando a nação necessitava:

Sois mineiros, nada mais do que glória tendes a desejar: amantes da ordem e confiados no governo que vos rege gozais do mais perfeito sossego e liberalmente prestais às mais províncias os socorros que de vós necessitam . . . (Abelha do Itacolomi, 03.11.1824).

Essas representações foram permanentes no Primeiro Reinado, reforçadas pela comparação com os conflitos ocorridos em outras províncias, especialmente a Confederação do Equador em 1824. Em 23 de agosto de 1824, a “Abelha do Itacolomi” já procurava diferenciar a realidade mineira de Pernambuco: “Mineiros! Comparai a vossa sorte com a dos pernambucanos”. No mesmo “Abelha do Itacolomi”, em 13 de dezembro de 1824, em artigo que procura parafrasear o discurso de um orador latino sobre o Império Romano, utilizava do mesmo recurso para exaltar a província mineira. Ao buscar a realidade inversa de Minas Gerais, a intenção nesse contraponto era fortalecer a ideia de que entre os mineiros reinava a tranquilidade e o respeito às leis, reafirmando o seu caráter ordeiro:

Gauleses (dizia ele): a qual povo dareis preferência em coragem se se houvésseis de cedê-la a alguém? Aos romanos . . . Africanos, quem temereis se houvésseis de temer alguém? Aos romanos. De igual feição se perguntássemos aos habitantes do norte do Brasil, por exemplo os baianos a que província quereríeis antes pertencer se pudésseis riscar da lembrança as deliciosas margens do Paraguaçu? A de Minas, responderiam sem dúvida. Pernambucanos, se um fenômeno extraordinário vos obrigasse a abandonar as prais de Capuberibi, qual das províncias mereceria diferença para estabelecerdes com as vossas famílias em segurança? A de Minas. Cearenses, maranhenses, se fadigados dos flagelos da anarquia tomásseis a resolução de procurar um asilo de paz e quietação

imperturbável, aonde buscaríeis? Em Minas Gerais. . . Basta dizer que o nosso solo ainda não foi polluto [sic] de sangue derramado com o punhal fraterno; e que a esfinge da guerra civil também não pode ainda acender entre nós o archote da discórdia para levar a desolação e a morte às nossas cidades e aos nossos campos. A autoridade das leis descansa em seus quícios; e ai daquele a quem em alguma hora de delírio passar pela imaginação o tentar erguer o braço sacrílego contra a Arca, que pousa vigiada no santuário da justiça. Cada um mineiro ser um scipião

Quando ocorreu a queda do imperador, há a preocupação imediata de frear o ímpeto revolucionário mineiro, preservar as instituições, dando como página virada o movimento que derrubou D. Pedro I. O discurso produzido era que “. . .caia um Monarca sem derramamento de uma gota de sangue, é fenômeno que não aconteceu ainda em parte alguma do Globo. . .” (O Universal, 22.04.1831) ou

BRASILEIROS. . .uma revolução gloriosa foi operada pelos esforços e patriótica união do povo. . .sem que fosse derramada uma só gota de sangue, sucesso ainda não visto até hoje e que deve honrar a vossa moderação. . .D. Pedro I abdicou em seu filho, o senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil. (O Universal, 20.04.1831)

Em Minas Gerais, a instalação do governo regencial vai corroborar com essa tendência em defesa da monarquia. O 07 de abril de 1831 vai compor um rito permanente em favor do interesse maior, a nação brasileira, tendo as ações das províncias voltadas para consolidação da nova pátria. Os periódicos procuravam construir a ideia de que o caminho político estaria necessariamente vinculado com a ordem constitucional

O primeiro dever de um Patriota é fazer todos os esforços para manter a tranquilidade do seu país e nisto sobre tudo consiste o verdadeiro amor da Pátria. Sendo as leis e os costumes o sustentáculo desta tranquilidade é mister que se oponha à devassidão e aos vícios que tendem a destruí-la a severidade das leis e a austeridade das virtudes (O Universal, 04.01.1832).

Preservar a nação brasileira e o império exigia que se mantivessem os interesses comuns e a recusa às oposições. O espírito mineiro comungava com o império, ainda que este esteja temporariamente como uma administração regencial, especialmente em um período de incertezas políticas.

Eu não posso descobrir a que ponto de felicidade querem levar o Brasil esses que ainda não saciados com o sangue vertido em tristes partes do Império suspiram por novas revoluções, para acabar de uma vez com os Brasileiros que interessados na prosperidade de sua pátria, desprezam todo o gênero de sacrifícios quando se trata de salvá-la. (O Universal, 30.01.1832)

A referência ao outro como modelo do “não fazer” foi mantida no período Regencial. Corroborava com a inculcação de uma moralidade ordeira, nascida com os mineiros, tendo como comparação as oposições das províncias rebeldes. Pode-se afirmar que, práticas de resistência isoladas, como ocorreram no período regencial, muito mais reativam o clamor pela união e consenso:

Eia, Mineiros, alerta! A honra e o dever tem sido sempre a vossa divisa – vós sabeis que o contágio pode lavar até nós e perturbar nossa paz e bem-ser [sic], frutos do respeito e obediência às leis que nos regem. Protestos recebidos de todos os pontos da Província alistam sobejamente o desejo e vivo interesse que toma o bom povo Mineiro pela manutenção da ordem estabelecida. . . Exemplo bem frisante temos na casa dos nossos vizinhos do sul que em tantos anos de luta ainda não puderam achar um ponto de apoio: nós temos entre nós mesmos, nessas províncias onde em nome da Pátria e da Lei se há derramado o sangue Brasileiro – agora mesmo o desditoso Ceará geme sob a influência do malvado Joaquim Pinto Madeira. . . (O Universal, 23.04.1832)

Há um sistema de classificação construído para que o ideário civilizatório seja inculcado e a imprensa assumiu um papel decisivo para construção de princípios éticos, produzindo a interiorização de categorias de classificação que reproduziam as condições sociais já existentes. Aos periódicos cabia produzir o discurso tanto no interior dos diversos segmentos que representava como em outros diferentes setores sociais.

As possíveis alternativas diante da ordem instituída no governo regencial procuravam ser esvaziadas e afastadas pela imprensa, limitando o universo das possibilidades de resistência. Em momentos de dificuldades, como foi a Regência, o discurso que surge procurava criar ou recriar o senso comum, inculcando uma maneira de viver e entender o mundo social. Uma nova divisão poderia criar resistências, fazendo com que aqueles que temiam perder posições reforçassem a produção de representações fundadas a partir do

símbolo da unidade, incorporando um discurso de bom senso e da ordem social.

. . . ama a pátria e adora a liberdade . . . A província de Minas está firme nos seus sentimentos, não se afasta daqueles princípios que encara como único para salvar o Brasil, não acredita mais em sonhadas repúblicas, respeita as legislaturas autorizadas, não se curva nem jamais se curvará às ilegais. . . A bandeira da legalidade tremulou finalmente. . . Felizmente está restabelecida a ordem na província de Minas (O Universal, 27.05.1833).

Apoiar e fazer parte do governo imperial apresentava vantagens que facilitavam ainda mais as relações comerciais entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, fazendo a província se sentir diferenciada em relação às demais: “. . . a maior, a mais vasta, a mais rica, a mais populosa de todo o império.” (discurso do padre Justiniano da Cunha Pereira em “O Universal” de 04.09.1833).

Durante o Primeiro Reinado e, especialmente na regência, os movimentos sociais ocorridos em Minas, que não foram poucos, conforme afirma Andrea Lisly Gonçalves<sup>78</sup>, são tratados pela imprensa como uma atitude isolada, que logo procurava passar a ideia de restabelecimento da ordem, justificando o insucesso das insurreições pelo amor que o povo mineiro tem à pátria e o respeito à Constituição. O ser mineiro era aquele integrado à nação, os “dois ou três” que resistiam eram anarquistas que agiam em agitações de pouca duração. No “gênio mineiro” estava contido naturalmente o amor à nação, ao mesmo tempo em que o “inimigo da pátria”, aquele que se revoltava e fazia sedições contra a ordem estabelecida, era opositor da verdade e da razão. No “O Universal” de 23 de abril de 1832, em função de rumores sobre possíveis conspirações, foi divulgado o apoio de diversas regiões mineiras em favor da ordem garantida, contrapondo o ambiente de descontentamentos e revoltas (ou indícios delas expresso em boatos). O insucesso da Revolta do Ano da Fumaça<sup>79</sup>, no ano seguinte, só corroborou com a aproximação do discurso de

---

<sup>78</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. No cravo e na ferradura. *Revista de História* edição 91 abril 2013 <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/no-cravo-e-na-ferradura>> Acesso em 19 de abril de 2013.

<sup>79</sup> SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. Locus: *Revista de História*. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan. – jun. 1998.

ordem e o apelo aos mineiros em manter fidelidade ao império, fazendo da data da derrota dos revoltosos, 22 de março, um marco a ser ritualizado. A Revolta do Ano da Fumaça foi uma sedição iniciada em 22 de março de 1833 que durou aproximadamente dois meses, onde os restauradores tomaram o poder na capital Ouro Preto destituindo o governo provincial. Tendo o envolvimento de abastados proprietários, o movimento não conseguiu se manter por muito tempo e seus líderes foram presos, representando uma vitória para os liberais moderados. Sobre o número de mortos no movimento, não se sabe ao certo. Na edição do “O Universal” de 14 de junho de 1833 defende os números oficiais de 20 mortos, comentando nessa publicação que a oposição denunciava um número bem maior.

Assim que acabou o movimento, a imprensa de imediato já vinculava Minas aos sentimentos da nação, ao forte sentimento patriótico nato do mineiro, relacionando sua importância no cenário nacional ao mesmo tempo em que reforçava também a rejeição aos movimentos contestatórios:

Mostrou enfim o quanto é capaz o Gênio mineiro que. . . ama a pátria e adora a liberdade . . . A província de Minas, que faz a quarta parte do Império. . . está firme nos seus sentimentos, não se afasta daqueles princípios que encara como único para salvar o Brasil, não acredita mais em sonhadas repúblicas, respeita as legislaturas autorizadas, não se curva nem jamais se curvará às ilegais. . . A bandeira da legalidade tremulou finalmente. . . Felizmente está restabelecida a ordem na província de Minas (O Universal, 27.05.1833).

A imprensa em Minas não só aproximava o caráter do mineiro com o interesse nacional como fazia da sua atitude ordeira uma referência nacional, um modelo em defesa da legalidade a ser seguido pelo restante da nação. No que a rápida repressão à Sedição de 1833 só vinha a reforçar, relacionando qualquer movimento de oposição como baderna, criminalidade e anarquia passageiras em contraponto aos interesses civilizatórios do império. Quer seja ao rechaçar um retorno de D. Pedro I, quer seja ao afastar movimentos em prol da república, a grandeza em espírito e em importância econômica do povo mineiro estaria entrelaçada com o respeito à Constituição, a preservação da liberdade e os interesses da pátria, qualidades concentradas no governo monárquico:

. . .um bando de entes degenerados fez baquear com a mais negra traição, esses heróis, que assim sabem sustentar o caráter dos Mineiros, são os que hoje atraem toda a nossa atenção para lhes rendermos os merecidos cultos que a gratidão exige. Em verdade é sobre todo o elogio o comportamento dos nossos Guardas Nacionais na presente conjuntura, ao primeiro reclamo todos os Mineiros se apresentam com um entusiasmo tal que pareciam ser não de uma província, que até aqui só se tem dado à cultura e à indústria apropriada às suas circunstâncias; porém, uma província aguerrida e destra, em tomar as armas em momento de perigo. Sim, Minas, esta província que tanto pesa na balança política do Estado por sua população, e riqueza vai dar agora um grande impulso à marcha de nossa civilização. . .Se Minas se moveu com um entusiasmo inaudito para sustentar a Legalidade ofendida ela não pode conservar apático a ousadia espantosa com que os restauradores preparam os caminhos para a vinda de Pedro Bourbon.(Astro de Minas, 11.05.1833)

A imprensa ritualizou o 22 de março como um reforço à manutenção da ordem e a defesa intransigente dos mineiros em prol da preservação dos interesses da monarquia constitucional

. . .aventureiros que em 22 de março de 1833 levantou o estandarte da revolta na capital da Província. . .!. . .Para que deslumbrar assim o heroico povo Mineiro, cujo pensamento e desejo é que se mantenha a ordem e a paz com a Monarquia constitucional, governe quem quiser contanto que respeite a Constituição reformada e as leis do País? (O Universal, 05.01.1838)

Oito anos, já no segundo reinado, a data ainda era lembrada:

É hoje o dia aniversário daquela em que há oito anos ergueu pela primeira vez o brado da revolta, o grito aterrador da anarquia, que prometia tudo trazer, tudo devorar em nossa província! Vai-te, vai-te. . .Sepulta-te e não surjas do abismo do passado, dia que para Minas um século foste de contínuos tormentos. . .Mineiros, amigos verdadeiros do Trono excelso do Augusto Pedro, recordai este acontecimento e cômnicos de vosso dever, jurai no altar da honra ainda mil vezes empunham as armas como outrora fizestes para aniquilar os planos parricidas desses homens. . . (O Universal, 22.03.1841)

A bem realizada ação na província contra as resistências internas reforçou uma aproximação dos interesses mineiros ao nacional em comparação aos outros movimentos provinciais ocorridos especialmente no período regencial. Ou seja, há a construção do discurso que identifica Minas Gerais ao Império através da lealdade heroica ao governo, que os mineiros se opõem a qualquer movimento contra a monarquia constitucional, o que não ocorreu nas outras províncias, facilmente abaladas por constantes sedições. Assim descreveu “O

Universal” de 13 de novembro de 1835 ao repudiar o movimento que iniciava no Rio Grande do Sul nesse ano

. . . o exemplo do governo de Minas podia aproveitar e fazer triunfar a legalidade na província de São Pedro do Sul, mas faltaram-lhes os mineiros, que, espontaneamente, correram às armas e com elas arvoraram outra vez o estandarte da legalidade.

A reação especialmente na Revolta do Ano da Fumaça construiu uma imagem do povo mineiro como defensor incondicional e bem sucedido da ordem imperial ao mesmo tempo em que o que ocorreu nas diversas regiões do Brasil foi o resultado de um espírito contrário à brasilidade, pois fruto de paixões e ódios. O discurso se mantém, mesmo como a queda de Feijó. O espírito mineiro é o exemplo a ser seguido, modelo que compartilhava com a pedagogia proposta pelo império, caminho civilizatório a que era destinado o Brasil, mas que sofria ainda a resistência dos “Sabinos, Vinagres e Bentos”

Sim, Mineiros, pretende-se cobrir-vos de opróbrios e ques-se [sic] apresentar-vos ao Brasil como consórcios dos Vinagres, e dos Sabinos!. . . Para que deslumbrar assim o heroico povo Mineiro, cujo pensamento e desejo é que se mantenha a ordem e a paz com a Monarquia constitucional, governe [sic] quem quiser contanto que respeite a Constituição reformada e as leis do País? Aonde está um só homem de senso, um só Mineiro enfim que não deteste os Sabinos, vinagres, Bentos e mais sequela? . . . Mineiros, Guarda Nacional, a causa é vossa. . . (O Universal, 05.01.1838)

Desse modo, a representação da elite mineira expressada na imprensa no Primeiro Reinado e no período Regencial era de sentimentos que se confundiam com o do ser brasileiro. Minas Gerais, com participação direta na construção da monarquia, com estreitos laços econômicos com a Corte, tinha sua identidade espelhada no projeto imperial, servindo de padrão a ser seguido por outras províncias mais vulneráveis a outras propostas que não a do governo central.

O discurso centralizador é reforçado pela satisfação com a entronização de d. Pedro II, especialmente pela participação dos liberais nesse movimento. É um sentimento dos mineiros “. . . com a sagração do Augusto Monarca. . . próprias de um povo que ilustrado pela experiência do passado sabe avaliar o nexos que existe entre a pessoa do Sr. Pedro II e a estabilidade de sua paz. . .” (O Universal, 26.07.1841).

No entanto, alguns meses depois, saindo do governo, os liberais e consequentemente um dos seus porta-vozes em Minas Gerais, o jornal “O Universal”, se tornam oposição. A princípio as críticas e posições contrárias ao novo governo, apesar de fugir à moderação, não eram feitas contra o império ou à ordem constitucional, mas uma condenação em relação ao gabinete conservador. É uma oposição à conduta do ministério dirigido pelos saquaremas, entendendo ser o imperador iludido pelos conservadores. Havia até o apelo aos direitos constitucionais que, segundo “O Universal”, estaria sendo atingido. O jornal estava sempre fazendo o apelo contra o que entendem ser abuso do governo, fazendo defesa em favor “ . . . dos cidadãos pacíficos e respeitadores das leis, que só querem a pública tranquilidade e a observância da constituição e das leis” (O Universal, 26.01.1842).

Segundo Erik Hörner<sup>80</sup>, os primeiros descontentamentos em Minas Gerais, que vai culminar com a Revolução Liberal de 1842, já se manifestavam desde 1841, ocorrendo diversos conflitos locais, como em Araxá, Tamanduá, Januária e Serro. Tais querelas envolviam ressentimentos sobre questões eleitorais, nomeações de autoridades, desmembramento e anexações de freguesias. A mudança do presidente de província, com a indicação de Machado Nunes, acompanhada com as demissões e as substituições dos cargos administrativos aumentavam as tensões.

No entanto, no final de 1841 até maio de 1842, quando o periódico passou a fazer oposição sistemática ao gabinete conservador, conforme é analisado no subcapítulo “Moderação ou Insurreição: um dilema mineiro”, mesmo com o discurso extremado, não há um sentimento de distanciamento dos interesses em relação a outras províncias ou um discurso de enfrentamento à monarquia estabelecida. Toda a oposição, quer seja através de uma ação institucional, quer seja por insinuações de revoltas, são feitas direcionadas ao ministério instalado. Hörner destaca que “os legalistas de 1833 seriam em grande medida os rebeldes de 1842, enfrentando antigos adversários no mesmo território e em nome da mesma lei”<sup>81</sup>

Um exemplo dessa posição tomada pelos liberais são manifestações chamadas de “representações”, que vão passar a fazer parte dos conflitos

---

<sup>80</sup> Op. cit.

<sup>81</sup> Op. cit. p. 340.



políticos do período. De diversos grupos e lugares na província mineira durante esse período, essas representações eram documentos assinados por cidadãos contra ou a favor do governo, um instrumento que fazia visível a adesão ou contestação dos grupos ao ministério empossado. Pelo lado que fazia oposição, as representações pediam ao Imperador a saída do ministério conservador. Em contrapartida, as representações situacionistas procuravam dar apoio aos saquaremas no poder. Nessa “guerra de representações”, as críticas são direcionadas exclusivamente ao gabinete ocupado pelos opositores. É o caso da assinada pelas vilas de Aiuruoca, Turvo e Serrano: “A convicção de que V.M.I. não pode ter outros interesses que não sejam o de ver unida e próspera a grande família brasileira . . .” (O Universal, 28.01.1842) Ou “Animados daquela justa esperança que lhes inspira a sempre ativa solicitude de V.M.I. pelo bem comum de toda a família brasileira . . . (O Universal, 28.01.1842).

Por sua vez, o jornal conservador “O Correio de Minas” vai manter a proximidade entre Minas Gerais e o Gabinete saquarema. O discurso reforça que o governo provincial e império estão afinados: “Felizmente, porém, os fatos vão provando que os Mineiros só querem a ordem, e aquela liberdade que deve resultar do respeito e devida obediência às leis e às autoridades constituídas” (O Correio de Minas, 23.02.1842). Ou “Nenhum outro, Senhor, além da constituição, será o Empório de Salvação para o Brasil . . . onde se pode ver que os sentimentos que animam a briosa população mineira são os mesmos que animam o de todo o Império” (O Correio de Minas, 30.04.1842). Na posição de apoio ao governo, a representação apresentada pelos cidadãos de São João Del Rei vai indicar todo vínculo entre mineiros e o império:

Os abaixo-assinados, confiados no amor desvelado que V.M.I. tem mostrado aos brasileiros . . . esperam que a calamidade pública há de chegar a seu termo, compreendendo-se os verdadeiros interesses da pátria. . . continuando uma política de vigor e moderação e que condene todos os excessos (O Correio de Minas, 12.02.1842).

Outra representação noticiada pelo “O Correio de Minas”, agora de Pouso Alegre, com “mil oitocentas e tantas” assinaturas, contra as quatrocentas pedindo a saída do ministério, apresenta, além do apoio ao governo, a sugestão do uso da força legal em caso extremo

Não faltam meios Constitucionais, não faltam cidadãos beneméritos que vigiam sobre a prosperidade da pátria. Se for preciso, se houver abuso do poder, são esses os meios, são as leis que se devem opor eficazmente aos abusos. (O Correio de Minas, 23.02.1842).

Mas, com a dissolução da assembleia geral legislativa do Império e da Assembleia Provincial em maio de 1842, a imprensa vigiada e a punições a vereadores, o caminho dos liberais foi abandonar a oposição pelas vias legais. Com a eclosão do movimento já ocorrida em São Paulo, o que levou a um alerta governista em Ouro Preto, as condições propícias para o levante foi na cidade de Barbacena. Neste local, assumiu José Feliciano como presidente interino, apontado pelos revoltosos. José Pedro dias de Carvalho foi nomeado seu secretário. Diversas municipalidades, algumas de expressão como São João D' El Rei apoiaram o movimento. Inicialmente, o governo mineiro tentou debelar o movimento com recursos próprios, diferente de São Paulo que sofreu de imediato a repressão do exército imperial. Os rebeldes, ao longo dos meses de julho e agosto de 1842 foram enfraquecendo pelas deserções, perdas de recursos e munições insuficientes. O sucesso do barão de Caxias em São Paulo levou o Rio de Janeiro a nomeá-lo para agir também na província mineira. Em agosto de 1842, os revoltosos já se encontravam encurralados e o José Feliciano abandonou o campo de batalha. Os rebeldes fugiram em direção ao Arraial de Santa Luzia, onde ocorreu o confronto final. Foram presos os líderes do movimento, entre eles Moreira de Azevedo, Martins C. de Brito, Teófilo Ottoni e Dias de Carvalho.

Quando contido o movimento liberal de 1842 pelo governo, o jornal conservador “O Correio de Minas” mantém a tendência de identificar Minas Gerais com o Brasil, apontando o “caráter” dos mineiros como sendo amantes da liberdade sem excessos, patriota e fiéis ao trono constitucional (O Correio de Minas de 18 de novembro de 1842 e 21 de outubro de 1842).

Com o fim do “O Universal”, que encerra suas atividades em maio de 1842, e do “O Correio de Minas”, que tem sua última publicação disponível nos arquivos em janeiro de 1843, os jornais disponíveis para o período entre 1842 e 1845 iriam se restringir a publicações oficiais, com reduzida quantidade de editoriais e artigos. É o caso de “O Compilador da Assembleia Legislativa da

Província de Minas Gerais” (02.05.1843 até 09.05.1843). Os jornais que existem disponíveis até 1849 são três exemplares do jornal Conservador “O Itacolomy” (datados de 01.11.1844, 18.03.1845 e 08.05.1845) e um ano do Liberal “O Constitucional” (26.02.1846 a 11.02.1847, com duas publicações semanais) não podendo apontar qualquer vestígio da relação entre Minas Gerais e Brasil pelas publicações exclusivamente oficiais.

Entre 13.05.1849 e 21.10.1849 a referência existente é o jornal dominical “O Povo”, órgão Conservador que concentrou artigos em torno de questões políticas, com fortes críticas e ataques pessoais aos liberais. Estes, embalados pelo movimento pernambucano da Praieira, de 1848, eram considerados pelo jornal saquarema como defensores de uma constituinte e do federalismo. O discurso de uma província sendo modelo de ordem permanece diante dos momentos de inquietação nacional, encarnando nos mineiros o equilíbrio, opondo às paixões de províncias como Pernambuco e Ceará. A ligação de Minas Gerais com o centralismo monárquico ficava acentuada à medida que se aproximam as eleições para Assembleia Provincial de 05 de Agosto de 1849. O tom plebiscitário dado pelo “O Povo” é exposto em edição especial de uma página no dia das eleições, reafirmando a proximidade dos mineiros com o projeto do império a partir do processo eleitoral, depositando o voto em favor do partido conservador:

Chegou finalmente o dia 5 de Agosto. . .O 5 de agosto do qual dependem os destinos do império! O 5 de Agosto que traz em seu regaço a paz ou a guerra. O 5 de Agosto que vem decidir a questão agitada entre o bom senso e as paixões! O 5 de Agosto que vai pronunciar entre a bandeira escalarte dos revolucionários e a coroa Imperial! O 5 de Agosto que vai firmar a nossa constituição política ou jogar-nos com a mão de ferro no meio das labaredas da guerra civil! O 5 de agosto que tem de dar-nos uma pátria para nossos filhos ou um açougue em que o sangue das vítimas se mistura com o dos algozes! O 5 de Agosto cuja voz inexorável vai suspender as tempestadas que ameaçam de perto a pátria dos brasileiros ou fazer cair sobre ela em chuvas de sangue as calamidades do inferno ( O Povo, 05.08.1849).

Passadas as eleições e consolidada a vitória dos conservadores, o periódico “O Povo” procurou evidenciar a decisão moderada dos mineiros pelo “voto sagrado da monarquia constitucional” (O Povo, 12.08.1849), considerando uma condenação de toda a província à oposição ao império e à

Constituição, confundindo mais uma vez os interesses nacionais com o de Minas Gerais. Quase um mês depois de ocorrido o processo eleitoral, a oposição entre a mudança e permanência reforça o papel mineiro em favor da estabilidade nacional “A bandeira revolucionária da federação e a constituinte arvorada em Pernambuco. . .bem haja o Povo mineiro, que soube salvar o país, obrigando estes facciosos a desdizer-se, a envergonhar-se, a negar-se. . .” (O Povo, 02.09.1849).

Com o fim do jornal “O Povo”, em 21 de outubro de 1849, apenas reaparecem publicações com o periódico “Diário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”, em 18 de abril de 1850. No entanto, ao longo dos seus oito meses de existência o jornal se limita a publicar leis, projetos, decretos, requerimentos, prestações de contas e sessões da Assembleia (tendo como discussões centradas em criações ou suspensão de impostos, aposentadorias, Guarda Nacional, orçamentos, elevação de vilas a paróquias e aumento do corpo policial).

Só ressurge nos arquivos outro periódico em 02 de janeiro de 1851, “O Conciliador”, órgão de apoio ao gabinete conservador, de propriedade de Francisco de Assis Costa, com publicações na segunda-feira e quinta-feira, mas disponível nos arquivos já na sua edição de número 169. O jornal conservador mantinha o discurso já existente de aproximação dos mineiros com a Corte, sendo estes leais e sustentadores da monarquia desde 1822, considerando a província aquela “. . .que colocou espontaneamente sobre a cabeça do grande Príncipe a coroa fundida com o ouro das nossas Minas.” (O Conciliador, 03.02.1851). A província de Minas Gerais, segundo o periódico, tinha em sua essência a ordem, “. . .amiga do trono e da monarquia constitucional.” (O conciliador, 16.06.1851), sendo que a “. . .índole pacífica” (O Conciliador, 04.08.1851) dos mineiros estava diretamente relacionada com o governo.

Com o fim de “O Conciliador” em 19 de dezembro de 1851, os arquivos apresentam disponíveis o jornal “O Bom senso” a partir da 24ª edição, datada de 01 de abril de 1852, tendo como proprietário Francisco de Assis Costa, o mesmo de “O Conciliador”. O jornal “O Bom senso” ainda mantém duras críticas nos seus primeiros meses aos republicanos, mas o debate em torno de uma nova constituição e do federalismo vai desaquecendo ao longo de 1852.

Pelo jornal situacionista há relatos de fechamento de jornais considerados mais extremados, sendo citados “O Apóstolo” e “Ominibus” “. . .taxados e extintos por serem caluniadores.”(O Bom Senso, 24.06.1852), indicando um recrudescimento da censura à imprensa oposicionista. Essa situação, em quem determina quem diz, o que pode ou não dizer, aproxima do que Pierre Bourdieu<sup>82</sup> considera como imposição do mercado, onde as expressões seriam resultado das constantes tensões e disputas de visões do mundo social, buscando um consenso pelas palavras.

O contexto nacional, com a política de Conciliação, vai contribuir ainda mais para reforçar o discurso moderado, tendo à frente do gabinete o marquês de Paraná, que tomou posse em 06 de setembro de 1853. O impacto dessa política já é perceptível alguns meses antes da posse desse gabinete, quando o nome de Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos é indicado para a presidência da província mineira e saudado tanto por conservadores quanto liberais. Um exemplo do esvaziamento entre as oposições é o editorial do jornal “O Bom Senso”, de 21 de julho de 1853, que festeja o nome de Vasconcelos a partir de um trecho de aprovação do nome retirado do jornal opositor “Liberal”. Dois anos depois, o mesmo jornal comemorava os reflexos da política conciliadora, corroborando com o abrandamento entre os dois partidos:

. . .o desaparecimento de alguns jornais não é por maneira alguma uma imposição ministerial, é o resultado da convicção que se vai ramificando por todas as localidades, de que tem cessado as lutas políticas e que por isso cumpre aproveitar o estado de calma em benefício dos melhoramentos. . .(Bom Senso, 02.07.1855)

Com o início da política de Conciliação, os conflitos partidários e seus ataques a opositores cedem lugar a notícias e opiniões voltadas para questões administrativas, a projetos de desenvolvimento, levando ao quase desaparecimento de expressões anarquia, liberdade e revolução, e, quando usadas, caso do jornal oposicionista “Regeneração”, são repreendidas por serem “. . .linguagem inconveniente e imprópria da civilização mineira” (Bom Senso, 09.05.1853). Mais uma vez, agora no contexto político conciliatório, o

---

<sup>82</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

nome de Minas Gerais é usado, se tornando um modelo a ser seguido por outras províncias, pois cresceu com os conflitos, agora civilizada, sua divisão em interesses opostos bem como a solução rápida para os conflitos é página virada. É na exaltação da grandeza do passado que garante a ressurreição, é na tradição do passado glorioso que há o amadurecimento dos habitantes da província. O discurso do crescimento do povo mineiro a partir do seu passado é que o faz distinto das outras províncias, reforçando ainda mais sua proximidade com o Brasil e o projeto monárquico:

Eis a origem dessa fé tão robusta e tão duradoura pela qual se distingue a província de Minas Gerais entre suas coirmãs. . . .Até aqui dividido em dois campos, onde se debajara insuflado por ódios inveterados e irreconciliáveis, esquecidos dos seus deveres mais claros para se ocuparem da contemplação de utopias irrealizáveis, ocupadas suas inteligências e atividades, e mesmo sua fortuna, quase exclusivamente na descoberta dos meios próprios e eficazes para o extermínio recíproco dos seus adversários, hoje quase unidos em um só os dois campos inimigos, destruído, aniquilado o muro de bronze que os separava ligados pelos laços indissociáveis de família, presidido por um filho de benção, cuja inteligência não gira se não do bem ser dos seus irmãos cujo coração só palpita pela prosperidade de sua mãe pátria, oferece ao Brasil, ao mundo, um exemplo digno de ser imitado por todos os brasileiros, por todos os amigos da humanidade. A política da atualidade pode contar com assentimento dos Mineiros na sustentação de seus projetos, que todos tendem a beneficiar o país, encaminhando-o para o estado de prosperidade, para o que a natureza o tem destinado. (Bom Senso, 05.07.1855)

### **3.2. As datas cívicas e seus rituais: Minas também fazia parte de um Brasil Imperial**

Para Marcello Basile<sup>83</sup> as datas cívicas foram estratégicas ao longo de todo império para marcar politicamente os espaços públicos, mobilizando o fervor patriótico em manifestações cívicas vinculadas ao processo de independência. Organizados por sociedades políticas, Câmaras Municipais ou até por iniciativa de autoridades locais, os rituais eram normalmente pré-determinados, envolvendo diversas autoridades públicas ao longo do dia das festividades, com grande participação dos governantes, de militares e da Igreja, onde eram realizados desfiles militares, tiros de canhões, Te Deum, sermões, espetáculos pirotécnicos, músicas, hinos, danças, peças teatrais, discursos e vivas

---

<sup>83</sup>BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Festas Cívicas na Corte regencial. *Revista Varia história*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 494-516, jul/dez 2006.

(expressões de lealdade política expostas em palavras de ordem, era um importante indicador político). Em todo o império foram difundidas as festas cívicas em rituais de consolidação à imagem da pátria, aos instrumentos legais como a Constituição ou a veneração às imagens dos imperadores, elementos de mobilização de sentimentos importantes para legitimar o poder.

Carla Simone Chamon<sup>84</sup> corrobora com essa visão a partir da realidade mineira, entendendo que Minas Gerais desempenhou um importante papel econômico e político na formação do Estado brasileiro e os festejos na província foram constantes na busca de comover e contagiar, sendo uma forma de

Dizer que as festas em Minas eram momentos onde se buscava criar relações entre o povo e o poder, fomentar uma identificação do povo com as propostas políticas do governo e estreitar os laços entre ele e seus dirigentes. Nos festejos dessa natureza, o poder se transformava em espetáculo para conquistar a adesão. . .Era a festa que entusiasmava a todos, que buscava jorjar a unanimidade em torno de seus ideais, contagiando e difundindo sonhos, esperanças e valores através da celebração de fatos. . .a festa cívica colocava a pátria em altar.<sup>85</sup>

O que Chamon procura enfatizar é o fervor coletivo que as festas cívicas traziam com seu espetáculo de encantamento e sedução, motivando a população a comungar, aderir e identificar com os projetos políticos do Estado, criando laços entre os mineiros e o poder, ao mesmo tempo em que buscava construir novos valores idealizados no trabalho, prosperidade e civilização, reforçando então a percepção das festas cívicas como sendo pedagógicas. Nesse sentido a partir do anos 20 do século XIX e ao longo de todo império

A festa já tinha como centro de sua celebração a nação que se queria criar. A pátria brasileira era o centro da comemoração festiva e ensinava ao povo os valores do patriotismo. . .a festa procurava passar para o povo lições, ainda que rudimentares, de disciplina coletiva e de unanimidade, criando e difundindo, através de suas elaborações imaginárias, os sentimentos cívicos e valores de vital importância para a vida social.<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup>CHAMON, Carla Simone. O cenário da festa: festa cívica em Minas Gerais no século XIX. *Revista Varia historia*, Belo Horizonte, nº 19, nov/98, p. 183-204.

<sup>85</sup>Op. cit. p. 185-186.

<sup>86</sup>Op. cit. p. 186.

A elite mineira estava envolvida nesse processo de forma intensa, através de representações simbólicas, revestindo o poder em um caráter mágico, inspirando na população um sentimento de amor à pátria, usando os cinco sentidos como forma de entusiasmar, procurando despertar o nacionalismo “. . antes pelo sentir que pelo pensar.”<sup>87</sup> O destinatário desses rituais era o povo e a imprensa fazia questão de enfatizar sua presença maciça nos eventos, transmitindo um verdadeiro fervor popular, mesmo se isso de fato não ocorresse. Chamon procurava esclarecer, no entanto, que esse povo, apesar da designação genérica, dando sentido de harmonia e união, era instituído pela elite. Essa elite apresentava nos discursos a importância da participação popular, mas procurava reforçar a hierarquia social, identificando nas festividades a posição de cada um, mesmo que possibilitando compartilhar os segmentos com menor privilégio das paixões políticas, em uma unanimidade que não incluía a igualdade social.

Ao procurar fortalecer a monarquia nacional, as representações indicavam na formação do Estado brasileiro a defesa de uma vontade sagrada, uma imagem do imperador associada a um sacerdote condutor de uma justiça divina, conforme destaca Eduardo Romero de Oliveira<sup>88</sup>. No entanto, há uma aliança nesse direito natural a uma justiça racional pautada no interesse popular, um Estado de Direito baseado na razão universal humana e legitimado pelo poder constitucional. Portanto, é uma imagem que associa o sagrado a “. .um poder legal e constitucional que, ao mesmo tempo vela pelo respeito dessa ordem legal e se expressa na Constituição”<sup>89</sup>.

Essa comunhão entre pátria e província era retratada na imprensa de forma permanente. As ritualizações de datas comemorativas reforçavam a representação sagrada da família imperial. Os primeiros anos de império já marcavam essa sacralização, como o aniversário do nascimento de D. Pedro I. O doze de outubro envolvia toda a capital mineira nas primeiras horas da manhã:

O parque da artilharia anunciou ao alvorecer com uma salva imperial que a aurora desse dia de tanta glória para os brasileiros . . .O ribombo despertara igualmente os cidadãos de Mariana, que

---

<sup>87</sup>Op. cit. p. 195

<sup>88</sup>OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A ideia de Império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). *Revista Tempo*, vol. 9. N. 18, Niterói, Jan./jun. 2005.

<sup>89</sup>Op. cit. p. 6.



gostosos concorrera a esta capital para tomarem parte no aplauso de tão alto motivo de nosso júbilo. (Abelha do Itacolomi, 12.10.1824).

O dia seguia com desfile de tropas, missa de gala na capela de Nossa senhora do Carmo com a presente do presidente de Província e demais autoridades, peça de teatro e iluminação da cidade ao anoitecer.

Quando do nascimento da filha de D. Pedro I, Francisca de Bragança, em agosto de 1824, o jornal “Abelha do Itacolomi” descrevia as comemorações em Ouro Preto:

Os dois dias passados foram de grande gala nesta capital, porque neles renderia graças ao Onipotente pelo nascimento da sereníssima princesa. . .A artilharia nas madrugada . . .salvou com 101 tiros de canhão e seriam quatro da tarde de 28 postou-se o regimento dito no Adro da capela de N. S. do Carmo, onde a música do mesmo se conservou, entoando o hino brasileiro . . . O templo estava guarnecido de damascos e galões e com a maior profusão iluminado . . . Findo o Te-Deum, a tropa fez fogo e a artilharia correspondeu com um Salvo imperial, deram-se Vivas do estilo à frente do regimento . . .A noite bandas de música do regimento correram às ruas . . . No dia seguinte executou-se a mesma solenidade e com a mesma pompa. (Abelha do Itacolomi, 30.08.1824).

O jornal “O Universal” de 04 de maio de 1827 exaltava em editorial de primeira página a importância das festividades desde as primeiras organizações humanas, destacando, no caso brasileiro, a data comemorativa da independência e a aclamação de d. Pedro I, evidenciando a condição servil da província em prol da política de centralização imperial.

Na publicação de 14 de outubro de 1829, “O Universal” dedicou toda a primeira página para comemoração do aniversário de d. Pedro I ocorrido dois dias antes. A referência ao imperador é cheia de expressões que sacralizam sua posição, colocando em letras garrafais indicações solenes como “imperador constitucional e seu invicto defensor perpétuo” ou poetizando sua existência em súplica que “. . .até tombar a máquina do universo, nunca, nunca deixes de raiar tão grato, como hoje, para todos os brasileiros”. Em seguida, o jornal noticiou as comemorações do dia, onde houve tiros de canhão na alvorada, celebração de Te Deum na capela Nossa Senhora do Carmo com a presença do presidente da Província, vereadores e “cidadãos distintos”, desfile de tropas, bandas de música, apresentação teatral da “Bela Selvagem”, sendo que antes do início da peça apareceu, segundo o jornal, o retrato do imperador seguido de vivas. Em 13 de dezembro do mesmo ano, “O Universal”

também dedicou a primeira página a d. Pedro I “O Amigo da Verdade”, fazendo referência a ele como “modelo dos reis”, “gênio tutelar do Brasil”, “restaurador dos nossos direitos”, “perpétuo defensor do império”, exaltou seu papel na formação brasileira e apontando os saltos do Brasil em vários setores, avanços todos responsabilizados ao imperador. A partir da produção do “O Universal” pode-se perceber um discurso de aproximação entre o Estado imperial e o ser mineiro, caracterizando um vínculo maior de submissão do que de autonomia.

Os fatos ocorridos sempre atraíam a identidade nacional em detrimento de particularidades regionais. Exemplo foi a morte da imperatriz Maria Leopoldina, anunciada em 29 de dezembro de 1826 pelo “O Universal” como um chamamento de pêsames aos *compatriotas mineiros*, dando um significado relativo ou pertencente à nação, deixando implícito o mineiro atrelado ao império. Em 05 de março de 1827, “O Universal” comemorou a criação do jornal paulista “O Farol Paulistano” convocando os mineiros para criação de uma imprensa voltada para prosperidade do Brasil. O jornal mineiro, ao defender nessa edição o papel da imprensa como ferramenta unificadora do império, faz um apelo que foi ao encontro do projeto do governo ao relacionar o “passado derramado pelo sangue dos heróis mineiros” com um “bem servir à pátria”. Queixando-se dos abusos do juiz criminal na vila de Tamanduá, o leitor que escreve no “O Universal” de 23 de abril de 1827 fez referência ao lugar onde mora como parte da “grande família do florescente Império brasileiro”, como também o identifica como subordinado à sua majestade imperial, ao amor a D. Pedro I e à pátria.

Também eram carregadas de simbolismo e reforço do poder as narrativas dos periódicos das viagens feitas tanto por D. Pedro I como, posteriormente, seu filho imperador, apresentando, a partir da descrição dos rituais realizados para recepção dos governantes da Corte, o poder imperial. A vinda de D. Pedro I em Minas Gerais em fevereiro e março de 1831, em um momento de fragilidade do seu governo foi uma tentativa de receber apoio da província. Essas viagens eram acompanhadas de todo um cerimonial, um importante serviço de avivamento à imagem do império, reforçando as instituições com ações ritualísticas para garantia e preservação do poder, principalmente em um momento que d. Pedro I sofria forte oposição, inclusive entre os mineiros.

Apesar dos jornais não chegarem a alterar a rotina de publicações, mantendo nas primeiras páginas as divulgações oficiais, os principais periódicos, como “O Universal”, “Telégrafo” e “Astro de Minas” procuraram reproduzir o ritual e suas liturgias, homenageando a família imperial que chegou a Ouro Preto em 22 de fevereiro de 1831. Tanto o “O Universal” de 23 de fevereiro e como no “Telégrafo” de 28 de fevereiro, descreviam da mesma maneira a recepção do dia anterior, narrando a capital mineira iluminada e adornada com arcos e pirâmides, o representante da Igreja e o presidente da Câmara indo ao encontro de D. Pedro I, gritos de vivas ao “defensor perpétuo do Brasil” puxado por essas autoridades. Em seguida toda a família imperial foi conduzida à Igreja dos Terceiros do Carmo, onde foi celebrado um “Te-Deum”. Depois foram para o palácio do governo, onde D. Pedro I fez um discurso, houve a cerimônia do beija-mãos, descargas de mosqueteiras pelas tropas. Segundo o jornal, o imperador se expressou em um rápido discurso no qual acusou os grupos opositores de estarem sendo influenciados pelos acontecimentos na França, de estimularem movimentos revolucionários e alertou a população a não se iludir por doutrinas que afrontam a Constituição:

. . . calado. . . falou com a muda linguagem de uma presença afável e Divinal, como se expressamente dissesse: ‘aqui estou eu, olhai para mim e vede, notai todos a diferença que há entre o que realmente sou e o que se tem escrito e dito. Ah! Mineiros, abraçai a verdade patenteada pelos fatos, desprezai a mentira e aos seus inventores’.

A imprensa liberal mineira poupou em suas publicações as manifestações contra o imperador na sua presença a Minas Gerais. Segundo Carolina Paes Barreto da Silva<sup>90</sup> as críticas ao monarca na Corte eram crescentes, chamando-o de absolutista e tirano. De acordo com Silva, a visita feita por D. Pedro I à província mineira, segundo o jornal “O Repúblico”, de Borges da Fonseca, do Rio de Janeiro, que fez a cobertura da viagem, em diversas cidades e vilas a recepção foi hostil, muitas fazendo referência ao assassinato de Líbero Badaró.

---

<sup>90</sup> SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória d'O Republicano no fim do primeiro reinado e início da regência: os discursos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

Aparentemente, no final do Primeiro Reinado, havia por parte da imprensa mineira uma posição ambígua entre questionamentos e oposição quanto ao governo de D. Pedro I, mas procurando ao mesmo tempo preservar a monarquia e a Constituição. Por um lado a imprensa reforçava os rituais públicos fortalecendo na população os símbolos do império. O “O Universal” toma posição do governo ao “. . .defender a inviolável e sagrada pessoa de S M I.” (O Universal, 04.03.1831). No entanto, fez grande divulgação da morte de Líbero Badaró arranhando a figura do imperador. A imprensa mineira divulgava as solenidades em diversas localidades homenageando ao “mártir” Badaró, combatente do absolutismo pedrino (O Universal, 31.01.1831, 11.02.1831, 04.03.1831, 14.03.1831, 21.03.1831), ou outras publicações, como esse soneto:

Ilustre Badaró, Astro Luzente/Que o famoso Brasil  
iluminavas/Domando o Despotismo, que açoitavas/Lá desse  
Paulistano Continente (O Universal, 18.03.1831)

A abdicação de D. Pedro I solucionou essa questão, encontrando no 07 de abril a manutenção da proximidade de Minas Gerais com os projetos imperiais. Há uma preocupação por parte da imprensa de frear de forma imediata qualquer exaltação, enfatizando a vitória da legalidade contra o despotismo pedrino sem derramamento de sangue:

. . .uma revolução gloriosa foi operada pelos esforços e patriótica  
união do povo. . .sem que fosse derramada uma só gota de sangue,  
sucesso ainda não visto até hoje e que deve honrar a vossa  
moderação. . .D. Pedro I abdicou em seu filho, o senhor D. Pedro II,  
Imperador Constitucional do Brasil(O Universal, 20.04.1831).

Ao noticiar a queda do imperador, há uma preocupação do acontecido se tornar de imediato página virada, de aclamar os mineiros a não perder o caminho que trilhou em defender a Constituição e o governo imperial:

O povo, mostrando então que só queria a Liberdade legal, concorria para que seja reconhecido como Imperador o sr. D. Pedro II, príncipe herdeiro. . . Eia pois Mineiros, abençoa essa porção de Americanos e segura a carreira que eles primeiro trilhavam; cessem entre nós as desavenças e não haja se não paz, concórdia e fraternal união para defender a Constituição que juramos, para manter o sistema do governo que adotamos.

Alcançou-se o triunfo mais importante, esforcemo-nos por assegurá-lo, a nós e a nossos vindouros não mais retrograremos [sic] na carreira da Liberdade!  
Viva pois a Constituição!  
Viva a soberana Nação brasileira!  
Viva o Imperador Pedro II! . . .  
Vivam os Mineiros Defensores da Pátria! (O Universal, 18.04.1831).

Através da imprensa, a figura de D. Pedro I foi substituída rapidamente pelo filho, quer seja pelas comemorações ocorridas com a queda do imperador, quer seja agora ritualizando os novos símbolos ligados a. d. Pedro II. Cabia aos mineiros comemorar a queda do imperador como um bem para a pátria e, conseqüentemente, da província. Os periódicos se preocuparam em noticiar as comemorações com o 07 de abril ao longo dos meses de 1831, chegando o “O Universal” a abrir um suplemento em 19 de outubro de 1831 com narrativas de localidades como o Arraial do Morro de Mateus Leme e o Arraial de Santa Quitéria, descrevendo as comemorações da notícia sobre a abdicação do imperador, onde foram dadas vivas a símbolos nacionais, como a Constituição, D. Pedro II e a regência, acompanhado de hinos, iluminação, discursos, solenidades religiosas e salva de tiros.

A partir do período Regencial os ritos em torno de datas estariam voltados para o futuro imperador, especialmente o seu aniversário, o 02 de dezembro. Com a maioria de D. Pedro II em 23 de julho de 1840, esta data, como a da coroação em 18 de julho de 1841, também passam a ser ritualizadas, quer em artigos narrando as festividades em Ouro Preto ou cidades mineiras, quer em editoriais exaltando a monarquia constitucional. É o caso dos festejos noticiados no “O Correio de Minas” de 21 de julho de 1841 na capital mineira

Grande falta faria aos nossos leitores a da narração dos festejos com que foi saudado nesta cidade o memorável dia de 18 de julho de 1841. . Desde a noite do 17 até a de 20 esteve iluminada toda cidade, cujos habitantes (honra aos ouro-pretanos!) como que depondo suas antigas dissenções que cada um houvesse por ventura, viera num só coro em transportes de prazer festejar o sempre fausto e sempre memorável dia de sua coroação.

Pelas publicações da imprensa mineira, as comemorações estavam presentes em qualquer localidade, ainda que interiorana e com poucos habitantes, como é o caso do comentário feito pelo correspondente da vila de Tamanduá: “Em qualquer lugarejo do Império, inda que mui insignificante seja,

jamais deixará de ser venerado o dia 02 de dezembro” (O Correio de Minas, 15.01.1842). O jornal “Correio Oficial de Minas” de 1859, reproduzindo as comemorações do aniversário de d. Pedro II em Passos evidencia essa necessidade:

Não é na capital do império nem nas sedes das províncias que em dias tais como o 2 de dezembro deve bem aquilatar o verdadeiro regozijo popular, pois que aí existe o governo com imenso cortejo oficial que podem impor ao povo uma demonstração que ele não sente, em lugares distantes e de alguma seria segregados da influência do governo é que o povo se mostra tal qual é. (Correio Oficial de Minas (13.10.1859).

Quando o ritual não acontecia em algumas localidades, logo se denunciavam os culpados. Foi o caso de Minas Novas, onde o correspondente local apontou como responsáveis pela apatia a incompetência das autoridades locais e conclama: “Eia! Acordai-vos do letargo soporífero de vossa energia, que tanto vos surpeja [sic] para as ações de heroísmo patriótico” (O Correio de Minas, 12.01.1842).

Os rituais festivos ocorridos em Ouro Preto marcando fatos relacionados com a família imperial foram preservados e qualquer acontecimento era evidenciado em comemorações oficiais e publicados na imprensa. Caso do “O Itacolomy” de 18 de março de 1845 ao descrever as festividades pelo nascimento do filho de D. Pedro II, o príncipe imperial Afonso Pedro (que nasceu em 23 de fevereiro de 1845 e faleceu dois anos depois, em 11 de julho de 1847), onde houve na cidade três dias de comemorações com iluminações na capital mineira, bandas de músicas, celebração de Te Deum, desfile de tropas com vivas a D. Pedro II e a Constituição, execução de hinos nacionais e discursos de autoridades.

Conforme foi dito, o reforço em torno da imagem do imperador nas comemorações do dia 02 de dezembro foi permanentemente ritualizado. Na edição de 04 de dezembro de 1851, “O Conciliador” descreve as festividades ocorridas em Ouro Preto dois dias antes. Destaca o jornal que a data superou as tradicionais comemorações oficiais. Na praça central as comemorações iniciaram com a presença do Primeiro Batalhão de Guarda Nacional, o esquadrão de cavalaria e o corpo policial. O presidente de Província José Ricardo de Sá Rego saiu do palácio acompanhado de “cidadãos grados” para

capela de Senhora de Monte Carmo, onde ocorreu “. . .um solene Te Deum em ação de graças ao Todo Poderoso pela conservação dos preciosos dias d S M Imperial.” A uma hora da tarde aconteceu o cortejo da efígie do imperador e às oito horas da noite começou o baile com o comparecimento de mais de 400 pessoas. O retrato do imperador foi exposto, seguido do hino nacional, estando presentes, inclusive, segundo o jornal, líderes de oposição, o que corroborava com a ideia do grande pai protetor construída em torno do imperador.

Era o sr. D. Pedro acolhendo sob sua proteção a todos os seus súditos, sem distinção de cores políticas, era o sr. D. Pedro vendo complacente e igual o pequeno e o grande, o rico e o pobre, o mais e o menos grado na escala social, era finalmente o Sr. Pedro II consubstanciado com o seu povo. . . Só às 4 horas da manhã é que os convidados retiraram-se . . levando em sua lembrança e em seu coração a pessoa do monarca que ora preside aos nossos destinos (O Conciliador, 04.12.1851).

Ocorreram períodos em que as datas comemorativas eram direcionadas a acontecimentos específicos do período. É o que aconteceu quando surgiram os movimentos sociais europeus de 48 e a Revolução Praieira em Pernambuco no mesmo ano. Se o ritual do 02 de dezembro e todo sua liturgia já tinha um forte apelo à ordem e um desencorajamento à transgressão desde a década de 30, havia um alvo bem definido entre os anos de 1848 e 1852: o discurso republicano transcrito no jornal “O Apóstolo”. Foi uma preocupação, exagerada ou não, do jornal do governo em relação ao discurso em favor da república contido no jornal ouro-pretano, justificando as pompas ao dia do nascimento do imperador como sendo “. . .a maneira porque foi solenizado o aniversário natalício do S. M. o Sr. D. Pedro II foi um protesto contra as loucas pretensões dos ‘Apóstolos” (O Conciliador, 04.12.1851), ou ainda, na mesma edição:

Depois que o Apóstolo apareceu nesta capital, gritando contra o monarca e a monarquia, foi o de ontem o primeiro aniversário natalício de S. M. Imperador que temos tido. Dia algum era pois mais próprio para que os leais monarquistas desta cidade mostrassem sua inteira adesão à pessoa daquele que os loucos em seus devaneios julgam lançado fora dos corações brasileiros.

O governo não baixava a guarda quanto aos rituais de reforço ao Império, que seguem em comemorações locais, sacralizado em pequenas

comemorações, quer seja em uma colação de um clérigo em Bonfim, ou em grandes eventos, como a comemoração do 07 de setembro. Igual ao Dois de Dezembro, o Sete de Setembro cumpria seu papel de apelo à ordem e do desencorajamento à transgressão. Pela narrativa do jornal “Correio Oficial de Minas”, de 09 de setembro de 1858, a comemoração da independência e o aniversário de d. Pedro II se assemelhavam muito. Iniciava logo cedo, ao içar a bandeira nacional no palácio do governo, 21 tiros de canhão seguidos de banda de música com hino de independência e hino nacional. Em seguida, parada com o esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional, primeiro batalhão de fuzileiros e corpo policial. Às 11 horas o presidente de província, acompanhado por grande número de indivíduos dirigiu-se à Capela do Carmo, onde há o “Te Deum”, com orquestra e coro eclesiástico. Cidade iluminada à noite, peças teatrais com temas nacionais, alternando entre as peças, em pano de fundo “. . .brilantemente iluminado o trono, onde se achava o retrato de S. M. o Imperador, o sr. Pedro II” (Correio Oficial de Minas, 09.09.1858). Ao aparecer o retrato, todos se colocavam de pé e o presidente de província puxava os vivas, dentre os quais um dirigido ao imperador. As festividades continuaram no dia 08, com cavalgadas, toques de clarins e diversos torneios.

O ritualismo das comemorações distanciava do mero informativo da notícia, sendo comumente reproduzidos em narrativas poéticas que sacralizavam os símbolos do império. Nesse sentido, é relevante reproduzir trecho de uma dessas publicações, fazendo referência das festividades ocorridas em Passos em 02 de dezembro, como forma de retratar o reforço desses mitos:

Com que prazer imenso se dirigiam ao templo teus filhos para em místicos cânticos fazerem subir aos céus os votos de graças, que davam por haver nesse dia entrado em mais um ano o monarca que tanto idolatras, como principalmente tuas virgens que, acompanhadas de seus pais, em multidão corriam ao templo ricamente vestidas, derramavam suas lágrimas de alegria ao ouvirem a voz do seu guia espiritual no seu elaborado discurso que pronunciou patenteando as virtudes do teu monarca e a felicidade de que gozas por seres por ele governada (Correio Oficial de Minas, 13.01.1859).

Foram permanentes esses rituais ao longo de todo império, reforçado muitas vezes por outras ações, entre as quais as viagens no interior do Brasil, agora realizadas por D. Pedro II. A chegada do segundo imperador era acompanhada de todo um cerimonial, um importante serviço de reforço à sua



imagem. No caso da viagem realizada à província de Minas Gerais entre os meses de março e abril de 1881, ocorrida em um momento de fragilidade política, onde as instituições imperiais estão sendo abaladas, e as ações ritualísticas perdiam vigor, exigiam-se outras estratégias para garantia do poder. E, conforme afirma João Ricardo Ferreira Pires

Viajar é uma maneira de dilatar espacialmente a presença do Estado Imperial no território do país, há, poderíamos, dizer, uma política da viagem. Tal como falamos acima da literatura de viagem como arma imperialista, como uma das formas de se imaginar a relação entre o imperialista e o império, o fato do Imperador se deslocar com frequência pelo seu Império também é uma arma imperialista, também é uma forma de se criar uma imagem do Imperador para seus súditos e uma de seus súditos para o Imperador.<sup>91</sup>

Segundo Pires, as viagens do monarca a Minas em 1881 eram uma forma de o imperador ocupar espaço, quer seja se fazendo ver pela maioria da população, quer seja pela elite que tinha ali um momento de reforçar alianças. Nessas viagens as festas de recepção à comitiva imperial eram repletas de tradições, com cerimoniais reproduzindo a ordem social. Ainda que não fosse mais carregada dos excessos das cerimônias europeias, como o beija-mão (abolido por D. Pedro II), a cidade era convocada a ornar as casas e iluminar as noites, gestos espontâneos ou feitos a mando dos organizadores dos eventos. A cada comunidade, havia a recepção de cavaleiros (que chegava a 600, dependendo da localidade), hinos cantados, girândolas, músicas, Te-Deum, bandas e concertos musicais, espetáculos teatrais, fogos de artifícios, libertação de escravos. A cobertura da chegada do imperador a São João Del Rei ilustra uma dessas passagens

Acabam de entrar nesta cidade acompanhados de mais de 600 cavaleiros que saíram ao seu encontro os augustos viajantes. As ruas e praças estavam atufadas de povo que acompanha o préstito em vertiginoso júbilo. A cidade apresenta uma vista lindíssima. Grandes e soberbos arcos se levantam portoda a parte, as ruas se converteram em bosques frondentes, as janelas em que o belo sexo aglomerado se inclina para ver passar os amados Imperantes, então ornadas de damascos e flores. As igrejas sobressaem pela vistosa perspectiva, pomposamente adornadas. Á entrada da residência Imperial um gentil cortejo de lindas meninas saúda os itinerantes que

---

<sup>91</sup>PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II*. 2007. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

sobem pisando sobre flores debaixo de um céu brilhantemente adornado. A música, de mistura como troar das girândolas, excita o entusiasmo e de todos os peitos saheunisonoo brado. Vivão Suas Majestades Imperiais. (Arauto de Minas, 24.04.1881).

Além da cobertura da imprensa da Corte, os jornais mineiros acompanhavam a passagem do imperador na província mineira de forma exaustiva, especialmente “A Actualidade”, órgão oficial do governo, de Carlos Gabriel Andrade, e “A Província de Minas” do conservador José Pedro Xavier da Veiga. O primeiro dedicou todas as quatro páginas à chegada do imperador em Ouro Preto, o segundo periódico, do mesmo modo, mas com mais requinte: envolveu as bordas de todas as páginas com arte gráfica. São poemas, editoriais, dados estatísticos e história da província. O discurso era de sintonia entre governo e província, de reiterada lealdade e de demonstração de gratidão do mineiro quanto à monarquia pelos seus feitos realizados em Minas Gerais.

Mas era também momento de reivindicações por parte de todos os grupos políticos, numa demonstração de um sentimento comum em relação à crise, especialmente para acompanhar o projeto civilizador do governo. A visita seria um marco, o “. . . início de uma nova era prometedora de progresso e melhoramentos.” (A Actualidade, 30.03.1881), capaz de “. . . romper com o isolamento de Minas” (Província de Minas, 13.04.1881), mostrando que junto à fidelidade ao império havia uma contrapartida, e expectativas de intervenção do governo quanto a melhorias na província. A cada passagem e ações do monarca nas localidades mineiras (nesse período esteve, além de Ouro Preto, Mariana, Cachoeira do Campo, Casa Branca, Morro Velho, Lagoa Santa, Sabará, São João d’el Rei, dentre outras), eram postas nos jornais as dificuldades econômicas vividas na província, apresentando como alternativa principalmente melhorias nas vias de comunicações. Eram insistentes os pedidos para abertura de estradas: “Vossa província precisa de estradas, senhor. . . É tempo de acudir os reclames desta província.” (A Actualidade, 30.03.1881) ou

Não temos estradas de ferro, e só aí no rápido desenvolvimento das vias de comunicação está o segredo do nosso futuro e de nossa grandeza. . . É na pronta organização de um sistema de estradas de ferro que está o futuro e a grandeza de Minas. ( A Actualidade, 18.04.1881)

Em julho de 1889, D. Pedro II vem a Minas novamente, inaugurar oficialmente o ramal ferroviário ouro-pretano, que já funcionava desde 1887. Em mais tentativa de reforçar o poder imperial, o momento era de uma monarquia que se encontrava ainda mais fragilizada do que quando veio em 1881. A data de sua chegada a Ouro Preto, 23 de julho, é a mesma que, há 49 anos, era concedida a maioria a D. Pedro II. Houve uma edição especial feita especialmente para ele, produzida pelo clube monarquista de Farmácia de Ouro Preto. Nas quatro páginas foram escritos diversos artigos e poemas homenageando a família imperial, e exaltando o império pelas conduções da política de prosperidade realizada. O jornal conservador “A Província de Minas”, de propriedade de José Pedro Xavier da Veiga, em 23 de julho produziu a primeira página especialmente para a chegada de D. Pedro II, com a página toda adornada nas laterais e, no editorial, saudações à família imperial.

O ritual da presença da comitiva em Ouro Preto foi narrado de forma mais modesta do que as outras visitas. Apesar disso, a chegada do imperador teve ares de modernidade, usando como meio de transporte agora o trem imperial, que chegou às 7 e meia da noite. Na recepção, “salvas, foguetes, girandolas. . .” (A Província de Minas, 23.07.1889), que continuaram até altas horas da noite. Descreve o grande aglomerado de pessoas por onde passava a família imperial, “com aclamações gerais, espontâneas e estrondosas, sendo as casas ornamentadas e iluminadas pelos proprietários. Na Praça da Independência havia grande foco de luz elétrica” (A Província de Minas, 23.07.1889). O jornal republicano “O Movimento” de 28 de julho fala de animada festa na inauguração do ramal ferroviário. Na edição de 27 de julho, o jornal conservador noticia o passeio durante todo o dia 24 da família real ao pico do Itacolomi, organizado pelo diretor da escola de Minas, H. Gorceix, regado a champanhe, vinho e iguarias “dignos de um banquete imperial”.

Comparando com todas as visitas anteriores, pelo que se percebe na cobertura da imprensa, apesar do cumprimento de alguns rituais apresentados ao público, é que o impacto da visita foi bem menor que as vezes anteriores. A reduzida programação, as diminutas pompas oficiais, o tempo de estadia menor para compor alianças, a pouca cobertura da imprensa, sinalizam novos tempos. A força das instituições monárquicas já não era mais a mesma, o

imperador já não tinha mais o mesmo vigor. Quanto aos republicanos, segundo Cláudia Viscardi<sup>92</sup>, o segundo congresso organizado pelos antimonarquistas em 1889 na província recomendava indiferença à estadia do imperador em Ouro Preto. O periódico “O Movimento” de seis de agosto considerou patética a vinda de D. Pedro II a Minas Gerais, servindo, segundo a opinião do jornal, muito mais para desgastar sua imagem. O jornal lamenta o estado de saúde do imperador, não sendo mais o governante que “. . . reinou sobre nós quarenta e nove anos, conquistando amizades, entusiasmos, simpatias, que fizeram dele o homem mais popular do Brasil” (O Movimento, 06.08.1889). E como prenúncio do que iria acontecer três meses depois, o mesmo jornal aponta sobre a viagem imperial como “. . . uma exibição triste que devia compungir a todos os amigos do sr. Pedro II. A fisionomia aberta, os olhos inteligentes e a superioridade marcial do velho imperador já não existem”.

### **3.3. Sentimento de decadência e crise: Minas já não é a Corte**

Segundo Erik Hörner:

Apesar de carecer de novas pesquisas, é possível visualizar uma área de conflito econômico tanto em São Paulo quanto em Minas, frente ao avanço da cafeicultura fluminense. Uma possível disputa por terras, mão-de-obra e controle político estaria em jogo nesta área de tríplice fronteira . . . O apoio do governo conservador aos cafeicultores fluminenses contrapôs à oposição das “ricas mas economicamente estagnadas” São Paulo e Minas Gerais<sup>93</sup>.

Tudo leva a crer que, com o crescimento da produção agrícola no vale do Paraíba e no oeste paulista a partir dos anos 40 e a consequente dificuldade de competitividade mineira nos centros comerciais da região sudeste; no vigor perdido pelo partido liberal moderado mineiro na Corte, esfacelado pelas medidas tomadas no Segundo Reinado; na força que assume a política centralizadora: todos esses aspectos sugerem que as elites mineiras procuraram como saída no campo das representações um despertar para o sentimento regional.

---

<sup>92</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O movimento republicano em Minas Gerais. In REZENDE, Maria E. L. de. E VILALTA, L.C. *História de Minas Gerais: província*. Belo Horizonte: Cia. do tempo, 2013. (prelo).

<sup>93</sup> Op. cit. p. 335.

Paralelo ao discurso conciliador governista dos anos 50, ainda conservando a construção do imaginário mineiro próximo às representações nacionais, especialmente aos interesses da política imperial, vai surgindo um sentimento de oposição à política imperial e de comparações quanto ao desenvolvimento de outras províncias. As representações mineiras a partir da segunda metade do século XIX em relação ao Brasil e a si mesma, como província incorporada à nação, sofreram gradualmente significativas modificações. Os elementos materiais e simbólicos, nos seus mais diversos conteúdos que sustentavam o imaginário social mineiro iriam sofrer transformações, incorporando novas expressões de sentimentos, traduzindo seus (des)encantamentos cotidianos, expressando novos sentimentos, lembranças, projetos de vida, planejamento futuro. Enfim uma nova identificação de si e do seu entorno passa a ser construído. Ainda que carregados de contradições e interpretações antagônicas, esse processo acabou assumindo resultados imprevisíveis diante de novas realidades e experiências vividas.

### **3.3.1. Nas rixas locais, os primeiros sinais de uma “Minas mineira”**

Essa busca de homogeneidade e identidade entre Minas Gerais e o governo monárquico no campo das representações vai gradualmente se desgastar. Os primeiros indícios dessas mudanças ocorrem mesmo antes do Gabinete de Conciliação, dados pelo próprio jornal “O Conciliador”, que travou calorosos debates com os jornais oposicionistas “Apóstolo” (1848-1849) e “Itamontano” (1850-1852). Na falta destes jornais nos arquivos, ficam as críticas, réplicas e comentários do jornal conservador. Nele, as discussões centrais travadas contra os jornais ainda é o embate entre república e monarquia, centralismo e federalismo, ordem e revolução, que vão estar presentes na imprensa até 1853, quando se inicia a política de conciliação. Esses conflitos políticos em Minas Gerais através dos periódicos são apontados por Néelson Werneck Sodré<sup>94</sup> e Guilherme de Souza Maciel<sup>95</sup>, que

---

<sup>94</sup>SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>95</sup>MACIEL, Guilherme de Souza. *O Recreador Mineiro* (Ouro Preto: 1845-1848): formas de representação do conhecimento histórico na construção de uma identidade nacional. 192 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2005.

afirmam ser a imprensa mineira, diferente das outras províncias, combativa mesmo após 1840. Os historiadores citam como exemplo os ferozes combates políticos entre jornais contra seus opositores, sendo citado pelos historiadores, além do “Apóstolo” e “Itamontano”, o “Itacolomy” (liberal) e o “Publicador Mineiro” (conservador). Relativizando as posições de Sodré e Maciel, pelos jornais disponíveis nos arquivos não se pode pensar em uma imprensa continuamente combativa no Segundo Reinado. Mesmo havendo apenas jornais governistas em diversos períodos, a tendência sempre foi de respostas a ataques oposicionistas. Tudo indica que as oposições mais duras contra o partido governista ocorreram em momentos específicos, situações ligadas a um contexto que favoreciam a essas posições. É o caso do período entre 1848 e 1852.

As duras críticas feitas pelo “Itamontano” em 08 de outubro de 1851 e reproduzidas pelo “O Conciliador” dão a medida desses embates, quando reproduz trecho de acusação feita contra o presidente de Província, Sá Rego, quando é chamado pelo opositor de “. . .o mais estúpido, o mais indigno que tem administrado esta província. E que é imprudente, mentiroso e perverso. . .” (O conciliador, 14.10.1851).

Sodré e Maciel afirmam que o proprietário dos jornais “Apóstolo” e “Itamontano” era Domingos Soares Ferreira Pena, sendo aquele considerado como o primeiro jornal republicano de Minas Gerais. Os artigos do “O Conciliador” sugerem que o fim do jornal “Apóstolo” não foi em 1849 conforme até então se reconhece, mas que coexistiu com o “Itamontano”. Em 26 de setembro de 1851 e em 04 de outubro de 1851, “O Conciliador” acusou a existência dos dois órgãos circulando concomitantemente, tendo Soares como mesmo proprietário. O “Itamontano” era monarquista e “Apóstolo” assumia uma proposta republicana. Essa prática parece ter sido uma estratégia política desse opositor mineiro, adequando e alternando os discursos de acordo com campos específicos de combates políticos, bem como conseguir diferentes adesões para distintos formatos de oposição, especialmente em um momento em que houve um enfraquecimento dessa oposição e uma ação eficiente por parte do governo contra aqueles que não eram aliados. Foi o “O Conciliador” de 17 de setembro de 1851, que ao transcrever o projeto do partido Liberal, aponta a presença cotidiana do governo no sentido de desmobilizar as ações

oposicionistas: “Em quase tudo ou na parte essencial, o direito é substituído pela prepotência, a realidade pelo simulário e a regra pelo arbítrio” . Ainda o jornal da situação “O Conciliador”, de 02 de dezembro de 1851 comentou o enfraquecimento e a falta de liderança dos Liberais:

Os chefes do partido liberal, ou abandonaram uma causa que a experiência lhes mostrara ser indispensável ou transferiram sua residência para fora da província. Onde se acha. . .o senhor Ottoni? Vende fazendas na Côrte. . .Oscilando entre suas convicções e seus interesses, o partido de oposição definha na inação e na apatia.

Conforme já foi dito, apesar de não haver exemplares dos jornais “Itamontano” e “Apóstolo”, as respostas e críticas feitas pelo jornal “O Conciliador” apontava para alguns indícios do surgimento de um sentimento de identidade própria em Minas Gerais fomentada pela oposição republicana e federalista de Ferreira Pena. Para rebater a proposta republicana, além da já citada identidade mineira com a monarquia, a referência do jornal conservador vinha do exterior, no que considerava ser uma trama feita pelo governo de argentino de J. M. Rosas e o estadista inglês J. T. Palmerston, ambos com pretensão de desestabilizar o império brasileiro, retirando sua condição de maior potência da América do Sul. A oposição, que para “O Conciliador”, não tinha o caráter mineiro, se aliou ao republicanismo de Rosas e ao ouro inglês “. . .para o fim de reduzirem o Brasil à condição mais deplorável” (O Conciliador, 03.02.1851). Os conservadores afirmavam que a república brasileira tendia a caminhar muito mais para a ditadura de Rosas do que o regime norte-americano, considerada pelos saquaremas como única experiência bem sucedida na América, pois os espanhóis do novo continente não sabiam como lidar com governos liberais (O Conciliador, 03.02.1851, 14.04.1851, 12.06.851, 23.06.1851, 07.07.1851, 10.07.1851, 09.09.1851).

Mas são as respostas ao “Itamontano” e “Apóstolo” comentadas ou parcialmente publicadas pelo “O Conciliador” que sugerem a construção por parte da oposição de um discurso não só republicano, federalista, ou com outros temas de interesses nacionais. A novidade não era a existência de posições contrárias ao governo, mas de uma oposição fundada em uma identidade regional própria, autônoma diante da tentativa centralizadora do Império. Exemplo foi o ataque feito pelo “O Conciliador” a um artigo do

“Apóstolo” em que defendia ter o Pará melhor sorte se conseguisse em 1822 se separar do Brasil, formando uma imensa república a partir da sua diversidade:

Por essa ocasião diz ainda o bom do ‘Apóstolo’ que se o Grão-Pará se tivesse erigido em república em 1822 em vez de aderir ao Brasil seria hoje a primeira potência da América Meridional e a segunda no continente americano. . .Com quem se formaria essa majestosa república? Com emigrados? . . .A rivalidade das raças heterogêneas consentiria na felicidade de vosso Pará república? . . .É uma verdade que o Apóstolo imagina uma majestosa república no Pará. . (O Conciliador, 17.04.1851)

Assim, diferente do que publicava o jornal “O Conciliador”, que afirmava ter sido as eleições de 1849 um divisor de águas, no qual a província de Minas Gerais respondeu nas urnas sua recusa aos interesses opositores em convocar uma constituinte e instalar o federalismo no Brasil, o projeto federalista pensado por parte da oposição mineira não pareceu ter sido abandonado. Na publicação de 06 de dezembro de 1851, “O Conciliador”, em artigo intitulado “A raiva impotente”, abre fogo contra a oposição no que chama de “provincialismo”. No artigo, o periódico denuncia a incitação feita pelos opositores ao confronto especialmente à província do Rio, entendendo o jornal governista que “O Itamontano” faz sistemáticas críticas aos fluminenses empregados em Minas Gerais. No caso especial, a crítica feita no jornal oposicionista foi dirigida ao candidato a deputado por Minas, Francisco José Cardoso Júnior, nascido no Rio de Janeiro. É relevante destacar que nesse período tanto o ataque político era feito contra o governo e suas instituições como também a agressões verbais a homens públicos e suas atitudes, inclusive privadas. Ações pessoais assumiam uma dimensão política, tanto no discurso oposicionista como situacionista. Casos como a tentativa de assassinato do delegado de polícia de São João Nepomuceno seguido, segundo “O Conciliador”, de “Viva a república”, leva a se pensar que a tradução de república do “Apóstolo” é a república do roubo, da morte, do estupro . . . Os republicaneiros tem por divisa – república e morte.” (O Conciliador, 31.07.1851).

Ainda no artigo “A raiva impotente”, para o órgão conservador o “Itamontano” utilizava propaganda “sistemática e regular” em engrandecer o



caráter do mineiro “excitando continuamente o ciúme entre os filhos desta província e os que não o são”. Procurando promover uma confederação, o “Itamontano” constrói a intriga motivando o “, , provincialismo nos Mineiros contra os Fluminenses. . .” em esforços “. . .incessantes na expectativa de convencer os Mineiros de que a Corte ou os Fluminenses os desprezam e os tratam como enjeitados”. Ainda pelas entrelinhas, o jornal de Domingos Soares procurava confrontar e exaltar valores mineiros em detrimento das outras províncias, o que fica claro no questionamento feito pelo “O Conciliador”:

Esta Confederação deve pois ser entendida de outra sorte: é uma confederação separatista a que o “Itamontano” promove com afínco. . . É, em conformidade com estas vistas que o órgão da “confederação” excita continuamente o crime entre os filhos desta província e os que não são. Em seu entender não há mérito em filho algum de fora dela?

Se o jornal “O Conciliador” não diz que tipo de engrandecimento é feito pelo periódico opositor ao identificar o mineiro, o fato é que há uma identidade construída pelos opositores ao governo diante da ameaça do outro. No caso, a política da Corte em relação a Minas Gerais, que transmite a sensação de perda de espaço político e econômico para os produtores de café da província fluminense. É no republicanismo do “Itamontano”/ “Apóstolo” que se pode perceber, de forma gradativa e difusa, que já não é senso comum o discurso afinado com o governo imperial. Ter o império como um parceiro ou ser o outro vão oscilando diante das circunstâncias vivenciadas na política nacional em confronto ou alianças com os poderes provinciais. E, diante dos problemas sentidos pela população mineira, a oposição ancorou suas críticas não em questões nacionais, mas na identificação a partir das dificuldades comuns à província.

Em 03 de março de 1860, em artigo escrito por um leitor no jornal o Sul de Minas, ao defender os interesses da região, cita um trecho de artigo do jornal “Bom Senso” de 15 de setembro de 1853 (não disponível nos arquivos consultados) que retrata bem esse sentimento:

O bairrismo ou provincialismo é sem dúvida um sentimento muito natural e até louvável: o torrão que me viu nascer tem para com nossa alma direito incontestável a uma predileção particular. . . politicamente considerado, o espírito do bairrismo sendo moderado e prudentemente dirigido pode ser a fonte de muitos bens, pode

produzir uma emulação salutar, que acelere os passos do progresso.  
(O Sul de Minas, 03.03.1860)

### 3.3.2. Minas e os outros brasis

Há, de forma mais evidente, um sentimento de decadência na província de Minas Gerais que vai fazer parte do discurso da imprensa mineira a partir da segunda metade do século XIX. Esse sentimento de ruína vai ser melhor tratado no subcapítulo “As representações de decadência em Minas Gerais no século XIX: o começo de tudo”, havendo a proposta de análise nesse subcapítulo apenas quanto a leitura feita pelos periódicos da região em relação a outras províncias.

Na segunda metade da década de 40 do Dezenove há a sinalização de um sentimento que vai ser crescente no discurso por parte da imprensa mineira: as dificuldades econômicas da província em relação às outras províncias, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda que não tivesse perdido a importância no cenário nacional, Minas Gerais aparentemente deixou de ter o poder econômico e político que tinha nas primeiras décadas de Império. Sua localização é estratégica na região sudeste, por sua proximidade com o centro decisório, seu vasto tamanho territorial, sua numerosa população, todos esses aspectos vão sempre ser medidos, a ponto de ser necessário ter o apoio mineiro em qualquer decisão política império. Porém, o que os periódicos mineiros indicam a partir de meados nos anos 40 em diante é que seu poder decisório passou a ter menor peso do que os anos 20 e 30 até ressurgir com o movimento republicano dos anos de 1880. A imprensa vai expor as representações de decadência que aos poucos vai tomando corpo em Minas Gerais em comparação com o restante do Brasil, diferente da euforia narrada pela imprensa até os anos 30.

Alcir Lenharo<sup>96</sup> aponta para o importante papel de Minas Gerais na transição da colônia para o Império, inserindo o núcleo produtor e abastecedor mineiro na formação do Estado nacional. Com a presença da Corte portuguesa no Brasil a partir de 1808, houve um fortalecimento da economia mineira, que passou a abastecer de gêneros de subsistência o Rio de Janeiro e outras

---

<sup>96</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

províncias próximas. Minas Gerais viveu nesse período uma diversificação produtiva sem precedentes. Para Lenharo, esse setor é somente uma fatia do mercado da Corte, mas a mais rica, inclusive se comparado ao setor exportador. Assim, o comerciante mineiro abastecedor do mercado carioca assumiu de forma crescente um importante papel político, especialmente durante a regência com uma tendência chamada genericamente de liberais moderados, preenchendo o vazio deixado com a saída de Pedro I. Os liberais moderados tinham como bandeira a ordem e o combate à anarquia, o que representava a continuidade do crescimento econômico a partir do abastecimento de gêneros alimentícios produzidos em Minas Gerais.

Fazendo referência aos comerciantes mineiros, Alexandre Mendes Cunha reforça a perspectiva de Lenharo, afirmando que “Na arena política, os tropeiros conquistam cargos de deputado e senador, levando sua agenda para o centro das discussões governamentais e impulsionando de vez as relações econômicas entre o sudeste”<sup>97</sup>

O que Lenharo entende é que, substituindo a burocracia identificada com o governo de antes de 07 de Abril, a nova geração de políticos surgida após a renúncia de Pedro I difere dessa burocracia dos primeiros anos imperiais. Retirando esse grupo instalado no Primeiro Reinado, os liberais fizeram uso do empreguismo ao mesmo tempo em que ampliavam a representação política dos setores emergentes mineiros, quer seja os produtivos, quer seja os abastecedores. Concomitante às medidas conciliatórias sinalizadas pelos moderados, suas propostas, principalmente as referentes ao tráfico escravo ou ao projeto descentralizador, chocavam com os interesses de importantes setores de proprietários e políticos. Desse modo, os moderados foram incapazes de atender às novas demandas do setor cafeeiro, ao mesmo tempo em que incomodavam tanto aos grupos ligados ao tráfico pela falta de uma definição sobre a continuidade ou não da escravidão como o de não resolver a questão da fragmentação política surgida no período regencial. Sem apresentar propostas alternativas, os moderados foram dando espaço para o projeto do tráfico escravista, centralizador e mantenedor da propriedade dos

---

<sup>97</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. Tropeiros em Alta. *Revista de História*. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/tropeiros-em-alta>. Acesso em 08 de agosto de 2013.

Regressistas. Mas Lenharo acredita que os moderados cumpriram um importante papel na consolidação das instituições políticas brasileiras, não só na continuidade da integração como também na preservação da ordem e do território nacional, aspectos usufruídos no 2º Reinado.

Havia uma sinalização de otimismo quanto à província mineira desde os primeiros jornais dos anos 20. O jornal “Abelha do Itacolomi” em 23 de janeiro de 1824 escrevia em artigo anônimo um grande otimismo quanto ao desenvolvimento de Minas Gerais e sua importância econômica para o Brasil:

Comparados com pouquíssimos recursos que em outros tempos até se lhes haviam para se desenvolverem como podiam todos os ramos de indústria e ciência. Se atendemos para o seu patriotismo vemos auxílios pecuniários oferecidos voluntariamente e com sacrifícios desde a fundação do governo, e hoje é a província que direta ou indiretamente sem contradição mas concorre para o Tesouro Público.

O mesmo artigo justificava o perfil amistoso dos mineiros, que não rivalizava com os portugueses que vivem no Brasil por ter como característica a dedicação ao trabalho. Percebe-se pelo trecho transcrito abaixo que havia a possibilidade de trabalho, e que este era um fator de prosperidade:

Porque seus habitantes industriosos se aplicam com mais assiduidade com diferentes trabalhos . . . Em Minas Gerais (cuja a população deve subir para 800 mil almas, e destas mais de três quartos partes livres), quase todos são proprietários e quase todos possuem um pedaço de terreno que cultivam (Abelha do Itacolomi, 23.01.1824).

Ainda o “Abelha do Itacolomi” apontava em 11 de agosto de 1824 para uma província que era “ . . . das mais importantes e talvez a mais feliz do império” (Abelha do Itacolomi, 11.08.1824). A referência ao território é sempre vista com orgulho e uma forma de destacar sua grandiosidade “. . . quinta parte do império” (O Universal, 27,05.1831)“ ou, dois anos depois, aumentando a extensão territorial ufana sobre Minas Gerais: “A província de Minas, que faz a quarta parte do Império” (O Universal, 27.05.33). Mas o orgulho do papel mineiro no cenário nacional não se limita à sua vastidão territorial e é exposto reiteradas vezes: “ Minas, esta província que tanto pesa na balança política do Estado por sua população, e riqueza vai dar agora um grande impulso à marcha de nossa civilização” (Astro de Minas, 11.05.1833) ou “. . . é maior, a mais vasta, a mais rica, a mais populosa de todo o Império.” (O Universal,

04.09.1833). Importante economicamente, tem também importância para sustentar os gastos públicos com sua arrecadação, sendo “a que mais concorre indiretamente para o produto das alfândegas.” (O Universal, 03.02.1834). Ou ainda: “Os atuais impostos não devem fazer peso a uma província tão rica e populosa como a de Minas” (O Universal, 27.02.1837).

Corroborando com o proposto por Lenharo e Cunha, a imprensa local procurou demonstrar o sentimento de desenvolvimento mineiro vivido nesse período. O jornal “O Universal” faz constantes referências ainda no governo pedrino, apontando Minas como a “. . . maior província do império” (O Universal, 18.07.1825). No período regencial o sentimento de prosperidade continua. Em novembro de 1831, assinado por “um patriota não suspeito”, de Mariana, ao comentar sobre alguns serviços públicos como o correio, afirma: “A verdade incontestável e geralmente reconhecida é que nossa província de Minas vai bem, muito bem, oxalá ela se conserve sempre com tão bons auspícios” (O Universal, 30.11.1831).

Mas a partir do Segundo Reinado os tempos parecem ser outros. Já em 23 de novembro de 1846, o jornal “O Constitucional” vai chamar a atenção para a possibilidade dos setores produtivos mineiros de variar e investir em diversos setores da economia, “. . . apesar da falta considerável de capitais, que tem sido o mais poderoso inimigo dos melhoramentos materiais da província. . .”. No ano seguinte, em 04 de fevereiro, a posse da nova Assembleia Provincial vai ser comentada pelo mesmo jornal com as precárias condições que dispõe o novo governo, em condições diferentes dos governos anteriores que dispunham de “muitos recursos”.

Essa percepção que a imprensa tem com relação à perda de espaço no cenário nacional se faz presente ao longo de toda a metade do século XIX, como pode ser visto no discurso do deputado provincial Salathiel Andrade Braga, Minas Gerais, a mais rica e grandiosa das primeiras décadas de 20, agora é a “. . . talvez mais rica do império, mas não ostenta suas grandezas.” (O bom senso, 07.07.1852). Já é perceptível o sentimento de perdas para as outras duas concorrentes províncias do sudeste:

A decadência de nossas minas e as despesas de transportes arredaram da província grandes capitais que foram arrotar as matas virgens do Rio de Janeiro e São Paulo e transportar para ali a riqueza

e civilização mineira, a mais antiga do sul do Brasil (O Bom senso, 19.07.1853).

A constatação dos problemas vividos em Minas são narrados em artigo assinado por José Jorge da Silva, que afirma que pouca gente migra para Minas, mas que muitos saem tendo como razões as perseguições políticas e “. . . a esperança de maiores lucros tem sustentado uma corrente de emigração mineira para São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás” (O Bom Senso, 12.06.1854). Vai ser frequente na imprensa a confirmação da redução populacional em Minas Gerais na segunda metade do século XIX. Ainda que não precisos, são dados que podem oferecer uma situação de dificuldades econômicas se comparado com as outras províncias. O “Correio Oficial de Minas” de 19 de setembro de 1859 indica uma população de um milhão de pessoas no ano de 1821 e, em 1859, um milhão e trezentos mil, porém, para o periódico, deveria ser o dobro, mas 500 mil migraram para fora da província. O jornal “O Conservador de Minas”, onze anos depois, corrobora com essa tendência:

Nestas circunstâncias infelizes de nossa agricultura, sua decadência progressiva é um fato e a emigração dos lavradores para o Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo tem-se dado, procurando os desanimados, outras províncias onde possam prosperar. (O Conservador de Minas, 12.03.1870).

O sentimento de não ser mais a primeira transparece no “Correio Oficial de Minas”, ao indicar na província “. . .um atraso igual somente a três províncias” (12.10.1857) ou no mesmo jornal do ano seguinte, quando Minas passa a ser a “oitava receita geral do Estado” (Correio Oficial de Minas, 14.01.1858). Não se trata de ser situação ou oposição, cada um a seu modo vai demonstrar a perda de espaço da província ao longo de toda metade do Dezenove. No início dos anos 60, já com a política de Conciliação perdendo fôlego, os lamentos saudosos crescendo pelo “. . .indiferentismo, esse estado sempre condenável, principalmente quando se trata da causa pública. . .sono tão fatal ao país” (O Bem Público, 17.12.1860), as eleições para deputado provincial vão favorecer a comparação com as outras províncias. Assinado por um leitor que se denomina “O Progressista”, a apatia política dos últimos anos impactou a província, havia uma percepção das perdas, ao mesmo tempo em que existia a esperança de dias melhores pela força do passado.:

Acostumada a tomar sempre parte na direção dos negócios do estado, a ocupar o lugar de honra entre suas irmãs, posto que lhe é devido pela sua importância, grandeza e avultada população, viu ir-lhe escapando insensivelmente sua preponderância, viu suas irmãs adiantarem-se e irem a deixando na retaguarda. . . nenhuma província tanto sofreu, nenhuma retrogradou tanto como a de Minas (O Bem Público, 17.12.1860).

Mas, para os que contestavam a política Conciliatória, que sentiram nos liberais mais extremados o recuo “ . . . uns votados ao ostracismo, outros ceifados pela morte, outros finalmente . . . retiraram às suas tendas julgando ter cumprido sua missão” (O Bem Público, 17.12.1860), o retorno das velhas tradições e lutas serviria “. . . para que Minas readquirira o prestígio e influência de que já gozou.” (O Bem Público, 17.12.1860). No discurso político fundado na esperança de dias melhores havia a evidência de que Minas Gerais não ocupava mais o centro das atenções políticas: “. . . dentro em pouco ela poder reconquistar a posição perdida.” (O Bem Público, 17.12.1860).

Também há um lamento constante da elite mineira quanto ao tratamento desigual dado à província em comparação com as outras: “. . . reclamai porque a província de Minas também faz parte do império, também tem direito a um quinhão na partilha de benefícios e de favores que se fazem às suas irmãs.” (Correio Oficial de Minas, 12.05.1859). O tom pouco otimista quando se refere aos mineiros também povoa o discurso dos conservadores, na condição de opositores em 1866. O porta-voz é o periódico “Constitucional”, de propriedade dos bacharéis Camillo da Cunha e Figueiredo e Benjamin Rodrigues Pereira, apontava no passado mineiro a supremacia quanto às demais províncias: “Era a mais influente e enérgica de suas irmãs.” (Constitucional, 18.08.1866). Um ano depois, o mesmo “Constitucional”, enfatiza a situação mineira em comparação com as outras regiões:

Já não ocupais na *governança* do país o vosso lugar. A província de São Paulo cuja capital não tinha há trinta anos uma topografia, tomou a vossa dianteira. A Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro já se compadece do vosso atraso. . . Nos conselhos da Coroa e no parlamento já tivestes a primazia.”(Constitucional, 26.10.1867)

Nos anos 70 a imprensa já se apresentava abatida diante da impossibilidade de se igualar ao avanço das outras províncias. Ao comentar sobre a política nas províncias, o jornal sul mineiro “Colombo” vai buscar o exemplo “. . . nas três províncias mais adiantadas – São Paulo, Bahia e Rio Grande . . .” (Colombo, 26.01.1879). Também em editorial, o “Diário de Minas” de 10 de março de 1877, lamentava que, apesar do território e da herança deixada nas tradições, já não desejava ser a primeira, só não queria estar como última. Todo o destaque que tinha acabou perdendo o brilho, todo poder de mando a deixou na condição de subordinada:

A sombra de uma divisão reconhecida há 54 anos pela constituição do Império, quase inteiramente modelados sobre as antigas capitanias, estas existências seculares sentem-se e afirmam-se guarda tradições, orgulham-se de um passado, representam tal qual autonomia que precisa ser zelada e acalada [sic]. De agregação e ligação interna dos interesses procem [sic] sentimentos intensos que se arraigam com o tempo. . . A província de Minas não almeja a preponderância e o mando. . . Não será a primeira, mas não que, não consente ser a última. . . Jazíamos entretanto no esquecimento e no abandono, cruel e imerecido, atormentados no presente obscuro pela recordação vivaz do passado brilhante. Tratavam-nos como os últimos. A província de Minas fora reduzido a mera expressão geográfica, na humilhante frase de Metternich à retalhada. . . a radiante estrela empalidecera no firmamento da pátria.”  
Nossos queixumes, nossos clamores provam que éramos dignos de mais atenção. . . Se ostentação estéril ou vaidade, pretende e há de mostrar que está na altura de suas ambições, hoje como ontem (Diário de Minas, 10.03.1877).

Aproximadamente dez anos depois esse sentimento pouco mudou. O “Minas Altiva” em dois momentos destacava a falta de prestígio e o atraso da província mineira: “A nossa querida província passa por uma crise medonha. Enxotam-na para fora da nação. Não tem dinheiro, não tem apoio, não tem autonomia” (Minas Altiva, 02.04.1886) ou “O progresso de Minas tem a mesma marcha de um caranguejo. . .” (Minas Altiva, 07.09.1886). Às vésperas da república, ainda é o atraso a marca mineira se comparada com outras províncias: “Por que em tantas riquezas, no meio de tantas virtudes, a condição do mineiro é precária, é ruim, é inferior à de alguns habitantes deste próprio país. . .” (A Pátria Mineira, 25.07.1889).

A província que ostentava seu papel fundamental na economia nacional, abastecedora da capital do Império no princípio do século XIX, tem sua



posição invertida. O lamento fazia referência à dependência de produtos vindos do Rio de Janeiro:

É por tais motivos que a província não tem ainda plano definitivo para sua viação férrea; que não tem ainda estabelecimentos fabris que a isentem de comprar tudo no Rio de Janeiro, é por isso que sua instrução jaz até hoje no período rudimentário [sic]. (A Pátria Mineira, 06.06.1889)

Havia na permanente comparação entre o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e outras províncias a evidência do sentimento marcado pelas perdas. A província paulista se torna o símbolo do progresso e desenvolvimento: “. . . São Paulo, que é hoje o que Minas outrora foi.” (Colombo, 22.09.1878). Ou “São Paulo avança a passos de gigante e nós não podemos continuar a dormir o sono da desgraça, confinado com a nossa próspera irmã, envergonhando-nos da nossa inércia monstruosa.” (A União, 22.06.1887). Para os periódicos, até a forma de fazer oposição em São Paulo contribui para seu crescimento, pois enquanto na província mineira há no legislativo o veto de todas as obras, na província paulista, apesar de haver divergências entre partidos, há a aceitação das obras da administração (O Noticiador, 15.02.1871).

Trata-se de fazer uma estrada no norte, os despeitados, as inteligências acanhadas e mesquinhas gritam que é desperdício, um escândalo. . . Trata-se de construir uma estrada no sul, grita-se que esta parte da província tem as melhores estradas do mundo. . . E desta sorte nada se faz. O norte e o sul ficam sem estradas. A província continua o seu regresso, e toma-se a rabadilha de suas irmãs (O Noticiador de Minas, 15.02.1871).

Já existe a percepção clara para a imprensa mineira que desde a década de 70 São Paulo teria conseguido assumir a primazia econômica que outrora era de Minas Gerais, que não consegue mais acompanhar os paulistas

Sobre a província de Minas, composta de 31 comarcas e 90 municípios, oprimido por seu próprio peso, acha-se em atraso em relação às outras. . . Primeira em população dotada prodigiosamente pela Divina Providência de todas as riquezas naturais, ela vê sua receita pouco crescendo e contempla a província de São Paulo que, apesar de ter perdido todo o território que forma hoje a província do Paraná, ostenta-se mais florescente, mais rica, e tem uma renda quase dupla da de Minas (Colombo, 08.06.1873).

Entre os conservadores e liberais, a província de São Paulo se tornou um incômodo não só nas disputas de poder econômico e político nas disputas por interesses nacionais, mas também nas questões internas da província de Minas Gerais. Em 1873, por exemplo, quando se discutia as possíveis trajetórias da Estrada de Ferro D. Pedro II em território mineiro, o jornal “Diário de Minas” de 20 de dezembro de 1873 acusou os paulistas de articularem politicamente para que a ferrovia tomasse o caminho em direção ao Rio Grande e Serra da Canastra com o objetivo de facilitar e ter vantagens do comércio com São Paulo. Mesmo os republicanos, que consideravam os paulistas aliados aos mineiros, denunciavam que a política de impostos das outras províncias era abusiva, colocando Minas Gerais como subserviente aos interesses das outras regiões: “Minas há de estar sempre sujeita aos caprichos da monarquia e das suas coirmãs?” (O Movimento, 13.02.1889).

Na busca de culpados, o que se apresenta nas publicações em alguns momentos é uma sensação de abandono por parte do Império, reforçando o sentimento de decadência vivido pelos mineiros. Como pode ser visto nesse lamento do jornal “A Atualidade” de primeiro de janeiro de 1881, quando reproduz o discurso de um deputado provincial, legível apenas o sobrenome Marisguia pelo péssimo estado do jornal, que cobrava do governo a existência de uma faculdade em Minas Gerais

Se nós olhamos para o interior do país vemos então que a província de Minas, que se orgulha ter um passado glorioso e que podia viver independente de todo império, se nela se desenvolvesse todos os elementos de sua riqueza, que tem uma população de 2 milhões e 500 mil habitantes, sem vias de comunicação, senão muito difíceis, para os pontos onde foram fundadas as faculdades, ficou completamente esquecida na distribuição desse benefício! Esta injustiça com que a província de Minas tem sido tratada até hoje por todos os governos, salta aos olhos de todos nós! (A Atualidade, 01.01.1881).

Diante desse quadro, quais as saídas a elite mineira pensava para superar o sentimento de decadência? De que maneira chegaria novamente ao apogeu vivido no tempo de antes? Procurava-se uma explicação em todos os sentidos. No “Diário de Minas” de 26 de junho de 1860, havia a defesa, em artigo não assinado, da colonização por ver na perseverança do colono europeu e o

sentido da associação um trunfo do trabalho imigrante. A indústria de porcelana, citada por Saint-Hilaire em 1816 que, segundo o autor era muito desenvolvida a época, não teria ido adiante pela falta de perseverança. Mas, o discurso mais presente nas demandas apontadas pela imprensa foi o incômodo quanto ao surgimento de novas forças econômicas que estariam competindo com a província mineira, daí duas soluções mais frequentes: as estradas e novas tecnologias. Não tanto nas realizações concretas das construções de vias de comunicação e/ou pelo avanço industrial, mas no que esses dois elementos vão representar para a elite mineira, especialmente como a partir deles os segmentos mais importantes na província vão se perceber dentro do Império. Esse aspecto é sintetizado na década de 60:

Dois grandes e momentosos problemas prendem presentemente a atenção de todos os Mineiros que se interessam pela causa pública. Um sistema de viação terrestre e fluvial que facilitando os transportes e ativando o comércio arranque do abatimento em que definha a nossa principal e quase única indústria, a agricultura. . . (Diário de Minas, 01.06.1866)

Se economicamente são as duas saídas percebidas como possíveis, no campo das representações também é uma maneira de dialogar o externo, perceber uma identidade a partir da relação com o outro.

### **3.4. As modernidades como solução para a decadência mineira**

Ao longo de todo o século XIX, dentro dos mais diversos contextos, muitas vezes imprecisos e contraditórios, as elites nacionais levantaram constantes discussões sobre o desenvolvimento econômico no Brasil. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>98</sup> os intelectuais da segunda metade do século XIX apontavam com pessimismo a possível construção de uma riqueza que se equiparasse à Europa, principalmente por não haver uma homogeneidade de traços, uma harmonia civilizatória. Essas disparidades preocupavam a elite nacional, que tinha por um lado influências de doutrinas europeias defensoras de uma superioridade de raças, caso do Conde Gobineau, e por outro, uma visão complementar à anterior, que percebia na grande heterogeneidade dos

---

<sup>98</sup>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. *Revista Tempo Social*. São Paulo, 01, 1º semestre, 1989.

traços culturais brasileiros um obstáculo para construção de uma grande civilização, negando a possibilidade de existência de uma cultura nacional. Célia Maria Marinho de Azevedo<sup>99</sup> já chamava a atenção que, antes mesmo da independência, já se escrevia sobre a existência de um povo brasileiro heterogêneo e que tinha “horror ao trabalho”, diversidade que era reforçada pelo tráfico escravo e pelos riscos oferecidos tanto pela oposição liberal como das ideias vindas dos movimentos de trabalhadores na Europa, especialmente na França.

Esse tipo de representação do brasileiro esteve presente no “O Conciliador”. Para o jornal de 18 de março de 1851, esse éden encravado na América não tinha um povo à altura, que, por não ter “juízo e prudência”, do mesmo modo que Adão, a desobediência fez o povo cair em desgraça. A desobediência em torno da ordem monárquica e em favor da república levou a rebeliões que ensanguentavam a terra, fazendo o Brasil pagar caro pela desobediência liderada por alguns brasileiros ambiciosos. Adão comendo o fruto proibido é comparado à recusa, por parte dos brasileiros, pela Constituição do Império, considerada pelo artigo como a mais perfeita do mundo. Do mesmo modo, o artigo de 30 de junho de 1851, do jornal “O Conciliador”, assinado pelo “Solitário”, contrastava o paraíso com seus habitantes, sendo um povo fraco e vulnerável às rebeliões anarquistas. Novamente havia a comparação das rebeliões ao demônio, que procurava tentar Eva, incitando-a em conhecer “o bem e o mal”. Da mesma maneira que a serpente no paraíso, os rebeldes anarquistas do “velho mundo” provocavam os trabalhadores, “põem em prática essa infernal e diabólica propaganda na terra brasileira, no paraíso do novo mundo.” (O Conciliador, 30.06.1851). Ainda segundo o jornal, esse quadro se agravava ainda mais com uma “tendência natural” dos brasileiros à preguiça e à ociosidade, um povo pouco voltado ao trabalho, pois consideram que deveria ser o negro a trabalhar em qualquer atividade que seja.

O Brasil, pela facilidade que todos encontram em sustentar-se é o único país do mundo em que a vadiação e a ociosidade é um meio de vida. . .Um jornaleiro trabalha alguns dias e logo que tem recebido o

---

<sup>99</sup>AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

seu jornal não volta ao trabalho senão depois que *se-lhe* acabou o numerário. . . A terra é sempre grata aos que a cultivam: abunda em todos os produtos. Até nossos terrenos dão-se bem as plantas exóticas. Na Europa os pobres pedem pelo amor de Deus – Trabalho -, e no Brasil pedem unicamente – que comer - . . . Está visto que a única doença que entre nós é endêmica, é a preguiça.

Porém, contrapondo a essa perspectiva pessimista, esteve mais presente na imprensa mineira a incorporação das propostas de mudanças nacionais modernizadoras na segunda metade do século XIX. Essas tendências, já apontadas por João Fragoso<sup>100</sup>, se caracterizam por serem reformas de caráter liberal, baseadas em disposições jurídicas e um discurso científico, que apontam para um reforço do ideário civilizador. Esse discurso modernizador vai surgir no cenário nacional nos anos 50, chegando em Minas Gerais como uma proposta de superar as dificuldades vividas naquele momento pela província. Isso leva a novos temas e até um novo formato para os jornais. Os periódicos se apresentavam com uma roupagem mais moderna, especialmente as publicidades, com recursos gráficos mais bem trabalhados e dedicando a última página para as propagandas.

A solução científica para os problemas vividos na província são mais frequentes, caso das epidemias que passaram a ser mais noticiadas, ficando mais expostas ao público leitor, do mesmo modo que a busca de alternativa em contê-las, como o caso do cólera, onde o “Bom Senso” de 13 de setembro de 1855 recomenda a higienização como forma de prevenção, ou ainda, no mesmo jornal da edição de 20 de setembro de 1855 que apresenta como medidas oficial da província mineira a

. . . desinfecção das cartas administrativas do correio, caiamento [sic] e asseio das casas, desinfecção das fazendas vindas do Rio [ de Janeiro], queima de alcatrão nos quarteis, hospital de misericórdia e outros pontos da cidade.

É preciso destacar que esse culto à modernidade foi um processo lento, gradualmente incorporado à imprensa local. Ainda havia, junto à procura de alternativas técnicas para superar as epidemias, receitas que atendiam às credences populares, como remédio com entranhas de tatu ou cauda de

---

<sup>100</sup>FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma ‘plantation’escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

cascaavel (Correio Oficial de Minas, 29.07.1858). Também muitas especulações de métodos para cura de doenças, como o vapor de água quente como saída da Cólera, sugerido no jornal “Bom Senso” de 21 de fevereiro de 1856. Ou coexistindo com técnicas de produção apicultoras, notícias de forte apelo ao imaginário popular, como uma porca que pariu um animal com rosto humano (Constitucional, 04.05.1867).

No entanto, a ênfase maior desse discurso modernizante estava voltada para a agricultura e propostas para o uso de novas tecnológicas produtivas com a finalidade de solucionar as dificuldades mineiras. São longos e constantes os artigos transcritos de jornais do Rio de Janeiro indicando saídas para a crise na agricultura brasileira. O jornal “Correio Oficial de Minas”, de 17 de novembro de 1859, comenta que alguns trabalhos “luminosos tem aparecido no sentido de melhorar o estado deplorável em que nos achamos”, caso do livro “Clamores da agricultura no Brasil e indicação de meios fáclimos de levá-la rapidamente á prosperidade” de Francisco de Paula Cândido, que, segundo o periódico, nasceu e foi criado nas fazendas mineiras, na comarca de Mariana, erudito e conhecedor “. . .do nosso sistema bárbaro de cultura”. Obras assim sinalizavam a preocupação com os métodos de produção agrícola, base da economia mineira. Tanto é que, a partir de fevereiro de 1860 e em vários capítulos, o “Correio Oficial de Minas” publicou o trabalho de Paula Cândido, apresentando propostas de rupturas com o passado de atraso quanto à exploração da terra, como a que segue:

Nosso erro tem sido julgar caro e difícil o tornar de fecundo a terra cansada, quando pelo contrário, com as luzes da experiência, especialmente da química, nossas terras julgadas cansadas e inúteis podem com insignificantíssima despesa, e mui facilmente, recobrar sua perdida fertilidade (Correio Oficial de Minas, 23.02.1860).

Procurando entender a realidade mineira, Joaquim Caetano da Silva Guimarães publicou uma série de sete artigos no jornal “Correio Oficial de Minas”, que depois resultaria no opúsculo “A agricultura em Minas” (1865). Os artigos apresentavam um amplo perfil da região mineira, especialmente no que trata aqui em comparação com o Brasil. Para Guimarães, a região mineira se diferenciava do Brasil desde seu começo, pois não só o Brasil como na marcha geral da humanidade, o início de uma ocupação se iniciava pela alimentação,

no cultivo do campo. Em Minas Gerais a atividade mineradora foi o ponto de partida, tendo como característica uma exploração predatória, levando, como consequência, a exaustão das minas e posteriormente a dispersão da população. Com o esgotamento do ouro, a população buscou como saída a pecuária e a agricultura, mas segundo o mesmo ciclo minerador: “. . .estabelecimento, progresso, estação e decadência” (Correio Oficial de Minas, 19.09.1859).

Joaquim Caetano afirma que, na segunda metade do século XIX, toda a população mineira era agrícola, sendo poucos que se empregavam no comércio, no serviço público ou na mecânica:

o vigário, o comerciante, o mestre-escola, o taberneiro, todos, enfim, cultivam a terra. Nesses pequenos lugares, durante certo período do ano, quando o serviço de lavoura exige maior trabalho, as escolas ficam quase vazias, porque os meninos estão na roça. (Correio Oficial de Minas, 10.10.1859).

Continua ainda o autor, irmão do escritor mineiro Bernardo Guimarães, afirmando que a situação da agricultura vivida em Minas foi resultado da “barbaridade” da cultura aqui praticada e da “ignorância sobre a indústria agrícola.” (Correio Oficial de Minas, 19.09.1859). Nesse aspecto, segundo o autor, a trajetória da província também contrariava o restante do mundo, que preservava as raízes em seu local de origem, diferente de Minas onde a emigração era uma constante em função da economia predatória, especialmente no uso das matas, o que chama de “agricultura dos matos” e sua população de “povo nômade-agrícola”. Essa economia teve como consequência principal a disseminação da população, elevando o transporte pelas longas distâncias a percorrer. Exemplificou a realidade em Ouro Preto, identificando o alto valor do carreto em mercadorias que chegavam de até 40 léguas por estradas em péssimas condições. Sugeriu que, para acabar com a emigrações era preciso instituir na população a “. . .arte de cultivar os campos, . . .dando um passo gigantesco na carreira da civilização” (Correio Oficial de Minas, 27.10.1859).

Os novos ventos civilizatórios chegavam em Minas Gerais, levando a comparações e busca de necessidade de melhorias técnicas, levantando questões como a vantagem econômica do trabalho escravo, apontando a

superação das dificuldades através da modernização já existentes na Europa e a recente descoberta de elementos químicos para a agricultura desenvolvido pelos alemães, sendo acompanhadas já por algumas províncias como o Rio de Janeiro:

A crise alimentícia porque estamos passando. . .devidas não tanto a falta de braços, como aos prejuízos da mais indesculpável e estúpida rotina que dá patente de cansadas às terras . . . No Rio há casas especiais onde se vende instrumentos próprios para a lavoura e é preciso que nossos agricultores procurem familiarizarem com eles, deixando de persuadir-se que só o machado, a foice e a enxada movidos pelos braços africanos, serão capazes de nos dar o pão de cada dia. Com o dinheiro com que se compra hoje o escravo podem-se montar 2 ou 3 arados e todos sabem que um arado trabalha mais de 25 homens e com muito maior perfeição. (Correio Oficial de Minas, 17.11.1859).

As exposições industriais, cada vez mais frequentes na Europa e nos Estados Unidos, era outra forma de retratar esses novos ares que o Brasil tratou de reproduzir. Esse ideário civilizatório também refletiu em Minas. O “Diário de Minas”, de 23 de novembro de 1874, fazia uma convocação aos expositores mineiros que enviassem seus “specimens”, com data marcada para o evento regional em 03 de abril de 1875, sendo uma forma da “. . .nossa importante província ser dignamente representada entre suas irmãs” (Diário de Minas, 23.11.1874). Ainda segundo o jornal, seria a preliminar da exposição nacional que ocorreria em 07 de setembro, sendo o ponto máximo do evento o envio dos produtos mais representativos para a Exposição Internacional de Filadélfia, nos Estados Unidos.

### **3.4.1. Estradas em Minas: caminhos para desenvolvimento**

As referências sobre as condições ruins das estradas mineiras estiveram presentes desde os anos 20. O “Abelha do Itacolomi” afirmava que “era péssimo o estado das estradas” (17.05.1824) ou sobre o “. . . péssimo e deplorável estado em que estão nossas estradas e pontes pelos quais não se pode andar mesmo (em alguns lugares) a pé” (Abelha do Itacolomi, 28.01.1825). Mas as reclamações sinalizavam a busca de melhoria como forma de maior desenvolvimento e não como razão de um atraso: “Uma província



sem portas de embarque, sem cômodas estradas nunca poderá exportar pronta e suavemente os artigos de sua produção, máximo sendo volumosos” (Abelha do Itacolomi, 21.06.1824).

Mas com o Indício das dificuldades econômicas vividas em Minas são permanentes as lamentações sobre as condições das estradas mineiras, “verdadeiros trilhos, cheios de precipícios, de tortuosidades. . .” (O Constitucional, 20.08.1846), sendo a razão do impedimento do desenvolvimento econômico, de uma província que se considerava a maior, a mais importante, a mais rica de todo o Império. Passado glorioso, esperança de um futuro melhor com a modernidade das ferrovias.

É visível nos periódicos mineiros a busca de soluções para atender a produção agrícola e o comércio, especialmente no escoamento de mercadorias. Passou a ser constante a partir da segunda metade do dezenove a publicação de artigos e comentários sobre a necessidade de construção de estradas de rodagens, vias de navegação e ferrovias.

Fáceis e rápidas vias de comunicação, porque os fretes são elevados, e os nossos fazendeiros não acham lucros em enviar ao mercado da corte seu feijão, seu arroz, seu açúcar, seu milho, etc. devemos pois fazer todos os esforços, todos os sacrifícios para dotarmos as província de boas estradas. (O Bom Senso, 07.07.1852)

Havia, conforme afirma Marcelo Magalhães Godoy e Lidiany Silva Barbosa, a necessidade de rodovias e comunicação regular pela “. . .larga dimensão territorial, forte desconcentração populacional e marcante diversidade regional que caracterizam o espaço mineiro. . .”<sup>101</sup>. Mas a insistência nessa alternativa pode sugerir também a tentativa de recuperação de uma economia que enfrentava dificuldades. No imaginário mineiro desse período havia a procura nas vias de comunicação, especialmente na abertura de estradas de rodagem e nas ferrovias, entendendo ser a alternativa principal para reencontrar o vigor comercial que destacou Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX das demais províncias. Nas estradas, a elite mineira procurou encontrar de forma simbólica o retorno da glória vivida no passado.

---

<sup>101</sup>GODOY, Marcelo Magalhães. BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização: Transportes em uma província não exportadora –Minas Gerais, 1850-1870. p. 64. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 2 , ago. 2008. p. 159-186,

A permanência de artigos, editoriais e correspondências mostrava que os mineiros entendiam que o crescimento econômico estava relacionado com a ampliação de estradas, e não o inverso, que o surgimento das estradas era uma consequência natural do progresso. O Jornal “O Bom Senso” evidencia esse sentimento: “O único meio de não levar a miséria ao seio de nossas populações consiste em desenvolver por toda a lei, custe o que custar, a indústria do transporte” (O Bom Senso, 19.07.1853).

Quanto especialmente às ferrovias, até os anos 40, a sua construção em Minas Gerais não era vista com bons olhos. Em artigo do “O Constitucional” de 20 de agosto de 1846, considerava-se que era um exagero naquele momento o custo de ferrovias em Minas, gastos exorbitantes que deveriam ser feitos em estradas de rodagem, “. . .bem enxutas e arejadas, pelos quais possam andar carros mais ligeiros.” Além disso, era considerado um transporte que ficaria ocioso boa parte do tempo por não ter produção suficiente para escoar para o Corte na maioria do ano: “. . . consideramos por ora as estradas de ferro no Brasil como verdadeira utopia” (O Constitucional, 20.08.1846).

No entanto, uma década depois, artigos eram produzidos à exaustão, como ocorrido no “Bom senso”, que em 1855 dedicou todo o mês de novembro com artigos sobre ferrovias. No mês de agosto de 1866, o “Diário de Minas” publicava diversos artigos escritos por Cristiano Ottoni sobre a história das ferrovias no Brasil. Nesse mesmo ano, ainda o “Diário de Minas” (11.09.1866) responsabilizava a falta de vias de comunicação pelas dificuldades agrícolas existentes em Minas. E não era apenas Ouro Preto e região que vinculavam progresso com estradas. Diferentes locais em datas igualmente distintas lamentavam a falta ou as condições das estradas. Em 18 de janeiro de 1868, o “Constitucional” em artigo reclamava que a agricultura e pecuária de Pouso Alegre, Araxá, Bagagem, Campanha, dentre outras estão decadentes “. . . principalmente por falta de meio de transportes para os mercados de beira-mar.” Em 31 de março de 1870, “O Conservador de Minas” afirmava que o meio eficaz “. . .para levantar a agricultura que vive imersa [seria] dotar a províncias com estradas.” O jornal “O Puritano” de 02 de outubro de 1877 fez um levantamento geral sobre as estradas mineiras, constatando suas péssimas condições e o elevado gasto com os consertos. No periódico “A

União”, de 02 de dezembro de 1886, o atraso na região de Itajubá era “. . .devido às péssimas condições das [suas] estradas”.

Desse modo, as representações mineiras construía a imagem de progresso dependente de estradas, não podendo ignorar que “. . . estradas são sementes, sem as quais jamais se poderia germinar os sazonados frutos do progresso” (O Noticiador de Minas, 01.06.1871). A expectativa da chegada da ferrovia a Ouro Preto demonstrava toda uma idealização da continuidade do desenvolvimento perdido:

Parabéns ao povo ouro-pretano pelo ato do governo imperial, que aproxima o dia em que, com regozijo, teremos de presenciar o vapor, condensado e acumulado pelo homem produzir a velocidade na locomotiva destinada a unir esta capital aos diversos portos de Minas e a Corte do império. As estradas de ferro são poderosos elementos de progresso e civilização, principalmente nas regiões sem litoral, onde somente tais vias de comunicação bem facilitam a troca de seus produtos (Diário de Minas, 30.09.1876).

Daí decorriam as comparações, justificando as dificuldades mineiras com o progresso de outras províncias, principalmente São Paulo, que atingiu o desenvolvimento por ter investido em vias para escoamento da produção: “Deve-se a São Paulo a situação que se acha ao fato de ter levado a sua primeira estrada de ferro ao interior” (O Farol, 08.06.1887). Na busca de prosperidade pelo litoral, a visão das duas províncias da região centro-sul, São Paulo e o Rio de Janeiro, ambas prósperas mas dificultadoras do escoamento dos produtos mineiros : “São Paulo eminentemente bairrista. . . não só não nos cederia porto algum de suas costas como até tem pronunciadas tendências a anexar a si uma parte do território sul mineiro. A província do Rio, da mesma forma, não nos pode ceder sua autonomia interna”(Treze de Maio, 31.10.1888). Pouco a pouco não são as estradas de rodagem, mas as vias férreas a saída para o desenvolvimento mineiro: “A Província de Minas tem, como todos o sabem, o seu futuro nas empresas de ferro. Demorar-se a fatura de uma estrada de ferro é retardar o progresso da província” (Diário de Minas, 12.02.1873). Havia, inclusive, a defesa do uso das ferrovias para estimular o comércio estagnado, sendo que os transportes ferroviários tinham de desempenhar um papel impulsionador no desenvolvimento dos sertões. O “Correio Official de Minas” de 14 de junho de 1860 é favorável à ideia de uma

ferrovia na ordem inversa da Europa, que leva a estrada para os grandes centros, devendo aqui levar aos “. . . incultos e desertos do país a população, a produção . . .” (Correio Oficial de Minas, 14.06.1860).

Ainda que efetivamente as ferrovias pudessem trazer um impulso para a economia da região, é o seu símbolo do desenvolvimento e modernidade que se transforma em ação mobilizadora. É no símbolo das ferrovias que em Minas Gerais vai construir a imagem de modernidade e buscar resgatar o sentimento de grandiosidade de quem já ocupou importante espaço no cenário nacional: “A primeira locomotiva do ramal ouro-pretano acaba de silvar, potente e vitoriosa, na estação desta capital, acordando os ecos do Itacolomi, secularmente adormecido” (A Província de Minas, 23.12.1887). Ou com a expectativa da chegada da estrada de ferro em Diamantina, no vale do Jequitinhonha:

o patriotismo de nossos concidadãos, arrefido pelo frio glacial do desânimo que tem trazido a decadência natural da virgem Tijucano, há um mês depois que teve conhecimento da discussão de um projeto de vital interesse para este canto esquecido de Minas, começou a despertar (Propaganda, 06.09.1888).

Tão importante quanto a função de escoamento de mercadorias foi o símbolo de modernidade e desenvolvimento que traria as estradas, carregando a esperança de Minas Gerais em retomar a dianteira perdida para outras províncias. Um exemplo de que nem sempre a euforia mineira era correspondida na prática pelo progresso esperado com as ferrovias pode ser dado pela matéria de 06 de julho de 1887 do jornal “A União”, que comentou em artigo ter sido a Estrada de Ferro para o interior um grande mal, pois arruinou a indústria local em favor dos produtos importados.

### **3.5. O republicanismo e o retorno à grandiosidade mineira**

Se a composição de uma identidade do início do século se deu pela criação do Estado nacional, nos anos 70 ressurgiu essa necessidade em nome do republicanismo, que propunha o conhecimento do que é ser brasileiro, pois, no

discurso, era em seu nome que se pensava em governar<sup>102</sup>. Maria Helena P. T. Machado<sup>103</sup> indica um ensaio de José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) que ele escreveu logo após se formar na faculdade de direito do Largo São Francisco “um episódio da história pátria (1720)”, elevando a revolta envolvendo Felipe dos Santos como um movimento nativista e popular, assemelhando-o com a figura de Tiradentes. Outros escritos de Magalhães contribuíram para o mito do bom selvagem a partir do tupi como raça brasileira, que seria a identidade do homem americano, adotando uma visão otimista quanto ao futuro do Brasil. Valorizava a cultura brasileira fundada na identidade cabocla-indígena-brasileira em oposição aos decadentes hábitos europeus.

No caso de Minas Gerais, diante do sentimento de decadência surgido na segunda metade do século XIX, esses sinais de melhores tempos viriam com o resgate dos tempos vividos. O retorno ao passado glorioso vai ser um suspiro permanente nos jornais mineiros: “Houve uma época em que teve a província de Minas sim, período de felicidade.” ( O noticiador de Minas, 21.03.1874). Ao mesmo tempo, há quase sempre um clamor aos tempos idos, papel ocupado e perdido, mas ainda vago, sinalizando uma grandiosidade jamais ocupada:

Formosa província de Minas, surge do abatimento, volta a ocupar a tua primazia. Está inda vago o teu lugar nos conselhos e na tribuna: nenhuma de tuas irmãs pôde usurpá-lo. Os tenentes de Alexandre reconheceram que nenhuma deles por si podia governar o império fundado por seu chefe; dividiram. (O noticiador de Minas, 09.03.1871)

A perda de suas riquezas vem acompanhada da esperança da retomada da grandeza de Minas:

O Brasil é dos brasileiros. O que desejamos é que não neguem a Minas aquilo a que tem direito para seu desenvolvimento moral e material. . .Se tais considerações fazemos é porque desejamos ver Minas ocupando lugar de honra, a que tem direito entre suas irmãs e não por conveniências políticas ou pessoais. Somos brasileiros mas em primeiro lugar somos mineiros. (Minas Altiava, 07.09.1886)

Ou

---

<sup>102</sup>SANTOS, Fernanda Cássia dos. Artur Azevedo e a identidade nacional brasileira na passagem do século XIX para o XX. *Revista Vernáculo*, n. 21 e 22, 2008.

<sup>103</sup>MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da História nacionalista do século XIX. *Revista Estudos históricos*, CPDOC/FGV. vol. 14, n. 25, 2000.

encorajado assim o ânimo e a iniciativa particular dos mineiros, que vão agora acordando do letargo preguiçoso em que estavam para mais patrioticamente das coisas que interessam à província de Minas e hão de levar progressivamente juntos daquelas suas coirmãs que se acham mais adiantadas e mais engrandecidas em melhoramentos, quer materiais, quer morais. (A Verdade, 10.03.1887)

Diante do pessimismo mineiro vivido na segunda metade do século XIX, foi nos ideais republicanos que Minas Gerais ancorou gradativamente suas expectativas para superar o sentimento de decadência que vivia diante da Corte e de outras províncias brasileiras. Segundo Cláudia Viscardi<sup>104</sup> já havia uma imprensa republicana em Minas Gerais desde os anos de 1870. É o caso do jornal “O Colombo” (1873-1885) e “O Jequitinhonha” (1860-1873, assumindo o republicanismo em 1871). No caso de Ouro Preto e região, a adesão ao movimento ocorreu tardiamente. Todas as dificuldades em Minas Gerais, dentro da visão republicana, são direcionadas ao centralismo monárquico:

Minas é obrigada a entrar para os cofres do império com quase todo o excesso o de sua produção e não pode assim fazer reservas de espécie alguma . . . A causa de tudo existe inteira no sistema de governo monárquico centralizador a que estamos submetidos (A Pátria Mineira, 25.07.1889).

Segundo o jornal “O Povo”, foi o movimento liberal de 1842 o último suspiro de autonomia mineira, mas que a província tinha nessa causa a possibilidade de se reerguer: “. . . é justo que nos libertemos daqueles que como senhores nos tem governado. . . Esse sistema outro não pode ser senão o da república federativa.” (O Povo, 05.05.1888) A causa republicana convoca os mineiros a “. . . combater sem tréguas as instituições atuais. . .” (A Revolução, 05/01/1889). É a tradição, o passado glorioso, o apelo ao passado heroico, que iria resgatar nos mineiros o poder perdido a partir da segunda metade do século XIX. O apelo inflamado e convocatório da imprensa republicana procurou usar dos tempos de antes para suas causas. O jornal “O Movimento”, de direção de João Pinheiro, vai fazer uso desse discurso com constância:

---

<sup>104</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O movimento republicano em Minas Gerais. In REZENDE, Maria E. L. de. E VILALTA, L.C. *História de Minas Gerais: província*. Belo Horizonte: Cia. do tempo, 2013. (prelo).

“Nossa província, lembrada de suas lutas de outrora que sempre visaram o alvo radiante da liberdade quer mostrar no terreno da ação o valor de suas convicções. . .” (O Movimento, 23.01.1889). Ou

Sobreleva-se a província de Minas entre as que se tem manifestado – fato honrosíssimo – pelo qual resta o fio de suas grandes tradições, pois nunca foi indiferente ao apelo do patriotismo e nem tardia, tendo o seu concurso sido sempre decisivo na mesma cidade em que neste ano e ao século passado foi levantado o grito da nobre revolta, pedindo a libertação da colônia. (O Movimento, 23.01.1889)

Nas páginas do jornal “O Movimento” de 29 de agosto de 1889 novamente foi retomado em editorial a construção da imagem de uma província com tradições de luta, capaz de conduzir, conforme já ocorreu no passado, diversas vezes o destino do Brasil, como ocorreu em 07 de abril de 1831. Segundo o jornal, o partido da situação usava todos os meios ilícitos para ganhar as eleições, que ocorreriam em agosto de 1889. E para fazer frente ao governo mineiro, tinha agora novamente os mineiros o destino nas mãos, com o projeto de derrubar a monarquia e instalar uma república democrática. Herdeira de Felipe dos Santos, de Tiradentes e Teófilo Ottoni, a província mineira se distinguia por ter como patrimônio maior seu civismo:

O audacioso e insolente governo mineiro tomou do martelo do leiloeiro e pôe nesse momento sem almoeda a honra, os brios, a dignidade cívica e o amor à liberdade que segundo rezam as tradições gloriosas de nossa história, sempre constituíram o mais rico patrimônio dos filhos de Minas Gerais!. . . Porque a história diz que Minas soube sempre ocupar a vanguarda nos grandes movimentos políticos de nossa pátria; porque o altivo e brioso povo mineiro, assim como fez dobrar por finados ao aproximar-se-lhe uma vez o fundador do império e apressou a queda do primeiro reinado, é ele quem, hoje, neste país, se bate com mais denodo e com mais admirável estratégia pela abolição do privilégio dinástico, pela reivindicação da soberania nacional, pela fundação dos Estados Unidos Brasileiros. Mas os ministros do sr. D. Pedro II sabem que não há dinheiro no mundo inteiro, quanto mais em terra empobrecida pelos sanguesugas do imperialismo, para comprar o civismo de um patriota mineiro. . . O ominoso gabinete de 7 de junho não hesita diante de nenhum escândalo, fez a sua cozinha eleitoral, mandando profanar por caftens eleitorais por encomenda essa terra sagrada pelo martírio de nossos avós de 1720, 1789 e de 1842 e que ainda achamos pequeno para conter o seu imenso amor à liberdade. . . (O Movimento, 29.08.1889)

É a referência desse imaginário que o movimento republicano vai se apropriar. A tradição gloriosa e o passado heroico resgatam Minas Gerais do seu papel no cenário nacional, trazendo de volta o poder dos mineiros das primeiras décadas do século XIX. A imprensa constrói um sentimento de ser Minas Gerais dos anos de 1880 a igual ou maior importância do que São Paulo e o Rio de Janeiro: “. . .que os leões do centro, São Paulo e Minas, respondam aos rugidos ferozes do leão do extremo sul, o Rio Grande e do norte, Pernambuco. . .” (A Revolução, 12.01.1889) ou

Nós, os mineiros, temos cumprido o nosso dever. Fortemente organizados em quase todas as paróquias está o partido nascente. . .Que as nossas províncias irmãs e principalmente as nossas províncias limítrofes, Rio de Janeiro e São Paulo, cumpram agora o seu dever. (O Movimento, 01.06.1889).

Uma semana depois, no periódico “A Revolução” de Campanha, sul de Minas Gerais, ficava clara a tentativa dos republicanos em resgatar a grandiosidade mineira, recolocando Minas Gerais no cenário nacional através das suas tradições, das glórias do seu passado. Diante dos protestos crescentes dos municípios mineiros, comentava o jornal:

Pasmava mesmo que enquanto as outras províncias e, mais do que nenhuma outra, São Paulo, iam pedir a essa terra abençoada as tradições de glórias, para servir-lhes de estímulo: - Minas, o berço das liberdades pátrias, fosse a primeira a cuspir sobre a memória de um de seus filhos, que, bastara ele só, para fazê-la respeitada do mundo. Pois bem. Minas acaba de reivindicar as suas antigas tradições . . Minas acaba de dizer à realeza: “Para trás! Na terra juncada pelo cadáver do mártir esquartejado só pode viver o povo (A Revolução, 19.01.1889).

Ainda no mês de janeiro, o mesmo jornal “A Revolução” reproduzia um trecho do periódico republicano paulista, em artigo assinado por Lamounier Godofredo, exaltando o papel mineiro na construção da república:

É em Minas que germina o sangue santo da revolução – esse belo diadema de luz onde banhou-se a bandeira da democracia! É de Minas que partirá o grito da revolução, atirando aos quatro ventos o trono, o privilégio, e toda essa cáfila bragantina (A Revolução, 26.01.889).



#### **4. Algumas considerações sobre o subcapítulo “Minas é o Brasil ou versus o Brasil?”**

Nessa convivência entre a província mineira e as várias representações de brasilidade a partir da formação do Estado brasileiro, houve uma relação de constantes proximidades e distanciamentos, que oscilam de acordo com o contexto do Império. Até a metade do século XIX, o projeto integrador trazia um apelo patriótico ao “caráter” mineiro, sendo Minas Gerais um modelo a ser seguido pelas outras províncias. Contestações existentes internamente são tratadas como ações particulares e suas derrotas eram ritualizadas como forma de reforçar a fidelidade da província à pátria e na sua defesa incondicional em favor do Império. O desgaste liberal nos anos 40 e a política de conciliação que se seguiu corroboraram com essa proximidade província-nação. Os rituais construídos em torno desse projeto, como o 07 de setembro e o 02 de dezembro só reforçam essa proposta. Coexistindo com o discurso conciliatório, no entanto, os anos 50 sinalizaram um sentimento de perda de poder político e econômico expostos pela imprensa mineira, que vai trazer, gradativamente um estranhamento nessa representação de brasilidade na província. A oposição, que até então se limitava a críticas pontuais já sentia, no final dos anos de 1850, o governo imperial e as outras províncias como o outro. Há, nesse período, um despertar do mineiro em se fazer distinto, de ser percebido.

É constante, a partir desses anos 50, um retrato de Minas decadente, um sentimento de perda de poder e riqueza que existia no passado e que perdeu espaço no cenário nacional. Tudo na imprensa de Minas Gerais a partir da segunda metade do século XIX representava retrocesso, quer seja na economia, quer seja na política, quer seja na população, especialmente se comparada com Rio de Janeiro e São Paulo.

A tentativa da saída dessa representação de crise e decadência vividas na província vai encontrar no discurso da modernidade uma busca de alternativas, localizando no avanço da agricultura e na abertura de estradas uma saída para o estado que vivia, ou pelo menos, aparentava sentir. Primeiro nas estradas de rodagem, depois nas ferrovias, a imprensa mineira pensava retomar a importância de Minas Gerais para o Brasil, entendendo encontrar nas vias de comunicação o impulso necessário para se reerguer. Mas o que vai resgatar,

pelo menos no campo das representações, a grandiosidade perdida pelos mineiros vai ser o movimento republicano nos anos 70 e anos 80. O republicanismo, precisando da adesão da província mineira para a causa, encontrou no discurso patriótico e heroico do passado mineiro a reaproximação Minas Gerais com os interesses nacionais. Ou seja, o sentimento de decadência gradativamente foi superado ao identificar as tradições mineiras com a luta contra a monarquia, fazendo com que Minas Gerais voltasse a ter papel central nas decisões políticas nacionais, perdido a partir dos anos de 1840.

## Subcapítulo 2

### O entendimento da liberdade em Minas Gerais e suas variações ao longo do império

#### 1. Liberalismo e liberdade na historiografia nacional

Se se procura pensar em uma elite produtora de ideias e em busca de um controle político no Brasil imperial, naturalmente as referências desses grupos que se apropriam do poder são os princípios liberais europeus e norte-americanos. Seguindo a proposta até então aqui apresentada, o que vai se buscar nesse subcapítulo é a ideia de liberdade produzida pela imprensa mineira ao longo do dezenove, já que no discurso liberal esta representação é imprescindível e permanente. Mantendo a coerência da pesquisa desenvolvida nesse trabalho, a liberdade é aqui pensada como uma construção histórica, produzida por agentes dentro de um recorte temporal, inserida em um contexto específico, edificando um conceito dinâmico que vai sendo ajustado como elemento de controle de poder. Polissêmica, a noção de liberdade vai se adaptar ao tempo e espaço, sofrendo variações ao longo de todo o período Imperial, servindo aos mais diversos pensamentos e ações políticas.

Para Lúcia Maria Bastos P. Neves<sup>105</sup>, o sinal mais evidente de modernidade é o embate entre o Antigo Regime e as Luzes. Esse confronto nem sempre seguiu de forma homogênea, mas acompanhou as particularidades e ritmos diferentes do mundo ocidental. No início do século XIX, defensores das Luzes acreditavam que seria através de uma constituição que os direitos dos cidadãos, a liberdade de expressão, de imprensa e reunião seriam garantidos. Essas ideias liberais e constitucionais influenciaram de forma decisiva a política brasileira e a construção do Estado imperial nos anos 20. Tendo como referência a Revolução do Porto de 1820, a elite política e intelectual do Brasil recebia especialmente por intermédio de panfletos e periódicos os projetos liberais, construindo “. . . uma cultura política da Ilustração”<sup>106</sup>, com suas

---

<sup>105</sup> NEVES, Lúcia M. Bastos P. Neves. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.) PRADO, Maria Emília (org.) Rio de Janeiro: REVAN: UERJ, 2001.

<sup>106</sup> Op. cit. p. 78.

ideias, palavras e representações próprias. Liberalismo e Constitucionalismo fundaram o ideário político do período.

Ainda segundo Neves, boa parte desses políticos e intelectuais ilustrados no Brasil assumiu a defesa do liberalismo clássico, ou seja, a figura do rei como representante da nação, temerosos de um processo que desencadeasse movimentos revolucionários a partir de outras propostas. Isso colocava a liberdade como tema central das discussões, especialmente sua aplicação e seus limites. As fontes principais dos brasileiros foram Edmund Burke, Montesquieu e Benjamin Constant. Outro grupo era mais aberto a conceitos democráticos de liberdade, adotando bases dos pensadores como Voltaire, Rousseau, Mably e Condorcet, todos censurados no Brasil. Um terceiro grupo foi influenciado pela geração que viveu o processo revolucionário francês, com tendências mais moderadas, como Volney e D. de Tracy.

Alfredo Bosi<sup>107</sup> e Gladys Ribeiro<sup>108</sup> comungam da ideia de que a construção de uma representação de uma liberdade branca no Brasil, semelhante aos Estados Unidos, só foi possível pela existência da escravidão, pois era a contraposição para existir socialmente o branco livre e proprietário, ou seja, só existiu o branco livre porque havia o contraste da escravidão negra. Sendo assim, segundo Ribeiro, a discussão em torno da liberdade a partir do processo de independência teve como ponto de partida o olhar do proprietário. Era a propriedade que estabelecia o grau de liberdade do cidadão. Adaptando aos interesses e particularidades, a defesa da liberdade no Brasil sofreu alternâncias ao longo do império, sendo logo após 1822 muito próxima a uma causa nacional, portanto, relacionada com autonomia da pátria, noção que vinculava Portugal à opressão.

Neves considera que liberdade torna-se a palavra central para a cultura política liberal. Ressignificando a ideia de liberdade absoluta, a ilustração aproxima o conceito a aspectos jurídicos, conforme propõe Montesquieu, criando a relação direta entre ser livre e a observância das leis. De modo constante, liberdade estava relacionada com moderação e ordem social, atributos de quem era dotado de razão e de bons costumes. Era uma

---

<sup>107</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

<sup>108</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 315 f. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

liberdade que respeitava os direitos dos outros e tendo como princípio de igualdade apenas o permitido por lei. Os escritos no Brasil tinham no uso da palavra liberdade um sentido moderado, estreitamente ligado à preservação da ordem.

Quanto aos liberais, a origem do termo se remete à Espanha do início do século XIX, opondo-se ao servilismo, sendo uma referência a quem tem o vocábulo liberdade como uso frequente. No Brasil, liberal era aquele que defendia o interesse da pátria e a liberdade, bem como respeitava as leis e a ordem. O liberalismo, por sua vez, surgiu no Brasil como oposição ao despotismo português no período colonial, assumindo uma proposta separatista em 1822.

O ideário político do liberalismo no Brasil era a Constituição, mais do que revolução. Nos primeiros anos da década de vinte, com a preponderância do pensamento da Universidade de Coimbra a igualdade perante a lei era a condição inerente ao cidadão, eliminando o discurso voltado para a ideia de igualdade social. Será esse o projeto vitorioso no processo de independência do Brasil diante de um liberalismo mais radical que vai influenciar de forma decisiva a formação do liberalismo ao longo de boa parte do império, conforme aponta Lúcia M. B. P. Neves:

No Brasil de início do oitocentos, por conseguinte, apesar de algumas deficiências, foram implantadas certas práticas fundamentais da cultura política do liberalismo: uma monarquia constitucional que continuava aliada à Igreja, colocada doravante a seu serviço, pois à falta de uma ideologia da nação, ainda se fazia necessária a doutrina cristã para reunir os indivíduos em um corpo social; uma sociedade em que reinavam os homens ilustrados, cujo papel era o de orientar a opinião pública; uma liberdade que não ultrapassasse os direitos alheios e uma igualdade que se restringisse ao plano da lei.<sup>109</sup>

Marco Morel<sup>110</sup> considera que a ideia de liberdade nas primeiras décadas do século XIX era pensada em relação a um meio termo entre o radicalismo jacobino e o despotismo, exigindo uma conciliação entre uma política liberal e conservadora. Havia, portanto, uma preocupação de impor limites à liberdade, o que deveria ser feito pelas leis, por sua vez fundada na Constituição.

---

<sup>109</sup> NEVES, op. cit. p. 100.

<sup>110</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

Para Lúcia Maria Paschoal Guimarães<sup>111</sup> o liberalismo é uma ideologia burguesa que contribuiu, através dos seus princípios, para diversas rupturas com valores e práticas do Antigo Regime, como a igualdade perante a lei, as liberdades individuais aos cidadãos, a soberania da nação, o princípio do governo representativo, o respeito às leis e o direito de propriedade. No entanto, para a historiadora, a linguagem liberal é abstrata, pois não identifica quem é a nação ou os cidadãos, quem pode participar do sistema representativo ou quem elabora as leis. Favorecendo construções difusas e contraditórias, oportunizando o uso de práticas e termos de acordo com contextos históricos e interesses de grupos sociais, o liberalismo assumiu diversas roupagens. Evidentemente, a representação de liberdade também seguia o mesmo grau de variações e adaptações. No caso brasileiro, essa ambiguidade surgiu em diversos momentos ao longo do império, se ajustando à medida dos interesses de determinados grupos que defendiam ou buscavam conquistar o poder.

Guimarães procura analisar o “liberalismo moderado”, princípio que considera dominante em boa parte do período regencial. Sem um programa definido, esse grupo liberal era representado por uma elite dirigente com proposta de auxiliar o novo governo após o fim do Primeiro Reinado. Diante da crise institucional e do clima de incertezas, o discurso dos liberais na Regência era de ter como referência a Constituição ao mesmo tempo em que teria como orientação a preservação da ordem pela conciliação e moderação. A orientação clássica era principalmente Edmund Burke, que exaltava a moderação dos ingleses contra a radicalização da Revolução Francesa. Jornalistas ligados à política, como Evaristo da Veiga, foram expositores dessa antinomia, moderação/radicalização, pensada por Burke, recusando os excessos, os exageros e as alterações, enfatizando o binômio “moderação e respeito” como princípios da legalidade e da razão. Dentro dessa perspectiva, o fim do Primeiro Reinado não representava uma ruptura com o passado, mas o aparecimento de um novo tempo. O movimento de 07 de Abril não tinha como finalidade um processo revolucionário, mas a manutenção da monarquia no

---

<sup>111</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período Regencial (1831-1837). In *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.) PRADO, Maria Emília (org.) Rio de Janeiro: REVAN: UERJ, 2001.

Brasil, que foi considerada por esse grupo como a base para o advento da civilização. Ou seja, mudanças têm no sentido liberal moderado um papel de ajustes para recuperar o projeto inicial de construção do Estado brasileiro.

Antônio Paim<sup>112</sup> acredita que não houve no Brasil condições para se formularem doutrinas consistentes, tendo a elite brasileira apenas suportes de pensadores que reproduziam e adequavam o pensamento liberal à realidade nacional. Paim destaca como pensador que exerceu forte influência nos grupos dirigentes no Brasil imperial o nome de Benjamin Constant (1767-1830), conduzindo essa elite ao apoio à monarquia constitucional, tendo no monarca o papel de moderador, a defesa do governo representativo, parlamentar e bicameral. Apesar de não predominante, outras tendências políticas também influenciaram o grupo letrado no Brasil do século XIX. Caso do ecletismo espiritualista, que era uma filosofia que defendia a acomodação de instituições de um país a outro diante das especificidades locais. Também o democratismo chegou a influenciar alguns movimentos nacionais, como a Confederação do Equador e a Farroupilha, tendo como princípios o acesso dos povos a uma sociedade que fundasse seus conhecimentos a partir da racionalidade, ao mesmo tempo em que combatia a monarquia e era favorável à separação territorial caso ocorressem divergências com o poder central.

Como transmissores dessas ideias liberais no Brasil, Paim destaca Hipólito da Costa (1774-1823) e Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846). O primeiro difundiu uma reforma nos moldes da “Revolução do Porto”. O segundo foi bem próximo aos interesses dos grupos vitoriosos no projeto de independência. Ferreira apoiava a doutrina liberal fundada no direito Constitucional; da legitimidade da representação e independência dos governantes e legisladores, apesar destes terem o compromisso com o povo; e defendia a supremacia da negociação sobre o confronto pelas armas. Para Paim, a doutrina de Pinheiro Ferreira influenciou fortemente toda liderança imperial.

Ilmar Rohloff de Mattos<sup>113</sup> inseriu uma perspectiva histórica que concebe uma relação de entrelaçamento entre Estado e sociedade. Analisando a formação no que chamou de “tempo saquarema”, construído no final do período regencial e que se estendeu até os anos 60 do período imperial, o

---

<sup>112</sup> PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Moderna, 1998.

<sup>113</sup> MATTOS, Ilmar Kohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

que havia em questão para Mattos era a implantação de uma proposta política da classe senhorial, que conseguiu impor um projeto conservador em detrimento do projeto liberal, mas dentro de um processo de consenso entre as elites socioeconômicas que implicava um poder de convencimento e uma difusão de uma cultura política.

Diante da forte presença do Estado, os conservadores Saquaremas tinham o papel conciliador entre uma ordem escravista e excludente com a civilização fundamentada na razão e progresso. Associado ao Império, os Conservadores arrastaram também os Liberais, que juntos costuraram conservação e transformação, no que Mattos chama de “Tempo Saquarema”. Corroborando a ideia de Ilmar Mattos a utilização do Estado Central como desaguadouro natural dos setores educados da sociedade, que têm como recursos cargos públicos sob a direção conservadora, ou seja, o poder passa necessariamente pelo aparato burocrático-administrativo. Nesse caso, a classe senhorial se utiliza do Império para construir sua unidade a partir da expansão cafeeira. Desse modo, a Coroa procura deixar homogênea a representação política, o que chama de tempo Saquarema. A construção de um Estado Imperial e a consolidação de uma classe senhorial eram requisitos para assegurar a ordem e a difusão de uma civilização: “Manter a ordem e difundir a Civilização – faces complementares dos processos de construção de um Estado e da constituição de uma classe. . .”<sup>114</sup> No caso das províncias, a condição destas não foi de submissão mas de interação, resgatando as relações entre centro e periferia, inserindo nesse projeto civilizatório o consenso também com as elites provinciais.

Para Ilmar R. Mattos, Luzias e Saquaremas consideravam liberdade e propriedade existindo de forma articulada. Tomando como princípio o utilitarismo de Hobbes, Bentham e Mill, formar um Estado soberano interessava para o que Mattos chamava de “boa sociedade”. Desse modo, liberdade e propriedade discriminava os membros da sociedade imperial e determinava a posição de cada um, estabelecendo a quem compete governar.

Mattos entende que a liberdade para os Liberais, representados pelos Luzias, implicava em igualdade, significando uma ameaça à ordem imperial.

---

<sup>114</sup> Op. cit. p. 295.



Com o Golpe da Maioridade, a liberdade passou a ser associada com segurança. Apesar do discurso ligado a pensadores como Rousseau, Montesquieu, Lamartine e Constant, os Regressistas se guiavam em Hobbes e Bentham. De Hobbes, o privilégio da noção de ordem nos debates políticos, sujeitando os indivíduos à ordem do Estado. Em Bentham, a percepção de que a liberdade não era incompatível com a autoridade, pois dos governantes a missão era de promover a felicidade da sociedade. Ao ressignificar o conceito de liberdade, os regressistas não só se adequavam a uma realidade de desigualdade social como também se ajustaram a noção de liberdade à de responsabilidade.

## **1.2. Um pouco do pensamento de Constant e Bentham**

Como reforço do discurso da ordem necessária para manutenção do Estado, apesar da presença de diversos pensadores liberais, foi mais recorrente o uso dos pensamentos de Benjamin Constant e Jeremy Bentham. Apesar de não usados fielmente seus princípios, sem a rigidez que abrisse possibilidade de adaptar o seu uso no Brasil do século XIX. Constant e Bentham, direta ou indiretamente, foram norteadores do pensamento político do Império. Outros pensadores liberais serão comentados ao longo do subcapítulo.

Benjamin Constant colocou em debate no seu texto “Da liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos”<sup>115</sup> a questão da liberdade comparando a liberdade moderna e a liberdade dos antigos. Entende que a Revolução Francesa, que chama de “Feliz Revolução”, apesar dos seus problemas, deixou como legado o governo representativo, desconhecido dos povos antigos. Nos povos antigos, a liberdade era exercida pelo grupo, forma coletiva que não permitia a independência individual, mas a submissão à autoridade do todo. Não ocorria a independência individual, havendo a autonomia nas questões públicas, mas a ausência da liberdade nos assuntos privados. Inexistia a noção de direitos individuais, a obediência às leis era ato automático.

---

<sup>115</sup> CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos Antigos comparada à dos modernos*. Campinas: L&PM, 1985.

A liberdade para o homem moderno, para Constant, tem como limite a submissão da lei, com o direito à opinião, de escolher o trabalho, dispor da propriedade e fazer livre uso dela e o direito de ir e vir. Na vida moderna, o indivíduo é independente na vida privada, tendo no estado a garantia das conquistas privadas: “A independência individual é a primeira das necessidades modernas. . .a liberdade individual. . .é a verdadeira liberdade moderna.”<sup>116</sup> Portanto, Constant reforça a liberdade política, tendo como base a liberdade individual. Há uma continuidade das obediências legais, mas há também novos deveres por parte dos governos, não se permitindo, portanto, o despotismo. O risco da liberdade moderna é que, com a independência privada, pode haver a renúncia da participação política, levando os cidadãos a permitir que os governantes ajam sem limites. Considerando a felicidade o objetivo de todos os esforços, a autoridade deve se limitar a ser justo, restando aos indivíduos a busca da felicidade.

Jeremy Bentham, na sua principal obra, “Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”<sup>117</sup> considerava que o indivíduo estava submetido na natureza à dor e ao prazer. O princípio da Utilidade parte da ideia de que é possível julgar se determinada ação é promotora ou não da maior felicidade. No Utilitarismo benthamiano, há a defesa do que é reto para toda a sociedade e a busca de projetar as possíveis consequências. Portanto, Utilitarismo tanto é a defesa das qualidades para felicidade geral quanto à promoção do meio para alcançar essa felicidade social. São essas as referências que deve ter qualquer governo ao tomar suas decisões. Desse modo, a legislação é a construção social de uma ética privada e o soberano é aquele que representa a lei. O pensamento de Bentham conferiu ao liberalismo um aspecto funcional, superando os princípios naturais até então vigentes. Ao tratar da liberdade a partir desses princípios, deve-se considerar que, para que sejam eficientes as vantagens conquistadas pelo indivíduo e sociedade é preciso que haja o direito de livre discussão e críticas às ações do governo.

---

<sup>116</sup> Op. cit. p. 06.

<sup>117</sup> BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

## **2. Em busca de aportes teóricos: a linguagem e a ordem social segundo Bourdieu**

É novamente pelas lentes teóricas de Pierre Bourdieu que o uso do conceito de liberdade pela imprensa mineira no Dezenove vai ser analisado. Para o francês, as palavras decorrem do “confronto social pelo sentido”, onde seu valor está presente em uma dinâmica de mercado e seu símbolo corresponde a um preço que é resultado das tensões sociais dos interlocutores, não estando presente no “campo” de forma consciente, mas fruto de um “habitus” linguístico. Quem determina quem diz, o que pode ou não ser dito, como dizer, é a imposição do mercado. Bourdieu considera como mercado o resultado do “habitus” linguístico, relação primordial e prolongada com a lei de certo mercado, tendendo a funcionar com sentido de aceitabilidade. O preço das diferentes formas de expressões é estabelecido por esse mercado por intermédio de uma censura imposta a todos os produtores de bens simbólicos. Essa censura é desnecessária e invisível à medida que cada agente interioriza as formas autorizadas de expressão. A censura atua excluindo agentes, determina forma e conteúdo, imposta por uma autoridade institucionalizada.

A produção dos discursos com a finalidade de se tornarem legítimos confere autoridade a quem os produz numa “criação continuada” que reflete o choque de interesses envolvidos. Escritores, gramáticos, pedagogos e jornalistas exercem sobre a cultura um poder simbólico, estabelecendo uma linguagem selecionada e restrita, de pouco acesso ao uso popular. Esses profissionais produzem com a língua especial uma distinção de classe, delegando o uso oficial como legítimo, do mesmo modo o uso de expressões particulares na imprensa na primeira metade do século XIX sinalizam novas estratégias políticas, legitimando as instituições e seu “modus operandi”. Organizada por quem domina, a inculcação da língua legítima é constante e prolongado, envolvendo as propriedades de distinção e correção numa contraposição à linguagem comum, considerada como negativa. Há na exposição prolongada da língua legítima regras estabelecidas por quem domina os produtos linguísticos, que é o caso da imprensa, que elimina ações daqueles que não produzem e nem leem jornais. O resultado desse processo,

no caso a produção escrita, é fruto das tensões e concorrências de diferentes agentes, reprodução de poder e autoridade a ser seguida:

Sendo uma relação de comunicação entre um emissor e um receptor. . . a troca linguística é também uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor, provido de um dado capital linguístico e um consumidor. . . capaz de propiciar um certo lucro simbólico.<sup>118</sup>

As expressões seriam resultado dessas constantes tensões e disputas de visões do mundo social, buscando um consenso pelas palavras. Assim, a imprensa utilizou no século XIX o discurso científico como sustentação autorizada e anunciada em bloco para dar bases aos princípios liberais, inclusive o consenso. Especificamente na questão política, a imprensa busca estabelecer um novo vocabulário e, conseqüentemente, novas práticas nas disputas pelo poder, substituindo os conflitos comuns ao longo do dezoito por uma proposta de conciliação. A distinção é assimilada nos próprios locutores incapazes de falar a língua legítima, ou seja

A constituição de um mercado linguístico cria as condições de uma concorrência objetiva na qual e pela qual a competência legítima pode funcionar como capital linguístico produzindo um lucro de distinção por ocasião de cada troca social.<sup>119</sup>

### **3. O entendimento da liberdade em Minas e suas variações ao longo do império**

#### **3.1. A liberdade exposta na imprensa mineira na primeira década após a independência**

A elite mineira, como parte integrante na formação do Estado brasileiro não escapou da forte influência de valores liberais que compôs a representação do grupo nacional vitorioso. Portanto, a liberdade foi tema rotineiro na imprensa local desde os primeiros periódicos. Quer seja em longos artigos ou curtas citações, a preocupação nas primeiras décadas do Dezenove era não só

---

<sup>118</sup> Op. cit. p. 53.

<sup>119</sup> Op. cit. p. 42

definir, mas demarcar as ações, estabelecer os limites da liberdade, apropriando para tanto de pensadores de grande expressão como Constant, Bentham, Montesquieu e Hobbes, ou de menor conhecimento, mas citados exaustivamente como Donoyer ou Lacretille.

Poder-se-ia se pensar na possibilidade da província mineira ter em sua imprensa, nos anos 20 e 30, publicações com propostas republicanas, mas pelos conteúdos dos periódicos é bem provável que não existiam e a elite local se fez representar com jornais de tendências monarquistas liberais moderadas ou restauradoras, mas sem representatividade de grupos exaltados. Essa tendência não-republicana é corroborada pelo jornal “O Universal”, que apontava para as publicações do período e suas inclinações políticas. Em dezembro de 1829, o periódico citou os seis jornais liberais existentes em Minas Gerais nesse momento: Novo Eco do Serro, Mentor das Brasileiras, Amigo da Verdade, Astro de Minas, Universal e Telégrafo. E fez o seguinte comentário: “São precisos seis períodos liberais nesta província para combaterem contra um a que alcunham de carcunda [sic] ministerial. . .”. (O Universal, 30.12.1829). Até a citação de jornais que confrontavam as instituições políticas, como o fluminense “O Republicano” são pontuais e de pouco impacto nos discursos predominantes da imprensa mineira. Conforme já dito no subcapítulo anterior, seria pouco provável que, existindo um periódico republicano em Minas Gerais os outros órgãos de imprensa não o identificassem e se incomodassem com sua existência, colocando a público uma posição contrária.

O “Abelha do Itacolomi” surge em um momento onde a representação da “liberdade” estava estreitamente ligada à formação do Estado Imperial, ou seja, rotinizar o tema sobre liberdade implicava em uma aproximação com a ordem. Mas não foi uma característica desse jornal extensos artigos sobre a liberdade. Citada com frequência, acompanhava determinadas características ou incorporava chamadas de mobilização para alguma ação, mas não chegou a ser tema central de algum artigo ou correspondência. Mas o sentido de liberdade era vinculado ao império, sinalizando uma liberdade dentro de uma ordem. Com o risco do movimento pernambucano de 1824, era preciso defender “A liberdade, a independência, o império e o imperador constitucional” (Abelha do Itacolomi, 04.10.1824). Ou a correspondência do mesmo jornal que

indicava o perfil do governo imperial: “Eis aqui, tendes o mais perfeito governo constitucional, eis aqui tendes formada a nossa mais segura liberdade” (Abelha do Itacolomi, 30.07.1824). A liberdade que se apresentava nesse período era a que tinha chegado já madura nos governos com um sentido bem definido, caminhando lado a lado com a razão:

Chega finalmente a época em que os verdadeiros princípios da política são proclamados à face do universo; as palavras pátria e liberdade, depois de terem peneliado [sic] nas abóbodas das musas, retumbaram nos palácios dos reis e a razão por tanto tempo desterrada e agrilhoada quebrando suas cadeias em volta sobre os passos dos estudos sólidos, servindo-lhe de guia. (Abelha do Itacolomi 02.08.1824).

Os limites impostos se justificava em nome da própria liberdade, razão principal da independência. O que explicava atitudes mais incisivas como a repressão à Confederação do Equador: “É para defender vossa liberdade que eu vos vou oprimindo e tolhendo vossas vontades” (Abelha do Itacolomi, 12.07.1824). A utilização permanente de frases sobre a liberdade sinalizava de modo contínuo a proximidade entre a ordem e a liberdade. O artigo de primeira página, assinado por “um pároco da comarca do Rio das Velhas”, corrobora com essa tendência: “tão bem não pode compadecer-se com as leis constitucionais a liberdade de consciência sem limites, não pode fazer liga aquela paz tão vantajosa, como necessária aos negócios públicos, com a desenfreada liberdade” (Abelha do Itacolomi, 11.08.1824).

O “Universal” também rotinizava o termo: “Viva a Constituição. Viva a Liberdade. Estas 2 amigas, que, sempre de mãos dadas jamais se separam um só instante, pois que não pode haver Liberdade sem Constituição, nem Constituição sem Liberdade” (O Universal, 16.07.1827). Comemorar a data do juramento da Constituição em Sabará também era motivo de fazer referência ao brasileiro como “. . . um povo civilizado e amante da bem entendida liberdade” (O Universal, 08.04.1831). A chegada de um novo presidente de província era suficiente para o reforço dos ideais de liberdade e a negação do seu oposto, o despotismo. É o caso da posse do presidente de província João José Mendes Ribeiro e as expectativas quando ao seu modelo de governar Minas Gerais:

. . . e nós esperamos com razão que sua marcha na presidência será sempre guiada pelo clarão das leis e levará apoz de sí aguilhoado e manielado com grossas cadeias esse monstro formidável do despotismo, que os mineiros tanto desejam ver suplantado. . . que protegerá e manterá com todas as suas forças a liberdade” (O Universal, 17.12.1827).

Mas, no jornal “O Universal”, coexistindo com o uso rotineiro da expressão liberdade, foram construídos longos editoriais e artigos discutindo o seu sentido e os seus limites, esclarecendo que tipo de liberdade poderia ser vivenciado em Minas Gerais e no Brasil. Em alguns momentos, essas produções eram reproduções de publicações da imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>120</sup>, fragmentos de obras literárias traduzidas, mas também eram editoriais e artigos escritos pelos mineiros ou correspondências de leitores locais (que muitas vezes não eram identificados, podendo ser realmente cartas de leitores ou escritas pelo editor do jornal<sup>121</sup>).

O primeiro desses longos escritos disponíveis foi publicado entre 30 de abril e 02 de maio de 1827, no jornal “O Universal”, que dedicou as suas principais páginas, a primeira inclusive, ocupando três quartos do periódico, em três edições, para publicar o “Discurso sobre a liberdade”. No artigo, sem identificação de autoria, existe um dos pontos permanentes nos discursos da imprensa quando aborda o tema, qual seja a condenação da liberdade que não seja subordinada a leis sociais. É perceptível no texto a influência de Constant, havendo no material escrito o entendimento de que o uso ilimitado da liberdade contrariava a condição humana de ser social, existindo, portanto, o limite do outro regulado pelas leis, somados ao interesse da nação. Fazia então o contraponto entre a “verdadeira liberdade” (ou “justa liberdade”), fruto da sensatez e racionalidade humana, regulada pela lei e consequência da vida social que o ser humano construiu, e da “liberdade total”, esta resultado de um sonho irrealizável, que traria apenas males e deve ser reprimida: “A verdadeira liberdade é a que permite o homem fazer tudo desde que em sociedade e a

---

<sup>120</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. Mineiros além da província: relações interprovinciais por meio da imprensa periódica (São Paulo e Minas Gerais, 1827-1842). In [http://www.seminariojals.ufop.br/luciano\\_da\\_silva\\_moreira](http://www.seminariojals.ufop.br/luciano_da_silva_moreira). Retirado em 11.04. 2013.

<sup>121</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. 272 f. Dissertação (mestrado em História e culturas políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

total liberdade é puro sonho, um delírio, devendo por interesse de todos ser reprimida e castigada.” (O Universal, 30.04.1827).

Comum até os anos 40, esteve presente desde o Primeiro Reinado a oposição entre a “liberdade verdadeira”/”justa liberdade” e a “liberdade não entendida”, a liberdade que abusa dos limites do contrato social. No entanto, os freios estabelecidos pela “liberdade não entendida”, do mesmo modo do entendimento do ser livre, vai oscilar de acordo com os diferentes atores e suas tendências políticas. Estaria presente em todas essas produções os limites da liberdade na vida social, ligado ao respeito da lei, considerada como justa ou verdadeira liberdade em oposição à “mal entendida liberdade”, nesta prevalecendo a paixão em detrimento da razão. O abuso dela vai vir sempre carregado por expressões pejorativas como “. . . excessos melancólicos em nome da liberdade” .

Para reforçar o argumento, o artigo do “O Universal” fez uso do pensamento de Montesquieu, citando o “Espírito das leis”, e negando a absoluta independência dos atos humanos, por ser destrutiva, ao mesmo tempo em que considerava a verdadeira liberdade como herança do homem “social e sensato”. Mas, apesar de não citar Jeremy Bentham, há sinalizações também da influência do seu pensamento nas publicações, tendo suas ideias fundadas na máxima que sintetiza seu pensamento: o de atingir a maior felicidade dentro do que é possível, favorecendo o maior número de pessoas possíveis. A começar pela visão utilitarista em defesa da felicidade geral como uma finalidade do governo, da infalibilidade do governo e sua correção ao longo dos tempos, sendo comparado no texto como uma máquina que precisa ser reparada para corrigir os erros. Ainda revoluções ocorrem pela falta de liberdade, em função dos abusos do governante déspota, que provocam “excessos de males” (O Universal, 02.05.1827). Considerada como um mal necessário, a revolução é comparada no periódico a trovoadas e tempestades, que purificam o ar e restabelece a serenidade. Mas, conforme pensava o jurista e filósofo inglês, quanto à conciliação entre indivíduo e sociedade, para evitar a revolução, o equilíbrio e a moderação são a saída, permitindo aos súditos e fundado nas leis, uma “justa liberdade” (O Universal, 02.05.1827).

E foi do “Aurora Fluminense” outro longo artigo publicado pelo “O Universal” de 16 de outubro de 1829. Grande parte dos artigos reproduzidos



pelo “O Universal” são da “Aurora Fluminense” e “Astréia”, ambos de tendência liberal moderada, que faziam duras críticas aos ministérios, combatiam o absolutismo, defendiam maior autonomia do legislativo e a coexistência da liberdade e a ordem, mantendo, pelo menos até o final da década de vinte, preservada a figura do Imperador. Néelson Werneck Sodré comentou sobre os dois jornais, afirmando que

A “Aurora Fluminense” pregava a monarquia constitucional, o respeito à carta básica, o governo de gabinete, a responsabilidade deste perante a Câmara . . . A “Astréia” seguia, pouco mais ou menos, a linha traçada pelo jornal de Evaristo da Veiga; combatiam ambos os excessos do governo mas também a pregação violenta da imprensa . . .<sup>122</sup>

Começava o texto vindo da Corte entendendo ser a liberdade uma ideia pouco precisa. Foi, segundo o periódico, um conceito aplicado inicialmente em Atenas no período da Grécia Antiga usado de forma contraditória, pois ao mesmo tempo em que se defendia a liberdade, havia a condenação e perseguição aos filósofos. Seguiu o artigo procurando definir liberdade, que teria como limite a razão, a igualdade natural e as leis. Não se poderia, portanto, haver abusos da liberdade, correndo o risco de ser punido ou pelo estado de natureza ou pela lei. Ao governo dos tempos modernos competia assegurar a liberdade pela lei, evitando qualquer obstáculo que se oponha à felicidade dos outros. Para que um país fosse livre, deveria haver proteção legal ao cidadão, onde pudesse trabalhar em benefício próprio. Ao trazer o tema para o contexto brasileiro, o artigo afirmava que não deveria ser igual a todos, pois é incompatível com a realidade do país. Nesse aspecto, há uma adequação por parte da elite nacional aos princípios liberais clássicos, pois considerava como natural o tratamento desigual, uma vez que existem pessoas que devem ser diferenciadas, apesar de submetidas à Constituição. O que a publicação reforçava era a defesa da hierarquização brasileira pelas vias legais, o que pode ser exemplificado na relação escravista existente ou no aspecto eleitoral com o voto censitário:

---

<sup>122</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 111.

Uma justa liberdade deixa a cada um o poder de procurar seus cômodos, sem prejudicar os dos outros. . . A liberdade não consiste pois como algumas pessoas imaginam em uma pretendida igualdade entre os cidadãos, quimera adorada nos Estados democráticos, mas totalmente incompatível com a nossa natureza, que nos desiguala pelas faculdades, quer seja dos corpos ou dos espíritos. Esta igualdade seria mesmo injusta conseqüentemente incompatível com o bem da sociedade, que quer que os cidadãos mais úteis à causa pública sejam os mais honrados, os mais bem recompensados sem que por isso sejam dispensados de lei geral, que prescreve para todos a mesma uniformidade de regras. A verdadeira liberdade consiste em conformar-se às leis, que remediaram a desigualdade natural dos homens, isto é, que protegem igualmente o rico e o pobre, os grandes e pequenos, os soberanos e os súditos. O que mostra ser a liberdade igualmente vantajosa a todos os membros da sociedade.( O Universal, 16.10.1829)

Outra longa publicação do periódico “O Universal”, entre fevereiro e março de 1831, tinha como tema central a liberdade. Aparentemente era um fragmento traduzido da obra da escritora Madame de Stael, francesa que viveu entre 1766 e 1817 e que conviveu com pensadores ilustrados como Diderot e D’Lambert. Com o título “Do amor da liberdade” a escritora entendia que o amor pela liberdade é uma herança secular, envolvendo a arte escrita, o teatro, a escultura, que proclamavam a liberdade. A liberdade se tornou um sentimento universal, linguagem única entre os que se identificam com as Luzes. Para a autora, a liberdade deve ser cultivada, pois “. . . tudo que amamos e honramos se inclui nesse nome. . . que seria da espécie humana sem o sentimento da liberdade?” (09.02.1831) Apesar de todos os acontecimentos do período, como as ações dos jacobinos e do governo de Bonaparte, justificarem o desencanto em prol da liberdade, seguir a liberdade que se consolida nas constituições era motivo para continuar acreditando nesse princípio. Pensamento que ia ao encontro com as bases legais defendidas pelo império, justificando a ordem imperial e a suposta luta contra o absolutismo defendida pelos partidários do governo: “uma vez que vós vos deixastes arrastar por ela, levar a bem que se vos dê uma constituição livre, na qual o império da lei seja tal que ninguém vos possa obrigar ao mal” (27.02.1831).

Jornais de tendências menos liberais e que mantinham apoio incondicional ao governo também colocavam em pauta o tema, reconhecendo ser um

assunto na ordem do dia: “Muito se tem falado e escrito sobre a liberdade” (O Amigo da Verdade, 29.05.1829).

O conservador “O Telégrafo” de 28 de dezembro de 1830 acreditava que jornais liberais no perfil de “O Universal” e “Astro de Minas” excediam no limite dado à liberdade, chamando-os de “liberalões”, acusando-os de defender maior autonomia das províncias e eram inimigos do trono imperial, sendo seguidores da “. . . seita do iluminismo, fruto de periódicos que defendem a confederação, resultado de uma ‘liberdade não entendida’ “. (O Telégrafo, 28.12.1830). A liberdade tratada pelo “Amigo da Verdade” também levava em consideração os limites a serem adotados para o seu exercício na vida social. No entanto, diferente dos jornais de tendências moderadas, os jornais conservadores encontravam muito mais confronto do que aproximação entre liberdade e as leis: “. . . Quanto mais dever, menos liberdade. Logo, os deveres estão na razão direta das relações e a liberdade está na razão inversa dos deveres.” (O Amigo da Verdade, 29.05.1829).

Na apresentação da primeira publicação do “O Amigo da Verdade” esse tema era amplamente discutido no seu editorial, no qual o periódico fazia oposição à liberdade irrestrita da imprensa, entendendo que seu uso abusivo levava a grandes males sociais, principalmente pela fragilidade do que chamava de Opinião Pública. Na visão do periódico há limite para esse tribunal, que seria a manutenção da ordem e do governo imperial constituído. Reforçando o estudo de Marco Morel<sup>123</sup>, onde o historiador afirma que houve adaptações de conceitos clássicos a leituras regionais, carregados de dualidades e contradições, a ideia “Opinião Pública” construídas nesse período e descrita pelo periódico “O Amigo da Verdade” se afastou do entendimento comum dado ao conceito no século XIX. O jornal não admitia ser a base da Opinião Pública a participação da maioria como também excluía a supremacia de uma razão intelectualizada e crítica. A liberdade de opinião estaria diretamente relacionada com a estabilidade do Império.

Se a liberdade de imprensa é seguramente um dos bens mais preciosos que nos outorgou a Constituição política do império . . . o abuso desta Liberdade é também sua contradição, a origem mais

---

<sup>123</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

funesta de erros perniciosos e de males incalculáveis que provém ou podem provir a sociedade. A opinião pública, este Tribunal invisível. . .cede, dobra-se, desfigura e caís perante o abuso da Liberdade de Imprensa. Esta potência cuja ação continua sendo dirigida por boas leis e por penas verdadeiramente amiga do bom, do reto e do justo, pode ser o órgão da virtude, da retidão, da justiça, torna-se o veículo do erro, das paixões, da corrupção e do mal. (O Amigo da Verdade, 08.05.1829)

Ainda segundo “O Amigo da Verdade”, o debate livre poderia afastar a razão e estimular a paixão popular, resultando na instabilidade do que era para o jornal a monarquia constitucional representativa brasileira instalada, especialmente em uma população que ainda não tinha instituições sólidas:

Em um povo simples e infante nas suas instituições, esta potência sendo mal dirigida e regulada, bem longe de trazer as vantagens que em si tem, e que promete dar, nada mais fará do que perpetuar o mal, obstar e proibir o bem . . . Nenhum cidadão honrado e seguro, verdadeiramente amigo da sua pátria pode hoje desconhecer que não nos convém nem pode convir outro governo que não seja a monarquia-constitucional-representativa adotada e jurada pela NAÇÃO e pelo SEU AUGUSTO CHEFE . . . (O Amigo da Verdade, 08.05.1829)

Mesmo com tal posicionamento, “O Amigo da Verdade” contraditoriamente chegou a usar em diferentes momentos alguns pensamentos de Jeremy Bentham, inclusive o liberdade de expressão, quando em 07 de julho de 1829 defendeu o princípio de que seria legítima a livre opinião da imprensa quanto aos debates parlamentares. Em 21 de agosto de 1829, novamente a ideia de Bentham se fez presente no jornal conservador. Em artigo que ocupa três das quatro páginas “O Amigo da Verdade” trabalhou com a ideia utilitária da felicidade como cálculo entre o bem comum e as dores individuais. Segundo o periódico, isso só seria possível a partir do direito de uma livre discussão e críticas de ações, inclusive políticas, no que o jornal contraditoriamente não admitia conforme explicita quando expõe sua tendência no primeiro editorial:

Protestamos desde já não admitir na nossa folha qualquer correspondência ou artigo em que sejam atacados os membros do governo e as autoridades constituídas. A censura justa, moderada e sem acrimonia dos seus atos. . .terá lugar tão somente no nosso periódico (O Amigo da Verdade, 08.05.1829).

Essa posição do “O Amigo da Verdade” quanto às restrições em suas publicações vai causar duras críticas de alguns jornais liberais mineiros. O “Astro de Minas”, na edição de 232 e 233, não disponível em artigo, mas citado pelo próprio “Amigo da Verdade”, que reproduziu a seguinte frase irônica do “Astro de Minas”: “podem as autoridades cometer os maiores despotismos que certamente se calará ‘O Amigo da Verdade’ ” (O Amigo da Verdade, 19.06.1829). Os ataques ao jornal, especialmente pelo “Astro de Minas” e “O Universal” eram frequentes, o que o periódico conservador respondia reafirmando a necessidade de impor limites à liberdade, ironizando ao chamar os outros de “campeões da liberdade” (O Amigo da Verdade, 19.06.1829). Por sua vez, a referência dos liberais aos jornais conservadores é dos “defensores do Altar e do Trono”.

Esse debate sobre a liberdade da imprensa no Brasil é aquecido pela posição do jornal “O Amigo da Verdade”, mas é um tema que provocou diversas discussões ao longo de todo o I Reinado, especialmente pela ação do governo contra a livre publicação, o que vai reforçar a manutenção do tema sobre liberdade em pauta na imprensa da província.

Quanto ao aspecto legal que regulava as publicações, o Estado tinha como base Constitucional o artigo 179, inciso 04, que estabelecia:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras escritas e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos pela forma que a lei determinar.<sup>124</sup>

Segundo Kátia Carvalho<sup>125</sup> houve a substituição da censura prévia existente quando o Brasil era colônia para a esfera jurisdicional. Mas, por falta de uma lei ordinária para regular os excessos após a Constituição de 1824, prevaleceu o decreto de 22 de novembro de 1823, dando base para que fosse considerado delito as ações que colocassem em risco a segurança interna e a existência política do império e a tranquilidade pública, previsto como punição multas e prisão.

---

<sup>124</sup> Constituição política do império do Brasil de 25 de março de 1824, [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao). Acesso em 05.03.2013.

<sup>125</sup> CARVALHO, Kátia. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. *Revista Ciência da informação*, vol. 25, nº 03, 1996. <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/abou/contato>. Acesso em 05.03.2013.

Diante desse leque de alternativas que tinha o governo de punir opositores, os jornais liberais de maior circulação procuravam debater sobre a liberdade de imprensa usando argumentos de autores ilustrados europeus, artigos de jornais da imprensa do Rio de Janeiro ou editoriais. O periódico “O Universal” , em 02 de maio de 1827, em parte de artigo anônimo já citado anteriormente, considerava que a liberdade de expressão era a orientação dos governos, comparando ao interesse do passageiro de um navio ao alertar o piloto adormecido do rumo a ser tomado. Reconhece ainda que existe o risco dos abusos da escrita que pode perturbar a tranquilidade da sociedade, que são dignos de castigo. Mas era uma obrigação do cidadão o ataque aos inimigos públicos, devendo ter em seu discurso a mediação da razão.

Todo cidadão deve à pátria seus talentos, todo o homem que tem meditado lhe deve o fruto das suas reflexões; reputar-se-a, pois, nociva a obra seu autor, guiado pelo amor da pátria, pelo entusiasmo da virtude, indicar sem fel os meios que julgar conducentes a fazê-lo mais feliz? (O Universal. 02.05.1827)

Usando as contas utilitárias e a busca da felicidade como um fim coletivo de Bentham, o artigo concluía que haveria mais ganhos do que perdas com a liberdade de imprensa, mais vantagens do que prejuízos, especialmente porque há a possibilidade do abuso por parte do governo tirano em punir aquele que procura apenas denunciar as suas ações despóticas.

Nada é mais injusto do que tirar aos cidadãos a liberdade de escrever ou de falar sobre objetos que interessa a sua felicidade. A verdade lucra sempre em ser discutida . . Não há dúvida que a liberdade da imprensa pode resultar inconvenientes para alguns indivíduos, mas também não de resultar inestimáveis vantagens para a sociedade em geral. (O Universal, 02.05.1827)

Novamente o jornal “O Universal” reafirma em artigo de 03 de dezembro de 1827 as vantagens da liberdade de imprensa contrapondo os prejuízos que ocorrem quando esse direito é cerceado. O artigo responsabilizava os governos autoritários pelos abusos cometidos na produção escrita, pois radicalizam os conflitos políticos, concluindo que, não era a liberdade de imprensa a responsável pela má administração, mas o governo, que deveria rever seus rumos e procurar reformar suas práticas:

Nos bons governos, diz Lacretille (provavelmente Jean Charles D. de Lacretille, jornalista defensor da monarquia e liberdade de imprensa), a liberdade de imprensa anima os partidos, patenteando seus votos e seus sistemas. Nos maus governos, a liberdade de imprensa redobra a virulência dos partidos, converte-os em facções, prorrogando suas esperanças e persuadindo-os de suas forças reais ou imaginárias. Nos bons governos é a liberdade de imprensa o veículo de todos os bens, nos governos maus envenenam todos os males. A liberdade de imprensa, por si, não cria boas nem más impulsos, as quais nascem exclusivamente do estado das coisas, e só o governo as pode mudar de mal para bem. Segue-se pois que não é a liberdade da imprensa que se deve abolir, mas o sistema e a marcha do governo que se deve reformar. (O Universal, 03.12.1827)

Não era incomum na imprensa liberal procurar exaltar seu papel como mediadora das opiniões entre as ações políticas e a população, demonstrando ser decisiva sua participação desde quando se envolveu no processo de independência, momento que usou da livre opinião e do fácil acesso da população às informações publicadas nos jornais

Um notável melhoramento se observa entre nós nos espíritos públicos desde 1821 e seria ingratidão deixar de atribuir este benefício aos jornais políticos. São eles que existindo em contato imediato com o povo, lhes transmitem o resultado da profundas mediações dos publicistas . . . tendo preços módicos chegam a todos. Quando em 1821 os primeiros raios de liberdade nascentes feriram os nossos olhos, um entusiasmo geral se apoderou de todas as classes da Nação, descontentes do Antigo Governo. . . mas esse entusiasmo. . . foi de pouca duração. Pouco a pouco os sucessos foram formando à experiência e as centelhas da liberdade, que se não tinham apagado foram tornando a ganhar força, sopradas pelo hábito *bemfazejo* dos escritos liberais. (O Universal de 19.03.1828)

De certo modo, abordar o tema sobre a liberdade de imprensa de uma maneira tão constante carregava nos jornais liberais um meio de denunciar e colocar em pauta de forma rotineira a perseguição vivida pelos periódicos no governo de D. Pedro I, ainda que nas entrelinhas. O próprio “O Universal” foi atingido por essas ações feitas às oposições pelo império. Em suplemento de 26 de outubro de 1829, o jornal comemorou a não criminalização do artigo publicado no número 226: “A liberdade de imprensa acaba de obter mais um triunfo, com que contava e contará sempre que os escritos forem baseados sobre os sólidos fundamentos da lei” (Suplemento do jornal “O Universal”. 26.10.1829). Não disponível nos arquivos para poder saber o conteúdo do referido artigo, o fato é que o risco constante de condenações dos periódicos exigia dos editores alguns artifícios para não serem punidos por crime contra a

ordem pública ou contra a política imperial. Parece ser um protesto dos periódicos mineiros “Astro de Minas” e “O Universal” nos anos de 1829 e 1830 a epígrafe em todas as edições, abaixo do nome do jornal, o artigo 179 § 4 da Constituição de 1824:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras escritas e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos pela forma que a lei determinar.<sup>126</sup>

Diante da repressão à liberdade da imprensa, não foi incomum o uso de estratégias, dentro dos limites possíveis, para driblar os abusos autoritários. No caso do Primeiro Reinado, o uso do termo e dos conceitos em relação à liberdade também pode sinalizar uma alternativa para fazer resistência à forte perseguição sofrida pela imprensa no governo de D. Pedro I, sendo um tema que tinha o abono dos grandes expoentes das luzes (muitos assinados pelos ilustrados europeus), atingindo de forma indireta os abusos do que os liberais consideravam como déspota e tirano, mas que não podiam expressar explicitamente, sob pena de sofrer as punições previstas pela lei, ou pior, ter o destino do italiano Líbero Badaró.

Não só abordar questões sobre a liberdade favorecia uma denúncia ao controle excessivo do governo central, mas tratar de temas como a tirania e o despotismo também eram uma forma de apresentar a liberdade como a alternativa, a existência de uma tradição de governo no Antigo Regime, que fez parte do passado, mas encontrou diante das Luzes novas possibilidades de participação política. Era uma denúncia velada, pois ao mesmo tempo em que eram questionadas as ações governamentais evitava-se um ataque frontal ao império. É o caso do “Astro de Minas” de 27 de julho de 1830 ao ressaltar a necessidade de uma base educacional para ter um governo livre e conseqüentemente de um governo estável por ter leis que são construídas pela representação popular através do legislativo:

. . .amigo do governo liberal e a vontade livre da nação. . .para a felicidade de todos, ele não está sujeito à arbitrarias mudanças, porque é obra de sábias e prudentes reflexões de legisladores escolhidos, por isso que é lei não escrita não por caracteres de

---

<sup>126</sup> Constituição política do império do Brasil de 25 de março de 1824, [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao). Acesso em 05.03.2013.



convicção, como também uma educação bem dirigida dos membros da sociedade. (Astro de Minas, 27.07.1830)

Também “O Universal”, em 23 de outubro de 1829 apresenta o conceito de despotismo, em oposição implícita à ideia de liberdade, vinculando aquele a interesses pessoais e apontando todos os seus males, com o povo submetido a constantes jogos de manipulação ministeriais e abusos do soberano. Considera o despotismo como um retrato de uma sociedade sem leis: “um país sujeito ao despotismo nunca tomaria o assento que só as leis estáveis podem dar ao governo” (O Universal, 23.10.1829).

Contraditoriamente, numa tentativa de legitimar a imagem de D. Pedro I<sup>127</sup>, o jornal o poupou nominalmente das atitudes repressivas do seu governo e procurou outros meios, mais sutis e nas entrelinhas, para denunciar a ausência de liberdade de expressão. Formalmente o imperador foi muitas vezes tratado como o principal defensor da liberdade no Brasil. Para a imprensa era a própria encarnação da bandeira em prol da liberdade contra a tirania, homem que foi um modelo na vida, pois ousou romper com sua família e a metrópole portuguesa pelo seu espírito naturalmente livre, encarnando nas suas decisões como opositor da tirania, responsável por arrancar o Brasil da escravidão. No “O Universal” de 14 de dezembro de 1829, a defesa da monarquia constitucional e sua preservação é a própria luta pela liberdade e D. Pedro I o principal guia, e para tanto a “. . . liberdade e felicidade geral, e, como é mister, ser livre e feliz nessa sociedade, que é nossa, por isso todos devem empenhar na conservação da existência política dela.” (O Universal, 14.12.1829). Ou quando faz referência ao papel mineiro em apoiar a política imperial:

. . . onde não há senão segurança, boa ordem aferro à lei, fundamental do Império, qualidades essas que caracterizam positivamente os habitantes da grande província de Minas, fieis e sempre em guardar seus juramentos, fieis à Constituição e fieis ao seu IMORTAL IMPERADOR, de Quem demanda todo nosso bem.” (O Universal, 26.08.1829)

---

<sup>127</sup> Conforme RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os Símbolos do Poder: cerimônias e imagens do Estado Monárquico do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1995. SOUZA, Iara Lis Franco Schiavenatto Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999.

Ainda que aumentasse a pressão contra o governo de D. Pedro I no final dos anos 20 e início dos anos 30, provavelmente em função da repressão à imprensa oposicionista, poucas críticas foram feitas ao governo central. Às vésperas do 07 de Abril, ainda que Bernardo de Vasconcelos, proprietário do “O Universal”, já assumisse uma posição contrária à política pedrina, havia publicações que afirmavam ser “. . .o imperador amado geralmente de todos e só se odeia os vis aduladores, os parasitas que cercam o trono” (O Universal, 09.03.1831).

No dia 04 de abril de 1831, “O Universal”, depois de reproduzir os relatos da “noite das garrafadas” em matéria do “Aurora Fluminense”, publicou uma carta de um leitor que se denomina “um jovem brasileiro”, comparando o governo brasileiro maquinado pelos portugueses com o tirânico governo francês, provavelmente Carlos X, que ao ser derrubado foi restituída a paz. O autor entendia que a proteção dada aos portugueses é de “um traidor mor”, expressão retirada, segundo o “O republicano”, em referência ao imperador, mas que “. . .o amor da liberdade de nossa pátria nos anima a todos os nossos membros, e penetra até a medula de nossos ossos. . .” para preservação da sua independência. Ainda que fosse citado um jornal com discurso republicano e o leitor se apresentasse como um brasileiro capaz de entregar a vida contra o despotismo, a alternativa era moderada, propondo um caminho que restitua os projetos propostos na independência.

### **3.2. A Regência e o anarquismo: os excessos da liberdade**

Após a abdicação de D. Pedro I ocorreu um deslocamento dos atores políticos que vão assumir a defesa da liberdade, ou seja, sai de cena o primeiro imperador, entra seu filho. Mas o discurso da ordem e da legalidade é preservado. A saída de D. Pedro significou a luta do povo brasileiro contra o despotismo, tendo como referência a Constituição e sinalizando para o destino de quem é capaz de se opor à legalidade. De um momento para outro D. Pedro I é considerado um déspota, “um monarca iludido” (O Universal, 01.06.1831), “um ingrato príncipe” (O Universal, 22.04.1831), tirano que não soube obedecer aos princípios da liberdade e foi derrubado em nome da pátria e da

Constituição, conseguindo “a liberdade vitoriosa calcar aos pés o monstro do despotismo” (O Universal, 02.05.1831).

Nos anos seguintes esse discurso contra D. Pedro I se intensificou até a posse do filho. Após 1840, no entanto, gradualmente a figura do primeiro monarca vai retomando seu papel de libertador, o que reforçava a figura do império e da família de Bragança. Em artigo do jornal “O Bom Senso” de 05 de abril de 1852, exaltava D. Pedro I como um bravo, que em gesto heroico entregou o trono brasileiro a seu filho com objetivo de libertar o povo português, daí sua saída no 07 de Abril representar nos anos 50 uma decisão tomada com o intuito de combater a tirania em Portugal. Em 12 de abril de 1860, o “Correio Oficial de Minas” dedica uma página inteira em comemoração à data da promulgação da Constituição, sendo que as homenagens foram todas prestadas a D. Pedro I, exaltando seu papel na consolidação da Carta Constitucional, justificando suas ações mais enérgicas, como o fechamento do parlamento, para conter a ordem contra o caos que estava à beira de se instaurar. Conclui a série de artigos com um soneto em homenagem ao primeiro imperador: “Dissestes que ficavas, e ficaste/Firme num posto incerto e perigoso/E dos lustros após fim revoltoso/Deu a teu plano o povo, que salvaste . . . .Findou-se a vida e renovaste a glória/E teu nome, SENHOR, pertence à história” (Correio Oficial de Minas, 12.04.1860). Data também nesse período o erguimento da famosa estátua em homenagem ao primeiro imperador.

O discurso da imprensa mineira buscava fortalecer o governo na cena pública, preservando a mesma tendência de união entre a liberdade e a ordem/legalidade. Em comunicado encaminhado para a província mineira e publicado no “O Universal” de 20 de abril de 1831, assinado pelos regentes marquês de Caravelas, Nicolau Vergueiro e José Joaquim de Lima e Silva, ritualiza o “07 de abril”, considerado, segundo o documento, como um “trunfo da liberdade”, “trunfo da liberdade constitucional” e “vitória incruenta da liberdade”.

A primeira publicação após o “07 de Abril” no jornal “O Universal” noticiava a queda de D. Pedro I, fazendo a relação entre a liberdade e a Constituição: “Vede como a constituição melhorou nossa sorte. . . e que ataca a Constituição pretende golpear vossos direitos. . . não escutai a voz da pátria e da liberdade” (O Universal, 13.04.1831).

Mas o primeiro editorial a comentar de forma mais exaustiva a abdicação de D. Pedro I, no “O Universal”, só ocorreu duas semanas depois, procurando relacionar a luta do brasileiro pela liberdade contra o despotismo, onde a retirada do imperador foi em decorrência da não aceitação do povo diante dos abusos do monarca, agindo de modo a superar a força sagrada da lei. A representação, agora para a preservação dessa conquista, passa a ser D. Pedro II, sendo este considerado pela imprensa o novo baluarte da liberdade no Brasil, especialmente porque o seu berço tinha como referência uma educação fundada nos valores constitucionais, carregando no coração o sentimento de ser livre, perfil típico de quem é da América. Para o jornal, a liberdade que vai sendo vivenciada por D. Pedro II fugia à tirania, pois crescia sendo educado com o sistema constitucional (O Universal, 08.06.1831). No discurso da imprensa o “07 de abril” foi uma conquista, fato ocorrido em nome da liberdade, que se realizou dentro da legalidade, sem derramamento de sangue, considerado algo inédito. A imprensa vai trabalhar com a reação brasileira como um modelo a ser copiado pelo mundo:

Que exemplo para os tiranos da Europa, para as nações do Velho Mundo! Aha, vinde povos todos aprender conosco a sustentar a liberdade, a manter os direitos públicos. . .O Brasil que só desejava a liberdade legal, a cuja posse opunha forte barreira o ingrato príncipe, apenas o viu fora do trono, chamou para ocupa-lo o tenro filhinho, que nascido no meio de nós, educado por nós, não há de desmentir a propensão do coração americano, que todos tendem para liberdade. . .Mineiros, confiai nas autoridades que se mostrarem amigas da Constituição. . .a liberdade é o dom mais precioso do homem. (O Universal, 22.04.1831)

O dia 07 de abril passou a ser uma referência de liberdade, ritualizado em datas comemorativas, em hinos, como os cantados em comemorações na cidade de Ouro Preto: “Comovido o Deus piedoso/dos clamores do Brasil/fez baixar a liberdade/no dia 07 de Abril. Já quebrou Mão poderoso/Esse atroz, duro grilhão/Somos livres temos Pátria/Isento de escravidão.” (O Universal, 30.09.1831) e sonetos, “. . .o Brasil se remoça d’alegria/Os ferros despedaça. . .já não tem que temer a aleivosia/Do tirano enganado” (O Universal, 30.09.1831). Ou em Sabará, que em festividades pelo “Sete de Abril” levou à praça pública o coro com seguinte trecho: “respeitemos brasileiros/o dia sete de abril/por todos tão suspirado/dia de eterna memória. Do céu veio a

liberdade/onde estivera escondida/Até que o monstro agonizante/terminasse a torpe vida. . ." (O Universal, 02.05.1831).

Os artigos ressaltando a ordem e a legalidade continuaram, mas os primeiros momentos após a saída do imperador motivou a imprensa moderada a colocar em debate as possibilidades de reformas. A publicação de primeira página do "Astro de Minas", de 09 de julho de 1831 apresentava as características de um governo tirano, entre as quais a de retirar dos povos todos os seus direitos e a de ocultar a verdade. Ao mesmo tempo, fazia um contraponto com um governo que cultua a liberdade, este tendo como base a ilustração e que, por essa razão, dificulta a ascensão de um governo déspota. Para um povo não ser escravizado era preciso que estivesse aberto às "luzes da razão".

No período regencial, o jornal "Astro de Minas" sinalizou essas possibilidades de reformas ao substituir a epígrafe que publicava em todas as edições, que era o artigo 179 da Constituição pelo artigo 174. Se, no final do Primeiro Reinado, a ênfase dada nos dizeres que se repetiam a cada edição era pela liberdade de expressão, no período Regencial o que ficava evidenciado nas inscrições da primeira página era a possibilidade de mudanças previstas pela própria Constituição:

Se passados quatro anos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer que algum dos seus artigos merecem reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara de Deputados, e ser apoiada pela terça parte deles. Const. Art. 174.

Da mesma maneira fez "O Universal", ao substituir nesse período a epígrafe do artigo 179 da Constituição por uma citação de Bonnin, autor próximo ao pensamento de Bentham. É importante destacar que a epígrafe está em francês, que a tornava significativa, pois, sinalizava que a necessidade de uma tradução era um recado dado especialmente para um público erudito, não o simples leitor pouco letrado que poderia tender a interpretar os dizeres pelas vias revolucionárias. Mas aquele que saberia buscar, por ser ilustrado, mudanças pela "liberdade bem entendida". A citação vinha com os seguintes dizeres, aqui traduzidos: "O Povo tem o direito incontestável, inalienável e imprescindível de instituir o governo, e também de

reformular, corrigir ou mudar totalmente, quando sua proteção, sua segurança, sua felicidade e propriedade requererem”.

Ou seja, mesmo que mantendo a proposta de aliar a liberdade com a lei e a ordem, a imprensa liberal abriu o debate sobre possíveis reformas políticas, especialmente em relação ao legislativo. Era um tema que foi pouco tratado no I Reinado, muito mais pela força centralizadora do governo pedrino. No entanto, quando encontrou espaço, o anseio de uma monarquia representativa de fato era exposto. Um exemplo pode ser dado com o retorno das atividades legislativas, quando “O Universal” de 05 de Maio de 1828 procurou apresentar um sistema representativo já incorporado à mentalidade política liberal brasileira, resultado natural de um povo que tem a liberdade como um bem maior, tendo sempre como limite a Constituição.

Com o caminhar dos anos, o sistema representativo já está enraizado no Brasil. . .graças ao gênio livre dos brasileiros, podemos dizer que o sistema está profundamente enraizado no Brasil e que nem a força de Hércules reduzirá mais os brasileiros a viverem debaixo do despotismo. . que suas bases são abonadas pelos testemunhos de Benjamin Constant, Locke e de imensos outros políticos, que tem sustentado essa verdade, se ninguém há hoje que ignore que as assembleias são indispensáveis a um povo, que quer ser livre e que deseja ter parte na formação das leis que o devem governar. . .que elas fazem respeitar os direitos individuais, a segurança pessoal e as liberdades públicas e particulares, garantindo a exata observação da constituição, bem mais precioso que possui o Brasil (O Universal, 05.05.1828).

Nos primeiros meses de Regência, os jornais se sentiram mais à vontade para tratar de temas que ampliassem a participação, especialmente uma maior atuação do legislativo. Em um extenso texto publicado em três edições, de autoria de Ramon Salas, provavelmente o espanhol autor das “Lições de Direito Público Constitucional para as escolas de Hespanha”, de 1822, “O Universal” abriu uma longa discussão sobre o papel do poder legislativo. Indicava que a liberdade correria menos risco se fosse entregue ao legislativo a autonomia de fazer leis “pois não se vê um grande perigo em encarregar um homem sábio a formação das leis” (O Universal, 09.11.1831). Comentava a proposta de J. J. Rousseau, considerando que a representação de todos os cidadãos não garantiria que os indivíduos não expressassem uma vontade própria, sendo seduzidos pelo poder. Entendia, no entanto, que, além dos

próprios homens serem corruptos, a democracia plena não funcionava em grandes Estados, devendo-se recorrer ao menos defeituoso dos poderes. E a alternativa era um governo representativo organizado, com uma constituição capaz de atender ao povo e conter o despotismo e a anarquia. Discutia a renovação dos representantes e da possibilidade da província cassar os que foram eleitos para representar a região, sendo fundamental para tanto a liberdade de imprensa, para ter autonomia de acompanhar o legislativo. Citava Bentham sobre a necessidade de mudança anual do legislativo e comentava sobre a participação no processo eleitoral, entendendo ser relativo à população, e possível apenas em pequenos países o voto direto. Citava novamente Bentham e a obra “Tática das Assembleias Legislativas” sobre distribuição pecuniária entre os deputados como eficaz, apesar de pouco nobre e mercenário.

As expectativas iniciais do período e as possibilidades de mudanças políticas deu margem para uma ampla discussão em torno dos mais variados temas, com as mais diferentes posições políticas, que incluíam, evidentemente, as diversas formas de perceber a liberdade. Marco Morel chama a atenção para essa situação, afirmando que

A ausência da figura do imperador, sucedido por uma regência provisória, enfraquece o peso do poder monárquico. Tal contexto . . . permitiu uma verdadeira explosão da palavra pública. Pela primeira vez desde a proclamação da independência a discussão política exacerbava-se e apresentava-se num tom mais alto.<sup>128</sup>

Mas, o temor de agitações que radicalizassem as propostas de mudanças políticas e que começava a se manifestar no Rio de Janeiro e em algumas regiões do Brasil, abrandou o entusiasmo dos primeiros momentos, há um recrudescimento dessa postura, no que, dentre outros fatores, foram repensados pela própria imprensa conforma aponta Morel: “. . .diversos redatores liberais começavam a se arrepender do que consideravam ‘excessos’ de uma opinião politizada que eles ajudaram a criar”<sup>129</sup>. A discussão em torno do uso e limites da liberdade acompanhou esse fluxo, apresentando agora um risco à ordem por provocar debates fugindo da “verdadeira liberdade” desejada

---

<sup>128</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 209.

<sup>129</sup> Op. cit. p. 211.

pelos liberais moderados, estimulando a radicalização dos movimentos e questionamentos em torno do uso e dos limites que essa liberdade poderia alcançar. A preferência é dada agora, além das publicações oficiais, em informações sobre os conflitos internos e a derrota dos grupos rebeldes. Os cuidados com a fala em tempos de conflitos internos são maiores, sendo poucas as publicações de correspondências e opiniões. Em 23 de dezembro de 1836, “O Universal” vai censurar publicamente o discurso feito em pregação pelo bispo de Mariana por ter chamado o Regente Feijó de “inerte, frouxo e imbecil”, pois usava indevidamente o altar para exaltar o “monstro da anarquia”, lugar que deveria ser um espaço para depositar a confiança no futuro da pátria.

Havia o temor que essa discussão superasse os limites da liberdade proposta pelos liberais mineiros. Foi constante nesse período turbulento a preocupação de que as reformas tomassem rumos radicais, daí os frequentes pedidos de moderação quando se tratasse do tema liberdade. A preocupação em torno dos excessos de liberdade superou a luta pela ausência dela: “A liberdade não pode marchar sem prudência, nem viver sem virtudes. Mais vezes é destruída a liberdade por seus excessos do que por seus inimigos” (O Universal, 09.09.1831).

O resultado desse zelo levou a substituir temas voltados ao temor do despotismo pelo horror da anarquia. Em artigo, “O Universal” de 26 de outubro de 1831 tem como modelo a crise romana no período imperial para alertar a população para instalação do caos caso houvesse a continuidade do conflito. Era preciso que no Brasil se derrubasse o tirano, mas se instalasse a ordem:

cumprindo escrupulosamente os deveres que o interesse público e individual vos impõem, alcançareis a plena fruição de vossos direitos políticos e garantireis de qualquer golpe os princípios *conservadores de vossa liberdade* (grifo do jornal). . .Gratidão paterna que nos rege. Submissão às leis (O Universal, 26.10.1831).

Novamente a preocupação com os caminhos que a representação da liberdade poderia tomar levou “O Universal” a escrever um editorial de primeira página em 28 de dezembro de 1831, no qual havia especialmente o cuidado para que os conflitos ocorridos em outras províncias não chegassem até a província mineira. Entendia o texto que mesmo com a vivência do excesso de tributos com a Corte Portuguesa, mesmo a presença do governo considerado



despótico de d. Pedro I, mesmo a corrupção que se alastrou, nada é pior que a anarquia. A anarquia tendia a fazer desaparecer a nação, ainda que ocorresse a tentativa de ser sufocada pelos esforços dos que “. . . amam a bem entendida liberdade” (O Universal, 28.12.1831). Citava o ataque aos portugueses que viviam no Brasil. Alertava o jornal para o risco de Minas Gerais também seguir essa trilha: “Minas gerais é uma das principais províncias do império e pode aproveitar-se da cegueira e exaltação das outras, banindo para bem longe esse patriotismo feroz que se ceva no sangue e na fortuna alheia.” (O Universal, 28.12.1831).

Enquanto o jornal “O Universal” anunciava o ímpeto das festividades em Ouro Preto logo após a renúncia de D. Pedro I em exaltação eufórica à liberdade em 18 de abril de 1831 com esses dizeres: “O prazer transluzia verdadeiramente nos semblantes de todos, que mutualmente se congratulavam pelo triunfo que a Liberdade havia abraçado sobre a tirania”; praticamente dois anos depois o tom de euforia restabeleceu a cautela no uso da palavra e seus significados:

. . . ama a pátria e adora a liberdade . . . A província de Minas está firme nos seus sentimentos, não se afasta daqueles princípios que encara como único para salvar o Brasil, não acredita mais em sonhadas repúblicas, respeita as legislaturas autorizadas, não se curva nem jamais se curvará às ilegais. . . A bandeira da legalidade tremulou finalmente. . . Felizmente está restabelecida a ordem na província de Minas. (O Universal, 27.05.1833)

Há de se lembrar de que Minas Gerais também sentiu os movimentos sociais na Regência com a “Revolta do Ano da Fumaça” em 1833, um movimento sob a liderança de conservadores que eclodiu na província na tentativa de destituir o governo local. A vitória do governo liberal moderado reforçou ainda mais o discurso cauteloso, a bandeira da liberdade foi menos utilizada, substituída muito pelo discurso em favor do patriotismo, pela legalidade, pela justiça. Ao discutir sobre liberdade, o uso de expressões como “ordem”, “prudência”, “propriedade” e “razão” estavam sempre presentes. É ilustrativa, para reforçar essa tendência, que a epígrafe apresentada pelo “O Universal” entre 1836 e 1840 tenha sido retirada do escritor de ciência política e economia política, François Xavier Joseph Droz: “a ordem é banida dos

lugares onde habita a tirania; a liberdade se desloca dos países onde a desordem reina: esses dois bens deixam de existir quando os separam.”

Publicações como o longo artigo de Danoyer tendo como título “A liberdade”, ocupando a primeira e segunda página do periódico “O Universal”, de 23 de novembro de 1835 (reproduzido também com o mesmo destaque na edição de 02 de dezembro de 1835), iria ao encontro das tendências políticas da elite mineira no período Regencial. O autor entendia que o uso da liberdade se fundava na ordem, razão e prudência, sendo fundamental que o princípio dessa liberdade estaria na privação da violência. Para o Danoyer, costumava-se entender erroneamente a liberdade como elemento de perturbações. Mas o que ocorre é o inverso, a perturbação vem do despotismo e a liberdade é que produz a tranquilidade: “Onde há homens que querem oprimir aos outros, há a violência, desordem e causa de desordens, onde ninguém aspira a pretensões dominadoras, onde há liberdade enfim, há repouso e penhor de repouso” (O Universal, 23.11.1835).

Em seguida, o texto comparava a Inglaterra com a Turquia, a primeira com uma convivência constante da paz, a segunda, onde reinava o despotismo, a agitação contínua. Entendia que havendo liberdade, naturalmente era preservada a igualdade, pois podia fazer dos seus bens aquilo que melhor convier; havia a igualdade, entendida aqui como a capacidade do homem em competir para adquirir propriedade; e havia segurança, pois havendo liberdade nenhum homem fará violência a outro. Destacava então, dentro da moderação e da justiça a “. . . liberdade de cada um dispor de sua pessoa, a propriedade essa liberdade de dispor da sua fortuna, a igualdade essa liberdade de crescer à proporção dos seus meios” Discutindo sobre as fontes da liberdade, considerava que o governo não estava separado da sociedade civil, sendo sim resultado desta. A ação mais ou menos ilustrada dependia das ideias e hábitos políticos, diretamente proporcionais, portanto, destas com o bom ou mau governo. Outro fator que considerava responsável pela liberdade era a cultura elevada e os progressos civilizatórios. Finalmente, entendia que a origem da liberdade também nascia do progresso. Além da vida pública, o progresso privado, resultado do crescimento econômico, levando à superação de obstáculos, também contribuía para extensão da liberdade.

De um modo geral, temas sobre liberdade não vão aparecer com a mesma intensidade como no Primeiro Reinado. É possível que o seu uso excessivo tenha sido, nesse momento, conforme já foi demonstrado, tanto para atender uma inculcação nos termos bourdianos da cultura liberal na política brasileira, demarcando ao mesmo tempo seus limites no jogo do poder como forma de expressão possível para denunciar os abusos do poder central. De um modo ou de outro, era uma abordagem que definia a liberdade dentro da legalidade e manutenção da ordem, um espaço demarcado pela própria ação do governo diante do que se permitia publicar.

A cautela com o termo liberdade seguiu ao longo dos anos regenciais, retirando seu sentido revolucionário, resumida assim em uma das “máximas do marquês de Maricá” às vésperas do Golpe da Maioridade: “o grito da liberdade nos povos é o precursor ordinário da anarquia” ( O Universal, 22.07.1840). No “O Universal” de 20 de novembro de 1837, já no governo de Araújo Lima, em artigo retirado do “Astro de Minas”, apontava um dos problemas do período, que seria a distorção feita por determinados grupos em relação ao pensamento de autores como Platão e Locke, levando a ideia de liberdade de forma dogmática. Tendo como finalidade apenas interesses particulares, segundo o jornal, o resultado era que, aqueles ideais que aparentavam ser gerais serviam apenas para benefícios de alguns e, ao invés de verem “. . . a liberdade brilhar com um vivo esplendor, veem estender-se o fanatismo e a tirania” (O Universal, 20.11.1837). O receio dos rumos que as agitações populares poderiam tomar, chegava a propor o olhar político voltado para a administração pública, pois “. . . ideias metafísicas não bastam para esclarecer as Assembleias e os conselhos” (O Universal, 20.11.1837). Para além das discussões sobre liberdade, é preciso conhecer a estatística, os recursos do país, a situação financeira e política em que vive. Sugeriu ainda o artigo que a alma deveria se elevar de todas as “paixões turbulentas”, evitando os excessos, estando a liberdade entre “a escravidão e a licença”.

Na regência de Araújo Lima essa tendência da imprensa em preservar a ordem seria, o que não poderia ser diferente, referendada, especialmente em jornais de oposição aos liberais moderados. “O Unitário” de 31 de março de 1838 fazia dura crítica à Assembleia Provincial, citando os liberais da família Marinho, Ottoni e Antão, como opositores à monarquia constitucional,

apoiadores da república e da democracia. O jornal entendia que a “liberdade bem entendida” não aceitava o homem sem limites, que deveria respeitar as leis e a ordem, e que estando no governo saberia zelar pelo dinheiro público e a propriedade, seria

. . .o inimigo de licença, o homem benéfico, virtuoso e dotado de sentimentos nobres . . .a liberdade republicana ao menos no Brasil, seria uma verdadeira licença, um desenfreamento [sic], onde só governasse o que mais pudesse e onde não tivessem virtude e nem justiça (O Unitário, 31.03.1838).

Em certos momentos, a revisão do termo liberdade chegava de autores distintos dos princípios liberais. Exemplo pode ser retirado do “O Universal” de 17 de janeiro de 1838, ao citar Sismonde de Sismondi em fragmento da sua obra “Estudos sobre as Constituições dos Povos Livres”. Para o texto, o modelo a ser seguido são os “povos da raça europeia”, que passaram por diversas turbulências, numerosas perturbações na ordem social, mas superaram as dificuldades através da “razão pública”, levando ao progresso e a civilização. Procurando no discurso um modo de abrandar as revoltas vividas no Brasil do período, a América deveria aproveitar do modelo europeu, conhecendo os atalhos a serem seguidos para evitar a longa e traumática experiência vivida pelo Velho Continente. E os povos que tem preservado a estabilidade deveriam se conservar assim, pois o preço da liberdade de inovar é muito caro.

Em outros momentos desse período chegava a se fazer uma conexão entre liberdade e o sentimento de cólera, a pior das paixões, que fugia ao controle da razão e é guiado pelos instintos. Para tanto, era preciso conter os movimentos impetuosos, fazendo prevalecer a razão. “O Homem que busca vingar-se por suas mãos não é homem social, é um selvagem, é uma fera sanhuda, que não devera existir no meio de um povo culto” (O Universal, 04.06.1841). Ainda no “O Universal” de 04 de junho de 1841, além de todos os adjetivos dados ao homem em seu estado de cólera, apresentava como um sentimento típico do “belo sexo”, o que diminui o apelo ao ato heroico, colocando a luta pela liberdade como sendo típico da mulher, por ser “. . .mais fraco e mais sensível” (O Universal, 04.06.1841). Para o grupo que estava no poder, era preciso esvaziar a admiração pelo ato heroico, pelo vigor em prol da liberdade.

### **3.3. Onde chega o progresso, novas formas e sentidos à liberdade: menos elucubrações, mais praticidade**

Com a antecipação da maioria de D. Pedro II e ascensão dos liberais ao poder, embora por pouco tempo, o discurso destes em favor da monarquia que chamavam de representativa era natural. Ainda no segundo semestre de 1841, quando este partido perde o ministério e se torna oposição, ele iria continuar mantendo as publicações com o discurso de ordem e estabilidade, o que podia ser visto na comemoração do 16º aniversário do imperador e considerando que “. . . a liberdade sem ordem é o mais hediondo estado da sociedade” (O Universal, 03.12.1841) ou “. . . existe a monarquia representativa que tempera os excessos da liberdade. . .” (O Universal, 03.12.1841). O partido Conservador, já no governo no início de 1842, corroborava com essas ideias: “. . . os mineiros só querem ordem e aquela liberdade, que deve resultar do respeito e devida obediência às leis e autoridades constituídas” (O Correio de Minas, 23.02.1842).

Mas as medidas centralizadoras, as iniciativas para o esvaziamento do partido liberal e novas reformas como a do Código de Processo Criminal exaltaram o tom da imprensa opositora nos primeiros meses de 1842, que iniciou a publicar editoriais com tons mais extremados em críticas ao gabinete conservador. Sem nunca atingir diretamente o imperador, eram crescentes no “O Universal” as acusações contra o governo de “rasgar a Constituição . . . destruidora das garantias dos cidadãos” (O Universal, 13.04.1842). Retornavam igualmente as cartas dos leitores com um discurso mais incisivo, como a correspondência do mesmo dia de 13 de abril que voltava a falar sobre despotismo e a luta pela liberdade, propondo o conflito como alternativa aos abusos do governo conservador:

Mineiros, alerta! A felicidade da província está nivelada com a vossa: os ferros que o despotismo forja não são nem deve ser para roxear brasileiros pulsos. O povo americano é herói por natureza e essência: dele fazei parte, e por isso mostrai aos vossos vizinhos que como eles formais uma nação livre e independente. *Antes sucumbir nas cinzas da liberdade do que sobrevivê-la com a palavra cativa: alerta, mineiros, alerta!* [grifo do jornal] (O Universal, 13.04.1842).

No entanto, esse discurso de apelo à liberdade com um tom idealizador tem vida curta, vai perder força em Minas Gerais após a derrota do movimento Liberal de 1842. “O Universal” anunciou seu fim em 30 de maio de 1842, justificando estar sendo cerceada a liberdade de imprensa pelo governo, sendo que a única alternativa para a oposição seriam fortes críticas, que poderiam contribuir para instabilidade política:

A perseguição do governo e seus agentes contra os cidadãos e a liberdade de imprensa as quais devemos rezear com muito maior razão de agora em diante, nos colocam na rigorosa necessidade de suspender essa folha até que o país se pacifique. . . Jamais prestamos nosso fraco apoio ao gabinete atual, para continuar a escrever era preciso censurá-lo e censurá-lo com energia: e para que não se diga que as nossas censuras são um apoio prestado às hostilidades que contra ele aparecem, julgamos mais prudente abandonar o campo (O Universal, 30.05.42).

Passadas as turbulências do movimento liberal de 1842, a estabilidade cedeu espaço novamente aos prováveis riscos que os excessos de liberdade poderiam causar, continuando a preocupação maior com o anarquismo do que o despotismo. Nas felicitações publicadas pelo “O Correio de Minas” surgia o perfil pretendido pela imprensa aos mineiros dos anos 40:

. . .os mineiros. . .se desvanecem de amar a bem entendida liberdade, que reprova todos os excessos, todas as consequências exageradas como precursoras infalíveis da anarquia, o maior, o mais terrível dos flagelos, que podem afligir um povo (O Correio de Minas, 18.10.1842).

Em 1868, o jornal “O Liberal de Minas” chamava a atenção para o quadro da política entre 1840-1860, onde se explorou “. . . habilmente os exaltamentos [sic] inefletidos [sic] do partido Liberal . . .” (O Liberal de Minas, 29.05.1868). Em 1868, apesar de não ter a intenção de tratar sobre a percepção de liberdade entre os anos 40 e 60, o que os liberais estavam implicitamente afirmando é que o seu sentido a partir do Segundo Reinado, e especialmente depois da Revolução Liberal de 1842, assumiu uma proximidade maior com os avanços do progresso, perdendo fôlego o discurso onde se pensava sobre a liberdade no sentido mais filosófico.

Gradativamente, no final do período Regencial, a liberdade já sofria um deslocamento do plano filosófico, que daria um caráter de ação política e de diversas interpretações, mas causadora de desordens de toda espécie, para uma relação onde se poderia pensar em liberdade voltada para uma estabilidade duradoura e para o desenvolvimento econômico. A liberdade deixaria de ser um elemento de contrários, como foi no Primeiro Reinado (liberdade x despotismo) e no período Regencial (liberdade x anarquia) para ser um modelo conciliatório (liberdade e progresso). Portanto, a importância do debate em torno da liberdade perdeu fôlego, não só com menor espaço para discutir seu sentido como também o próprio sentido de liberdade tomou outros rumos nesse novo modelo de imprensa.

Em sete de agosto de 1841, o “Correio de Minas” já sinalizava essa nova interpretação dada para a representação da liberdade que já vinha sendo construída no final do período regencial. Para o jornal, durante a luta pela independência, houve a exclusividade do elemento político como produtor de ideias, estando a palavra liberdade na ordem do dia. Seu uso tanto era útil para entusiasmar e dar vigor à construção de uma nova nação quanto alimentava a esperança em um futuro promissor. No entanto, com o aprendizado social, com as dificuldades vividas, com as releituras feitas, “A época de entusiasmo sucede a da reflexão” (Correio de Minas, 07.08.1841). O saber, o talento e a probidade é que deveria guiar o homem público.

Uma nação tem suas épocas, suas ideias mudam ao passo que a experiência lhe ensina a conhecer suas verdadeiras necessidades. Quando o Brasil começou a ter vida própria e independente, o elemento político dominou exclusivamente e a palavra liberdade animava o entusiasmo e as esperanças do futuro. Com o tempo esta palavra foi melhor compreendida e desenvolvida: religião, indústria, ciências e costumes são hoje o objeto de nossos esforços. . .(O Correio de Minas, 07.08.1841).

É dentro das tradições religiosas, do desenvolvimento industrial e das ciências que a liberdade deveria ser guiada e não em pensamentos que não tem fundamentação na vida moderna: “É a estes elementos que os estados modernos devem a sua prosperidade, fruto de séculos e de inefáveis trabalhos de inteligência: sem eles a liberdade é uma palavra vaga, que só serve à ambição dos especuladores políticos” (Correio de Minas, 07.08.1841). Ou seja,

a liberdade assume um sentido pragmático, está diretamente relacionada com o progresso e os benefícios que o desenvolvimento no campo da ciência e indústria pode oferecer. Para o jornal, o debate em torno dos limites da liberdade, seu sentido filosófico, sua relação com a política, nada mais conduz senão à anarquia, pois seu papel de consolidar uma monarquia representativa e conter o despotismo já estava cumprido.

Assim, o que se percebe é que o conceito de liberdade assumiu nesse período um papel prático, não mais elucubrações ou idealizações de governos, mas apontando para sua realização a partir de ações na vida cotidiana, como pensar em um sistema eleitoral mais eficiente ou abusos políticos dentro da esfera provincial, denunciando o mau uso do dinheiro público ou o empreguismo realizados pelos presidentes de província. O contexto favoreceu a essa situação, especialmente quanto às diversas estratégias do governo conservador para conter tendências exaltadas, tanto com medidas legais como administrativas, o que levou a sucessivas críticas dos liberais quando retornaram ao poder em 1845, fazendo acusações de abusos realizados, como o “Itacolomy” ao fazer referência aos anos de 1842, quando, segundo o jornal, “. . . o país todo padeceu tanto com o tirânico domínio dos facciosos . . . condicionando a política de extermínio e dissipação” (O Itacolomy, 08.05.1845). Ou ao acusar os Conservadores de “. . . assassinos da Constituição, estranguladores do sistema representativo . . . na liberdade que tanto desprezou quando estava no poder e que bem podiam fazer para consolidá-la” (O Constitucional, 13.08.1846).

Muito corroborou com essa tendência a chamada “era Mauá”. Pensar a liberdade não seria mais um elemento ligado a impulsos transformadores e revolucionários, mas de conquistas materiais, que podem ser pensada tanto nos ganhos públicos a partir de investimentos em obras, como em ganhos de mercado, oportunidade de investimentos produtivos. Um exemplo que pode ilustrar esse modelo foram as novas possibilidades de enriquecimento empreendidas pelo mineiro Teófilo Benedito Ottoni, que depois de ter sido preso em 1842, ganhou concessões do governo estadual e do império para explorar comercialmente a região do vale do Mucuri.

A ação imperial somada a um discurso mais modernizante por parte da imprensa parece ter estabelecido novas tendências nas publicações,



preocupadas, além de formar opiniões em também informar. Os editoriais, que tomavam a primeira página com opiniões impactantes e apelos de mobilização política, nesse momento cedem espaço sempre para as publicações oficiais. Por maior ênfase que pretendesse os jornais dar a uma determinada opinião, nesse período, ela virá sempre depois das publicações oficiais. Os assuntos tratados são voltados para aspectos cotidianos, como finanças públicas, práticas bancárias, modelo de funcionamento de escolas públicas, cuidados com a agricultura, novas formas produtivas como a apicultura e bicho da seda. São mais frequentes as notícias internacionais, especialmente os acontecimentos na Europa e na América. O formato publicitário ganhava também um corpo mais moderno, coexistindo ainda as pequenas notas de venda de fazendas e escravos com uma impressão tipográfica mais bem elaborada, além de pequenos desenhos fazendo anúncio de remédios, farmácias e livrarias.

Esse contexto favoreceu muito a penetração de uma perspectiva econômica para a vida pública. Houve a influência de pensadores europeus ligados à economia política, como Michel Chevalier e Charles Dunoyer, que procuravam defender a indústria como único sistema que propicia o homem moderno exercer suas faculdades sem o temor de ser vitimado pela força ou pela guerra. Na indústria o homem busca a paz, ou seja, a vida material é que leva o ser humano à liberdade. Em um debate literário entre os deputados provinciais reproduzido no jornal “Bom Senso” de 15 de janeiro de 1855, o legislador Agostinho José Ferreira Bretas expõe esse pensamento, citando Chevalier e Dunoyer, afirmando que a indústria antecedeu a liberdade, sendo que “ Os homens procuram desde muitos séculos a liberdade e a liberdade tem de ser para os homens um rico presente do regime industrial” (Bom Senso, 15.01.1855). Bretas reafirmava essa ideia observando que “. . . está tão ligado à indústria à liberdade que já se tem lido que o consumo do ferro em um país qualquer revela até certo ponto o grau de civilização a que ele tem chegado” (Bom Senso, 15.01.1855).

Ao longo dos anos 40, o jornal que se encontra disponível em maior número nos arquivos é “O Compilador”, mas exclusivamente dedicado a publicações oficiais. Dos números fragmentados disponíveis entre 1845 e 1849, existem alguns jornais da situação, de tendência liberal que estava

novamente no poder, “Itacolomy” e “O Constitucional” e de oposição saquarema “O Publicador Mineiro”. Não se via, no discurso oposicionista, uma posição que denunciava abusos do governo imperial. Tanto assim que em 31 de janeiro de 1846, “O Publicador Mineiro” reconhecia que não havia despotismo no governo, entendendo que os problemas estavam na ineficiência do processo eleitoral:

A monarquia que temos não é absoluta porque há uma Constituição escrita que a limita e tempera as atribuições do monarca. Não é também representativa, porque não existe um sistema eleitoral que regule com sinceridade o exercício deste grande direito político da nação (O Publicador Mineiro, 31.01.1846).

O próprio “Publicador Mineiro” tinha em sua epígrafe o seguinte dizer: “A escola da autoridade é a única legítima porque é a única realizável. Um governo filho da revolta não pode marchar um só dia”. Era o próprio jornal governista “O Itacolomy” quem reproduzia em um dos editoriais do “Publicador Mineiro” como sendo defensor da “ordem, trono e liberdade” (O Itacolomy, 18.03.1845). Novamente, outro jornal liberal, “O Constitucional”, colocava como proposta oposicionista, em editorial intitulado “Oposição”, o “progresso, a ordem e liberdade” (O Constitucional, 26.02.1846). Nesse editorial, corroborava com a tendência em conduzir um novo conceito de liberdade, que estaria voltado para uma vida prática, para os ganhos materiais e conduziria a uma liberdade maior do que aquela que não apresentava soluções senão conflitos: “O povo não quer teorias sem fatos, conselhos sem exemplos, o povo quer realidade e não ilusões” (O Constitucional, 26.02.1846).

Essa forma de pensar a liberdade como sinônimo de ordem e prosperidade iria permanecer ao longo do império:

A liberdade permanente e duradoura que conta com o dia de amanhã e não outra que vive com continuados sustos e perigos. . .Ora, essa liberdade nas suas condições de permanência e duração é a que nós chamamos de ordem (O Conciliador, 11.03.1851).

É emblemático o editorial do periódico “Bom Senso” para retratar esse perfil de liberdade consolidado no Segundo Reinado. Em 1855, quando ocorreu um pedido de alteração do projeto judiciário proposto por liberais, chamado de “Pronunciamento de Vassouras”, o jornal conservador convocou a população

para negar as propostas dos Luzias e assumir uma “liberdade pragmática”, sustentada pelo progresso e não projetos inalcançáveis, sugerindo o abandono de princípios idealistas de liberdade:

Hoje o idealismo, as teorias, tem cedido o lugar à lógica irresistível dos fatos. As palavras melífluas, os períodos arredondados, as frases torneadas dos tribunos não afrouxam mais os laços de união da grande família: porque perderam a força da eletricidade com que operavam sobre os ânimos e sobre suas crenças. . . Sem dúvida o povo Mineiro não pode deixar de viver tranquilo e justamente esperançado no predomínio da política reinante. . . esquecidos dos seus deveres mais claros para se ocuparem da contemplação de utopias irrealizáveis, ocupadas suas inteligências e atividades, e mesmo sua fortuna, quase exclusivamente na descoberta dos meios próprios e eficazes para o extermínio recíproco dos seus adversários . . . A política da atualidade pode contar com assentimento dos Mineiros na sustentação de seus projetos, que todos tendem a beneficiar o país, encaminhando-o para o estado de prosperidade, para o que a natureza o tem destinado (Bom senso, 05.07.1855).

Até mesmo quando os jornais oposicionistas acusavam o governo de “despótico, propenso ao absolutismo, ausência de liberdade e leis sanguinolentas” a resposta, dada no “O Conciliador” de 18 de outubro de 1851 se voltava para os feitos e políticas de desenvolvimento do governo, indicando os avanços no Brasil, colocando em questão muito mais “. . .os progressos que temos tido” (O Conciliador, 16.10.1851). Havia uma tendência em fazer da discussão sobre liberdade parte de um passado que não existe mais, como quando faz referência ao ano de 1831, apontando uma época em que “. . .não se falava senão em liberdade. . .”(O Bom senso, 01.07.1852).

Até mesmo temas distantes da vida prática não traziam para a discussão a abordagem em torno da liberdade. Nos anos 20 e 30, pensar em felicidade necessariamente se aproximaria de liberdade, o que não é compartilhado na primeira década do Segundo Reinado. O jornal “O Atheneo Popular” de 18 de novembro de 1843 escreveu em artigo de página e meia, sugerindo diversos elementos que contribuíam para se chegar à felicidade. Não faz em nenhum momento referência sobre a liberdade. Pelo contrário, recusava qualquer tipo de situação que pudesse levar ao conflito ou resistência diante da existência: “Daqui resulta que a felicidade exclui todas as afecções dolorosas ou desagradáveis, que houvessem de invadir e desordenar o curso sucessivo daquele estado de fruição”. (O Atheneo Popular, 18.11.1843). O próprio papel

da imprensa, antes um baluarte da luta pela liberdade, é agora um “. . . meio de civilização e direção de opinião” (O Constitucional, 13.08.1846). O jornal considerava que a imprensa vivia uma perda de espaço, mas, diferente das décadas anteriores, não responsabilizava esse fato à perseguição do governo, e sim em função dos abusos e calúnias dos redatores, conduzindo ao “. . . descrédito das liberdades públicas . . . em publicações sempre inexatas e exageradas” (O Constitucional, 13.04.1846).

Os movimentos de 1848 alteraram temporariamente esse sentido mais pragmático dado à liberdade. Ao surgir um discurso mais extremado por parte da oposição, principalmente uma proposta de uma constituinte em torno de uma nova forma de governo e do federalismo, as representações de liberdade também reassumiram por parte dos grupos que se mantinham no poder uma retomada ao apelo da ordem contra a anarquia. O novo programa republicano e federalista, trazido com os ventos de 1848, veio a público em Minas Gerais com o jornal “O Itamontano” e “Apóstolo”, exigindo por parte da situação a retomada de um discurso agressivo. A crítica às opiniões contrárias à monarquia, consideradas no período como abusos da liberdade, foi feita de forma mais incisiva pelo jornal “O Povo”, em 1849, “O Conciliador” até 1851 e depois “O Bom Senso”, representantes do governo Saquarema. Não tendo nos arquivos os jornais “O Itamontano” nem o “Apóstolo”, a leitura que se faz sobre ambos é a partir da imprensa conservadora. As eleições de 1849 e 1851 vão corroborar com esse quadro polarizador, onde vão assumir um tom plebiscitário, sendo que eleger os liberais significaria votar em favor da “. . . bandeira revolucionária da federação e a constituinte arvorada em Pernambuco. . .” (O Povo, 02.09.1849).

O Jornal “O Povo” vai provocar esse tom polarizador às vésperas da eleição:

A representação feita pelos conservadores em relação aos Liberais é que estes são provocadores de conflitos e revoltas, caso do jornal no dia das eleições, onde afirma: “As eleições vão decidir. . . entre o bom senso e a paixão. . . o 05 de agosto vai suspender as tempestades que ameaçam de perto a pátria dos brasileiros ou cair sobre ela as chuvas de sangue, as calamidades do inferno. (O Povo, 05.08.1849)

O debate se mantém mesmo após a vitória Conservadora, quando estes pedem um basta ao federalismo e à constituinte, fazendo referência ao passado de conflitos, como em 1832 e 1842

basta, volta a província ao seu estado normal. . .essa agitação sistemática e louca. . .somos todos mineiros, olhemos para trás, meditemos nossos erros passados, e procuremos emenda-los. . .Entremos no verdadeiro terreno que coroa os partidos: não ponhamos em questão as instituições cardeais do país. O (Povo, 19.08.1849)

São constantes, praticamente em todos os números do jornal “O Conciliador”, disponível ao longo de 1851, críticas sobre a posição atual republicana e democrática de parte dos grupos liberais, outrora, segundo o jornal, partidos de oposição dentro da institucionalidade e respeito à monarquia representativa (exemplo, artigo de 02.10.1851). Existia no “O Conciliador” a mesma preocupação com o ideário dos movimentos em Pernambuco, apesar de passados três anos da “Praieira”. Para os conservadores, a liberdade trazia inquietação, a república um mal, a democracia se aproximava da anarquia. “O Conciliador” chegou a abrir um suplemento de duas páginas em 25 de fevereiro de 1851 para criticar as causas defendidas pelos jornais “O Itamontano” e “Apóstolo”. A preocupação com as rebeliões no “O Conciliador” buscava o apelo até na religiosidade, afirmando a necessidade de ação legal contra as rebeliões a partir das bases dos Santos Evangelho. A defesa da democracia, vinculada nesse caso à rebelião, é “. . .um crime de escárnio à divindade, é abolir a religião do país”(O Conciliador, 03.04.1851).

Esse contexto trazia à tona a questão da liberdade, o seu uso e seus limites. Para os conservadores, momentos como esses refletem um espírito anarquista e revolucionário que constantemente pairam no ar, precisando sempre estar atento para esse terror que assola a sociedade. Até meados de 1852 a imprensa monarquista mineira se manteve em guarda contra o movimento republicano. Afirmavam que a oposição procurava resolver os conflitos abolindo a ordem: “Armados de machado, de dia e de noite, procura derrubar tudo quanto supõem obstáculos às suas ambições. Por que a Constituição os embaraça: machado na Constituição. Venha a constituinte” (O Conciliador, 20.01.1851). Acreditavam que a qualquer desatenção, estariam de volta a Confederação do Equador e as revoltas regenciais. Para esse tipo

de liberdade pretendida pela oposição, seu resultado era só tragédias e destruição, um freio para o progresso:

. . .passam-se meses, anos, séculos, e o espírito revolucionário não perde força, com que tem sempre agitado o mundo! Parece que à vista do sangue, da carnagem, e da miséria pública inflamam-se, faz-se mais violento, mais obstinado seu feroz instinto! . . .A religião, a moral, a paz, a prosperidade, a *liberdade*, o que são, o que valem na presença de um revolucionário? Maldita *liberdade* revolucionária que só nutre de sangue e da fortuna pública. (O Conciliador, 03.02.1851)

Na busca de ferramentas para atacar de forma sistemática a imprensa de tendência republicana, “O Conciliador”, a partir da publicação de 17 de fevereiro de 1852, criou um leitor que assinava pelo codinome “Jacuba”. Dividido em cartas numeradas Jacuba fez ataques carregados de ironia, fazendo referência ao “Apóstolo” como irmã e ao material impresso como “escrituras”. Nessas cartas, dentre outros temas, comenta sobre a união do “Apóstolo” com mais seis províncias (não são citadas quais) para publicação de jornais republicanos (O Conciliador, 02.05.1851); rebatia as críticas feitas aos altos custos da monarquia (O Conciliador, 26.05.1851); isentava a monarquia de corrupção apontando como o principal responsável a união portuguesa, indígena e escrava, que “. . . abriu espaço a todos os apetites grosseiros da vida animal” (O Conciliador, 03.05.1851); e do momento inadequado que a causa da liberdade era defendida, pois era um período em que o governo argentino de Rosas conflitava com o Brasil e que uma luta contra a monarquia fugia à arena institucional que já estava definida partidariamente entre Luzias e Saquaremas (O Conciliador, 17.02.1851).

Esse “espírito revolucionário” que teimava em bater à porta da monarquia agora vinha com a roupagem democrática. Era influenciado com o que vivia a Europa após 1848 e com o sucesso do modelo republicano norte-americano. O argumento para frear essas transformações por parte da imprensa situacionista eram as consequências que movimentos políticos radicais poderiam trazer naquele momento: “pelo espírito de desobediência que inocula as massas, pela perda de vidas e fortunas, pela estagnação do comércio e de todas as indústrias que o alimenta” (O Conciliador, 11.03.1851). Para a continuidade do desenvolvimento, o que se devia era buscar a liberdade dentro da ordem

institucional, a luta legal, dentro do terreno da constitucionalidade. Fazer oposição a isso, seria “. . .o triunfo da democracia pura e simples, que no Brasil não é e nem pode ser senão o triunfo da anarquia” (O Conciliador, 11.03.1851). A liberdade buscada teria de estar inserida em uma arena segura, sem riscos nem sobressaltos, dentro de uma visão que já sinalizava a influência positivista na elite mineira:

Permanente e duradoura, que conta com o dia de amanhã e não essa outra liberdade que vive em continuados sustos e perigos, receosa de perecer todos os dias, a todos os momentos, na ponta da baioneta do soldado ou estrefegada pelas facções nas praças públicas. Ora, essa liberdade, nas suas condições de permanência e duração é que chamamos ordem; é a ordem que queremos, é a ordem tal qual a tem estabelecido a Constituição e as leis. (O Conciliador, 11.03.1851)

Mas nesse final dos anos 40 e início dos 50 do século XIX, o que mais incomodava os monarquistas no plano internacional e que era referência para os republicanos foi o sentido de liberdade dado pelos Estados Unidos. Para contrapor a essa concepção de liberdade, os monarquistas vão procurar fragilizar o ideal de liberdade norte-americano, referência do “O Itamontano” e “Apóstolo”.

Essa posição fica clara no periódico “O Bom Senso” de 01 de abril de 1852 e os números seguintes, que procurava fazer um paralelo entre a liberdade brasileira e a norte-americana, concluindo que no regime brasileiro havia mais liberdade, pois na monarquia representativa a defesa da liberdade era realizada no cotidiano, diferente da liberdade defendida pelos Estados Unidos, feita apenas nas palavras. Para corroborar com a sua argumentação, fazia referência ao caso do presidente Andrew Jackson, que, segundo o jornal, deu um golpe bancário e ficou impune; também citava sem nominar o caso de um candidato do sul dos Estados Unidos, que eleito foi excluído do senado por ter traços negros; e, finalmente, expôs a ocupação das províncias mexicanas do Texas pelos norte-americanos. Nesse artigo já estava presente a influência de Stuart Mill e Tocqueville, especialmente no que se refere às possíveis consequências e riscos da democracia. Afirmava o jornal que na democracia a liberdade da maioria cerceia a liberdade dos outros. Comparava com o poder que tem um salteador armado ao roubar um viajante, pois não oferece alternativa a quem se opõe a ela. Concluiu então o jornal que a saída era o

regime monárquico, “. . . que é o verdadeiro regime da igualdade, da liberdade, nela que garante a todos e a cada um os direitos de todos e de cada um” (O Bom Senso, 01.04.1852).

Levando a continuidade dessas comparações, em 19 de maio de 1851, “O Conciliador” procurava relacionar o direito dos Estados Unidos com o Brasil, tomando como princípio o que chama de “liberdade teórica”. Segundo o jornal, a felicidade do cidadão estava em buscar as conquistas materiais que a vida lhe oferece. Nos Estados Unidos não se oportunizavam essas conquistas a todos, há uma exceção aos “homens de cor”, bem diferente do Brasil, onde a população negra e seus descendentes tem partilhado o poder. Segundo o periódico, o monarca, independente da cor “. . . chama aos mais elevados cargos da nação os homens de talentos e virtudes. Desse modo,

A liberdade prática é devida somente à monarquia . . . É que no Brasil há tanto a liberdade teórica como nos Estados Unidos e muito mais liberdade prática do que ali. . . É que o Brasil tem uma monarquia no espírito republicano (O Conciliador, 19.05.1851).

Assim, diante de uma monarquia superior à república norte americana, o que devia haver para os saquaremas é uma “democracia pacífica” vivida através “. . . da paz, ordem e liberdade à sombra da monarquia” (O Conciliador, 03.07.1851).

Esse período de 1848 e 1852 logo iria ser abrandado pela política moderadora do governo, retornando um discurso onde prosperidade, ordem, paz interna estavam diretamente relacionadas com a liberdade. Essa política já se fazia sentir, no qual se procurava, como no jornal “O Bom Senso” de 06 de abril, rebater as críticas feitas ao exclusivismo dos conservadores, apontando como fim das paixões e concentração políticas na administração e no desenvolvimento da indústria:

o desaparecimento de alguns jornais não é por maneira alguma uma imposição ministerial, é o resultado da convicção que se vai ramificando por todas as localidades, de que tem cessado as lutas políticas e que por isso cumpre aproveitar o estado de calma em benefício dos melhoramentos. . . (O Bom Senso, 02.07.1855)

As notícias, de modo geral, enfatizavam questões do exterior e os textos regionais se limitavam a longas acusações e defesas de calúnias. Às vezes



com artigos longos, relatam a história da Rússia ou um conto reproduzido em várias edições. As epidemias como febre amarela, cólera e malária, preocupavam cada vez mais, causando verdadeira onda de terror quando surgiam boatos de existência de algum surto em outras províncias ou em alguma região mineira. Como também a ideia de desenvolvimento material é enfatizada, sendo comuns temas envolvendo o progresso, especialmente a construção de estradas. Discutia-se, por exemplo, a relação entre governos e investimentos privados, caso da Companhia do Mucuri, que recebeu recursos da província e da Coroa, além de concessões para cobrança de tributos.

Ficava, portanto, muito próxima a ideia de agir com liberdade para buscar benefícios materiais, reforçando a tendência que já havia aparecido no final do período regencial. É o caso da notícia dada no jornal “Bom Senso” de 29 de abril de 1854, quando informava que a livre iniciativa dos cidadãos em buscar a Câmara Municipal de Ouro Preto para dar continuidade à estrada Paraibuna, indicando no ato “. . . a necessidade de voltar toda a atenção do país para os melhoramentos industriais, condição indeclinável de sua futura prosperidade” (O Bom Senso, 22.04.1854). O sentido de fazer política não passava mais, para a visão da imprensa, por uma busca de uma liberdade abstrata, mas da conquista da liberdade através de benefícios materiais. O discurso retomava a proposta de ver o idealismo político como algo superado, de substituir as discussões pelas ações. No caso da política pública, o idealismo político era superado pelas obras de modernização, representação de uma ordem aliada ao progresso, aproveitada décadas depois pelo movimento republicano, no que esse artigo sobre o projeto de navegação do Rio das Velhas traduz muito bem:

Não sei se a sabedoria da administração presente ou se ao gênio da população mineira, deva atribuir a transformação lenta mas regular porque acaba de passar, abandonando a política pela instrução e pela indústria e melhoramentos materiais; seja porém qual for a causa, o efeito existe e o resultado se manifesta de uma maneira positiva e em toda a província. . . . Aí está, pois, a província de Minas, outrora toda política, entregue agora a um positivismo industrioso, depois de ter divagado e perdido muito tempo no campo estéril do idealismo político. (O Bom Senso, 11.01.1855)

O período da política conciliatória promoveu não só a ausência de um embate entre partidos como um enfraquecimento da imprensa opositora,

desestimulando debates que pudessem provocar o tema da liberdade como pauta. Palavras que sugeriam polarizações, como anarquia e revolução, são pouco utilizadas, cada vez mais raras nesse contexto. Também é assim quanto às referências em torno do conceito de liberdade que, quando abordada, são de forma muito sutil e indireta. Um exemplo cotidiano da substituição da liberdade “desordeira” pela ideia de ações civilizatórias e progressistas é o entrudo. Na segunda metade da década de 50 o entrudo é veementemente rejeitado, substituído pelo carnaval nos salões e respeito aos transeuntes. No carnaval de fevereiro de 1857, o “Correio Oficial de Minas” narra com entusiasmo essa mudança, realizada sob a liderança da Sociedade Carnavalesca Ouro-pretana. Comemorava o periódico, nesse e nos anos seguintes, o fato de, sem o uso da força, ter havido o trânsito livre das pessoas nas ruas sem o assédio dos participantes do “bárbaro” entrudo, o que evidenciava a substituição da livre manifestação pelos limites da ordem e da civilização:

Nem um só limão d’água apareceu: cada um pode livremente sair e tratar de seus negócios sem receio de ser molhado, nem uma prisão . . . a mais completa harmonia reinou durante eles, patenteando-se ainda mais uma vez quanto é dócil e pacífico o caráter do povo ouro-pretano, e o como sabe ele abraçar as ideias do progresso e de civilização. (Correio Oficial de Minas, 26.02.1857)

No entanto, a política de conciliação já apresentava sinais de desgaste no final dos anos 50, sofrendo esse modelo político crescentes críticas como no periódico “O Sul de Minas”, que prevê seu fim e afirmando ter trazido somente males, especialmente na liberdade política: “O indiferentismo sucedeu ao entusiasmo e dedicação e o jornalismo calou-se a um só aceno do poder. O povo ou deixou de ler ou de acreditar no que lê . . .” (O Sul de Minas, 01.10.1859). Novamente “O Sul de Minas” de 15 março de 1859, propõe o fim da Conciliação, o ressurgimento partidário e a necessidade de oposição. No jornal “O Bem Público” de 17 de fevereiro de 1860, um leitor que se autodenominava “o progressista”, fazia comentários sobre a indiferença política do momento, que resultou em “. . . sono tão fatal ao país. . .”, e propõe o retorno da vida política “. . .contanto que haja oposição em frente dos governos. . .”. No mesmo “O Bem Público”, datado de 30 de julho de 1860 enaltecia-se a luta entre os dois partidos antes de 1853, “combate grandioso e nobre”, mas

que foi perdendo força a partir dessa data. O resultado, para o periódico foi a perda de programas e governos, confundindo a população onde não se dividiam em

. . .dois corpos respeitáveis, como até então, mas em inúmeros grupos. Homens que até esse dia haviam defendido as mesmas ideais, irmãos na crença, viam-se com surpresa em campos opostos, empenhados em uma luta fratricida. (O Bem Público, 30.07.1860)

O início de uma oposição também provocava reação por parte do governo, mas em defesa da Conciliação. Artigo escrito por José Feliciano de Horta Araújo, escrito no “Correio Paulistano”, fazia levantamento dos sete anos da política de Conciliação, entendendo que houve sob a liderança do marquês do Paraná e os posteriores além do progresso, o fim dos ódios e paixões (Correio Oficial de Minas, 12.03.1859). Levantamento do governo de Carlos Carneiro de Campos, que começou em 1857 e saiu em 1860, justificava a proposta do período: “Manter a trégua dos partidos e curar desassombradamente [sic] dos melhoramentos administrativos” (Correio Oficial de Minas, 30.04.1860). Anos depois de findada a política de Conciliação, o “Diário de Minas” de 02 de junho de 1866 apontou como vantagens do período o abrandamento das radicalizações e a ênfase nas obras que o país necessitava, mas mutilou a oposição e em especial o partido Liberal. “O Diário de Minas”, em abril de 1867 corroborava com essa posição onde liberdade e conquistas materiais estão inter-relacionadas, se privilegiavam as melhorias materiais e sendo natural que a nova geração de liberais “ . . .abraçasse com ardor as ideias de liberdade e progresso, por outro repelisses resolutamente o triste legado de ódios que lhe deixavam as lutas estereis de outros tempos” (O Diário de Minas, 07.04.1867).

Gradativamente, a representação da liberdade novamente ganhava força, mas mantendo seu vínculo com a ideia de progresso e relacionada com ideias moderadas. O poema publicado no jornal “O Fiscal” de 02 de dezembro de 1859 sinalizava essa retomada:

Qual será a cousa melhor neste mundo e qual a pior?/ A melhor  
cousa que podemos ter neste mundo é a liberdade e a pior coisa é a  
mesma liberdade/ Quando o Eterno nos criou/Não privou nossa  
vontade/Mas dotou-nos com a razão/Pra’ dispor da liberdade . .  
Aplicado na política/Este termo em extensão/É tão boa e é tão

má/Que ao povo faz confusão/Da lei divina extraiu-se/A nossa  
Constituição/Por isso ela garante/Liberdade ao cidadão . .

Chegava, inclusive, da Igreja o retorno de debates em torno do tema. No “Correio Oficial de Minas” de 25 de junho de 1860, o arcebispo Romualdo Antônio de Seixas, em artigo rebatia diversas acusações contra a Igreja Católica, dentre as quais de que seria uma instituição inimiga da liberdade. O religioso fundava na bíblia os seus argumentos, ponderando estar o cristianismo fundado na liberdade, mas com os limites necessários para uma boa conduta:

Ele não condena senão a licença ou essa especiosa e falsa liberdade, que o príncipe dos apóstolos qualifica de vir para encobrir a malícia (Petr. Epist. I, cap. 2, v. 16). Não, o cristianismo não pode opor-se à justa liberdade, pois ela é inseparável do seu espírito – ibi spiritus Domini, ibi libertas (Paul. Epist. 2. Corinth. Cap. 3. V. 17). (Correio Oficial de Minas, 25.06.1860).

Com o retorno dos Liberais ao poder em 1862, a própria bandeira política do partido, agora governo, “Liberdade e Progresso”, contrapondo o dos Conservadores de “Ordem e Legalidade”, estimulava o retorno às representações de liberdade. Mas estão disponíveis no arquivo apenas exemplares de “O Diário de Minas” do ano de 1866, sendo um jornal representante do partido Liberal. Esse vazio de quatro anos pode ser entendido não como inexistência de jornais em arquivos do período, mas como a ausência de um periódico em Minas Gerais, pois uma correspondência comenta o aparecimento do “Diário de Minas”, afirmando haver um tempo que não circulavam jornais na província (Diário de Minas, 01.06.1866). Este jornal, na sua edição primeira, comentava que “. . .De há muito fazia-se sentir a necessidade de um órgão de publicidade que no congresso das demais províncias representasse dignamente a de Minas. . .” (Diário de Minas, 01.06.1866).

No editorial do primeiro número, o “Diário de Minas” se colocava como “lutador pela causa do progresso. . .”(Diário de Minas, 01.06.1866), expondo o programa “liberdade e progresso”. Considerava que o povo somente poderia ser livre quando tiver a seu serviço todos os poderes do estado, que, por sua vez, devem obedecer a opinião pública. Ainda segundo o “Diário de Minas”, a

opinião pública aqui era representada pela imprensa livre e independente, que oferecia amplo debate e transformava em lei a opinião da maioria da nação.

Havia nesse momento a fusão das duas concepções de Opinião Pública, entrecruzadas com mais de uma forma de entender o tema, já destacada anteriormente por Marco Morel<sup>130</sup>. Uma, considerando o público letrado, com opinião fundada na razão e outra que é identificada com a opinião da maioria, com propostas que resultariam em um bem comum. Pelo próprio lema, adequado ao seu tempo, a ideia de liberdade está vinculada à ordem, onde se repele “. . .a força, a violência, a revolução como meios de obterem e consolidarem-se os melhoramentos sociais” (Diário de Minas, 01.06.1866). O periódico fazia questão de salientar que o progresso defendido era o pacífico, ocorrido na educação, nas luzes, no conhecimento da vida prática e que fosse capaz de realizar, a partir das reformas, mudanças que resultassem em benefícios duráveis. Mas concluía o jornal que esse progresso passava pelas reformas exigidas pelo país. Ou seja, a liberdade se distanciava das transformações que poderiam causar instabilidade para a monarquia representativa, apresentando como propostas a separação entre polícia judiciária e administrativa, maior prestígio para o júri, mais garantias para a liberdade individual e maiores direitos políticos aos cidadãos, maior iniciativa aos municípios, revisão da lei da guarda nacional, e, na área econômica, dentro de uma perspectiva liberal clássica, maior “. . .liberdade industrial, liberdade de comércio, liberdade bancária, convencidos como estamos de que o monopólio e o privilégio nada podem produzir de útil e de vantajoso para o país” (Diário de Minas, 01.06.1866).

O discurso do lema “liberdade e progresso” é constantemente reiterado: “A liberdade e o progresso são duas entidades tão intimamente ligadas que se pode dizer uma complemento da outra. . .” (Diário de Minas, 06.09.1866). Entendendo aqui que o progresso, ainda que mínimo no Brasil, só foi conseguido pela liberdade conquistada ao longo de séculos, e a ampliação dessa liberdade está diretamente relacionada com avanços tanto material como espiritual. O partido Liberal agora se anuncia como o responsável pela

---

<sup>130</sup> Op. cit.

“. . .causa da liberdade confiada aos homens do progresso” (Diário de Minas, 28.09.1866).

Com a imprensa oposicionista atuante, a liberdade também se tornava um tema em pauta, principalmente como forma de esvaziamento do discurso Liberal. Especialmente porque a imprensa conservadora também se apropria, ao seu modo, da liberdade:

A liberdade propriamente dita e convenientemente entendida não é monopólio de partido algum. Quem, no século atual, deixará de possuir os instintos de liberdade? Quem deixará de desejar instituições que a garantam? (Constitucional, 14.04.1868)

O discurso conservador vinculava o desenvolvimento intelectual com o espírito de liberdade, dando conhecimento técnico para o trabalhador e para o desenvolvimento da “ciência da agricultura” (Constitucional, 14.07.1868). Igual à bandeira Liberal, os Saquaremas também procuram evidenciar a representação da liberdade, entendendo, porém, que a ordem deveria estar à frente do progresso, onde o debate livre só poderia ocorrer dentro dos limites institucionais:

A liberdade e a ordem. . .são os dois elementos cardiais da civilização moderna. É na harmonia sincera e no justo equilíbrio desses dois princípios eternos, como a verdade, que os legisladores sábios vão beber da beleza política aspirada pelos povos. . .Parafrazeando a elegante metáfora do publicista, diremos: o princípio liberal é a locomotiva, o conservador os trilhos por onde se fazem o movimento dos tempos e o progresso dos povos. Mas a liberdade. . .que o partido conservador, porque é constitucional, tantas vezes, quer nas lutas pacíficas das tribunas, quer nos transes dolorosos das batalhas, tem salvado do contágio licencioso. (Constitucional, 25.04.1868)

Para o conservador naquele momento era reafirmada a defesa da liberdade, mas plenamente identificada com a ordem, este sendo o ponto de equilíbrio capaz de evitar os extremos da anarquia e o despotismo. O sentido de Conservador dado por si mesmo era o de conservar, preservar os valores da liberdade e o da ordem :

. . .vejo mui salientes gravadas na bandeira do meu partido as palavras – ordem e liberdade. A liberdade sem ordem se converteria em anarquia, assim como a ordem se liberdade se converteria em absolutismo. O princípio da liberdade está garantido e outorgado pelo nosso pacto fundamental, assim como o princípio da ordem consiste

nos limites da liberdade demarcados no mesmo pacto e por nossas leis executadas pelo autoridade constituída. Se é preciso . . . não afrontar a liberdade individual em observância do liberalismo instituído, não menos preciso é respeitar a autoridade constituída em observância da ordem. Ambos estes princípios conciliam-se por um instinto natural de conservação, donde provem o título – conservador – ao partido que professa o seu conjunto. (O Noticiador de Minas, 31.08.1868)

Dentro dessa proposta, o conservador ganhava um sentido não pejorativo, mas de legalidade, uma conotação de conciliador, que afirmava o lema “Ordem e Liberdade”. Assinado por um “Veterano da Independência”, o “Constitucional” de 25 de maio de 1867 apresentava em artigo esse princípio, onde afirmava que a base da Constituição são os princípios da ordem e liberdade, não em oposição, mas em harmonia. No entanto, ainda segundo o artigo, a liberdade e a ordem acabaram no momento em que o partido Liberal assumiu o governo, pois, “entronizou-se a corrupção, a pilhagem e a opressão” (Constitucional, 25.05.1867). Dentro dessa lógica, ao governar com meios ilícitos, como a corrupção e abusos de poder, o partido liberal limitava a conquista material. É importante destacar que resgatar “ordem e liberdade” nesse momento tinha não só a defesa de um programa, mas também um sentido, o eleitoral. Vincular a liberdade com a ordem, diante das denúncias contra o governo liberal trazia um forte apelo aos eleitores.

Os ataques do jornal mineiro de oposição são especialmente feitos ao governo provincial de Saldanha Marinho, acusado de napoleonismo pelo autoritarismo, com a oposição denunciando as eleições fraudulentas, a corrupção e o uso de cargos públicos para benefícios do partido governista. Era rotineiro iniciar o periódico “Constitucional” com afirmativas como: “Para o sr. Conselheiro Saldanha Marinho não existem leis. . . O carro do arbítrio, pesado e carregado de um ódio rancoroso pisa estrepitosamente por cima de tudo” (O Constitucional, 25.05.1867). A referência aos liberais como “barrigudos”, aquele que se apropria dos benefícios do Estado para engordar suas riquezas, esteve presente, como também presente esteve o questionamento sobre a liberdade nessas circunstâncias. O que se pode observar é que se seguia a tendência do período em focar o uso ou não da liberdade, mas a partir de uma perspectiva menos idealista e mais pragmática. No entanto, esse olhar pragmático envolvia, além do discurso permanente da

ordem e respeito à constituição, a gestão da administração pública e o processo eleitoral. A prática de mudanças em cargos públicos, frequente como forma de ter o grupo governante a burocracia em favor dos seus interesses, foi denunciada nesse momento pelos dois partidos quando perderam o poder. Em 11 de março de 1866, o “Constitucional” denunciava a ausência de eleições livres, havendo, segundo o jornal, o uso da força e do terror para pressionar a população a votar no partido Liberal, afirmando ser o processo eleitoral uma farsa “. . .do domínio atual da liberdade do progresso” (Constitucional, 11.03.1866).

Porém, o discurso dos dois partidos nesses anos 60 estabelecia a conquista do poder exclusivamente nas raias eleitorais. Ainda que o controle do governo estivesse nas mãos dos Liberais, os Conservadores festejavam a chegada das eleições: “É o dia da soberania do povo, o dia das eleições que vem vindo. . .Aguarda com impaciência porque quer acordar-se do trevoso letargo que jaz desde 09 de agosto de 63” (Constitucional, 15.12.1866). Para os Liberais, a violência agora é substituída pelas luzes e a arena dos debates, “Nesse século de discussão e de luz, em que não se resolvem as questões políticas e sociais pelos tumultos sanguinolentos das praças públicas, mas pela discussão que convence” (Liberal de Minas, 02.04.1868).

Novamente os Saquaremas retornam ao poder em agosto de 1868. Para a imprensa conservadora mineira, a vitória nas urnas depois da queda do Gabinete Liberal foi uma resposta por não ter havido, por parte do governo Luzia o cumprimento da liberdade esperada. (O Noticiador de Minas, 07.09.1868). Por sua vez, derrotados, os liberais reafirmam o caminho legal: “Não se assuste o conservador, os liberais de Minas não sairão uma senda legal e sustentarão com firmeza seus direitos. . .nem o renome de Napoleão III é bastante para firmar um trono sobre as ruínas da liberdade.” (O Liberal de Minas, 21.04.1870). Há de se lembrar que a ameaça do movimento republicano, que ganha corpo nesse período, exigia dos partidos que respaldavam a monarquia um discurso que garantisse a sobrevivência deles, o que passava necessariamente pelas vias eleitorais. O jornal republicano “Colombo” expressava a incapacidade de superar o discurso opositor fora do regime monárquico especialmente pelo partido Liberal:



Nascido e criado em uma sociedade onde o princípio monárquico não tinha contraditores, nem mesmo aqueles revolucionários que arrifaram em 1842 a pedir à sorte das armas a reconquistado do direito postergado e que, entretanto – estranha incoerência e vergonhosa covardia – até na revolução amparavam com o nome do rei. . . (Colombo, 06.04.1878)

### 3.4. A liberdade assumindo um formato mineiro

Paralela a essa discussão partidária nos anos 60 e uma modernização que não conseguiu chegar a Minas Gerais, a liberdade assumiria um caráter regional, vindo como resposta a um sentimento de decadência que pode ser percebido a partir do final dos anos 50, conforme análise no subcapítulo “Minas é o Brasil ou versus o Brasil?”. A representação da liberdade na província passou a ter como referência o passado mineiro. É emblemático um trecho do “Diário de Minas” de 04 de julho de 1866, capaz de sintetizar nesse contexto a representação da liberdade aliada ao passado mineiro: “É na verdade a formosa província de Minas, o berço da liberdade, a pátria dos nossos primeiros mártires, a estrela brilhante do sul, hoje partida e desmatada, oculta o rosto por entre as nuvens” (Diário de Minas, 04.07.1866). Vincular a identidade mineira como uma liberdade a partir de uma imagem nostálgica construída nesse período é o que Raoul Girardet considera como uma “. . . lógica cuja elementar simplicidade contrasta, aliás singularmente, com a abundância das imagens, das representações e dos símbolos e que não é, no final das contas, senão a decadência”.<sup>131</sup>

Analisar nesse período a evocação da imagem contínua de uma Minas Gerais como berço e guardiã da liberdade nos remete a um dos mitos políticos contemporâneos destacados por Girardet: a Idade de Ouro. Ele considera que, ao evocar um passado que já não existe mais, há uma oposição entre o tempo de outrora e o do presente. Uma necessidade de buscar na grandeza de um tempo passado diante de um tempo presente decadente, degradado e em desordem. É uma exaltação da grandeza do tempo de ontem com o objetivo de garantir a ressurreição, a glória perdida, uma nobreza que cabe redescobrir. Sendo ação mobilizadora, carregava a imagem de um passado que serve

---

<sup>131</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

como modelo, valor que serve de exemplo. Como mito político, é uma evocação nostálgica, mas que pertence também à esperança, que cria uma expectativa do seu retorno. É uma representação do passado que desemboca em uma projeção futura.

O saudosismo do tempo de antes povoou o discurso da imprensa mineira desse período: “Houve uma época em que teve a província de Minas sim período de felicidades” (O Noticiador de Minas, 21.03.1874). Bem como a ação mobilizadora de um reerguimento a partir do passado de glórias “. . . e a infeliz província de Minas verá renascer em seus filhos o vigor antigo para utilizar essas riquezas que doeram-lhe os pés, mas que agora lhe são inúteis.” (Diário de Minas, 27.06.1874). Ou, conforme Girardet

. . . entre o que pertence ao domínio do pesar e o que pertence ao domínio também da esperança, entre o que não é senão evocação nostálgica de uma espécie de felicidade desaparecida e o que exprime e o que exprime a expectativa de um retorno . . . Convém apenas precisar que, efetivamente dominado pela noção primeira de queda, de degradação, esse movimento do sonho na direção de um passado de Luz, mais feliz e mais belo . . .<sup>132</sup>

Diante de um sentimento de crise o sentido de liberdade em Minas Gerais vai assumir um caráter regional. Foi no arquétipo do “espírito mineiro”, carregado nas lutas do passado de glórias que a imprensa passou a identificar liberdade com mineiridade. A oposição a todo tipo de despotismo tornou-se uma referência por sua trajetória de lutas: “A província de Minas não pode esquecer o seu passado. Será, como sempre, pela liberdade. . .” (O Liberal de Minas, 01.08.1868). Uma Minas Gerais que tinha na Conjura uma de suas referências, talvez a principal, mas não única e que carregava sua importância no conjunto desse sentimento de liberdade. Era um sentimento de liberdade que, por expressar um “espírito” mineiro, deveria ser entendido como uma construção permanente que já existia no século XVIII e se estendeu até o século XIX

Mineiros! Estais decaídos. . . Mineiros! O vosso estado mórbido já não se pode ocultar. . . A história de vossos antepassados, esses bravos, que arrostaram os cadafalsos, no século passado, as balas em 1833, e o canhão em 1842, é uma recordação gloriosa que não pode deixar

---

<sup>132</sup> Op. cit. p. 103-105.

de despertar a vossa coragem. . .Aí vai a história de vossas desgraças, sem exageração, sem romantismo nem poesia. A verdade não deve vestir as roupagens da mentira. (Constitucional, 21.09.1867)

A presença desse espírito remontava aos primeiros momentos de formação dessa civilização mineira. Quando o deputado provincial, no “Bom Senso” em 15 de janeiro de 1855, apresentava a história de Minas em Círculo Literário, descreveu a região sendo ocupada por heroicos bandeirantes desbravando a região nos séculos XVI e XVII. Seguindo a narrativa, exaltou a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Filipe dos Santos. Portanto, é um erro considerar que está em Tiradentes a exclusividade dessa luta em favor da liberdade, conforme ressaltava o jornal do sul mineiro em 1873:

Engano! Ia calmo e sereno como anos antes seu predecessor Filipe dos Santos . . .o primeiro mártir da independência foi Filipe dos Santos. . .Viva o povo! O grito com que marcharam do Ouro Preto, formados, ao ribeirão, os sublevados contra o conde general, foi o grito precursor, o brado que acordou no Ipiranga o de – Independência ou morte! (Colombo, 16.02.1873)

Tendo a liberdade como imaginário político, havia o clamor nebuloso da “pátria dos heróis”, das “tradições de liberdade”, da “província mártir”, que apontam para um passado impreciso, recriando fatos e heróis. Ao mesmo tempo, Minas Gerais guarda seu papel fundamental de mantenedora da liberdade nacional, sempre alerta para os riscos que poderia vir a sofrer a nação. Minas Gerais passou a ser a referência e guardiã dessa liberdade no Brasil:

quando nas outras províncias do império o partido liberal, esmagado, gemia sob o peso da compreensão e do arbítrio, quando a legítima manifestação da vontade popular foi substituída por essas bacanais obscenas, que os astecas do poder decoravam com o nome de sufrágio universal, havia uma província para a qual todas as outras volviam com esperança os olhos. Era a província de Minas, essa província gloriosa, cujo o grito quase sempre sufocado em sangue, tinha ido outrora perturbar muitas vezes o sono dos tiranos, era essa província mártir, cuja mão nunca tremeu hasteando a bandeira da liberdade, embora visse com dor caírem muitos dos melhores de seus filhos envolvidos nas dobras dessa bandeira. (Liberal de Minas, 02.04.1868)

É uma representação que difere daquelas produzidas a partir da construção da ordem monárquica, pois se fundamentava na proximidade maior

de uma realidade específica de Minas Gerais. Ainda que não se possa dar a dimensão exata, como qualquer imagem, há um mínimo de identidade entre os heróis mineiros e a população da província, diferente da liberdade projetada e inculcada pelo império nas primeiras décadas. Segundo o olhar da imprensa, cada mineiro incorporava e se sentia como extensão dos defensores da liberdade, daí, por exemplo, vir com constância o nome dos conjurados no plural, como sendo uma construção coletiva da população, feitas por quem viveu no passado e ainda incorporados nos que viviam o período presente: “. . .é de se esperar que os filhos da heroica terra de Tiradentes, dos Cláudios, Alvarengas, Freires de Andrade e outros ilustres mártires da independência e liberdade do Brasil, acudam pressurosos ao chamado do governo. . .”.(Diário de Minas, 01.05.1867) ou

. . .Gonzagas, Alvarengas, Cláudios, Rolins e outros nomes que adoramos, sois grandes em todo mundo civilizado: mineiros, meus caros patrícios, vindes ver como a alegria e a saudade se manifestam em todos os semblantes. . .A pátria dos grandes homens é sem dúvida Minas. (Diário de Minas, 13.04.1867).

Sendo a província considerada o berço e guardião da liberdade, havia uma condução a uma sacralização da terra mineira. O gesto heroico, o ato nobre, um povo que já tinha definido seu papel frente à nação como referência de luta em prol da liberdade “. . .e a província de Minas não cerrará seus ouvidos ao nobre apelo do governo. . .para que o povo mineiro não perca na história o lugar assinado que já conquistou e lhe convém. . .Eia, pois, avante, briosos filhos das montanhas” (O Noticiador de Minas, 06.10.1868). É um clamor que, além de construir seu tempo ficção, de criar um sistema de explicação, também tem sua mensagem mobilizadora. Em nome da liberdade o apelo passa a ser feito quer seja para convocar para participação na Guerra do Paraguai, quer seja para aderir às propostas partidárias. Tanto feito pelos Conservadores para as eleições provinciais: “. . .e será crível que Minas, o berço da liberdade brasileira, a pátria dos heróis, aquela que resistiu a vontade onipotente de Pedro I, se amesquinhe e se acobarde. . .” (Constitucional, 02.01.1867); como por Liberais nas eleições para o Senado: “. . .nesta heroica província de Minas, em que ainda existem bem vivas gloriosas tradições de liberdade”. (Diário de Minas, 29.11.1868).

Proposta mobilizadora que tanto pode estar no discurso de esperança de dias melhores para quem está no governo, como os liberais em 1881: “As tradições de um povo, que primeiro sonhou a liberdade de sua pátria e que em 1789 sagrou com sangue generoso o dogma do futuro” (A Atualidade, 30.03.1881). Como também pode estar na crítica conservadora ao governo oposicionista, quatorze anos antes, na mensagem de esperança de dias melhores, do passado glorioso, da permanência do espírito de liberdade e da persistência em manter esse sentimento vivo:

O ouro ou a prata, diz Montesquieu, se esgotam: mas a virtude, a constância, a força e a pobreza não esgotam nunca! O povo de Minas tem constância, ele ama a liberdade e abomina o despotismo. Embora espere ainda, ele vencerá um dia. Não foi debalde que os heróis da liberdade e da independência gravaram-lhe no brasão: “LIBERTAS QUOE SERA, TAMEN. (Constitucional, 08.06.1867).

A liberdade em torno de um passado heroico, um povo que se fez como referência e cultivador de suas práticas, dentro dos limites legais defendida pelos liberais e conservadores vai ao encontro dos interesses políticos dos partidos que dão sustentação à monarquia. A construção do mito em Tiradentes será estudada no subcapítulo “Tira-dentes e suas múltiplas faces: de monarquista a republicano todo mundo tem um pouco”, mas aqui cabe analisar exclusivamente o papel da liberdade incorporada no conjurado de 1789. Mesmo não considerando Conservadores e Liberais “farinha do mesmo saco”, o respeito à liberdade nos limites legais por esses partidos passava a ser compartilhado a partir do anos 60. Havia em ambos, nesse momento, a aceitação da competição partidária dentro das normas institucionais, que inseria o uso do termo liberdade dentro desses limites, assegurando que a utilização da expressão daria a garantia que não estimularia os excessos, e, conseqüentemente, rupturas. Quando caem os Liberais em 16 de julho de 1868, anuncia o “Constitucional”: “Queremos a ordem, queremos a liberdade, mas nos limites da lei. “ (Constitucional, 26.10.1868).

Desse modo, o vínculo entre liberdade e voto foi uma construção permanente na proposta partidária, como fez o jornal conservador ao chamar a atenção sobre o processo eleitoral do senado realizado naquele ano, ao

destacar que “. . .pela primeira vez, talvez, tem Minas presenciado a liberdade no pleito eleitoral . . .” (O Conservador de Minas, 18.02.1870). Há o respeito legal por parte do partido que perdeu o poder, ainda que fossem questionados os métodos do processo, especialmente o uso da violência durante o processo eleitoral. Os liberais, na volta do poder em 1878, fazem um lamento resignado da sua derrota anos antes “o 16 de julho, de 1868 foi um dia de luto para a democracia nesta grande parte da América. . .” (Atividade, 16.03.1878).

Ou seja, para conservadores e liberais, se se pensa em mudanças políticas, a proposta foge a tendências extremas. Ao apresentar um programa de reformas em 1878, os liberais o fazem dentro da legalidade: “O partido Liberal . . . quer a verdade constitucional, revogando as leis repressoras, . . .quer a restauração do sistema representativo falseado, garantindo o voto independente e consciencioso como a mais imediata manifestação da soberania popular. . .” (A Atualidade, 19.03.1878). Era nos limites institucionais, especialmente no voto, que encontrava o verdadeiro exercício da liberdade. Corroborava com essa semelhança dos dois partidos o editorial do jornal republicano “Colombo”:

De um lado os liberais, partido regenerador como se proclama, do voto livre a pedir, a instar a ameaças, a prometer empregos a comprar votos. . .Do outro, os conservadores, apeados das posições oficiais, tratados como inimigos do Estado, quase desanimados vendo fugir-lhes os correligionários. . .entretanto, as qualificações são as mesmas, são os mesmos homens, nada mudou. (Colombo, 19.05.1878)

Desse modo, a Liberdade simbolizada por Tiradentes estava diretamente relacionada com a emancipação brasileira em 1822 e a manutenção desses ideais com a pátria formada. Era papel do império consolidar esse estado de coisas, preservando a ordem e a legalidade. Conseguiram, liberais e conservadores, também despertar redes de solidariedade com a imagem do conjurado, especialmente em um momento que o sonho comum da elite era retornar a importância política e econômica que tinha Minas Gerais no cenário nacional. Nesses anos 60, quando os dois partidos comungavam e tornavam pública a liberdade anunciada por Tiradentes, o movimento republicano não tinha força que pudesse apresentar riscos e incorporar uma proposta antimonárquica e, conseqüentemente, uma instabilidade institucional.

Porém, no final dos anos 60, a causa republicana voltou também seu olhar para a liberdade construída na “pátria mineira”, mas com propostas distante das ações pensadas pelos modelos liberal/conservador. A tradição heroica mineira passa a ser exposta na imprensa pelos defensores da república para confrontar com a monarquia. O jornal “Colombo” iniciou esse ataque colocando em oposição o espírito de liberdade encarnada pelo povo mineiro com os abusos da monarquia: “Minas, a pátria de Tiradentes, o berço desses heróis que sangraram no patíbulo no exílio e no cárcere a ideia redentora da liberdade, é hoje infamada pela monarquia” (Colombo, 26.10.1873). Para a imprensa que combatia a monarquia, Minas Gerais já tinha como componente natural um espírito republicano, que se manifestou em alguns momentos da história, como na visita de D. Pedro I à província em 1831, e rendeu ao imperador manifestações de repúdio como sinos em repiques de funeral, hinos de protesto, resultando na sua abdicação:

Em 1831, Minas dava o exemplo do civismo, o anjo da liberdade tinha levado o seu trono nestas cercanias altivas que deviam ser inexpugnáveis redutos contra a invasão e a ferocidade do despotismo, nas montanhas desta Suíça americana abrigava-se o espírito da democracia, o sentimento da independência nacional. Aqui refugiava-se como em asilo sagrado e inviolável, e as aspirações políticas do povo mineiro caracterizavam-se na indomável altivez com que despregava a insolência do primeiro imperador e renda homenagem à memória dos mártires da liberdade. Pedro I teve um dia a veledade de abafar a expansão destes nobres sentimentos mineiros, quis acalmar o santo entusiasmo que este povo sentia pelas ideias republicanas. . . Depois das maldições do povo, Pedro I só encontrou um porto de salvação: o 07 de abril. ( Colombo, 22.09.1878).

É diante das práticas do partido Liberal na eleição de 1889 que a imprensa republicana mineira também denunciou a compra de votos e a violência no processo eleitoral. Mais do que denunciar, no entanto, criou um sentimento comunitário agregado a princípios republicanos, enfatizando o amor mineiro pela liberdade, sacralizando o solo da província, conseguindo unir forças para combater todas as práticas monárquicas consideradas nocivas

. . .O audacioso e insolente governo mineiro tomou do martelo do leiloeiro e pôe nesse momento sem almoeda a honra, os brios, a dignidade cívica e o amor à liberdade que segundo rezam as tradições gloriosas de nossa história, sempre constituíram o mais rico patrimônio dos filhos de Minas Gerais!. . .Quem acreditaria que

homens de estado houvesse entre nós bastante ousados e únicos para porém em leilão uma província heroica, a própria terra de seu berço natal? E por que a fazem? Porque a história diz que Minas soube sempre ocupar a vanguarda nos grandes movimentos políticos de nossa pátria. . .é ele [o mineiro] quem, hoje, neste país, se bate com mais denodo e com mais admirável estratégia pela abolição do privilégio dinástico, pela reivindicação da soberania nacional, pela fundação dos Estados unidos Brasileiros.

Nunca se viu entre nós uma tão grande infrene perseguição ao caráter independente, nem tão grande afronta cuspidada à face de um povo! O ominoso gabinete de 7 de junho não hesita diante de nenhum escândalo, fez a sua cozinha eleitoral, mandando profanar por caftens eleitorais por encomenda essa terra sagrada pelo martírio de nossos avós de 1720, 1789 e de 1842 e que ainda achamos pequeno para conter o seu imenso amor à liberdade. . . (O Movimento, 29.08.1889)

Ao criar um sentimento de identidade e comunhão entre os mineiros, o discurso em torno dos seus habitantes dotados de um espírito de liberdade serviu como representação mobilizadora para se fazer presente na luta pelo fim da monarquia, representando uma continuidade da conduta dos antepassados

Minas saberá de cedo acudir ao reclamo nobre e confiado do digno chefe de vanguarda que lhe aponta o caminho do altar do sacrifício, pedindo-lhe para a salvação da pátria e da ideia em que se lhe vai consubstanciando o futuro destino e a futura felicidade. . .e em troca e como uma homenagem ao patriotismo dos que, nossos maiores por ela deram o melhor de seu sangue, por ela sofreram das algemas, das masmorras, da proscricção, da infamação e da morte. É pouco pedir à terra que tem tão grande nome e tão heroicas memórias à guardar e honrar; e nossos conterrâneos saberão cumprir o seu dever. (Colombo, 26.04.1874)

Os jornais republicanos de Minas Gerais chegaram no final da década de 80 fazendo dos mineiros um exemplo a ser seguido pelo restante do Brasil. Assim, de acordo com a província reassumia triunfante o papel perdido há décadas, ressurgindo como grande inspiradora e guardiã da liberdade nos moldes de uma república fundada em um sentimento que considerado nato, sempre cultuado pelos mineiros. Agora líder, inclusive das duas outras províncias que ganharam força no sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, Minas Gerais voltava a ter o papel glorioso perdido no tempo: “Nossa província, lembrada de suas lutas de outrora que sempre visaram o alvo radiante da liberdade quer mostrar no terreno da ação o valor de suas convicções. . .” (O



Movimento, 23.01.1889). Ou, ao convocar São Paulo e Rio de Janeiro no dever de fazer do Brasil uma república:

Em 1789, neste mesmo ano e no século passado, o Grande Brasileiro Legendário, nesta cidade, com admirável intuição política planejara a emancipação do Brasil colonial do jugo da velha metrópole pelo concurso necessário e suficiente destas três províncias então capitânicas. . .E no coração dos legionários brasileiros encontraram gravadas essas palavras: república, federação, representação nacional, soberania do povo, direito, justiça, igualdade, ordem, progresso. . .a voz da República é voz de paz, as suas ideias são de luz, é para aclamar os horizontes que nas altas montanhas de Minas hasteamos o lábaro de confraternização universal ( O Movimento, 01.06.1889).

Por sua vez, Liberais e Conservadores silenciavam-se diante de um sentimento de liberdade que já não era mais seu, pois foram adotados por quem combatia a sua base institucional. Nos anos que antecedem ao 15 de novembro, os jornais dos dois partidos existentes, “A Província de Minas” e “A União”, ignoram o dia 21 de abril, outrora tão comemorado, sinalizando que é uma data que não mais lhes pertencia. No máximo, procuravam discutir reformas, como o federalismo, sem encontrar um consenso: “É a federação das províncias a esperança atual do partido liberal.” (O Liberal Mineiro, 24.09.1885) “a federação, que é um lobo que devoraria a monarquia, opõe-se aos nossos costumes [conservadores]. . .” (Vinte de Agosto, 20.09.1885). Em 1881, o liberal “A Atualidade” discutia sobre os símbolos da bandeira imperial : “. . . ocupa no grande convívio das velhas nacionalidades um lugar de honra, desfraldando a bandeira auriverde, que simboliza – Liberdade e Ordem – Paz, pelo Império da Lei – progresso, pelo trabalho e pela liberdade” (A Atualidade, 30.03.1881). Mal sabiam, ou bem sabiam, que o lema liberal “Liberdade e Progresso” somado ao lema Conservador “Liberdade e Ordem” iriam compor alguns anos depois, com um novo jogo de palavras, rumos republicanos para o Brasil.

### **Algumas considerações sobre o subcapítulo “O entendimento da liberdade em Minas Gerais e suas variações ao longo do Império”**

Houve, no Primeiro Reinado, uma grande preocupação da imprensa mineira em estabelecer fronteiras e limites para a representação em torno do

conceito de liberdade. Próximo ao projeto monárquico, seus princípios se fundem com o projeto liberal, onde o limite é a Constituição. Seus excessos são rotulados de “liberdade não entendida”. Porém, apesar da defesa da liberdade na esfera legal, tudo indica que a censura imposta por d. Pedro I levava a manifestações por parte da imprensa, que usavam do debate em torno da liberdade como importante ferramenta para questionar, mesmo por analogia, os abusos do governo no Primeiro Reinado.

A abdicação de D. Pedro I transfere o papel libertador ao filho, mantendo o discurso que atrela lei e ordem à liberdade. Nos primeiros momentos da regência, abre-se a discussão em torno de uma maior liberdade para o legislativo, mas logo contido o debate como resultado do terror a movimentos que poderiam por em risco a ordem vigente. Tendo os liberais moderados à frente do governo na sua maior parte, a consequência é um deslocamento, ao longo do Período Regencial, a abordar com menor intensidade temas sobre liberdade. E quando a liberdade foi colocada em pauta, o discurso se voltou no combate ao anarquismo, enfatizando o embate entre razão e paixão, moderação e radicalismo, colocando para segundo plano o temor do despotismo tão evidenciado no período pedrino.

Com o novo imperador, em 1840, novo sentido vai ser dado à representação da liberdade, assumindo um caráter mais pragmático, uma busca de liberdade através de benefícios materiais e não por idealizações como ocorria nas décadas anteriores. Ainda que ressurgissem leituras políticas que procurassem tratar a liberdade dentro de confrontos de ideias, retomando o confronto anarquia x ordem, são curtos períodos, como os de 1848 a 1852. A política de Conciliação tratou de dar novamente à liberdade um sentido de progresso e desenvolvimento. Nem o fim da Conciliação consegue romper com esse discurso pragmático, apesar de colocar novamente a liberdade como um tema em evidência. Porém, a partir dos anos 60 não há mais propostas de rupturas à ordem. Os liberais no poder usam como lema “liberdade e progresso” para evidenciar a proposta de reformas econômicas, política, judiciárias e administrativas. Por sua vez, os conservadores tinham como lema “liberdade e ordem”, um apelo de austeridade política que procurava identificar na oposição liberal práticas de corrupção e abusos de

poder que os saquaremas consideravam ferir frontalmente qualquer princípio de liberdade.

Mas, coexistindo com esse discurso ligando liberdade, ordem e progresso, surgiu em Minas uma representação de liberdade que se identificou com os mineiros. Havia, na evocação do passado, o reencontro de um “espírito mineiro”, que se tornou referência pelas lutas heroicas de tempos idos em prol da liberdade, assumindo Minas Gerais a condição de ser sua principal guardiã, reestabelecendo a importância da província no Brasil. Assim, criou-se em torno desse mito a expectativa do retorno grandioso de Minas no cenário nacional. Mito mobilizador, atendia aos interesses dos partidos ligados à monarquia, pois era uma liberdade que atua dentro dos limites legais. No entanto, o movimento republicano também se apropriou dessa imagem e reconstruiu o mito libertário mineiro como instrumento de adesão e ação para derrubada da monarquia, retomando uma aliança entre o Brasil e Minas Gerais, perdida nos anos 40.

## Capítulo 2

### “Somos brasileiros mas em primeiro lugar somos mineiros”

#### Subcapítulo 1

#### As representações da decadência em Minas Gerais no século XIX: o começo de tudo

##### 1. A historiografia e o crescimento mineiro no século XIX

Na década de 1980, a historiografia produziu revisões significativas com relação aos aspectos econômicos e sociais de Minas Gerais. A historiografia tradicional apontava para uma região mineira estagnada nos Oitocentos, em uma produção agropecuária de subsistência que não conseguia substituir a economia mineradora. Nesse quadro de involução, Minas Gerais se tornou exportadora de escravos. O chamado modelo clássico explicativo, tendo como referência especialmente Roberto Simonsen<sup>133</sup>, Celso Furtado<sup>134</sup> e Caio Prado Júnior<sup>135</sup>, apontava como consequências o esvaziamento dos centros urbanos e o deslocamento de escravos para centros econômicos mais dinâmicos, especialmente o vale do Paraíba.

Na visão contemporânea, quebra-se o velho modelo, reconhecendo que o crescimento da população dos Oitocentos esteve vinculado a uma dinâmica de mercado em Minas Gerais, numa economia que não estava fechada em si mesma. A análise da economia mineira do século XIX foi ampliada a partir da área de pesquisa em História Agrária no Rio de Janeiro, liderada por Maria Yedda Linhares. Tendo como referência os estudos de Ernest Labrousse, Linhares<sup>136</sup> não questiona o esgotamento da mineração, mas procura perceber

---

<sup>133</sup> SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: editora Nacional/Brasília, 1977.

<sup>134</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Globo, 2001. PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil* São Paulo: Brasiliense, 1972.

<sup>135</sup> PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

<sup>136</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade d'ouro: a propósito da problemática da decadência. *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de cultura de Minas Gerais, 1979

o impacto da crise sobre as mais diversas formas de economia mineira que se articulavam no interior da província.

Com um tratamento documental diferenciado, ampliando o uso das fontes primárias e seus cruzamentos (censos, inventários post mortem, registros de batismos, listas nominativas de habitantes, processos criminais, relatos de viagem, relatórios de presidentes de província, etc.) foram dadas novas perspectivas ao universo mineiro do Oitocentos. Os estudos pioneiros de Roberto Borges Martins apontam para o elevado número de escravos na província mineira, o maior durante todo o século XIX, colocando a região como maior importadora de cativos de toda a América. Segundo Martins

A população mineira continuou crescendo num ritmo relativamente alto e mais que duplicou no intervalo 1819-1855. Apesar da propalada “decadência urbana” de Minas, várias cidades e vilas – como Campanha, São João Del Rei, Barbacena, Diamantina, Ouro Preto e outras – estavam em franca prosperidade e constituíam mercados razoavelmente importantes que geravam um comércio interno complexo e animado. Além da produção agrícola e pecuária para o mercado interno, a demanda provincial sustentava milhares de engenhos de cana, e manufaturas de ferro e panos de algodão relativamente extensas<sup>137</sup>.

Reforçando a visão de Martins, Robert Slenes<sup>138</sup> amplia a visão da dinâmica de mercado em Minas Gerais, enfatizando o dinamismo da economia provincial, quer seja na indústria têxtil doméstica, quer seja na agricultura para consumo das fronteiras mineiras. Douglas Cole Libby<sup>139</sup> reconhece que a Minas do século XIX é bem mais complexa do que o século anterior e, completando a ideia de Slenes e Martins, aponta para o desenvolvimento do setor siderúrgico, em especial a produção de ferro, a indústria de tecidos, envolvendo no tear e fiar aproximadamente 75% do trabalho feminino e as minas de ouro, pertencentes ao capital estrangeiro que pagavam elevados impostos e consumiam produtos internos. Paralelamente, o crescimento populacional levou a ocupação de terras disponíveis, apontando para o

---

<sup>137</sup> MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. p. 103. *Revista História e Perspectiva*, n. 11, Jul-Dez, Uberlândia, 1994.

<sup>138</sup> SLENES, Robert Wayne Andrew. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos históricos*. Instituto de pesquisas econômicas, São Paulo, v. 18, 1988.

<sup>139</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

assalariamento temporário, como no caso de migrantes vindos do norte para a colheita de café na zona da Mata. O que torna essa sociedade mais complexa é constatar que boa parte dessa população era livre, apesar de ser, segundo Roberto Martins, a província que mais concentrou escravos durante o império, chegando a corresponder 24,7% do plantel brasileiro<sup>140</sup>.

## 2. Repensando a decadência mineira

Com o debate a partir dos anos de 1980 sobre a decadência mineira, tem-se procurado reforçar de forma contínua a ideia da crise mineradora superada pela economia abastecedora. Há na perspectiva historiográfica atual o entendimento que Minas Gerais continuou cumprindo um importante papel na economia nacional ao longo do império. Possivelmente, diante dessa tendência, tem havido uma recusa em se analisar a documentação existente senão pela ótica da prosperidade na província. É o caso de João Ricardo Ferreira Pires<sup>141</sup> ao analisar “O Arauto de Minas” de 24 de abril de 1881, entendendo que o uso de reclamações que consideravam Minas Gerais em situação de abandono tinha um caráter partidário, percebendo a questão de forma pontual e dentro de uma situação específica:

Não podemos nos furtar a pensar que esse discurso de abandono pode ser mais partidário e restrito do que um verdadeiro sentimento de ultraje. Esse jornal, como órgão do Partido Conservador, pode está fazendo ataques sub-reptícios ao governo da época que era Liberal. Mas, também, não podemos nos esquecer que a questão das comunicações e da exploração mineral estava na ordem do dia. Portanto, consideramos que há um apelo geral no sentido da melhoria, do progresso através da ampliação dos meios de comunicação; mas, misturado a isso, as intrigas e disputas partidárias regionais ou locais.<sup>142</sup>

Desconsiderando que a região mineira tenha entrado em decadência no século XIX, não se sabe ao certo sua importância na economia brasileira, pois ainda é difícil precisar o que foi realmente Minas Gerais na economia durante o

---

<sup>140</sup> MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FALE/UFMG, 1980.

<sup>141</sup>PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II*. 2007. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

<sup>142</sup>Op. cit. p. 81.

Segundo Reinado. Porém, ao analisar as fontes, por parte da imprensa mineira não houve tema mais recorrente na segunda metade do século XIX quando se fazia referência à região do que uma narrativa descrevendo o declínio de Minas Gerais. Ocorreu uma permanência no discurso evidenciando um sentimento de degeneração na província. Ou seja, havendo ou não a decadência da população mineira, ocorreu a constância dessa representação, sinalizando, no mínimo, perdas quanto à condição vivida no passado.

No entanto, é muito pouco provável que uma abordagem ininterrupta como a derrocada da província mineira, permanentemente tratada pela imprensa provincial a partir dos anos de 1850, só tenha pertencido ao imaginário. O lamento do jornal liberal de 1878 denuncia essa frequência: “. . . parece obra encomendada à gente de fora da terra. Fala muito em Minas e mineiros, que andam atrasados, etc., etc., etc. . .” (A Atualidade, 30.04.1878).

Ora, Minas Gerais esteve no centro decisório da política brasileira até os anos de 1830. Portanto, se a província era visível e procurou nos anos de 1850 ser novamente percebida, ser re-vista, pode-se pensar na possibilidade de que teve dividido com outras províncias seu espaço na política imperial. Se ainda existe uma dificuldade no campo da história econômica em se diagnosticar essa situação, no campo das representações esse sentimento de decadência se encontra continuamente expresso pela imprensa mineira a partir da segunda metade do século XIX. Essas representações sugerem uma relativização do permanente discurso de uma economia mineira em crescimento após a mineração, ou pelo menos procurar estabelecer um limite temporal para esse crescimento.

A condição de mais populosa província do Brasil, principal abastecedora da Corte, além da proximidade geográfica com o Rio de Janeiro, fez com que Minas Gerais assumisse um importante papel na construção do Estado nacional. No entanto, uma pesquisa sólida sobre a economia de Minas Gerais, pela própria diversidade, ainda está pendente, conforme afirma Afonso Alencastro Graça Filho: “O conhecimento das diversas dinâmicas econômicas dentro da província de Minas Gerais ainda reclama estudo comparado”<sup>143</sup>.

---

<sup>143</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

Ainda que imprecisas, existem publicadas pela imprensa mineira algumas considerações que poderiam motivar estudos para uma análise econômica do desenvolvimento mineiro e os seus limites na segunda metade do século XIX. O estudo de Joaquim Caetano da Silva Guimarães, por exemplo, feito em 1859, considera que com a exploração predatória em Minas Geras ocorreu a dispersão da população, calculada em 500 mil mineiros saídos da província. A população, que era em 1821 de um milhão chegou no final do anos 50 a um milhão e trezentos mil, sendo que deveria, segundo o autor, ter dobrado (Correio Official de Minas, 19.09.1859). O periódico “O Conservador de Minas”, em 1870 comentava que ocorreu a saída de mineiros para o Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo em busca de terras produtivas, estas já esgotadas em Minas Gerais (O conservador de Minas”, 12.03.1870).

Cabe ressaltar que esse discurso não brotou apenas da capital e proximidades, estando presente no sul, na região do triângulo mineiro e no norte de Minas Gerais. A documentação existente não deixava dúvidas para exceções, não só pelas correspondências e artigos recebidos pela imprensa na capital mineira bem como dos diversos jornais disponíveis de todas as regiões da província. Foi um lamento comum e em nenhum momento ocorreu uma advertência para exceções em situações que não acompanhassem em Minas Gerais esse sentimento de decadência, pelo menos até os anos de 1870. Ainda que se possa pensar no discurso de decadência como forma de barganhas com objetivo de conseguir investimentos do Império para a província, grande parte dessa expressão estava presente em editoriais, artigos e correspondências que indicavam a representação de uma situação e sem nenhuma busca de vantagens ou negociações.

Não é possível manter uma narrativa de maneira tão contínua simplesmente no campo da imaginação, exclusivamente na abstração de um pensamento sem qualquer vínculo com uma realidade histórica. É uma via de mão dupla, sendo que essas representações surgem de uma realidade específica ao mesmo tempo em que criam essa realidade. Raoul Giradet, ao fazer referência ao mito político reforça essa ideia, recusa as imagens construídas somente “. . . no exclusivo plano da fábula, em um universo de pura gratuidade, de



transparente abstração, livre de todo contato com a presença das realidades da história”<sup>144</sup>.

Assim, por não ser um estudo ligado à economia, o que vai ser analisado são as representações construídas pela imprensa mineira a partir do sentimento de decadência. Se no capítulo I, no subcapítulo “Sentimento de decadência e crise: Minas já não é a Corte” houve a análise do sentimento de decadência em Minas Gerais comparando com outras regiões e províncias, nesse subcapítulo o que vai se buscar é a persistência desse discurso apropriado pelos jornais como sendo uma leitura da elite feita por si mesma, dentro de uma situação vivida e identificada internamente.

### **3. Minas e o sentimento de decadência**

As representações sobre a situação mineira entre os anos 20 e 40 produzidas na imprensa são de uma província desenvolvida, principal abastecedora da Corte e regiões próximas, exercendo forte influência nas decisões políticas do período. Os periódicos, como já foi tratado anteriormente, apontavam para uma Minas Gerais próspera, muito próxima aos interesses do recém-criado Estado brasileiro, pactuando e tendo benefícios com a aliança entre império e província. Pouco se construiu quanto a uma identificação dos mineiros em relação a si mesmos até a primeira metade do século XIX.

No entanto, já pode ser apreendido na segunda metade dos anos de 1840 alterações nas representações sobre Minas Gerais que conduziam a novas formas de identificação regional. Ainda não evidenciando uma expressão de decadência, já havia sinalizações de perdas por parte da província narradas pela imprensa a partir de 1846 (como é o caso de “O Constitucional” de 23.11.1846 e 04.02.1847). Mas, nos anos de 1850 tornou-se mais forte a percepção do declínio vivido pela província.

Talvez pela dificuldade de construção de representações em maiores extensões territoriais, as primeiras narrativas eram localizadas, percebidas em vilas e cidades, não incorporando a província dentro desse sentimento de ruína. O ponto de partida documental para identificar as primeiras narrativas

---

<sup>144</sup> Op. cit. p. 51.

relatando o sentimento de declínio em Minas Gerais é uma série de artigos assinado pelo “O Abelhudo”, publicados no jornal “O Bom Senso” em 1855, no qual se fazia uma descrição de diversas regiões mineiras, pintando um quadro desolador dos lugares onde passou o escritor que se dizia viajante. O autor dessa série de textos sobre a região mineira fez uma narrativa da ruína de duas localidades, Araxá e Itatiaiuçu. Da primeira, descreveu que

É a mais antiga vila e foi a mais opulenta destes lados da província. Hoje decaída e ameaçada de completa ruína, recorda com saudades dos belos tempos de seu esplendor. Foi a Silvaris [sic] ou Capua [sic] do sertão; o luxo e a moleza, aí reinavam, os prazeres sensuais tinham um culto extraordinário. (O Bom Senso, 01.10.1855).

Sobre Itatiaiuçu, região próxima a Santa Luzia, descrevia que, opondo o passado de prosperidade, ao redor da Igreja Matriz

Circundam as mesmas sofríveis mas desprezadas casas, dentre estas uma meia dúzia de sobrados, ainda que de má arquitetura. . tudo porém em tal estado de ruína que contrasta [sic] uma alma pensadora, e se umas são habitadas, o que se descobre por uma cabeça que a medo lá aparecem na janela, outras existem inteiramente fechadas, enquanto algumas servem de habitação de animais (O Bom Senso, 08.10.1855).

Ainda em 1855, em um espaço para publicações literárias chamado “Folhetim do Bom Senso”, um conto intitulado “Itinerário da saudade ou visita às ruínas do Caraça”, citava o caso de um doutor que, nascido no arraial de Antônio Pereira, retornou ao local para rever o local onde passou sua infância, e, para sua surpresa encontrou o lugar em ruínas:

O doutor aproximou-se do lugar em que nascera e vendo somente com vida uma limeira, agarra-se a esta como um pessoa que alguma coisa pudesse dizer sobre o fim que tinham tido os habitantes daquela casa ou onde estavam os primeiros e belos tempos de sua vida. (O Bom Senso, 11.10.1855).

Quatro anos depois, em um artigo assinado por “um viajante”, a descrição feita do município de Caeté também era de desolação:

O mais antigo de Minas, e que mais floresceu, hoje se vê reduzido à completa decadência e quase aniquilado; o comércio que em atividade o colocava na ordem dos mais importantes municípios da

província, hoje quase extinto e pouco animador (Correio Oficial de Minas, 18.08.1859)

No entanto, gradualmente o que era descrito em Araxá, Itatiaiuçu, Antônio Pereira, Caeté, já se torna um sentimento de toda a província. Em 1857 um sentimento, se não de estagnação, mas de um lento desenvolvimento era narrado no periódico “Correio Oficial de Minas”. Ao propor em artigo a criação de uma associação industrial, o autor anônimo afirma que Minas Gerais se encontrava “ . . . num estado aquém daquele que talvez poderíamos ter chegado . . . A mais tem-se conservado quase estacionário ou em progresso lento” (Correio Oficial de Minas, 12.10.1857). Seguiu o autor responsabilizando a posição marítima da província pela condição que se encontrava e concluía:

Faltam-nos população, colonização, vias regulares de comunicação, navegação e fábricas manufatureiras, tendo senão uma agricultura atrasada que define a falta de braços e um comércio que não fomenta a falta de estrada (Correio Oficial de Minas, 12.10.1857).

O primeiro estudo sistematizado publicado na imprensa de Minas Gerais sobre as causas da decadência da região mineira foi escrito em 1859 por Joaquim Caetano da Silva Guimarães, já comentando no capítulo I, no subcapítulo “As modernidades como solução para a decadência mineira”, que aborda a ruína sob a perspectiva agrícola. Apesar de entender que Minas Gerais iniciou sua economia através da exploração aurífera, Guimarães apontava para a decadência em função de uma exploração agrícola e pecuária predatória. Escrevendo de Formiga, região do centro-oeste mineiro, ao buscar uma explicação para a condição em que se encontrava a província transmite, um sentimento de declínio que se estendia a Minas Gerais como um todo, já não mais percebido apenas em localidades específicas.

Outra região mineira que fez um lamento constante a sua situação vai ser o sul mineiro, através do jornal “O Sul de Minas”. Não considerando as críticas contra Ouro Preto feitas pelo jornal, já comentadas em outro subcapítulo, a descrição feita pelo periódico da cidade de Campanha com relação a Minas Gerais, várias vezes denominada de “Rússia brasileira”, era de desolação. É a

“ . . .velha Minas, que no estado de decrepitude em que se acha, não pode cuidar da sorte de sua família” (O Sul de Minas, 23.09.1859).

Temas cotidianos remetiam a uma ideia de declínio. Em artigo criticando jogos de azar, há alusão ao tema: “Nossa terra tudo tem regressado, mas o jogo progride. . .” (O Sul de Minas, 09.10.1859). A demissão do delegado em Jaguari também era suficiente para a questão ser exposta: “. . .a velha capital dessa monstruosidade sem grandeza que se chama Minas Gerais, parece ter condenado ao esquecimento, ainda mais a uma morte irremediável um dos mais belos torrões do nosso país” (O Sul de Minas, 06.01.1860). Fica expresso em boa parte do jornal “O Sul de Minas” a posição da região quanto a sua condição: “O sul da província é arrastado fatalmente para a ruína, ninguém poderá contestar essa decadência que todos preveem ir parar de encontro a um abismo” (O Sul de Minas, 08.04.1860).

Para a região sul mineira, o discurso nesse momento estava direcionado para além de mera narrativa. Tornava-se ação mobilizadora objetivando a criação da nova província de Minas de Entre Rios. Houve constante discussão ao longo do império sobre a possível criação de uma nova província ou sua anexação na província paulista<sup>145</sup> reforçado pelas dificuldades relatadas constantemente pelo jornal em relação ao escoamento da produção e os abusos da administração provincial.

Além do sul de Minas Gerais, gradualmente, relatórios da situação vivida em determinadas regiões vão se tornando mais amplos, assumindo uma perspectiva provincial. Continuavam os lamentos locais, como a correspondência vinda de Mar de Espanha que assim descreve a cidade: “Este lugar parece que pisou Pilatos, pois que as duas únicas corporações que há são as ilustríssimas Câmara Municipal e a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, porém todas as duas em estado digno de compaixão” (Diário de Minas, 15.08.1866). Ou em 1883, em Pitangui que reclamava da decadência da região:

Desde muitos anos, porém, a indústria extrativa deixou de ser a ocupação, não que acabasse o ouro que ainda a olho nu se apanha mesmo nas ruas da cidade após chuvas torrenciais. . .O prejuízo com

---

<sup>145</sup> CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do Monitor sul mineiro. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, nº 2, dezembro de 2008. [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria).

que esfriou o comércio com o sertão, que tinha a vantagem de ocupar os nossos campos. . .pode-se dizer que a cidade deixou de ser comercial. . . (A Realização, 26.08.1883).

No entanto, no final dos anos 50 em diante, a decadência passou a ser percebida não como fato isolado regionalmente, pertencendo apenas a localidades específicas, mas como um aspecto mineiro, na província como um todo.

Esse diagnóstico das situações vividas pela província de Minas Gerais era melhor percebido se comparado ao passado, denunciando o fim do vigor e influências econômicas e políticas que tinham os mineiros até o período regencial. Permaneceu essa imagem com um sentimento saudosista, construção de quem já foi a região mais importante do Brasil, mas perdida a posição a partir do Segundo Reinado.

### **3.1. Decadência e o retorno ao passado**

Dos anos 60 em diante estará presente um discurso no qual ocorre o lamento de um presente decadente em contraposição a um passado glorioso. As narrativas dos viajantes europeus pela província mineira no início do século XIX corroboravam com esse sentimento. Saint-Hilaire, por exemplo, era uma figura bastante usada para reforçar essa situação, dando o aval do pesquisador estrangeiro que sinalizava no início do século para uma província que tinha um futuro promissor. Uma frase supostamente dita por Saint-Hilaire foi reproduzida por duas vezes pela imprensa mineira: ‘S’il existe un pays qui jamais precise se passer di reste du monde, e sera certainement la Province de Minas’<sup>146</sup>. Em artigo do “Diário de Minas” de 26 de junho de 1866 em defesa da vinda da colonização europeia pela tradição de perseverança do colono do Velho Mundo, Saint-Hilaire era lembrado por ter citado em 1816 uma desenvolvida fábrica de porcelana na província, mas que não foi adiante, segundo o autor do

---

<sup>146</sup>Citada por duas vezes pela imprensa mineira, no periódico “O Noticiador de Minas” de 25 de novembro de 1871 e “A Província de Minas” de 31 de março de 1881, a frase assumiu uma tradução que é misto do português e francês, sendo que tem a intenção de expressar que “Se existe uma região que jamais precise se passar despercebida do mundo, esta será a província de Minas”, ou que, no francês seria “S’il y a une région (um pays) qui n’a jamais besoin se passer du reste du monde quelque soit le monde, ce sera certainement la Province de Minas.”

texto, pela falta de perseverança. Um mês depois, foi novamente o francês lembrado em artigo anônimo, onde recordava Saint-Hilaire para descrever a situação vivida por Minas Gerais naquele momento: “E não será por ventura esta uma das causas da decadência e estagnação a que vai se entregando pouco a pouco esse torrão abençoado, a quem Saint Hilaire havia pressagiado um melhor porvir?” (Diário de Minas, 04.07.1866).

O tempo de antes, o passado de desenvolvimento e prosperidade tanto passou a ser projetado em um período aurífero que, segundo o imaginário, era um tempo de luxo e riqueza, bem como havia um sentimento em Minas Gerais de uma província desenvolvida economicamente e de grande importância também na vida política nacional até a década de 30 do século XIX. Era diante do sentimento de decadência vivido em Minas Gerais que a busca ao passado vai incorporar o imaginário mineiro.

É importante ressaltar que essa construção não partiu de uma explicação meramente manipuladora, mas que nascia de uma percepção da realidade. Conforme afirmar Raoul Girardet, não existe um código imaginário a partir de exclusivas abstrações, mas que nascem de uma situação vivida e, como consequência, exista uma receptividade de seus agentes:

Porque nenhum empreendimento manipulador pode esperar atingir seus objetivos ali onde não existe, nos setores da opinião que se esforça por conquistar, uma certa situação de disponibilidade, um certo estado prévio de receptividade . . . A mensagem a ser transmitida deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a certo código já inscrito nas normas do imaginário. Aqueles mesmos que quisessem jogar com o imaginário se veriam obrigados, assim, a submeter-se às suas exigências. O mito existe independentemente de seus usuários eventuais; impõe-se a eles bem mais do que eles contribuem para sua elaboração.<sup>147</sup>

Há, portanto, a lógica do discurso mitológico para interpretação das desordens do presente, expressando no tempo vivido pelos atores a imagem de nobreza de um passado mítico. O discurso apropriava-se do passado para o reencontro com a identidade coletiva perdida, funcionando como explicação dos acontecimentos bem como apresenta respostas para o futuro, ainda que dentro da coerência mítica. A decadência não era apenas entendida dentro do quadro meramente econômico, conforme artigo assinado por Virginis em 1860

---

<sup>147</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ao criticar a prática do deslocamento do braço operário para guarda nacional: “A gangrena moral é palpável, visível e medonha” (Diário de Minas, 04.07.1860) e reforçava seu argumento citando Martinho Campos no mesmo periódico: “É na verdade a formosa província de Minas, o berço da liberdade, a pátria dos nossos primeiros mártires, a estrela brilhante do sul, hoje partida e desmatada oculta o rosto por entre as nuvens.”

A decadência sentida por diversos setores vai assumir a partir dos anos 60 sua função explicativa para o proveito dos mais variados grupos sociais. Já estava presente em artigo da primeira edição do “Constitucional” dos conservadores ao responsabilizar a ruína agrícola, comercial e moral de Minas Gerais aos governantes progressistas e para tanto utilizava como argumento para reforçar a imagem de decadência todo o passado de glórias, em lutas sempre vencidas pelos locais:

Era a mais influente e enérgica de suas irmãs: reduziu o estado de decadência o fatal domínio progressista que sob ela pesa como um jugo de ferro Em 1708 resistiu com denoso [sic] as tropas do Rio, fazendo-as retroceder caminho, em 1720, com as armas e o punho intrépida constrangeu o governo revogou as as leis dos quintos, em 1842 exibiu as mais significativas provas de adesão à causa pública. Atualmente nem o entusiasmo a anima. . . Tempo virá em que rebrecando-lhe [sic] n’alma a flor dos sentimentos nobres que a ingratidão cresceu se faça Minas respeitar como em 1822 e 1831. (Constitucional, 18.08.1866)

Ligar o passado mineiro ao momento vivido pelos atores sociais dos anos 60 foi uma ferramenta constante para criticar o governo dos progressistas, tendo como referência o passado de glórias da província. Em duas edições, 26 de outubro e 02 de novembro de 1867, no intitulado “Comunicado aos Mineiros”, enfatizava-se as perdas sentidas pela província como também mais eram evidenciadas as riquezas do “tempo de antes”

Mineiros! Estais decaídos. . .Mineiros! O vosso estado mórbido já não se pode ocultar. . .A história de vossos antepassados, esses bravos, que arrostaram os cadafalsos, no século passado, as balas em 1833, e o canhão em 1842, é uma recordação gloriosa que não pode deixar de despertar a vossa coragem. . .Aí vai a história de vossas desgraças, sem exageração, sem romantismo nem poesia. A verdade não deve vestir as roupagens da mentira. Escutai (Constitucional, 26.10.1867).

Ainda que longa, é relevante a reprodução de parte da continuação do comunicado na edição seguinte na qual sacralizava o passado, construindo um aspecto mítico à vida levada pelos mineiros, fortalecendo a oposição de nobreza passada e ruína do presente:

Riquezas portuguesas do futuro império de Santa Cruz estavam ocultas sob o manto de prata das águas diáfanas de seus gigantescos rios e de suas verdejantes montanhas. . .Atravessaram os sertões da terra dos Tibiriçá e chegaram a Campos Gerais (este foi outrora o nome de Minas Gerais). Nunca, jamais, o homem se viu tão deslumbrado pela natureza. O ouro, estendido na superfície da terra, brilhava aos raios do sol. Era esplêndido e maravilhoso o aspecto de suas campinas e de seus rios que rolavam diamantes como seixos e ouro como areia. Repercutiram ao longe as suas maravilhas. . . Ereis [sic] ricos. Mandastes vir artistas e edificastes. Aí estão os monumentos de vossa grandeza passada. Mantinheis [sic] as vossas ricas minas em vasta exploração. Fazeis edifícios monumentais. . .Vossos filhos atravessando a linha com iam beber luzes nas universidades europeias.  
Mineiros! Já fostes um grande povo (Constitucional, 02.11.1867).

No entanto, o declínio narrado pelos conservadores quando faziam oposição foi mantido quando voltaram ao poder. Apesar de pertencer ao imaginário toda a suntuosidade e o luxo das riquezas auríferas, a decadência incorporava nesse período também a agricultura, que já não era suficiente para atender os anseios da elite mineira como foi até os anos 40. A crise mineradora e a crise na economia agrícola-comercial em Minas Gerais se confundiam nesse momento, carregando a atemporalidade típica das construções míticas. O imaginado passado suntuoso do século XVIII se confundia com a prosperidade das primeiras décadas do século XIX. Em 1870, “O Conservador de Minas” já não distinguia mais entre o que era riqueza da exploração aurífera daquelas vindas dos ganhos agrícolas:

A província de Minas é dotada de um solo rico e tira da agricultura e da mineração seus meios de subsistência e de desenvolvimento. A indústria extrativa e a indústria agrícola são as fontes principais de sua riqueza. A indústria extrativa está em notável decadência com exceção de alguns estabelecimentos de mineração pertencentes a companhias estrangeiras. A indústria agrícola vive sob a forma quase primitiva e em notável decadência e desânimo. . .(O Conservador de Minas, 09.03.1870).

O jornal repetia o discurso poucos dias depois



Nestas circunstâncias infelizes de nossa agricultura, sua decadência progressiva é um fato e a emigração dos lavradores para o rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo tem-se dado, procurando os desanimados outras províncias onde possam prosperar (O Conservador, de Minas, 12.03.1870).

Do único exemplar do jornal “Echo de Minas”, de 07 de março de 1873, aparentemente próximo ao governo conservador, a imagem construída sobre os mineiros buscou em documentos oficiais um meio para relatar o sentimento de decadência vivido em Minas Gerais. O material publicado é um relatório do inspetor geral interino da Instrução Pública, Antônio de Assis Martins, entregue ao presidente de Província. Depois de fazer um longo levantamento sobre a educação da província, Martins, assumindo ele próprio que fugia às propostas do documento, não se contentou em expor apenas o relatório que lhe competia e ousou fazer algumas colocações sobre a situação, pois entendia que “. . . ao terminar esta incompleta informação consinta V. Exc. que o amor do torrão natal tenha o direito de expandir-se um pouco . . . em fatos que não pode deixar de dilacerar o coração de todo mineiro, que como eu, ama a província” (Echo de Minas, 07.03.1873). A partir daí, o inspetor geral fez diversas considerações sobre a situação em que se encontrava Minas Gerais, fazendo o uso dos dois extremos, passado de grandezas e conquistas, e presente decadente, acrescido da possibilidade de melhor futuro pelo seu potencial natural.

Minas foi [ilegível] em aplaudir o brado do Ipiranga. Foi a primeira que decretou uma organização robusta para a instrução e na lei n. 13 e reg. n. 3 mostrou que estava a par do progresso dos povos mais cultos do mundo.

A lei de estradas e muitas que se encontram nos primeiros volumes de nossa legislação e que serviu de modelo para nossas irmãs atestam que ela marchava naanguarda da civilização brasileira. . . Em Minas teve lugar o primeiro ensaio de exposição da indústria. Foi nesta capital e ainda em tempos coloniais que se fundiram os primeiros tipos, e que se fabricou a primeira imprensa . . . Na fileira de homens notáveis do Brasil, cuja a memória é para nós motivo de respeito a minha província ufana-se de encontrar grande número de filhos, a quem a Europa culta tributa respeitosa homenagem. . . que a minha destituta província tem tido sempre a iniciativa do progresso, infelizmente , porém, hoje ela se empalidece e suas glórias de outrora murcham! Ela definha porque nada sobre um mar de riquezas das quais não pode fazer uso. . . Oxalá que a plêiade brilhante de talentos que daqui partiu e se assenta na câmara temporária, que a sabedoria e a prudência dos nossos anciãos que ornaram as cadeiras do senado brasileiro . . . porque tem lhe faltado permanente direção e prudente e enérgico deveres, ajudados pela experiência de V. exc. Tão

incansável nos cumprimentos de seus deveres possam arrancar a província no marasmo em que vai caindo. . . (Eco de Minas, 07.03.1873).

O “Diário de Minas” em 1874, através de editorial não alterava o discurso de ruína na província mineira. Nessa representação de decadência, a projeção era de buscar alternativas para restabelecer o crescimento. No caso específico, a superação chegaria pelas vias de comunicação

Em uma província tão vasta e populosa, onde a cada passo se encontram tesouros, que países felizes tanto invejam, parece que a primeira vista incrível que nele não se encontre meios de que possa lançar mão para fazer brotar a moeda de que tanto carecemos afim de fomentar o progresso que desejamos, mas, se atender-se que no correr de quase meio século pouco temos feito em bem desse progresso, reconhecemos que o mal tem raízes profundas e de difícil extração. . . A nossa província é um tesouro imenso do futuro, mas grandes riquezas hão de assombrar toda orbe: disto será testemunha a geração que respirar daqui a um ou dois séculos, se nós imprudentemente não retardarmos essa época. . . Nós não temos vias de comunicação perfeitas, que nos conduzam às portas do mar, e é debalde esperar que a vastíssima área de nossa terra seja cortada por essas vias durante longo fôlego de um século (Diário de Minas, 04.07.1874).

Se havia a constatação pelos conservadores sobre a condição mineira, o partido liberal, antes opositor no governo, não alterava o discurso. O abatimento e a decadência persistiam como elemento definidor das condições mineiras e a esperança do reerguimento com a posse do Luzia Francisco P. Silveira Lobo na presidência da província era exposta em publicação assinada pelos diretórios liberais de Piumhy, Conceição e Januária:

A província de Minas, exm. Sr., em outras eras tão cheia de fulgos e brilho, tão florescente tão próspera, tão pujante de seiva e de vida, acha-se, no entanto, desde alguns anos a esta parte um estado de completo e progressivo declínio. . . Para erguê-la, pois desse estado de prostração e abatimento em que ora se acha e do qual com razão se sente envergonhada e humilhada. . . mister se tornava que à frente de sua administração fosse colocado um cidadão. . . dotado de grande energia e vontade (A Atualidade, 09.07.1878).

Por sua vez, estando agora na oposição, os conservadores do jornal “Província de Minas”, ao criticar em editorial o governo liberal, só corroboravam com a percepção de uma Minas Gerais em decadência, em nada indicando que estaria vivendo uma crise passageira, pois o discurso era contínuo: “Esta

grande província já teve dias de prosperidade e de glória. Sua recordação deve estimular os tábios a guiar os resolutos. . . Cumpre que nos esforcemos todos por melhorar a situação infeliz desse povo, generoso e bom.” (Província de Minas, 10.07.1880).

### **3.2. Em busca de alternativas**

Nos anos 70, novamente a imprensa do sul da província de Minas Gerais voltou à carga para formar uma nova província, tendo como argumento o mesmo discurso de riquezas passadas e presente em ruínas. A particularidade de seu argumento era que a administração de uma província com um território tão extenso levava à ruína todas as localidades, pois não conseguia atender a nenhuma delas de forma eficiente:

Composta de 31 comarcas e 90 municípios, oprimido por seu próprio peso, acha-se em atraso em relação às outras. . .Primeira em população dotada prodigiosamente pela Divina Providência de todas as riquezas naturais, ela vê sua receita pouco crescendo (Colombo, 08.06.1873).

Ou

Os próprios adversários da divisão não tem à opor-lhe senão um argumento egoístico e contra produtor: que tanto vale o dizer-se que há conveniência em não desmembrar-se o colosso que se chama Minas e que a estatística vai mostrando compor-se de mais de uma quinta parte da população total do império. . .A província de Minas é sem dúvida uma daquelas que mais sofre com os efeitos desse sistema, devido a grandeza do seu território, tendo povoações e aliás importantes a mais de cem léguas da capital. (Colombo, 15.11.1874).

A visita de D. Pedro II em 1881 a Minas Gerais possibilitou a análise de que, apesar de opositores, o sentimento de decadência continuava sendo um discurso comum entre liberais. Ainda com os Luzias no poder, o periódico “Província de Minas” considerava a visita do imperador o primeiro passo para a retomada do desenvolvimento na província e concluía em artigo: “Então não mais se dirá com amargura que em Minas, dorme a riqueza sono profundo sob os pés da pobreza acordada” (A província de Minas, 11.09.1880). Por sua vez, na condição de governo, o periódico “A Atualidade” esperava o mesmo que os

conservadores com a visita do monarca, apontando as vias de comunicação como uma alternativa para a condição vivida por Minas Gerais:

No entanto é mesquinha a obra dos homens, os sertões jazem inexplorados, as riquezas desaproveitadas, nem um só barco singra tantos rios navegáveis e só de longe, como um eco altíssimo, ouve-se o sibilo da locomotiva! Vossa rica província de Minas precisa de estradas, senhor, precisa de empresas que saibam utilizar suas magnificências quase virgens. . .É tempo de acudir o reclamo desse povo. . . (A Atualidade, 30.03.1881)

Além das ferrovias, outra alternativa proposta para superação da situação encontrada em Minas Gerais foi a imigração. O jornal conservador “A União” em setembro de 1887, descrevia a condição agrícola na província: “O fazendeiro, tendo diante de si suas terras de culturas decadentes, cada vez mais improdutivas, carece de salvá-las” (A União, 02.09.1887). Em seguida conclamava o recém empossado presidente de província Horta Barbosa a “restaurar” a Minas Gerais, apresentando o periódico como solução a imigração para “ . . . salvar de completo abandono as grandes fazendas.” (A União, 02.09.1887).

Nos anos 80, os republicanos, diferente de liberais e conservadores, tenderam a diminuir uma identificação de Minas Gerais com a decadência, apropriando-se de um discurso mais voltado para promessas de melhorias futuras, propostas de projetos que sinalizavam prosperidade com o fim da monarquia. Quando apontada a ruína da província, indicavam dois caminhos: o primeiro era o uso de um discurso de combate à monarquia a partir das tradições heroicas da província como força mobilizadora. Como modelo dessa tendência, o artigo do jornal “A Pátria Mineira”, de São Joao Del Rei. Em editorial, encarnava nessa cidade mineira todo sentimento de uma região que se dizia grandiosa, entrou em declínio e tem no final dos anos 80 a possibilidade de reconstrução pelo projeto republicano:

A cidade que foi outrora o orgulho da colônia, que foi a mais preciosa gema da coroa del Rei, ainda é bela, e suas pontes e templos ainda recordam as riquezas das eras passadas . . . E quanto aos homens, tal era o espírito culto e independente que em diversas épocas induzem os patriotas a designarem a sua cidade para a capital da província livre.

Em 1720, o glorioso Felipe dos Santos, reunindo 4 mil homens contra o governo monárquico que oprimia o povo, projetava ao mesmo tempo formar de São João del Rei a sede de uma república

independente. Em 1789, igualmente a conjura mineira, tendo por fim constituir o Brasil em República Federativa, São Joao de Rei foi a cidade escolhida para ser a metrópole livre de Minas Gerais. Em 1833, o partido Caramuru insurgindo-se em Ouro Preto com fim de restabelecer o governo absoluto de D. Pedro I, Manoel Ignácio, presidente legalista, instalou aqui o governo que sufocou a retrógrada insurreição monárquica daqueles tempos. Na briosa revolução de 1842, José Feliciano, presidente proclamando, veio por sua vez estabelecer o governo rebelde em São João del rei e foi recebido com festas e repiques de sinos.

Tal é proeminente posto desta cidade nas páginas mais gloriosas de nossa heroica província até o ano em que Caxias. . . submeteu a altiva província ao domínio do rei poltrão . . . quatro vezes apontada como cérebro de um povo de heróis submergiu-se nessa data em diante nas trevas mais profundas. . . O anos rolaram pesados uns sobre os outros e mais de uma página de mais profunda degradação foi estampada nos anais do São João del Rei pelos políticos oriundos do 2º Império. (A Pátria Mineira, 16.05.1889)

O segundo caminho, mais comum, deslocava esse sentimento de ruína mineira para uma discussão nacional, responsabilizando a monarquia e incorporando a condição vivida por Minas Gerais dentro de uma situação compartilhada por toda a nação. O jornal “A Pátria Mineira” em 06 de março de 1889 responsabilizava o não crescimento de Minas Gerais ao governo de D. Pedro II, alegando que a política de rotatividade dos presidentes de província impedia um plano para a ampliação das ferrovias e para um programa de instalação de fábricas. O jornal também culpava a condição de atraso da província aos excessos tributários do império e concluía: “Nem um único rio navegado – nada de instrução – nada de progresso: eis aí tudo quanto devemos ao governo da corte do sr. D. Pedro!” (A Pátria Mineira, 06.03.1889).

Igualmente, o periódico “O Movimento”, de 31 de março de 1889, denunciava que “todos sabem que o estado atual não pode ser pior . . . Há um descontentamento nunca visto”. Para os republicanos, as propostas apresentadas e obras realizadas pelo governo, como a construção de ferrovias e a mão-de-obra imigrante, eram feitas sem nenhum critério, sem planejamento (O Movimento, 24.02.1889). Realizando obras as “ . . . reformas são casuais, trazem o cunho puramente mecânico . . .” (A Revolução, 26.01.1889). No entanto, diferente das alternativas encontradas anteriormente por liberais e moderados, a procura de saídas não eram ações política internas, mas atitudes que propunham a união entre as províncias através de um governo republicano.

O combate à monarquia era uma “aspiração nacional” (O Movimento, 02.02.1889), logo, o sentimento de decadência mineiro não se apresentava como regional, mas compartilhado com a pátria: “Não temos estradas, não temos indústrias, e nós, um dos países mais ricos do mundo, somos um dos mais endividados” (O Movimento, 18.02.1889). Ou seja, a ruína era uma situação vivida apenas na província e as ações não eram mais identificadas com medidas regionais: “É a bandeira generosa da grande luta da reconstrução da pátria a que desfraldamos hoje nos arraiais da imprensa mineira” (O Movimento, 23.01.1889).

Um discurso mais voltado para os interesses nacionais e menos provincial poderia ser justificado pela visão da imprensa republicana que entendia estar a política monarquista conduzindo o Brasil a uma fragmentação regional, provocando movimentos separatistas, e só a república seria capaz de preservar a sua integridade territorial:

As circunstâncias atuais nada fazem temer pela integridade nacional, porquanto a ideia separatista que aparecera em São Paulo há pouco tempo e no Pará, começando a germinar em Minas pelos desgostos causados pela atual situação, a ideia separatista está praticamente sufocada pela aspiração republicana . . . (O Movimento, 17.03.1889).

### **Algumas considerações sobre o subcapítulo “As representações da decadência em Minas Gerais no século XIX: o começo de tudo”**

Apesar de não ser um trabalho ligado à história econômica, propor uma análise sobre a construção de uma identidade mineira a partir do final dos anos de 1850 pode levar à possibilidade de repensar a questão da decadência mineira no século XIX. Se há demonstrações suficientes para constatar que houve um crescimento em Minas Gerais nas primeiras décadas, não se pode ter essa mesma garantia a partir da segunda metade do Dezenove. Fazendo uma análise dos jornais do século XIX, há uma continuidade nos discursos apresentando a região mineira em ruínas, uma constância nas publicações que enfatizam um sentimento de decadência.

Ainda que se pudesse contra argumentar que é uma construção no campo das representações, não se tem na imprensa mineira uma imagem com tanta

permanência, vinda de diferentes regiões e diversos atores, como o discurso em torno da decadência na região.

Pelas fontes analisadas, o que se pode constatar é que os jornais entre os anos 20 e 30 apresentavam uma província mineira em pleno desenvolvimento econômico. Porém, a partir de meados de 1840 surge um discurso que sinalizava um sentimento de decadência em Minas Gerais. Inicialmente identificado apenas em determinadas localidades, a tendência ao longo dos anos foi de estender esse sentimento de ruína a toda a província. Na opinião da imprensa, o declínio tinha como contraponto um passado de prosperidade no qual o presente vivido era comparado a momentos de grandeza de tempos idos. Tanto a imprensa conservadora como a liberal, cada uma a seu modo e interesse, reproduziam esse sentimento e propunham alternativas dentro dos limites da política monárquica. Nos anos 80, os jornais republicanos procuraram diminuir essa identificação de decadência com Minas Gerais, compartilhando essa situação com toda a nação brasileira. Para os defensores da república, o atraso vivido no Brasil era decorrência da política imperial e que a solução passaria necessariamente pela queda da monarquia.

## Subcapítulo 2

### Moderação ou insurreição: um dilema mineiro

#### 1. Moderação e Insurreição na historiografia nacional

Marco Morel<sup>148</sup> considera que a moderação no século XIX era entendida como uma busca no equilíbrio entre autoridade monárquica e o parlamento, sendo que seus defensores se viam como os verdadeiros representantes dos princípios liberais. Tendência surgida como agrupamento político nos anos 20, moderação era sinônimo de razão, bom senso, de quem está inserido no processo civilizatório. No discurso estava presente o equilíbrio como alternativa aos extremos, entre o pouco e o muito, a falta e os excessos. Havia a busca de um equilíbrio entre o antigo e o novo, com o uso recorrente de expressões como inteligência e cordialidade contrapondo a despotismo e arbitrariedade. Para Morel, a defesa dos moderados nas primeiras décadas de império era a sobreposição da razão em relação à soberania popular, é pensar a razoabilidade de uma liberdade com limites, era tomar partido em defesa de uma nova ordem, mas sem rupturas revolucionárias. Teria, portanto, como princípio a conservação da ordem social aliada a algumas ideias políticas modernas, buscando a defesa “. . .pela repartição dos poderes, pelos direitos individuais, liberdades públicas e comerciais”<sup>149</sup>.

Segundo Wlamir Silva, a elite mineira entre os anos 20 e 30 do século XIX esteve muito próxima desse discurso moderado. Analisando a província após a independência, Wlamir Silva afirma que para entender Minas Gerais no início do dezenove é fundamental ter em conta a diversidade econômica, o dinamismo de seu mercado interno, e uma riqueza distribuída por diversos grupos sociais. Segundo Silva, havia

. . . um mosaico complexo de propriedades, posses, relações de trabalho e ofícios [que] não pode ser desconsiderado ao tratarmos das relações pessoais, familiares e políticas desta sociedade,

---

<sup>148</sup>MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

<sup>149</sup>Op. cit. p. 126.



também o padrão dual casa-grande e senzala deve ser pensado com reservas na sociedade mineira do período.<sup>150</sup>

Essa particularidade teve interferência direta tanto no processo de independência quanto na formação do Estado Imperial, sendo um importante centro de apoio ao processo de emancipação. Em busca da unidade, tendo como referência uma proposta liberal, a elite política de Minas, primeiro ao longo do projeto de independência, depois no Primeiro Reinado e na Regência, procurou atingir o consenso através do que vai ser chamado de “comércio dos pensamentos”, havendo por parte dos liberais-moderados uma tentativa de estabelecer princípios hegemônicos, buscando uma nova cultura política ao difundir no imaginário mineiro expressões e vocabulários liberais que estimulavam o respeito à ordem e a Constituição contrapondo à anarquia, os extremados e o republicanismo.

Polissêmica, a noção de moderação e seus derivados, como razão e liberdade, se adaptaram no tempo e espaço, sofrendo variações ao longo do século XIX no Brasil, tanto servindo de vestimenta para os moderados da regência como para os republicanos dos anos oitenta.

Mas, ao tentar implantar uma cultura política liberal por parte do império no início do século XIX vai encontrar na província mineira uma tradição política diversa, que em alguns momentos contrariava a busca de saídas para os impasses nas relações de poder fora das raias institucionais. Bem longe da moderação e da ordem, no discurso político mineiro a violência e, por muitas vezes, a insurreição foram os meios utilizados para a busca do poder. A historiografia sobre a violência em Minas Gerais no século XVIII como incorporado a uma tradição política já tem uma quantidade significativa de produções que podem contribuir para uma leitura do século XIX. Tendo a cobrança de impostos como ponto central de conflitos na região mineira no século XVIII, Luciano Figueiredo<sup>151</sup> indica movimentos insurgentes ao longo do século, entendendo que as tensões entre os súditos e a metrópole pertenceram

---

<sup>150</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Aderardo & Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009, p. 65.

<sup>151</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Tradições radicais: aspectos da cultura política mineira setecentista*. In RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luís Carlos. *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo, 2007.

a representações que acabaram compondo uma Cultura Política mineira ao longo do Dezoito.

Carla Anastasia<sup>152</sup> aponta as revoltas no século XVIII em Minas Gerais como parte do cotidiano, em um universo de violência permanente, normalmente com objetivos políticos pouco explícitos. Anastasia percebe nesses movimentos, que chama de motins, um fundamento que considera como uma “economia moral”, que tendia para restauração, como no caso de questionamentos sobre cobranças fiscais, ainda que essa situação cobrisse, na verdade, lutas por poder. Para a historiadora, essa situação de conflitos foi favorecida pela autonomização burocrática ocorrida em Minas Gerais, não conseguindo o Estado prevalecer sobre a sociedade por ter internamente forças desagregadoras, como conflitos entre governadores e funcionários da Coroa. Essa particularidade mineira favoreceu o surgimento de uma rede de solidariedade que envolveu todos os segmentos sociais. Adriana Romeiro<sup>153</sup> destaca, a partir da Guerra dos Emboabas, as formações políticas com tradições insurgentes ao longo de todo o século XVIII em Minas Gerais. Segundo Marco Antônio Silveira<sup>154</sup>, para o homem mineiro do século XVIII, o ato de matar em nome da honra era um gesto de grandeza, uma forma de ter virtude, uma atitude recorrente que expressava uma condição de distinção.

Ainda que violência social e violência política possam ser distintas, no caso mineiro era uma tradição que estava presente também nas disputas de poder. Nesse caso, a violência política aqui tratada é entendida como qualquer “. . .arbitrariedade praticada contra opositores políticos ou violência praticada em conflitos politizados”<sup>155</sup>.

Assim, o conjunto desses trabalhos sugere que é preciso tratar a região mineira a partir de representações e ações no campo político dentro dessa lógica: quando tratados individualmente, tendia-se a resolver conflitos pela

---

<sup>152</sup>ANASTASIA, Carla. M. J. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. ANASTASIA, Carla M. J. *A geografia do crime: violência nas Minas Setentistas*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2005.

<sup>153</sup>ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na Corte de d. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

<sup>154</sup>SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

<sup>155</sup>CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Comentários a partir do artigo 'A violência política na América Latina*. [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs21\\_04htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs21_04htm). Acesso em 08 de julho de 2013.

violência e, quando envolviam interesses coletivos, através de insurgências. Toda essa tradição política da insurgência construída no século XVIII naturalmente não seria interrompida facilmente, ainda que o projeto do Estado imperial conduzisse uma proposta oposta.

Quem dá especial atenção a uma cultura da violência para Minas Gerais no século XIX é Ivan de Andrade Vellasco, que busca analisar os conflitos sociais a partir da documentação judicial da Comarca do Rio das Mortes durante o dezenove. Tomando como referência a sociedade de São Joao Del Rei e seu entorno, onde houve um crescimento econômico e populacional nas primeiras décadas do Dezenove, Vellasco considera que a violência era um valor que penetrava nas relações sociais como uma característica, um costume que norteava a convivência dos grupos, um comportamento fundado na honra, tendo “. . . a agressividade como moeda corrente das relações sociais e a valentia como premissa de honra”<sup>156</sup>. As diversas formas de violência, quer seja em defesa da honra, quer seja em conflitos que surgiam em várias situações sociais, tinha como base um código de conduta, uma referência de atitude que determinava a sociabilidade da sociedade mineira do século XIX. Fazendo referência aos escritos de Richard Burton, transcreve anotações do viajante onde este comenta que na região mineira os homens andam todos armados e os homicídios tinham motivações por conflitos de propriedade, razões políticas ou crimes passionais. Vellasco ressalta que esse atributo não era um comportamento apenas de grupos despossuídos, estando presente em todos os segmentos sociais, sendo parte integrante do todo social e uma ação legítima que definia as relações de poder:

Homens e mulheres – é sempre mais os primeiros – em todos os estratos sociais, tornavam-se violentos, ou melhor, recorriam à violência física, como forma corriqueira de solução dos problemas, de enfrentamento de conflitos, como defesa do que julgassem seus direitos e, enfim, na afirmação de sua posição e na defesa de seus valores, tais como honra, valentia e coragem, estes outros nomes da dignidade . . . Honra era, afinal, a possibilidade de ser respeitado pelos demais e a violência, um teste de força, de coragem e valentia.

..

---

<sup>156</sup>VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais Século XIX. *Revista Tempo Novo*. Vol. 9, n. 18, Niterói, jan./jun., 2005. p. 4.

Velasco identifica nesse estudo que o crime contra a propriedade era mais degradante do que o crime contra a vida, do mesmo modo que aponta para uma ideia de violência como atitude comum nas várias formas de interações sociais independente dos setores e de classes, ocorrendo na maioria das vezes “. . . no interior dos grupos e em seu mundo de convivência”<sup>157</sup>, não sendo, portanto, característico apenas de “pobres livres e escravos . . . dizia respeito a todos os homens, independente da cor, condição e posição social”.

## **2. Uma discussão teórica**

### **2.1. Repensando o conceito de Mineiridade**

São constantes nos jornais mineiros ao longo de todo império a busca de características para o povo mineiro, por um “espírito” inerente a quem é natural da província de Minas Gerais. Dois identificadores são permanentes nessa busca de estabelecer por parte da imprensa um “caráter” desse mineiro: a moderação e a insurreição. Há uma constância entre esses dois elementos que vão se fazer presentes, ora com maior evidência em um, ora em outro; ora exaltando um em combate ao outro; ora ainda procurando a coexistência entre eles. É tomando como referência esse aspecto que se propõe nesse subcapítulo uma análise de construção dessa identidade por parte da imprensa local, tendo como ponto de partida o binômio moderação e insurgência, entendendo que ao longo do império a elite regional conviveu com esse dilema enfrentado pela política provincial. Há de se considerar que a proposta de estudar essa identidade não exclui a existência de outras, mas sim de pensar em um perfil mineiro que se tornou um comportamento que atravessou gerações, sendo ainda hoje identificador político com contornos que se conhece como Mineiridade.

Também nesse trabalho procura-se ampliar o sentido dado ao conceito de Mineiridade comumente construído. Conforme já afirmado anteriormente, Otávio Soares Dulci<sup>158</sup> indica como primeiro estudo sistemático de uma identidade mineira realizada através do olhar “estrangeiro” de Alceu de

---

<sup>157</sup>Op. cit. p. 15.

<sup>158</sup> DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais hoje*. São Paulo: Cortez, 1984.

Amoroso Lima. Entre os traços por ele definidores da Mineiridade estariam a sobriedade, o arranjo, a continuidade, a transição sem ruptura, o bom senso, a aversão ao extremismo, a negação ao fanatismo. Projeta a ideia de continuidade, de transição entre passado e presente dentro de uma permanência e estabilidade. Maria A. do Nascimento Arruda<sup>159</sup> aponta na Mineiridade os princípios da cultura de conciliação nacional. Dentro das mesmas características, equilíbrio e bom senso, a moderação típica de Minas foi gerada em momentos de conciliação, sempre renovado pelo processo histórico. Amílcar Vianna Martins Filho<sup>160</sup> associa a mineiridade no sentido político a soluções negociadas e conciliação, à tendência a chegar a acomodações.

Mas, segundo Dulci, na representação da Mineiridade igualmente é construído uma imagem a partir da fusão de ideal de liberdade e a necessidade da ordem. Começando pelos Emboabas e a luta contra a tirania paulista, passando pela Sedição de Vila Rica contra os impostos portugueses e chegando à Conjura Mineira em oposição à estrutura colonial, Minas Gerais nasceu da luta pela liberdade. Para Arruda, apesar do caráter atemporal do mito, sua construção é histórica, tendo sua origem no ambiente ilustrado dos inconfindentes, promotores da identificação do mineiro, reforçada, por sua vez, nos rituais. Há a ideia de que os mineiros, além de serem incontrolláveis “ . . . reagem a toda forma de despotismo, em nome da liberdade”<sup>161</sup>. Símbolo da Mineiridade na política recente, Tancredo Neves afirmava em seus discursos que havia entre os mineiros o compromisso primeiro com a liberdade<sup>162</sup>. Amoroso Lima destaca que o mistério faz parte da vida do mineiro<sup>163</sup>. Amílcar Vianna Martins Filho vincula a Mineiridade na esfera política à sagacidade e esperteza, articular e negociar. Essas várias representações, se não estão necessariamente em oposição a uma ideia conciliatória, também não

---

<sup>159</sup> ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>160</sup> MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

<sup>161</sup> Arruda, op. cit. p. 89.

<sup>162</sup> ARAUJO, Angela de Aguiar. O entrecruzamento da mineiridade e da identidade brasileira nas memórias do movimento das diretas já: unidade ou dispersão nos enunciados jornalísticos<[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_142.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_142.pdf)> Acesso em 18 de abril de 2013.

<sup>163</sup> LIMA, Alceu Amoroso. *A voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

apresentam muitos pontos em comum com relação a moderação e equilíbrio. Aplicada na política, aproxima em certas circunstâncias, em acordos e arranjos na política fora do campo institucional, e, chegando ao extremo, assume um perfil conspiratório.

Ora, a ideia de equilíbrio, de bom senso, de negação aos extremos, enfim, da moderação vista de forma isolada não é uma particularidade mineira, mas uma representação do liberalismo europeu migrado para o Brasil. O que particulariza a Mineiridade é a imbricação do discurso conciliatório com o “espírito” de insurgência. Antagônicos, os dois opostos se agregam culminando em uma identidade cheia de contradições e tensões. É, conforme afirma Heloisa Starling<sup>164</sup>, um apelo que assume um caráter conservador, em função do seu caráter restaurador, pois utiliza do símbolo libertário, mas conjugado à ordem. De modos que é esse o sentido dado à Mineiridade ao longo dessa análise: um movimento de confronto/acomodação entre a moderação e insurgência, a ordem e conspiração, o bom senso e a paixão.

Assim, o que se entende por Mineiridade nesse trabalho, é a presença de um “espírito” de insurgência aliada a uma política conciliatória e que apresenta sua edificação ao longo de todo século XIX. Uma política aos moldes mineiros aqui é pensada como um construto, produção histórica erguida através de representações que aglutinam línguas, símbolos, mitos, ritos, que quase sempre foge a manobras, um controle racionalmente projetado por uma oligarquia para manter o domínio de classes subalternas. É uma análise que procura perceber uma cultura se ajustando de acordo com os contextos e os interesses de seus diversos agentes que se alternam regionalmente no poder, com a finalidade de legitimar ou contestar, de acordo com a posição de situação ou oposição que se encontra, não sendo incomuns atitudes contraditórias e antagônicas por parte desses atores sociais.

Nessa difícil arte de aglutinar insurreição e moderação, as representações funcionam como um pêndulo, ora privilegiando o recurso às armas como caminho único para fazer valer o princípio da ordem e da legalidade, ora exaltando a índole pacífica do povo mineiro que despreza as paixões e a anarquia, resultando em momentos diferentes a busca de coexistência e

---

<sup>164</sup> STARLING, Heloisa M. M. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

associações entre dois extremos. Longe de propor uma identidade única, é uma direção tomada pela política em Minas Gerais que não exclui a existência de outras formas de relações no jogo do poder, mas uma análise plural partindo do princípio que existem outras construções identitárias que vão habitar esse universo de interesses e que nem sempre são possíveis de inserir nessa composição de forças, caso de movimentos escravos, por exemplo. Sendo assim, há uma inserção de outras representações que não exclusivamente ideológicas realizada por uma oligarquia que tentou evitar pela manipulação a população de movimentos contestatórios, distinguindo desse modo de posições assumidas por pesquisadores como Otávio Dulci e Heloísa Starling<sup>165</sup>.

## 2.2. Discutindo o conceito de identidade

Conforme já analisado no capítulo anterior, houve por parte do império após a ruptura com o governo português a tentativa de implantar um projeto fundado em princípios ligados a valores liberais ajustados à realidade brasileira. O discurso baseava-se na defesa da ordem, na busca de uma unidade nacional, na referência constitucional como forma de legitimar o que consideravam ser uma monarquia representativa. Como esse projeto liberal do império vai inserir dentro das especificidades da província mineira no campo das representações é que vai ser discutido nesse subcapítulo.

Ao propor um estudo que privilegia valores e tradições comuns em detrimento de uma consciência ideológica (o que não desconhece a existência desta), é possível se pensar em uma identidade construída. Ainda que no caso de Minas Gerais se reconheça um discurso de propostas liberais enfatizando a ordem e discutindo temas presentes na ilustração, a coexistência desses valores no interior da província vai provocar dilemas e confrontos com uma cultura tendente à violência construída desde o século XVIII, fazendo-se necessário adequar o discurso de princípios burgueses a representações e valores locais.

---

<sup>165</sup> DULCI, Otávio Soares. *As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia*. São Paulo: Cortez, 1984. STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

Buscando na discussão proposta por Rodrigo Patto Sá Motta<sup>166</sup> sobre cultura política, é possível identificar aproximações dessa categoria com a política mineira construída ao longo do Império? A princípio, poderia responder afirmativamente, pois existe nessa forma de fazer política em Minas Gerais uma construção a partir de um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas”<sup>167</sup> partilhadas por um segmento da província que tanto exprime uma identidade coletiva como faz leitura de um passado comum e tem nesses elementos bases para composição de projetos futuros<sup>168</sup>. Há, conforme Motta caracteriza Cultura Política, uma mobilização de várias formas de representações como mitos, símbolos e vocabulários que abrem possibilidades para considerar a existência de uma cultura política mineira. No entanto, ressalta Motta<sup>169</sup> que é importante para analisar as diversas Culturas Políticas a dimensão comparativa, contrastando com outras diversas formas, como maneira de perceber pela comparação as particularidades, a existência do(s) outro(s). Por ser ainda no Brasil um estudo pouco explorado em outros estados e regiões, não é possível fazer estudos comparados como forma de corroborar com uma cultura política mineira, daí a utilização do conceito de identidade para referência dessa construção representativa produzida em Minas Gerais durante o Império. Identidade no sentido de pertencimento, de local de origem e vínculo com grupos, manifestação de se fazer visível internamente<sup>170</sup> e a partir do olhar do outro, explicitando sua pretensão à institucionalização nos moldes bourdianos.

Para buscar possíveis particulares em Minas o conceito de “identidade cultural” pode oferecer importantes contribuições. Charles Taylor<sup>171</sup> coloca como elemento fundamental na Identidade cultural a questão do reconhecimento. O que Taylor defende é que a identidade só se constrói a

---

<sup>166</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.

<sup>167</sup> Op. cit. p. 21.

<sup>168</sup> Op. Cit.

<sup>169</sup> Op. cit. p. 22.

<sup>170</sup> Conforme ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10, 1992. P. 200-212. VEJO, Tomas Perez. La pintura de historia y lainvención de lasnaciones. *Locus*, Juiz deFora, vol. 5, n. 1, pp. 139-159, 1999.

<sup>171</sup> TAYLOR, Charles et ali (org.). *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.



partir de uma relação dialógica, pela necessidade de se fazer reconhecer, tanto interna como externamente. A diferença da identidade cultural para a identidade nacional pode ser percebida através das bases que formam esta, segundo Eric Hobsbawm<sup>172</sup>. O historiador inglês entende que para formação de uma identidade nacional no período moderno capitalista é preciso a existência de um estado, com poderio militar, tendo uma língua e cultura comuns (história, heróis, símbolos).

Fundada em representações, Stuart Hall<sup>173</sup> entende que identidade cultural está ligada ao sentimento de pertencimento, de local de origem e vínculo com grupos, relacionado com culturais étnicas, linguísticas, religiosas, regionais, nacionais, dentre outras. Hall afirma que a identidade cultural apresenta uma cultura compartilhada em indivíduos que constroem uma mesma referência identitária. É, portanto, uma condição de existência da identidade cultural seu papel unificador. Mas, ainda segundo o teórico jamaicano, contraditoriamente a construção cultural se edifica a partir das diferenças em relação ao outro, não simplesmente como oposição, mas principalmente como posição estabelecida. Essas duas faces permitem ao grupo estabelecer referências para um autoconhecimento, como o que chama de “posicionamento”.

Essa construção histórica da identidade mineira ocorreu em um recorte temporal considerado por Stuart Hall como sendo um momento de uma tentativa ocidental de estabelecer seu universalismo global. Existe nessa universalização uma oposição completa ao que é particular e o diferente. No entanto, não é um conflito definido com oposições fixas, preponderando a modernização ocidentalizante ou uma tentativa de preservar as formas tradicionais locais. Não sendo um simulacro da modernização, é uma identidade surgida em um processo com desdobramentos diversos, em articulação com as mais variadas forças, e respondendo às mais diversas inscrições políticas. Por ser um processo, está sempre inconcluso e aberto a incorporação de novos elementos, oscilando de acordo com a dinâmica da sociedade. Por fim, para Hall sua formação está relacionada com momentos de adversidades, se evidencia em um momento de incertezas, situações de crise.

---

<sup>172</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

<sup>173</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Essa representação identitária, segundo Vejo<sup>174</sup>, é uma produção da coletividade construída por valores simbólicos e culturais, que por sua vez são construídos pela representação da ordem social e suas relações. Pollak<sup>175</sup> afirma que, em uma identidade, deve haver três elementos fundamentais: existência de uma fronteira de pertencimento ao grupo, uma continuidade temporal de sentimentos e um sentimento de vários elementos que se unificam. É um fenômeno que faz referência ao outro, onde se faz uma imagem de si e dos outros. Portanto, são imagens que apresentam conflitos entre grupos políticos que divergem envolvendo disputas de vários interesses.

Bourdieu<sup>176</sup> procura analisar a “identidade regional” através da luta por se fazer demonstrar, se fazer ver e se fazer conhecer, sendo o discurso regionalista uma demarcação de fronteiras de quem antes era ignorado. Ou uma região que perdeu a importância e passou a ser menos visível no cenário nacional, fazendo um grupo ser percebido e ser distinto, impondo uma nova visão ao mundo social, dando a essa região um novo limite. É na manifestação considerada por Bourdieu como um ato mágico, mas ao mesmo tempo eficiente, onde um grupo oficializa seu reconhecimento antes negado, torna-se visível para si e para os outros, explicitando sua pretensão à institucionalização. Esse ato de magia ao fazer visível a coisa nomeada consegue ser realizado se quem o faz acredita realmente em seu discurso como uma nova “di-visão” do mundo social, sendo diretamente relacionado com a autoridade de quem a professa. Mas não basta a quem professa o discurso o seu reconhecimento, mas também na comunhão de interesses do grupo que compartilha a identidade, pois é apenas nas proximidades econômicas ou culturais dos membros que vai surgir esse compartilhamento, no reconhecimento de ser notado como distinto. Esse grupo tanto compartilha uma visão em comum como também uma divisão em comum, construindo concomitantemente identidade e unidade, impondo percepções.

---

<sup>174</sup>VEJO, Tomas Perez. La pintura de historia y lainvención de lasnaciones. *Locus*, Juiz deFora, vol. 5, n. 1, pp. 139-159, 1999.

<sup>175</sup>POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10, 1992. P. 200-212.

<sup>176</sup>BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade.<sup>177</sup>

Na busca de uma identidade regional, é importante entender que os critérios diferenciados são objeto de representações mentais (conhecimento, princípios, valores) e materiais (bandeiras, símbolos, imagens) ou atos que tem como estratégias representar para os outros o que pensar dos portadores dessa identidade. Qualquer que seja a propriedade simbólica, ela está a serviço dos interesses do seu portador. O que o sociólogo francês entende é que a luta pela identidade regional está relacionada com choques pela monopolização por uma visão de mundo, que, quando realizadas, conseguem impor a unidade e o consenso do grupo. É, portanto, uma classificação que não é natural, mas arbitrária e autoritária, pois é resultado de relações de forças ocorridas no campo dos conflitos em busca de uma legitimidade. O discurso regionalista é performativo, ou seja, é estratégico, vivenciado a partir da própria construção cultural dos agentes em seus espaços com o objetivo de conquistar capital simbólico.

As lutas a respeito da identidade regional [é] . . . um caso particular das lutas das classificações, lutas pelos monopólios de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que está em jogo é o poder de impor uma visão de mundo. . .<sup>178</sup>

Corroborar com essa proposta de se pensar o nascimento da identidade mineira o sentido dado por Stuart Hall em relação à identidade, qual seja sua ligação com o poder. Segundo Hall, as identidades são construídas em relações de poder: “Toda identidade é fundada sobre uma exclusão”<sup>179</sup>. Do mesmo modo, divide esse pensamento Raoul Girardet, ao considerar que identidades e mitos surgem diante de uma ordem “estranha, suspeita ou hostil” e complementa:

O “nós” torna-se “eles”: isso significa que, ao invés de se reconhecer através das normas existentes na sociedade global, o grupo em questão se redescobre e se define como diferente, ao mesmo tempo

---

<sup>177</sup> Op. cit. p. 111.

<sup>178</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, p. 113.

<sup>179</sup> Op. cit. p. 85.

em que, dolorosa ou violentamente, toma consciência de sua nova singularidade<sup>180</sup>.

Essa perspectiva é reforçada por Mela<sup>181</sup>, ao considerar que a identidade se apresenta como uma representação de si mesmo em confronto com os outros. É o que afirma também Ana Carolina D. Escosteguy<sup>182</sup> ao entender que não é possível tratar de identidade cultural sem analisar relações e estratégias de poder, sendo um espaço de negociação, conflito e resistência. Comungam também dessa leitura Jovita M. G. Noronha e Eurídice Figueiredo<sup>183</sup> ao considerar que identidade cultural só pode ser entendida a partir de grupos que reivindicam uma cultura comum. Qualquer que seja a identidade cultural, sua origem remete à oposição de outras identidades com base não na razão, mas no discurso fundado no imaginário. Daí decorre a importância de analisar a construção da identidade, já que ela é elaborada de forma dialógica. Roberto Cardoso de Oliveira<sup>184</sup>, a partir de relações entre grupos analisada em Barth, procurou elaborar a noção de “identidade contrastiva”, que se caracteriza pela afirmação do grupo em relação a outros. Segundo Oliveira, a identificação não ocorre isoladamente, mas é feita com um grupo que se defronta, surgindo assim através de uma oposição.

Tendo como referência os conceitos de pensadores como Bourdier, Stuart Hall e Girardet, tomou-se como princípio nessa tese que a identidade é uma construção, um processo de identificação transitório e contraditório onde envolve poder e, portanto, uma categoria política, uma defesa de um grupo diante da ameaça de outro(s), ao que é estranho, podendo transformar o outro em inimigo, assim como podendo identificar os seus pares.

---

<sup>180</sup> Op. cit. p. 181.

<sup>181</sup> MELA A. apud FOETSCH, Alcimara Aparecida. Refletindo sobre as identidades sociais, a ‘raça’ e a etnicidade. *Revista Espaço Acadêmico*. N. 69, fev./2007. <http://www.espacoacademico.com.br/069/69foetsch.htm>. Acesso em 05.06.2013.

<sup>182</sup> ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

<sup>183</sup> NORONHA, Jovita Maria Gerheim. FIGUEIREDO, Eurídice. Identidade Nacional e Identidade Cultural. *Psicanálise & Barroco em revista*. Ano 5 número 9. <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br>. Acesso em 10 de junho de 2012.

<sup>184</sup> OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

### 3.3. Os mitos políticos

Mas se o aporte teórico de Identidade cultural é fundamental, não é suficiente para explicar o dilema entre moderação e insurgência em Minas Gerais no século XIX. Nesse sentido, o conceito de Mito Político, especialmente na perspectiva de Raoul Girardet vai trazer grande contribuição. Na busca imperial de um projeto comum entre o nacional e a província mineira, há o reforço dessa ideia do consenso como uma representação de *unidade*, considerado como um mito contemporâneo por Girardet<sup>185</sup>. Surgindo em um momento de vazio político com a ruptura de Portugal, na condição de ex-colônia e agora Brasil, seria preciso construir bases para uma unidade capaz de garantir a permanência desse novo Estado que se formou na década de 20. Há a imposição de hábitos que inculcam valores morais, uma necessidade de levar o cidadão à adesão aos princípios políticos, seguidores de uma “religião civil” em que se equilibra poder espiritual e material, um “poder espiritual moderno”. A busca desse equilíbrio político surge no que Girardet considera como uma “teologia moral do político”, tendo como base a harmonia, equilíbrio e fusão: “Uma, indivisível, homogênea, para sempre protegida das perturbações e das discórdias – bloco sem fissura . . .”<sup>186</sup>.

Em torno do mito da unidade que se constroem mecanismos para alcançar essa homogeneidade, representada em Minas Gerais pela moderação. Para Girardet, a narrativa tem como o eixo central a unidade, dotada do elemento místico, está carregada de valores em um sistema comum que se equilibra entre a razão e a fé. Mas é na resistência dessa a unidade em Minas Gerais que se apresentam dois extremos opostos, de um lado a coesão, a junção de forças e do outro a ruptura, a dispersão. Um lado seria o Estado com seu papel integrador, do outro os particularismos locais, os interesses de grupos regionais que não se apropriaram dessa unidade.

Para examinar a representação da insurreição como contraponto à unidade/moderação na província mineira, novamente é Girardet quem pode auxiliar com sua análise de outro mito político do mundo moderno, a *Conspiração*. Conforme afirma o francês, qualquer mito surge dentro de um

---

<sup>185</sup>GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>186</sup>Op. cit. p. 156.

contexto histórico específico, mas especialmente no mito da “Conspiração” sua carga histórica é verificável facilmente, com fatos precisos. Porém, apesar de inseridos em um contexto histórico muito específico, a visão dos seus agentes carrega uma narrativa mitológica atemporal. Contraditoriamente, apesar do desprezo do mito a uma temporalidade, para que ele exista tem de estar necessariamente inserido dentro de um processo histórico:

. . . não se trata, em relação à realidade, de um simples fenômeno de amplificação, de distorção sob o efeito de um aumento polêmico. Trata-se de uma verdadeira mutação qualitativa: o contexto cronológico é abolido; a relatividade das situações e dos acontecimentos, esquecida; do substrato histórico não restam mais que alguns fragmentos de lembranças vividas, diluídas e transcendidas pelo sonho.<sup>187</sup>

Girardet entende que a Conspiração está diretamente relacionada a uma ameaça ou uma reação a ela, não importando qual é exatamente a real medida dessa ameaça. Independente da vontade dos seus usuários, o que provoca esse sentimento são os medos coletivos em função daquilo que não se conhece, do que não é possível identificar, e, portanto, não compreensível. A situação de crise gera a busca de uma explicação lógica, fazendo com que as inquietações coletivas encontrem resposta na lógica do discurso mitológico. No caso específico do século XIX, a chegada de estruturas novas, como o capitalismo ou suas representações traz a necessidade de adaptações a novas indagações que vão surgindo nesse contexto.

Para quem detém o poder, no olhar de quem necessita manter a estabilidade e a ordem, o homem da conspiração surge aqui como aquele que foge às regras sociais, um corpo estranho que obedece apenas às suas próprias leis e que atua fora do visível, sendo que “ . . . o segredo constitui a primeira de suas características”<sup>188</sup>. O mito da Conspiração tem o papel de cumprir uma função social capaz de tornar o presente compreensível, ou seja, consegue perceber o incompreensível em fato possível de ser explicado. É uma chave interpretativa onde o que aparentemente não tinha resposta encontra um sistema de evidências que apresenta o mundo vivido como coerente e inteligível. Para quem tem o controle político, é utilizada para

---

<sup>187</sup> Op. cit. p. 53.

<sup>188</sup> Op. cit. p. 34.

eliminar os opositores e esconder as falhas de quem está no governo. Portanto, o mito tem a função social de

. . .cristalizar em torno de imagens malditas” os sentimentos de “inquietações, os desnorteamentos, as incertezas e os ressentimentos . . .O mecanismo psicológico e social aparenta-se com o do exorcismo. O Mal que se sofre, e mais ainda, talvez, aquele que se teme, acha-se doravante muito concretamente encarnado. Ganhou uma forma, um rosto, um nome. Expulso do mistério, exposto em plena luz e ao olhar de todos, pode ser enfim denunciado, afrontado e desafiado.<sup>189</sup>

É importante entender, no entanto, que o mito tem a função explicativa para diversos grupos sociais, não necessariamente aliados ao poder, e em alguns casos, até opositores. Para quem participa e organiza a Conspiração, há uma sensação de perda, uma busca de reencontrar as solidariedades antigas que desapareceram. É um sentimento de impotência, de isolamento, diante de uma sociedade fragmentada e que vai estimular a formação de uma comunidade integradora, capaz de resgatar velhos e antigos laços, se tornando assim um instrumento para os planos a serem cumpridos por quem deseja esse retorno. Também fruto do medo e da inquietação coletiva diante da incerteza, quem está à frente da Conspiração busca possuir o mesmo poder de quem está no controle político.

Ao falar de Conspiração dentro de uma realidade política europeia, Girardet considera que esse mito está presente em um “discurso multiforme” e em constante construção. Portanto, para que se tenha eficácia nas respostas do problema levantado utilizando essa categoria em diferentes espaços e tempos, no caso de Minas Gerais do século XIX, é preciso reconhecer que o mito conspiratório corresponde a um código próprio já presente no imaginário de cada sociedade, necessitando analisar o discurso como um todo. Ou seja, é preciso considerar as especificidades das construções históricas do que está sendo estudado e não utilizar do mito da Conspiração como modelo estanque, admitindo sua flexibilidade e sua possibilidade de ajustes, como sugere Girardet.

---

<sup>189</sup> Op. cit. p. 55.

#### **4. A difícil arte de conciliar Moderação e Insurgência**

##### **4.1. A busca mineira de conciliar moderação e insurgência nos anos 20 e 30**

Se se buscar na imprensa mineira do período imperial um elemento permanente nas suas publicações, certamente vão estar presentes os conflitos e violências como um tema ininterrupto. O periódico “O Sul de Minas” reforça a tradição violenta e o código de honra como valor na região: “. . . mas na cintura do Mineiro e do Paulista há de encontrar-se quase sempre a faca e a pistola, que forma o onato [sic] da pobre gente, que, sem ela, talvez julgasse ofender os hábitos e costumes de sua terra. . .” (O Sul de Minas, 07.09.1859). As cartas ofendendo a honra do desafeto, a resposta às calúnias levantadas, as denúncias de ameaças sofridas (levando em alguns momentos a jornais abrirem suplementos, caso do “Conciliador” de 03 de fevereiro de 1851, apenas para publicação de acusações e defesas pessoais) estiveram presentes ao longo de todo século XIX.

As divulgações de crimes também são publicações permanentes, levando a imprensa a denunciar ameaças feitas pelo governo quanto aos excessos de notícias sobre violências cometidas pela população, o que ocasionou um interessante debate no “Correio Oficial de Minas” em várias edições entre 1858 e 1859 sobre a liberdade de noticiar fatos criminosos. Para o “Correio Oficial de Minas” de 30 de junho de 1859, as críticas feitas a publicações de crimes era que abalava a confiança da sociedade. O periódico justificava a importância de tornar públicas as ações criminosas argumentando sobre a relevância de se terem registrado os dados, uma vez que os levantamentos estatísticos não eram frequentes.

De qualquer modo, já havia a opinião formada no Rio de Janeiro sobre as ações violentas realizadas em Minas Gerais. Tanto assim que o mesmo “Correio Oficial de Minas” comenta que havia, por parte da Corte, publicações que levam a



Um juízo desfavorável acerca dos nossos costumes, moralidade e civilização, ou ao menos para que se suponha que não há entre nós segurança de pessoa e propriedade . . . Honra-nos com o nome de Mineiro, sentimos profundamente que, além do abandono que se tem votado a nossa província, se queira pintá-la ou a julguem em um estado de barbarismo e atraso (Correio Oficial de Minas, 30.06.1859).

Foram permanentes também notícias sobre a violência de bandidos, individualmente ou em bandos; conflitos eleitorais, não sendo incomum registro de mortes, incluindo atentados contra autoridades; violência de forças policiais contra opositores do governo; confronto de policiais contra mineradores; dentre outros. A violência praticada em Minas Gerais chegava a colocar a província na dianteira dos homicídios cometidos no Brasil, segundo dados estatísticos do Supremo Tribunal de Justiça publicados no “Correio Oficial de Minas” de 03 de setembro de 1857 e 10 de setembro de 1857. Nesta edição, o periódico fez um paralelo dos homicídios ocorridos no Brasil entre 1848 a 1855, onde foram registrados no Brasil 3864 homicídios, sendo que Minas Gerais estava na dianteira com 528 homicídios, seguida de Pernambuco com 433, São Paulo com 366 e Ceará com 345. Dos 704 homicídios ocorridos no Império em 1856, 109 ocorreram em Minas Gerais, ficando em segundo o Ceará com 101 homicídios e depois a Bahia com 79 crimes contra a vida (Correio Oficial de Minas, 10.09.1857).

Ampliando essa relação social de violência cotidiana para as disputas coletivas de poder, há de se considerar que os interesses políticos tendiam igualmente por uma procura para os dilemas políticos pelas vias insurrecionais. Partindo do princípio de que não eram incomuns as disputas individuais resolvidas a partir da violência, fundada em um costume que pautava as relações sociais por um código de honra, a agressividade como ferramenta para conquistas no jogo do poder, o uso de meios não institucionais como moeda corrente das relações sociais e a força como premissa de honra, é sugestivo pensar que o trato com os embates da vida pública não teria um diferente destino. Isso não implica em afirmar que todo conflito na disputa pelo poder resultaria em insurgências, mas que havia um ambiente que favorecia também a esse tipo de resposta.

E a imprensa mineira vai identificar essa tradição política da insurgência na província nos primeiros anos de império. “O Universal”, ao noticiar um possível

movimento de insurreição em São João Del Rei, reconhecia uma cultura insurreta construída em relação aos mineiros, ao afirmar que “. . . consagramos algumas mal traçadas linhas em defesa da heroica e fiel Província de Minas, nossa Pátria, tão vilmente acusada de revolucionária.” (O Universal, 10.04.1829). Dez dias depois, o mesmo jornal volta a afirmar que haveriam boatos “. . . por toda parte na Província de Minas existiria germen [sic] de revolução” (O Universal, 20.04.1829).

Ao ter como referência a cultura liberal como discurso da ordem, mas um projeto ainda pouco próximo à política local, a imprensa mineira conviveu com o dilema entre uma representação importada da ilustração e uma ideia de insurreição como parte integrante de interações sociais. Apesar de existir a possibilidade do recurso à negociação e à legalidade, a presença da violência como um valor intrínseco à sociedade da época sinalizava para dificuldades existentes por parte do Estado em torno da aplicação da ordem pelas vias institucionais.

Desse modo, a coexistência de uma cultura da violência deparou com a formação do Estado brasileiro, criando diversos mecanismos de ajustamento ao longo de todo Império, não só quanto ao comportamento populacional, mas com adequações às novas representações liberais que estavam sendo produzidas. O projeto centralizador trazia a ideia de agregar uma identidade nacional em detrimento de posições regionais. O editorial do “Abelha do Mucuri” de 23 de janeiro de 1824 convocava os mineiros para adesão ao Império diante do movimento separatista de Pernambuco, entrelaçando patriotismo e tradição de coragem do povo mineiro:

Intrépidos mineiros! S. M. o Imperador, confiam do muito no valor e assaz pronunciado patriotismo com que vos tendes distinguido. Agora que a segurança pública e a salvação do império exigem as mais prontas e eficazes medidas contra as maquinações de nossos encarneados inimigos. . . Prefirão os jovens mineiros uma lânguida existência à carreira de glória que se lhes oferece; e onde possam ostentar que são dignos filhos dos que romperam matas, arrostaram feras e escalaram montanhas para encontrar preciosos metais e lúcidas pedras? (Abelha do Itacolomi, 23.01.1824).

O texto intitulado “proclamação” de 30 de julho de 1824, apresentado pelo marechal de campo, governador das armas da província Antônio José Dias aos

praças que se direcionavam à Corte afirmava que “a coragem mineira, andando sempre acompanhada da honra e do patriotismo não sabe ceder senão a morte” (Abelha do Itacolomi, 30.07.1824). E conclui que “os olhos de nosso amável imperador verão eles mesmos os vossos heroísmos e as vossas ações guerreiras, e o imperador e a pátria vos asseguram a sua recompensa”. Em um hino intitulado “Hino Mineiro”, há a confirmação dessa braveza patriótica do nascido na província de Minas Gerais: “Defende a pátria, intrépidos vamos/às armas, às armas/Mineiros corramos. Viva, viva, viva/A religião/Pátria, Imperador/E Constituição” (Abelha do Itacolomi, 12.10.1824). Um mês depois, essa imagem é novamente cantada em novos versos: “Por fugir à tirania/A Minas quis pertencer/É mineiro, tem por timbre/Independência ou morrer” (Abelha do Itacolomi, 12.11.1824).

No misto entre o espírito guerreiro e o bom senso dos mineiros está a defesa intransigente da província o patriotismo mineiro: “Marchemos e mostremos ao mundo inteiro que os mineiros sempre bravos e sempre fieis, não dão posto aos monstros da discórdia e que procuram esmagar em qualquer parte que ele ouse ameaçar a segurança do império” (Abelha do Itacolomi, 03.11.1824). Ou “Louvares à província que com mui visível proteção tem dirigido o bom senso dos povos que pisam as serras . . . Está incontestavelmente demonstrado que o germe da anarquia não vingará no solo de Minas Gerais” (Abelha do Itacolomi, 14.01.1824).

É um mineiro que pega em armas para manter a estabilidade do Império: “E haverá quem suspeite que o fogo do patriotismo mineiro não lava com ardor nos generosos corações dos mineiros?” (Abelha do Itacolomi, 11.08.1824). Ou “Os nossos robustos e bravos montanheses marcharão perfeitamente armados em defesa da pátria” (Abelha do Itacolomi, 02.06.1824).

Portanto, para Minas Gerais era preciso aceitar “ . . . feliz pela glória de ser uma parte que no sentio [sic] tanto compõem a grande família do florente Império Brasileiro . . . ” (O Universal, 23.04.1827). Sinônimo de razão, bom senso, constitucionalidade e seus contrapontos como anarquia e despotismo vão acompanhando a trajetória da imprensa liberal mineira:

Nós asseguramos que a província de Minas, sempre obediente às leis, sempre fiel ao governo monárquico constitucional, jamais será capaz de sustentar princípios anárquicos ou subversivos, não poucas

vezes ela tem dado provas evidentes de sua louvável conduta. (O Universal, 30.04.1829).

Igualmente estavam presentes com frequência na imprensa provincial, desde os primeiros jornais disponíveis, expressões que vinculam o “caráter” e “espírito” da população de Minas com a tendência moderada, como “pacíficos mineiros”, “sossego dos bons mineiros”, ou “a moderação dos mineiros”. O jornal “O Amigo da Verdade”, em 12 de maio de 1829 comenta sobre outro periódico, “O Astro de Minas” de “. . .de dar exemplo de moderação tão encomendada”. O mesmo “O Amigo da Verdade” ressalva, em outra edição que “. . .é necessário ter nascido sensível e terno, ser dotado de humanidade, ter se habituado à moderação. . .”. (O Amigo da Verdade, 15.09.1829). Ou ainda:

É absolutamente necessário marchar com moderação. . .Pelo menos estamos convencidos dessa verdade e sinceramente nos persuadimos que esses espíritos, encandecidos que tanto se afastam da moderação e prudência tão essencial e necessária em todos os negócios. . . (O Amigo da Verdade, 17.07.1829).

São próximos os discursos, mesmo com o passar dos anos. Nas inquietações do Período Regencial, a permanência do apelo moderador: “. . .um povo não pode conservar uma forma de governo livre, se não por uma adesão firme, e constante, às regras da justiça: e da moderação” (Opinião Campanhense, 29.12.1832). Ou de expressões relacionadas com a moderação:

O primeiro dever de um Patriota é fazer todos os esforços para manter a tranquilidade do seu país e nisto sobre tudo consiste o verdadeiro amor da Pátria. Sendo as leis e os costumes o sustentáculo desta tranquilidade é mister que se oponha à devassidão e aos vícios que tendem a destruí-la a severidade das leis e a austeridade das virtudes (O Universal, 04.01.1832).

Não são pontuais os chamamentos da imprensa pela moderação, mas presentes de forma sistemática nos artigos e editoriais a reiterar essa proximidade entre a província e o equilíbrio: “Mineiros . . .Lembrai-vos que da vossa parte está a justiça e a razão” (“A Legalidade”, 16.05.1833). Ou: “Os Mineiros são bastante perspicazes para distinguirem o erro da verdade, e já

não se movem por ditos, eles avaliam os fatos, combina-os e apuram depois segundo o merecimento do que se lhes apresenta” (O Universal, 15.07.1833).

A justificativa à moderação também foi reforçada por editoriais, longos artigos e citações de pensadores ilustrados europeus. “O Universal” em artigo de primeira página reproduziu do “Astro de Minas” sobre os riscos das paixões e excessos da juventude no campo da política, além da cautela ao enfrentar propostas de mudanças e seus riscos quando alteram a ordem. Para evitar os abusos, recomendava o

. . . princípio da moderação, tão simples e fecundo, deste princípio que nos mostra cada virtude entre dois vícios e nos diz que para alcançar o bem é preciso fugir sem cessar dos dois excessos contrários. Assim, a coragem despreza a covardia e a temeridade; a justiça é pura de franqueza e de rigor; a temperança foge do deboche sem cair na austeridade; a religião se eleva entre a impiedade e a superstição; a liberdade entre a escravidão e a licença: a arte de melhorar faz desprezar a prática cega (O Universal, 20.11.1837).

Em “O Universal” de 04 de junho de 1841, outro artigo de primeira página ocupando metade do jornal apresentava com título “A cólera e a vingança” discorre sobre os males da cólera e da paixão, exaltando a generosidade, a razão e tolerância como sinal de civilização. Segundo o jornal, a cólera é um sentimento que serve para conservação humana, mas cabe ao homem civilizado conter esse instinto e manter o controle pela razão que impera no homem civilizado:

Em geral, a razão demonstra que o homem que vive em sociedade deve, por seu próprio interesse, refrear todos os impulsos que perturbem o uso do próprio juízo . . . A cólera, bem como todas as mais paixões, reprime-se pelo tempo das consequências desagradáveis que pode ter para nós e para os outros. Todo homem que vive em sociedade deve ser razoável, isto é, deve distinguir os movimentos naturais que pode seguir sem delito e o perigo daqueles a que deve prudentemente resistir.

Entendia ainda o texto que a história política da humanidade sempre resultou em ruína em função do uso constante das paixões, trazendo todas as mazelas que o conflito pode trazer para a humanidade:

A história dos povos e dos impérios, dos príncipes e dos impérios, nada é mais do que a narração de calamidades e estragos

produzidos por esta violenta paixão: paixão, que não só há levado a desolação das famílias, como que, por muitas vezes tem inundado de sangue províncias e reinos inteiros.

Coexistindo com a ideia da moderação se construiu contraditoriamente, pois partia dos mesmos locutores e dos mesmos veículos de imprensa, o discurso da insurgência, produzindo representações antagônicas e conflituosas diante das disputas pelo poder. Variando de acordo com o contexto, ora havia ameaça concreta de romper a ordem pela violência, ora procurava conciliar politicamente as duas formas simbólicas como expressão mobilizadora para preservar o império.

As expressões sinalizam para um discurso que tinha também a violência como referência de conduta. Ao discutir com “O paraopebano” sobre a concessão de exploração mineral aos ingleses, concluiu o artigo afirmando que “tenho a espada na mão e só a meterei na bainha quando cessar a contenda” (O Universal, 18.11.1825). Ao denunciar os excessos das autoridades de Diamantina quanto à demarcação da exploração de diamantes, o discurso inflamado assume contorno de insurgências,

Eis aqui, Mineiro, eis aqui o motivo por que eu sou revolucionário! Chamas pelos vossos direitos, gritas contra as injustiças, notar os defeitos das mãos empregados são os princípios da anarquia, que contem o meu período. É esta a causa porque os mandões me detestam, eu invoco o poder das autoridades para que atendam as queixas do povo, se isto é armar revoluções na Província, não se que poderá subtrair-se a tal infortuna. (O Universal, 24.02.1826).

Esse é o mesmo jornal, do mesmo editor, que, defensor da ordem e legalidade, faz a seguinte afirmativa um ano depois: “. . . se todos aplaudissem tanto, como eu, e se todos os nossos comprovincianos se deixarem convencer daquelas verdades puras de que uma Nação jamais será feliz sem que seja governada pelo sistema Constitucional. . .” (O Universal, 14.03.1827). Ou, ao combater as calúnias de conspirações existentes em Minas, como é o caso de boatos que insinuavam um motim em São João Del Rei<sup>190</sup>, afirmou que não seriam pela imprensa tais boatos, pois, esta “. . . não

---

<sup>190</sup> As disputas partidárias na Vila de São João Del Rei entre Baptista Caetano de Almeida e o vigário Luís José Dias Custódio ocorridas nas eleições para Juiz de Paz levou a denúncias de fraude que culminou em boatos de uma revolução que estaria ocorrendo em Minas Gerais. Conforme MACULAN, Carlos Eduardo. “Revolução de 1829: o processo eleitoral e a disputa

consentirá jamais que lancem sobre ela o ferrete de revolucionária ou revoltosa . . .” (O Universal, 03.04.1829).

#### **4.1.1. Insurreição e Moderação em busca de acomodação**

Diante de um quadro em que há a coexistência entre princípios políticos divergentes convivendo em um mesmo ambiente, no caso específico de Minas Gerais, ainda no Primeiro Reinado e especialmente no período Regencial, ocorreu um ajuste desses modelos no discurso dos liberais moderados. O discurso de ordem, razão e constitucionalidade ilustrado, parece que nem sempre encontrou um campo receptivo em Minas Gerais, gerando tensões e necessidades de adaptações. Uma proposta com um forte apelo à ordem e ao cumprimento da lei, ao confrontar com uma cultura inclinada ao confronto, formada ao longo de todo o século XVIII e que se manteve presente também no século XIX, acabou por provocar reações que tendiam a encontrar nas conspirações uma forma de resolver os conflitos em torno do poder.

A elite regional buscou solucionar essas forças antagônicas reduzindo o distanciamento entre a insurreição e a moderação. Gradativamente, essas diferentes formas de expressão política foram encontrando pontos de aproximação, agregando o “espírito” insurgente em Minas como instrumento de defesa da ordem, tendo como principal referência o sentimento patriótico dos mineiros, capaz de romper com a sua índole pacífica em nome da fidelidade à nação e ao império. O apelo mobilizador aos “fieis mineiros” é resgatado do passado de tantas lutas, a direção é em prol de um bem maior, que une todos os brasileiros. Durante as agitações da Confederação do Equador esse discurso foi utilizado de forma constante. A coragem e o perfil destemido do mineiro estava a serviço da ordem, aqui representada pelo império.

Pelas informações contidas no “Abelha do Itacolomi”, Minas Gerais forneceu em 1824 um número expressivo de voluntários para combater em Pernambuco. A tropa de Ouro Preto seguiu para o Rio de Janeiro no dia 29. Um dia depois passa em desfile pela capital a tropa de Mariana, também em

---

pelo poder na vila oitocentista de São Joao del-Rei”. *Anais da XXVIII de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Genocídios e Nacionalismos”*. 09 a 13 de maio de 2011.

direção à Corte. O jornal “Abelha do Mucuri” em 30 de julho apropria do discurso que identifica o mineiro com um “caráter” heroico, mas que usa da força para conter os abusos da liberdade contra o império e os defensores da anarquia.

Eis aqui como procede um povo que ama a sua pátria, que respeita o sagrado de seus juramentos, que observa a Constituição que abraçou, que executa as ordens do imperante, a quem incube de vigiar. . .às armas, bravos guerreiros . . Eia, camaradas, correi a mostrar aos nossos inimigos que os não temeis, que vossa valentia e o vosso denodo não tem parelhas, que aos bravos de Minas nada os suplanta, nada os assusta (Abelha do Mucuri, 30.07.1824).

Ao longo do governo pedrino, o discurso do espírito guerreiro do mineiro sendo usado em favor da pátria continuou sendo utilizado: “Oh, Mineiros, se ainda jorra nas veias aquele sangue de heróis, que em tantas ocasiões mostraram o seu patriotismo. . . trabalhai em comum pela prosperidade da nossa Pátria. . .” (O Universal, 05.03.1827). Conserva o espírito insurgente, agora uma honra do passado, mas tendo como direção a defesa da nação brasileira e do governo imperial, é a “. . . heroica e constitucional província de Minas . . .” (O Universal, 03.04.1829).

A queda de D. Pedro I confirmava essa tendência de tentar conter o “espírito” insurgente do mineiro ao recomendar: “Esquecei-vos honrados ouro-pretanos, esquecei-vos do passado e não deis ouvidos a quaisquer insidiosas doutrinas que por ventura inimigos ocultos vos queiram pregar” (O Universal, 20.04.1831). E, ao mesmo tempo, de se comemorar a saída sem derramamento de sangue do primeiro monarca, mas, contraditoriamente, de estar alerta caso ocorresse a necessidade do uso da força: “não houve nessa província lugar algum onde não festejassem com solene pompa e entusiasmo o 7 de abril e não se oferecessem voluntariamente para a defesa da pátria. . .” (O Universal, 03.08.1832).

Nos primeiros meses do período regencial a fusão da insurgência e moderação já era uma presença marcante no discurso da imprensa mineira. Caso da ameaça de uma guerra civil através de notícias vindas do Rio de Janeiro, “O Universal” de 10 de outubro de 1831 chama os mineiros a se unirem ao povo fluminense, lembrando que “. . .a honra é e sempre foi a divisa dos Mineiros.” Ou o comandante Silvestre J. Costa, tenente-coronel do quartel de Ouro Preto, ao convocar a população da província para pegar em armas em



nome da Constituição, no qual fazia um apelo provocativo ao insinuar um perfil de mineiro covarde :

Em tão triste conjuntura, eles recorrem aos vossos esforços, sempre lustrados, com o verniz da fidelidade mineira. . .Ah! Parece impossível que um só mineiro queira marchar-se com a nódoa de ingrato e covarde. . .Corramos às armas (O Universal, 01.08.1831)

Portanto, ao fazer o uso da violência, a causa era justa: a preservação da ordem constitucional, o progresso civilizatório, a liberdade sonhada, a pátria ameaçada. O moderado mineiro seria o defensor da autoridade monárquica. Logo, não considerava como excesso a defesa da razão em detrimento do despotismo. Salvar a constituição e o heroísmo mineiro caminhavam lado a lado:

É chegado o tempo em que se vai decidir do nosso patriotismo: e realizar-se o que tantas vezes se tem apregoado do caráter mineiro, e qual será aquele cidadão em cujas veias corre o sangue mineiro que não esteja pronto a derramá-lo em defesa da pátria ameaçada? . . . antes sempre e sempre com a oposição dos mineiros a tudo aquilo que não for seguir o caminho da lei (O Universal, 27.07.1831).

Em nome da ordem, se pegava em armas, e o discurso mobilizador se apoia nas ações heroicas de gerações mineiras anteriores. Recuperaram do passado todos os gestos de heroísmo, de uma trajetória marcada pela luta, momento em que a moderação encontrava como limite os abusos contra a liberdade e a Constituição. Os boatos que circulavam em Minas Gerais de uma tentativa restauradora de trazer de volta ao trono D. Pedro I, levou à união entre as duas representações:

Eia, Mineiros, alerta! A honra e o dever tem sido sempre a vossa divisa – vós sabeis que o contágio pode lavar até nós e perturbar nossa paz e bem-ser, frutos do respeito e obediência às leis que nos regem. Protestos recebidos de todos os pontos da Província alistem sobejamente o desejo e vivo interesse que toma o bom povo Mineiro pela manutenção da ordem estabelecida. . . (O Universal, 23.04.1832)

Com o fim da Revolta do Ano da Fumaça, ocorrida em maio 1833 e reprimida pelo governo liberal moderado, foi a prova de fogo da eficiência de “espírito” mineiro que tinha como perfil a moderação, mas que era capaz dos extremos e recorrer ao passado aguerrido quando estão em jogo os princípios

da liberdade, que entendiam ser representados temporariamente pela regência, e, de forma definitiva, na maioria de D. Pedro II:

. . .aos primeiros reclames, todos os mineiros se apresentaram com um entusiasmo tal que não parecia ser de uma província que só tem dado à cultura e a indústria, porém uma província aguerrida e destra em tomar as armas em momentos de perigo. (Astro de Minas, 11.05.1833).

Ainda sobre a ação mineira diante da Revolta do Ano da Fumaça, o outro jornal liberal conservador mantinha o mesmo apelo, a reação diante daqueles que pretendiam acabar com a monarquia constitucional e a liberdade:

. . . ama a pátria e adora a liberdade . . . A província de Minas está firme nos seus sentimentos, não se afasta daqueles princípios que encara como único para salvar o Brasil . . . respeita as legislaturas autorizadas, não se curva nem jamais se curvará às ilegais. . . A bandeira da legalidade tremulou finalmente. . . Felizmente está restabelecida a ordem na província de Minas (O Universal, 27.05.1833).

É importante ressaltar que nesse mesmo período ocorreu em Minas Gerais a Revolta de Carrancas, região do Rio das Mortes, em maio de 1833, movimento escravo que resultou em nove mortes da família proprietária da terra onde ocorreu o crime. No entanto, o fato não chegou, pelo menos nos jornais disponíveis em arquivo, a ser colocado a público. Ao longo do império citações de quilombos ou revoltas ocorridas raramente chegaram a ser noticiados nos jornais mineiros do período. A ordem envolvendo escravos não era uma preocupação central na imprensa, que só apareciam nos periódicos ocupando a última página e em referência às fugas ou a punições por homicídios cometidos por cativos. Reforçando a ideia liberal construída no Brasil, considerava-se que o espaço político era pertencente a quem tinha posse, ao mesmo tempo em que não reconhece movimentos escravos como políticos.

Assim, pouco foi comentado sobre movimentos escravos pela imprensa mineira, seja em notícias, seja em editoriais ou artigos. Em alguns momentos chega-se a falar sobre abolição, mas são posições favoráveis ao fim da escravidão sem evidenciar os choques em favor da causa. Somente próximo ao fim da escravidão, nos anos 80, a discussão toma corpo na imprensa mineira, mas ainda assim não chega a ter maiores destaques. A posição da

imprensa era coerente com a defesa que a elite mineira fazia nas primeiras décadas de império, quando estabeleceu a sobreposição da razão em relação à soberania popular. Fugindo a análises que justificam expressões da imprensa como resultado de construções intencionalmente produzidas para manipular ideologicamente a população, ações nesse sentido podem ser melhores entendidas se se pensar que os segmentos letrados entendiam manifestações coletivas de escravos ou da população despossuída como não pertencentes realmente ao campo do debate político.

Passado o momento de tensão da Revolta do Ano da fumaça e reestabelecida a ordem, o discurso da imprensa era o da moderação aliado ao heroísmo mineiro, que vai ser a referência e garantia para a condução de um bom governo: “Nestas circunstâncias uma administração esclarecida e prudente poderá não só curar as chagas abertas pelas dissensões, mas ainda atemperar as paixões e os ódios. . .” (O Universal, 01.01.1836). Ao longo do período Regencial, a representação construída pelos periódicos em relação a Minas Gerais era de um modelo a ser seguido pelas outras províncias brasileiras, dando a ela uma expressão de destaque e grandeza no cenário nacional. O discurso construía a imagem de uma província que combatia as revoltas ocorridas na província com heroísmo, fruto do amor que o mineiro tem pela liberdade, da ordem e da paz, destacando o respeito às bases constitucionais e seguindo o caminho da civilização, conforme já analisado na subcapítulo “Minas Gerais é o Brasil ou versus o Brasil?”.

#### **4.1.2. Insurreição e Moderação e os seus limites**

Mas paralelo ao discurso de moderação apropriado pela imprensa, coexistia uma conduta moral que se norteava pela violência, o que pode bem explicar as reações de 1833 ou movimentos de menor proporção que ocorreram até 1840, ainda que agissem sem um projeto político claro e sem uma intenção direta de derrubar o poder monárquico. Mas, diante de atitudes e medidas legais tomadas pelo governo que contrariavam e traziam prejuízos de forma direta e imediata a determinados grupos da elite, estes reagiam de acordo com códigos de conduta fundada na honra e na violência como solução

para resolver os impasses políticos. O movimento liberal de 1842 vai corroborar com essa tendência.

A reação de José Pedro Dias de Carvalho, editor do jornal liberal “O Universal”, em 1842, é emblemática quanto a essas representações e as ações tomadas em decorrência dessa combinação da insurreição à moderação. Como já se sabe, depois de ocorrido o chamado Golpe da Maioridade articulado pelo partido Liberal, houve a vitória deste partido nas urnas conhecida como “eleições do cacete”. Mas posteriormente as eleições foram invalidadas em favor dos conservadores e medidas foram sendo tomadas pelo governo Saquarema para desmontar a máquina política liberal, como a recriação do Conselho do Estado, reforma do Código do Processo Criminal, dentre outras. Estando na situação, o periódico liberal reafirmava a lealdade ao trono em editoriais, reforçava os símbolos do império nos rituais de datas comemorativas, consolidava a identidade mineira em datas regionais. O artigo do “O Universal” de 22 de março de 1841 exemplifica essa união entre moderação e insurreição ao fazer a defesa incondicional do trono tendo como destaque o espírito guerreiro do povo mineiro, ao mesmo tempo em que exaltava o governo de D. Pedro II a partir das comemorações dos oito anos do movimento de 1833, lembrando o compromisso do mineiro com a estabilidade do império, rejeitando qualquer movimento que possa contrariar a ordem conquistada:

É hoje o dia aniversário daquela em que há oito anos ergueu pela primeira vez o brado da revolta, o grito aterrador da anarquia, que prometia tudo trazer, tudo devorar em nossa província! Vai-te, vai-te. . .Sepulta-te e não surjas do abismo do passado, dia que para Minas um século foste de contínuos tormentos. . .Mineiros, amigos verdadeiros do Trono excelso do Augusto Pedro, recordai este acontecimento e cômnicos de vosso dever, jurai no altar da honra ainda mil vezes empunham as armas como outrora fizestes para aniquilar os planos parricidas desses homens. . .( O Universal, 22.03.1841).

Estando na situação os conservadores, passou o jornal a fazer críticas diárias quanto ao abuso de violência por parte da polícia (O Universal, 17.01.1842 e 21.01.1842, dentre outros), entrega de cargos públicos aos conservadores e demissões em massa dos liberais (O Universal, 12.01.1842, 19.01.1842 e 24.01.1842, dentre outros). Mas, o que era denúncia cotidiana

passou gradativamente a ser motivo para convocar o “caráter mineiro” para fazer frente aos excessos dos partidários do governo, como o uso da força contra liberais pelas autoridades governistas em Diamantina: “Os ilustres diamantinos saberão sempre respeitar a lei, mas também saberão repelir as algemas, que míseros déspotas lhes queiram lançar” (O Universal, 18.04.1842).

Se em janeiro de 1842 o conservador “O Correio de Minas” ironizava “O Universal” afirmando que este “chorava três vezes na semana” (O Correio de Minas, 08.01.1842), essa oposição se tornava cada vez mais contundente. O jornal passou a expor ideias de contestação ainda que, contraditoriamente, convivendo com promessas de fidelidade ao governo. Em artigo intitulado “O Brasil não quer revoltas nem revoluções”, escrito no “O Universal” de 13 de setembro de 1841, faz críticas aos discursos na Câmara, entendendo que desordens não nascem por puro prazer popular, mas tem causas que justificavam tais afrontamentos, geralmente por despotismo ou descontentamento do povo. Fechadas as possibilidades de expressão popular, como a liberdade de imprensa e o direito ao voto, as manifestações surgiam, segundo o jornal, automaticamente:

. . .quem pode calcular a qualidade e extensão dos esforços, que o povo pode ser arrastado a fazer? .. Que o governo medite sobre o atual estado de coisas. Ainda será tempo de evitar grandes dissabores e muitas calamidades. Amanhã bem pode ser tarde demais (O Universal, 13.09.1841).

Provocações assim iriam aumentar nas edições seguintes. É o caso de extensos textos ao longo do mês de novembro de 1841 sobre as situações revolucionárias em países europeus, questionando se haveria a possibilidade de existir legislação em tempos de revolução. Mantendo as críticas às medidas antiliberais tomadas pelo governo conservador a questão da constitucionalidade passou a ser pensada, colocando em xeque o império e abrindo possibilidade de ser legítimo o uso da força. Enquanto estava no governo, a representação mineira da insurgência abraçada pelos liberais moderados reforçava o poder e a manutenção da ordem, usando no discurso da defesa intransigente do mineiro em prol da liberdade. No entanto, esse jeito mineiro de ser passava a sinalizar um risco para a monarquia brasileira quando

os moderados se tornam oposição. As armas apresentadas para combater os inimigos constitucionais em 1833 são as mesmas. Também em 1842, o objetivo era derrubar aqueles que, para os liberais, mutilaram a Constituição e rejeitavam a liberdade.

O lamento dos liberais era que todo o empenho dos mineiros em prol da manutenção da ordem tinha sido em vão. Todo esforço sem medidas para defesa do bem maior de qualquer nação civilizada, a Constituição, especialmente na derrubada da Revolta do Ano da Fumaça, o heroísmo dos mineiros em preservar a monarquia nos anos 30, tudo isso, para os liberais, não teve valia alguma. Todo esse vigor em defesa da ordem, enquanto a nação explodia com revoltas de norte a sul, teria sido inútil com os conservadores no poder. O jornal “O Universal” vai publicar a representação das freguesias de Baependi, Rio e São Tomé contra o governo que vão traduzir bem esse sentimento

O pesado sacrifício do precioso sangue mineiro, que a legalidade ficou salva e com ela o trono constitucional de VMI, que pode atravessar incólume o tempestuoso mar das revoltas, por que tem passado quase todas as províncias do império. . .A província de Minas, senhor, essa província que tanto concorreu para sustentação da ordem durante a menor idade de VMI, que a sua própria custa e pela liberdade de seus filhos, venceu a sedição de março. . .não tem sido poupado dos estragos da reação. . .(O Universal, 20.04.1842)

As denúncias eleitorais publicadas pelo “O Universal”, principalmente, a corrupção e a imoralidade do governo não mais apresentavam um discurso opositor a partir de saídas políticas pelas mesmas vias eleitorais, mas passou a ser feito em tom ameaçador: “ . . .sim, a maioria do povo mineiro detesta essa ordem de coisas. . .que a vitória que alcançaram os facciosos e que havíamos presumido é efêmera e fantástica que a província os rejeita – Ela o mostrará. . .”(O Universal, 20.04.1842). A cada atitude do governo havia a resposta da oposição liberal com um tom que propunha uma reação fora das raias da legalidade. Os rumores do adiamento da abertura da Assembleia Provincial e a manifestação de indignação no “O Universal” de 13 de abril de 1842 era um demonstrativo dessa atitude:

O que é isto? Que quer dizer esse morno sussurro que há dias se escuta nesta cidade? . . . mineiros, alerta! A felicidade da província

está nivelada com a vossa; os ferros que o despotismo forja não são, nem dever ser, para roxear brasileiros pulsos. O povo americano é herói por natureza e essência. Dele fazeis parte e por isso mostrai aos vossos vizinhos, que, como eles, também formais uma nação livre e independente. Antes sucumbir nas cinzas da liberdade do que sobrevivê-la com a pátria cativa. Alerta, alerta, mineiros! Alerta! (O Universal, 13.04.1842)

Até mesmo a queda de D. Pedro I, chamada de “revolução” era considerada arruinada naquele momento pelos liberais moderados. Ao longo da Regência, era considerada um modelo de reação ao despotismo, símbolo da ação moderada, ritualizada a cada ano no dia sete de abril. Diante da ação do Império em ter à frente do ministério os conservadores e de diversos membros que participaram do movimento da saída do primeiro monarca estarem em 1842 se beneficiando de cargos, o jornal entendia que “. . . não existe mais o Sete de Abril, o seu espírito passou a iluminar outros corpos . . .” (O Universal, 28.01.1842). Ou seja, todo heroísmo do povo mineiro em prol da liberdade e da Constituição estavam sendo traídos. No caso específico de Minas Gerais, dentre outros “corpos”, o do político Bernardo de Vasconcelos, que foi na província um dos mais expoentes defensores da queda de d. Pedro I e em 1842 estava aliado aos Conservadores no governo . Para os liberais, a Constituição estava sendo desrespeitada nesse governo do mesmo modo que em 1831: “Quando se diz que nós aproximamos cada dia mais à época de 1829 em que tão visíveis foram os perigos a que esteve exposta a constituição . . . .” ((O Universal, 17.01.1842). Se havia motivos naquele momento para depor o governo de D. Pedro I, que era o respeito à Constituição, não seria diferente com o governo conservador em 1842.

Entretanto aos mineiros não necessitam ser lembrados, que seriam prejuízos se indiferentes consentissem nas alterações da lei fundamental, que nós todos juramos religiosamente guardar, eles sabem, e conhecem perfeitamente sua importância política. . Mineiros com soberano desprezo às ameaças, e a constituição no coração, veremos brevemente desaparecer o magote anticonstitucional (O Universal, 16.02.1842).

O quadro de 1842 é constantemente comparado ao de 1831, onde afirmavam que os conservadores, na condição de oposição em 1841, criticavam os liberais por usarem nas eleições a força, mas não estavam sendo diferentes agora no governo, já que “. . . quando contra a oposição se

empregam o bacamarte e o cacete para lhe impor o silêncio?” (O Universal, 17.01.1842). E concluía o artigo no tom ameaçador:

Se o querem, continuem, porque o acharão. Os escritores da oposição podem ser vítimas do punhal ou do cacete; os homens que não pensam como os governantes podem acabar traspassados [sic] pelas balas dos assassinos; mas lembrem-se bem os que empregam esses meios das notáveis palavras do assassinado Badaró: Morre um liberal, mas não morre a liberdade; e vejam qual foi o resultado dos ataques feitos contra a mesma liberdade, e os homens que a defendiam mais corajosamente (O Universal, 17.01.1842).

Por outro lado, havia por parte do jornal governista conservador um duplo discurso. Um era fazendo apelo por uma oposição feita a partir do jogo político institucional:

. . .os mineiros só querem ordem e aquela liberdade, que deve resultar do respeito e devida obediência às leis e autoridades constituídas, e não aquelas que nascidas do arbítrio e da violência das paixões que só trás após si a anarquia e o aniquilamento de todas as garantias sociais. (O Correio de Minas, 23.02.1842)

O outro era o temor da radicalização que apontava para caminhos que fugiam à legalidade. Denunciavam o discurso liberal como sendo provocador de revoltas, proclamando ao povo “ . . . que não esfrie o fervor . . . como o chefe proclama às suas brigadas, que marcha ao ataque, quereis excitar as paixões. . .” (O Correio de Minas, 08.01.1842). Uma dessas preocupações foram as representações contra o governo já comentado no subcapítulo “Minas é o Brasil ou versus o Brasil?”, organizadas por liberais e que os conservadores procuravam desacreditar: “Exprimem elas a opinião da ilustrada província de Minas? Sabem eles todos o que assinaram . . .dadas a pedido de um ou de outro amigo?” (O Correio de Minas, 19.01.1842) ou que fraudavam as representações, afirmando que os liberais pediam a assinatura na lista dizendo ser de apoio ao governo, enganando os cidadãos (O Correio de Minas, 05.02.1842).

O jornal “O Correio de Minas” comentava, demonstrando receio de provocar reações mais extremadas, sobre as consequências dessas representações: “Concordamos com a oposição, que esse meio de que agora se serve, embora seja imprudente e próprio para alimentar terríveis conflagrações, não é menos constitucional . . .” (O Correio de Minas,



19.01.1842). Era constante junto às representações em favor do gabinete instituído denunciar as intenções da oposição, como o assinado pelos habitantes de São Domingos de Minas Novas: “A oposição nada mais aspira do que uma geral conflagração nesse império” (O Correio de Minas, 30.03.1842).

Esse parecia ser para os liberais o dilema que chegou ao seu esgotamento dessa tentativa de conciliar moderação e heroísmo. Estando no governo, o caráter mineiro, de espírito aguerrido, que carregava nas veias o sangue dos heróis do passado, tem um papel importante na manutenção da ordem. Porém, ao não compartilhar o poder, a oposição liberal via reproduzir práticas que entendiam ferir o princípio da constitucionalidade: alterações de leis em favor de interesses de grupos, “reformas que acabam com muitos artigos da constituição . . .” (O Universal, 30.05.1842); entrega de cargos públicos partidários e parentes; a ação de forma truculenta no processo eleitoral (práticas que, como se sabe, também foram, segundo críticas dos regressistas, comuns quando os liberais estavam no governo). A resposta dos liberais vai ser a de recorrer à busca do poder pelas vias da sedição, condição de uma tradição política da insurreição presente na sociedade mineira e estimulada ao longo do período regencial.

A epígrafe em latim “In medio posita est virtus”, que estava presente até a última publicação do jornal “O Universal”, coexistindo com o discurso radical que cada vez mais aproximava do “espírito” insurreto mineiro mostrava o dilema dos liberais moderados. É um impasse vivido pelos liberais moderados em Minas Gerais que foi demonstrado na última edição do “O Universal”, em 30 de maio de 1842. Fugindo ao padrão de quatro páginas, o periódico foi a público com doze páginas, sendo dois terços delas em publicações oficiais. O restante das páginas se destinavam a publicações de correspondências, uma opinião contra a decisão do juiz João Joaquim da Silva Guimarães de multar o jornal, cumprindo determinação da nova legislação, pelo fato do “O Universal” não dispor do nome do impressor ou dono da tipografia.

Em meio a essas informações, na oitava página, uma pequena nota anunciava a suspensão do jornal. Segundo o editor, a não continuidade das publicações foi motivada pelo uso da força e perseguições do governo, pela falta de liberdade de imprensa e “os acontecimentos da província de São Paulo”, fazendo referência ao avançado processo de insurreição na província

paulista. José Pedro Dias de Carvalho ainda escreve que a paralisação do jornal iria ocorrer até que “o país se pacifique e possamos entrar na marcha ordinária”. Argumentava ainda que essa atitude daria maior liberdade ao governo a agir com total liberdade e, conseqüentemente “ . . . e se abrande o seu furor”. Afirmava, finalmente, ser um jornal que não compartilhava com o governo e para continuar fazendo oposição seria “ . . . preciso censurá-lo, e censurá-lo com energia: e para que se não diga que as nossas censuras são prestadas às hostilidades que contra ele aparecem, julgamos mais prudente abandonar-lhe o campo” (O Universal, 30.05.1842). Carvalho participou da Revolução Liberal, redigiu o “Manifesto dos Rebeldes” e “ . . . dos tipos do ‘Universal’ mandou o seu proprietário fazer balas, que forneceu em quantidade para a rebelião”<sup>191</sup>. Portanto, em um discurso contraditório, expressava em público uma proposta de respeito às instituições, mas que buscava resgatar laços integradores perdidos, fazendo da conspiração um instrumento para o retorno ao poder. Portanto, o “espírito” heroico mineiro naquele momento só teria um papel importante para o império se estivesse na condição de governo. Estar como oposição, especialmente quando os princípios constitucionais e as práticas políticas não eram rotineiros traria sempre o questionamento da legitimidade do governo e possíveis rupturas.

#### **4.2. O “espírito” mineiro após a Revolução Liberal**

Para Erik Hörner<sup>192</sup>, o imperador não poderia ceder à manifestação dos rebeldes liberais, o que necessitava uma repressão para consolidar o império. Segundo Hörner, houve depois de 1842 uma revisão nas práticas políticas, surgindo novos nomes de jovens políticos como o conde de Prados, Domiciano Leite Ribeiro e Gabriel Rodrigues dos Santos. Nomes do Primeiro reinado e da Regência como Feijó, Álvares de Machado e Ferreira Melo viveram seu ocaso e uma revisão de postura e acomodação foram feitas por políticos como Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni e Francisco Sales Torres Homem. Para Hörner, “ . . .

---

<sup>191</sup> ARAUJO, Maria Marta. Uma janela para o Mundo. Apud Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. p. 58-59. v. 46, fascículo 1, jan.-jun. 2000.

<sup>192</sup> Op. cit.

não era necessariamente um novo tempo, mas certamente um tempo para novas práticas e novos homens”<sup>193</sup> .

De acordo com Patrícia Falco Genovez<sup>194</sup>, a recuperação dos liberais só ocorreu no início dos anos de 1860:

Desarticulados em função da morte, do esmaecimento e da flutuação para a oposição de alguns de seus líderes, os liberais mineiros só retomam ao poder em 61, quando antigos líderes tentam encabeçar uma nova geração, já recuperada economicamente dos embates de 42.<sup>195</sup>

Para Irene Nogueira de Rezende<sup>196</sup>, o término do movimento liberal de 1842 representou para a imprensa periódica também o fim da exaltação que reinava no Período Regencial não só em Minas Gerais, mas também nas outras províncias, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro. Até o surgimento do movimento abolicionista e republicano, a imprensa teria, segundo Rezende, um discurso bem mais brando e os participantes da Revolução Liberal se integrariam na administração imperial ao longo do governo de D. Pedro II.

Silenciar o movimento liberal de 1842 no campo das representações exigia do Estado conter essa cultura insurgente mineira, fazendo frente a ela a retomada do discurso da moderação. Para esse momento, a representação da Conspiração era utilizada pelos Conservadores para eliminar os opositores e esconder as falhas do governo. Dois jornais da década de oitenta do Dezenove seriam enfáticos quanto ao papel de 1842 para a província Mineira:

A nossa querida província passa por uma crise medonha. Enxotaram-na para fora da nação. Não tem direitos, não tem apoio, não tem autonomia. Mas paga e paga muito. Seus filhos não soltam um ai, porque o naufrágio de 42 arrasou o patriotismo. Ser brando, ser manso, ser servil e submisso sem protesto são dotes que engrandecem. . .(Minas Altiava, 02.04.1886).

Debalde essa província por supremo esforço derramou o precioso sangue de seus nobilíssimos filhos na desastrosa revolução de 1842. O poder da realeza levou por diante, triunfantemente, a sua obra

---

<sup>193</sup> Op. cit. p. 343.

<sup>194</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese (doutorado em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. .

<sup>195</sup> Op. cit., p. 252.

<sup>196</sup> REZENDE, Irene Nogueira de. *O Universal: um jornal mineiro no tempo da Regência (1825-1842)*. *Anpuh. XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza*, 2009. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.s25.0975.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2013.

completa destruição da nossa autonomia. De então, começamos a ser escravos (O Povo, 05.05.1888).

Nas décadas de quarenta e cinquenta os jornais vão abandonar o apelo ao heroísmo e a bravura dos mineiros, vai evitar as convocações para pegar em armas em nome da Constituição, vai renunciar o estado de alerta constante em defesa da liberdade. A tendência em dar uma nova conotação à liberdade nesse período (tema tratado no subcapítulo “O entendimento da liberdade em Minas e suas variações ao longo do Império”) sinaliza também um novo tratamento dado ao “espírito” mineiro. O jornal conservador já apontava essa tendência em sua publicação de 18 de outubro de 1842, recolocando os mineiros dentro de um patriotismo institucional, inserido na legalidade e fora de atos heroicos que poderiam resultar em futuros sobressaltos:

Os mineiros . . . amando com entusiasmo o trono constitucional do sr. Dom Pedro II, se desvanecem de amar a bem entendida liberdade, que reprova todos os excessos, todas as consequências exageradas como precursoras infalíveis da anarquia, o maior, o mais terrível dos flagelos, que podem afligir um povo. V. ex. na elevada posição que ocupa, teve ocasião de observar quanto pode o patriotismo dos mineiros, quanto valor e força tem para com eles os altos objetos, que foram chamados a defender (O Correio de Minas, 18.10.1842).

O poema escrito pelo leitor que se intitula “legalista” expressava o abandono dessa tendência em exaltar o discurso do heroísmo mineiro: “Nunca mais vejo os teus olhos, da anarquia horrível, ó leal entre os leais, cidade de Barbacena, repelem bravos mineiros, do rebelde o jogo vil, nós também somos leais, somos filhos do Brasil”(O Correio de Minas, 21.10.1842).

Conforme já foi dito, não existe nos arquivos uma farta documentação de periódicos na década de 40. Mas o retorno do partido liberal em meados dessa década e algumas publicações do jornal luzia “O Constitucional” sinalizam que o discurso adotado nos anos regenciais não era mais o mesmo. Os conservadores já ventilavam um projeto conciliador em 1846 e o periódico liberal nas edições de 06 e 18 de agosto de 1846 recusava uma proposta política nesse modelo. Mas as respostas dadas eram dentro da arena institucional, acreditando os liberais mineiros que não havia como existir no sistema representativo uma conciliação, pois a política é o confronto de ideias,

pelas vias pacíficas e dentro da legalidade, e quando o caminho é esse, poderia se evitar a violência:

O sistema representativo supõe a existência dos partidos e a sua luta constante, supõe a inevitável diversidade das opiniões humanas, o seu eterno conflito, ele abriu o campo da sociedade à discussão, ao livre exame, e a manifestação das opiniões opostas. . . Impedir que haja partidos que haja dissidência, essa é a tarefa do despotismo e do terror. O regime representativo foi estabelecido para o contrário. . . O que o país deseja e necessita, não é que pensemos todos como um só homem, porém sem que a divergência das opiniões encerrasse-se pacificamente no círculo traçado pela lei. . . Esta é a inspiração da nossa política – substituir as facções pelos partidos, abrindo caminhos regulares à manifestação de suas pretensões, tornando a violência desnecessária, a cólera ridícula, e deixando as portas abertas a conversação sincera e honesta (O Constitucional, 06.08.1846).

Após 1842 e até 1848, não há mais um apelo à busca de um “espírito” mineiro, como portador de uma conduta e um caráter próprio. Quando era apontado um mineiro, a referência era a uma posição administrativa, como presidente ou tesoureiro do governo. Essa situação só vai ser alterada com o federalismo e o republicanismo colocado em discussão em função dos movimentos europeus e a Praieira em Pernambuco. Em 1848, já não eram mais os liberais e sim conservadores que estavam no poder. As eleições provinciais são colocadas para o jornal situacionista “O Povo” como um elemento definidor em relação à preservação ou não da monarquia. Se nos anos 30 o olhar para o passado objetivava a mobilização para um espírito mineiro heroico, nos anos de 1848 o retorno ao passado era para se precaver de ações insurgentes, estando como alerta para evitar o que consideravam um erro como o que aconteceu no movimento liberal de 1842: “. . . somos todos mineiros, olhemos para trás, meditemos nossos erros passados, e procuremos emenda-los” (O Povo, 19.08.1849). O movimento liberal era tratado como um fantasma que, pela visão da imprensa conservadora, estava sempre assombrando a política mineira. Da vila de Tamanduá, assinado por um “grande nacional roceiro”, havia a indagação diante da possibilidade de vitória eleitoral liberal na região: “A província de Minas Gerais, sempre leal, srs. Democratas, ainda é a mesma de 1842?” (O conciliador, 12.05.1851). Ou seja, o olhar para o passado não era mais de orgulho, mas um sinal de temor e de alerta. Havia por parte dos conservadores uma tentativa contínua de afastar a

representação do “espírito mineiro” de atitudes insurgentes, repelindo imagens que poderiam ser, segundo o jornal, trágica para a província, servindo como exemplo o movimento de 1842:

Vimos em 1842 ensanguentados duas das nossas melhores províncias, mas se lhes perguntarmos o que pretendiam se o resultado das armas lhes fosse favorável, não sabemos o que responder . . .O povo mineiro deve refletir bem nossas palavras do órgão do partido que fez a rebelião de 1842. . .(O Povo, 01.07.1849).

Para os conservadores, a justificativa para esse temor quanto à oposição liberal era explicada pelas atitudes desse passado:

Se pela sua conservação nutrimos às vezes apreensões exageradas, não somos nós os culpados. Baseamos nossa conjecturas em fatos; raciocinamos do conhecido para o desenvolvido. Quando por duas vezes consecutivas vos vimos saltar do poder para a rua, e empunhar armas contra ministérios só porque não partilhavam vossas ideias, podemos deixar de velar noite e dia na defesa daquilo que julgamos essencial e indispensável à salvação pública?

Na decisão entre o bom senso e a paixão, entre “ . . . suspender as tempestades que ameaçam de perto a pátria dos brasileiros ou cair sobre ela as chuvas de sangue, as calamidades do inferno” (O Povo, 05.08.1849), os mineiros, segundo o periódico, escolheram a primeira opção. O discurso do bom senso e da moderação apontava para a reconstrução de um jeito mineiro que resgatava o comportamento político atrelado à razão, ao equilíbrio, às instituições. A vitória nas urnas foi utilizada para mostrar a opção dos mineiros em recusar o sentimento insurrecional e ratificar a disputa política com as armas da legalidade: “Basta, volta a província ao seu estado normal. . .essa agitação sistemática e louca. . . . não ponhamos em questão as instituições cardeais do país” (O Povo, 19.08.1849). Em outro artigo, na mesma edição, reafirmava que a derrota liberal “ . . . é resultado da manifestação geral do povo mineiro contra as ideias revolucionárias” (O Povo, 19.08.1849).

Passaram finalmente o 5 de agosto e os falsos profetas ficaram mentirosos, o povo mineiro mostrou que não se ofende de balde o seu bom senso, pregando-lhe ideias incendiárias; o povo mineiro em toda a parte de que temos notícia apresentou-se firme e decidido a sustentar com seu voto sagrado da monarquia constitucional, a atitude respeitável deste povo magnânimo confundiu os revolucionários: na sua moderação e paciência achou ele os meios

de inutilizar os arremessos de cólera estudados (O Povo, 12.08.1849).

A derrota dos liberais mineiros nas urnas parecia ter dupla conquista para o grupo que ocupava o poder em Minas Gerais naquele momento, tanto significando um ponto final em qualquer tentativa de volta às insurreições na província, como servindo de modelo nacional para afastar projetos políticos que fugissem à legalidade:

Depois que a província toda condenou a bandeira revolucionária da federação e a constituinte arvorada em Pernambuco transplantada para Minas pelos escritores imprudentes da oposição. . . vindo-a esmagada pelo povo, procura se desculpar torcendo a significação das palavras em seu programa. . . Bem haja o Povo mineiro, que soube salvar o país, obrigando estes facciosos a desdizer-se, a envergonhar-se, a negar-se. . . (O Povo, 02.09.1849).

O início da fase Conciliadora só iria corroborar com essa tendência de aproximar o mineiro a uma identidade moderadora. Já em 1853, um perfil de uma política moderada para os mineiros já circulava no Rio de Janeiro, em publicação transcrita pelo jornal mineiro “Regeneração”:

“ . . . Acostumado a encarar a política em relação aos partidos sob as duas faces principais, a de governistas e oposicionistas: a de encará-la, como fazem os Mineiros, que são na corte o mesmo que na província, ignoro o que quer dizer saquarema ou luzia” (Regeneração, 28.03.1853).

A ideia de consenso ia ao encontro de um discurso moderado, um percurso espontâneo que seguiu a província mineira, natural de seu caráter:

A conciliação não é obra do governo, é um fato, consequência natural das lutas e do caráter do povo. . . Se nós pensássemos que a conciliação era obra do governo, atribuiríamos ao governo um milagre, em vez de elogiá-lo pelo tino que soube compreender e acompanhar a tendência do espírito público. . . A poucos passos a rivalidade foi desaparecendo, a linha que tão distintamente separava os grupos apagou-se, os indivíduos se confundiram em um só pensamento. *Ao menos é o que se observa nessa província.* (O Bom Senso, 09.07.1855).

A imprensa mineira chegava a construir a ideia de uma Minas Gerais precursora dessa orientação política que predominou na década de 50. Dois diferentes jornais, em momentos distintos, um na fase final da política de

Conciliação, o outro sete anos depois de finalizado esse período, procuram dar paternidade aos mineiros ao projeto conciliador:

Constituindo-nos, pois, o eco daqueles que ainda creem e esperam-nos, que não fomos felizmente educados nessa escola antiga de ódios, da luta e de sangue, nós, que damos os primeiros passos de vida pública aquecidos pelos raios vivificantes do sol da conciliação. (Correio Oficial de Minas, 12.05.1859).

Compulsem-se os anais da imprensa de nossa província e sob o título de 'coalização do mérito' encontrar-se-á aí a ideia de conciliação, muito antes que ela fosse, como então se dizia, proclamada do alto do trono. (O Diário de Minas, 07.04.1867).

A utilização do discurso da moderação passou a ser a alternativa aos excessos ocorridos no passado, entendendo ser esse ponto de equilíbrio a monarquia, único regime político onde haveria a garantia de estabilidade

A moderação é uma busca de conciliar os extremos que desemboca na política. Trecho citado na seção chamada de Variedades: - Toda virtude se acha entre 2 vícios. – A muitos respeitos se pode concluir do físico para o moral. – O que come demais está exposto a uma apoplexia e pois a morte. O que tem saúde demais, está exposto ao mesmo mal. – A demasiada força do vapor causa explosão. – O que estuda demais adoece e treslé [sic]. O que nada estuda, nada sabe. – Chuva demais faz apodrecer a planta, sol demais a mata e aniquila. – O que ri demais é um cáustico para os nossos ouvidos, o que está sempre sisudo é um pedagogo inoportuno. – Senhor muito brando perde a força moral perante seus escravos, é despreparado, muito rigoroso atrai perigos e ódios. – Pouca liberdade em um país é escravidão, muita liberdade é em suas consequências escravidão . . .O que seria o Brasil deixando a monarquia pela democracia? Seria tão nescio [sic] como o cão da fábula, que não tendo conseguido achar carne na sombra do que levava na boca, perdeu uma e outra (O Conciliador, 08.05.1851).

A política de Conciliação só reforçou a aliança entre desenvolvimento material e moderação. Para ilustrar, pode-se exemplificar o jornal “Bom Senso”, que dedicou parte das publicações para agradecer Diogo de Vasconcellos, de saída da presidência da província. Afirmava ter Vasconcellos conseguido “unir a grande família mineira.”, que fomentou os melhoramentos materiais desejados e “. . . promovendo a luta pacífica das ideias”, ao mesmo tempo que fez “. . .serenar em uma província onde a guerra civil tinha deixado dissensões profundas e paixões odientas.” (Bom Senso, 21.02.1856).



Nesse momento, para a imprensa provincial, o “caráter” mineiro não brotava do seu heroísmo, mas da “. . . índole pacífica dos Mineiros”(O Conciliador, 04.08.1851) e de uma essência “. . . ordeira, religiosa, amiga do trono e da monarquia constitucional” (16.06.1851). A defesa é pela “. . . luta pacífica das ideias . . . contrariando a oposição que queria rancores e lutas de sangue” (O Bom Senso, 21.02.1856). Até o linguajar usado pelo mineiro para fazer política era visto como mais polido e quando a oposição usava expressões que fugiam à ordem, havia, por parte da imprensa, a condenação, considerando ser uma “. . . linguagem inconveniente e imprópria da civilização mineira” (Bom Senso, 09.05.1853). A própria expressão “província amiga” ou “bons mineiros”, também usada com frequência nesse período, inverte expressões comuns dos anos 30 de “defensores incondicionais”, “bravos mineiros”, abrandando a necessidade de manutenção da ordem, retirando o caráter belicoso que sugeria estar sempre em prontidão, sempre em estado de guerra. A convocação para “mineiros prontos” e “sempre alertas” perdeu espaço nesse contexto político, indicando que eram consideradas pelos defensores da conciliação expressões que poderiam trazer riscos à ordem e a Constituição.

O passado, em especial o movimento liberal de 1842, continuou nos anos 50 sendo a antítese do heroísmo aclamado pelos liberais moderados da regência, modelo que precisava ser resgatado para ser referência do que não fazer na política. O jornal “O Conciliador” faz alusão a 1842, alertando: “Ai daqueles a quem não tiverem aproveitado as lições da experiência” (O Conciliador, 02.01.1851). Ainda resistindo à proposta republicana produzida pelo “O Apóstolo”, o discurso conservador era de acreditar que não mais estava encarnado no mineiro o “espírito insurgente” do passado, mas sim o da moderação: “Se não depositássemos tanta confiança no bom senso e ilustração da província de Minas Gerais, facilmente nos persuadiríamos que as coisas caminham para um novo 10 de junho” [data em que se iniciou em Barbacena o movimento de 42 na província mineira](O Conciliador, 02.01.1851).

Em uma sociedade cujos valores eram marcados pelo catolicismo, até a religião foi buscada pelos jornais como força de argumentação para justificar a legitimidade da política conciliatória do governo. “O Conciliador” de 21 de

fevereiro de 1851 faz uma analogia entre monarquia e o reino dos céus, concluindo que movimentos contra o governo estão ligados a “satanás encoberto” e conclui: “. . . os mineiros sabem que o evangelho o que não quer é que se mate, se roube, se introduzam a discórdia no meio das famílias, o que ele ensina é a paz e a concórdia.. .” (O Conciliador, 21.02.1851).

Apesar do predomínio do discurso da moderação, da busca da legalidade como arena das disputas políticas, os jornais defensores do princípio da legalidade e do caráter ordeiro do povo mineiro aparentavam estar sempre em alerta, pressentiam ainda a permanência de uma tendência insurgente. O temor do retorno a um movimento nos moldes de 1842 deixava claro que paralelo ao discurso da legalidade havia sobrevivido uma tendência a práticas que não era a desejada pelos grupos do governo. O próprio discurso do jornal “Itamontano” e “O Apóstolo” sinalizavam a existência de uma cultura que fazia oposição à ordem existente. Não tendo disponível nos arquivos os dois jornais, a leitura que se pode fazer é nas entrelinhas do jornal conservador. Se boa parte do setor liberal aproximou do governo conciliador, outro grupo manteve uma proposta que questionava a monarquia.

Tudo indica que o “Itamontano” e “O Apóstolo” de modo geral, usavam de uma tática de fazer críticas nas entrelinhas. Por muitas vezes, segundo o que se pode concluir dos jornais governistas, havia por uma parte desses periódicos excessos no discurso, mas que logo procurava abrandar em determinadas situações, provavelmente por temor às sanções que poderia sofrer por parte do governo. Em 11 de fevereiro de 1851, por exemplo, comenta “O Conciliador” sobre o “Itamontano” que “Não há um número desde 29 de setembro de 1848 que não contenha a ideia republicana mais ou menos patente e desenvolvida”. E 11 de março de 1851, por exemplo, “O Conciliador” provocava o mesmo jornal liberal de “. . . não proclamar em alto e bom som a responsabilidade de seu nome e sua posição”.

Ainda assim, havia por parte da imprensa governista um verdadeiro pavor diante de uma possível vitória de defensores de uma constituinte e do federalismo, especialmente de 1848 até 1853. O que era externado em diversos momentos, como a edição de “O Povo” publicada no dia da eleição de 05 de agosto dizendo que a vitória da oposição iria fazer “. . . cair sobre a pátria chuvas de sangue, as calamidades do inferno”. Dois anos depois, “O

onciliador” de 03 de fevereiro de 1851 se refere à oposição que como quem “se nutre de sangue” na política ou 12 de maio de 1851 como “sanguinária”. Se essas publicações do “Itamontano” e “O Apóstolo” eram ou não uma defesa direta e explícita de um confronto à monarquia, se muitas informações chegavam aos conservadores por outras vias, como os boatos, o importante aqui é identificar que permanecia ainda a ideia de um perfil mineiro que não era, na política, só a moderação e o bom senso.

O reconhecimento desse “espírito” de insurgência pairando no cenário político mineiro era comentado em editorial do “O Conciliador” de 11 de março de 1851. O jornal conservador defendia o embate político exclusivamente no terreno da legalidade, diferente da luta paralela existente, que levaria, segundo o periódico, à anarquia. Mas, ainda segundo o jornal, parecia haver uma tendência mineira em buscar fora da arena constitucional os meios de conquistar o poder, ao afirmar sobre o uso da insurgência como recurso político o seguinte: “Sabemos que, *nesta província principalmente*, era mais fácil combatê-lo e derrotá-lo nesse terreno do que no da constituição”.(O conciliador, 11.03.1851). Ou seja, por mais que estivesse buscando inculcar no mineiro uma identidade moderada, o pressentimento de quem estava em defesa da ordem era que sobrevivia a tendência de se fazer política pelos meios violentos.

Povoando o imaginário dos anos 50, o passado heroico também não ficou esquecido totalmente nesse período de conciliação. No jornal “O Bom Senso” de 15 de janeiro de 1855 foi publicado discurso do deputado Galvão em que este fazia um levantamento da história de Minas, ocupando dois terços desse texto a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Filipe dos Santos. Essa narrativa sinalizava que, ao falar sobre o passado mineiro, o fio condutor dos “tempos de antes” de Minas Gerais passava sempre por movimentos contestatórios.

Portanto, continuava coexistindo, paralelo ao discurso oficial da ordem, a representação de uma província que confrontava com a monarquia em busca de alternativas que poderiam desembocar em quebra das normas Constitucionais. Apesar disso, até o final dos anos 50 ainda era dominante no discurso da imprensa governista o jeito conciliatório e moderado do povo mineiro, uma província que tinha no passado o modelo de todos os males que poderia causar uma política que contrariava a monarquia, caminhos que não

deveriam ser seguidos, trajetória que só levava a atrasos, conforme publicação de “O Bom Senso” de 1855 ao fazer referência aos rumos tomados por Minas Gerais após 1842:

Sua crença, suas esperanças no futuro, não a iludem jamais, porque a história do passado é o seu manual cotidiano, onde aprende as lições do futuro, onde acha o antídoto salutar contra os males, que lhe pode sobrevir. É pela convicção fundada na filosofia infalível que ressalta dos fatos contemporâneos que a nossa província se mostra tão propensa aos conselhos da paz e da prosperidade e por isso tão cautelosa quando no horizonte político descobre qualquer sinal pregoeiro talvez de terríveis borrascas. Sem dúvida o povo Mineiro não pode deixar de viver tranquilo e justamente esperançado no predomínio da política reinante. . . A política da atualidade pode contar com assentimento dos Mineiros na sustentação de seus projetos, que todos tendem a beneficiar o país, encaminhando-o para o estado de prosperidade, para o que a natureza o tem destinado (O Bom Senso, 05.07.1855).

#### **4.3. Dando contornos para a identidade mineira**

Sem que se possa fazer um recorte temporal exato, foi entre o final dos anos 50 e início dos anos sessenta que se pode perceber de forma efetiva, na imprensa, a construção de uma identidade mineira, ainda que ela fosse flutuante. Se existia antes o “caráter” ou “espírito”, não havia contornos nem muito menos uma regularidade nesse ser mineiro, flutuando entre moderação e insurgência, de acordo com as conveniências de quem detinha o poder. Também nesse momento se desvinculava moderação e insurgência de uma proximidade com o império, que passava a ser nesse momento o outro. Essa identidade pode ser percebida pelo vínculo de grupo e do local que foi construído, havendo uma cultura compartilhada entre indivíduos somada a uma referência identitária, há uma auto-identificação e a identificação do outro. Ou seja, havia um compartilhamento interno e um reconhecimento de diferenças a partir do olhar do outro. Existia ao mesmo tempo uma crença nesse discurso por quem o professa através de padrões valorativos. Diante de um forte sentimento de decadência, houve a busca de se determinar uma posição política estabelecida, uma demarcação de fronteiras por quem estava sendo ignorado. Por fim, essa identidade ficava visível pela construção de representações, através de símbolos, imagens, ritos, mitos, valores e princípios que envolvem essa Mineiridade.

Essa construção da identidade mineira aliando os dois elementos antagônicos, moderação e insurgência, foi favorecida pelo contexto vivido na província nos anos 60. O sentimento de decadência apresentado pela imprensa de Minas Gerais favoreceu a construção por parte da elite mineira o surgimento da representação de uma identidade que aliava moderação à insurreição. O discurso de uma Minas Gerais insurgente parecia encontrar no abrandamento do radicalismo político um retorno apropriado, que vai caminhar junto com uma província politicamente moderada, conciliando o passado de lutas a um aprendizado que vai resultar no avanço civilizatório. A própria liberdade, intrinsicamente ligada ao caráter mineiro, também sofreu acomodações ao longo desse período, conforme tratado no subcapítulo “O entendimento da liberdade em Minas e suas variações ao longo do império”. Essa roupagem política híbrida, de uma atitude conciliatória mineira agora coexistindo com uma Minas Gerais insurgente tinha em seu passado de lutas um discurso permanente, dando visibilidade a uma província que é capaz de atender aos interesses do império, mas que tem uma tradição de resistência latente. A resistência nesse momento era incorporada à tradição de moderação, é “cooptada”, não está do outro lado, mas pertencia à força da tradição de moderação que assumia o perfil da prudência pela própria experiência vivida no passado contestatório. Se antes as paixões moviam a política dos liberais agora “As paixões não atravessaram nossas montanhas” (Diário de Minas, 12.09.1866).

Era uma necessidade de conseguir se fazer perceber e ao mesmo tempo também percebia a si mesmo, buscando um resgate de quem já foi uma expressão, o fiel da balança nas principais decisões tomadas no Brasil até, pelo menos, os anos 40 e perdeu o importante papel que tinha no cenário nacional. Esse grupo tanto compartilhava uma visão em comum como também uma divisão em comum, construindo concomitantemente identidade e unidade, impondo percepções. Havia nessa busca de identidade a comunhão de quem o defendia, pois existem proximidades econômicas, sociais e políticas, ainda que façam em um determinado momento uma oposição partidária. Estariam em jogo as vantagens que essa representação identitária teria em Minas Gerais para a manutenção e/ou mudanças que estariam ocorrendo entre os atores envolvidos.

Conforme já foi dito, no final dos anos 50, a política Conciliatória já apresentava sinal de esgotamento, sendo as propostas do retorno à concorrência partidária colocadas em pauta. Alguns defendiam a necessidade de uma oposição e que o período de Conciliação seria o responsável ao indiferentismo na política. Nesse discurso propondo a volta de oposições mais atuantes, parte da elite apresentava certo cuidado em tratar do tema, por temer a volta ao radicalismo (“O Sul de Minas”, 01.10.1859, “O Bem Público”, 17.02.1860, dentre outros). Outros foram em defesa da política de Conciliação, acreditando ter sido a década de 50 um momento que acabou com as disputas pelo poder o ódio e as paixões (“O Correio Oficial de Minas”, 12.03.1860, “O Correio Oficial de Minas”, 30.04.1860, dentre outros). Ao mesmo tempo, movimentos liberais que faziam uma oposição mais incisiva são retomados.

No caso da província, essas oposições surgiram inicialmente no sul mineiro, nas publicações do jornal “O Sul de Minas”, com propostas de criação de outra província separada de Minas Gerais. É importante ressaltar que ao se pensar em um perfil de ser do mineiro, não havia uma precisão geográfica, uma fronteira rigorosamente delimitada. Apesar de terem ocorrido diversos movimentos regionais para se tornarem autônomos em Minas Gerais durante o império, como por exemplo no sul de Minas, na região do Rio São Francisco e no leste mineiro, os pretendentes a novas províncias não abriam mão de sua “essência” mineira. Em artigo no jornal “Bom Senso”, de 1854, José Jorge da Silva escreveu sobre o movimento separatista iniciado na cidade de Campanha e Pouso Alegre, recordando que já ocorreram tentativas de desmembrar o território mineiro. Silva deu exemplo de 1843, sendo o principal motivador o movimento liberal de 1842, estando o presidente de província à época “. . . assustado talvez por uma Revolução que ainda fumegava” (Bom Senso, 12.06.1854). As propostas separatistas tinham diversas motivações, especialmente econômicas, mas havia argumentos por parte do governo provincial para que não ocorressem. Um deles é de que, diante de uma região com grandes vazios populacionais, uma divisão levaria às novas províncias situações de pobreza semelhantes à de Sergipe e Rio Grande do Norte, que se desmembraram de províncias de vasto território. Outro argumento era que, ao dividir a província haveria uma queda de representatividade no parlamento,

esvaziando ainda mais o poder de uma região que já tinha a desvantagem de não ser banhada pelo mar:

A posição geográfica de nossa província privou-a das vantagens do porto de mar . . . Para contrabalançar essas vantagens, precisa de ser vasta por seu terreno, grande por sua população, e respeitável no parlamento, pelo número de ilustração de seus representantes. – Dividi-la é renunciar à essa compensação a que parece termos direito. (Bom Senso, 12.06.1854).

Ainda que esses movimentos separatistas tivessem ocorrido, o “espírito” mineiro seria carregado junto à nova província (que, como se sabe, de fato nunca foi criada). Um caso separatista que é emblemático quanto à manutenção desse imaginário foi o já citado fato dos movimentos no sul da província. Estes tratavam Minas Gerais como “Rússia brasileira”, mas o nome da nova província carregaria o “caráter” mineiro a partir de seu nome: Minas de Entre Rios. Além de manterem no discurso a referência do espírito de luta dos conjurados, demonstravam um sentimento de pertencimento de quem é da região. É o caso do artigo do jornal do sul de Minas Gerais, que ao criticar a corrupção e o servilismo político existente na província, fazia um apelo aos mineiros que

se lembre Minas de suas passadas glórias. . .a recordação de um passado glorioso em nossa província ilumine aos homens da atualidade, para que os filhos desta parte do império que já morreram amando até o extremo este torrão em que nasceram, não se voltem em suas campas envergonhados porque Minas tenha perdido até a memória desse tempos heroicos que já se foram (O Sul de Minas, 29.04.1860).

Até mesmo o jornal conservador “Correio Oficial de Minas” já havia começado no final dos anos 50 a tratar de temas até então caros aos conservadores, que é o passado de lutas mineiro. Ao escrever em 27 de janeiro de 1859 sobre a Igreja de Caeté, construída nos anos 40 do século XVIII, descreveu sua história e construção, e narrou sobre o conflito de Emboabas.

O mesmo periódico, em apoio a Manoel Teixeira de Sousa como candidato ao senado e um dos líderes da Revolta do Ano da Fumaça, resgatou seu

passado no movimento, já não dando mais um sentido negativo a ele, atitude incomum até então entre os conservadores:

Em 1833, nesses tempos de exaltação e anarquia, o sentimento do dever fez-se ouvir na consciência do político: o rebelde lembrou-se que era mineiro, e por sua firmeza e improbidade poupou a província, recebendo em paga de tanto civismo a mais atroz perseguição. (Correio Oficial de Minas, 16.01.1860).

No mesmo artigo sobre Manoel Teixeira de Sousa há outro aspecto a destacar: a presença de uma identidade próxima ao que se entende por Mineiridade a partir de um olhar dos conservadores. Ao tratar o personagem dentro da tensão entre moderação e insurgência, carregando todas as suas contradições e ambiguidades, existia a figura do rebelde e junto a ela a figura do conciliador.

O final dos anos 50 marcou também o aparecimento da imagem de Tiradentes, mito político que mais encarnou esse “espírito” da Mineiridade, construção que conseguiu conciliar a cultura da moderação e da insurgência de modo renovado. Nos anos 30, o estado de alerta, o apelo para a bravura e heroísmo apresentavam riscos à ordem monárquica que podem ser evidenciados com a culminância do movimento de 1842. Mas nos anos 60, os tempos são outros, as ações políticas também. Por um lado, vinte anos de um discurso oficial que procurou dar contornos moderados aos mineiros, aliado ao afastamento, pela cooptação ou da força, de diversas lideranças da província, sinalizavam para uma resposta favorável às intenções da monarquia em conter o ímpeto contestador dos mineiros. Um leitor que se denominava “o progressista”, retrata bem o momento:

Durante o período de triste memória a que nos referimos nenhuma província tanto sofreu, nenhuma retrogradou tanto como a de Minas. Acostumada a tomar sempre parte na direção dos negócios do estado, a ocupar o lugar de honra entre seus irmãos, posto que lhe é devido pela sua importância, grandeza e avultada população, viu ir lhe escapando sua preponderância, viu suas irmãs adiantarem-se e deixando na retaguarda, viu seus homens mais proeminentes, uns votados ao ostracismo. .outros finalmente a pouco extremos lidadores retiram-se diante do indiferentismo as suas tendas julgando ter cumprido sua missão. Mas o movimento que se nota é um bom presságio: dentro em pouco ela pode reconquistar a posição perdida. (O Bem Público, 17.02.1860)



Havia também para esse período uma tentativa de fazer desse passado de lutas um processo evolutivo, que conduziu Minas Gerais ao amadurecimento, uma página virada da “infância” mineira. Tanto assim que a referência ao período era de “ . . . rudes épocas de batalhas animadas” (Correio Oficial de Minas, 21.06.1860). O uso da força para resolver os conflitos era considerado nesse momento como uma prática a ser abandonada e que foi naturalmente superada após um longo aprendizado:

Os tempos eram, todavia, difíceis, as lutas violentas, os partidos inquietos e ciosos. Quando um povo sai da fornalha fica incandescendo como o ferro e só depois de longamente temperado é que se torna aço (Correio Oficial de Minas, 21.06.1860).

Avaliando uma das consequências do período Conciliatório, o “Diário de Minas” de 02 de junho de 1866 entendia que houve o abrandamento das radicalizações e maior praticidade nas obras que a província necessitava, mas mutilou a oposição, e em especial o partido Liberal. Essa tendência já havia sido sinalizada anos antes, quando o jornal “O Bom Senso”, criticando a oposição, afirmou: “O partido chamado Luzia some-se a olhos vistos. A Constituinte e a república exauriram-lhe as forças” (O Bom Senso, 19.07.1853). Ainda que considerasse como um risco latente o silêncio político, o jornal de oposição conservadora reforçava a falta de vigor de outrora:

Em 1708 resistiu com denoso [sic] as tropas do Rio, fazendo-as retroceder caminho, em 1720, com as armas e o punho intrépida constrangeu o governo revogou as leis dos quintos, em 1842 exibiu as mais significativas provas de adesão à causa pública. Atualmente nem o entusiasmo a anima. . . (Constitucional, 18.08.1866).

Em artigo publicado no jornal oficial dos progressistas, grupo liberal que assumiu o poder desde 1866, o “Diário de Minas” de 07 de abril de 1867 deixava clara em seu discurso a ruptura com as práticas liberais realizadas no passado. Deixava claro que não comungava mais com a prática dos liberais históricos, referência dada aos liberais que estavam ainda no partido e que participaram ou simpatizavam com a prática do Movimento Liberal de 1842. Acrescentava ainda o periódico que houve um esforço inútil do partido liberal até o início do Segundo Reinado para ascensão ao poder através de mudanças radicais, dando com essa atitude espaço para o crescimento e consolidação do

poder ao partido Conservador, mas que a mentalidade política já não era mais a mesma do passado, pois haviam abandonado “. . . resolutamente o triste legado de ódios que lhe deixavam as lutas estéreis de outros tempos” (Diário de Minas, 07.04.1867).

Reconstruir a identidade mineira favorecia uma ação mobilizadora que se propunha, ao menos no campo das representações, a retomada no crescimento, procurando tanto no discurso político quanto no econômico um retorno à grandiosidade da província através das glórias do passado, de um povo gladiador que não usa mais as armas revolucionárias, mas que pode abrir caminho para um futuro melhor por serem herdeiros de uma Minas que mantém o vigor de tempos idos. Não mais pelas armas, mas no caminho do “. . . progresso pacífico . . . repelindo a força, a violência, a revolução como meio de obterem-se e consolidar os melhoramentos sociais” (Diário de Minas, 01.06.1866). O apelo é “. . . por princípios sãos e não por paixões desregradas” (Diário de Minas, 03.06.1866).

O apelo para a insurgência na década de 30 era em nome da pátria, era um discurso que ligava Minas à fidelidade monárquica. A partir dos anos 60 é um discurso de construção de identidade, não separado, mas independente do projeto de monarquia. O projeto monárquico não traz mais aos mineiros um sentimento de proximidade, de vínculo. A identidade mineira passa a ser imaginada a partir do seu interior, de dentro para fora, que precisava naquele momento recuperar o espaço perdido no cenário nacional. Daí a busca por referências dentro da própria província, de movimentos que criassem uma identidade construída a partir de si mesmo, no qual a Conjura Mineira é um dos exemplos. A expressão no plural dos conjurados, “os Cláudios, os Alvarengas, os Gonzagas” faz alusão a todos os mineiros, sangue nobre que em algum momento caiu e que agora encontra força para se erguer novamente, retomando sua grandeza, criando o sentimento de pertencimento. Fica claro que é um discurso que envolve uma ação mobilizadora, propondo a busca de caminhos próprios para Minas Gerais: “. . . devemos hoje sustentar a nossa autonomia, que devemos, unindo todos os esforços, fazer com que a nossa província marche paralela a suas irmãs! . . .” (Atualidade, 01.01.1881).

Há a necessidade de buscar na grandeza de um tempo passado como ação mobilizadora para superar um tempo presente decadente, uma exaltação

da grandeza do tempo de ontem com o objetivo de garantir a ressurreição, a grandeza perdida. É um passado que serve como modelo, valor que serve de exemplo, identidade que representa a redenção. Como mito político é uma evocação nostálgica, mas que pertence também à esperança que criava uma expectativa do seu retorno: “. . .que se lembre Minas de suas passadas glórias . . a recordação de um passado glorioso em nossa província ilumine aos homens da atualidade” (O Sul de Minas, 29.04.1860). Ou “. . Então a província de Minas, florão ilustre do diadema brasileiro, não esquecerá o passado glorioso que lhe dita a senha do futuro. . .” ( Diário de Minas, 05.09.1866).

Nesses novos tempos, não cabe o discurso convocando o povo mineiro a lutar com armas em defesa da constituição. São o Estado e as instituições que o representam os únicos que têm o direito legal ao uso da coerção. O jornal “Diário de Minas” faz referência a esses novos valores, ao fazer citar a Guarda Nacional da província : “. . . ela tem sido um corpo que faz honra à província de Minas, e o único exemplo, que alimenta o espírito marcial entre uma população naturalmente de índole pacífica e pouco propensa à carreira das armas” (Diário de Minas, 24.10.1866). Os Liberais Progressistas no poder consideravam que a violência agora é substituída pelas luzes e a arena dos debates, “Nesse século de discussão e de luz, em que não se resolvem as questões políticas e sociais pelos tumultos sanguinolentos das praças públicas, mas pela discussão que convence” (Liberal de Minas, 02.04.1868).

Esse apelo atendia também aos opositores conservadores, que nessa altura sabiam que não existiam os riscos que à ordem: “o nosso povo é por excelência ordeiro. Não precisa de baionetas do governo . . Não crê mais nas melodias das sereias” (Constitucional, 13.10.1866). Há até certo deboche à valentia dos liberais que participaram desses movimentos, chamados de liberais históricos: “partida de leão e parada de cordeiro” (Constitucional, 27.10.1866). A aliança entre moderação e sedição, base da identidade mineira, agora é trazida também para os conservadores. Quando o “Constitucional” de 14 de abril de 1868 afirmou que “A liberdade . . . não é monopólio de partido algum”, os conservadores estavam procurando se incluir nessa identidade mineira. Usar como chamamento eleitoral o perfil do bravo mineiro também se tornava uma representação de quem por décadas os conservadores

combateram: “. . . e será crível que Minas, o berço da liberdade brasileira, a pátria dos heróis, aquela que resistiu a vontade onipotente de Pedro I, se amesquinhe e se acobarde. . .” (Constitucional, 02.01.1867). Reagir contra o governo liberal pelas vias eleitorais, pois o partido Conservador “. . . nunca deixou de ser respeitador da lei” (Constitucional, 21.09.1867), também levava os saquaremas a encontrar no passado uma forma de sensibilizar o mineiro: “. . . A história de vossos antepassados, esses bravos, que arrostaram os cadafalsos, no século passado, as balas em 1833, e o canhão em 1842, é uma recordação gloriosa que não pode deixar de despertar a vossa coragem. . .” (26.10.1867) Ou, ao analisar a abertura da Assembleia Provincial de Minas, fazendo um apelo ao passado para que o legislativo mineiro pudesse encontrar alternativas para as dificuldades que, segundo o jornal, a província se enfrentava

. . . E que deseja ver elevada a província de Minas ao grau de esplendor e da importância para que está fadada pela própria natureza e em que já esteve em eras que não vão longe. . . Altivos descendentes dos heróis da inconfidência: erguei bem alto a memória de vossos antepassados e restabelecei o lustre do nome mineiro (Constitucional, 02.11.1867).

Assim, os Saquaremas tomavam para si também o espírito guerreiro do povo mineiro, aproximando os movimentos liberais e conservadores, considerados como se fossem resultado do mesmo tipo de construção histórica, fruto da própria essência mineira de uma conduta aguerrida quando estivesse em jogo a liberdade e a Constituição. Mas, nesse contexto, procurava manter a permanente ressalva de sempre existir exclusivamente no campo da legalidade. Já não havia mais diferenças motivadoras entre a Conjura Mineira de 1789 e o movimento liberal de 1842 com a Revolta do ano da Fumaça de 1833, todos são pertencentes ao mesmo passado glorioso que impulsiona o jeito mineiro de fazer política, modelo que cabia como discurso da oposição tanto em ações mobilizadoras no período eleitoral como também para ataques às medidas e posturas do governo liberal. Caso do editorial do jornal “Constitucional” em 03 de maio de 1868 que criticava a defesa incondicional dos partidários liberais ao presidente da província, onde, segundo o periódico, é atitude tolerável em “povos bárbaros, mas na capital da importante província de Minas: na terra dos heróis de 1792, de 1832 e de 1842 não há desculpa

possível!”. Encerra o texto reforçando esses princípios ao pedir “honra ao caráter mineiro!”.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que nem mesmo os liberais já faziam distinção entre o movimento de 1833 e de 1842, mas ao mesmo tempo procuravam enfatizar que não apoiavam o movimento republicano. Ao acusar o governo provincial de antimonárquico pelo “Constitucional”, por tratar informalmente o Duque de Saxe quando esteve em visita a Ouro Preto, o periódico “O Liberal de Minas” foi em defesa do presidente de província, afirmando que:

Só ao constitucional, lembraria em dúvida os sentimentos monárquicos que tão enraizados se acham no coração dos Mineiros. Desde que o Brasil proclamou sua independência, dois movimentos políticos, com tendências diametricamente opostas, surgiram nesta província e em nenhum deles revelaram-se aspirações contrárias à monarquia (O Liberal de Minas, 19.06.1868).

Em 1869, já com os conservadores no poder, o discurso no passado de lutas aliado a embates na arena institucional permanecia:

. . . é nossa briosa província, habituada a lutas ardentes, incansáveis mas generosas da política: é nessa província, onde os partidos se combateram sempre como adversários leais e não como espadachins . . .” (O Noticiador de Minas, 17.04.1869).

O que deu a garantia de estabilidade para o uso da representação de um “espírito” mineiro usado nesses anos de 1860 em diante é que o discurso assumia um caráter restaurador, era garantidor da ordem e procurava manter a estabilidade. Havia a exposição do amor que tem os mineiros pela liberdade, mas bem acomodado no espaço da ordem. Consensuais para algumas circunstâncias, repleta de contradições em outros momentos, os anos sessenta consolidaram o perfil do jeito mineiro de fazer política conhecido nos dias de hoje. Posteriormente a região da zona da Mata a partir dos anos de 1870, vai sobressair frente ao restante da província de Minas Gerais com o desenvolvimento da cultura cafeeira. No entanto, esse discurso vai ser apropriado e adaptado a realidades específicas, mas mantendo as características que indicavam os contornos de uma identidade chamada de Mineiridade.

#### 4.3.1. A Guerra do Paraguai: um teste de identidade às avessas

A análise do período entre 1864 e 1870 em Minas Gerais é especialmente rica não só pelos acontecimentos da guerra do Paraguai e tudo o que ela pode implicar em matéria de informações, mas pela disponibilidade de dois jornais, um governista e outro oposicionista, regularmente publicados, oportunizando leituras diversificadas sobre imaginário e identidades mineiras no período.

A Guerra do Paraguai foi o assunto principal na imprensa nacional na década de 60 do século XIX, havendo por parte da população um grande interesse de notícias do conflito, estimulando ampla cobertura por parte dos jornais<sup>197</sup>. O que provocava por parte do governo um discurso nacionalista e, particularmente em Minas Gerais as mais diversas representações a partir da leitura construída pelo Império. Tanto havia uma busca por parte do governo imperial em apropriar-se do conflito para reforçar seus símbolos como também denúncias, especialmente por periódicos oposicionistas, da violência do recrutamento.

Segundo Jorge Prata de Sousa<sup>198</sup>, o Paraguai de Solano López representava a barbárie, contrapondo ao papel brasileiro de agente civilizador. Sendo um tema recorrente na produção literária do século XIX, o governo paraguaio era identificado como símbolo da anarquia e do primitivismo, e a vitória brasileira no conflito significava a predominância dos valores do progresso e da civilização na América do Sul.

André Amaral de Toral<sup>199</sup> observa que no início do conflito, quando iniciaram as invasões paraguaias, houve uma indignação por parte da população quanto à ação de Francisco Solano López, tendo um crescimento, ainda que temporário, da figura de D. Pedro II. Com o prolongamento da Guerra e a diminuição do entusiasmo popular, o desgaste foi crescente,

---

<sup>197</sup> BALABAN, Marcelo. Voluntários involuntários: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. In *revista Mundos do trabalho*. V. 2, n. 4, agosto-dezembro 2010. [www.periodico.ufsc.br/index.php/mund](http://www.periodico.ufsc.br/index.php/mund).

<sup>198</sup> SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

<sup>199</sup>TORAL, André Amaral. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 283-310.

exigindo do governo medidas para ampliar o quadro de combatentes. Mudanças por decretos do governo imperial ampliaram o corpo de voluntários para atuar na guerra, permitido participar do conflito todos os cidadãos do Império. Assim, conforme afirma Jorge Prata de Sousa, o Brasil ganhava reforços “ . . . de todas as procedências: brancos e mulatos empobrecidos, escravos libertos, filhos e aparentados de políticos latifundiários”<sup>200</sup>. Mas essas ações não bastavam. Uma forte campanha foi realizada pela imprensa, não só para tomar partido nas decisões do império, como também sensibilizar a população para o recrutamento.

Fábio Faria Mendes chama a atenção de uma repugnância por parte da população brasileira para o serviço militar no período Imperial, mesmo antes da Guerra do Paraguai<sup>201</sup>. A sociedade tinha uma visão negativa do exército, considerado como indivíduos inferiores socialmente, ligados à vadiagem, mendicância e escravidão. Iniciado o conflito, esse desgaste cresceu, principalmente porque os recrutamentos passaram a ser forçados, levando o termo “voluntários da pátria” a se tornar uma expressão irônica. Para Mendes, não havia um padrão institucional para o recrutamento, sendo realizados dentro de critérios regionais, feitos ora por juízes de paz, ora por delegados, ora por chefes de polícia, dando a esses recrutamentos um caráter repressor, usados para perseguir os opositores locais. Essas atitudes faziam do recrutamento mais como um caráter repressor do que uma defesa da ordem.

Hendrik Kraay<sup>202</sup> afirma não havia autonomia por parte do governo quanto ao recrutamento, ocorrendo entre o império e poderes locais arranjos para adaptar a realidade política e social de cada comunidade para não trazer maiores tensões sociais. Mas, de um modo geral, foram usados à força para compor os quadros do exército brasileiro. Quem tinha posses, usava diversos recursos para se livrar dessa obrigação, desde doações até a entrega de

---

<sup>200</sup> Op. cit, p. 159.

<sup>201</sup> MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro In *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13, n. 38, São Paulo, outubro, 1998.

<sup>202</sup>KRAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *The Americas*. V. 55 n. 1. p. 3-33, julho 1988. Apud MARTINES, César Eugênio Macedo de Almeida. *A dinâmica do recrutamento militar na província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)*.(tese). Dissertação do programa da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora 2009. Orientadora: *Silvana Mota Barbosa*.

escravos<sup>203</sup>. Os empobrecidos fugiam para os matos e sertões, automutilavam-se, resistiam com armas, falsificavam documentos ou até se casavam para não serem recrutados<sup>204</sup>.

Esses recrutamentos alternavam em momentos de maior e menor tensão. Conforme já foi dito, no primeiro ano da Guerra, a mobilização inicial, a pouca demanda para alistamento e a expectativa de ter um desfecho rápido não chegou a trazer choque entre governo e a população. Mas, a partir de 1866, à medida que o conflito se alongava, notícias de derramamento de sangue e mortes iriam trazer um grande desgaste por parte do governo pela violência dos recrutamentos. Essa tensão só vai voltar a abrandar a partir de 68, quando começaram a surgir notícias mais estimulantes, especialmente com a vitória brasileira na fortaleza de Humaitá.

Politicamente a Guerra do Paraguai também trouxe conflitos internos no Império. Na cúpula do governo, o choque direto entre Zacarias de Gois e Caxias quanto à condução do problema acabou por levar a queda do ministro liberal em 1868. Quanto aos partidos, ao usarem os periódicos deixavam evidentes a posição de liberais e conservadores em relação à guerra. Para os liberais, no poder em boa parte do conflito, era colocado para a opinião pública que o apoio ao combate era uma manifestação patriótica. Já os conservadores cobravam do governo uma solução para a guerra, pois trazia perdas financeiras e humanas para o Brasil. Foram constantes as denúncias contra chefes políticos locais e a oficialidade da Guarda Nacional, que estariam usando da força para alistar seus oponentes, o que causava sérios conflitos nas províncias.

No caso específico de Minas Gerais, Fábio Faria Mendes<sup>205</sup> apresenta dados de ter sido a província no Brasil que menos forneceu homens para a Guerra do Paraguai, um a cada 500 habitantes. César Eugênio M. A. Martines<sup>206</sup> entende que foi no governo do liberal Joaquim Saldanha Marinho o

---

<sup>203</sup>TORAL, André Amaral. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*. Vol. 9, nº 24, São Paulo. mai/ago 1995.

<sup>204</sup>MARTINES, César Eugênio Macedo de Almeida. *A dinâmica do recrutamento militar na província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)*. 202 f. Dissertação (tese de história). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora 2009.

<sup>205</sup>Op. cit.

<sup>206</sup>Op. cit.



momento de maior tensão quanto ao recrutamento, tanto por ser o período mais sangrento da guerra como o de maior uso da violência dessa convocação. Martines aponta como dificuldades de recrutamento a troca constante de presidentes de província, seis durante o período, a dimensão e a geografia da província.

Dos periódicos mineiros que acompanharam boa parte do conflito, estão disponíveis o “Diário de Minas”, liberal, e o “Constitucional”, opositor conservador. Neste, ao longo das edições, o mais noticiado foram os abusos cometidos pelo governo liberal e a resistência da população mineira para participação no conflito se comparado com as outras províncias. Por parte dos liberais, ocorreu um amplo apelo patriótico, o que colocava em discussão a identidade que teria Minas Gerais com o Brasil.

O “Diário de Minas” surgiu em 01 de junho de 1866 e tem suas edições disponíveis até 31 de março de 1868, na fase mais aguda da guerra, o que correspondeu aos governos de Joaquim Saldanha Marinho e José da Costa Machado de Sousa. Jornal de projetos liberais, representava o chamado governo do “ministério 03 de agosto”. Ao que tudo indica, foi o primeiro diário da província. A primeira matéria sobre a Guerra do Paraguai só aparece na quarta edição, retirada do “Jornal do Comércio” e “Diário do Rio”, fazendo observação sobre as escassas informações e noticiando as dificuldades da tomada de Humaitá.

O que vai provocar uma maior intensidade de informações e opiniões sobre os combates vai ser o surgimento do “Constitucional” em agosto de 1866. O periódico “Constitucional” era um jornal semanal, representante dos interesses do partido conservador, crítico feroz do governo liberal mineiro. Alegava que o governo provincial era corrupto, administrava através de perseguições políticas e demissões em massa, daí a razão do distanciamento entre povo (faz nesse sentido referência aos liberais como “barrigudos”, significando o que não trabalha e tem privilégios do emprego público) e o governo provincial. Quanto à Guerra do Paraguai, apesar de fazer duras críticas quanto à maneira que era feito o recrutamento em Minas Gerais, o jornal “Constitucional” não contrariava a participação do Brasil na guerra. Em edição de 17 de novembro de 1866, comenta essa convocação reforçando a participação voluntária, mantém a posição de combater contra os paraguaios,

que chamava de povo “bárbaro e embrutecido”. Relatava as milhares de vidas brasileiras já perdidas e a necessidade de acabar rapidamente com o conflito. Como conservadores, lembravam que tinham à frente do exército brasileiro na guerra a participação de um dos seus líderes, o então marquês de Caxias.

Para a imprensa governista era necessário reforçar a ideia de um Solano López imperialista, tirano, bárbaro, sanguinário, saqueador, responsável pela guerra e devendo ser combatido a qualquer preço: “Foi Lopes quem invadiu, saqueou, devastou território das províncias de Mato Grosso, Corrientes e Rio Grande . . . quem, por pura ambição prolonga essa guerra sanguinolenta que dura quase dois anos” (Diário de Minas, 28.08.1866). Muitas notícias eram reproduzidas da imprensa do Rio de Janeiro, sendo que a maioria dessas informações nos dois primeiros anos sobre os campos de conflito tinham um tom pouco otimista: “A notícia mais importante que leva esse pacote é infelizmente o naufrágio do ‘Oyapock’. Parece que a fatalidade nos persegue nessa luta de honra e brios nacionais.” (Diário de Minas, 30.08.1866). No “Diário de Minas” de 06 de setembro de 1866, transcrito do “Jornal do Comércio” de o transporte de guerra São Francisco incendiado e o retorno ao Brasil de 200 feridos. No “Diário de Minas” de 19 de agosto de 1866, lista o nome de alguns mineiros mortos na guerra informando que “. . . longa é a lista das vítimas que têm sucumbido no honroso empenho de vingar as afrontas feitas pelo déspota do Paraguai”. A oposição também não poupava os problemas da guerra. As derrotas são anunciadas de forma vexatória, responsabilizando os liberais pelas mazelas: “perto de 30 mil soldados tem sucumbido à bala, fome e peste nessa guerra cruenta. . . enquanto os ‘barrigudos’ tratam de se segurar no poder . . . a esbanjar dinheiro público” (Constitucional, 13.10.1866).

Os dados quanto à participação da província na guerra eram alarmantes e constrangedores, levando o governo imperial a pressionar a administração mineira a tomar medidas urgentes. O jornal oposicionista apresentava os dados: “Assim é que Minas, cuja população é de um milhão e oitocentos mil deu para a guerra 2.241, dos quais muitos e muitos desertaram.” (O Constitucional, 25.08.1866). Em 10 de novembro de 1866, no “Diário de Minas”, o bispo de Mariana alertava sobre os números:

O mesmo sr. Presidente de Minas me participa que a província foi marcado o contingente de 1 mil e duzentos homens, que comparado com sua população de um milhão e 600 mil almas é contribuição bem insignificante, sobretudo se atendermos a que a Bahia, por exemplo, que contem a metade da população de Minas já ofereceu 15 mil homens.

O “Diário de Minas”, 09.01.1867, constatava o baixo número de soldados colocados à disposição diante de uma causa considerada tão nobre:

Confrage-se-nos [sic] o coração, quando consideramos que Minas Gerais, essa importante parte do império de Santa Cruz, tem representado um papel secundário na grande tragédia da Primeira Guerra do Brasil, depois de constituído nação independente, contra o estrangeiro audaz, que ousou aprisionar seus filhos à fé e pisar o seu solo praticando nele, impavidamente toda a sorte de atrocidades.

O governo e a população de Minas Gerais foram duramente criticados e cobrados por isso. Tentando superar o problema, uma ação imediata do governo foi a intensificação do recrutamento forçado nesse período. O “Constitucional” vai denunciar: “Ouro Preto viu o espetáculo pungente e vergonhoso de voluntários encorrentados [sic] transitarem esqueléticos e tristes pelas ruas principais da cidade”. (O Constitucional, 25.08.1866). Sofrendo forte pressão do governo imperial e da opinião pública, entre novembro e dezembro de 1866 o presidente Saldanha Marinho foi pessoalmente a diversas localidades do interior do estado para acompanhar essas ações. A imprensa acompanhava, fazendo desse trajeto de Marinho motivo para exaltação por parte do diário governista, ou críticas, pelo semanário conservador. Em 07 de dezembro de 1866, o “Constitucional” ironizou noticiando que o presidente de província “. . .deixou os seus cômodos de palácio, sua vida de sibarita, e ei-lo por essas estradas esbarrondadas, pela chuva e pelo sol, à caça de voluntário, guardas e recrutas”.

Em 02 de dezembro, o presidente chegou a Piranga e o “Diário de Minas” noticiava a presença informando, por intermédio de um correspondente que não se identificou, as homenagens feitas. Segundo o jornal, a paróquia vestiu-se de gala, o presidente mineiro foi recebido na entrada da cidade por 800 cavaleiros, fogos de artifícios por toda a parte, a população em festa no seu trajeto, banda de música, missa rezada na capela local. Porém, no mesmo artigo, o correspondente de Piranga escreve sobre algumas manifestações

contrárias à presença da autoridade no local. Descreveu um “moço baixinho, cabeçudo e de olhar endoidejante [sic]” que percorria todas as ruas do povoado fazendo sermões e dizia que Marinho “. . .vinha pedir sangue à Piranga, que a guerra era do partido Liberal e não da nação, que López estava muito forte e que pagaria com a vida aquele que alucinado pelo entusiasmo do momento oferecesse para marchar” (Diário de Minas, 02.12.1866). O periódico ainda relatava a oposição de grupos conservadores que confrontaram com grupos locais, da campanha dos conservadores para a fuga de possíveis recrutados e de uma reunião onde o tenente coronel José Policarpo da Cunha da Guarda Nacional local confessou que “. . . não tinha a força moral precisa para dar um só guarda de seu batalhão, a não ser capturado” (Diário de Minas, 02.12.1866). No que Saldanha Marinho prometeu tomar medidas enérgicas. Pelas denúncias do “Constitucional” parece que realmente o presidente de província endureceu o recrutamento. O jornal publicou em edição de 07 de dezembro que a população, que rezava o dia de finados, foi esquartejada igual a Tiradentes, “. . .deixando algumas honestos pais de famílias sem meios de subsistência” (Constitucional, 07.12.1866). Na edição de 15 de dezembro, o “Constitucional” voltou a denunciar o uso da força para o recrutamento por parte de Marinho, agora em Ubá, sendo a maioria das pessoas do partido Conservador. Em Mariana, a presença de uma criança de 12 anos com deficiência entre os recrutados, em Congonhas um pai de cinco filhos foi levado como “voluntário”.

A volta do presidente de província à capital em 23 de dezembro de 1866 é comemorada pelo “Diário de Minas”, destacando o sucedido do empenho do líder liberal. No entanto, essas ações muito mais criam uma onda de terror e especulação que se espalhou na província. Em Diamantina, o “Diário de Minas” na mesma edição de 23 de dezembro 1866 noticiou que, a partir de denúncia de professor local, ocorreu a retirada de um terço de estudantes das escolas pelos pais, temendo o recrutamento. O próprio jornal da situação informou o horror do recrutamento, levando dois homens em Sabará a suicidarem pulando do rio da região (Diário de Minas, 09.06.1867).

A alegação dos liberais de que a imprensa oposicionista criticava as ações do governo superando os interesses nacionais pelo ódio partidário não era suficiente para chamar a população a participar da guerra. Procurava

tranquilizar setores importantes da economia mineira: em nota o “Diário de Minas” de 20 de novembro de 1866 avisou que tropeiros não seriam recrutados para a guerra do Paraguai, conforme vinha se alardeando. Mas eram ações também paliativas. A continuidade do conflito no Paraguai, as derrotas que se acumulam e as dificuldades brasileiras para enfrenta-lo vai trazer à tona a necessidade de sensibilizar a população, especialmente a mineira, a participar nos campos de batalha. O uso da força para recrutar não seria suficiente, bem como trazia conflitos crescentes entre populares e o governo.

A posição tomada pela província na recusa em ir à guerra trazem a discussão da razão dessa atitude adotada pelos mineiros. Havia ao modo e recurso político do período, a busca de entender quem era esse mineiro que se posicionava contrário diante do apelo feito para combater em nome da pátria. Quer seja situação ou oposição, a imprensa acabava por usar no discurso não só o apelo, mas a construção de jeitos mineiros de ser, que envolvem os sentimentos e representações coletivas. Essa imprensa, diante da reticência mineira em participar dos combates, perguntava: “Como explicar-se semelhante procedimento da parte de uma província, a cuja os filhos nunca faltou bravura e acrisolado patriotismo, como atesta a sua história?” (Diário de Minas, 09.01.1867). As respostas políticas seriam muitas, muitas tentando minar politicamente opositor, mas que vai fazer Minas Gerais se pensar dentro do Brasil.

O “Diário de Minas” nos seus primeiros números já trabalhava a tradição heroica de Minas Gerais em artigos do envolvendo as perdas no Paraguai: “pela morte de Antão Augusto Fernandes Leão, bravo jovem nascido na briosa província de Minas, e isso já diz tudo.” (Diário de Minas, 19.08.1866). De um modo geral, o apelo aos heróis do passado, foi insistentemente trabalhado durante o governo liberal, principalmente no período de Saldanha Marinho, reforçando o mito especialmente em torno da figura de Tiradentes (que será especialmente tratado no subcapítulo “Tira-dentes e suas múltiplas faces: de monarquista e republicano todo mundo tem um pouco”). Nesse momento, na imprensa liberal, a guerra e a conjura mineira caminhariam lado a lado. Em 1867 o governo convocou 8 mil homens da Guarda Nacional para o conflito, sendo 800 os mineiros a serem recrutados. Bernardo Guimarães fez o apelo: “É de esperar que os filhos da heroica terra de Tiradentes, dos Cláudios,

Alvarengas, Freitas de Andrada e outros ilustres mártires. . . não hesitarão um momento em correr ao campo de combate em defesa da pátria” (Diário de Minas, 01.05.1867).

O jornal “Constitucional”, ao criticar o baixo número de mineiros, relembra a ação da população em tempos passados, onde “Minas se erguera em peso para sufocar a rebelião, que expedições consideráveis enviaram a outras províncias para combater a guerra civil . . . ” (Constitucional, 25.08.1866). A investida de Saldanha Marinho para reforçar o recrutamento no interior também vai incitar o jornal “Constitucional” a traçar um perfil mineiro para entender a resistência em servir a pátria, pensar em uma identidade em comparação ao outro:

Os mineiros são sisudos, discretos, inteligentes e singelos. Não é com patacoadas, nem quixotadas que se o convence, que se o entusiasma. Isto é bom para os garotos lá da Corte. . . Todos sabem, ninguém ignora a invencível antipatia que certa classe do povo mineiro vota aos militares, dos quais fogem como de um lázaro! E o sr. Saldanha leva um piquete de infantaria à cavalo, como um espantalho que dará alarma nas pacíficas povoações da província! (Constitucional, 03.12.1866)

Do mesmo modo, no interior da província, essa discussão levava à questionar o que existe de mineiro diante da negação em lutar na Guerra do Paraguai. De Ponte Nova, o correspondente local retrucava as dúvidas quanto aos sentimentos da província: “os mineiros não retraem à sua dedicação patriótica muito provada no primeiro alistamento. . . É injustiça dolorosa acusar os nossos comprovincianos de tibieza neste movimento bélico. . .” (Diário de Minas, 01.12.1866).

O governo procurou a todo custo reunir forças para resgatar o sentimento heróico-patriótico mineiro. O “Diário de Minas” de 10 de novembro de 1866, na primeira página, traz a convocação do presidente de província, da Assembleia Legislativa e do bispo de Mariana para que os mineiros se alistem em defesa do Brasil na Guerra do Paraguai. Essa convocação foi lida, segundo o jornal, nas missas por três dias e afixados em locais públicos. No periódico, apesar do editorial proclamar a certeza da vitória “. . . da civilização contra o despotismo, da luz contra as trevas” (Diário de Minas, 10.11.1866), alerta na mesma edição que “o sangue generoso de milhares de brasileiros que têm mordido o chão do combate abraçados ao invencível estandarte do cruzado”. Há o

reconhecimento da crise vivida pelo Brasil com a Guerra do Paraguai, não só no confronto que se arrastava com muitas perdas, mas com o gasto excessivo com a guerra. A convocação feita pelas autoridades provinciais estava direcionada ao civismo e ao passado glorioso da província. Daí o apelo que diferenciava o mineiro do restante do país, que era o passado heroico do povo mineiro, pois “. . .temos um nome na história pátria a conservar, uma tradição gloriosa a respeitar. As armas, pois, ou então não reclamemos mais pelo direito que temos de figurar entre as nossas irmãs do império”. Na continuidade do documento, foi feita a convocação do presidente de província Saldanha Marinho para que os mineiros participassem da guerra, e o chamamento mais uma vez procurava sensibilizar através da tradição de luta dos mineiros:

E vós, mineiros! Vos cujos feitos enchem as páginas da história nacional, ficareis inertes, indiferentes, ante as repetidas afrontas da pátria, ante o morticínio de nossos irmãos? Renegareis assim o vosso passado, marcareis por tal modo o brilho de vosso nome? (Diário de Minas, 10.11.1866).

Seguindo o documento de Saldanha Marinho, assinado pelos deputados da Assembleia Provincial, havia a invocação à tradição mineira e o pedido de que não se desfizesse das tradições passadas: “Vós não consentireis que a nossa província desminta as glórias do passado e quantas provas tem dado do seu patriotismo!” (Diário de Minas, 10.11.1866). Concluindo, Antônio Vicente Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, na mesma edição conclamava a mocidade mineira com o apelo “. . .à aquela província que tantas glórias conta no passado, e tantas provas tem dado de seu patriotismo”.

A publicação provocou o debate, inclusive na Corte. Em Minas, o periódico conservador “Constitucional” apoiava a convocação das autoridades, fazendo também um apelo aos brios dos mineiros: “. . . à altura de um povo heroico, em eras não mui afastadas tem ostentado tanto patriotismo e valor” (Constitucional, 17.11.1866). Mas no Rio de Janeiro a oposição usou desse caráter mineiro para fazer críticas ao governo liberal. O “Diário de Minas” de 02 de dezembro de 1867 reproduziu e comentou o artigo do conservador “Jornal do Comércio”, que afirmava, em publicação sem identificação de data, não existir mais o passado glorioso mineiro e o sentimento de patriotismo de outros tempos:

Minas não acudirá, o seu passado, que enche de glória as páginas de nossa história, lhe impede de acudir. Acostumada a ter à frente dos seus negócios caracteres cheios de prestígio, de força, de virtude e de ilustração, está abatida e não ouve miados de gatos. Vai bem longe o tempo das dedicações sinceras e desinteressadas! Hoje não existe essa luta dos partidos, cheia de fúrias e dos erros, mas também semeada de glórias. . .A coragem cívica desapareceu para dar lugar a essas fraquezas e indignidades, a lisonjas sem nome. Esta província é o teatro de grande parte das misérias atuais.

O “Jornal do Comércio” justificava essa apatia mineira em socorrer o Brasil devido à administração corrupta dos liberais. Em resposta, o “Diário de Minas”, ainda na edição de 02 de dezembro de 1867, foi em defesa da aliança de Minas Gerais feita com a nação dentro do caráter patriótico sempre existente entre os mineiros:

É assim que se menoscabam os brios dos mineiros, procurando-se arredá-los do cumprimento de um dever tão santo como a defesa da pátria. Não! O desgraçado que escreveu essas linhas não é filho de Minas, e se o é, a província o renega. Felizmente, porém, para nós, os filhos de Minas, e como resposta às apostasias covardes desses renegados, temos de consignar fatos que honram o caráter mineiro.

Com a queda do Gabinete Liberal de Zacarias de Góis em 16 de julho de 1868, o jornal oficial passou a ser o conservador “O Noticiador de Minas”. Mas o discurso em torno do patriotismo mineiro permanecia, conforme mostra a convocação feita em 06 de outubro de 1868 “. . .e a província de Minas não cerrará seus ouvidos ao nobre apelo do governo. . .para que o povo mineiro não perca na história o lugar assinado que já conquistou e lhe convém. . .Eia, pois, avante, briosos filhos das montanhas.” E mantém o mesmo tom em editorial de 15 de outubro de 1868: “A província de Minas, a mais populosa do império e a que menos cede quando se trata da honra nacional, todavia, deixem-se infelizmente ficar atrás de muitas de suas irmãs agora nesta guerra.” O apelo é repetido em 31 de dezembro de 1868: “Há de ser nesta quadra de provação para o Brasil, Minas, a heroína do passado, o ponto negro das roscas [sic] páginas da história da época?”.

Como se procurou justificar a escassez de voluntários e o número reduzido de recrutamentos na província de Minas? Na imprensa do período, a acusação era mútua. O liberal “Diário de Minas” acusava o governo conservador que antecedeu ao atual de deixar como herança uma forma de administrar



autoritária. Um dos exemplos é ter tirado da Guarda Nacional o direito de eleger a sua chefia, levando o mineiro a reagir contra o serviço militar, pois ele “. . . não se curva de bom grado às imposições . . . O partido que roubou à guarda nacional o direito de eleger os seus chefes foi o carrasco homicida do seu civismo”. (Diário de Minas, 09.01.1867).

Os Conservadores alegavam que o baixo ímpeto dos mineiros não tinha relação com sua bravura patriótica, mas que a população não pactuava com o governo liberal, que, dizem os opositores, é corrupto e perseguidor. É o que afirmava o “Constitucional” de 07 de dezembro de 1866, ao responsabilizar o governo de Marinho pelo baixo número de adesão dos mineiros a guerra:

Desengana-se o sr. Saldanha, a razão da falta de entusiasmo na província de Minas não está na ausência de patriotismo de seus filhos. Esse patriotismo de outras eras ainda existe, mas recalçou-o no fundo dos corações mineiros um governo desgraçado, imoral, corrupto. . . Apenas irá mostrar nas povoações da pátria de Tiradentes– que o presidente atual de Minas é um bom “vivant” do progresso, um apologista da barriga. Ele e sua própria gente senão obstaculou a manifestação do patriotismo do povo mineiro. (Constitucional, 07.12.1866)

Depois de conseguirem chegar ao poder a partir de julho de 1868, o discurso conservador ainda era o de responsabilizar o governo liberal, que, com seu autoritarismo, fez o povo distanciar-se dos interesses da nação:

A província de Minas foi então a mais desgraçada de todas. A tirania dos czares, o despotismo dos sultões nunca se exerceu com tanta violência. . . como o progresso do sr. Zacarias sobre o povo de Minas, e foi por isso que ficamos atrás de nossas irmãs na causa comum do Paraguai. (O Noticiador de Minas, 15.10.1868)

No campo político e das representações, muito pouco se trabalhou com a relação Minas Gerais-Guerra do Paraguai. Os historiadores que pesquisaram o tema, especialmente Fábio Faria Mendes e César Eugênio M. A. Martines tentam responder essa questão apontando como principais elementos dificultadores a troca constante de presidentes de província durante o período da guerra, seis no total; a dimensão e a geografia da província; e a importância econômica da província, importante abastecedora da região sudeste.

Quanto às trocas dos presidentes de província, elas eram permanentes ao longo de todo Segundo Reinado, sendo um recurso usado propositalmente

pelo Império. Províncias que abasteceram de forma expressiva homens para guerra, como é o caso do Mato Grosso e Bahia, trocaram com a mesma intensidade os administradores provinciais. As duas províncias citadas anteriormente, como muitas outras também tinham grandes dimensões e topografias adequadas facilitadoras de fugas.

Em relação à condição econômica de Minas nos anos sessenta, o sentimento de decadência pode ter favorecido ao pouco envolvimento mineiro na Guerra do Paraguai. Nesse período, Minas Gerais se percebe perdendo espaço, em dificuldades permanentes de desenvolvimento se comparado com outras províncias. Sua referência em relação ao Brasil já não é mais a de aliança, mas de estranhamento e de competição, prejudicada pelo Império devido ao excesso de impostos e falta de estradas, além de sentir a concorrência de outras províncias.

Portanto, não era por ser conservador ou liberal, conforme alegava a imprensa da época. Nem muito menos pela extensão territorial, mudanças contínuas dos presidentes de província ou pelo desenvolvimento econômico conforme alegam os historiadores. Mas, procurando analisar a situação no campo das representações, pode-se tentar analisar a baixa quantidade de mineiros na guerra por não perceber a pátria como sua, não mais ter a mesma identidade e os mesmos interesses dos anos de 20 e 30.

O não envolvimento do mineiro diante da guerra levou a constantes apelos do governo de Minas Gerais para uma participação mais efetiva da população no combate. No poder, os liberais faziam o chamamento: “A província de Minas em todas as ocasiões difíceis tem sempre atendido com prontidão os reclamos da pátria. . . Minas é aquela província que tantas glórias conta no passado, e tantas provas tem dado de seu patriotismo! “(Diário de Minas, 10.11.1866). Derrubados os liberais, os conservadores faziam o mesmo: “. . . e a província de Minas não cerrará seus ouvidos ao nobre apelo do governo. . . para que o povo mineiro não perca na história o lugar assinado que já conquistou e lhe convém. . . “(O Noticiador de Minas, 06.10.1868). Apelo vão.

Nos anos 30, a participação nas questões políticas nacionais tendo como um dos recursos o heroísmo e a bravura procurava fazer uma ligação direta com os interesses e o “espírito” dos mineiros. Qualquer perda para o Brasil nas primeiras décadas do império era também um prejuízo para os mineiros. No

entanto, a partir dos anos 60, especialmente para a elite provincial, o Brasil era o outro. A identidade construída em torno do mineiro nasceu do sentimento de decadência. Portanto, fundada em uma contraposição entre o ser mineiro e a Corte/províncias. Diante do sentimento de perdas após os anos 40 na província, não havia mais uma associação entre desenvolvimento nacional e Minas Gerais, o caráter cívico e o patriotismo mineiro não mais arrastavam as paixões locais.

O discurso da moderação exaustivamente usado nos anos 40 e 50, e a retomada, nos anos 60 de uma convocação a um passado heroico, mas inserido nas práticas políticas legais, deu margem para se pensar no esvaziamento desse apelo patriótico. A elite não mais compartilhando com os benefícios que a monarquia proporcionava também não se sentiu envolvida em uma guerra que não tinha vantagens. Ou seja, o discurso do mineiro que oferecia seu sangue em prol da liberdade e da nação foi sufocado entre os anos 40 e 60.

Reforça esse distanciamento mineiro do conflito no Paraguai a inculcação por duas décadas de um “caráter” mineiro fundado na moderação, de uma construção de uma população pacífica. Desse modo, pode-se pensar em uma reação da população mineira ao ser convocada para participar na Guerra do Paraguai. É com a Guerra do Paraguai que o apelo ao heroísmo mineiro, sua incondicional entrega em nome da pátria e da liberdade foi colocada em teste pelos governantes, sem, no entanto, obter sucesso. O conservador “Constitucional” de 02 de dezembro de 1866 identificava essa nova representação mineira, que contribuiu para dar ares de moderação à política interna, mas que não tinha valia para mobilizar a província para a Guerra do Paraguai, pois conseguiu abrandar o discurso político que encontrava na agressividade um valor, na valentia um princípio de honra, na violência uma virtude.

Minas não acudirá, o seu passado, que enche de glória as páginas de nossa história, lhe impede de acudir. Acostumada a ter à frente dos seus negócios caracteres cheios de prestígio, de força, de virtude e de ilustração, está abatida e não ouve miados de gatos. Vai bem longe o tempo das dedicações sinceras e desinteressadas! Hoje não existe essa luta dos partidos, cheia de fúrias e dos erros, mas também semeada de glórias. . .A coragem cívica desapareceu para dar lugar a essas fraquezas e indignidades, a lisonjas sem nome (Constitucional, 02.12.1866).

A imprensa da época perguntava as razões: “Como explicar-se semelhante procedimento da parte de uma província, a cuja os filhos nunca faltou bravura e acrisolado patriotismo, como atesta a sua história?” (Diário de Minas, 09.01.1867). A elite mineira, da qual os periódicos eram um dos porta-vozes, não conseguiu entender que havia construído representações de si difíceis de perceber. A Guerra do Paraguai foi um laboratório que demonstrou uma construção de Mineiridade muita mais próxima a uma identidade regional do que nacional.

#### **4.4. O homo politicus mineiro no movimento republicano**

É a simbologia do passado e suas tradições já impregnadas no mineiro que iriam nortear sua conduta. Existia um “caráter” já definido que seria a referência do comportamento político mineiro e, portanto, precisaria ser preservado. Ilustra esse discurso o artigo do “Diário de Minas” de 20 de dezembro de 1873, que comentava sobre o trajeto da Estrada de Ferro D. Pedro II e as barganhas envolvidas, com o forte apelo de não se perder em Minas Gerais a sua identidade, de ter conservada permanentemente sua história e tudo o que ela representava. O que se percebia era um pensar sobre uma identidade mineira que carregava uma autonomia em relação ao Brasil, diferente do heroísmo e bravura construídos nos anos 30 atrelado à monarquia, um “homo politicus mineiro”, expressão usual da época, que sabia se identificar e sabia se diferenciar em relação à nação que pertence:

É questão mais delicada e tanto mais importante, quando e de sua resolução, dependa a mais ver, o futuro da gigantesca província de Minas; futuro imenso e pujante se der-se [sic] a Minas o que é de Minas, se tiver-se [sic]. . . Todo indivíduo, todo o país, tem uma coisa que vale muito mais do que quanto trilho de ferro e o braço egoísta do homem espalhou pela superfície da terra: é a sua história! Minas deve querer trilhar de ferro, mas somente os trilhos que não venham rasgar, retalhar e profanar sua história, as sua gloriosas tradições de valor e heroísmo, que não venham com seu peso esmagar a áurea legenda onde acham-se escritos os seus dias mais gloriosos, os nomes de seus filhos mais diletos, as suas virtudes e seus esplêndidos dias como nação (Diário de Minas, 20.12.1873).

É um discurso que vai ser utilizado pelos partidos liberais e conservadores até o final do império, conclamando o passado e as tradições mineiras, mas dentro da ordem e pelos meios institucionais. Um exemplo dessa permanência do discurso carregado desse jeito próprio do mineiro em fazer política pode ser dado no editorial dos liberais, quando perdem o poder para os conservadores com queda do Ministério em 20 de agosto de 1885, onde são trabalhadas representações muito próximas aos que foram usadas quando também deixaram de ser governo em 1868:

Os liberais mineiros preparam-se ativos e com sobrançeria que sabem manter na adversidade para a reação que não demorará, atentos os antecedentes históricos e políticos, e nas lutas que se vão ferir, embora desiguais, afirmarão implacáveis; sim, mas unidos e firmes, que a legendária e gloriosa terra mineira e pela democracia e pela liberdade (O Liberal de Minas, 30.08.1885).

No entanto, na segunda metade da década de oitenta, um apelo direto mais incisivo ao povo de Minas Gerais seria feito pelos republicanos. Essa forma de chamar o mineiro para a causa da república aparentava ser motivada a um desejo da participação mais efetiva da província para que assumisse diretamente a luta contra a monarquia: “Nossa província, lembrada de suas lutas de outrora que sempre visaram o alvo radiante da liberdade quer mostrar no terreno da ação o valor de suas convicções. . .” (O Movimento, 23.01.1889). Era um perfil construído para um mineiro decidido, sabedor do seu papel, toma para si de forma firme as causas que defende, já não estava de pires na mão a mendigar pela participação política, se sentia ativa e decisiva no jogo do poder: “Brasileiros, como somos, filhos da legendária província de Minas, este torrão abençoado, onde ainda germina o sangue do imortal Tiradentes. . .” (A Pátria Mineira, 29.08.1889).

Ficava muito bem definido nesse momento, com a bandeira republicana em punho, esse sentimento de pertencer ao Brasil, mas que era próprio e que tinha novamente nas mãos o poder de decisões. Ou seja, Minas Gerais voltava a se encontrar com o Brasil depois de décadas separada, mas agora com uma identidade própria. Nessa altura, o mineiro voltava a ter a importância e o poder de influir como em 1822 e 1831, mas conhecedor do seu papel como fiel da balança tantas vezes esquecida no Segundo Reinado.

Para o movimento republicano dos anos 80, a incorporação mineira a um comportamento conspiratório fortalecia o ideário antimonárquico. Daí o reforço do jeito estratégico de fazer política nos bastidores, de agir na hora certa, em tramas semelhantes às aquelas feitas às escondidas na Conjura Mineira:

No Rio de Janeiro sabe-se que mineiro a quem o ministro manda esperar muito tempo, sem lhe dar audiência, espera, impacienta-se e retira-se. E não volta nunca mais. . .Nasceram para a independência e têm os germens dela dentro d'alma. (Minas Altiava, 25.03.1886).

Ou

Nossa índole é a prudência com que nos abalançamos a uma inovação qualquer; porém são também reconhecidas a pertinácia e a constância que guardamos em qualquer cometimento uma vez por nós iniciado. (Treze de Maio, 31.10.1888).

Também não era, na totalidade do discurso, um clamor para a implantação da república pelas vias revolucionárias, mas que carregava no seu passado a convicção da causa que defendia. Era um apelo feito nos moldes dos tempos gloriosos mineiros, mas dentro das vias da legalidade: “A província de Minas não deve ter condescendências, combater sem tréguas as instituições atuais, mas combater pela palavra” ( A Revolução, 05.01.1889). Evidenciava aí, na firmeza das ideias convivendo com a ausência da violência, a possibilidade da existência da conjura nos diversos discursos políticos:

Em 1789, neste mesmo ano e no século passado, o Grande Brasileiro Legendário, nesta cidade, com admirável intuição política planejara a emancipação do Brasil colonial do jugo da velha metrópole. . .E no coração dos legionários brasileiros encontraram gravadas essas palavras: república, federação, representação nacional, soberania do povo, direito, justiça, igualdade, ordem, progresso. . .a voz da República é voz de paz, as suas ideias são de luz, é para aclamar os horizontes que nas altas montanhas de Minas hasteamos o lábaro de confraternização universal. Mineiros, a nossa calma, a nossa orientação, a nossa disciplina, eis aí o segredo da nossa pujança. (O Movimento, 01.06.1889)

Diferentemente dos anos 30, onde se carregava uma identidade aliada ao governo monárquico, no final do império era um incômodo para o poder central. Havia restituído o “espírito” mineiro próximo aos interesses nacionais, mas era uma relação de independência, de autonomia por parte dos mineiros. No

discurso republicano, as atitudes ilícitas do governo só distanciam dessa nova pátria imaginada pelo mineiro. No olhar dos defensores da república, a nação brasileira idealizada confrontava com as ações dos partidos liberais e conservadores, e Minas Gerais, precursora e guardiã desses ideais se sentiria ultrajada diante dos abusos praticados nas disputas eleitorais. As disputas eleitorais e suas práticas cheias de vícios significavam uma afronta, uma provocação a essa identificação do ser mineiro:

Mas os ministros do sr. D. Pedro II sabem que não há dinheiro no mundo inteiro, quanto mais em terra empobrecida pelos sanguessugas do imperialismo, para comprar o civismo de um patriota mineiro. Nunca se viu entre nós uma tão grande infrene perseguição ao caráter independente, nem tão grande afronta cuspidada à face de um povo! O ominoso gabinete de 7 de junho não hesita diante de nenhum escândalo, fez a sua cozinha eleitoral, mandando profanar por caftens eleitorais por encomenda essa terra sagrada pelo martírio de nossos avós de 1720, 1789 e de 1842 e que ainda achamos pequeno para conter o seu imenso amor à liberdade. . .organiza subornos, faz dos auxílios à lavoura ludibriada acima de cabala: tudo para a conquista das urnas em 31 de agosto; tudo para mostrar que Minas não é Minas, que os mineiros hoje não são mineiros de outros tempos, mas sim uns homens degenerados dignos . . . de um czar e dos prostíbulos de Sodoma e Gomorra. (O Movimento, 29.08.1889).

Essas práticas supostamente truculentas denunciadas pelos republicanos se tornaram ferramentas para combater a monarquia . Esse aspecto favorecia ainda mais entre os mineiros um sentimento de unidade, fazia da província novamente o condutor político do país, bem como uma maior aproximação entre republicanos mineiros e paulistas. Foi o caso das ações da “Guarda Negra”, grupo de negros que apoiavam a monarquia e agiam com violência contra os republicanos na capital do império<sup>207</sup> e outras regiões do Brasil. O temor de que essa onda de violência chegasse a Minas Gerais e São Paulo levou Júlio Bueno a conclamar a união republicana das duas províncias

São Paulo e Minas são as duas presas destinadas a essas feras esfaimadas que o ‘Anjo do despotismo’ caça na floresta da ignorância. Nestas duas províncias principalmente é que vai se estender e incrementar a nefasta e sinistra instituição (A Revolução, 12.01.1889).

---

<sup>207</sup> MATTOS, Augusto Oliveira. *A Guarda Negra. Redemptora e o ocaso do império*. São Paulo: Hinterlândia, 1990.

Ainda que surgisse em alguns momentos um discurso mais extremado por parte dos republicanos, predominava a busca de uma queda monárquica pelas vias pacíficas, como foi o 07 de abril de 1831. Ao convocar os republicanos às urnas em dezembro, dois dias antes do quinze de novembro, eram as vias eleitorais a referência:

Portanto, mais necessário concorrermos às urnas como a fôramos votar nos eleitores para presidente. Minas é republicana e necessita ter um presidente republicano. Abra-se, embora um oásis, para a liberdade nesse areal estéril do império (O movimento, 13.11.1889).

Enfim, a província de Minas Gerais voltava, para o imaginário construído pela imprensa provincial, a ocupar com grandeza o cenário nacional tendo como inspiração a causa republicana. Daí o apelo à honra e tradições de glória que o mineiro carregava como herança do seu passado. . . “os brios, a dignidade cívica e o amor à liberdade que segundo rezam as tradições gloriosas de nossa história, sempre constituíram o mais rico patrimônio dos filhos de Minas Gerais!” (O Movimento, 29.08.1889). A convocação era por um passado que já foi decisivo para a trajetória política brasileira, mas havendo sempre a cautela de indicar que existiam meios para se fazer mudanças sem abalos, como a participação de Minas Gerais no 07 de abril de 1831, exemplo constante no Brasil de uma Revolução feita sem sangue:

Porque a história diz que Minas soube sempre ocupar a vanguarda nos grandes movimentos políticos de nossa pátria; porque o altivo e brioso povo mineiro, assim como fez dobrar por finados ao aproximar-se-lhe uma vez o fundador do império e apressou a queda do primeiro reinado, é ele quem, hoje, neste país, se bate com mais denodo e com mais admirável estratégia pela abolição do privilégio dinástico, pela reivindicação da soberania nacional, pela fundação dos Estados unidos Brasileiros (O Movimento, 29.08.1889).

## **5. Algumas considerações sobre o subcapítulo “Moderação ou Insurreição: um dilema mineiro”**

Maria A. do Nascimento Arruda<sup>208</sup> afirma que, fugindo da decadência do século XIX para outras regiões, a elite mineira “exilada” construiu sua

---

<sup>208</sup> ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.



solidariedade a partir da Mineiridade. Segundo a autora, em um ambiente adverso, o mineiro, fora do seu espaço, alimentou-se do passado da sua província projetando uma história grandiosa. Assim, para Arruda, a memória de Minas surgiu de ações construídas no passado e que refletiram nos atos presentes. Ora, pelo que foi exposto nessa tese ocorre o inverso. Minas produziu sua identidade internamente, em torno de uma representação que nasceu de situações específicas, dinâmicas, contraditórias, mas que buscou se fazer ver através de si mesma, e não construída de fora para dentro.

O que se pode concluir é que essa identidade mineira foi resultado de um processo histórico, um construto que vai se realizando desde a formação do Estado brasileiro. Esteve presente na imprensa mineira do período imperial a tentativa de construir na província mineira uma cultura política liberal como forma de procurar a inculcação de valores ilustrados. O discurso de moderação proposto pelo projeto imperial vai deparar com uma tradição política insurgente em Minas Gerais, levando a coexistir duas representações políticas antagônicas. No período Regencial, esses dois princípios conseguiram coexistir, adaptando duas culturas políticas opostas através de um discurso heroico e patriótico, construindo um “caráter” mineiro, e que assegurou a manutenção dos liberais moderados no poder em boa parte dos anos 30. No entanto, à medida que ocorre o regresso, e especialmente após a presença dos conservadores no governo de d. Pedro II no segundo semestre de 1841, e a consequente perda de espaço político dos liberais, a defesa da liberdade e da constituição passa a ser um fator de instabilidade. Ou seja, o outro para os liberais naquele momento era o governo. Moderação e Insurreição mantiveram-se em equilíbrio durante o período Regencial, mas os liberais, ao se tornarem oposição, usaram das mesmas representações como bandeira para a luta pelo poder pelas vias da insurreição, culminando no Movimento Liberal de 1842.

Após essa data, entre os anos 40 e 50, o discurso do equilíbrio e conciliação voltou à carga, abafando o apelo heroico e insurrecional como forma de fazer política, procurando retomar o caráter mineiro de moderação. Foi um discurso exaustivamente mantido, demonstrando que o temor dos movimentos de conspiração, real ou não, povoava o imaginário da imprensa oficial. Insurgência, que em alguns momentos na visão da imprensa parecia estar próxima, como a proposta de uma constituinte e do federalismo entre

1848 e 1852, sendo tratada pelos periódicos governistas como corpo estranho a ser “exorcizado” como um mal por procurar “dessacralizar” a Constituição imperial.

Findada a política de Conciliação e com o retorno da disputa partidária, houve a consolidação do discurso da identidade mineira, aliando a moderação e insurgência. Ocorreu nos anos 60 uma retomada de uma narrativa que procurou resgatar o heroico “espírito” mineiro, tendo no passado de glórias a sua referência, assumindo a província o sagrado papel de guardião da liberdade. Mas é em novos tempos que essa identidade vai ser resgatada, pois o sentimento de decadência em Minas Gerais e a inculcação do discurso moderador dos anos 40 e 50 deu garantias de que essa representação não iria romper com a ordem estabelecida.

Esse hibridismo entre moderação e insurgência vai encontrar caminho propício para ser usado dentro de um discurso de legalidade, atendendo liberais e conservadores, cada um a seu modo e de acordo com seus interesses e projetos. Pois, apesar de se oporem na corrida eleitoral, estariam em busca de superar problemas em comum, qual seja a aparente decadência vivida pela província. É no passado glorioso dos mineiros a ação mobilizadora para suplantar essas dificuldades relatadas pelos jornais. Mas a garantia dada nesse momento para um discurso que retoma heróis, atos de bravura e luta pela liberdade é o apelo permanente pelo embate exclusivamente dentro das esferas institucionais.

A Guerra do Paraguai foi um exemplo de que esse apelo ao “espírito” patriótico mineiro não estava mais em consonância com o governo monárquico nem mais a serviço de confrontos. O insucesso na mobilização dos mineiros para participar da Guerra do Paraguai indicava que todo o discurso construído nos anos 50 e 60 para inculcar um “caráter” moderado ao povo de Minas Gerais surtiu resultado, mas que conseguiu deslocar e canalizar o lado insurreto para as disputas restritas aos embates políticos institucionais. Nesse momento se consolidou a imagem política do mineiro, uma identidade que consegue encontrar no imbricamento entre moderação e insurgência, representação que se manteve viva até os dias atuais, ocorrendo pelo seu próprio dinamismo ajustes e adaptações ao longo do tempo.

O novo discurso, tendo uma imagem heroica e gloriosa para o mineiro, vai ser apropriado pelo movimento republicano, que percebendo em Minas Gerais um importante aliado para derrubada da monarquia, devolve de forma efetiva no campo das representações, o sentimento de grandeza dos mineiros perdido ao longo do Segundo Reinado. Assim sendo, se ao longo do Império a expressão de Mineiridade não foi utilizada, fica evidente que suas características foram construídas nesse período.

### Subcapítulo 3

#### **A representação do espaço natural como construção e reforço de uma identidade mineira**

A proposta desse subcapítulo é analisar a construção do imaginário que relaciona o espaço natural e a identidade mineira, bem como suas mudanças ao longo do século XIX e o papel político dessa representação. Existe uma forte relação entre a identidade mineira e seu espaço geográfico. Essa imagem, cantada em verso e prosa, carrega não só o encanto poético, mas uma identificação que pode ser bem retratada nesse texto publicado por João Guimarães Rosa em 1957

Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região — que se escala. Atrás de muralhas, caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidade. Aguarda-nos amparada, dada em neblinas, coroada de frimas, aspada de epítetos: Alterosas, Estado montanhês, Estado mediterrâneo, Centro, Chave da Abóbada, Suíça brasileira, Coração do Brasil, Capitania do Ouro, a Heróica Província, Formosa Província. O quanto que envaidece e intranquiliza, entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e História. De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas — a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas — a gente não sabe. Sei, um pouco, seu facies, a natureza física — muros montes e ultramontes, vales escorregados, os andantes belos rios, as linhas de cumeeiras, a aeroplanície ou cimos profundamente altos, azuis que já estão nos sonhos — a teoria dessa paisagem.<sup>209</sup>

Segundo Amoroso Lima<sup>210</sup>, a Mineiridade tem fortes ligações com a montanha, limite físico que restringia o novo e a imaginação, ou seja, o perfil do mineiro está condicionado ao meio físico, determinando sua sobriedade à difícil vida nas montanhas, seu isolamento à dispersão da população, fazendo assim, a realidade superar a utopia. Essa relação entre a natureza conduziria Minas Gerais a uma missão política em relação ao Brasil, que seria a preservação (tradição) , a reforma (abertura a novos valores) e a compensação (conciliar realismo e idealismo).

---

<sup>209</sup><http://acervo.revistabula.com/posts/web-stuff/ai-esta-minas-a-mineiridade>.

<sup>210</sup>LIMA, Alceu Amoroso. *A voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Para Maria A. Do Nascimento Arruda<sup>211</sup>, a magia mineira está em volta de sua terra, existindo nas montanhas da região um sentimento de segurança, uma imagem mítica ligada à construção geográfica que carrega todo um comportamento do ser mineiro. Arruda entende que o mineiro que saiu da província no século XIX encontrou sua identidade na mística do solo rico em metais preciosos, sendo exaltadas as montanhas como uma maneira de assegurar, no campo das representações, as inconstâncias da vida. Esse elemento carregado de mistérios vai se tornar uma fonte inspiradora para a construção de uma identidade mineira.

## 1. História e meio ambiente

Dentre um dos muitos legados deixados pela escola dos Annales, está a pesquisa relacionada à História e o meio ambiente, resultando em trabalhos sistemáticos envolvendo a interação entre a geografia e elementos da vida humana. Nesse estudo, o objeto é analisado a partir das apropriações e necessidades, não só econômicas, mas sociais e culturais. Isso envolve, inclusive, o uso de paisagens ou objetos como instrumento de dominação e poder. Ferramentas, utensílios, móveis, habitações, espaços de convivência, tudo pode fazer parte da história da cultura material. É uma teia de relações humanas com os objetos utilizados e ambientes compartilhados, entrelaçando com suas representações.

A lição dos Annales foi compreendida. Os historiadores procuraram avaliar o peso real do cotidiano e tentaram dar uma história ao que parecia não possuir uma: vida material e comportamentos biológicos, história da alimentação, história do consumo alimentar e de vestimentas, história das enfermidades.<sup>212</sup>

Iniciado com Marc Bloch examinando a paisagem rural na França<sup>213</sup>, os “Annales” consideraram a forte relação entre o ser humano e os seus marcos

---

<sup>211</sup>ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>212</sup> ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

<sup>213</sup> BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. (Org. Étienne Bloch). Bauru: EDUSC, 2001.

geográficos. Fernand Braudel<sup>214</sup> ressaltou a influência mútua entre meio ambiente e sociedade, onde a sociedade e a natureza vão se moldando reciprocamente: “o meio ambiente é ativo e dinâmico, é determinante e determinado, é espaço natural e espaço construído”<sup>215</sup>. Para Braudel, no estudo da longa duração é necessário perceber a força da natureza e seus vínculos com a construção do homem que nela vive, em uma constante ação e reação cotidiana entre ambos.

Quanto ao surgimento do ramo da história chamado história ambiental, segundo Marcos Lobato Martins<sup>216</sup>, ocorreu, a partir dos anos 70, em função do crescente interesse pela questão ecológica e do agravamento dos problemas ambientais. O que esse ramo da história procura estabelecer é a relação entre o homem e a natureza, ou seja, o poder que a natureza tem “como agente condicionador ou modificador da cultura”<sup>217</sup>

É relativamente recente e ainda pouco comum trabalhos envolvendo história mineira e meio ambiente. Ainda mais reduzidas são as pesquisas relacionando representações políticas e questões geográficas. Nesse sentido, os trabalhos de Regina Horta Duarte tem oferecido relevante contribuição. No caso específico do século XIX, segundo Regina Duarte<sup>218</sup>, ocorreu um olhar diferenciado quanto à questão ambiental e o espaço existente em torno da sociedade, tendo como princípio o processo civilizador, que vai ao encontro, no plano político, de um novo ideal de nação. Uma aspiração europeia alimentaria o sonho das elites brasileiras em busca do progresso, incorporando na política imperial o conhecimento espacial para uma ocupação como forma de apresentar a autoridade do Estado em todo território nacional. Esse projeto favorecia estudos geográficos e uma precisão crescente quanto às cartas cartográficas. Já havia no século XIX diversas formas de pensar a ocupação dos chamados sertões, tendo percepções civilizatórias favoráveis a sua

---

<sup>214</sup> BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols. São. Paulo: Martins Fontes, 1984 e *Civilização material, econômica e capitalismo*. 3 v. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

<sup>215</sup> MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007. p. 21.

<sup>216</sup> Op. cit.

<sup>217</sup> LAMIN-GUEDES, Valdir. Uma análise histórico-ambiental da região de Ouro Preto pelo relato de naturalistas viajantes do século XIX. *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 1, p. 97-114, 2010.

<sup>218</sup> OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. DUARTE, Regina Horta (org.). Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ocupação e consequentes desmatamentos bem como a defesa do meio natural dando ao ambiente inexplorado um laboratório de estudos da botânica e silvicultura.

Em outro trabalho que também envolve representações e meio ambiente no século XIX, Regina Horta Duarte<sup>219</sup> aborda as representações construídas por viajantes estrangeiros na região do vale do Mucuri no século XIX e suas leituras europeias quanto aos indígenas e as matas. Paralelo ao projeto civilizatório imperial coexistiu um olhar diferenciado sobre o país a partir de estrangeiros, favorecendo uma nova percepção do Brasil, especialmente das suas particularidades contidas na fauna e flora. Segundo Duarte, esse movimento iniciou com a chegada da Corte Portuguesa no Brasil e se estendeu ao longo do século XIX, contribuindo para uma afirmação de uma identidade europeia construída a partir do outro, do mundo não-europeu:

Os relatos de inúmeras expedições, a maioria de caráter científico, foram publicados na Europa, para leitores ávidos de notícias sobre um Brasil até então desconhecido, terra cujos segredos haviam sido velados pela Coroa portuguesa ciumenta e possessiva. Os relatos de viagem produziam representações sóciogeográficas para europeus que, a partir daí, construíram sua identidade em oposição ao que passou a ser “o resto do mundo”. Num movimento de mão dupla da transculturação, a autorepresentação europeia criou-se nesse confronto com a imagem do outro.<sup>220</sup>

## **2. A teoria relacionada à política e natureza**

Além de Bourdieu e sua referência sobre regionalismo já citada no capítulo anterior, a relação entre natureza e representação política em Raoul Girardet<sup>221</sup> apresenta contribuições importantes. Ainda que não seja um elemento central no estudo sobre os mitos, a questão geográfica é abordada em alguns momentos por Girardet como pertencente ao imaginário político, incorporada ao mito da “Idade do Ouro”, da “Unidade” e da “Conspiração”.

---

<sup>219</sup> DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 267-288- 2002

<sup>220</sup>Op. p. 268

<sup>221</sup>GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Dentre os modelos de mito apontados por Raoul Girardet<sup>222</sup>, pensar nas representações mais presentes de Minas Gerais a partir dos anos de 1850 nos remete ao que chama da “Idade de Ouro”. Como um dos mitos modernos, o mito da “Idade de Ouro” faz referência ao “tempo de antes” como uma identidade construída a partir de um tipo de civilização ou sociedade, sacralizando as “belas épocas”. Cultiva-se a partir dessa carga simbólica a “. . . felicidade desaparecida e o que exprime a expectativa de seu retorno.”<sup>223</sup> Em imagens diversas, há uma oposição constante entre o passado e a atualidade, entre um presente de degradação que é preciso escapar e o tempo de antes, nobre e grandioso que é preciso redescobrir. Junto às representações de decadência convive-se com sonhos em comum, que é o “Grande Retorno”:

As mitologias políticas da Idade de Ouro, e bem para além de sua multiplicidade, de sua diversidade e de suas contradições partidárias, ela não deixa, contudo, de fornecer uma significação suplementar. É a ela, em todo o caso, que é preciso provavelmente recorrer para explicar e compreender essa perpétua e dolorosa oscilação, que as caracteriza a todas, afinal, entre a impotência para reconstituir o que foi e esse peso de esperança que a lembrança conserva sempre<sup>224</sup>.

No mito da “Idade do Ouro”, Girardet aponta para uma tentativa de encontro com o que chama de “homem da natureza”, onde ocorre um confronto entre evolução humana e convivência com o meio natural. A natureza surge em sua exuberância para superar o estado de decadência vivido em um dado momento. O destaque aos encantos naturais da terra sinaliza um reencontro de um mundo vivido, carregando no discurso de uma forma nem sempre explícita, uma proposta de reconstrução política e social. Há uma idealização de um suposto espaço perdido representado por uma natureza que simboliza a pureza de um passado de prazer e igualdade. O reforço desse ideal encarnado na natureza é ainda mais evidenciado ao buscar em outro ambiente contrário às lacunas que o seu oposto apresenta, qual seja o confronto entre campo e cidade, entre a agitação e a desordem do grande centro contrapondo ao equilíbrio e paz do interior:

---

<sup>222</sup>Op. cit.

<sup>223</sup>Op. cit., p. 103.

<sup>224</sup>Op. cit., p. 139



A oposição campo-cidade ganha aqui uma significação exemplar. De um lado, a “pureza” do ar e das águas, a amplitude dos horizontes, a liberdade do olhar; do outro, as miasmas das doenças, o amontoamento humano, aprisionamento na multidão. De um lado, ainda, a lentidão e a regularidade dos gestos ancestrais, a dignidade das atitudes, a paz das certezas imemoriais; do outro, a agitação estéril, o desmazelo, a angústia das ambições sempre insatisfeitas.<sup>225</sup>

O sentimento é de um espaço vivido onde reina a abundância ao mesmo tempo em que se recusa a modernidade. A sensação é de desprezo ao grande centro urbano, especialmente de onde se imagina vir toda a fonte de abuso e exploração: “É com particular atenção que é preciso registrar esse anátema lançado sobre a Cidade – a grande cidade, a cidade moderna, captadora de energias, redutora das almas e corruptora dos corpos”.<sup>226</sup>

O que Girardet considera também, agora trabalhando com o mito da “Unidade”, é que, ao sacralizar a imagem da natureza, está procurando uma unidade comum, exaltando valores coletivos perdidos, expressões de sonhos traduzidos em características dos espaços naturais: “. . .lembranças de um lugar privilegiado, sempre disponível, de intimidade calorosa e de auxílio coletivo”<sup>227</sup>. O sentimento é de equilíbrio, um pacto entre natureza e homem, mantendo a permanência das imagens naturais. A afirmação da unidade está diretamente relacionada com a atemporalidade da figura geométrica, equilíbrio nos espaços geográficos dos morros, montanhas e rios, fronteiras terrestres e marítimas. Ocorre, como consequência, um reforço à unificação, à demarcação de fronteiras, e, concomitantemente, um afastamento às ideias de dispersão produzidas por um sistema de referências ambientais, através de símbolos e mitos inscritos na memória coletiva.

Na “Conspiração”, o que Girardet propõe é associar nas representações as referências animais que normalmente vivem no mundo das sombras, significando um mundo paralelo que habitam as trevas e em constante complô. Ou em espaços subterrâneos, porões, locais onde se tramam estratégias para assumir o poder. No caso mineiro, esse sentimento está relacionado com os aspectos geográficos, dos segredos dos montes, dos silêncios conspiradores das cadeias de montanhas e nos mistérios que suas representações remetem.

---

<sup>225</sup> Op. cit. p. 114.

<sup>226</sup> Op. cit. p. 115.

<sup>227</sup> Op. cit. p. 119.

Nesse sentido, se firma uma imbricação entre o político e o sagrado, onde a conspiração remete ao desejo conquistador, aos interesses de afugentar uma ameaça ou de recuperar o espaço perdido diante de uma atual hegemonia do outro.

O que Girardet propõe é que todos esses tipos de representações possibilitem imagens diversas, produzindo conteúdos políticos indeterminados. Ele adverte, no entanto, que é preciso estar atento a uma diversidade de adequações com o espaço e tempo analisados, de acordo com cada realidade estudada, cabendo ao pesquisador segui-las “ . . . na diversidade de suas expressões, na multiplicidade de suas emergências, de seus deslocamentos e de suas metamorfoses”<sup>228</sup>.

### **3. As montanhas mineiras e seus múltiplos olhares**

De acordo com Regina Horta Duarte, as narrativas de naturalistas sobre a exuberância da natureza nessa parte da América, publicados na Europa, fez dos leitores do Velho Continente se autorreconhecerem através da diferença com o outro. Ampliando essa leitura da historiadora, não só o europeu se enxergava, mas também o Brasil passou a ter uma nova percepção de si mesmo a partir do olhar do outro. Não significa dizer com isso que foram os viajantes europeus os responsáveis pelo surgimento de uma identidade nacional ou mineira a partir de seus aspectos geográficos, porém esse novo olhar sobre a natureza vai ao encontro do contexto vivido em Minas Gerais a partir da segunda metade do século XIX,. Estiveram na província mineira muitos naturalistas, dentre outros Maximilian, Saint-Hilaire, Avé-Lallemant, Tschudi, Spix e Martius. Estas presenças marcaram a elite local, ficando no imaginário esses relatos, não só da natureza como das convivências e sociabilidades. No caso específico sobre a particularidade mineira, que vai ser aproveitado de forma frequente pela imprensa, o exemplo dentre outros que poderiam ser citadas, pode-se destacar a uma frase que supostamente foi dita

---

<sup>228</sup>Op. cit. p. 174-175.

por Saint-Hilaire: “S’il existe un pays qui jamais precise se passer dir reste du monde, e será certainement la Province de Minas”<sup>229</sup>.

Tendo como referência os periódicos disponíveis nos arquivos, pode-se afirmar que a imprensa mineira, até o início dos anos 40, pouco falou sobre os aspectos geográficos como uma identidade regional. Das fontes existentes antes dos anos de 1840, apenas o “Abelha do Itacolomi”, em suas edições de 1824, chegou a fazer alguma referência sobre a identidade dos mineiros e sua região.

Desse periódico, há um único longo artigo que relaciona o ser mineiro com o seu ambiente, mas emblemático pois evidencia todas as características que seriam encarnadas a partir da segunda metade do século XIX no que se refere a uma identidade mineira. Em 30 de julho de 1824, com as tropas saindo de Minas Gerais para reprimir o movimento pernambucano, o “Abelha do Itacolomi” exalta a distinção dos mineiros a partir das suas particularidades geográficas, relacionadas especialmente com suas montanhas, sendo, inclusive, um definidor do que seria o perfil do mineiro:

Mineiros compatriotas . . . Não é de balde que as altas montanhas as quais ostentam todas maravilhas da natureza, nos inspiram sentimentos que não são comuns a todos os povos. O Deus criador do mundo, dando em partilha a cada uma porção de terras certas propriedade peculiares, deu a Minas Gerais uma porção de tudo, porque tudo que é mister ao homem se encontra . . . Compatriotas, mostrai-vos dignos filhos do país onde primeiro no Brasil ressoou a voz da liberdade: mostrai a todos os nossos irmãos que nascestes para domar paixões; e que tendo pisado desde os primeiros anos sobre o ouro e sobre o diamante, tendes aprendido desprezar fúteis vaidades.

Desse modo, já pode-se perceber que a imagem construída do ser mineiro como moderado nas paixões, mas um guerreiro em defesa da pátria e da liberdade estava presente no discurso desde o início do século. Novamente em 30 de julho, na proclamação do marechal Antônio José Dias Coelho direcionada aos praças que marchavam para servir a Corte, natureza e o mineiro se entrelaçam:

---

<sup>229</sup>Conforme página 185, a frase de Saint-Hilaire foi utilizada diversas vezes como forma de expressar a autonomia da província mineira. “Em 1873 J. Ramos Queiroz em artigo escrito no “Diário de Minas” faz a citação sem identificar o autor que se assemelha a essa tradução, fazendo referência a Minas Gerais: “. . . que tem em si os elementos para viver independente do resto do mundo.” (Diário de Minas, 20.12.1873).

Às armas, bravos guerreiros . . . que a natureza, assim como foi pródiga em abundar nele de ouro, diamantes e mais pedras preciosas, tão bem o foi em produzir gênios sublimes, almas elevadas, guerreiros destemidos e corações munidos de intrepidez (Abelha do Itacolomi, 30.07.1824).

Em outro momento de 1824, quando se espalhavam boatos sobre movimentos de oposição ao Império em Minas Gerais, o “Abelha do Itacolomi” publicou artigo de primeira página exaltando o perfil do mineiro: “acrescentemos uma só palavra ao honroso epíteto de que nos gloriamos: quem diz mineiro diz filho das montanhas, e portanto, homem de sentimentos elevados, homem feito para grandes empresas” (Abelha do Itacolomi, 11.08.1824).

Clima e temperatura também foram elementos construídos pelo “Abelha do Itacolomi” para dar contornos às qualidades dos que nascem em Minas Gerais. Em 14 de janeiro, o periódico sugerem que “Talvez a benigna temperatura de seu clima doce queiram os filósofos atribuir o gênio ativo e bem intencionado dos seus habitantes”. Pouco mais de uma semana depois, novamente o “Abelha do Itacolomi” vincula o “espírito” mineiro ao seu ambiente:

Não podemos ser indiferentes à sensação agradável de que no momento nos afetam sucessivas recordações de rasgos generosos, de conduta franca e um pressentimento bem singular que caracterizam todos os habitantes das auríferas Serras desta província . . . Além de que a doçura do clima e uma perspectiva grotesca de Serras rasgadas pela teima dos mineiros cujos escalvados atestam ao filho as duras empresas do país, inspiram um não sei o que de altivo (Abelha do Itacolomi, 23.01.1824).

Portanto, uma particularidade do mineiro, a distinção em relação ao restante do país não surgiu na segunda metade do século XIX. Já povoava o imaginário mineiro desde pelo menos os anos de 1820. Mas a particularidade dos anos de 1850 em diante é que essa relação entre um “caráter” mineiro e sua região vai ser insistentemente trabalhada pela imprensa. A partir da segunda metade do século XIX há uma crescente em relação às publicações por parte da imprensa mineira envolvendo temas que abordam as particularidades do meio ambiente e das belezas naturais de Minas Gerais, contrapondo o silêncio da imprensa sobre esse aspecto entre 1824 e os anos de 1850.

O primeiro escrito em arquivo publicado sobre a exuberância da natureza mineira ocorreu em 1854, através do jornal “O Bom Senso”. É um texto emblemático sobre a identidade mineira construída a partir das particularidades ambientais da província, carregando todas as representações que vão traduzir a essência da mineiridade. Trata-se de um longo artigo escrito por José Jorge da Silva, de Araxá, abordando a tensão existente entre as regiões mineiras distantes do centro político ouro-pretano. O autor comentava sobre o movimento ocorrido especialmente no sul de Minas que defendia a criação de uma nova província, a de Minas de Entre Rios. No texto buscou justificar a necessidade de manutenção do território mineiro através de argumentos políticos, econômicos e também sobre as particularidades naturais da província. Temendo um enfraquecimento em função do surgimento de novas províncias a partir do território mineiro, a justificativa era que uma diminuição na arrecadação da província e uma menor representatividade no legislativo federal Minas Gerais como um todo só teria perdas.

No plano das representações, José Jorge da Silva escreveu que a identidade mineira precisaria ser preservada, tendo como referência os aspectos naturais em comum, dando uma representação de uma índole do mineiro que se misturava com as imagens naturais. Silva apontou a existência à esquerda do rio Grande de “. . . vales ricos de pastagem, espessos bosques, verdejantes prados, campinas risonhas, humildes outeiros e alcantiladas serras” (O Bom Senso, 12.06.1854). Reconhecia o bom clima, sadio e ameno, a atmosfera também saudável, bosques com aromas silvestres, o rio caudaloso e fértil. Mas entende que essas condições não eram privilégios apenas do sul de Minas Gerais, mas de toda a província, o que seria mais um motivo para não fragmentação da província:

Mas condições tão felizes são comuns à toda província de Minas, e tanto basta para não terem o valor de um argumento em favor da divisão. São lindas paisagens, que, se algum dia forem aproveitadas pela mão da ciência, poderão rivalizar com os quadros da natureza do sr. Barão de Humboldt; pois não sei que as cataratas do Orenoco e os países à que o sábio prussiano deu nomeada por seus escritos, sejam mais ricos de poesia do que Minas. (Bom Senso, 12.06.1854).

Era um sistema de referências que traduzia pela própria natureza o jeito mineiro de agir e ser. O sentido dado às montanhas era de firmeza de

convicções, de resistência a uma identidade que compartilhava os mineiros entre si e reforçados pela natureza ao seu redor. Longos artigos ou expressões cotidianas vão retratar esses aspectos por intermédio da imprensa a partir desse período.

Foi o caso do jornal “O Bom Senso”, que ao longo 1855 publicou diversos artigos com o título “Notas e observações de um viajante”, sem identificação do autor, que fazia uma série de considerações sobre lugares e regiões de Minas Gerais. No primeiro deles, em 18 de janeiro, o viajante descreveu de forma minuciosa a Serra de Piumhy, na Serra da Canastra, evidenciando a imensidão das montanhas mineiras, uma presença constante da ideia de infinitude, de poder que transcende o universo material, dando um sentimento de pertencimento ao homem mineiro. Ao chegar no alto da serra, por exemplo, a paisagem descrita fazia exposição desse mundo paradisíaco:

Panorama imenso e magnífico se desdobra de súbito ante os olhos do viajante . . . um mundo encantado e risonho surge e se estende ao longe até perder-se indeciso e vago no vapor azulado, que se eleva nas orlas do horizonte, éden ignorado. (O Bom Senso, 18.01.1855).

As figuras geométricas típicas da paisagem mineira assumiam uma proximidade com a identidade do nativo da província, em um momento que o discurso quanto a Minas Gerais era de um sentimento crescente de decadência. O que esta imagem parecia estar sinalizando naquele momento era de uma necessidade de marcar território, levar o mineiro a ser percebido e se perceber, definindo através do meio natural a essência do seu “caráter”. Para tanto, essas representações teriam de ser construídas através de atos mágicos, dando vida ao que era apenas formas naturais. A imagem de infinitude sentida com a sequência de cadeias montanhosas, de um horizonte que não chega ao fim ao misturar paisagem e a coloração do céu, dimensionando o homem a um estado micro, pulverizado diante da imensidão, favorecia esse estado de magia, elemento central para construção de identidades. A diferença se fazia por representações mentais que se fundem com elementos materiais, assumindo os traços identitários para impor a unidade e a distinção, conforme evidencia ao longo dos textos do periódico “O Bom Senso”.

À medida que vai sendo descrita a paisagem mineira, a natureza assumia sentidos polissêmicos e polifórmicos, múltiplos em um mesmo discurso. Desse modo, um dos sentidos dado às montanhas é o de firmeza, de resistência, da dureza das rochas que inspirava um caráter intransponível, postura de retidão conjugado à grandiosidade, de superioridade, altivez: “. . . essas montanhas que surgem de longe em longe . . .” (O Bom Senso, 18.01.1855), ou “Segue-se sempre por campinas ou chapadões, tendo em frente a Canastra, majestoso berço do São Francisco, roçando pelas nuvens sua frente de granito e pousando os pés em tapetes de esmeraldas” (O Bom Senso, 30.08.1855). Acompanhando os caminhos desse viajante em direção a Araxá, a narrativa mantinha o cenário de montanhas e o número de cascatas que delas se originam, corroborando com a exuberância da natureza que possuía a região e seu potencial abastecedor para os principais centros imperiais:

Grande número de cascatas se despenha pelos seus flancos e o viajor ouve continuamente o ronco da imensidão de água que ela despeja sobre os amenos vales que circulam, esse vasto terraço de granito é como uma fonte ou urna colossal que a natureza ali construiu para regar a fertilidade centenaes [sic] e centenaes [sic] de léguas, jorrando água para todo o império. Pelas abas da serra um sem número de paisagens pitorescas se encontram, animadas pelo murmurinho das cascatas, que caem aprumo e alvejantes como um véu de garça que ondeia ao vento e que Byron teria comparado à cauda flutuante de um cavalo branco (O Bom Senso, 30.08.1855).

Na chegada a Araxá, o mesmo discurso da exuberância da região com o reforço do comparativo ao mundo europeu:

. . . entra-se por um dedale [sic] de serranias, vales e colinas dos mais variados aspectos, grupos pitorescos de montanhas, cumes destacados, ora de forma cônica, ora abaulados em cúpulas do mais curioso efeito, como se nos pintassem as montanhas da Suíça ou da Saboia . . . O solo do bacio é formado por uma imensidade de colinas ou de ondulações . . . horizonte dilatadíssimo, perspectiva grandiosa (O Bom Senso, 30.08.1855).

Em um meio que oferecia abundância, conseqüentemente se encontram recursos suficientes para abastecer os homens. Na segunda metade do século XIX, com todas as representações do mundo europeu povoando a sociedade mineira, havia no discurso do viajante uma conjunção constante entre o paraíso e a ciência, a ideia de melhoria do lugar com a chegada do desenvolvimento, a coexistência entre o equilíbrio da natureza e o progresso: “. . .mas um dia o

progresso e a civilização tornarão uma das mais deliciosas habitações do mundo” (O Bom Senso, 18.01.1855); ou “Se uma estrada de ferro, partindo da Corte, viesse terminar nestas alturas, que enchente de população e de comércio não transbordaria por essas planícies pitorescas?” (O Bom Senso, 18.01.1855); ou, finalmente:

Queira o céu . . .que o progresso entre nós não seja preguiçoso e lento e que traga quanto antes para estas abençoadas solidões numerosas populações com todos os recursos da civilização e da indústria. (O Bom senso, 18.01.1855).

Era um discurso contraditório, que percebia na floresta a beleza, mas também a via como símbolo do atraso e do não desenvolvimento. Era considerada como um deserto, um cenário “triste e desolado . . . ouvindo apenas os gritos da seriema, que se assemelha ao latido de um cão que segue a pista de um veado” (O Bom Senso, 30.08.1855). O que se nota é que havia uma Minas Gerais idealizada, simbolizando as montanhas e toda sua exuberância, mas acompanhada pelo atraso em função da ausência do desenvolvimento econômico e da civilização. O símbolo mineiro, representado pelas montanhas e suas cadeias, pela grandiosidade dos rios, pelo gigantismo das florestas eram sacralizados, mas ao mesmo tempo, as miudezas da floresta, seu interior e tudo o que ela simbolizava era sinônimo do atraso por ser o oposto ao progresso europeu.

Coexistindo com a opulência e vigor da natureza/caráter mineiro, a narrativa também remetia à paisagem bucólica, à pureza do campo, simbolizando a busca de um passado perdido que se reencontrava na simplicidade e equilíbrio da vida junto à natureza. Esse sentimento tanto podia estar fazendo referência ao favorecimento de um clima saudável: “Em geral, a serra da Canastra com os terrenos adjacentes é um dos países mais belos e notáveis das províncias de Minas pelo seu clima, pelo seu aspecto. . .” (O Bom Senso, 30.08.1855); quanto a descrição dos povoados e vilas que o “viajante” ia encontrando pelo caminho: “A vila de Piumhy existente na encosta da Serra, apesar do modesto comércio é privilegiada pela sua localização . . .”(O Bom Senso, 30.08.1855), ou outra localidade que ele não nominou: “Vê-se então ao pé da verde e graciosa colina esse grupo pitoresco de casas branquejando ao



longe, como alvas roupas, que a lavadeira estendeu no musgo à beira da fonte . . .” (O Bom Senso, 30.08.1855).

O autor buscava com todo esse cenário contrastar com a impureza e corrompida vida da cidade e o litoral, simbolizados aqui pela capital do império. A cidade do Rio de Janeiro e tudo que a cercava, inclusive seus refúgios, estavam impregnadas de imoralidade e sofrimento, inclusive o ambiente natural ao redor, contrastando com toda a paisagem mineira:

Se essa imensa população que vive no Rio de Janeiro, respirando a custo uma atmosfera pesada e ardente e que corre pressurosa a respirar um pouco de ar livre na que eles chamam de alva e risonha Petrópolis e que não é mais que uma tristonha e nebulosa serra . . .  
 . (O Bom Senso, 18.01.1855).

Portanto, nos escritos do viajante, estava embutido um discurso presente nas representações mineiras ao longo de toda a segunda metade do século XIX, com toda a fluidez e contradições que essas leituras podem oferecer diante das mais variadas circunstâncias, que podem ser sintetizadas em três aspectos: 1) as montanhas e tudo o que as circundava representavam a grandiosidade e firmeza do caráter mineiro, resgate de valores coletivos perdidos, símbolo de um passado carregado de glórias; 2) o refúgio, natureza sacralizada em busca de uma unidade, privilegiando a lembrança de um lugar esquecido, carregado de aconchego e comunhão entre seus habitantes, favorecido pela salubridade do clima; 3) o espaço de valores embutidos com toda a sua riqueza natural, ambiente capaz de provocar ações mobilizadoras para o regresso de fartura e abundância pelo potencial que a terra poderia oferecer. Somadas a esse aspecto, os bens naturais eram fortunas que estavam disponíveis para serem exploradas, em perfeita harmonia com o progresso. Para melhor condução dos argumentos, são esses três aspectos que serão analisados separadamente, ressaltando que em muitos momentos se confundem e se entrelaçam na construção dessa identidade mineira com as suas imagens naturais.

### 3.1. As montanhas e o caráter mineiro

Um “caráter” mineiro que se aproximava da firmeza e grandiosidade das montanhas esteve incorporado no discurso cotidiano, nas expressões e relatos de posições políticas inabaláveis e firmes de suas convicções, conjugando com uma “índole” de moderação, de propensão a acordos. Ocorreu uma sacralização da imagem da natureza em busca de uma identidade, um louvor aos espaços naturais como expressão de um “caráter mineiro”. As particularidades do ambiente natural de Minas Gerais passaram a pertencer ao divino, levando, através das montanhas, chapadas, picos e rios, ao domínio do sagrado. Ocorria um entrelaçamento, um emaranhado de representação de mineiridade que não se conseguia distinguir entre o que é natureza física e comportamento, um era extensão do outro. A narrativa sobre o meio ambiente e o “caráter” mineiro pareciam ser uma continuidade, como pode ser percebido no artigo que comentava sobre a região do Serro: “Habitaís uma das partes mais interessantes do solo Mineiro. A fertilidade do terreno, os rios navegáveis que o cortam, a índole dos habitantes. . .” (O Bom Senso, 23.10.1856). Ou, sobre a cidade de Jacuí: “A uberdade de seus terrenos, de par com o seu clima excelente e índole pacífica do seus habitantes. . .” (Livro do Povo, 18.11.1883). Ou ainda:

Aqui a grandeza selvagem de uma terra quase virgem de trabalho humano, os mananciais de riqueza que se antevê nos rios, nas montanhas e nas planícies, o espetáculo de tudo que poder fazer grande um povo hospitaleiro, frugal e industrioso (O Sul de Minas, 08.04.1860).

Em 1871, “O Noticiador de Minas” informava a inauguração do primeiro museu em Minas Gerais e destacava sobre a província:

Que a riqueza invejável do seu solo, que a inteligência brilhante de seus filhos ajudados por um ameno clima e uma índole dócil, mas enérgica de sua população, eram elementos que apenas precisavam de força das instituições para desenvolver.(O Noticiador de Minas, 30.11.1871).

Dar vida e corpo às montanhas nas narrativas aproximava ainda mais essa representação mágica. É como descreveu Bernardo de Guimarães em

romance chamado “O bandido do rio das Mortes”, publicado em 20 de maio de 1873 no Diário de Minas: “A Serra de São José não tem a catadura austera, sombria e enrugada da maioria das montanhas do centro de Minas . . .”. Essa construção produzia um semblante próprio à natureza, dando existência e expressão às montanhas mineiras, dificultando a percepção do que é humano e o que é natureza.

No editorial do primeiro número do periódico ouro-pretano “Minas Altiva”, ao justificar o seu nome, não fazia divisões entre o que é ser mineiro e o que o meio ambiente da região. Entrecruzavam-se clima, liberdade, nobreza, montanhas caráter, como se fossem um só corpo. Um se tornava a cópia do outro. De acordo com o texto, o homem mineiro nasceu na região e dela se apropriou de todas as suas qualidades, não sendo mais possível separar o que é caráter com o que é natureza. As mudanças geológicas ocorridas na terra já traçavam há milhões de anos o destino da região e da população, preparando o ambiente para receber uma civilização:

Enormes tem sido as transferências porque tem passado a terra. . .As forças orogênicas atuando desigualmente nas diversas partes do globo. . .Mas, apesar deste trabalho gigante cujo começo se esconde nas vastidões de um passado inavaliável, Ouro Preto esta edificada sob a nudez de um terreno, prisão sobre montanhas metamórficas . . .aonde a beleza, a força, a liberdade foram aliadas pela providência para aí nascer um povo que tem de honrar a civilização, um povo independente, justo, bom e livre. E assim como as serras são alcantiladas, fragosas e selvagens nos caprichos admiráveis, assim o caráter dos mineiros é leal, franco, singelo, mas altivo sempre em seu louvável orgulho e nobreza. (Minas altiva, 25.03.1886).

Quando em 1866, houve a divisão interna entre os liberais na distribuição de cargos do governo, no caso específico na discordância de parte do partido em não aceitar o nome de Cristiano Ottoni para assumir a função administrativa no governo, o “Diário de Minas” mostrava a solidez das posições políticas assumidas pelos mineiros: “As paixões não atravessam nossas montanhas. . .” (Diário de Minas, 12.09.1866).

No ano seguinte, o mesmo jornal também se apropriou de igual discurso, mas nessa ocasião para sensibilizar o povo mineiro em participação na Guerra do Paraguai. O apelo era de Bernardo de Guimarães, trazendo como símbolo

da coragem mineira a partir de suas raízes heroicas, confundindo montanhas e identidades :

Pois bem! Nós, os filhos destas montanhas, que inspiraram aos inconfidentes o pensamento generoso de nossa emancipação política, nós que hoje gozamos dos frutos da liberdade. . . não podemos olhar com indiferença essa mesma pátria escarnekida (Diário de Minas, 01.05.1867).

Ao fazer referência a um político de destaque, sua determinação em prol dos interesses públicos, eram as montanhas mineiras novamente trazidas para corroborar com o perfil da pessoa citada: “Povo de Minas, gloriái-vos o desembargador Antônio Vaz Pinto Coelho da Cunha, filho das nossas montanhas. . .” (O Noticiador de Minas, 24.02.1869). Ao relembrar a posição mineira contra o governo de D. Pedro I, eram nas montanhas mineiras que se encontrava o principal identificador das glórias do passado:

Em 1831, Minas dava o exemplo do civismo, o anjo da liberdade tinha levado o seu trono nestas cercanias altivas que deviam ser inexpugnáveis redutos contra a invasão e a ferocidade do despotismo, nas montanhas desta Suíça americana abrigava-se o espírito da democracia, o sentimento da independência nacional. Aqui refugiava-se como em asilo sagrado e inviolável, e as aspirações políticas do povo mineiro caracterizavam-se na indomável altivez com que despregava a insolência do primeiro imperador e renda homenagem à memória dos mártires da liberdade (Colombo, 22.09.1878).

A geografia do lugar também traduzia o sentido de liberdade, de um “espírito” herdado da Conjura que vai carregar dentro de si a independência no pensar e no agir do mineiro, o que conciliava com um ambiente de mistério e conspiração. Havia a impressão de estar construindo permanentes tramas no refúgio das montanhas em nome da liberdade. O silêncio acusador das vastas e contínuas elevações mineiras deixava transparecer que nelas já estavam entranhadas conjuras e insurgências, apresentando na dureza das rochas mineiras o sinal de resistência permanente. Quando morreu Teófilo Ottoni, em editorial o periódico “O Jequitinhonha” entrelaçava as montanhas da província no espírito de liberdade dos mineiros e na dor da perda: “A província de Minas

deve cobrir-se de luto pesado. Nas quebradas de suas montanhas, onde sopra o vento da independência e da liberdade, os ecos só devem repercutir os soluços” (O Jequitinhonha, 07.11.1869). Também os republicanos dos anos 80 vinculavam o desenho ambiental com a liberdade enraizada no comportamento do homem das Minas Gerais:

As tradições de um povo, que primeiro sonhou a liberdade de sua pátria e que em 1789 sagrou com sangue generoso o dogma do futuro. .E, para mais confirma-lo, aí está o caráter indomavelmente independente do filho das montanhas. (A Atualidade, 30.30.1881).

Em 1889, o sentido dado às montanhas mineiras incorporava as três forças partidárias da província. Com a última visita do imperador a Minas Gerais, o conservador “O Vinte e Três de Julho” recebeu D. Pedro II com editorial relacionando à luta pela independência como o símbolo natural da província, evidenciando a grandeza mineira em prol dos interesses da nação. Havia um tom de sobriedade ao vincular o silêncio e a firmeza das montanhas a um “caráter” mineiro de equilíbrio. Nessas narrativas esse perfil mineiro foi adquirido nas lutas realizadas no passado, mas em comunhão com a natureza, como se esse cenário não só fizesse parte da história mas também vivesse esses embates. Se sacralizava homens e montanhas, o que fazia de Minas Gerais, com sua imponente geográfica, uma guardiã permanente do império:

a legendária capital de Minas atavia-se hoje de festivas galas. .A província de Minas – esta estrela de primeira grandeza do céu azul e constelado da pátria, ansiosa e prazenteira vos espera. .Vinde! E que estas altivas montanhas testemunhas solitárias e muda de tantos atos e heroísmo em prol da integridade nacional, o sejam também do culto sincero e ardente de que tendes altar no coração deste grande e patriótico povo mineiro. .que os vossos pés, sobre esta terra que tem sido o berço e o túmulo de tantos patriotas – não calquem senão flores.” (O Vinte e três de julho, 23.07.1889).

Também no mesmo dia da chegada de D. Pedro II, o liberal “A Província de Minas”, saudava o Visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministro. Nessa saudação, a existência de elementos comuns entre os que nascem em Minas Gerais, apesar das diferenças partidárias ressaltadas pelo jornal. Tendo como símbolo de unidade, mais uma vez o vínculo as montanhas

à identidade mineira: “Apraz-nos sempre contemplar o sucesso e ascensão dos conterrâneos, nascidos nessas mesmas montanhas. . .” (A Província de Minas, 23.07.1889).

No entanto, quem mais vai utilizar do discurso aproximando as particularidades geográficas da província e a mineiridade como ação mobilizadora nesse período é a imprensa republicana. Símbolo de resistência contra a monarquia, as montanhas se tornariam a representação da firmeza de convicções e o “caráter” mineiro como emblema em favor da liberdade e da firmeza de princípios. As montanhas coexistiam e comungavam com o “espírito” republicano mineiro, aproximando o ideal defendido na figura de Tiradentes: “O sol de 89 ergue-se radiante, espriando luz por suas extensas campinas ou esbatendo-se em suas alterosas montanhas. Ergue-se a pátria de Tiradentes” (A Revolução, 19.01.1889).

Também o editorial de 12 de janeiro de 1889 do periódico “A Revolução”, ao temer o aparecimento e as ações da “Guarda Negra” em Minas Gerais vai buscar na certeza dos princípios mineiros, que se confundiam com as rochas e maciços da região, o argumento para coesão em favor da resistência às organizações criadas pela Princesa Isabel e conde d’Eu. Para o jornal, a monarquia procurava se apoiar nesses grupos para agir de forma clandestina, criando a desordem e instalando o despotismo, havendo uma ameaça a propriedade e a ordem. Assim, o jornal convocou a população de Minas Gerais a resistir contra essa organização:

Em Minas ainda não existe, felizmente, o germe desse elemento de desordens. . . Cumpre-se, pois, que todos os lugares de nossa província se unam os bons patriotas . . . para impedir, ainda mesmo que seja à força, qualquer tentativa nesse sentido. Não! Nas montanhas de Minas não há de medrar a planta do monturo. Isso nunca! (A Revolução, 12.01.1889).

Mas, polimorfos, as montanhas traduziam outros sentidos. Para os republicanos mais moderados da província, nas montanhas mineiras não estão encarnadas apenas o ideal dos conjurados de liberdade, de justiça, de patriotismo, mas simbolizavam também a paz, uma república construída a partir da fraternidade entre os brasileiros:

Em 1789, neste mesmo ano e no século passado, o Grande Brasileiro Legendário, nesta cidade, com admirável intuição política planejara a emancipação do Brasil colonial do jugo da velha metrópole pelo concurso necessário e suficiente destas três províncias então capitanias. . .E no coração dos legionários brasileiros encontraram gravadas essas palavras: república, federação, representação nacional, soberania do povo, direito, justiça, igualdade, ordem, progresso. . .a voz da República é voz de paz, as suas ideias são de luz, é para aclamar os horizontes que nas altas montanhas de Minas hasteamos o lábaro de confraternização universal. Mineiros, a nossa calma, a nossa orientação, a nossa disciplina, eis aí o segredo da nossa pujança. (O Movimento, 01.06.1889).

### **3.2. As montanhas como cenário de refúgio**

Do cenário de Minas Gerais também se construiu pela imprensa a idealização de uma região paradisíaca, refúgio onde clima, vegetação e animais compõem uma paisagem bucólica, de encanto e equilíbrio. Um artigo do periódico “O Bom Senso”, em 1855, assinado por Augusto de Oliveira descrevia um ambiente de contemplação, narrando as belezas da paisagem no entorno de Conceição do Mato Dentro:

Eu me achava sentado junto da capela do Senhor de Matosinhos e aí estendia a vista e contemplava a grande e magnífica Serra Fronteira, coberta em sua extensão de variada cópia de vegetais ou abaixava repentinamente os olhos e admirava a bela planície contígua cortada agradavelmente por belos regatos (O Bom Senso, 09.08.1855).

No “Diário de Minas” de 31 de janeiro de 1867 foi publicada poesia de Aureliano José Lessa sobre Diamantina que configura bem essa construção (lida novamente em discurso na Assembleia Provincial pelo deputado B. Pinto e transcrito no “Diário de Minas” de 05 de dezembro de 1874) :

Vê lá na encosta do monte/mil casas em grupozinhos/Alvas como cordeirinhos/que se lavavam na fonte?/Não vê deitado de frente/Qual dragão petrificado/Aquele serro curvado/Que mura a cidadezinha. . .Vê como ela se inclina/Sobre a esmeralda do monte/Molhando os pés numa fonte/de água fresca cristalina/Olha como ela domina/esses serros alcantis/com seus ares senhoris/com seu cofre de diamantes/no meio de seus amantes/distribuindo rubis. . .Salve atena risonha/Da verde e saudosa Minas!/Rainha dessas colinas/que banha o Jequitinhonha. . .(Diário de Minas, 31.01.1867).

Também ritualizando em poesia o lugar mineiro, “Saudades da Minha Terra”, Severiano Nunes Cardozo de Rezende, da Corte, lamenta saudoso a distância da vida e do ambiente mineiro, fazendo referência a São João Del Rei: “aqui não há os encantos/que gozo lá nas campinas/As tardes lá são mais belas/É mais belo o céu de Minas. . Sou Mineiro, eu vivo só/Nas minhas lindas campinas/As tarde lá são mais belas/É mais belo o céu de Minas.” (O Noticiador de Minas, 23.03.1869).

Ao defender a navegabilidade do Rio das Velhas e o do Rio São Francisco, o ambiente da província era o bem maior: “A natureza, leve e antes seca do que úmida. . .As riquezas minerais em nada cedem por seu valor aos vegetais. . .A zoologia teria também uma bela parte na enumeração já mui longa de todas estas riquezas.” (O Noticiador de Minas, 06.04.1872).

Em editorial de 31 de março de 1881, quando da visita de D. Pedro II a Minas Gerais, “A Província de Minas” indicava a exuberância da região que superava qualquer outra riqueza construída pelo homem:

Quem tanto já viu e observou quem traz o culto espírito radiando a luz de tantos conhecimentos. . .certo não viria a nossa terras – às montanhas alpestres da bela Minas – encontrar ao menos um peregrino produto da arte, um instituto de renome antigo, uma manifestação seque da inteligência humana acima das vulgaridades toscas de nossa idade. . .faltam-nos em verdade palácios. . .castelos. . .-Mas temos os esplendores da natureza americana radiando luz puríssima e desprendendo bálsamos vivificantes no seio vasto e misterioso de nossas florestas, nas colinas formosas de nossos campos, nas várzeas floridas de nossos vales ubérrimos (A Província de Minas, 31.03.1881).

A idealização da natureza foi reforçada ao fazer o confronto com o outro, especialmente em relação a Minas Gerais onde as perdas foram sentidas a partir do centro das decisões políticas, no caso, a Corte. Conforme indica Girardet ao tratar do mito da “Idade do Ouro”: “É com particular atenção que é preciso registrar esse anátema lançado sobre a Cidade – a grande cidade, a cidade moderna, captadora de energias, redutora das almas e corruptora dos corpos”.<sup>230</sup> A comparação e o crescimento do Rio de Janeiro foi feita em 1855 no jornal “Bom Senso” por uma correspondência assinada por um “roceiro semicivilizado”:

---

<sup>230</sup> Op. cit. p. 115.



Qual a razão porque é tão opulenta a província do Rio a custa da bebida talvez viciada do café, e a de Minas com seu candelabro de ouro sobre rico azul, seus variados rios navegáveis todos com o sistema inglês de canalização um clima salubérrimo, águas puras e termais, matas floridas, povoadas de imensos e variados animais e aves, que espantam a Europa, campos tão espaço e florido. . .(Bom Senso, 03.12.1855).

Diante desse sentimento de perdas em relação ao outro, a busca da província mineira foi, no campo das representações, de rivalizar espaços com o Rio de Janeiro a partir do meio ambiente. Se existia a beleza inigualável das montanhas mineiras, o clima saudável, a água que curava; na Corte tudo se remete ao oposto. O Rio de Janeiro encarnava a insalubridade e suas epidemias incessantes, a impureza do espaço artificial, a uma opulência que caminhava para a decadência. Uma correspondência publicada pelo jornal “O Bom senso” em 1855, vinda de Barbacena comentava as mudanças entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, contrapondo uma vida mundana e os divertimentos da Corte e a sensação de pureza e salubridade da região mineira:

À pouco deixei cheio de saudades os prazeres da Corte para por algum tempo gozar do belo clima de Minas, e passando por esta cidade, demorei-me algum tempo não só pelo clima saudável, como pela agradável sensação que experimentei ao avistar as campinas de seus arredores (O Bom Senso, 30.08.1855).

Em 1860, em artigo sem identificação do autor, o contraste entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais era colocado de maneira mais evidente. Expondo a idealização de um cenário bucólico, a tranquilidade da convivência humana, refúgio que simbolizava um eterno prazer, a existência de um tempo que pouco se percebia passar, a região mineira era ritualizada, contrapondo com a desordem, a impureza, a insalubridade e as doenças que povoavam o cotidiano da Corte:

O Rio de Janeiro cresce de dia-a-dia. . .mas o seu clima pouco são vai alimentando todas as epidemias que até 1850 tem aqui feito tão avultado número de vítimas. A soberba iluminação da cidade. . .o belo calçamento das ruas. . .não tem podido purificar a atmosfera desta terra, onde a morte tem erguido o trono – não tem podido

purificar a atmosfera, onde a morte tem erguido o trono – não há aqui garantia de vida. . .sois admirador dessa cidade, mas não trocaria o repouso de nossas aldeias de Minas, pela ventura dos que aqui moram – amei essas montanhas sombrias, essas campinas dilatadas, essa paz serena, esse viver tranquilo, inda que monótono: gozei da palestra que se tem à noite junto à lareira. . .a providência porém que compensa todos os males, consente que delinham nessas aldeias, mas não se muda a atmosfera pura e saudável, o clima ameno e benigno de Minas (Correio Oficial de Minas, 23.04.1860).

Se as montanhas e o comportamento humano se confundiam formando o “caráter” mineiro, a natureza e o ambiente vividos no Rio de Janeiro reduzia a alma e corrompia os corpos. Esse desprezo ao grande centro urbano, especialmente de onde se imaginava vir toda a fonte de abuso e exploração, evidenciada muito a partir da insalubridade do clima e as constantes epidemias decorrentes do seu ambiente. Em 1867, ao lamentar a morte do mineiro Antônio Simplício de Salles na capital, o periódico “Diário de Minas” responsabilizava o clima da Corte, impregnado de luxo e avareza, lembrando nomes como Evaristo da Veiga, Bernardo da Veiga, Luiz Soares de Govêa Horta “mineiro da velha Minas”, além do cônego Antônio Felipe de Araújo, todos mortos no Rio de Janeiro pela febre amarela e lamentava a necessidade dos mineiros em irem para o Rio de Janeiro para representar a província:

Mais uma vida deste belo torrão do sul de Minas, desta Minas dentre-rios votada em holocausto ao pestífero e letal clima do Rio de Janeiro! Opulenta e soberba, mais que tudo, poética princesa do vale de Guanabara, és como a Mancenília [sic] das Antilhas, às vezes matar o imprudente que de estranhos e longínquos climas vai abrigar-se junto a ti, levados pelos fulgores e pompas que te rodeiam! . . . Que negra fatalidade pesa nos destinos desta parte da velha província de Minas! Entretanto, que há que a visite que não se encante de suas magias que não se enamore deste céu, deste solo e deste clima (Diário de Minas, 06.03.1867).

O ambiente e climas favoráveis existentes em Minas Gerais também eram justificadores para investimentos públicos na província. Em 1881, no discurso na Assembleia em favor da implantação de uma universidade em Minas Gerais, o deputado provincial Marisguia apresentava como trunfo central o clima favorável e as águas da região mineira, o oposto das pestes que assolavam a cidade do Rio de Janeiro:

A província de Minas não goza da mesma temperatura de clima de que gozam as outras do litoral no rio de Janeiro, de ordinários são vítimas de um agelo[sic] que desde 1850 infesta as cidades principais do litoral, a febre amarela. . .A universidade, como sabe V. exc., que é conhecedor da topografia da província, pode ser fundada ou nesta capital ou na cidade de Mariana ou nas suas imediações: aqui já temos elementos do ensino superior, e a cidade de Mariana é dotada de um clima excelente, podendo de futuro ser ligada a esta capital por uma estrada de ferro. . .É necessário demonstrar a necessidade destes estabelecimentos, quanto nós vemos os resultados magníficos que tem dado para a saúde pública o uso de águas minerais e que tem a virtude de prestar-se ao curativo, de todas as moléstias. . . (A Atualidade, 01.01.1881).

É um discurso que, no final do império, foi apropriado pelos jornais republicanos mineiros para sintetizar os desméritos do governo monárquico:

A Corte, como todo mundo sabe, é uma coisa nojenta, imunda, é um tremedal infecto, onde fervilham os vermes Patrocínios, os vermes Nabucos, os vermes Clapps e tantos outros cujos nomes trazem à lembrança as coisas repugnantes que pululam na lama podre (A Revolução, 12.01.1889).

### **3.3. As montanhas como cenário de riqueza natural**

Nesse aspecto, há uma relativização do pensamento de Girardet, que considera estar presente no mito político da “Idade do Ouro” a relação entre meio ambiente e uma recusa à modernidade. O sentimento de decadência em Minas Gerais remete-se a uma relação direta de apropriação do meio com a capacidade de restabelecimento do crescimento da região com sua potencialidade natural. Ocorria uma adaptação às exigências de um tempo, estando presente de forma constante o discurso relacionado ao solo mineiro e suas riquezas a partir da década de 60.

Sinalizando a possibilidade de reconstrução do período de riqueza e produção, havia uma constante exaltação à natureza e suas alternativas para o benefício da economia mineira. O sentimento era de uma região de riqueza do solo, de facilidade do terreno e do clima para a produção agrícola, de rios que abundam farturas: “Minas sendo uma das mais favorecidas pela natureza em razão da amenidade do clima, da fertilidade do solo, da imensa variedade de seus produtos vegetais e minerais” ( Diário de Minas, 11.05.1867); ou “Atendendo-se à salubridade do clima da nossa província, a uberdade do solo, sua vastíssima extensão, contendo muitos desertos [florestas] que somente

aguardam o trabalho inteligente e ativo. . .” (Diário de Minas, 31.10.1867). Ou ainda, escrita por um anônimo, que exaltava a tipografia mineira, dividindo Minas Gerais em duas: “ . . .uma produz todos os gêneros próprios dos trópicos e a outra variando de clima, abre a uma vasta criação de gado e produtos diversos e ambas são riquíssimas de todas as espécies do reino mineral e vegetal . . .” (O Noticiador de Minas, 30.01.1872).

É um discurso que estendia para todas as regiões mineiras, inclusive regiões mais longínquas, como o rio Doce: “o manancial mais fecundo de prosperidade para a província já pela uberdade do solo, já como saída natural dos produtos agrícolas e dos grandes depósitos de ferro na cordilheira do Itacolomi. . .” (Constitucional, 21.12.1867) e concluía o artigo citando o senador Vasconcelos, quando se falou em bancarrota e que em discurso respondeu “eu tenho na minha província por fiador o rio Doce, cujo valor é incalculável” (Constitucional, 21.12.1867).

No entanto, a riqueza natural da região acabava por justificar sempre a possibilidade de sua exploração que ainda está por vir, evidenciando um sentimento de atraso. Era uma leitura feita às riquezas naturais em Minas Gerais que vai perdurar por toda a segunda metade do século XIX, conforme propõe o senador Meira de Vasconcelos: “A província de Minas abundante de recursos e possuindo poderosos elementos de prosperidade e progresso necessita, porém, que suas rendas sejam bem aproveitadas e que se lhe dê acertada e prudente aplicação” (A Província de Minas, 14.08.1881). Ou seja, as dificuldades vividas encontravam perspectivas de serem superadas através da sua riqueza existente em sua natureza, que poderia ser explorada por meio do trabalho. Ficava evidenciado que os tesouros, não necessariamente auríferos, existiam, bastava o esforço humano em buscá-los.

Minas é sem questão o torrão mais rico de forças naturais que o Brasil possui. Ela não prima só por sua fecundidade mineralógica. No reino vegetal sua força é por demais poderosa. Dividida naturalmente por esse espinhaço que a separa de norte a sul, ela oferece nas duas zonas em que está dividida riquezas extraordinárias. . .Em uma dessas zonas, os produtos tropicais encontram terrenos ubérrimos, em outra a indústria extrativa. . .Promovendo a abertura de estradas e os estudos de seus volumosos rios para abrir essas vias. . .Só assim se regenerará esta sociedade que cai sob o peso da miséria assentada atrás sobre tesouros fabulosos. (O Conservador de Minas, 17.03.1870)

Mesmo a exploração do ouro, considerada por parte da imprensa predatório e responsável pelo atraso da região, também era visto em alguns momentos como alavancador do progresso, desde que explorado com recursos modernos. Em notícia sobre jazidas auríferas na província de Minas Gerais, cita Ouro Preto, Sabará, Queluz, Pitangui, Itabira, Caeté, Diamantina, Minas Novas sendo “ . . . abundantes em ouro. . . a expressão antiga de tirar ouro no tacho não é uma fábula. Mais tarde, quando trabalhos inteligentes presidirem as explorações, se reconhecerá a riqueza estupenda desta abençoada província.” (O Vinte de Agosto, 07.11.1885).

Ou ainda, havia no imaginário a substituição do ouro pelo carvão mineral, que representava a composição de um cenário propício para a industrialização. Em 06 de setembro de 1855, o jornal “O Bom Senso”, analisando alguns aspectos econômicos da região de Ouro Preto, narrava a descoberta em Vila Rica, quando o Brasil era ainda colônia portuguesa, de uma pedra que ao chegar próximo ao fogo, incendiava-se facilmente. Segundo o jornal, os portugueses identificaram como pau “pedrificado”, e concluía apresentando um futuro promissor para a região: “Quem não assegura que esse mineral não é o carvão de pedra presentemente tão procurado?” (O Bom Senso, 06.09.1855) Em artigo escrito no “Diário de Minas” em 1866 o texto sem identificação do autor explicitava o anseio de conseguir retirar da terra as riquezas necessárias para uma arrancada industrial em Minas Gerais. Tendo como espelho a indústria inglesa, o autor propunha investimentos têxteis entendendo que “ . . . se não temos a árvore do pão, temos a árvore da roupa” (Diário de Minas, 26.06.1866) e em seguida apresentava outro recurso como meio de buscar as riquezas minerais na província: “Basta somente assegurar que em poucos pontos da terra encontra-se o cromante [sic] de chumbo, de que muito uso se faz a Inglaterra. Pois bem, a nove léguas desta cidade encontra-se esse produto mineral” (Diário de Minas, 26.06.1866).

A toda forma de investimento, havia o permanente discurso da região mineira e a disponibilidade de exploração do seu ambiente. No auge das grandes exposições industriais, em uma coluna escrita por um anônimo em 1866 no “Diário de Minas” havia a reclamação de que “Nas exposições que entre nós tem havido quase que só temos feito ostentação das promessas que nos faz uma natureza rica” (Diário de Minas, 26.06.1866). Na exposição

ocorrida em 1874 o lamento persistia, entendendo no artigo publicado que o que faltava eram os investimentos. A esperança de um futuro melhor estaria na capacidade de administrar as riquezas existentes na província, em iniciativas individuais que pudessem gerar o progresso:

O ouro abunda com prodigalidade nas altas serrarias do espinhaço e doira o leito de todos os nossos rios, a platina e a prata, o cobre e o zinco. . . tudo se encontra em avultadas porções. . . Imensas pedreiras calcárias. . . árvores, arbustos e palmeiras. . . tudo, tudo quanto a indústria mais exigente deseja e quis, Minas podia oferecer ao mundo inteiro. O que, pois, lhe falta? Um povo ativo e energético, capitais, instrução, estradas e mais que tudo a iniciativa, que sobra aos nossos irmãos de São Paulo. Estas faltas são atualmente as causas porque Minas cedeu o passo na carreira do progresso. . . Sim, foi esse erro político que preparou a queda moral e material desta infeliz província. . . Desde então, Minas, arressada [sic] ao alto ao abismo da descrença, alerido [sic] o espírito patriótico. . . Nunca é tarde para acordar-se nem é cedo para o arrependimento seja a festa da independência o prelúdio da nossa regeneração. . . e a infeliz província de Minas verá renascer em seus filhos o vigor antigo para utilizar essas riquezas que doeram-lhe os pés, mas que agora lhe são inúteis (Diário de Minas, 27.06.1874).

A partir dessa imagem de fartas riquezas naturais em Minas Gerais, eram múltiplas suas utilidades no campo da representação. Tanto podia ser incorporada ao combate às supostas calúnias feitas pela oposição liberal, “a impressão local. . . envergonha a grande província de Minas, este abençoado torrão capaz de, por si só, constituir um estado riquíssimo. . .” (O Vinte de Agosto, 02.10.1885), como na condição de reforço para pedir investimentos na região para o imperador em visita à região:

A natureza aqui é grande, senhor, vossa coroa não tem mais preciosas joias! No entanto é mesquinha a obra dos homens, os sertões jazem inexplorados, as riquezas desaproveitadas, nem um só barco singra tantos rios navegáveis e só de longe, como um eco altíssimo, ouve-se o sibilo da locomotiva! Vossa rica província de Minas precisa de estradas, senhor, precisa de empresas que saibam utilizar suas magnificências quase virgens. . . É tempo de acudir o reclamo desse povo. . . a estrada de ferro tem vosso nome, em breve demandará os rumos da Itabira; aqui mesmo, nesta isolada capital, o telégrafo acaba de unir-nos com vossa Corte. . . (A Atualidade, 30.03.1881).

Nessa outra forma representativa da natureza mineira, o sossego não simbolizava o refúgio, o lugar perdido e reencontrado, mas um espaço que possibilitava a convivência entre a paisagem com o progresso: “A província

começa a ser objeto de atenção do governo do país . . . o grito da locomotiva há de espantar as codornas dos belos campos de Minas” (O Noticiador de Minas, 08.05.1869). Transporte ferroviário e natureza em equilíbrio povoavam permanentemente os símbolos do mineiro. A espera da estação ferroviária em Pitangui era um retrato desse sentimento

Tinha vida e elementos próprios que lhe vem das mãos da providência. Sua posição – a sólida edificação – seu clima salubre, onde reina uma primavera eterna, suas fontes. . . Alvejante como se vê ao pé de sua montanha – perfumada agora pelo aroma de seus laranjais em flor, prestando ouvidos ao esperado silvo da locomotiva. . . (A Realização, 26.08.1883)

Foi uma identificação que também aproximou dos republicanos à medida que o movimento ganhava força em Minas Gerais. Editorial de “A Pátria Mineira” criticava o governo imperial, lamentando a política de rotatividade dos presidentes de províncias, sendo uma das razões do atraso em Minas Gerais, apesar da sua abundância em riquezas naturais

É por tais motivos que a província não tem ainda plano definitivo para sua viação férrea; que não tem ainda estabelecimentos fabris que a isentem de comprar tudo no Rio de Janeiro, é por isso que sua instrução jaz até hoje no período rudimentário [sic]. Recursos não lhes faltam. Minas é dotada pela natureza de todos os elementos capaz de formar um povo próspero (A Pátria Mineira, 06.06.1889).

Um mês após a publicação acima, novamente em editorial, “A Pátria Mineira” vinculava a riqueza mineira com seu potencial, apresentando como solução à república, capaz de superar a situação de decadência vivida pelos mineiros. Diferente das expressões anteriores, pela leitura republicana era a monarquia a responsável pela ineficiência na exploração dos recursos existentes em Minas Gerais e conseqüentemente seu atraso. Ainda que extenso, é um trecho importante para perceber a permanência do discurso envolvendo o meio ambiente como identificação do mineiro e a mobilização política que decorre dessa relação:

Por que em tantas riquezas, no meio de tantas virtudes, a condição do mineiro é precária, é ruim, é inferior à de alguns habitantes deste próprio país. . .com mãos largas, a província abençoou e derramou tesouros de toda a espécie sobre nosso território privilegiado. . .de um lado sob o ouro para pagar os artífices, de outro lado o pórfiro, o alabastro e o mármore para a construção dos palácios, monumentos

e cidades. De um lado, florestas de madeiras de toda a sorte, cobrindo um solo fértil capaz de produzir café, cereais, açúcar. . .de outro, campinas imensas para multiplicação dos rebanhos e manadas do gado de toda espécie. Podemos a esse ligeiro esboço dos dons. . .salubridade do clima e abundância das águas. Se não vem, pois, da providência, qual será a causa de tanta pobreza, no meio de tantas riquezas? Estará na índole. . .? Não, igualmente não. O mineiro é sóbrio, ativo, econômico e trabalhador, é leal nas relações sociais e na luta pela vida; observa religiosamente a fé dos contratos, tem a necessária aptidão para as indústrias, como atestam muitos produtos de sua confecção; e enfim pacífico, ordeiro, cheio ao mesmo tempo de ânimo para empresas, conforme se viu dos antigos trabalhos de mineração e outros. . .A causa de tudo existe inteira no sistema de governo monárquico centralizador a que estamos submetidos. . . (A pátria Mineira, 25.07.1889).

#### **4. Algumas considerações sobre o subcapítulo “A representação do espaço natural como construção e reforço de uma identidade mineira”**

Como resultado dessa construção identitária, aflora a partir da década de 50 uma busca crescente em aproximar o jeito de ser mineiro dos aspectos geográficos. Muitas vezes sob o imaginado olhar de viajantes, a beleza natural, a exuberância das matas, as montanhas, o clima ameno e saudável, produzindo um ambiente distante dos males do litoral, tendo em alguns momentos a exaltação do provincialismo como uma atitude política que é saudável por estimular o desenvolvimento e o progresso. Mesmo movimentos separatistas como os ocorridos no sul da província mantiveram a defesa das grandezas naturais de Minas Gerais.

Minas Gerais, ao ser citada como espaço privilegiado do Brasil, se opõe à vida muitas vezes “promíscua do litoral”, de um “ambiente insalubre” e de constantes epidemias da Corte com o clima puro, ameno e saudável das montanhas. Apesar de toda a riqueza da província, considerada como manifestação divina, a visão é que a economia mineira não tem conseguido concorrer com as produções de outras regiões, levando os jornais a questionar as razões dessa falta de competitividade.



Assim sendo, o cenário natural da província representado pela imprensa mineira a partir da segunda metade do século XIX surgia como espaço privilegiado, produzindo diversas representações. Ao retratar a paisagem característica da província, a identidade do mineiro se aproxima com o espaço ao seu redor, sendo moldada de acordo com o meio em que vive. O espírito de liberdade, a determinação em alcançar seus objetivos, a firmeza de princípios, o caráter conspiratório sugerido no silêncio das alterosas; todos esses valores se fazem representar pelas montanhas e as outras imagens delas derivadas, que muito mais que forças simbólicas, encarnam e são expressões do ser mineiro.

No segundo elemento, ao retratar a natureza mineira em sua exuberância, sacralizando-a, provoca o sentimento de acolhimento, de proximidade, de pertencimento, favorecendo um sentimento comum e traços identitários capazes de reforçar a unidade de uma província em crise.

Finalmente, a construção da imagem de uma natureza rica, capaz de fornecer toda a matéria-prima necessária para o reerguimento mineiro. São representações de riquezas disponíveis a serem exploradas que funcionaram como ação mobilizadora para um discurso propondo a reconstrução política e social da província através dos bens naturais que Minas Gerais pode oferecer.

## Subcapítulo 4

### O lugar de Ouro Preto no discurso mineiro

#### 1. Ouro Preto vendo a si mesma

Da mesma maneira em que a província mineira se percebeu como região em decadência, Ouro Preto também se identificou com o cenário de ruínas na segunda metade do século XIX. Na publicação de 06 de setembro de 1855 o jornal “O Bom Senso” descreveu Ouro Preto como uma cidade que tinha, segundo mapas estatísticos apresentados na Assembleia Provincial, 20 mil habitantes e que perdeu mais do que a metade de sua população, vivendo seu comércio nos anos de 1850 “ . . . quase exclusivamente sustentado por dinheiro que sai do cofre público” (O Bom Senso, 06.09.1855).

A capital da província foi vista continuamente a partir da segunda metade do século XIX em situação declinante, sendo alvo permanente em artigos que tratavam sobre as condições de decadência em Minas Gerais. O passado de uma capital agitada era visto na segunda metade do século XIX como calma, a capital era o lugar “ . . onde a vida tanto pública como particular corre silenciosa e serena . . .” (O Bom Senso, 15.02.1855). Vida pacata, monótona, serena, tediosa: esses eram os adjetivos que expunham a vida cotidiana de Ouro Preto e corroboravam com um cenário de ruínas. Em 1866, pequena nota lamenta a festa “fria e desanimada” no Corpus Christi, o que antes transformava a “velha cidade em faceira e garrida” (Diário de Minas, 01.06.1866). Ou “solenizou-se o 7 de setembro nessa velha e decadente capital com frieza, como tem acontecido em todos os dias de festa nacional nestes últimos anos” (Diário de Minas, 14.09.1866). Ou ainda “Nessa cidade de Ouro Preto, tão pobre de distração” (Diário de Minas, 10.01.1868). Chegado os anos 80, as reclamações sobre a rotina da antiga Vila Rica ainda eram as mesmas: “Numa terra em que os espetáculos públicos são raros e a vida arrasta-se monótona. . .”( A província de Minas, 29.05.1884).

Em 1857, em artigo sem identificação, afirmava que Ouro Preto tinha sido reduzida a menos de um terço da população que era a antiga Vila Rica. Esse

fato se devia, segundo o autor ao fim da mineração, sem a substituição por outra forma produtiva. Relatando a situação da capital mineira, o texto considerava que nela

Ficou o seu pessoal limitado somente a duas classes, comparativamente numerosas às dos negociantes e dos que se empregam de qualquer modo no serviço público. Seu comércio de exportação ou de trânsito não é alimentado por produtos manufatureiros, nem agrícolas, à exceção do açúcar e aguardente em pequena quantidade: é uma cidade quase exclusivamente consumidora. Vê-se pois que Ouro Preto, não podendo atrair grandes capitais, numerosas inteligências e aptidões e empreendedores de vários ramos ou espécies de indústria, não constitue certamente um grande foco de população bem que seja o centro de todas a correspondências administrativas e sede de governo provincial. Às estas mesmas causas é devido a ausência de diversões. (Correio Oficial de Minas, 12.10.1857).

A busca em entender o que se passava em Ouro Preto levou Bernardo de Guimarães a apontar para a sua posição geográfica, caminhos de grandes dificuldades para seu acesso

Pelas gargantas dessas crespas e empinadas serrancas, só tarde, mui tarde e talvez nunca, poderão penetrar as locomotivas a vapor, e nunca haverá força nem indústria humana que tome navegável nem para canoar o pobre ribeirão do Carmo. Felizes de nós, se em nossos dias conseguirmos ver chegar as portas de nossa velha cidade alguma diligência por uma sofrível estrada de rodagem. Que pena que a província de Minas não tenha uma capital mais vantajosamente situada!(Diário de Minas, 07.11.1867).

Treze anos depois, os limites para entender as dificuldades ouro-pretanas pouco alteraram: “ . . . à primeira vista parece que enormes dificuldades se opõem à realização da empresa [ferroviária], em razão, especialmente da situação geográfica de Ouro Preto . . . (A província de Minas, 11.09.1880).

Assim, da década de 50 aos anos de 1880 o sentimento de decadência parece pouco alterar. Em 1882 “Liberal Mineiro” apresentava o sentimento comum entre os ouro-pretanos: “Em Ouro Preto nada vai avante”. (Liberal Mineiro, 17.10.1882). No mesmo ano, um artigo de assinado por Afonso Brito descreveu as comemorações do aniversário da morte de Tiradentes um quadro saudosista e pouco animador sobre o cotidiano ouro-pretano, evidenciando os anos de glória e a ruína:

Esquecida eram os tempos em que 32 mil habitantes animavam as agrestes serranias, em que em 8 de junho de 1711 o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho assentou os fundamentos de Vila Rica.

A picareta do mineiro não ataca mais a dura rocha e seguimento do veio do ouro, fazendo ecoar as serras com a pancada do ferro e o som das cantigas dos trabalhadores. As numerosas forjas de serreio, que então existiam, apagaram as fornalhas, não se preparam mais as ferramentas do trabalho, embora o número abunde a chispa não coloca mais as fibras do horizonte à pancada sonora do martelo sobre a bigorna

As oficinas despovoaram-se o ruído, o movimento que perpassavam através das 35 ruas e 5 praças da cidade, calaram-se!

Estava esgotado o ouro ambiciosamente arrecadado pela metrópole. . .vila rica, vegetando a vida das secretarias, viu reduzir-se sua população a 12 mil almas, que nem ao menos vivem a vida das glórias passadas, que aureolam o cimo das nossas montanhas!

Só as velhas crônicas cobertas de pó e roídas pelas traças, nos falavam ainda das deslumbrantes e pomposas festas, que outrora aqui se fizeram! Só os magníficos edifícios, esparsas pelo vasto recinto da cidade, ainda nos atestam a passada grandeza! (Liberal Mineiro, 25.04.1882)

## 2. Ouro Preto no olhar do outro

No final dos anos de 1859, a cidade de Ouro Preto sofreu um verdadeiro bombardeio de críticas e denúncias da região do sul mineiro através do periódico "O Sul de Minas". Eram raras as edições que não apontavam a capital como responsável pelo atraso vivido em toda a província, que arrancava todos os impostos em benefício da região e dos políticos, que os investimentos não chegavam em outras localidades: “. . .Desse velho e decadente Ouro Preto, dessa mãe ingrata e ambiciosa que com manifesta injustiça e incalculável ofensa a suas desdetosas [sic] e desprezadas ilhas. . .” (O sul de minas, 01.10.1859). O jornal procurava não relacionar a capital mineira com a conjura, evidenciando a distância entre ela e seu passado. A referência feita a Ouro Preto, frequentemente chamada pelo jornal com ironia de Vila Rica, era de uma metrópole semelhante à opressão exercida por Portugal:

Que dependência tem nossa terra de Vila Rica! É essa dependência que constitui o orgulho da cidade *modelo* que um dia clamou contra o governo de Lisboa como hoje clamamos contra a trempe que de Ouro Preto dirige toda a província de Minas (O Sul de Minas, 19.11.1859).

Ou, em outro artigo na mesma edição, criando a expressão “itacolomizar”, uma referência à política da administração ouro-pretana. Foram comuns artigos

publicados em críticas aos excessos tributários e ineficiência da administração de Ouro Preto, responsável, segundo o periódico, pela estado que se encontra a província:

Minas não pode continuar no mesmo estado em que se achava nos tempos coloniais – Vila rica há perdido muito da sua população, de sua civilização, de sua dignidade, não pode continuar a ser cabeça da mais vasta, mais populosa, e mais importante província do Império . . . Tudo definha entre nós . . . Nem o Ouro Preto pode mostrar-se hoje qual foi outrora Vila rica. . . (O Sul de Minas, 26.11.1859).

A cidade tornou-se um símbolo dos abusos e excessos imperiais em um jornal de propostas republicanas: “De nada vale a imperial cidade estar mantida nas cumiadas do Itacolomi, não lubriga [sic] as remotas e homeopáticas povoações, das extremidades da Rússia brasileira.” (O Sul de Minas, 03.03.1860). O que, para o jornal levava a um descontentamento em toda a região mineira: “. . . de todos os pontos partem clamores contra a mal administração dessa província. . .” (O Sul de Minas, 03.03.1860).

### **3. Ouro Preto, cidade sagrada**

O sentimento quanto ao papel político de Ouro Preto para a região sul mineira não se esgotou com o fim do jornal “O Sul de Minas” em 1860. O “Colombo”, já nos anos 70, retomava com um discurso ainda mais incisivo e mais exaustivo contra a capital mineira: “Ouro Preto – sanguessuga insaciável que tem haurido. . . toda a seiva, todo a vitalidade de uma região fadada à grandiosidade.” (Colombo, 01.06.1873). “Ouro Preto – terra com o qual nos relacionamos, apesar, madrasta que só tem servido para reduzir-nos à miséria. . .” (Colombo, 20.12.1874).

A distância, principalmente política, de Ouro Preto incomodava não apenas a região sul da província. Diversas vezes a mudança da capital foi ventilada. A credibilidade ameaçada, os riscos de perdas com o deslocamento da capital mineira para outras regiões levou os grupos que gravitavam em torno do poder ouro-pretano a construir uma sacralização da velha capital. Através do debate reproduzido pela imprensa, Ouro Preto se tornou uma representação mítica capaz de projetar como símbolo de unidade e de inspiração para o culto

ao passado, referência de identidade mineira. Nessa construção, havia um papel glorioso dado à cidade ao se constituir como centro de convergências dos interesses de toda a província, simbolizando os anseios da população mineira. No discurso produzido, no qual Ouro Preto encarnava o princípio sagrado da unidade, os interesses gerais deveriam sobrepor os “mesquinhos” interesses individuais. As regiões devem ser vistas como complementares entre si: “Cada uma das partes que a compõem só pode ser compreendida em relação ao todo no qual se insere, enquanto elemento constitutivo de uma harmonia global que lhe confere e à qual fornece toda sua significação”.<sup>231</sup> Ao simbolizar a unidade, Ouro Preto marginalizava os fatores contrários ao rompimento.

Concomitante à referência de unidade, igualmente se tornava presente a projeção do que Girardet chama de “predestinação geográfica”, uma imagem de região anterior ao presente vivido. É um espaço místico preconcebido para manifestação e celebração dos ideais de liberdade e independência defendidos pelos fundadores desde o início da ocupação no início do século XVIII. Continuada pelos conjurados e mantidos ao longo dos movimentos sociais no século XIX, Ouro Preto passou a simbolizar a luta incessante em prol da preservação desses ideais. Também se tornou um cenário que conduzia a transferência do divino para o mundo real, “. . . transferência do plano sobrenatural para o plano do temporal, do plano do absoluto metafísico para o das Cidades. . . é na mística que se vê desembocar a política . . .”<sup>232</sup>.

Foi a proposta do deputado provincial Padre A. Paraíso, do norte de Minas Gerais, em 1867, deslocando o centro administrativo para a margem do rio das Velhas, que mais aflorou e se fez visível a idealização de Ouro Preto como lugar sagrado. Diante da ameaça de um deslocamento espacial do centro de decisões políticas, essa manifestação, com uma roupagem nova, resgatava o ideário mítico de um local formado a partir das letras e luzes construído pelos inconfidentes, especialmente Cláudio Manuel da Costa.

No “Constitucional” de 16 de novembro de 1867 já se fazia sentir o impacto do projeto proposto pelo Padre Paraíso, argumentando o periódico a dificuldade pelos elevados custos que poderiam ocasionar uma transferência

---

<sup>231</sup> GIRARDET, op. cit. p. 158.

<sup>232</sup> Op. cit. p. 165.

da capital mineira. Ainda segundo o jornal, havia o ressentimento da população norte, mas que as dificuldades passadas pela província eram as mesmas vividas por Ouro Preto. No entanto, o forte apelo era feito pelo papel mítico que a cidade representava. Segundo o “Constitucional”, a capital irradiava valores de independência e liberdade não apenas para Minas Gerais, mas todo o Brasil. O que se fazia necessário era investir na cidade para fazer florescer o crescimento econômico que lhe faltava:

E de mais, porque não é o Ouro Preto digno de ser a capital da província de Minas? O Ouro Preto que devera perder o nome de cidade imperial para tomar só o que lhe compete, o de cidade heroica?

A cidade de Ouro Preto é uma relíquia preciosa na história do Brasil: querer aniquilá-la é ofender a memória de tira-dentes, é menosprezar o berço de Vasconcelos, é dar testemunho autêntico de indiferença e de desprezo pelas suas gloriosas tradições.

Além de tudo, é impatriota a ideia: serve-lhe de pretexto, de fútil e desacertado pretexto a pouca riqueza do município, o limitado comércio da cidade. As montanhas altíssimas que a cercam, a sua pouca uberdade e sobretudo a fealdade [sic] do lugar que toma a cidade incipita [sic] e monótona. . . o que é necessário é dar-lhe vida e animação, promover-lhe a indústria e com a indústria, o comércio. . . que ela seja sua susceptível de consideráveis melhoramentos e de se tornar bela, mesmo pela pitoresca e singular configuração de montanhas e também uma verdade indubitável, que a beleza de algumas das cidades da Ibéria e da Suíça, nas mesmas condições, está podiosamente [sic] confirmando (Constitucional, 16.11.1867).

Seguindo o debate, em outra edição do “Constitucional”, argumentava que na província havia grande diversidade em seu território, mas que cada localidade mineira carregava as ideias iluministas dentro de si. Diante dessa situação, cabia à antiga Vila Rica representar toda a essência do “espírito” mineiro, pois especialmente por não ser um grande centro, permitia a manifestação de todas as regiões, mantendo assim a unidade:

Ouro Preto como as outras cidades do Brasil sucumbe ao diferentismo [sic] geral, mas não constitui uma exceção da regra. Passa pela crise porque está passando a própria maioria dos dignos representantes de diversos distritos mineiros! Nos tempos que já foram, Ouro Preto, já não dizemos Vila Rica, representou um papel importante na história de Minas. O espírito público há de reerguer aqui não deixa de encerrar em seu seio matérias preciosas e variadas para indústria fabril, como o ferro. . . Em Minas a civilização está espalhada por todo o seu território e qualquer de suas cidades é tão ilustradas relativamente, como qualquer das capitais do Brasil. E por que? Porque não tem um centro populoso e de elevada importância, que absorva os diversos elementos da civilização que se encontram

esparços por todo seu território. . .Qual a província do império em que a civilização e ilustração esteja tão espalhada e generalizada como em Minas? A capital nunca saiu de Ouro Preto e Constância , na sua História do Brasil, em 1839, diz que a província de Minas é a mais instruída, enérgica e influente do Brasil. D. Pedro I, assim o reconheceu também quando aqui veio procurar meios de evitar, como o apoio desta, o perigo que o ameaçava. . .” (Constitucional, 30.11.1867).

O jornal liberal “Diário de Minas” a princípio abriu espaço para a defesa do próprio padre Paraíso, que era aliado do governo. Este argumentava que foi apoiado por um dos proprietários do jornal “Constitucional”, Benjamin Rodrigues Pereira, que também era deputado. Afirmava ainda que defendia o interesse de sua região, norte de Minas Gerais, e que era portador dos anseios de quem representava: “Amando de coração o norte da mineira província, pelo intérprete dos desejos daquele povo, e mineiro por excelência. . .” (Diário de Minas, 03.12.1867). Por sua vez, em edição de 07 de dezembro de 1867 do “Constitucional”, Benjamin e seu sócio C. Figueiredo, nas páginas do jornal conservador negaram a acusação feita por Paraíso, colocando este como vítima da mistificação progressista.

Apesar de ter dado uma brecha para Paraíso defender seu projeto, o periódico se posicionou contra, argumentando o elevado custo de uma transferência e mantendo o mesmo apelo místico da região e seu papel na formação dos valores de liberdade que ali foram construídos. Em editorial publicado em 07 de dezembro de 1867, criticou a posição do jornal conservador sobre a exploração do tema, em um momento que “ . . .a pobre população destas montanhas, tão ricas de tradições gloriosas, deixavam cair um olhar de abatimento sobre sua terra natal, onde via prezada a herança dos seus. . .” e conclui: “Estejam tranquilos os habitantes do Ouro Preto, não se abaterá com facilidade uma terra de tantas tradições cujas legendas riquíssimas de episódios perfumam-nos a imaginação . . .” (Província de Minas, 07.12.1867).

Mesmo com o projeto arquivado, o “Constitucional” deu continuidade à defesa da preservação de Ouro Preto como capital, mostrando como o deslocamento do centro podia trazer preocupações políticas. Em 1867 o periódico publicou um artigo assinado pelo “Mineiro Prudente” que considerava o projeto fruto de ignorância e que a mudança contrariava a ordem natural.



Mas, além disso, era um texto que evidenciava de forma veemente o papel sagrado representado pela cidade. Considerava que a localidade era o centro de convergência das regiões mineiras, fazendo dela um solo sagrado que repelia os conflitos e ao mesmo tempo preservava os valores defendidos pelos conjurados mineiros, portanto razão suficiente para preservar seu papel central na política mineira. Ainda que seja um trecho extenso, sua reprodução é exemplar por agregar os mitos construídos em torno da antiga Vila Rica:

Ouro Preto há de ser sempre a capital de Minas, e que terrenos planos e montanhosos, campos alegres e serranas brumosas não são motivos para se mudar a capital de uma província . . . nós provamos que um feliz acaso colocou a capital de Minas no ponto muito conveniente. Todos abrem o mapa mineiro e[notam]. . .que os dois caudalosos rios, o doce e o das Velhas, aquele desembocando diretamente no oceano, e este dirigindo-se ao centro da província, para desaguar no São Francisco, são filhos de uma só mãe: e que os dois vales se encontram no Ouro Preto. Já se teria notado que o rio Doce corre pela frente do Palácio do Governo e paço da Assembleia provincial e o das Velhas pelo vale que fica por detrás. Que os mineiros tiram regos nas águas do rio da Velhas e vem minerar no vale do rio Doce, confundindo-se as duas águas. Que só no Ouro Preto estas duas estradas naturais se encontram e que só pelo Ouro Preto a futura linha de ferro do Rio doce (a via Mineira) pode se entroncar na de São Francisco ou Pedro II. Que a natureza faz quase tudo, deixando tão somente ao homem o trabalho de estudar, conhecer os seus segredos, e aperfeiçoar a sua obra. Que o Ouro Preto fica a cavaleiro entre os dois vales, fazendo cessar entre eles os ciúmes de competência. Não deve ser motivo para depreciar-se Ouro Preto, o capitólio mineiro, o achar-se colocado sobre um rochedo, porque do mesmo modo estava o capitólio de Roma junto à Rocha Tarpea [sic]. . .S. ex. [Padre Paraíso] sabe que as tradições fazem a religião do povo, levantam os espíritos para obrarem grandes coisas, e conversarem a sua própria autonomia, e é por isso que se respeitam os lugares sagrados á memória de grandes e piedosos acontecimentos. S. ex. não pode ignorar qual foi a cidade onde os protomártires da independência primeiro verteram as suas lágrimas e o seu sangue onde se levantou em porte tão alto a venerada cabeça de Francisco Xavier!

Diferente do Paço da Assembleia Provincial defronte do assento de s. ex. avulta hoje em lugar do poste uma colina triunfal, para ante ela os legisladores mineiros, retemperando os seus brios, manterem as instituições e levarem o povo de Minas ao fastígio da glória. (Constitucional, 14.12.1867).

Um ano depois o assunto ainda era tema de discussões. Partindo em defesa da velha capital, os conservadores, agora no poder corroboram com a proximidade entre as tradições mineiras e Ouro Preto:

Os velhos mineiros empregavam os seus esforços para conservar o esplendor da antiga capital, porque nela reconhecem o berço do

primeiro pensamento de nossa emancipação e a memória do primeiro brasileiro oferecido em holocausto para tornar uma realidade este magnífico pensamento (Diário de Minas, 03.01.1868).

Dentre os debates sobre o desenvolvimento da província, uma das questões centrais nos anos 70 e 80 foi a ampliação da Estrada de Ferro Pedro II e para qual região deveriam ser direcionados os seus trilhos. Houve à época uma calorosa discussão sobre o traçado da ferrovia, havendo forte pressão de diversas regiões pleiteando os seus caminhos. Em 30 de janeiro de 1872 um artigo anônimo publicado no “O Noticiador de Minas” desencadeou um longo debate sobre o mérito de Ouro Preto ser contemplada com esse privilégio. A alegação do autor se fundava essencialmente em um argumento mítico em torno da cidade. O discurso envolvendo Ouro Preto em uma aura mágica, dotando seu solo com representações sagradas, conduzia a cidade a um destino definido em bases que transcendem a vida real. Diante de tanta abundância oferecida por toda a região mineira, cabe a Ouro Preto o papel de ser a unificadora das riquezas mineiras, chamada pelo autor de “chefe lugar desse vasto território que a natureza pôs ao seu domínio” (Noticiador de Minas, 30.01.1872).

Sobre esse quadro majestoso, tão habilmente formado pela natureza, as únicas aglomerações de população que se encontram sobre a muralha que divide a província são as cidades de Ouro Preto, diamantina, Grão Mogol, e, entre elas a única cuja posição talhada pela natureza presta-se a ser a passagem natural da permuta de gêneros de uma ou outra zona é indubitavelmente a histórica e tradicional cidade de Ouro Preto. . .se das alturas dessa muralha o viajante prudente e refletido contemplar o panorama que desliza os olhos reconhecerá que Ouro Preto domina todo o sistema de formação auríferas, diamantinas e de mineral de ferro, o qual desprendendo de suas terras, irradia-se até Diamantina, Sabará, Itabira, Caeté, santa Bárbara e dominando com a ciência o diz e sua história confirma, o centro de todo esse riquíssimo sistema. Há de reconhecer que é ele verdadeiramente o centro da maior população, daquela onde reina maior civilização . . .Ouro Preto está fundada para os altos destinos porque além da riqueza de ouro e ferro, igual ou superior à Suécia. . .e porque mais ainda é ponto natural pelo qual podem ligar-se os vales das duas mais ricas artérias de Minas, o rio doce e das Velhas. . .Que colocado na depressão mais notável da Mantiqueira. . .oferece fácil e muito fácil caminho para ligar os dois rios, por meio de uma estrada de bitole estreita (Noticiador de Minas, 30.01.1872).

Ainda segundo este artigo, o que se pode perceber era que, apesar da ênfase ao papel predestinado de Ouro Preto, havia o interesse em fortalecer

econômica e politicamente a região ouro-pretana pelo temor de uma possível divisão da província, que, diminuiria a representatividade mineira no legislativo, o que, para Minas Gerais “. . . será o seu aniquilamento político e uma origem de pesadíssimos sacrifícios para o estado” (Noticiador de Minas, 30.01.1872). Ou seja, a sacralização de Ouro Preto se tornou um forte instrumento político, pois a manutenção da cidade como capital da província era não apenas um fator de investimentos para a região, como sua preservação favoreceria a manutenção do território mineiro e, conseqüentemente, a elevada representatividade política mineira na Corte. Ao mesmo tempo, perder a unidade territorial resultaria em menor arrecadação tributária, além de diversas províncias que surgiriam dessa fragmentação ainda mais empobrecidas.

Em resposta a esse artigo, no mesmo “Noticiador de Minas”, outro texto também anônimo de 17 de fevereiro faz uma longa explanação contrariando o argumento da publicação feita em 30 de janeiro de 1872. Para o autor, o império deveria se preocupar em ocupar os espaços vazios e investir em regiões mais ricas e menos povoadas, além de ser uma estratégia para assegurar a ocupação territorial, caso específico do Mato Grosso e suas fronteiras. Para tanto, o trajeto da ferrovia, deveria sair da Mantiqueira em direção à serra da Canastra, terminando às margens do Paranaíba. Quanto às representações sagradas de Ouro Preto, o autor criticou a visão do artigo de 30 de fevereiro dizendo que a apologia feita à cidade cobria “. . . com as cores mais vivas exatamente os pontos mais escuros do quadro” (Noticiador de Minas, 17.02.1872). Contrariando os defensores de Ouro Preto, era exposto que na cidade houve um decréscimo populacional alarmante e que as outras regiões de Minas Gerais possuíam riquíssimos depósitos de ferro. Concluiu exaltando os interesses gerais da província em detrimento de favorecimentos locais: “Minas é a nossa vasta casa e quando se tratar de beneficiá-la não se aninhe em magnânicos corações o mesquinho desejo de atender cada um somente ao acanhado aposento em que nasceu ou reside” (Noticiador de Minas, 17.02.1872). Apesar de não ser explícito, é possível que a defesa de novos trajetos para a ferrovia envolvesse interesses políticos e econômicos para passagem da ferrovia em outras localidades.

Respondendo a carta que apresentava a proposta da Estrada de Ferro Pedro II em direcionar seus trilhos para região da serra da Canastra, o

“Noticiador de Minas”, em um longo artigo publicado em três edições nos meses de março e abril de 1872 procurou manter o argumento mítico construído no artigo de 30 de janeiro. Segundo essas publicações, a presença da ferrovia até os picos do Itacolomi, era legítima pela importância que a cidade tinha para a província mineira, ainda que a região se caracterizasse pela ausência completa de riqueza. Segundo o autor, Ouro Preto tinha seu destino já traçado pelas mãos divinas, pois já era predestinada a ser o centro decisório da província mineira, um “ . . . entreposto natural dos produtos da zona do leste para a do oeste” (Noticiador de Minas, 06.04.1872). Era natural, portanto, que se modernizassem suas vias de comunicação.

O artigo entrelaçava ao longo do seu argumento um misto entre explicações técnicas e místicas. Por um lado, apresentava estudos de navegabilidade de rios, topografias e espaços geograficamente estratégicos: “quando sustentamos que o entreposto natural entre as duas zonas da província é Ouro Preto por estar na maior depressão da Serra do Espinhaço donde partem as maiores águas da província que se vão entornar no mar” (Noticiador de Minas, 06.04.1872). Mas, por outro, fundava sua defesa na força que tinha suas tradições, na herança que deixou para o “caráter” mineiro através das lutas ocorridas no passado, sendo a liberdade e a civilização o maior desses valores:

Nós asseguramos que Ouro Preto estava pela sabedoria divina talhado para ser a capital da província. . . se a providência fez dele o centro natural e invariável de toda essa vasta áreas de Minas. . . ainda mesmo que fosse um deserto a riqueza futura da província, a civilização aqui levantaria uma importante cidade (Noticiador de Minas, 04.04.1872).

Ainda segundo o artigo, havia um exagero por parte da imprensa opositora quando considerava que Ouro Preto não era mais o centro político, nem de instrução, nem de população e muito menos de produção. Para reforçar o argumento contrário, comparava a antiga capital com os tradicionais centros urbanos europeus que, mesmo com seus limites naturais, preservavam seu papel sagrado

Londres é a capital do mundo e também não é o centro político nem de instrução, sombria pelo nevoeiro que a cobre nem prima pelo

clima, é puramente uma vastíssima alfândega do mundo; entretanto será sempre a capital da poderosa Inglaterra. Viena da Áustria é mais um foco de prazeres, Berlim, das ciências . . . Madri nem pelo solo se recomenda. . . Roma, que agoniza há tantos séculos. . . é hoje procurada como meio de unifica a Itália. . . Portanto, não há de ser o débil pulso do homem, por mais esforços que empregue que há de abalar ou cavar a queda da histórica vila Rica, porque velou por ela Poder mais Forte quando a colocou neste centro dominando todo o sistema geológico da província. (Noticiador de Minas, 04.04.1872).

Finalmente, tendo como base o sentimento de decadência apresentado no artigo de 17 de fevereiro de 1872, procurou apresentar, diante dos dados um perfil mais brando para Ouro Preto. Entre as críticas ao artigo, houve, em alguns momentos, a tentativa de demonstrar uma inversão nesse sentimento de decadência.

Falou o articulista em seu clima, mas não apontou as epidemias que aqui se tem desenvolvido e ceifado avultado número de vítimas, porque não o podia fazer sem faltar a verdade: se se fizesse a estatística mortuária não se notasse dez indivíduos falecidos da mesma moléstia. . . Mas quando isto fosse uma razão, a Corte já não diva ser a capital do Império. . . Agora vejamos a decadência de Ouro Preto, se os defeitos apontados são tão intensos como no-los [sic] descreveu o articulista. . . Quando Ouro Preto tinha 2400 casas e 30 mil almas, mais de dois terços destes eram de condição escrava e talvez não houvessem duzentas habitações que prestassem. Hoje não existem 500 escravos e quase todas as casas são decentes e de boa construção. (O Noticiador de Minas, 04.04.1872).

Novamente, no final de 1873, discordâncias entre os caminhos da Estrada de Ferro d. Pedro II seria razão de polêmica na imprensa mineira. O “Diário de Minas” rebateu a publicação do periódico “Reforma”, não disponível em arquivo, intitulada “Breves considerações sobre carta anônima” que propunha a trajetória da estrada de ferro para região do Rio Grande. Através de texto assinado por J. Ramos de Queiroz, Ouro Preto foi novamente defendida como local do trajeto da ferrovia tendo como argumento um misto entre justificativas técnicas de localização e navegabilidade em rios próximos com representações mágicas. Novamente topografias, navegabilidade de rios, valores de fretes e denúncias de interesses paulistas em facilitar o comércio entre São Paulo e Minas Gerais se confundiam com o apelo em nome das gloriosas tradições do passado e heroísmo, da necessidade de preservar o lugar sagrado, o santuário que manteria os valores morais da província. Era a guardiã da civilização, da moralidade e da intelectualidade de Minas Gerais Todos esses apelos

pareciam esconder o temor de “retalhar Minas” (Diário de Minas, 20.12.1873) e suas consequências políticas já ditas anteriormente. Para Queiroz, o fortalecimento de Ouro Preto, inclusive o investimento no transporte ferroviário, era uma maneira de preservar os valores definidores da personalidade mineira, conseguindo assim manter o caráter sagrado da cidade :

Todo indivíduo, todo o país, tem uma coisa que vale muito mais do que quanto trilho de ferro o braço egoísta do homem espalhou pela superfície da terra: é a sua história! Minas dever querer trilhar de ferro, mas somente os trilhos que não venham rasgar, retalhar e profanar sua história, as sua gloriosas tradições de valor e heroísmo, que não venham com seu peso esmagar a áurea legenda onde acham-se escritos os seus dias mais gloriosos, os nomes de seus filhos mais diletos, as suas virtudes e seus esplêndidos dias como nação.

Ora, Ouro Preto é o santuário onde escreveu-se até hoje esse grande livro desde a sua primeira página.

Ouro Preto foi e deve ser o mesmo santuário onde permanecerá esse legado, essa riqueza em que o povo mineiro virá, sem enganar-se, receber em tempo oportuno, a sua herança. . .a parte, enfim, tudo quanto desse a esses sentimentos sublimes, por que é que Ouro Preto não há de ser o empório da civilização, riqueza e prosperidade moral e intelectual de Minas? (Diário de Minas, 20.12.1873).

Desse modo, a conjunção de todos os sentimentos que identificavam o “espírito” mineiro estava reservada a Ouro Preto. Sacralizada, a capital mineira estava destinada a ser a guardiã da liberdade e civilidade que era nato daquele que pertence a Minas Gerais. No jornal “Minas Altiava”, em editorial do primeiro exemplar, Ouro Preto foi incorporada ao gigantismo das transformações que passou o planeta Terra, mostrando o papel grandioso que cumpria a cidade:

Enormes tem sido as transferências porque tem passado a terra. . .As forças orogênicas atuando desigualmente nas diversas partes do globo produziram caprichosos relevos e depois os agentes atmosféricos nivelaram grande porção da terra, destruindo os picos elevados e nivelando as depressões.

Mas, apesar deste trabalho gigante cujo começo se esconde nas vastidões de um passado inavaliável, Ouro Preto esta edificada sob a nudez de um terreno, prisão sobre montanhas metamórficas e azoicas aonde a beleza, a força, a liberdade foram aliadas pela providência para aí nascer um povo que tem de honrar a civilização, um povo independente, justo, bom e livre (Minas Altiava, 25.03.1886).

Manter viva e pulsando a antiga Vila Rica, investir na região que foi o palco de tantas lutas passadas era um dever de todo mineiro Em 23 de dezembro de

1887, o jornal “A Província de Minas” anunciava finalmente que “. . . a primeira locomotiva do ramal ouro-pretano acaba de silvar, potente e vitoriosa, na estação desta capital . . .”.

#### **4. O Itamonte/Itacolomi: entre montanhas e segredos**

No “O Universal” de 16 de fevereiro de 1842 foi escrito um artigo comentando sobre a publicação do poema “Vila Rica” de Cláudio Manuel da Costa em 1773. O texto comentava sobre a importância do poema, mas que ainda não havia sido impresso na capital mineira, apesar de “. . . existir tipografias desde o ano de 1822.” (O Universal, 16.02.1842).

Ao enfatizar o poema e pela ênfase constante ao espírito poético dado à Conjunção Mineira, permite-se pensar que a demarcação do território mineiro no campo das representações sofreu forte influência do Arcadismo dos Inconfidentes, sendo Costa sua maior expressão. Há um foco político na paisagem mineira retratada no poema “Vila Rica” conforme analisa Sérgio Alcides<sup>233</sup>, entendendo que o poeta inconfidente apresentava nos versos a proposta de ruptura com o sistema colonial através de uma república formada a partir das letras e das luzes. Para Alcides, ao transformar a esterilidade dos penhascos mineiros em solo fértil através das luzes ocorre uma “metamorfose civil da paisagem”<sup>234</sup>, dando um sentido mítico a elementos geográficos pertencentes ao universo mineiro, caso do pico Itamonte.

Nota-se uma interessante transformação no estatuto da paisagem, considerando-se que Itamonte personifica o Pico do Itacolomi, que em uma de suas fraldas acolhe os arraiais mineradores. Na afirmação civil e letrada de um prestígio próprio para as Minas, a própria natureza – até então hostil e análoga à “fereza” do homem selvagem – torna-se aquiescente e ecoa a nova ordem.<sup>235</sup>

Ao noticiar em primeira página de forma exaltada a publicação retardada do poema “Vila Rica”, o jornal “O Universal” destacou por duas vezes que a obra do inconfidente mineiro dispensava apresentações, afirmando ser um material

---

<sup>233</sup> ALCIDES, Sérgio. O lugar não-comum e a república das letras. In *Revista do Arquivo Público Mineiro*.p.38-50.

<sup>234</sup> Op. cit. p. 46.

<sup>235</sup> Op. cit. p. 45.

fundamental para a leitura. Era um poema que, resgatando a história de Minas Gerais, manteve as características do Arcadismo ao evidenciar a paisagem, o cenário e particularidades dos aspectos geográficos mineiros. Havia especial atenção ao maciço de pedras do Itamonte, que vai ser ao longo do império uma referência para aludir aos habitantes de Ouro Preto e por extensão, devido a sua representatividade política, a todos os mineiros. Como uma divindade, o pico enxergava tudo, percebia os movimentos do cotidiano, sentindo as mesmas alegrias e angústias da população ouro-pretana e seu entorno.

O pico do Itamonte, ou Itacolomi, já era entre os bandeirantes paulistas um marco para identificação da região aurífera do vale do Tripuí, também chamado de “Farol do bandeirantes”. No jornal “Bom Senso” de 13 de setembro de 1855, em um artigo anônimo chamado “Revista mensal”, era abordada a vida cultural de Ouro Preto a partir da perspectiva do Itamonte. Havia, ao dar vida ao pico, um tom de cumplicidade de quem guardava os segredos dos dramas e tramas vividos pelos mineiros. O Itamonte no texto era um guardião, testemunha de quem presenciou e pactuou com importantes movimentos políticos na capital mineira, a começar pela conjura mineira de 1789, evidenciado nos anos de 1855 com o sonho da república das letras:

Já foi o tempo em que a estatura severa e enfarruscada do Itamonte presenciou grandes acontecimentos; sim, ele viu coisas grandes e gloriosas, o gigante de minas foi o primeiro que foi acordado com o brado de uma tentativa de emancipação, quando o Ipiranga nem ainda sonhava com a independência, ele viu o florescimento de Vila Rica que empunhava o sceptro [sic] da riqueza e que de seu seio esparzia tanto ouro por esse mundo; viu os infaustos e ternos amores de Dirceu e Marília, o fim trágico de dr. Cláudio; ouviu os cantos imortais desses dois infelizes gênios (como quase todos o são) ecoaram pelas suas grutas broncas, pelas anfractuosidades de seus tergos. . .” (Bom Senso, 13.09.1855).

Ainda segundo o jornal, havia uma proximidade do Itamonte com a vida política da capital ao colocá-lo como testemunha da vinda de D. Pedro I a Minas Gerais, em que o monte “ . . . viu por duas vezes e recebeu a visita do fundador do império . . .” (Bom Senso, 13.09.1855). As expressões usadas no texto insinuavam a relação entre o marco geográfico e a conspiração, onde, além dos ecos das “grutas broncas” também fazia referência ao ribeirão que cortava a vila: “. . . embalado pelos roncões do Ribeirão do Carmo,



despenhando em cata culpas [sic] as suas alas as ondas turvas e cor de sangue . . .”. (Bom Senso, 13.09.1855).

A relação mágica do Itamonte/Itacolomi esteve vinculada com o ideal de liberdade da Conjura não só como referência liberal, mas também ao movimento republicano. O “Eco de Minas” publicou artigo de autoria desconhecida sobre a precariedade da educação em Minas Gerais, e finalizava lembrando a importância da província, concluindo que “. . .o primeiro brado de independência achou junto às fraldas do Itamonte nesta província” (Eco de Minas, 07.03.1873). Em 1886, em editorial apresentando a linha do jornal, o “Minas Altiava”, vai relacionar a identidade mineira com o pico a partir do ideal de liberdade construído pela Conjura Mineira, tendo como ponto de referência Ouro Preto:

Ao longe, a 1725 m acima do nível do mar, um gigantesco dedo de quartzo chamado Itacolomi, aponta para o infinito, como que indicando para o futuro que aqui está o berço da liberdade, aqui aonde ecoou um primeiro varido [sic], que foi abafado com o sangue de um herói (Minas Altiava, 25.03.1886).

O Itamonte se tornava referência constante nas mais diversas situações expostas pela imprensa de Minas Gerais. Sua escalada fazia parte da programação de visitantes ilustres à região, como o duque de Saxe e o príncipe Felipe (Constitucional, 22.06.1868) e D. Pedro II (A Província de Minas, 24.07.1889). Quando da vinda da cantora italiana Augusta Cadiani a Ouro Preto em 1856, um soneto foi escrito em sua homenagem, e no verso era o pico quem faz representar o povo mineiro: “. . .hoje te escuta o príncipe Mineiro / Itamonte, e no peito as mágoas gusta [sic]. . . “ (Bom senso, 24.05.1856). Em 1859, poema homenageando o presidente de província Carlos Carneiro de Campos relacionava o Itamonte aos mineiros, apontando seu caráter duradouro: “Enquanto o sol radioso/o Itamonte doirar/Ilustre CARLOS, teu nome/hão de os mineiros lembrar”. (Correio Oficial de Minas, 03.01.1859).

Assim, as narrativas de acontecimentos que envolviam a província eram partilhadas com as expressões e sentimentos do Itamonte. Se as condições ruins das estradas dificultam a comunicação, havia a falta de esperança para aqueles que habitam “. . .as esburacadas fraldas do velho Itamonte não desponta o menor vislumbre de esperança de progresso material. . .” (Diário de

Minas, 07.11.1867). Se a visita à região era ilustre, como a de d. Pedro II, o semblante hospitaleiro se cobria de felicidade: “Salve, oh! Pedro, as auras do Itamonte/Alegres te saudão/E as tristes névoas da rugosa fronte/Em gala hoje se mudou/A velha Vila rica, de contente/No pétreo leito treme. . .” (A Atualidade, 30.03.1881).

Nessa aura mágica, o Itamonte era tratado como uma divindade, tudo ouve, tudo vê, tudo vive. Como se partilhasse com o povo mineiro seus anseios e angústias, o pico expressava sua participação com os ecos de um deus. : “É o brado imponente e uníssonos, levantado por um povo inteiro, e que, repetidos pelos ecos das serranias do Itacolomi, prolonga-se pelos profundos vales de Ouro Preto . . .” (A Atualidade, 30.03.1881). Ele também compunha a paisagem e o cotidiano do ouro-pretano. Bernardo de Guimarães, em sua coluna quinzenal do “Diário de Minas” comentou de forma poética o fim das chuvas em Ouro Preto:

O velho Itamonte desembaçou-se de seu capuz de nuvens e pôs a calva à mostra, e a aurora todos os dias vem afaga-la com um beijo de amor, cingindo de uma aureola de pura e vislumbrante luz esses azulados e rugosos píncaros tão celebrados pela musa clássica do venerável Cláudio. (Diário de Minas, 02.03.1867).

Alternava também a referência feita ao maciço de pedra próximo a Ouro Preto, ora denominado Itamonte, ora também denominado Itacolomi. Havia uma tendência daquele ser utilizado com mais frequência pelos liberais com vínculo a ideais republicanos, transmitindo um sentimento de maior intimidade e vínculo afetivo, pela forte representação que tem com a conjura mineira. Tanto assim que no início dos anos 50 atuou o periódico “Itamontano”, que se aproximava de propostas republicanas e federalistas. No final dos anos 50, foi mais frequente o uso do “Itacolomi” para se referir ao monte, aparentando que assim abriria a possibilidade do seu uso para setores de correntes mais variadas.

Na convocação para a Guerra do Paraguai, a imagem do pico surgiu no discurso como uma figura firme, tendo um sentido de solidez, de convicção em torno de uma causa, que era o interesse nacional. Ficou, desse modo, a representação do maciço de pedra como elemento de agregação entre as oposições em favor do interesse comum, a causa brasileira: “Ao brado do

governo dentro das frias pedras do Itacolomi, acabam de erguer-se gregos e troianos oferecendo voluntariamente. . . Minas pode e deve prestá-lo” (O Noticiador de Minas, 31.12.1868). Nesse momento de guerra, ele assumia uma identidade mineira próxima à firmeza de convicções, de perfil imbatível, de princípios inabaláveis. Em 17 de fevereiro de 1869, o jornal “O Noticiador de Minas”, porta-voz do partido conservador, então no governo, questionou o artigo do periódico opositor recém lançado “Liberal de Minas” (edição não disponível nos arquivos), que defendia mais uma incursão do Brasil ao Paraguai por não considerar a guerra findada. Em resposta, o órgão governista ironizava a posição liberal, saudando a chegada do novo jornal, mas indicando que a força das suas convicções eram inabaláveis, assemelhando ao Itacolomi com seu “ . . . grosso e montanhoso orgulho do rochedo que toca nas nuvens e larga uma gargalhada sarcástica às faces da tempestade e do raio que beijalhe a frente”. (Norte de Minas, 17.02.1869).

Mas o Itacolomi foi também referência de corrupção, de desmando, de mal uso do dinheiro público no final dos anos 50 e início de 60 pela região do sul de Minas Gerais, através do jornal “O Sul de Minas” (órgão semanal, tendo disponíveis as edições de 07.09.1859 a 13.05.1860), da cidade de Campanha. As dificuldades relatadas constantemente pelo jornal, especialmente em relação ao escoamento da produção e os abusos da administração provincial, deixava a imagem para alguns grupos da região sul mineira de uma Ouro Preto como sendo um centro opressor, uma capital que só atendia os interesses dos grupos políticos próximos e abandonava o restante da província. “De nada vale a imperial cidade estar mantidas nas cumiadas [sic] do Itacolomi, não lubriga [sic] as remotas e homeopáticas povoações, das extremidades da Rússia brasileira.” (O sul de minas, 03.03.1860) ou “ . . . o jugo odioso do castelo feudal que assentado nas cumiadas [sic] do Itacolomi nos dá leis e nos governo como se estivéssemos sem lei” (O sul de Minas, 06.01.1860). Daí apresentarem a imagem do Itacolomi como sendo o símbolo de todos os males políticos, de todo o abuso administrativo, de todo excesso de cobrança fiscal e toda corrupção.

Surgiu então na região sul mineira a designação “itacolomizar”, fazendo referência àqueles políticos que comungavam das práticas abusivas do governo mineiro. Seria o mesmo que estar contrários aos interesses da região

sul de Minas Gerais, um gesto de traição com as regiões afastadas que sempre sofreram o abandono e descaso da administração da província:

A destruição moral do ouro Preto, o aniquilamento político deste macróbio de dois séculos, que reúne a um nome – duas vezes mudado – mas sempre sinônimo, o egoísmo do velho naquilo que não é seu, escarnecendo da província, que lhe satisfaz as necessidades – dele – em torno de quem a natureza enfezada se manifesta num céu de eternas busca.” Pedi aos deputados do sul de Minas que “(O Sul de Minas, 19.11.1859)

O jornal concluiu o artigo com o pedido: “Não se itacolomizem”. Defender essa bandeira parecia ser um discurso de justiça. Em correspondência assinada por “Philochórus”, publicada em 06 de janeiro de 1860, o autor especulava a condição de ser deputado provincial. Afirmava que se o fosse, dedicaria de forma plena ao bem geral de Minas Gerais, promovendo o desenvolvimento, fazendo bom uso dos impostos, apesar da resistência que haveria dos “agioteiros [sic] ouro-pretanos”. E afirma: “Não me itacolomizaria”.

Anos depois essa ideia de vincular o Itacolomi ao centralismo ouro-pretano se preservou. Na defesa em prol de um trajeto da estrada de ferro Pedro II em direção à região da serra da Canastra, um artigo de “O Noticiário de Minas” de 17 de fevereiro de 1872, ao criticar os que defendiam a ferrovia em direção a Ouro Preto, relacionou o pico à antiga Vila Rica como sendo ambos símbolo de arrogância, de defesa de interesses estritamente regionais. Para tanto, o autor anônimo fazia referência ao grupo privilegiado dessa região afirmando que estava “encastelado nas soberbas montanhas de ouro preto em frente ao Itacolomi” (O Noticiário de Minas, 17.02.1872).

A grandiosidade e queda do Itacolomi também acompanhou o auge e a decadência de Ouro Preto. Nos anos 50 do século XIX e ainda por alguns anos o pico do Itacolomi seria considerado o mais alto, o “. . . ponto culminante do Brasil”, abonado pela “exatidão” dos estudos cartográficos o sentimento de grandiosidade que resistia nas representações da elite mineira. Assim, o maciço foi considerado até boa parte do império como o ponto mais elevado do Brasil, ignorando a constatação já feita desde 1861 pelo engenheiro José Franklin, que colocava o Itatiaia, na divisa de Minas Gerais como o Rio de Janeiro como sendo o ponto mais elevado do país. A morosidade em colocar público esse fato não aparenta indicar apenas a lentidão das informações do

período, mas pode também sinalizar a rejeição da nova descoberta pela força mobilizadora que tinha para a política mineira e sua condição de centro decisório da província. Em 1867, o mesmo engenheiro constatava a perda da primazia do Itacolomi. “O Noticiador de Minas” oficializou, a partir de trabalhos realizados pelo Observatório Astronômico da Corte o fim da primazia do sagrado pico próximo a Ouro Preto, comentando sobre o Itatiaia a exuberância que antes cabia ao Itacolomi:

o todo poderoso deixou sublevar nos altos da Mantiqueira é um padrão das maravilhas dos trópicos, ou um obelisco de dimensões espantosas. . .se como deste espantoso gigante da criação . . .avista –se três províncias. . .São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. . . (O Noticiador de Minas, 25.11.1871)

Mas, mesmo sem o poder de antes, o símbolo ainda permaneceu vivo, acompanhando os sentimentos dos mineiros com a esperança de dias melhores com a modernidade. O Itamonte/Itacolomi esteve presente ao longo do Império, preservando a força das representações construídas em torno da sua imagem. Como foi quando da chegada da locomotiva em Ouro Preto, as dificuldades da sua construção e a expectativa de melhorias:

Está realizado um grande comentimento [sic] da engenharia nacional: a primeira locomotiva do ramal ouro-pretano acaba de silvar, potente e vitoriosa, na estação desta capital, acordando os ecos do Itacolomi, secularmente adormecidos!( A Província de Minas, 23.12.1887).

## **5. Algumas considerações sobre o subcapítulo “O lugar de Ouro Preto no discurso mineiro”**

Do mesmo modo que a província mineira, Ouro Preto também se percebeu decadente a partir dos anos de 1850. Além do olhar pouco otimista que tinha sobre si mesma, a imagem da capital vai ser duramente atacada pela imprensa de outras regiões mineiras.

Paralelo a essas representações construídas em torno da antiga Vila Rica, pode-se notar que havia o temor por parte da elite mineira em ter a província fragmentada, o que, poderia levar a um enfraquecimento econômico e perda de da representação política na Corte. Diante desse processo, a imprensa vai procurar resgatar o papel místico e mítico da cidade, produzindo para a cidade um espaço mágico, capaz de agregar os símbolos de civilização e liberdade, preservando a tradição mineira defendida pelas gloriosas lutas passadas, especialmente a Conjura Mineira. Desse modo, Ouro Preto se tornava símbolo da unidade, a guardiã do “espírito” mineiro, justificando os investimentos, inclusive econômicos, que pudessem manter e preservar a vida em torno da cidade.

Com a influência dos poetas da Conjuração Mineira, se criaram em torno do pico do Itacolomi, diversas representações identificadas com o perfil de mineiridade. Também chamado de Itamonte, o pico, que é uma referência cultural e política, em alguns momentos foi o símbolo da liberdade, como quando se faz referência à Conjura Mineira. Divinizado, tanto simbolizou um ambiente de mistério e conspirações como igualmente acompanhou os atos e sentimentos da região mineradora de Ouro Preto e proximidade. Em outros momentos foi o símbolo da opressão, caso do sul de Minas e seu interesse em criar uma província própria. À medida que a região ouro-pretana perde força política, o pico do Itacolomi passou a perder o vigor da magia que o rodeava, alterando até mesmo os dados geográficos e a sua colocação incontestável que tinha como o maior do Brasil.

## Capítulo 3

### “Nas quebradas destas montanhas perduram ainda os ecos de tua voz”

#### Subcapítulo 1

#### Tira-dentes e suas múltiplas faces: de monarquista a republicano todo mundo tem um pouco

##### 1. A historiografia e o mito em torno de Tiradentes

Tradicionalmente a historiografia tem tratado a imagem de Tiradentes como uma construção propositalmente criada por um projeto republicano dentro de um recorte temporal específico no século XIX: as décadas de 60 e 70. Segundo José Murilo de Carvalho<sup>236</sup>, a memória de Tiradentes permaneceu nos mineiros e na Corte, reforçado pelo relato do confessor do conjurado, frei Raimundo de Penaforte, de Joaquim Silvério dos Reis e Richard Burton. Obras de estrangeiros dão conta do movimento mineiro, caso de Robert Southey (inglês defensor da monarquia), em 1810 e traduzido em 1846 pelo inconfidente José de Resende Costa Filho, e Charles Ribyrolles (republicano francês que veio para o Brasil exilado), que já produzia a imagem de um herói que entregou a vida em nome do amor à nação. Na literatura, em 1848, Antônio Ferreira de Souza romanceou o movimento e Bernardo Guimarães, em 1867, escreveu o conto “A cabeça de Tiradentes”, mesmo ano da peça escrita sobre a conjura por Castro Alves.

Murilo de Carvalho considera que, politicamente, a imagem de Tiradentes gerou embates no império a partir dos anos 60, como a crítica feita por T. B. Ottoni em 1862 pela inauguração da estátua de D. Pedro I no lugar onde foi enforcado Joaquim José da Silva Xavier. Desde então, o conflito entre o ex-imperador e o revoltoso mineiro vai ser constante ao longo do império,

---

<sup>236</sup> CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

traduzindo o choque monarquia x república que vai durar até 1889. Fruto desse embate foi a obra de Joaquim Norberto de Souza Filho, publicada em 1873 e logo criticada pelos republicanos ao papel secundário dado a Tiradentes. Carvalho entende que a obra, sem ter esse objetivo, acabou por dar ao herói um perfil místico, negando sua conduta patriótica, o que, para os republicanos descredenciava Tiradentes da condição de herói cívico. Esse caráter religioso, a proximidade com a figura de Jesus Cristo, “um Cristo cívico”, aliado à condição de Minas, junto com o Rio de Janeiro e São Paulo, serem o centro do país.

Quanto ao mito político em torno da figura de Tiradentes, Carvalho entende que surgiu a partir da necessidade da criação de um herói pelos republicanos positivistas. Tiradentes enfrentou competidores de grande porte para assumir o papel de herói nacional, citando frei Caneca como um dos seus “concorrentes”. Desse modo, para Carvalho tanto a memória quanto o mito estão intimamente relacionados a um sentido ideológico. Independência, abolição e república: quem poderia agregar os elementos pertencentes ao positivismo?

Da trindade cívica dos positivistas, Tiradentes era o único a poder resumir e representar os três momentos. Podia ser aceito pelos abolicionistas (republicanos ou monarquistas), e pelos republicanos.<sup>237</sup>

A preferência pelo conjurado mineiro se deu tanto por representar o centro político nacional como por ser um herói místico. Seu final vinculado a um fervor religioso construído por Norberto somado a um movimento que não chegou a usar do confronto real e nem ter havido derramamento de sangue, permitiu uma identificação com diversos setores da sociedade, fazendo com que Tiradentes se tornasse um “totem cívico”<sup>238</sup>, imagem reforçada pelos clubes republicanos a partir dos anos 70.

Outro historiador que também trabalhou com as representações em torno da figura de Tiradentes, João Pinto Furtado<sup>239</sup>, entende que o impacto logo após a sua morte já apresentava posições contraditórias, tendo, por um lado, a

---

<sup>237</sup> Op. cit.

<sup>238</sup> Op. cit. p. 68.

<sup>239</sup> FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



melancolia narrada pelo frei Penaforte convivendo com festas religiosas que comemoravam o fracasso da conjura. Furtado aponta já nos anos 20 e 30 do dezenove o uso da conjura por parte de uma elite intelectual que procurava enxergar no movimento uma mobilização em prol da independência, precursora de 1822. Entre 40 e 50 já se vê a apropriação dos liberais que identificam na inconfidência sua causa. Nos anos 70, o apadrinhamento da conjura é feito pelos republicanos positivistas, com o objetivo pedagógico de exaltar Tiradentes, formar cidadãos. Ainda segundo o autor, a obra de Joaquim Norberto aponta para a construção do personagem Tiradentes de forma contraditória, “facilmente sujeita a leituras anacrônicas”.

Para Thaís Nívia de Lima e Fonseca<sup>240</sup> a imprensa teve participação ativa na política brasileira, onde, no caso específico da Inconfidência, foi usada a figura de Tiradentes para fortalecer o movimento republicano na segunda metade do século XIX. Segundo a autora, o movimento ficou no limbo da história, só resgatada em 1860 por Joaquim Norberto. Silêncio justificado pelo movimento ser republicano e, conseqüentemente, fadado ao fracasso, já que a monarquia era a referência até os anos 60.

Cláudia Regina Callari<sup>241</sup> entende que a Conjura Mineira foi necessária enquanto havia o risco de uma restauração portuguesa até os anos 20 do século XIX, mas, à medida que começou a ameaçar a unidade nacional, foi esquecida, só retornando com a obra de Joaquim Norberto, lida nas sessões do IHGB em 1860 e publicada em 1873. Para a historiadora, foi o mineiro Augusto de Lima, já na república, um dos mais empenhados a consolidar a imagem de Tiradentes.

## **2. A teoria na construção do mito Tiradentes**

O Mito faz parte da categoria de representações identificado com o sagrado, criando uma identidade de grupo ao constituir modelos a serem

---

<sup>240</sup> FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). In *Revista Brasileira de História*. V. 22, nº 44, São Paulo, 2002.

<sup>241</sup> CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In *Revista Brasileira de História*. V. 21, nº 40, p. 59-83, 2001.

reproduzidos. Mircea Eliade<sup>242</sup> procura focar o mito como uma referência à conduta humana, relacionando-o à criação sacralizada, ao começo sobrenatural ainda que considerado verdadeiro. Eliade, no entanto, não tem como preocupação a construção do mito, o momento histórico de sua origem, entendendo ser o mito pertencente a um passado distante, fabuloso e fora do mundo cotidiano.

Distante do pensamento de Eliade, a proposta dessa tese se aproxima de Raoul Girardet<sup>243</sup>, que aponta para a especificidade das manifestações do imaginário mitológico. Dentro dessas particularidades, Girardet indica a semelhança entre o mito e o sonho, ambos imprecisos e organizados em uma dinâmica de imagens que se entrelaçam, dialogam, se chocam. Igualmente, o mito político apresenta um leque de significados e interpretações, numa complexa rede de complementaridade e/ou oposição. No entanto, para Girardet, mesmo ambíguo e ambivalente, o mito tem uma lógica própria, coerência que depende da sequência de imagens e suas associações de imagens em séries idênticas localizadas na construção da sua narrativa.

Dessa maneira, tanto os estudos já considerados clássicos como os mais recentes, permitem reconhecer a construção do mito em Tiradentes ao longo do século XIX dentro de uma expressão racional e articulada, um projeto ideológico a serviço de determinado grupo político, em uma tendência já apontada por Raoul Girardet, ao afirmar que “. . . todos tendem a restringir sua exploração ao domínio exclusivo do pensamento organizado. . .”<sup>244</sup> Porém, a política (pensada em seu sentido estrito) e seus mitos não podem ser pensadas apenas em função da racionalidade, pois no jogo do poder também estão presentes sentimentos, valores, emoções. É impensável falar de política sem mencionar suas representações, que envolvem, conforme afirma Rodrigo Patto Sá Motta “. . . Ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários . . .”<sup>245</sup>

---

<sup>242</sup> ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva. 2002.

<sup>243</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>244</sup> Op. cit. p. 09.

<sup>245</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In *Culturas políticas na história: novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.). Belo Horizonte: argumentvm, 2009.

Entendendo que o imaginário foge ao domínio do pensamento lógico e cartesiano, sob o risco de empobrecer a análise da complexidade que envolve o mito político, a proposta presente nesse subcapítulo é um alargamento dessas representações, ou seja, ampliar essa abordagem a partir de novos aportes teóricos. Para Raoul Girardet, o mito político está relacionado às três dimensões já tratadas comumente pela antropologia. Dimensões estas que o estruturam e possibilitam sua unidade: uma interpretação deformada do real, uma função explicativa para entender o presente e um papel de mobilização para as ações e projeções futuras. Poliformo e ambivalente, o mito é comparado aos sonhos que se constroem em uma cadeia de imagens associadas onde se relacionam, se complementam, se opõem, se confundem, adquirindo diversas formas e significações. Um mesmo tema pode carregar símbolos que representam o medo e o encantamento, o nascimento e a morte, a prisão e a liberdade, a sombra e a luz. Por outro lado, o historiador francês, ainda que considerando o mito irracional, chama a atenção para a existência de uma lógica de repetições e associações combinadas de imagens, em códigos permanentes que transmitem sua mensagem.

Mas, recusando o caráter da intemporalidade na antropologia clássica, Girardet entende que a produção do mito político está identificada em um espaço e tempo definidos. Desse modo, os mitos políticos estão diretamente relacionados com as situações históricas construídas, contrapondo a uma perspectiva atemporal dada às representações. O que ele chama a atenção é que essa construção é feita a partir de seres humanos inseridos em um espaço específico, um recorte histórico.

Fundamentado nessa historicidade na construção do mito político, o autor considera que existe uma relação estreita entre mito e crise, localizado em diversas situações como: brusca aceleração no processo de evolução histórica, quebra nas relações de solidariedade, dentre outras. Do mesmo modo que a identidade, diante de uma ordem hostil ou incerta inicia a efervescência do mito, ou seja

Os modelos propostos de vida comunitária parecem esvaziar-se de toda significação, de toda a legitimidade. A rede das solidariedades antigas se desfaz. As fidelidades transformam-se em desprezo, as lealdades em aversão. . .O nascimento do mito político situa-se no instante em que o traumatismo social se transforma em traumatismo

psíquico. É na intensidade secreta das angústias ou das incertezas, na obscuridade dos impulsos insatisfeitos e das esperas vãs que ele encontra sua imagem.<sup>246</sup>

Mas é também o mito um instrumento de reestruturação social, uma reconquista de identidade surgida após uma ruptura, ao mesmo tempo em que estreita a coesão social. Reconstituídor de grupo, o mito apresenta respostas para situações de crise, tornando-se criador e criatura de uma mesma realidade social. Por sua vez, esse grupo constrói o mito diante de uma situação instável e de ameaças daí decorrentes: “Não há nenhum dos sistemas mitológicos de que tentamos definir as estruturas que não se ligue muito diretamente a fenômenos de crise”<sup>247</sup>. Girardet entende que toda situação de ruptura social atinge o inconsciente humano, sendo este a primeira expressão do mito, tendo como constatação a não separação entre o indivíduo e o coletivo. É a história interferindo na psique humana ao mesmo tempo em que a psicologia individual penetra nas relações sociais.

Superadas as crises, abrandadas as tensões e ocorrendo uma rotinização de relativo equilíbrio social, o mito assume um papel de regulação através dos ritos. Raoul Girardet entende que entre uma situação de normalidade e patologia social, a diferença entre os mitos é apenas de grau, sendo que no primeiro caso é o imaginário canalizado para uma nova sociedade já com estruturas sociais bem definidas. O autor toma como exemplo a Revolução Francesa para entender novos princípios de coesão após uma situação de crise, onde são produzidos novos valores coletivos, novas morais, novas sacralizações:

E, sem dúvida, 'ruptura inaugural', a Revolução rompera os velhos encantos, repelira os antigos sortilégios, extinguiu a antiga magia. Mas logo se assistira à lenta elaboração, depois aos progressos cada vez mais rápidos de um tipo novo de 'transcendência social', aquele mesmo que se pode designar ao mesmo tempo como pertencente ao domínio de uma espécie de misticismo laico ou de um positivismo sacralizado. . .culto do Direito, da Justiça, da liberdade e da solidariedade, celebração da pátria, fé no progresso humano, no advento no interior das consciências de uma nova moral autenticada pela Razão.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> Op. cit. p. 181-182.

<sup>247</sup> Op. cit. p. 180.

<sup>248</sup> Op. cit. p. 190-191.

No entanto, em situações de incapacidade em sustentar no cotidiano o mito político, esvaziado o poder do sonho como sustentador da ordem, reaparecem novas “explosões anárquicas”, exigindo uma renovação e um poder de recriação constante das representações mitológicas.

No ensaio “Mitos e Mitologias políticas”, Raoul Girardet estabelece quatro conjuntos mitológicos das sociedades contemporâneas, tendo como marco cronológico os dois últimos séculos: a Conspiração, a Idade de Ouro, o Salvador e a Unidade. A conspiração parte de grupos que diferem da ordem social e procura subverter a ordem pelo complô. A Idade de Ouro é o retorno a um passado nostálgico, o sonho da permanência do vivido pela recusa de experiências sociais presentes. No Salvador é que se encontra a figura do herói projetada em si mesmo ou na figura paterna, representação coletiva consolidada em um personagem. Com a Unidade há a busca de fundir os pensamentos divergentes, resultando o equilíbrio e a harmonia.

Para Girardet não é incomum o vínculo das imagens do mito com representações, por vezes contraditórias e complementares que se sobrepõem. Ele divide essas imagens em quatro modelos: um desses modelos constrói a imagem de um herói que passa pela história de forma fugaz, com o vigor que deixa para a posterioridade, mas que está destinado “a uma queda grandiosa”<sup>249</sup>, traído, condenado, entrando no universo do sagrado, vai ser o precursor de uma vida nova, base de um edifício que as gerações seguintes vão consolidar. A esse modelo evidenciado pela audácia funde-se outro, o do “arquétipo do profeta”, capaz de ver adiante o que os seus contemporâneos não conseguem ver, conduz a população para realização futura.

É um olhar inspirado que atravessa a opacidade do presente, uma voz, que vem de mais alto ou de mais longe, que revela o que deve ser visto e reconhecido como verdadeiro.<sup>250</sup>

Outro modelo encarna a figura do mito político: o homem providencial. Seria uma representação legitimada pela comparação dos ancestrais que apontaram mensagens, um apelo aos princípios do que Girardet chama de “Pais fundadores”.

---

<sup>249</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 77.

<sup>250</sup> Op. cit. p. 78.

Finalmente, o modelo da Unidade para Girardet é representado como grandeza humana identificada na busca da regularidade e homogeneidade. Mesmo que a sociedade moderna liberal crie representações antagônicas entre o indivíduo livre e a vontade de união, vigora sempre o desejo de se estabelecer o equilíbrio, impera a preocupação de assegurar a harmonia e a unidade, a superação das fissuras, atingindo a reconciliação. A harmonia prevalece diante das particularidades, resultado da luta entre o rompimento e a convergência, onde as mudanças são celebradas como marco apoteótico que garante a reunião de interesses coletivos.

No caso de Tiradentes, a imagem do mito é ainda reforçada pela condição de militar, apontando prestígio e autoridade. Rompendo com o tempo, quer seja em uma sociedade decadente ou à beira do caos, o mito pode surgir tanto para reestabelecer a ordem como para subverter a realidade apresentada.

A imagem do Salvador varia conforme ele é chamado a enfrentar um perigo externo, a conjurar uma crise econômica ou a prevenir os riscos de uma guerra civil.<sup>251</sup>

Segundo Girardet, o apelo ao Salvador ocorre em momentos de

Desequilíbrio, de incerteza ou de conflito. . .Passagem de um estado de certeza a um estado de perturbação ou de angústia, de um estado de adesão a um estado de alienação, toda crise de legitimidade aparece, de fato como inseparável de um traumatismo psíquico perceptível tanto a nível individual como a nível coletivo.<sup>252</sup>

Desse modo, entende o autor que não se pode perceber uma sociedade política apenas pelo aspecto jurídico, havendo a presença de participação individual convivendo com desejos, ansiedades, medos. Agravadas pela crise, novas formas de adesão são reconstruídas através de reflexos psicológicos típicos da infância e da adolescência, que buscam imagens parentais em lideranças ideais. No vazio da crise, o apelo a uma imagem ora na devoção paternal em busca da segurança mediante o risco que a situação oferece e a busca da continuidade da ordem da normalidade; ora a imagem do líder de prestígio de um grupo iniciador de uma nova vida, fascinado pela audácia,

---

<sup>251</sup> Op. cit. p. 82.

<sup>252</sup> Op. cit. p. 89.

abrindo caminhos até então inacessíveis. O primeiro Salvador cria uma relação paternal, o segundo, de fidelidade, permanências e rupturas encarnando um mesmo Salvador. Para Girardet, o reencontro do pai reconstruído ou o prestígio do chefe de bando pode ser encarnado simultaneamente, sentimentos que se fundem como resultado do vazio de uma sociedade em desordem, fazendo surgir o papel do protetor e do guia concomitante. Conclui Girardet que, diante desse cenário de crise, a trajetória do imaginário mítico tem como finalidade a “. . .reestruturação psíquica ao mesmo tempo que função de reinserção social”<sup>253</sup>.

### **3. A imagem de Tiradentes no Primeiro Reinado e Período Regencial**

Através da imprensa mineira, os relatos sobre a Conjura Mineira e seus participantes não eram frequentes até os anos de 1860. Tudo leva a crer que não havia situações possíveis para a construção do mito em torno da imagem de Tiradentes, por, pelo menos três fatores.

Primeiramente, o projeto liberal adotado pelo império e comungado pela elite mineira, com suas propostas de consenso e princípios hegemônicos, não se identificava com os princípios de Tiradentes e da Conjura. A imprensa, com maior destaque nesse período para os dois periódicos de maior circulação, “O Universal” e o “Astro de Minas”, tinha como bandeira a defesa intransigente da ordem e da legalidade, identificando as propostas liberais pelo com o que denominam a “boa liberdade”. Ter como mito um transgressor da ordem e de ações que procurava chegar ao poder por meios não institucionais não encontraria eco na política mineira até a regência. Foi uma constante na imprensa o discurso enfatizando esse projeto:

Uma Nação jamais será feliz sem que seja governada pelo sistema Constitucional. (O Universal, 14.03.1827)

A obediência às leis é a base da harmonia, é o único fundamento da tranquilidade do Estado, é o penhor da segurança. (O Amigo da Verdade, 20.10.1829)

A verdadeira política consiste na inviolável obediência às autoridades legitimamente constituídas ( O Universal, 04.09.1833)

Por não descobriremos razões suficientes, que movam o povo a retrogradar a destruir as melhores obras que se tem feito o regime constitucional em vez de prosseguir com moderação e prudência no

---

<sup>253</sup> Op. cit, p. 96.

aperfeiçoamento das instituições que podem assegurar nosso repouso e futura prosperidade (O Universal, 12.09.1836).

Nesse aspecto, a proximidade das elites mineiras com o império contribuiu para a ausência da figura de Tiradentes, pois havia o constrangimento de ter sido um membro da família Bragança o responsável pelo mando da execução de Tiradentes.

Segundo, os fortes indícios apresentados de prosperidade e poder em Minas Gerais até os anos 40, visão corroborada pela historiografia ao apontar uma economia diversificada e em crescimento aliado a uma participação decisiva da elite mineira no cenário político brasileiro<sup>254</sup>, não favorecia naquele momento a criação do mito. Apesar de terem ocorrido movimentos sociais contestatórios, como a Revolta do ano da Fumaça em 1833 ou a Revolução Liberal de 1842, não representavam nesse contexto riscos maiores para a ordem econômica estabelecida e, conforme já foi visto, não tinham como propostas a ruptura com o regime monárquico. Os jornais da província de Minas Gerais do período corroboravam com essa imagem de desenvolvimento e importância mineira no cenário nacional, quer seja pela prosperidade, quer seja pelo seu espaço territorial, quer seja pelo elevado número de habitantes. Politicamente, apesar do processo de independência em curso, o controle político foi costurado com longas negociações, tendo a elite mineira papel fundamental nesse processo, com um poder decisório que a manteve peça chave para manutenção do Império. Essa imagem ficou registrada nos jornais na metade do dezenove:

---

<sup>254</sup> Na economia podem ser citadas, dentre outras, algumas obras pioneiras, que geraram grande quantidade de outros trabalhos: LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade d ouro: a propósito da problemática da decadência. *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de cultura de Minas Gerais, 1979. MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FALE/UFMG, 1980. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Na política, SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Aderardo & Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. VA, Ana Rosa Clocllet da. *Identidades políticas e a emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro. In Independência: história e historiografia*. JANCSÓ, István. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.



. . A geração gloriosa que proclamou a independência e disse ao gigante dos trópicos – surge et impera, foi a mesma que colocou espontaneamente sobre a cabeça do grande príncipe a coroa fundida com o ouro de nossas Minas. . .(O Conciliador, 28.02.1851)

Enfim, a ausência de acelerações bruscas no processo histórico e a manutenção das relações de solidariedade entre as elites apresentavam sinais de progresso, criando um ambiente pouco favorável ao nascimento de representações míticas.

O terceiro fator está relacionado com a própria estruturação do mito, dificultando sua construção em função da proximidade do fato ocorrido e a existência de personagens ainda vivos que compartilharam direta ou indiretamente com os envolvidos e os fatos ligados ao movimento mineiro de 1789. Como projetar a figura de um herói se os seus contemporâneos ainda existiam para afirmar o contrário? Como inserir esse herói no universo do sagrado se sua imagem terrena ainda rondava a sua geração? Não seria possível uma deformação do vivido com a presença desses atores que participaram ou acompanharam, de forma mais próxima ou à distância, os acontecimentos e seus humanos personagens.

Ainda que a Conjura mineira estivesse viva em boatos e relatos transmitidos por gerações, conforme dito por Bernardo Guimarães sobre Tiradentes “. . .cuja negra história sabemos desde infância porque aprendemo-la dos lábios de nossos pais. . .” (Diário de Minas, em 16 de março de 1867), tais narrativas não caracterizavam uma construção mitológica. Até os anos 50 a Conjura Mineira estava muito presente para se tornar sagrada e se representar como um tempo fabuloso da origem, não havendo por parte dos jornais mineiros e provavelmente de outros segmentos, repetições ou associações de imagens, nem de rituais que dessem legitimidade a Tiradentes ou qualquer outro conjurado.

Mas a imprensa ia sinalizando o afastamento temporal da geração que compartilhou com os conjurados, anunciando algumas mortes e neles o vínculo que tinham com o movimento, o que ocorreu com maior frequência nos anos 50. O “Bom Senso”, em 1856, anunciou a morte de Estevão Ribeiro de Resende, o marquês de Valença, em um parentesco longínquo, mas que procurava aproximá-lo de um dos participantes do movimento.

. . . filho do coronel Severino Ribeiro e de d. Josefa Maria de Resende, irmã de José de Resende Costa e tia do conselheiro José de Resende Costa, acusados do crime de inconfidência, na sombria administração de visconde de Barbacena e que expiaram no degredo em Cabo Verde o nome que gozavam de patriotas e amigos do povo (Bom Senso, 18.09.1856).

Dois anos depois, no “aniversário” de morte do mesmo marquês de Valença foi lembrado, provavelmente pelo mesmo autor, publicado no “Correio Official de Minas”, agora por ser natural da mesma província dos “. . .Alvarenga, os Cláudios Manoel da Costa, os Gonzagas. . .” (Correio Official de Minas, 30.09.1858). O mesmo “Correio Official de Minas”, em 19 de Janeiro de 1857, anunciava a morte de Joaquim José de Souza Lima que teve como um dos méritos citados logo no início da carreira militar ser “. . .nomeado comandante da escolta que conduzia os comprometidos presos da Inconfidência para o Rio de Janeiro.” Não só o óbito, mas também a proximidade com os rebeldes mineiros era um fator que contribuía para angariar votos. Como foi o caso de Augusto Freire d’Andrade que trabalhava na campanha para deputado tendo como trunfo ser neto do “inconfidente” Francisco de Paula Freire de Andrade (O Conciliador, 05.11.1851).

Nesse momento, o movimento era uma referência que fazia alusão à luta dos inconfidentes pela causa da independência, romantizado no perfil literário de alguns integrantes, mas nada que pudesse identificar ainda características míticas. Tiradentes ainda não era visto como principal personagem do movimento, sendo poucas vezes citado. O próprio movimento e sua causa sofriam críticas de alguns setores. O já citado uso eleitoral do nome do avô por Augusto Freire d’Andrade era criticado pelos conservadores no “Conciliador” de 05 de novembro de 1851, que comparam o movimento com o radicalismo do Tribunal Revolucionário na França de 1794, ou o Atheneo Popular ao indicar que o “. . .fato de pouco importância hoje na opinião de uns, e gravíssimo, segundo outros” (O Atheneo Popular, 18.11.1843)., representando para alguns um o estímulo para a luta em prol da independência e para outros uma “. . .criançada” (grifo do jornal). Entre os jornais disponíveis até 1858 foi este Atheneo Popular, em 1843, o único que dedicou um artigo (que é publicado em duas edições) sobre a Conjura, mas com a preocupação de fazer um levantamento documental, lamentando inclusive a ausência de informações

para tal empreitada. Já apontando Tiradentes como um herói e gênio ao tentar romper com o domínio português, enalteceu também os outros conjurados, como Cláudio Manoel da Costa, comparado a Metastasio, poeta e articulador político italiano. A imprecisão dos contornos necessários às construções mitológicas, só vão sendo adquiridas à medida que os fatos se distanciam do tempo. Ou seja, o fato não desapareceu, mas era tratado apenas como um fato. Porém, à medida que o tempo se afastou dos acontecimentos ocorridos entre a Conjura e a condenação, o movimento e seu principal expoente se firmaram como mito.

#### **4. Tiradentes e o sentimento de decadência em Minas Gerais nos anos 60**

##### **4.1. O sul de Minas e a construção do mito**

Presentes nos Arquivos, esses primeiros sinais de mito na imprensa mineira apareceram especialmente em dois artigos no jornal “O Sul de Minas” (órgão semanal, tendo disponíveis as edições de 07.09.1859 a 13.05.1860), da cidade de Campanha. Na região sul mineira havia a discussão sobre a possível criação de uma nova província ou sua anexação à província paulista<sup>255</sup>. Havia, inclusive, nos dois artigos sobre a Inconfidência, uma tentativa de aproximação do movimento mineiro com os paulistas: “O eco que rugira nas quebradas de Vila Rica no ano de 1789, tornou-se realidade nos campos do Ipiranga (O Sul de Minas, 07.09.1859) e “Minas Gerais oferecia em seus sertões uma posição por si mesma defensável. . . e a heroica capitania de São Paulo . . . não deixaria Minas Gerais empenhar-se só numa guerra que também era a sua.” (O Sul de Minas, 12.02.1860). Conforme já analisado no capítulo I, com as dificuldades relatadas constantemente pelo jornal, especialmente em relação ao escoamento da produção e os abusos da administração provincial, Ouro Preto passou a ser para a região do sul de Minas a outra. Tudo indica que esse confronto com a capital mineira criava uma imagem de um centro opressor que

---

<sup>255</sup> CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do *Monitor sul mineiro*. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, nº 2, dezembro de 2008. [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria), Acesso em 22 de maio de 2012.

identificava a região sul da província mineira com a situação vivida pela colônia portuguesa no final do século XVIII, sendo que a realidade regional acabaria por produzir uma proximidade com a Conjura, como pode ser identificado em 19 de novembro de 1859:

Se ali houvesse ainda os Tiradentes, os Cláudios, os Alvarengas, o absolutismo, a ditadura e a onipotência não se acostelariam nas montanhas do Itacolomi. Esses gênios porém não aparecem comumente e a terra que produziu está condenada a ficar estéril por muito tempo. . .

Para a região sul mineira, onde a resistência dos conjurados diante da metrópole se tornava próxima aos abusos cometidos pela administração ouropretana, a bandeira dos inconfidentes significou a denúncia pelos excessos do governo provincial como alternativa para uma crise econômica vivida pela região, especialmente seu isolamento comercial e meios de escoar sua produção. Manifestado a partir do Sul de Minas, região que se manteve como importante centro produtor e educacional até a primeira metade do século XIX, favorecido pela memória de um Alvarenga Peixoto que tinha fazendas em Campanha e que foi local onde viveu após a inconfidência sua esposa Bárbara Heliodora e seus filhos, além da aproximação geográfica e intelectual com a Faculdade de Direito de São Paulo, foi que o mito Tiradentes encontrou pela primeira vez maior visibilidade, sua força motriz.

Foi com o título “A Inconfidência Mineira”, um artigo assinado por Américo Lobo<sup>256</sup> em 12 de fevereiro de 1860, no jornal “O Sul de Minas” que se percebe uma demonstração explícita de sacralização do movimento bem como traços bem definidos de uma imagem em torno de Tiradentes como uma representação mitológica.

O artigo iniciava com a busca do autor em identificar os apóstolos com os conjurados e o movimento com um caráter santificado, a “. . .primeira tentativa revolucionária em prol da liberdade brasileira. . .precursor do 7 de setembro”.. A referência do texto à ausência de “pomposos monumentos”, superada pela lembrança popular, se tornou uma lamentação ao mesmo tempo que uma

---

<sup>256</sup> Américo Lobo, advogado, foi deputado pelo partido Liberal e assumiu a bandeira republicana no final dos anos 60. Na República, foi governador nomeado do Paraná, senador por Minas Gerais e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando escreveu o artigo era estudante da Faculdade de Direito de São Paulo.

projeção para a criação deles. Tiradentes era apresentado como “soldado e chefe infatigável”, comparado a Guilherme Tell, lendário herói suíço, representante da luta pela libertação nacional contra o Império dos Habsburgo da Áustria, no início do século XIV. O local que originou o movimento, Vila Rica, para o jornal também se assemelhava às montanhas suíças, e o Itacolomi anunciou o destino sagrado da região, apontando para os céus como que indicando a relação de Deus com a luta pela liberdade. Faz ainda referência dos líderes da independência suíça com a “trindade poética, Gonzaga, Alvarenga e Cláudio Manoel”, complementando que “. . .era um movimento de pessoas distintas do país, os homens de letras. . .”.

A comparação com Guilherme Tell criava, por um lado, uma relação de libertador de uma nação e, por outro lado, a construção lendária, pois o suíço, como Tiradentes, já era visto naquele momento como quem estivesse acima da vida terrena, tanto nos pensamentos nobres como na grandeza dos gestos, diferente dos seus companheiros poetas e letrados, brilhantes, mas “meros mortais”. Como o lendário suíço, Tiradentes também estava vivo na memória, e “. . .se ele não mereceu da pátria pomposos monumentos. . .resistiu à esponja do tempo. . . a sua lembrança vive gravada no coração de um povo inteiro.” Se Tell era um exímio atirador, Tiradentes era um “. . .valente soldado, o chefe infalível, o denotado cruzado. . .”.

A partir desse material já se evidenciava a construção da figura mitológica de Tiradentes dentro dos três modelos que se emaranham, sugeridos por Girardet. Ele encarnava, primeiramente, a imagem da ação, um convite à luta, que sofreu uma queda, preso após uma traição, sofreu o abandono dos seguidores, finalmente um trágico fim que teve o mérito de deixar a semente, a base para as gerações futuras. Coexistindo com o primeiro modelo, era o da figura do ancestral também garantidora do mito, referência de princípios dos grupos que seguem suas mensagens, tendo como legitimidade fundada a sua sacralização. Os gestos seguros e a serenidade no olhar simbolizavam a perenidade dos valores que defende. Finalmente, como terceiro modelo, anunciava tempos melhores ainda por vir, voz superior a que servia de guia para superar o vazio do presente, revelador das verdades comuns a uma coletividade inteira, pertencendo à multidão; era a própria encarnação da

vontade geral, identidade individual perdida para ser integrada na identidade coletiva.

Das distantes causas do século XIV vividas por Guilherme Tell, Américo Lobo atualizou a nobreza do movimento com ideário da civilização moderna que combatia a opressão e tirania, na colônia encarnada nas figuras do governo português e seus representantes aqui instalados, tendo nas lutas norte-americana e francesa o modelo a ser seguido. Na narrativa, a tradicional sequência da trama que vai ritualizar a saga da Inconfidência Mineira a partir desse momento, construindo a materialidade dos acontecimentos acrescidos à sacralização do mito: 1) a influência das luzes especialmente trazida por José Alves Maciel; 2) a formação do grupo, composto por pessoas “distintas” do país: o poeta e coronel Alvarenga Peixoto, o advogado Cláudio Manoel da Costa, o desembargador Thomaz Antônio Gonzaga, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade; por sua vez, Tiradentes é tratado como personagem à parte, conjurado sem identidade com o mundo das letras, chefe e guerreiro sem liderados incorporando a luta pela liberdade como causa maior, sem pretensões políticas, cargos ou títulos; 3) os projetos discutidos em banquetes: a independência (para os monarquistas) ou a república federativa com as capitânicas que se lhe agregassem; a legislação própria confeccionada por dois anos por Alvarenga Peixoto, a introdução de artes e manufaturas, a fundação de uma universidade em Vila Rica, a exclusão de impostos sobre o ouro, a indicação de Thomaz Antônio Gonzaga como chefe da futura monarquia ou república, a bandeira contendo um índio quebrando as cadeias que cingiam o corpo com a inscrição “Libertas, quae sera, tamen”, o apoio norte-americano; 4) os preparativos: a espera da derrama, o apoio popular, a sublevação; 5) da traição: a barganha de Joaquim Silvério dos Reis, da delação em troca do perdão da dívida; 6) a reação do governo: a suspensão da derrama pelo visconde de Barbacena, a prisão dos conjurados; 6) o desfecho: o suicídio/homicídio de Cláudio Manoel da Costa, a condenação da pena capital de onze conjurados e a posterior comutação no degredo, a condenação à morte de Tiradentes, a atitude de nobreza dele diante da condenação, como a postura serena típica de um mártir nos instantes finais do sacrifício, no ritual consagrador do mito, e o que mais vai simbolizar todo seu sacrifício, que é o martírio vivido por ele. De forma crescente, o patíbulo e o esquartejamento

passaram a ser símbolos da luta pela liberdade, esta interpretada pelas mais variadas tendências, oscilando, muitas vezes de forma contraditória, de acordo com os interesses dos grupos políticos.

Este marchou impávido para o cadafalso erguido no campo do Rocio: morreu como morreu todos os mártires, sem um queixume, sem artifício que traísse a mais leve comoção de sua grande alma. Expirou com a consciência de seu heroísmo. . . tudo leva a crer que sem essa deslealdade [a traição] um feliz sucesso coroaria o esforço dos campeões da liberdade.

Já havia nesse momento as três dimensões relacionadas com o mito: a interpretação deformada do real, a função explicativa para entender o presente e um papel de mobilização para as ações e projeções futuras. A construção da trama e o seu desfecho com o ato da traição, a queda grandiosa, a postura inabalável no caminho para a morte, seu projeto inovador que chegará em 1822, a base do edifício que vai ser erguido pelas gerações seguintes. Diante desses aspectos, fica claro que, antecedendo à obra de Joaquim Norberto de Souza Filho e muito antes do projeto positivista republicano, já no início da década de 60, havia sido construído o mito político em Tiradentes.

Por outro lado, se a Conjura migrou em prol da causa sul mineira, em 09 de abril de 1860 esse mesmo artigo foi transcrito na sua íntegra pelo jornal Conservador e porta-voz do governo mineiro “Correio Oficial de Minas”. Isso sinalizava que a identificação com o movimento não era mais somente na região de Campanha. Como foi possível pensar nessa nova abordagem de Tiradentes, se consolidando como mito?

Conforme já tratado, tudo indica que a decadência foi um sentimento reproduzido não só na região sul mas em toda imprensa mineira, sendo um tema cada vez mais frequente a partir dos anos 50. Conforme já foi dito, não é proposta desse trabalho analisar a condição econômica mineira nesse período, ainda que se constate a lacuna existente sobre o tema, mas sim perceber a opinião que a imprensa formava para a situação que imaginava viver a região. Fato real ou não, a percepção transcrita na imprensa, não só da região sul, mas de importante segmento da elite mineira que os jornais representavam era de um passado glorioso e de um momento presente decadente. Foi na ausência de identificação, no vazio de significação, na redescoberta de um

grupo, que se operou o desenvolvimento do mito<sup>257</sup>. A crença no mito em Tiradentes foi a reedificação de equilíbrios rompidos na sociedade mineira da metade do dezenove, aparecendo no momento em que ocorre a ruptura social, sendo um dos elementos da reconstituição e reestruturação do tecido social, conseguindo como potência mobilizadora o resgate da identidade perdida de importante segmento da elite provincial. Nesse momento essa representação da crise não partia apenas da imprensa do sul da província, mas povoava um sentimento de um importante grupo em Minas Gerais.

#### **4.2. “O sangue de Tiradentes regando a árvore da liberdade”**

Se no final dos anos de 1850, o papel mítico de Tiradentes já se fazia visível em Minas Gerais, nos anos 60 assumiu um caráter nacional. Em 24 de março de 1862, com a inauguração da estátua em homenagem a D. Pedro I no Rocio, Rio de Janeiro, mesmo lugar onde foi enforcado Tiradentes, o mineiro Teófilo Benedito Ottoni publicou um panfleto intitulado “A mentira de bronze”<sup>258</sup>, em repúdio ao monumento. Foi um documento que parece ter marcado época, pois o jornal Conservador “Constitucional”, sete anos depois ainda vai usá-lo para comentar sobre o lançamento da pedra fundamental do monumento em homenagem a Tiradentes, na cidade de Ouro Preto, com o título “A mentira de bronze, a verdade de Pedra”. (Constitucional, 14.04.1867).

No panfleto, impresso em vários jornais, especialmente no Rio de Janeiro e Minas Gerais, apontava Tiradentes como chefe do movimento, considerado o “patriarca da Independência”. O que mais chamou a atenção no material escrito por Ottoni foi a ritualização construída a partir do seu sacrifício, a idealização da santificação do gesto de Tiradentes, consciente de todos os seus atos, em nome de um bem maior, que era a liberdade. Na narrativa, a multidão compartilhou o espetáculo em prantos, dividindo com ele toda sua dor. O engrandecimento dos seus gestos era marcado pela firmeza dos seus passos em direção ao sacrifício, a nobreza no ato de beijar o primeiro degrau do patíbulo, a serenidade ao proferir as últimas palavras: tudo representava um

---

<sup>257</sup> GIRARDET, op. cit.

<sup>258</sup> OTTONI, Teófilo. *apud* CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni: ministro do povo*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.



conjunto de significados que transcendiam o comportamento humano e fazia surgir o mito. Frases como “Jurei morrer pela liberdade: cumpro minha palavra.” (citada por outros autores, caso de Pedro Calmon<sup>259</sup>, como sendo de Felipe dos Santos) só corroboravam com essa idealização. O martírio era exaustivamente repetido: enforcado, decapitado e esquartejado. A exposição nas estradas mineiras e a cabeça em Vila Rica, um corpo sem descanso no suplício, a casa de morada arruinada. Mas, de acordo com o escrito de Ottoni, finalmente, toda essa doação foi recompensada, pois manteve acesas as chamas da liberdade, sendo uma referência para as gerações posteriores.

Tudo leva a crer que, pelo menos os primeiros anos dos anos 60, havia uma proximidade maior da figura de Tiradentes com o partido Liberal nas sua tendência mais radical, como é o caso da família Ottoni, tradicionalmente ligada a essas ideias. O “Diário de Minas”, em sua edição de 01 de fevereiro de 1867, em homenagem póstuma a José Eloy Ottoni, tio de Teófilo Ottoni, afirmava ter sido iniciativa dele a proposta na década de 20, e aceita pelo governo português, da retirada do padrão de infâmia levantado sobre as ruínas no local onde era a casa de Tiradentes.

Por sua vez, existiam nas propostas de Teófilo Ottoni uma identidade com a imprensa sul mineira, inclusive o político mineiro ganhou espaço significativo no jornal “O Sul de Minas” quando concorria às eleições para o legislativo, apoio pouco comum nesse órgão a candidatos dos partidos instituídos. Em ambos, estiveram muito presentes, pelo menos no discurso, os projetos republicanos dos Estados Unidos, aproximando os fundamentos democráticos de Thomas Jefferson com os projetos de Tiradentes. Na junção dessas propostas já se pode identificar a consolidação da imagem de Tiradentes a partir da adaptação do discurso político liberal ao mundo sagrado do mito, o que pode ser exemplificado com a expressão já usada por Teófilo Ottoni no panfleto e que vai ser repetidas vezes empregada desse momento em diante para fazer referência aos resultados do martírio do conjurado mineiro: “A árvore da liberdade, regada com sangue precioso do mártir, frutificou. E germinaram com força a doutrina de Tiradentes.”

---

<sup>259</sup> CALMON, Pedro. *As agitações nativistas nas Minas*. História da Civilização Brasileira. 3 ed. São Paulo: Cia. Editora Brasileira. 1939.

A expressão, apesar de um símbolo francês<sup>260</sup>, partiu de um escrito de Jefferson, ainda no período da luta pela independência dos Estados Unidos, que afirmava ser necessário que “A árvore da liberdade deve ser regada de tempos em tempos com o sangue de patriotas e tiranos. Este é seu fertilizante natural.”<sup>261</sup> No entanto, o que ele queria afirmar, segundo Michael Hardt, era a necessidade contínua de ajustar as reclamações e interesses da população à administração pública, garantir a participação da sociedade e manter a liberdade dos indivíduos, mesmo que custe o sacrifício de alguns. No momento que escreveu, os patriotas eram os colonos rebeldes e o tirano era o rei inglês. Mas já com os Estados Unidos Independentes, Jefferson apoiou os fazendeiros endividados (patriotas) contra o novo governo (tirano). Em relação à Revolução Francesa, defendia a necessidade de violência para derrubar o absolutismo. Entendia Hardt que, em seu projeto

reúne, provocativamente, constituição e rebelião, por um lado, e transição e democracia, por outro. Em outras palavras, para Jefferson, o trabalho da revolução deve continuar incessantemente, reabrindo periodicamente o processo constituinte através do qual a população se prepara para a democracia através da prática democrática.<sup>262</sup>

Roberto DaMatta<sup>263</sup>, ao analisar alguns rituais brasileiros, afirma que as expressões capitalistas são adaptadas ao migrar para diferentes valores culturais, pois se elas são sempre as mesmas “. . .em suas linhas gerais, ninguém poderá negar que deixa o seu berço e é aplicado em mundos repletos de preconceitos, ideias e valores”.<sup>264</sup> Nesse caso específico, quando Ottoni faz o panfleto, já não era mais o exaltado do início dos anos 40. Segundo Lynch<sup>265</sup>,

---

<sup>260</sup> VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e seu eco. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.6 [cited 2012-07-24], pp. 25-45. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200003&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200003>.

<sup>261</sup> HARDT, Michael. Thomas Jefferson ou a transição da democracia. p. 11 Trad. Pedro Mendes, Felipe Cavalcanti e Leonora Orsini. *Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 27, jan.-abr.-2009. p. 11-27.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>263</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

<sup>264</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>265</sup> LYNCH, Christian Edwar Cyril.. Do despotismo da gentalha à democracia da gravata lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). *Dados: revista de ciências sociais*, vol. 54. N. 3. Rio de Janeiro, set. 2011.

apesar dos elogios à república norte-americana, Ottoni nesse momento já estava mais próximo a um discurso moderado, que não aceitava os excessos populares, e simpatizantes de uma política de grupos letrados. Acrescendo a essa adaptação do pensamento de Jefferson à realidade brasileira, o discurso liberal do político do Serro tendeu a se aproximar mais de elementos míticos-religiosos do que valores democráticos buscado pelos norte-americanos. A simbologia dada à árvore se torna uma referência para gerações posteriores. O sangue passa a ser o martírio, o patíbulo se identifica com o calvário, reforçando a construção do mito e da sacralização dos seus ideais e gestos em nome da liberdade. Daí o que foi idealizado pelos liberais em 1866 como sendo o sacrifício de Tiradentes “ . . . regando com o seu sangue a árvore da liberdade.” (Diário de Minas, 05.09.1866), vai se renovando ao longo dos anos até chegar na escrita dos republicanos como sendo “. . .o sacrifício de sangue, feito por Tiradentes em prol da libertação da pátria” (Crisálida, 02.05.1887).

## **5. Tiradentes, o Gabinete Liberal e a Guerra do Paraguai**

### **5.1. O papel dos conjurados para o partido Liberal**

Após 1860, nos arquivos só se encontram jornais regulares novamente a partir de 1866. Mas, ainda assim, há indícios nos poucos periódicos avulsos disponíveis nesse período que a figura de Tiradentes não saiu de cena. No “Diário de Minas” de primeiro de junho havia a referência a Minas Gerais como o solo pioneiro das aspirações de liberdade, sendo Tiradentes o primeiro mártir nacional, inclusive apontava a província como sendo a “terra de Tiradentes” (Diário de Minas, 25.08.1866). Mas o mito voltou de forma mais incisiva na imprensa mineira a partir de dois acontecimentos: o gabinete Liberal de 03 de agosto de 1866 e a Guerra do Paraguai.

Já na composição do novo legislativo, após a queda do gabinete conservador, e sua substituição pelos liberais em 1866, iniciou a campanha eleitoral. Os Luzias utilizaram muito a imagem de Tiradentes para sensibilizar os eleitores mineiros. Em um comunicado sem identificação feito pelo jornal

liberal “Diário de Minas” de 05 de setembro de 1866, foi publicado um apelo, em nome do “passado glorioso” da província, para que se vote contra os conservadores, conclamando os “sagrados princípios da liberdade, páginas de ouro que tem dado a briosa província de Minas nossa história pátria”. Ainda nessa edição o “Diário de Minas” afirmava ter sido na província o início da luta pela emancipação do Brasil e, juntamente com Cláudio Manuel da Costa, Tiradentes cumpriu o martírio “regando com seu sangue a árvore da liberdade”. No comunicado, o ato de heroísmo do inconfidente ecoou em todo o Brasil, fazendo-o precursor dos ideais liberais no território. Seria então esse passado glorioso que serviu de referência para o futuro, acabando definitivamente com as “ideias retrógradadas” dos conservadores e implantando um projeto de reformas que levariam o país ao crescimento, consolidando a “sagrada legenda: liberdade e progresso”. As ações do mártir, ainda que sem monumentos, não foram esquecidas e “ecoou de norte a sul na terra de Santa Cruz”. Ao citar Camões: ‘Nem um túmulo! Uma pedra singela! Uma letra singela!’, já sinalizava para se pensar na visibilidade e em formas materiais de ritualizar do mito, em representações mais sólidas, consolidando em monumentos a figura heroica do mártir. O que vai ocorrer no ano seguinte. O “espírito” mineiro e Tiradentes, cada vez mais, iriam se aproximar, inclusive em expressões cotidianas como a “a terra de Tiradentes”, muito utilizada na imprensa para fazer referência a Minas Gerais, consolidando um jeito de ser mineiro a partir do mito.

Concomitante à ascensão liberal ao poder, outro fato que reforçou a imagem de Tiradentes foi a Guerra do Paraguai. Diante das dificuldades da guerra, o conservador Luís Alves de Lima e Silva foi chamado pelo partido opositor para comandar as forças brasileiras. O então marquês de Caxias exigiu o acréscimo de 10 mil homens na tropa para acelerar o fim da guerra. Isso obrigou o governo a fazer recrutamentos maciços, implicando não só o uso da força para ampliar os combatentes, mas também um discurso que procurasse sensibilizar a população a se apresentar como voluntária no conflito, especialmente em Minas Gerais, província mais populosa e que nessa altura da Guerra tinha, segundo a imprensa e o discurso oficial, apresentado uma quantidade modesta de nomes. Segundo o jornal conservador “Constitucional” de 10 de novembro de 1866 foram apenas mil e duzentos

mineiros para a Guerra do Paraguai em uma população de um milhão e seiscentos mil habitantes, bem abaixo da Bahia, que, segundo o mesmo jornal, já havia mandado 15 mil combatentes.

Vindos da imprensa oposicionista conservadora, eram frequentes as denúncias do governo nesses recrutamentos. Mas, na imprensa liberal, foram igualmente constantes o discurso direcionado para participação na Guerra do Paraguai. O apelo feito à população mineira envolvia o seu passado heroico e as tradições de luta pela liberdade. Era em nome desse passado cívico da província que se buscava sensibilizar a população contra o povo paraguaio, considerado bárbaro e embrutecido, devendo ser combatido em nome da civilização. O despotismo português estava representado na figura do governo de Solano Lopez.

No “Diário de Minas” de 10 de novembro de 1866 publicou-se em primeira página três solicitações: uma feita pelo presidente de província, Joaquim Saldanha Marinho, outra assinada por 31 deputados provinciais e a terceira por Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana. Fazendo claras alusões à Conjura Mineira, nos três pedidos há a sintonia do apelo com o passado de lutas e glórias, tradição herdada em prol da liberdade nacional:

Deixará o mineiro de acudir esses reclames? Temos um nome na história pátria a conservar, uma tradição gloriosa a respeitar. . . E vós, mineiros, vós cujos os feitos enchem as páginas da história nacional, ficareis inertes, indiferentes, ante as repetidas afrontas da pátria, ante o morticídios de nossos irmãos? Renegais assim o vosso passado, marcareis por tal modo o brilho do vosso nome? (Joaquim Saldanha Marinho)

A província de Minas, em todas as ocasiões difíceis, tem sempre acudido com prontidão ao reclamo da pátria. . . invocando a tradição e os brios da população mineira, pedimos o concurso de todos. (Paço da Assembleia Imperial)

Minas é aquela província que tantas glórias conta no seu passado, e que tantas provas tem dado do seu patriotismo. [fugir da guerra} não parece próprio da gente Mineira tal covardia! (Antônio Ferreira Viçoso)

Assim, a imagem de Tiradentes foi sendo formada, no período de guerra fortalecida pelo apelo na construção do monumento. Esse anseio, já apresentado anteriormente em forma de poema de Camões, novamente foi apontado em nota lamentando o atraso no resgate dos seus “heróis”:

Das 20 pérolas que cingem a diadema imperial, nenhuma vê-se sumir seu brilho. . . Nesse tempo de memória inacessível ao negro ciúme é Minas quem mais se demora a enumerar os heróis que lhes pertencem (Diário de Minas, 05.02.1867).

Dois artigos podem ilustrar a relação entre o ato heroico de Tiradentes e a Guerra do Paraguai. Em 13 de abril de 1867, um texto assinado pelo codinome “o veterano” apontava os conjurados como símbolo maior do mundo civilizado, devendo suas lutas e sacrifícios servir de referência por tudo que fizeram em nome da liberdade e honra nacional. Afirmava o autor ser Minas Gerais “. . . a pátria dos grandes homens. . .”, os atos desses heróis deviam ser imitados, a continuidade dos seus gestos no recrutamento seria a salvação da dignidade mineira. Ao Paraguai estava reservado o campo de glória, a volta triunfante seria reconhecida e teria o agradecimento da pátria como estão sendo hoje premiados os conjurados mineiros.

O segundo artigo é escrito por Bernardo de Guimarães na sua coluna no Diário de Minas, em primeiro de maio de 1867, publicações chamadas de “Folhetins”. O escritor mineiro, assumidamente liberal, conclamava a população mineira para a guerra, entendendo ser desproporcional ao número de alistados até então se comparado com as outras províncias, afirmando ser uma obrigação a apresentação de voluntários pois “. . . é de se esperar que os filhos da heroica terra de Tiradentes, dos Cláudios, Alvarengas, Freires de Andrade e outros ilustres mártires da independência e liberdade do Brasil, acudam pressurosos ao chamado do governo. . .”. Concluiu fazendo um apelo tendo como referência o sacrifício desses ilustres mineiros ao lutarem pela liberdade da pátria contra o autoritarismo português.

Em 16 de março de 1867, Bernardo de Guimarães em sua coluna no jornal “Diário de Minas”, exaltava o projeto do monumento para Tiradentes em Ouro Preto ao mesmo tempo em que lamentava ter chegado atrasada a homenagem. Para o escritor mineiro, que no artigo parecia já ser um ensaio para seu famoso conto “a cabeça de Tiradentes”, a “. . . ideia é nobre e generosa, é mesmo um dever sagrado, que o povo mineiro já a mais tempo devia ter desempenhado, para com as sombras venerandas desses gloriosos mártires em liberdade.” No escrito de Guimarães já demonstrava com a criação

do monumento não só o reforço ao mito em Tiradentes como a sacralização da praça onde foi exposta sua cabeça, fazendo desse espaço público um símbolo tanto ao horror do gesto como também o apelo permanente e visível pela luta contínua em favor da liberdade. Desse modo, cabem aqui dois aspectos importantes nesse contexto para reafirmação do mito. O primeiro é a sua construção física, a corporificação onde vai ser encarnado esse espírito que foi desenhado antes que seu corpo. Os cabelos longos já citados no artigo, sinalizam sua aproximação com Jesus Cristo. Segundo, os espaços de consagração do martírio, o patíbulo e a praça, dois monumentos carregados de simbologia, responsáveis pela projeção das atitudes que eternizarão o projeto defendido pelo inconfidente mineiro.

Foi menos de um mês o intervalo de tempo entre o conhecimento dado por Guimarães sobre o projeto e a oficialização da construção do monumento em homenagem aos inconfidentes. O “Diário de Minas” noticiava em 04 de abril a abertura com festas, bandas, discursos de autoridades e hinos o lançamento da pedra fundamental na praça onde foi enforcado o alferes mineiro. Juntos com a pedra fundamental são enterrados em um cofre as obras de Thomas Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e Alvarenga Peixoto, definindo a hierarquia simbólica do movimento: a imagem visível de Tiradentes simboliza a sacralização do mito, sobrepondo-se à intelectualidade e poesia dos conjurados, enterradas abaixo do monumento.

Nessa edição do “Diário de Minas” havia a previsão da inauguração do monumento no dia 21 de abril, data que até então não aparecia, pelo menos na imprensa, como sendo referência, mas que vai ser um dos pilares para sustentação do mito a partir de então. A construção crescente dos rituais reforça a visão de Pierre Bourdieu<sup>266</sup>, que encontrava neles um apelo à ordem, autorizando a alguém ou um grupo se representar em nome da coletividade pela consagração. O monumento, a praça, o sacrifício, o patíbulo, o 21 de abril: ritos que serviriam como elementos impulsionadores dos projetos liberais no período.

---

<sup>266</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. Ref. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996

Foi no apelo feito por Bernardo Guimarães aos mineiros para se apresentarem à Guerra do Paraguai que a obra em homenagem aos conjurados no centro de Ouro Preto apresentou sua serventia:

Ali naquela praça e agora mesmo se está erigindo um monumento que leve à última posteridade os nomes ilustres desses heróis, que tudo sacrificaram para arrancar das garras do despotismo esta pátria que tanto amavam, e que tanto anhelavam por ver engrandecer-se e prosperar à sombra de uma bem sucedida liberdade. Pois bem! Nós, os filhos destas montanhas, que inspiraram aos inconfidentes o pensamento generoso de nossa emancipação política, nós que hora gozamos dos frutos da liberdade. . . não podemos olhar com indiferença essa mesma pátria escarnecida. (Diário de Minas, 01.05.1867)

Confrontar as glórias do passado com possíveis fraquezas da população foi um forte apelo de inspiração mítica para trazer um número maior de voluntários para a guerra. A reclamação do “Diário de Minas” de 03 de maio de 1867 ilustra bem essa situação ao lamentar: “. . .que importará glória para a província de Minas, essa estrela brilhante, meio ofuscada pelo tibieza de alguns, e má fé de outros.” Ou no “O Noticiador de Minas”, de 31 de dezembro de 1868,

Haverá mineiro tão covarde que, podendo empunhar uma arma, não corra pressuroso a substituir o vasto que seus heróis deixarão nas fileiras do exército? Há de ser nesta quadra de provação para o Brasil, Minas, a heroína do passado, o ponto negro das roscas páginas da história da época?

Fruto da construção do mito em torna de Tiradentes, Bernardo Guimarães escreveu no Folhetim do “Diário de Minas” de 28 de maio de 1867 o conto “A cabeça de Tiradentes”, tornando público o cenário de mistério que povoava o imaginário da população em torno do desaparecimento do crânio do inconfidente exposto na antiga Vila Rica após sua execução, “. . .cujos longos cabelos flutuavam ao vento das montanhas . . .”. Sobre o sumiço não só da cabeça como dos “quartos” de Tiradentes, repetidas vezes o escritor mineiro citou narrativas que são passadas de geração a geração. O desconhecimento da localização dos seus restos mortais, as especulações e o clima de mistério só reforçava o mito, fazendo surgir interpretações não somente nas penas de eruditos. Em 28 de dezembro de 1872, “O Noticiador de Minas” descreveu em artigo sem identificação da autoria, um Tiradentes erudito, com formação europeia e norte-americana, com dois irmãos padres, ambos mortos pelo



parentesco com o inconfidente, dando referência ao local onde foi enterrado um dos “quartos” de Silva Xavier: exposto na freguesia de Cebolas, município de Paraíba do Sul, em frente à casa do coronel José Antônio, que não suportando tal exposição por mais de uma semana, em acordo com o padre Paulo, enterrou a parte esquartejada debaixo do altar mor da Igreja Matriz local. Essas especulações sobre a localização dos seus restos mortais foram frequentes nos séculos XIX e XX, estando presentes ainda até os nossos dias.

## **5.2. “A mentira de bronze, a verdade de pedra”**

Diante da construção do mito por iniciativa da imprensa liberal, como se posicionou a oposição conservadora nesse momento? Se na década anterior o mito de Tiradentes era um monopólio dos liberais, não é possível perceber claramente quando o mártir mineiro também foi incorporado no discurso Conservador. O resgate do alferes no governo liberal de Saldanha Marinho, a partir de um discurso da ordem e contrário a rupturas, pode ter despertado entre os Conservadores a adesão ao mito. Alguns artigos do jornal “Constitucional” de propriedade de Justiniano de Souza Ribeiro Leal, podem contribuir para analisar o que pensavam os conservadores mineiros sobre a construção da imagem de Tiradentes. O mais longo texto produzido por esse periódico data de 13 de abril de 1867, sobre o lançamento da pedra fundamental do monumento na praça central de Ouro Preto e suas festividades. Nele já não se contestava o papel da conjura. A cautela e o temor do radicalismo, típicos dos conservadores, foram substituídos pelo reconhecimento da importância dos ideais do movimento.

Nesse artigo do jornal “Constitucional” chamado “A mentira de bronze, a verdade de pedra”, o autor anônimo construiu um duplo sentido para a autoria do monumento, ora indicando como autor do monumento o governo liberal, ora realizado como fruto de anseios populares. Esse jogo duplo favoreceu a crítica feita pelo periódico à administração, pois interpretar o erguimento do monumento por iniciativa do estado oferecia o risco de provocar uma revolta popular pelos ideais que nele estão incorporados e pela falta de compromisso do governo com os projetos dos conjurados. Partindo desse princípio, o jornal

entendia que era uma provocação resgatar a memória dos conjurados por um governo tão corrupto, podendo estimular, pelos símbolos de liberdade e justiça construídos pelo movimento de 1789 ainda mais o descontentamento popular, pois o governo estaria arruinando o país e retirando do povo o que tem de mais sólido: “o princípio do justo e do honesto”. No segundo sentido, erguer o monumento a partir dos interesses da população, apresentava o clamor popular pelo retorno aos princípios da liberdade e legalidade abandonados quando os liberais chegaram ao poder com o gabinete liberal de 03 de agosto de 1866. Isso respondia a pergunta feita pelo periódico ao questionar a razão de tais monumentos não terem sido erguidos antes, no que entendia ter havido até então o respeito à Constituição, mesmos nos conflitos mais radicais:

Então dormiam em paz as cinzas dos mortos porque disputavam o povo nas praças públicas, nos tribunais, no parlamento, na imprensa, com a máxima liberdade. . . Não havia pois que temer e dormiam em paz os mortos. (Constitucional, 13.04.1867).

Mas, para o periódico, diante do governo déspota e corrupto implantado era justo o protesto popular feito “nessa dura rocha” especialmente em um país que tinha como bases “o elemento liberal e o princípio da ordem”. Finalizava o artigo lembrando o panfleto de Teófilo Ottoni de 1862, quando à época criticava a construção do monumento em homenagem a d. Pedro I

Não há muito bradava um democrata nas praças da Corte: o monumento que se ergue é uma mentira de bronze que a lisonja levanta, agora é o povo que grita e ordena aos déspotas que respeitem neste uma verdade de pedra contra a qual há de quebrar-se a sua vontade de ferro.

Dentro desse confronto partidário que motivou o artigo, ficava claro que os cuidados tidos anteriormente quanto aos símbolos de quebra da ordem que representam os conjurados, os conservadores já não os tinham. O jornal considerava que a população tinha com os conjurados uma dívida sagrada. Eles eram representantes da luta em prol da liberdade, que o sacrifício pagos com o exílio da maioria, com a morte de Cláudio Manuel da Costa e Tiradentes, os tornavam mártires, legítimos defensores dos interesses nacionais.

A imagem de Tiradentes pelos conservadores mineiros foi usada como crítica ao governo provincial, acusado constantemente de autoritário e corrupto. Os ideais dos conjurados estavam sendo negados pelo governador Saldanha Marinho, chamado de déspota pelo uso da força ao recrutar pessoas para a guerra ou pelas demissões para favorecer membros do partido. O jornal “Constitucional” de 07 de dezembro de 1866 compara a situação das famílias que os pais tinham sido levados para a guerra com o mesmo destino de Tiradentes, pois eram sacrificadas por não terem meios de sobrevivência. Já no “Constitucional” de 08 de junho de 1867 o brasão “Libertas quoe sera, tamen” simbolizava a liberdade e independência pregados pelos conjurados, amado pelos mineiros, mas que não eram praticados pelo governo provincial, pois administrava com despotismo e abusava do uso do dinheiro público.

Desse modo, cada um à sua maneira, nos anos 60 o mito já era uma unanimidade, no qual tanto os liberais como os conservadores já assumiam a figura de Tiradentes como modelo. Em uma tentativa de assumir a exclusividade dessa imagem, os liberais buscavam relacionar o partido ao projeto dos conjurados. Em 02 de abril de 1868, o jornal “Liberal de Minas” apontava em editorial ser a liberdade uma conquista dos liberais e coube a Minas Gerais a condição de “província-mártir”, referência “guardiã” em todo o Brasil, com as mãos seguras em defesa dessa bandeira, apesar de muito sangue derramado em seu nome. Mas, em resposta a esse “exclusivismo” liberal, o “Constitucional” de 14 de abril de 1868 afirmava que a liberdade não é um monopólio de nenhum partido, mas um instinto humano e o desejo de qualquer um que tivesse instituições que a garantam. Esse discurso dos conservadores ressurgiu na década de 80, momento em que os republicanos reivindicam para si a figura de Tiradentes.

Mas o mito também oportunizou aproximações entre os partidos rivais. Ainda sob o controle Liberal, o projeto apresentado na Assembleia Provincial pelo padre Agostinho Paraíso, deputado provincial da região norte de Minas que propunha a mudança da capital mineira, colocava novamente Tiradentes no centro dos debates, agora unindo as opiniões de liberais e conservadores em torno do inconfidente mineiro. Os conservadores entendiam que mudar a capital é uma “ofensa à memória de Tiradentes” (Constitucional, 16.11.1867), sendo Ouro Preto o palco sagrado responsável pela elevação do povo mineiro

à glória. Propor essa mudança era “Ignorar qual foi a cidade onde os protomártires da independência primeiro verteram as suas lágrimas e o seu sangue, onde se levantou em porte tão alto a venerada cabeça de Francisco [sic] Xavier.” (Constitucional, 14.12.1867). São semelhantes os argumentos dos liberais, que entendiam ser Ouro Preto “. . .o berço do primeiro pensamento de nossa emancipação e a memória do primeiro brasileiro oferecido em holocausto para tomar uma realidade esse magnífico pensamento.” (Diário de Minas, 03.01.1868). Aqui, cada um a seu modo, entendiam que são continuadores dos ideais de liberdade pregados por Xavier. Mas há de se considerar também que nesse contexto os discursos comuns deviam-se tanto pela possibilidade de divisão da província mineira que o debate provocava, quanto pela afinidade de interesses na manutenção de Ouro Preto como capital. Havia a tentativa do setor administrativo e segmentos econômicos de preservar na antiga Vila Rica o poder político que perderiam se a capital fosse deslocada para outras regiões. Ao relacionar Ouro Preto com Tiradentes, situação e oposição encontraram no mito de origem uma maneira de conservar a estabilidade, afastando os riscos de perder a hegemonia do jogo político ameaçada com a presença de outros atores.

Tiradentes se tornava no final dos anos 60 um instrumento de reestruturação e coesão, rotinizando o equilíbrio social. O aparecimento dos ritos e dos monumentos reforçava o mito, que, contraditoriamente, conseguia simbolizar pensamentos de grupos divergentes, mas dando garantias de ordem ao trazer para as vias institucionais o debate político, tomando aqui a liberdade o sentido de bem cívico. Em lados opostos do poder, conservadores e liberais ressignificaram o conceito de liberdade, mas ambos não ultrapassavam o discurso da ordem. Tanto assim que o papel da província como guardiã nacional da liberdade se generalizou, tornando-se uma imagem que sobrepunha os interesses partidários, vigorando o equilíbrio e a preocupação de assegurar a harmonia e a unidade.

## **6. Tiradentes e o ideal republicano dos anos 70**

Antagônica e polimorfa, a imagem do mito tanto pode ser um modelo de lealdade a projetos políticos instituídos como servir de apelo a recondução de

uma nova ordem diante de momentos de incertezas. O mesmo mito garantidor do equilíbrio também assume novas roupagens no vazio produzido pelas crises, recriando em sua imagem propostas de uma vida nova.

O sentimento de isolamento e a falta de apoio por parte do governo da província em Minas Gerais reclamados por setores da região sul mineira, já manifestado nos anos 60 pelo jornal “O Sul de Minas”, vai voltar a ser registrado pelo jornal “Colombo”, tendo como proprietário Manoel de Oliveira Andrade, da cidade de Campanha. A região parecia continuar encontrando uma proximidade não só física com São Paulo, mas também uma identidade política que vai fazer do jornal um porta-voz do republicanismo paulista. Sérgio Buarque de Holanda<sup>267</sup> chamava a atenção das propostas separatistas que gradualmente seriam construídas por alguns setores na província de São Paulo ao longo do império, o que viria a ser chamada de “pátria paulista”. Para Holanda, a resistência ao governo era acompanhada de um discurso republicano que crescia à medida que a monarquia freava o desenvolvimento paulista. Em alguns momentos se pensou em uma Confederação Sulista, projeto que incluía, além da região mineira, o sul do Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, e, evidentemente São Paulo. Nesse sentido, havia um sentimento por parte da imprensa republicana do sul de Minas Gerais de superação paulista no que se referia à capacidade de resistir à monarquia se comparado com as tradições de luta em Minas Gerais. Exaltando o avanço da oposição ao governo imperial em São Paulo, o periódico entendia que a província mineira se tornou servil, tomando caminhos opostos pois

A terra de Felipe dos Santos, a pátria de Tiradentes, faz sombra onde irradia a luz que jorra da terra de Feijó e dos Andradas. A Tradição republicana, deixada como herança e Minas pelos mártires precursores, oculta-se ao enérgico espírito de independência que na alma dos paulistanos hodiernos substituiu a herança das tradições monárquicas que lhes legara seu fiel avô o legendário Amador Bueno de ribeiro. (Colombo, 18.05.1873)

Quer seja em prol da anexação a São Paulo, quer seja pela criação de uma nova província, em ambos estava presente a negação da monarquia no ideário do jornal “Colombo”. Na composição desse discurso foi fundamental o símbolo

---

<sup>267</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico, v. 5: In *do Império à República*. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. [et tal] 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

sagrado de Tiradentes, condutor de um novo projeto de nação, mártir que, segundo o jornal, deu a própria vida pela causa republicana. Para tanto, era fundamental apresentar o movimento mineiro como sendo claramente defensor da república, e Tiradentes seu mais importante mártir. Já na primeira edição, de primeiro de janeiro de 1873, o “Colombo” aproximava o seu sacrifício ao de outros grandes nomes da história mundial, como Napoleão I, Carlos X ou Maximiliano. Em 1822, para o periódico, D. Pedro se aproveitou da semente lançada pelo movimento em 1789 para tomar para si a glória de outros “. . . aproveitando-se da semente lançada . . . na terra umedecida pelo sangue de Tiradentes.” (Colombo, 28.09.1873). Minas Gerais era, portanto, a “pátria de Tiradentes”, dado aqui no sentido de berço sagrado, sendo o cárcere, o exílio e a morte no patíbulo, a ideia redentora da liberdade (Colombo, 26.10.1873). Em editorial de 28 de setembro de 1873, havia a procura de se apresentar a luta dos conjurados não só pela liberdade, mas pela causa republicana, o que, segundo o jornal, eram percebidos claramente no interrogatório. O martírio somente fortalecia e glorificava seus ideais. A história fazia justiça ao expor seu suplício, o enforcamento evidenciava o papel que cabia a Tiradentes como nosso primeiro profeta. Portanto, além do prestígio dado ao martírio, o sofrimento não era em vão, mas necessário, sendo pago pela gratidão dos brasileiros nas homenagens prestadas, inclusive a criação de monumentos.

Nesse início da década de 70 do século XIX Tiradentes já tinha projeção nacional, merecedor de reconhecimento do mesmo nível dado dez anos antes a D. Pedro I, proposta apresentada por republicanos como Quintino Bocaiuva, Bandeira de Gouveia e Salvador de Mendonça. Foi do jornal conservador “O Diário de Minas”, de Ouro Preto, em sua edição de primeiro de março de 1873, o apoio à ideia de uma estátua de Tiradentes no Rio de Janeiro para deixar para o povo que

. . . as ideias não morrem e que o sangue dos mártires da liberdade corre hoje com mais vigor nas veias dos filhos da libérrima América. E o que dá-nos direito a aguardar o lisonjeiro acolhimento em quase todos os pontos do império . . . no sentido de tão merecida homenagem tributa aquele que, aliás, em todos os corações brasileiros possui já um monumento mais duradouro, que o do bronze – o reconhecimento das virtudes cívicas do infeliz e nunca assaz lamentado Tiradentes. (Diário de Minas, 01.03.1873)

Um monumento na capital do Império em homenagem ao conjurado mineiro tornou-se um debate nacional, aquecido com o lançamento em 1873 da “História da Conjura Mineira”, obra de Joaquim Norberto de Souza Filho. Norberto tinha na edição de 31 de agosto de 1873 seu livro duramente criticado pelo “Colombo”, considerado estar a serviço da monarquia ao amesquinhar a figura de Tiradentes na conjura, colocando-o na condição de louco do drama, além de secundarizar seu papel no movimento, objetivando

. . . esfriar o entusiasmo público por meio da fraude histórica, afim de que não concorra para a realização da estátua, ao ilustre mártir, ideia hoje simpática a todos os brasileiros patriotas. . . É um apedrejamento póstumo a memória do patriotismo mineiro que soube, ao menos, morrer nobremente no cadafalso em holocausto à liberdade (Colombo, 31.08.1873).

Concomitante à crítica, era reforçada a construção da figura sagrada do mito, considerado um “santo mártir” que a história aprendeu a venerar e glorificar como sendo a primeira e mais expressiva figura que se apresentou na luta pela liberdade no Brasil. Entendia o “Colombo” que, indiferente a qual papel assumido no movimento por Tiradentes, a importância maior era a veneração dada pelo povo brasileiro ao seu esforço, a herança deixada pelo seu martírio, sua glorificação servindo como luz a clarear as gerações seguintes. Ficava mais uma vez evidente para o periódico que a morte do conjurado não foi apenas uma fatalidade, mas uma necessidade, um destino a ser cumprido, uma luz surgida para guiar o sentimento de amor pela liberdade e pela pátria, uma referência capaz de erguer o caráter nacional. O martírio se tornava necessário, pois era a propagação de todos os ideais propostos na Conjura. Portanto, para o jornal, o mártir passava a ser o guia seguro, um farol a conduzir a nação para as turbulências vividas naqueles anos de 1870, superada pela esperança da bonança que estaria por vir com a chegada da república. Os gestos construídos anteriormente já estavam todos incorporados como reforço ao ritual dramatizado: a serenidade no caminho para morte, a firmeza inquebrantável, a resignação do líder, a força como o pedestal e templo de veneração “. . . em prol da conquista de seus grandiosos destinos. . .”.

No “Colombo” de 18 de maio de 1873, ao conclamar a população mineira a apoiar a causa republicana era o seu passado de glória o maior trunfo: “Pretenderá Minas resignar-se a representar papel secundário na terra onde

primou outrora?”. A colaboração de jornalistas, escritores e políticos de outras províncias no “Colombo”, principalmente paulistas e cariocas, reforçava o apelo republicano, tendo como foco a figura Tiradentes e as tradições de luta pela liberdade em Minas Gerais. Dentre os mais expressivos colaboradores, Pedro Antônio Ferreira Vianna, advogado, participante do Manifesto Republicano de 1870 e editor do jornal carioca “A República”, escreveu por duas vezes no Colombo, um artigo em 26 de abril de 1874 e outro em 07 de março de 1878.

Na primeira vez apareceu justificando o fechamento do jornal “A República” e solicitando o pagamento do imposto republicano para custear o retorno do periódico (a busca da independência perdida pela monarquia era proclamada a ser ressignificada na república, mas para tanto necessitaria do apoio político e financeiro, este proposto no “imposto republicano”). Antes mesmo de iniciar o artigo de Vianna, o editorial reforçava o pedido de apoio resgatando as tradições mineiras, principalmente o sacrifício, ponto comum entre a dedicação necessária para a causa republicana e a doação extrema de Tiradentes em prol da liberdade. Era esse argumento também usado por Ferreira Vianna. Apelo feito ao que chamou de heroica Minas Gerais, que entregou seu “filho ao patíbulo”, que sempre encontrou no sacrifício um impulso para atingir seus objetivos, que foi o sal atirado no alicerce da casa de Tiradentes o batismo da liberdade, simbolizando o que considerou como a “fé republicana”. O patíbulo, o cárcere, o sangue: símbolos dessa entrega incondicional.

No segundo artigo escrito quatro anos depois por Ferreira Vianna, novamente procurava sensibilizar os mineiros, tendo como referência o sacrifício de Tiradentes e o seu papel como guia da luta em prol da liberdade. Era no primeiro sangue derramado pela liberdade e no papel de condutor da luta brasileira pela autonomia que o mártir vai se comparado a um farol. Para Vianna, outros dois faróis surgiram em Minas após 1789: a queda de d. Pedro I e o movimento Liberal de 1842. Vianna chama esses três momentos de “faróis brilhantes” e conclama a vinda de um quarto farol, que vai culminar com a república brasileira. Para o autor, os fatos históricos eram elos de uma cadeia, o que levava ao surgimento do quarto facho de luz, resultado da união entre a tradicional província de Minas Gerais e província de São Paulo, considerada pelo republicano como berço da traição por ter sido o local da proclamação da independência Mesmo defendendo a necessidade de organização de um



partido republicano mineiro autônomo e independente, dentro de uma proposta federalista, com deliberações e ideias próprias, o autor defendia a proposta que os interesses de Minas Gerais e São Paulo deveriam ser comuns para derrubar D. Pedro II.

Essa ideia da união entre Minas Gerais e São Paulo em prol de um projeto de república indicava que o mito em Tiradentes foi ainda mais reforçado como representação nacional. Ter um mito mineiro era fundamental para que a província mais populosa do Império incorporasse a causa republicana. Essa insistência em trazer Minas Gerais para as trincheiras republicanas junto com São Paulo e o Rio de Janeiro foi uma constante até 1889, tanto pelo que a província representava no cenário nacional como pelo que consideravam os mineiros como pouco participativos em favor da causa. Alguns meses antes da proclamação da República, no jornal “O Movimento” de primeiro de junho de 1889, conclamava a organização republicana no estado de Minas Gerais a unir com Rio de Janeiro e São Paulo, afirmando que as três províncias, em 1789, à época capitânias, empunhavam a causa republicana e federalista sob a liderança do “Grande Brasileiro Legendário”, sendo que “. . . nas altas montanhas de Minas hasteamos o lábaro de confraternização universal”. (O Movimento, 01.06.1889). O mesmo jornal “O Movimento”, dois meses antes, em edição de 21 de abril de 1889, afirmava ser pretensão dos inconfidentes a criação de uma república a partir da união de Minas Gerais, São Paulo e o Rio de Janeiro. Reforçando esse argumento, o artigo do paulista Ariosto P. Fonseca, no jornal republicano “A Revolução”, de 21 de abril de 1889, colocava Minas Gerais como pioneira entre suas irmãs que pretendiam acabar com a monarquia.

A visão republicana de glorificação pelo sacrifício ficava mais uma vez explícita no artigo escrito pelo paulista Magalhães Castro em 21 de abril e publicado no “Colombo” em 03 de maio de 1879. A dor e a entrega em prol de uma causa maior se tornaram necessárias para sempre fertilizar os nobres ideais, onde “. . . se refolem os troncos nus da flora das liberdades o terreno custoso dos sacrifícios fertilizados pelo orvalho das lágrimas e pelas chuvas de sangue”. No culto a Tiradentes, o cenário do drama, no caso o patíbulo, foi muito evidenciado como sendo o altar de celebração e todos os atos do mito em seu redor eram ritualizados, pois nasceu do gesto heroico do sacrifício, o

chamado “sangue generoso”, a redenção gloriosa das grandes causas. Ao mesmo tempo, Castro entendia que se tornava necessário fazer públicas e visíveis suas ideias, lamentando a ausência de monumentos, especialmente o não erguimento da estátua de Tiradentes na capital, impedindo as homenagens pomposas e solenidades apoteóticas em honra à memória do considerado primeiro mártir brasileiro.

Publicado no mesmo periódico e no mesmo ano, em comemoração ao 21 de abril, o também paulista C. de Mendonça Júnior reforçava a necessidade da coexistência entre o sacrifício e o mártir. Para ele existiam pessoas fenomenais, seres que trazem em “. . . suas fronteiras o raio luminoso de um gênio, exprimem por si sós o que há de mais puro no pensamento, o que há de mais sublime no sentimento. . .” (Colombo, 20.04.1879). Mas essas pessoas só passavam a ser conhecidas depois que o povo ou um tirano os sacrificassem, sendo o caso de Spártacus, Lincoln e Tiradentes. Este, obscuro entre intelectuais, soube agir com nobreza diante dos interrogatórios, desprezando com um sorriso as perguntas feitas pelos algozes, mas eximindo sempre os outros conjurados de qualquer participação no movimento. Porém, a violência de sua morte retirou do anonimato o herói, o sangue fez semear os ideais de liberdade:

Viveu obscuro a maior parte de sua vida. Sua morte deu-lhe o nome que lhe era devido, e o patíbulo em que expirou serviu-lhe de porta para o panteão da história – o seu sangue foi semente bendita que fecundou os filhos da democracia brasileira. (Colombo, 20.04.1879).

Concluiu Mendonça Júnior convocando os brasileiros a sacrificar a vida de D. Pedro II, queimando-a junto à Constituição monárquica. Propostas extremas como essa não foi consenso nas publicações do “Colombo”. Em 07 de março de 1878, no artigo escrito por Pedro Antônio Ferreira Vianna, já comentado, ficava explicitada o projeto de uma conquista republicana através da ordem, com uma proposta de autonomia plena das províncias contra a centralização monárquica, uma política que ampliasse o acesso à educação e que esse objetivo seria conquistado através do voto.

Se o eco republicano aliado à imagem de Tiradentes chegou a outros cantos de Minas Gerais além da região sul, a falta de documentos não permite

ainda uma análise segura. Pelos debates entre a imprensa liberal e conservadora, representados respectivamente pelo jornal “Atualidade” e “Constitucional”, ambos de Ouro Preto, há poucos indícios nesses periódicos de que existisse nesse momento uma maior representatividade que defendesse a queda da monarquia na capital mineira ou outras cidades de maior expressão. Mesmo o jornal republicano diamantinense “O Jequitinhonha”, não chegou a mencionar Tiradentes, o que pode sugerir que a relação do mito mineiro com a república foi uma construção da região sul com a crescente província paulista, esta tentando trazer a populosa região mineira para as trincheiras do movimento.

## **7. O ritual do “21 de abril”**

Do final do anos 60 até a comemoração do 90º aniversário da morte de Tiradentes, tanto a imprensa liberal quanto a conservadora mineira pouco tratou sobre o mito. Girardet afirma que existem na construção do mito tempos de maior evidência alternando com momentos pouco perceptíveis, chamado por ele de “tempos fortes e tempos fracos”<sup>268</sup> Na visita de D. Pedro II a Minas Gerais, em 1881, foi feita referência ao conjurado, ainda assim de forma breve. O periódico liberal “A Atualidade” de 30 de março de 1881 dedicou todas as suas páginas em homenagem ao imperador. Nele foi citado por três vezes o nome de Tiradentes e nas três a ligação do mito era com a independência. O sangue derramado foi pela liberdade da pátria, sonho concretizado em 1822. O império era considerado a tranquilidade pública, ou seja, a bandeira da liberdade levantada pela conjura encontrou na monarquia sua realização. A liberdade aqui construída estava intimamente relacionada com a ordem e a paz; ela consagrava o império, sendo uma conquista consolidada pela monarquia. O martírio de Tiradentes era para os liberais como um símbolo já incorporado e rotinizado pela população.

O jornal conservador “A província de Minas”, que à época estava na oposição, em 31 de março também dedicou todo o jornal a uma edição em homenagem à chegada do imperador. Ao retratar a Conjura mineira, no

---

<sup>268</sup> Op. cit. p. 86.

histórico que faz sobre a província, considerava que a ideia de liberdade surgiu como resultado natural de homens que cultivavam as letras e pela influência da luta norte-americana em prol da independência. Para o jornal, a importância dada a Tiradentes não foi pelo prestígio do seu nome, mas pela dedicação patriótica e o heroísmo do martírio. Do suplicado no patíbulo até 1822, mesmo com toda violência contra a conjura, foi preservado o espírito mineiro em oposição ao despotismo. O que fez D. Pedro I foi atender aos anseios populares, do mesmo modo que foi esse sentimento de liberdade por parte dos mineiros que o depôs em 1831. Finalmente, segundo “A província de Minas”, no governo monárquico atual, Minas Gerais gozava um momento de tranquilidade e desenvolvimento, apesar de ser um progresso abaixo do que representou no que chamavam “anos de prosperidade”. Desse modo, da mesma forma que os liberais, a liberdade simbolizada por Tiradentes estava diretamente relacionada com a emancipação brasileira e a manutenção desses ideais, sendo papel do império consolidar esse estado de coisas, preservando a ordem e a legalidade.

No mesmo período, o que a imprensa republicana, na escrita do jornal “Colombo” de 02 de maio de 1881, publicou sobre Tiradentes foram as comemorações atrasadas do 89º seu aniversário de morte. Estampado na primeira página, o periódico opôs D. Pedro II com a figura do mártir ao relacioná-lo com a tirania dos avós, sendo que o conjurado mineiro, segundo o jornal, humilde e patriota, recebia enormes homenagens por todo o Brasil. Enumerando as manifestações ocorridas em 21 de abril por São Paulo, Rio de Janeiro e algumas cidades mineiras, o jornal reforçou a inexistência de uma imprensa republicana em Ouro Preto nesse momento, pois não citou nenhuma manifestação na antiga Vila Rica. O que pode corroborar também com a ideia da ausência de movimentos de maior expressão em favor da república na capital mineira.

A publicação de 02 de maio iniciava com uma transcrição de uma pequena biografia de Tiradentes feita pelo paulista Homem de Mello, quando ainda não era uma figura pública, que o considerava como o primeiro republicano brasileiro. Também nessa edição foi feita referência a um telegrama enviado pelo Clube Acadêmico de São Paulo a Quintino Bocaiuva, chefe do partido republicano, contendo a assinatura de Assis Brasil, Alberto Salles e Aristides

Maia. O mesmo clube recebeu de Saldanha Marinho telegrama com saudações pelo dia. Demonstrando que a comemoração do dia 21 de abril já tinha ocupado os espaços públicos em alguns locais de Minas Gerais, o jornal reproduz da “Gazeta” de Barbacena a programação das festividades locais. Apontava como local de eventos o largo do Rosário, onde estava previsto erguer uma pirâmide de 22 palmos de altura, imitando granito, tendo escrito o nome dos inconfidentes, além da apresentação de duas bandas de música. Uma tocaria o hino de Tiradentes, escrito pelo maestro local Lino Marques, prevendo percorrer diversas vezes as ruas da cidade. Ainda em Barbacena seriam estendidas, pela programação, bandeiras do largo da matriz até a Rua *Tiradentes*, com salva de 09 tiros. Foi citada ainda as comemorações do Clube Republicano de São Cristóvão, realizada no teatro Príncipe Imperial, no Rio de Janeiro, descrito pela “Gazeta de Notícias”, com sessão que lotou o recinto. O local todo ornamentado, ao centro o busto de Tiradentes, discursos de Quintino Bocaiuva, leitura de poesias, execução do hino da independência e da Marselhesa. Concluiu o jornal “Colombo” apontando a edição exclusiva do jornal “Franco Atirador”, sem identificação do local de publicação, toda voltada para a data, com artigos e poesias escritas sobre o movimento e seu mártir.

### **7.1. Os noventa anos da morte de Tiradentes para os Liberais**

Mas dentro das características contraditórias, ambivalentes e poliformas típicas do mito, Tiradentes tanto simbolizou a tentativa de assegurar a harmonia e a reestruturação social, como representou um precursor responsável em conduzir a população para transformações que negam a ordem estabelecida, incorporando na sua imagem os mais diversos grupos. Os 90 anos da morte de Tiradentes vão mexer com liberais, conservadores e republicanos em Minas Gerais, considerando as contradições presentes no mito segundo Raoul Girardet. De acordo com as exigências do meio e do momento, Girardet observa que o mito encarna “ . . . uma multiplicidade de imagens cristalizadas em torno de um mesmo personagem . . . ao mesmo

tempo a ordem e a aventura, o messianismo revolucionário em marcha e o princípio de autoridade restaurado . . .”<sup>269</sup>

Todos os jornais dedicaram atenção exclusiva para as nove décadas do 21 de abril. A mobilização para o evento parecia ser uma novidade para Ouro Preto. Esse aspecto reforça certo distanciamento da imagem de Tiradentes naquele momento na capital mineira, muito apropriada tanto no sul mineiro como no Rio de Janeiro. Na capital da província, o movimento parece ter sido iniciativa da Escola de engenharia de Minas, onde foram citados como organizadores do evento nomes ligados a essa instituição como Modestino de Assis Martins, Joaquim Cândido da Costa Senna, Luiz Leopoldo Laranja, Cândido Augusto da Cruz e o acadêmico Luiz Barbosa da Silva. Em artigo escrito por Afonso de Brito depois das festividades no jornal “Liberal Mineiro”, em 25 de abril, colocou como sendo um movimento que trouxe novidade para a capital:

Só as velhas crônicas cobertas de pó e roídas pelas traças, nos falavam ainda das deslumbrantes e pomposas festas, que outrora aqui se fizeram! Só os magníficos edifícios, esparsas pelo vasto recinto da cidade, ainda nos atestam a passada grandeza! A alegria não transluzia mais nos olhos do povo, cujas festas eram, até ontem, unicamente as do culto católico. Inesperadamente, porém, a fibra popular estremece, um grupo de moços propõe-se a festejar o 9º decenado [sic] da execução de Tiradentes

Foi o próprio Brito quem sugeriu uma acomodação no culto à imagem do mártir ao fazer referência ao descaso com o monumento em homenagem a Tiradentes feito em 1867 por Saldanha Marinho, considerado por ele como não sendo “. . .uma homenagem condigna dos mineiros à memória dos inconfidentes”.

Os liberais, no poder desde 1878, tinham o “Liberal Mineiro” como principal porta-voz. O jornal dedicou uma edição especial no dia 21 de abril, com suas quatro páginas homenageando Tiradentes, tendo em suas bordas efeitos gráficos e na primeira página, junto ao nome do jornal, os dizeres “Libertas quae sera tamen”. Para os liberais mineiros, a luta pela liberdade do mártir estava intimamente relacionada com o processo de independência. O martírio para os liberais no poder eram ritualizados como consagração à ordem

---

<sup>269</sup> Op. cit. p. 73.

estabelecida, onde estavam ligadas à liberdade, independência e pátria. A Conjura se torna uma referência a um presente onde se valorizava o cidadão, a humanidade, a concórdia, a fraternidade, contra um passado “de barbárie, de fratricídios sociais, da orgia dos suplícios, da frágil e estreita escada negra do patíbulo”. Para o jornal, Tiradentes foi o primeiro a sonhar com a emancipação política brasileira, foi quem angariou todas as tendências em favor da causa maior, a formação da pátria, desde desembargadores a capitalistas e operários, mesmo sem ascendência nobre e sem fortuna. Os liberais procuravam, nesse momento, passar a ideia de consenso, necessária para quem estava naquele momento como governo. O jornal reforçava essa representação ao destacar o espírito dos mineiros, sendo que eles se consideravam o símbolo que “eleva todo o Brasil aos olhos do mundo”.

Todos os gestos ou palavras nessas homenagens estavam sendo construídos para reificar o mártir. Nas frases, o ideal acima das causas terrenas: “Do que me serve a vida, se a pátria ainda não tenho?” Suas atitudes simbolizavam o abandono e desprezo aos meios de sobrevivência, o descaso com as coisas mundanas, abrindo mão do comércio, da vida de dentista, dos projetos de abastecimento, da carreira militar em favor de uma causa maior. Em um dos artigos assinados, o tipógrafo Júlio Ladislau colocava lado a lado a figura de Jesus Cristo com Tiradentes, Joaquim Silvério dos Reis era o Judas e os conjurados os apóstolos, sendo a evangelização pela “pátria liberdade”. A associação de Jesus Cristo com Tiradentes foi realizada de maneira gradual, até chegar na segunda metade dos anos 80 a uma aproximação consolidada.

A repetição do drama, mantinha o mesmo cenário, a mesma trama, a mesma trajetória já construída nos anos sessenta, com algumas modificações que variavam de acordo com o contexto. Faziam parte da narrativa: as carências numa terra rica; as condições de abusos e opressões coloniais; a ambição e o despotismo português; a chegada das luzes trazidas do ocidente por José Alves Maciel com os princípios de liberdade, direito do homem e cidadão, independência das nações, soberania dos povos; as sucessivas reuniões, os projetos (modernizados de acordo com o contexto das lutas, no caso, a abolição) e seus símbolos (a interferências de Tiradentes ao retirar o gênio proposto e substituir pelo triângulo da santíssima trindade, no qual era fervoroso crente, mas mantendo escrito o “libertas quae sera tamen”); a data

definida a partir da derrama; as pregações de Tiradentes a camadas populares e as articulações de Maciel com as elites (em outro artigo da mesma edição, é o poder de convencimento de Tiradentes que vai sensibilizar primeiro os militares como Francisco de Paula Freire de Andrade e Alvarenga Peixoto, depois os padres como Rolim, finalmente os magistrados e as letras como Tomaz Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa); a suspensão da derrama; a delação de Joaquim Silvério dos Reis; o martírio dos conjurados; o julgamento; a condenação; o tormento do exílio; o sacrifício e o drama da morte; o esquiteamento e a exposição dos membros; a liberdade regada com sangue a glorificação do mártir.

Nos diversos artigos, quase todos anônimos, a repetição da atitude contida do herói, sua serenidade de mártir:

É porque a vítima política, no meio dos maiores tormentos, sempre conserva-se impávida e resignada; só o criminoso vulgar grita, pragueja e maldiz a Deus, os homens e a sociedade.

Ou

Coberto de pesados ferros, que lhes realçava o glorioso martírio ouvirais por duas longas horas, com a resignação, a impavidez, a indiferença que só as convicções sinceras sabem inspirar as grandes almas patriotas.

A morte não era uma qualquer. Estava carregada de suplício, de dor, daí a importância da data de 21 de abril como marco, não só pela entrega extrema, mas pelo que simbolizava. Nos artigos, são repetidas várias vezes as narrativas do esquiteamento: “O seu corpo rígido ainda estortegava nas vaseas [sic] da agonia e o algoz, em nome das justiças da metrópole, lhe decepava a cabeça.”, ou “Essa mesma faca das justiças divide-lhe o corpo em quatro.”, ou ainda “Em que outro país do mundo, sob um governo benigno e beato, arrastou-se um homem ao cadafalso, talhando-se a sua carne e distribuindo-a em pedaços com se fosse a do gado abatido no matadouro?”

## **7.2. Os Conservadores e a participação no 21 de abril**

O jornal conservador “A província de Minas” centrou suas edições de 16, 24 e 30 de abril nas programações e comemorações ao “protomártir da liberdade



e independência nacional”. Nas coberturas do evento havia uma preocupação maior com a pompa e o requinte da festa do que a narrativa do martírio. Na edição de 24 de abril, foram constantes os relatos da “magnífica ouvertura [sic] de composição do festejado maestro sr. Emílio Horta” ou “um grupo mimoso de gente mimosa de meninas vestidas de branco com grinaldas de flores” ou “uma iluminação de fogos de artifício e outros festejos”. Há uma preocupação em apontar os festejos mais como um “grandioso espetáculo da família brasileira” do que uma festa popular.

Entre liberais e conservadores algumas convergências: ao relacionar Tiradentes ao movimento de independência, um sentimento de consolidação dessa luta ao implantar a monarquia e de uma liberdade da competição partidária dentro das normas institucionais e sem rupturas. A entrega de Tiradentes para o bem da nação deveria servir de modelo para “. . . amar a pátria como ele amou-a. . . sem ódio na vida pública”. Tanto em um periódico quanto no outro foram feitos elogios aos discursos dos respectivos proprietários dos jornais e as suas edições comemorativas, indicando uma relação amistosa naquele momento entre os dois partidos. Porém, por parte dos conservadores, havia uma preocupação em rebater o exclusivismo defendido pelos republicanos sobre as propostas de Tiradentes e seu grupo, ideais provavelmente chegando de outras regiões e se fortalecendo na capital mineira. Para o jornal, na conjura mineira

sua bandeira foi a de – independência e liberdade – bandeira da pátria, sob cuja a sombra protetora se acolhem todos os bons cidadãos. . . liberdade e independência não são privilégios de nenhum regime político.

O jornal citou os sucessos das repúblicas da Suíça e dos Estados Unidos como monarquias da Bélgica e da Inglaterra, todas bem sucedidas, como também existiam, ainda segundo o periódico, opositores da liberdade como a monarquia russa e o republicanismo do governo paraguaio de Solano Lopez. Não foi possível identificar se “A província de Minas” rebatia a imagem republicana ao jornal sul-mineiro “O Colombo”, de Campanha, ou se a outros jornais republicanos do Rio de Janeiro e São Paulo. Mas é pouco provável que, havendo algum periódico republicano em Ouro Preto, os jornais liberal e

conservador não fizessem referência a ele, indiferença pouco comum na imprensa do período.

Na edição de 30 de abril, o discurso de J. P. Xavier da Veiga, proprietário do jornal, feito no dia 20 no teatro ouro-pretano, foi reproduzido na íntegra, reforçando essa visão elitista ao privilegiar a intelectualidade e o mundo das letras na conjura mineira. O papel de Tiradentes foi relativizado (mas não desprezado), sendo considerado um movimento coletivo, onde Tiradentes “. . . não é a cabeça, mas o coração e a alma da Inconfidência” e a liderança distribuída “. . . a cada chefe no papel que lhe cabe.” O martírio de Tiradentes foi compartilhado com a dor do exílio de Alvarenga e Gonzaga, com a misteriosa morte de Cláudio Manoel da Costa. O “sangue precioso” era dividido com as “lágrimas abençoadas que cristalizam-se na história e foram revérbero augusto para o sol do Ipiranga.” A leitura do drama de forma coletiva, ora incluindo Tiradentes, ora participando o grupo, inclusive tratando Inconfidência em letra maiúscula.

Mas Veiga oferece importantes leituras para a construção do mito. No seu discurso, reforçava o vínculo entre o espírito cristão e a missão de Tiradentes ao aproximar o patíbulo ao calvário, os atos simbolizando uma vida desinteressada em favor dos outros, os gestos finais sem um murmúrio ou queixa, pois estava cheio de misericórdia e compaixão, sendo resultado, como a ressurreição de Cristo, em “uma apoteose sublime: os goivos transformados em louros, os gemidos em hinos triunfais, as angústias dos flagelos em doces contentamentos celestes. . .”.

Ao mesmo tempo, faz uma combinação de imagens carregadas de símbolos opostos e antagônicos típicos da formação do mito:

A página da INCONFIDÊNCIA fulgura na história como um diadema de luz salpicado de sangue! Ora semelha um hino de esperanças esplêndidas, líria do patriotismo e do gênio, ora traduz um epíclito longo de amarguras, uma odisseia de tristezas e lágrimas. . . É um drama majestoso transformado em tragédia horrível.

Ainda no discurso de Xavier da Veiga, a imagem de Tiradentes como uma identidade regional também foi incorporada à representação conservadora, sendo um elemento pertencente ao espírito mineiro, tanto servindo para

caracterizar o homem da província como também referência de comportamento para o restante do país

Nas quebradas destas montanhas perduram ainda os ecos de tua voz. . .Ela repercute em nossas almas. . .ela repercutirá também nas almas de nossos filhos. . .bela e incorredoura como a tua glória, pura e serena como a luz de tua imortalidade. . .

### **7.3. Os republicanos e os 90 anos da morte de Tiradentes**

Quanto a Tiradentes e o republicanismo mineiro nessa data comemorativa, o que está disponível nos arquivos são as edições do jornal “O Colombo”, já que não foi localizada nenhuma publicação em Ouro Preto. Em de 21 de abril, o periódico já tinha subscrito em epígrafe ser um “órgão republicano”. Se a preocupação primeira do jornal conservador ouro-pretano “A província de Minas” era de não relacionar a imagem de Tiradentes ao ideal republicano, o periódico do sul de Minas fez o inverso. Para o jornal de Campanha, D. Pedro II tinha proximidade com D. Maria I não só pelo parentesco como também pelo despotismo. O desgaste da monarquia foi reforçado pela criação do espírito libertário e democrático que surgiu a partir de um homem do povo, o que a dinastia de Bragança tentou por quatro gerações apagar. Segundo o periódico, o IHGB seria um dos responsáveis no período por desclassificar Tiradentes, especialmente Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Norberto de Souza e Silva. O primeiro, ao tratar com desdém a “figura do martirólogo republicano” e “bajular” a carta que reduz as penas aos conjurados. O outro, pelas ofensas como “leviano e doido” dirigidas ao mártir. Também não foi poupada dessas críticas a Igreja Católica, considerada parceira da monarquia autoritária e a religião oficial apoiadora do regime, tendo o frei Raimundo de Penaforte no final do século XVIII um pregador da repressão de atos realizados contra o governo. Havia contra a monarquia e seus apoiadores “. . .uma dívida de ódio dos brasileiros nessa data, especialmente os mineiros.” Ainda o editorial evidenciava o foco do ritual de execução de Tiradentes, a pompa do evento e seu aparato de segurança extremo que, segundo o jornal, nunca antes havia ocorrido. Foram descritos, tendo como fonte um historiador não identificado, os

mínimos detalhes do cuidado e ostentação criados no evento pelo governo português:

Seis regimentos e um esquadrão composto de companhias de cavalaria. . .as mulheres e crianças estavam ricas e luzidamente vestidas. . .as tropas trajavam o uniforme maior, ornado de festões de flores. . .Eram os arreios e os estribos de prata, sendo alguns dourados, e de veludo ou de seda escalarte e franjada de ouro as gualhapas e mantas.”

Ainda segundo o editorial, esse rigor na condenação de Tiradentes, o esquartejamento do que chama de “republicano mineiro”, a exposição da sua cabeça, a infamação dos herdeiros, o confisco dos bens e o salgamento da sua casa, foram ações todas em vão: tudo se converteu em “. . .atributos de imortalidade e de veneração humana, como a cruz do nazareno”. Manter vivos esses atos na memória popular se devia, segundo o jornal, tanto ao sentimento de piedade quanto ao abalo da revolta para o povo, que fez desse “santo legado” ser transmitido de geração a geração. Concluiu afirmando ter a monarquia um grande desprezo pelo povo e pelo que o movimento da conjura representava como meio de luta para um governo popular. Citava, inclusive, um fato ocorrido com a visita de d. Pedro II em Minas Gerais, e de sua reação de pouco caso e desdém ao sorrir indiferente quando foi mostrada uma mesa que teria sido usada pelos conjurados. Mas no “clamor do patíbulo”, a voz que saiu mais alta foi a do povo, era quem daria a gargalhada final. Importante destacar que o movimento republicano desse período ainda aproximava a população à conjura, posição pouco tempo depois invertida pela corrente positivista.

Juntamente com o editorial, o jornal “O Colombo” dedicou três quartos do jornal ao 21 de abril, reproduzindo, além do conto “A cabeça de Tiradentes”, de B. Guimarães, dois outros artigos. Havia uma preocupação desse órgão da imprensa em solicitar material para publicação de outras províncias, especialmente de paulistas e da capital do Império, talvez pela já dita fragilidade de um movimento republicano naquele momento em Minas Gerais, especialmente na capital, e a necessidade de respaldar as ideias de república com nomes de maior apelo vindos de fora. Diferente de liberais e conservadores, Tiradentes simbolizava a mudança e não a continuidade, nome

de guerra que retratava a “proclamação da vitória”. O artigo de Joaquim Saldanha Marinho reforçava esse aspecto, usando mais uma vez a trajetória da morte, do esquiteamento e exposição como martírio glorioso que sobreviveu na luta pela liberdade. Se para os tradicionais partidos a liberdade era uma conquista já realizada, Marinho entendia que ela ainda estava por vir, em uma legítima política assentada na vontade popular. Nesse artigo foi feita uma previsão para a queda da monarquia, no centenário do 21 de abril, pois “Não tarda 1892. Em 1792 trucidaram Tiradentes. E, para liberdade plena do Brasil, não bastará um século?”.

O último artigo reproduziu um texto do jornal “República”, do Rio de Janeiro, de dez anos atrás. Como nos anteriores, a importância era fazer o contraponto entre a monarquia e o povo. Afirmava que o povo também tinha seus ascendentes, sendo “os mártires da liberdade os melhores padrões de sua glória”, um homem popular com força para derrubar impérios, como o “sonhador nazareno”. Essa ascendência estava relacionada com a permanência do mártir, que conseguiu estar presente nas quatro gerações da monarquia, sendo que Dona Maria I, D. João VI e D. Pedro I tiveram um fim trágico, provável o mesmo destino de D. Pedro II. Novamente a ideia de uma corrente, onde, concomitante com a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos, os mineiros encarnaram as ideias republicanas: “Os homens livres da terra mineira, indômitos como as suas montanhas, sonharam a emancipação do seu berço natal. Esses homens, chamaram-se os inconfidentes”. O título do artigo, “Precursor” conduzia não só para a ideia de martírio, mas um esquiteamento como sinal de fertilidade: “espalharam-se os membros dilacerados, semente fecunda, pela terra que o vira nascer”. As comemorações do 21 de abril vão reavivar esse exemplo cívico, o espírito de liberdade da nação que permaneceu vivo para a derrubada da monarquia.

Em 26 de Abril, “O Colombo”, ainda publicou um artigo de outro republicano, solicitado pelo jornal mas que não chegou no tempo previsto. Quem escreveu foi o paulista Assis Brasil indicando ser a conspiração mineira o “. . . primeiro estremeamento do germen da árvore da liberdade”. O projeto republicano foi comparado mais uma vez a uma corrente, sendo a boa nova, como nas versões anteriores, trazida por Alvares Maciel, elo de ligação que foi

influenciado pelos Estados Unidos e Europa. No entanto, segundo Brasil, essa corrente foi brutalmente sufocada à época pela monarquia portuguesa.

## **8. Tiradentes e os últimos anos de monarquia**

### **8.1. Tiradentes segundo Liberais e Conservadores**

À medida que enfraquecia o governo monárquico, cada vez mais Tiradentes era trazido para as trincheiras republicanas. A princípio, conservadores e liberais não abandonaram o mártir. Havia por parte dos dois partidos a comemoração do 21 de abril, mas acontecia com menos frequência e em menor evidência. O ano seguinte ao 90º aniversário do conjurado mineiro foi bem menos lembrado na capital mineira do que em 1882. A única menção feita ao dia foi do jornal conservador “A província de Minas” de 23 de abril ao dizer que o dia 21 de abril “não passou de todo despercebido” em Ouro Preto, quando houve uma palestra do professor Eduardo Machado de Castro no teatro em Ouro Preto. Castro foi aluno da escola de Farmácia e professor do liceu mineiro, escreveu posteriormente “História da Conjura Mineira” e se tornou um dos articuladores do Partido Republicano Mineiro.

Isso não significa que a conjura e os projetos do partido liberal tenham rompido de forma repentina, eles ainda vão estar presentes em algumas de suas causas. É o caso do apelo feito aos mineiros para o apoio à lei do sexagenário através de Tiradentes, que, nesse momento, se tornava para os liberais um antiescravista. A liberdade nesse momento não estava somente relacionada com a independência, mas também com o fim da escravidão. Nas vésperas da votação da lei que libertou os escravos acima de 60 anos, “O Liberal de Minas” de 21 de abril de 1885, fez um apelo ao voto favorável à província “pátria do proto-mártir da liberdade. . .o glorioso berço de Tiradentes”, sendo seu martírio um ensinamento para a geração atual, um protesto contra a “barbárie da escravidão.”

Do mesmo modo que os liberais, também os conservadores buscavam na representação de Tiradentes uma referência para resolver situações pontuais ligadas ao interesse do partido. Em 1886, mesmo com o controle do governo nas mãos dos conservadores, estes acabaram derrotados nas eleições. Esse

fato levou a liderança saquarema a apontar como principal causa do fracasso a divisão interna do partido. Após o insucesso nas urnas foi realizado um encontro no qual foi eleito novo diretório. O jornal “A União”, em 07 de setembro de 1886, apresentou em editorial o resultado desse encontro. Nessa publicação a proposta foi de acabar com as divisões internas e a referência para a conciliação foi Tiradentes. A liderança do partido pediu para que fosse seguido o mesmo passo do mártir a caminho do patíbulo, solicitando para os conservadores que: “esqueçamo-nos de nossos ódios, quebrems as antigas armas”.

Mas, de um modo geral, conforme já escrito anteriormente, nas publicações dos partidos que sustentam a monarquia, cada vez menos aparecia o nome de Tiradentes, como também serão menos calorosas e frequentes as comemorações do 21 de Abril. Entre 1882 e 1889, somente em 1885 (já comentado anteriormente) e 1886 os jornais liberais e conservadores publicaram algo sobre a morte de Tiradentes, ambos em modestos editoriais que ocuparam duas das cinco colunas da primeira página. No discurso do “Liberal Mineiro” de 21 de abril de 1886, nesse momento um jornal de oposição, havia um discurso voltado para aproximar o ritual da conjuração com o fim da escravidão e as causas democráticas. No caso da escravidão, o jornal fez uma aproximação do patíbulo e o pelourinho, do trabalho das minas relacionado com o açoite. Das trevas em que se encontrava o Brasil diante do despotismo, corrupção e abuso dos portugueses, a conjura mineira trouxe a luz, iniciada com as leituras de Maciel de um jornal inglês, continuada com o projeto de liberdade de pensamento, de indústrias e da escravidão. Com o mesmo destino de Jesus, Dante, Morus, Huss, os conjurados seguiram para o exílio e para o patíbulo. Acompanhando o mesmo drama dos conjurados, Tiradentes assume os atos de forma serena e majestosa. Para o periódico, o vínculo com os revoltosos mineiros era, além da emancipação e abolição da escravidão, a democracia, entendida aqui como sufrágio popular e contra o autoritarismo do governo conservador.

Por sua vez, o jornal conservador “O Vinte de Agosto”, em 21 de abril de 1886, acreditava que o Brasil no período colonial andava a passos largos, “em sua marcha de gigante” para o crescimento, sendo considerado como um paraíso natural invejado até pelos europeus. Mas a metrópole portuguesa era

um freio para o crescimento. De Minas Gerais, tida como “a mais amante da liberdade”, brotou a luta contra a tirania e em favor de um projeto civilizatório. A devoção pelos ideais de liberdade dos mineiros, aqui analisada não como privilégios de alguns, mas a “essência da humanidade”, levou ao desterro de muitos e a morte de Tiradentes. No entanto, toda a repressão feita pelo governo português, desde a prisão até o esquartejamento, com o objetivo de inibir a luta pela liberdade, foi vã, pois o destino não alterou a libertação da “pátria oprimida”, o martírio serviu como referência sagrada para a emancipação.

## **8.2. Tiradentes como símbolo republicano no final do Império**

Diferente dos partidos da ordem, Tiradentes recebeu um tratamento especial dos republicanos, principalmente quando mais aguda ficou a crise monárquica. Foram constantes nos últimos anos o resgate de sua memória em diversos órgãos da imprensa mineira, descrevendo eventos ou reforçando ideias para as diversas causas. O jornal “O Diabinho”, que se dizia democrata e crítico, em 19 de maio de 1888, logo após o fim da escravidão afirmava que “Do programa traçado em 1789, temos duas partes cumpridas – independência e abolição – ou em 1822 e 1888. Mais um ponto e teremos a legenda dos maiores – *libertas quae sera tamen*”. Tornou comum a trajetória, vista como natural, de cumprir o programa da Conjuração: independência, abolição e república.

Já não parte mais apenas do sul de Minas o lamento do atraso quanto à participação da província no movimento republicano. Na leitura dos defensores da república, Minas Gerais teve poucos simpatizantes até 1888, diferente de São Paulo “. . .de 1870 a 1888. . .foram pouco numerosas as adesões” (O Movimento, 01.06.1889). Mas pela quantidade de periódicos, a mobilização parece ter crescido nos últimos anos de monarquia, estando presentes nas principais cidades mineiras, especialmente na capital. E Tiradentes funcionava como reafirmação do combate antimonarquista ao mesmo tempo em que era meio de aproximação entre as tradições de luta mineira a ser resgatada e as causas republicanas:



Nós, os mineiros, temos cumprido o nosso dever. Fortemente organizados em quase todas as paróquias está o partido nascente. . . Que as nossas províncias irmãs e principalmente as nossas províncias limítrofes, Rio de Janeiro e São Paulo, cumpram agora o seu dever. Em 1789, neste mesmo ano e no século passado, o Grande Brasileiro Legendário, nesta cidade, com admirável intuição política planejara a emancipação do Brasil colonial do jugo da velha metrópole pelo concurso necessário e suficiente destas três províncias então capitânicas. . . E no coração dos legionários brasileiros encontraram gravadas essas palavras: república, federação, representação nacional, soberania do povo, direito, justiça, igualdade, ordem, progresso. . . a voz da República é voz de paz, as suas ideias são de luz, é para aclamar os horizontes que nas altas montanhas de Minas hasteamos o lábaro de confraternização universal. Mineiros, a nossa calma, a nossa orientação, a nossa disciplina, eis aí o segredo da nossa pujança. (O Movimento, 01.06.1889)

Notícias de surgimento de Clubes Republicanos ou de manifesto destes no interior de Minas Gerais foram constantemente associados com a figura de Tiradentes. Como o manifesto do Clube Republicano de Montes Claros reproduzido no jornal “A Pátria Mineira”, de São João Del Rei, em 29 de Agosto de 1889, que iniciava o documento aproximando o mártir com a província: “Brasileiros, como somos, filhos da legendária província de Minas, este torrão abençoado, onde ainda germina o sangue do imortal Tiradentes. . .” Ou no jornal “O Povo”, de Ouro Preto, em 12 de maio de 1888 na inauguração do clube republicano em Santo Antônio do Criador, onde foi reproduzido um longo discurso de Elias Fassheber fazendo duras críticas à monarquia, colocando o martírio de Tiradentes como sendo a luta pela igualdade, sua dedicação o símbolo do patriotismo e da defesa da ideia de república. Até o jornal conservador “Sete de Setembro”, em edição de 11 de agosto de 1888 reconhecia a ligação das ideias republicanas e Tiradentes, afirmando que “Não foi, pois, a lei de 13 de maio que fez aparecer com mais pujança a propaganda republicana: a semente, (como diz-se) já existia no solo regado com o sangue de Tiradentes”.

Todo o sacrifício do mártir se tornou bandeira de luta, no discurso, o que era pesadelo se transformou na luta pela democracia, das “trevas se fez a luz”, da “ignorância popular a ciência e a educação”. Precursor de toda essa luta, deveria destinar culto e veneração a Tiradentes, do mesmo modo que os símbolos cristãos: “martirólogo é a nossa bíblia. Ele é o nosso Cristo. Culto

respeito. . .veneração! Foi nosso mestre, ensinou-nos a liberdade! Hosanna!” (O Povo, 12.05.1888).

Em um discurso mais próximo ao poético e menos panfletário, o “Crisálida”, jornal do Clube Literário mineiro de Ouro Preto, trazia como bandeira uma sutil crítica à monarquia. Este Clube dizia ter o objetivo de instruir estudantes “preparatorianos” para a arte da oratória, acreditando, bem próximo aos princípios positivistas, que tanto o fim da escravidão e como o início da república seria um processo natural. Para o periódico, Tiradentes e a conjura mineira eram defensores das duas causas. Jornal quinzenal, no dia 02 de maio de 1887, abriu com um editorial lembrando o “sacrifício de sangue feito por Tiradentes em prol da libertação da pátria” e de planos “generosos e humanitários” em favor da abolição. Os conjurados, “excitados pela irradiação da luz da liberdade”, procuravam retirar o Brasil de três séculos de “profundo sono”. Diferente de todas as outras publicações até então onde apresentava o povo próximo aos ideais do movimento, para o “Crisálida” a população era uma turba que acompanhava Tiradentes como um “monstro de iniquidade” na sua caminhada para execução, apoiando a decisão de Portugal pela condenação do mártir, gesto que, segundo o jornal, era fruto de uma população degradada pelo regime autoritário português, que foi capaz de “obliterar os sentimentos nobres”. Mas o martírio de Tiradentes, do mesmo modo que Cristo “. . .regou . . .a sua ideia com o sangue. . .vingou, robusteceu-se e infiltrou-se nas veias das novas gerações”, apresentando à pátria um “. . .melhor regime que não o atual de indiferentismo e inércia. . .”.

No ano seguinte, o “Crisálida” publica em 21 de abril uma edição especial, com todas as oito páginas com artigos e poemas exclusivamente dedicados a Tiradentes, muitos feitos por estudantes. Não havia escritos muito extensos, na grande maioria deles era feita a ligação do martírio de Tiradentes e o projeto republicano. Exemplo pode ser retirado do primeiro artigo, assinado por Veríssimo de Toledo, que afirmava estar a morte de Tiradentes inconclusa e a data não deve ser uma simples comemoração, conclamando para tanto que “. . .um lúcido e robusto talento . . .para alcançar a vitória”.

Se no martírio dos anos 60 e 70 havia uma relação mais discreta com Jesus Cristo, os anos 80 essa semelhança foi explicitada frequentemente na imprensa. Havia a relação direta entre o calvário e o patíbulo, Judas e Joaquim

Silvério dos Reis, a vida dada por Jesus para salvar a humanidade e a de Tiradentes em prol da liberdade no Brasil. Na edição do “Crisálida” já citada ocorrem por cinco vezes: “Como Cristo, afrontando a traição mesquinha de outro Judas, sofreste um martírio glorioso”. (Antônio de Almeida), “. . .e como a cruz tornou-se o símbolo da cristandade, o patíbulo o símbolo da redenção.” (Ariosto P. Fonseca), “. . .e assim como a cruz tornou-se símbolo do cristianismo, também a força engrandecida e nobilitada por Tiradentes representa no Brasil o emblema da liberdade.” (Veríssimo de Toledo), “Erguer no coração um altar sagrado, onde se veja a imagem resignada e heroica do Cristo da Liberdade Brasileira.” (Afonso Guimarães). E, finalmente:

Cristo derramou no Gólgota seu sangue para a redenção da humanidade. Tiradentes derramou seu sangue pela liberdade nacional, Cristo teve um Judas, o mártir brasileiro também o teve. O sangue do nazareno firmou o Cristianismo, o sangue de Tiradentes fecundou a terra brasileira, que mais tarde, quando a centelha elétrica. . .será iluminado pelo sol da liberdade.” (Lima Júnior)

Os ataques frontais à monarquia ocorriam, como o caso de Augusto Cefrano, ao dizer que “A corrupção e a covardia tem sido os únicos predicados da monarquia” ou o do então jovem Afonso Guimarães dizendo que “É o dever de todos aqueles que, como eu, odeiam as monarquias de todos os tempos, lembrar o nome da província de Minas Gerais, a precursora de nossa independência. . .”. No entanto, o número maior de ataques foi a Maria I, tendo o intuito de atingir a família monárquica brasileira, reforçando na matriarca não só a responsabilidade de ter condenado os conjurados, mas também de representar a característica despótica e corrupta de toda a dinastia de Bragança. No lado oposto, a imagem de Tiradentes apresentava propostas republicanas a um governo que só sabia arrancar da população. Servem como exemplo o artigo de Antônio de Almeida, que, ao lembrar do patíbulo, fazia remeter a “. . .desorientada e louca Maria I”, ou J. Camargos que compara Maria I a Messalina, sendo que a segunda era “. . .a prostituição do corpo, a outra é a prostituição da alma”.

Finalmente, o jornal reforçava uma tendência de um novo projeto republicano, diferente dos discursos democráticos dos anos 70, com um perfil positivista que apontava para uma república guiada por uma elite, o que chama

de “mocidade ilustrada”. Nesse modelo, os conjurados faziam parte de um grupo que estava “a frente do seu tempo”, precursores de um ideal nobre e avançado que conduziriam a população para uma proposta democrática. Por sua vez, a população, que ainda estava vivendo nas trevas, seria incapaz de enxergar as luzes, devendo ser conduzida por esse grupo salvador. Nessa edição, Veríssimo de Toledo considerava que

Se a primeira independência do Brasil partiu da classe escolástica, devemos nutrir a esperança de que essa mesma classe terá bastante honra e dignidade, será bastante ativa e briosa para não mergulhar-se de novo na apatia e se conservar insensível à revolução reformadora e progressiva que se há de operar por certo no seio do Brasil.

Em 1889, os órgãos da imprensa ligados ao governo, como “A Província de Minas” (mesmo que em 1882, de propriedade de José Pedro Xavier da Veiga, dedicou diversas edições sobre as comemorações da 90º aniversário da morte de Tiradentes) e “A União” não fizeram nenhuma menção sobre o 21 de abril. Atitude diferente tomava a imprensa republicana mineira. O jornal ouro-pretano “O Movimento”, de João Pinheiro, em editorial indicava que o projeto da Conjuração Mineira partiria da união entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde se estabeleceria uma república federativa. Para o jornal, Tiradentes era quem sintetizava os sentimentos e propostas da conjura, pois aliava “entusiasmo, dedicação e coragem arrojada”, daí sua condenação. Álvares Maciel era um entusiasta que, no interrogatório, chorava quando falava da possibilidade de “ver livre o Brasil.” Ainda nesse editorial, narrando todo o ritual do martírio de Tiradentes, toda a ação de “superioridade e indiferença às misérias humanas, com seu plácido sorriso de herói”, depois a exposição do esquartejamento: tudo isso era retomado em favor da causa republicana, depois de uma longa interrupção na história. Assim, “seu viver resumiu-se na luta pela igualdade, sua alma foi a pátria e a defesa de sua ideia – república”. Para o jornal, o pesadelo agora se transformou na luta pela democracia republicana, das trevas se fez a luz, da ignorância popular a ciência e a educação.

O jornal “A Revolução”, de Campanha, sul de Minas Gerais, em 19 de janeiro de 1889 já afrontava o império, dando a Tiradentes o papel monarca:

“No lugar em que ergueu-se o patíbulo infamante ao teu mais ilustre filho, eleva-se a estátua de um rei”. No último 21 de abril monárquico, o mesmo jornal “A Revolução” dedicou a primeira página inteira em homenagem a Tiradentes. Começando com um breve editorial, fez menção ao centenário da Revolução Francesa, voltando à ideia de que o ciclo da monarquia dos Bragança se fecharia também com cem anos. Também seria destruída a monarquia de uma mulher, a Izabel I, depois da conjura ter sido esmagada por outra mulher, Maria I. Finalmente, seria da “briosa província da Inconfidência” a iniciativa da proclamação da República. Depois do editorial, um longo artigo assinado por Júlio Bueno procurou justificar de forma científica a permanência do ideal dos conjurados na província mineira. Havia, segundo Bueno, manifestações biológicas que circulam em formas de ondas, onde flores e faunas dissipavam “eternamente o mesmo”, desdobramento de “um mesmo tema, de uma melodia celeste.” Do mesmo modo que o mundo físico, havia também uma solidariedade moral, uma cadeia que se reproduzia continuamente, revolvendo as ideias das antigas gerações, “de Cristo até Voltaire”. Igual à hulha, que funcionava como combustível, no “mundo sociológico” se buscava nos conjurados o combustível para impulsionar o progresso. Isso explica a permanência do espírito da conjura até os dias de hoje nos mineiros:

Assim, as moléculas que, agrupadas, constituíram os heróis da Inconfidência, por aí andam disparzidas [sic], fazem parte de nossas excelências, vivendo de uma infinidade de manifestações biológicas. Não se aniquilaram, não pereceram, portanto. Quantas vezes no perfume de uma flor não teremos aspirado um átomo do glorioso mártir da Conjuração Mineira?

A partir desse argumento, era narrado o drama da conjura, que defenderam “nas montanhas de Minas o pavilhão glorioso da república”. Bueno afirmava que a pena de morte foi uma escolha de Tiradentes, um gesto de nobreza diante da outra opção que era o exílio. Sua calma e serenidade foi um gesto de desprezo à monarquia. Quanto à população, que acompanhou como se fosse um espetáculo festivo o sacrifício do mártir, foi considerada no artigo como “. . . uma multidão orgulhosa e estúpida” que passaria pela história somente pela sua “malvadez”. O martírio e o esquartejamento se tornaram a tradução dos

sentimentos democráticos nacionais, deixados para posteriores gerações que trariam em breve a liberdade e a felicidade sonhada.

Nesses últimos anos que antecedem a república, o mártir mineiro viria a ser o símbolo da mudança, da ruptura com o sistema de monarquia considerado pela imprensa republicana como naturalmente ditatorial e corrupto mas ao mesmo tempo a promessa de um futuro bem próximo de equilíbrio. Nesse momento específico, Tiradentes simbolizava duas imagens, que, segundo Girardet, se conflitavam e complementavam: uma da devoção paterna, da segurança, a outra representando a aliança a um líder de prestígio de um bando iniciador que propõe vida nova em um caminho até então inacessíveis. Encarnado em um mesmo Salvador estava concomitantemente o papel do protetor e do guia. O quinze de novembro viraria essa página, e, em nova roupagem, o mártir voltaria a ser um regulador da ordem, agora republicana.

## **9. Tiradentes e a encarnação da mineiridade**

A construção de uma identidade mineira e suas representações também produziu mitos como forma de encarnar seus valores. Caso de Tiradentes, indicava ser o resultado desse momento de sentimento de decadência mineira e uma forma de gerar o reforço dessa identidade regional através de uma síntese menos abstrata e mais visível. Ou seja, a mineiridade tinha nome e sobrenome.

Tiradentes se torna a encarnação do “caráter” mineiro, sintetizando em seus gestos e pensamentos os elementos comuns à identidade regional. O ato de se apresentar como sendo “ . . .da Terra do Tiradentes” (Diário de Minas, 25.08.1866), muito comum a partir desse período, era uma forma de incorporar, através do mito, essa Mineiridade.

Um traço que vai favorecer a incorporação da imagem de Tiradentes entre a elite mineira, como tem sido fartamente trabalhado na historiografia, foi o fato de a Conjura Mineira ter representado um movimento sem o apelo de uma participação popular, propondo uma política para poucos ilustrados, o que se aproximava muito do jogo de poder dos anos 60. A luta de Tiradentes em prol da liberdade estava muito afinada com o discurso dos partidos monárquicos, pois Silva Xavier enfrentou o despotismo português que desencadeou

posteriormente o processo de independência, resultado que comunga com o conceito de liberdade dos liberais e conservadores, sendo, portanto, uma liberdade consensual nos seus limites e suas ações políticas.

Outro aspecto identificador entre o jeito mineiro de fazer política e a Conjura/Tiradentes é que não tinha a imagem dos conjurados como agentes da violência, mas sempre vítimas. A liberdade estava acima de tudo, mas não há o desrespeito às decisões institucionais. Contra o despotismo se organizam reuniões, regadas pelas ideias liberais, havia projetos de tomada de poder, mas não se enfatizava nas narrativas as armas, o combate. E, para corroborar com essa ideia, havia na história movimentos considerados revolucionários, como o Sete de Setembro e o Sete de Abril, que eram referências, pois foram bem sucedidos, não trouxeram grandes rupturas e, por essas razões, se tornaram modelo. A Conjura Mineira parecia inspirar a elite provincial dos anos 60 a entender que sempre iria haver possibilidades de se encontrarem meios pacíficos para resolver as diferenças políticas. Havia uma aproximação com as tendências políticas deste período em diante, ou seja, havia a luta pela liberdade, mas pelos meios legais. Quando cai o governo liberal, em 1868, os deputados mineiros publicam um manifesto onde conclamam:

. . .derrubar as mesas. . .restabelecer o sistema representativo. .  
.será nosso poderoso instrumento o jornalismo. Será nossa arma predileta – a imprensa. A ela pertencem as grandes revoluções do porvir. A província de Minas não pode esquecer o seu passado. Será, como sempre, pela liberdade. . .(O Liberal de Minas, 01.08.1868).

Ao rememorar a Conjura, a imprensa evidenciava o tempo dedicado pelos inconfidentes aos debates, os discursos de sensibilização a populares feitos por Tiradentes, mas pouco se falou sobre ações belicosas, a organização para aquisição de armamentos ou estratégias de combate. Aproximando a um discurso poético, a Conjura foi um movimento que pouco inspirou a um derramamento de sangue, favorecendo, a partir dos anos 60, manifestações em seu nome dentro das vias políticas de uma oposição feita dentro dos princípios legais. A convocação para a luta política realizada pela oposição conservadora contra o governo liberal sugeriu essa aproximação em janeiro de 1868:

Minas, a província do Brasil que deu o primeiro grito da independência, onde o solo da liberdade primeiro raiou. . . Deve ser a primeira a manifestar-se pacificamente e nos limites da lei, contra a face ameaçadora que vai tomando o governo do país (Constitucional, 04.01.1868).

O silêncio e a serenidade nobre de Tiradentes assemelhavam com as propostas de uma luta somente pelos meios legais. Sua atitude resignada sugeria que houve o reconhecimento de suas penalidades, ainda que não concordasse com suas decisões. A ausência de queixumes por parte de Tiradentes, a aceitação da punição, vindo ou não de um poder despótico, sugere que a nobreza e o heroísmo do passado são gestos que se mantiveram, pois, ainda que houvesse o opositor no governo, prevaleciam as vias legais, o respeito à constituição, à preservação da ordem. Eram o sacrifício, a dor e a resignação as armas permanentes; não a rebeldia, o confronto, o “heroísmo estéril”. Não foi em vão a escolha do 21 de abril como o marco, dentre outras datas que também poderiam ser significativas na história da conjura mineira. Foi na morte do conjurado e tudo o que ela representava no ritual de comemorações que serviu como reforço para a luta pela liberdade dos liberais, conservadores e, mais adiante, republicanos.

Tiradentes também pode ser pensado como símbolo desse sentimento de perdas da elite mineira nas últimas décadas, a sensação da falta de espaço crescente na vida nacional. Província que participou das principais decisões nacionais até os anos 30 encontrou na queda gloriosa de Joaquim José uma forma de se espelhar e se mobilizar para retomar o papel que acreditava merecer. É um discurso que direcionava o caráter mineiro não para a política dos conflitos armados, mas estimulava para um porvir construído com a “. . . energia de suas convicções” (Dezesseis de julho, 24.11.1869), levando a encontrar até nas oposições um ponto comum, uma busca de identidades até entre opositores partidários:

Há também entre nós e nossos adversários um ponto, esse primordial de inteira conformidade: no melindre com que amamos a terra de Minas. Hoje que o sol da liberdade absorveu gloriosamente a estrela da inconfidência, rasgando-se afinal o dia da aurora de nossas montanhas; hoje que o pavilhão nacional desfraldou-se avante sobre o patíbulo de nosso mártir, esqueçamo-nos de nossos ódios, quebrems as antigas armas (A União, 07.09.1886).



Finalmente, um aspecto ligado à Conjura Mineira e que vai ter valia na construção dessa política mineira foi o sentimento conspiratório que vai povoar as representações em torno de Tiradentes. Um lado mais insurrecional, onde existe de forma implícita a imprevisibilidade da ação diante de uma motivação gerada por uma situação limite. Embora seja uma população voltada à ordem, havia o tom ameaçador de quem, na condição de eterna guardiã da liberdade é capaz de se voltar, caso se chegue ao extremo, contra ações que contrariem os ideais mineiros. Manifestação de resistência iniciado com a Conjura, mas perpetuada em vários outros momentos na história por ser pertencente ao espírito mineiro. Foi o que sugeriu o “Minas Altiava” ao retratar o descaso que a província estava sendo tratada pelo império

E tudo isto é devido aos costumes ou à índole do mineiro, que sente a dor e não geme. Mas ai daquele que supõem ser esse silêncio subserviência. O mineiro sofre porque sabe sofrer, mas sabe repelir afrontas quando se acha cheio de razões. A história registra os acontecimentos de 1792, 1833 e 1842, prova o que acabamos de dizer. . . (Minas Altiava, 07.09.1886).

O mineiro era pacífico, era ordeiro, mas carregava o eterno espírito da liberdade que cultivou ao longo de sua história, e, portanto, se levado ao extremo insurgente tinha a sua reação justificada por ser defensor legítimo de um valor que referendava sua atitude. Era uma mensagem subentendida no qual se transmitia a ideia de que, se o mineiro chegava a reagir diante de um governo ou uma ordem instituída, era porque tinha a autoridade moral de fazê-lo. Sua sobriedade e cautela, seu caráter ordeiro, coexistiam com o seu silêncio conspiratório, sua capacidade heroica de resistir, que o fez o fiel da balança em vários momentos da história brasileira e, portanto, carregava o tom ameaçador que podia não reconhecer autenticidade em quem detém o poder: “Ser brando, ser manso, ser servil e submisso sem protesto são dotes que engrandecem. . .No ceio da paz geram-se grandes revoluções. . .” (Minas Altiava, 02.04.1886). Mesmo que a insurgência fosse uma possibilidade remota, prevalecia seu tom intimidador.

Por ser polissêmico, era um discurso que tanto cabia aos conservadores quanto aos liberais que competiam no poder imperial e que viviam em busca de espaço político. Portanto, era suficientemente flexível a ponto de ser usado

para legitimizar a condição de governo ou ser oposição temporária a ele. Ou ainda, como forma de respaldar e mobilizar republicanos para derrubar a monarquia.

Depois de delineado os contornos dessa Mineiridade na década de 60, a imagem de Tiradentes à identidade política mineira vai ser tão marcante e vai conseguir sintetizar de maneira tal que nos anos setenta e a metade dos anos 80, que vai praticamente monopolizar esse ser mineiro. São pontuais as situações que fogem a essa regra, exceto outro aspecto de Minas Gerais marcante nesse período, que são as particularidades geográficas da região, que foi tratado no subcapítulo “A representação do espaço natural como construção de uma identidade mineira”.

#### **10. Algumas considerações sobre o subcapítulo “Tira-dentes e suas múltiplas faces: de monarquista a republicano todo mundo tem um pouco”**

Os mitos políticos, como qualquer outro mito, não podem ser pensados como uma construção baseada apenas no interesse e na razão, pois no jogo do poder também estão presentes sentimentos, valores, emoções. Identificado com o espaço e tempo definidos, o imaginário político dos anos de 1860 foi capaz de construir no interior das representações da província mineira o mito em torno da figura de Tiradentes, contrariando a teoria que esta representação teria sido escolhida dentro de um jogo de manobras republicanas como símbolo positivista. Tudo leva a crer que Tiradentes e a conjura povoaram o imaginário mineiro mesmo depois de 1789. Mas foi na segunda metade do século XIX, diante de um sentimento de crise vivido em Minas Gerais que se consolidou a representação mitológica do conjurado mineiro. Ou seja, o mito em torno da figura de Tiradentes surgiu após um sentimento de decadência expresso no final dos anos de 1850, como um elemento de reconstituição de segmentos pertencentes à elite mineira que perdia espaço político e econômico no cenário nacional. Desse modo, o mito corporifica e dá formato a identidade de um grupo que necessita de se fazer ver, se fazer reconhecer.

Poliformo e ambivalente, a imagem de Tiradentes assumiu ao longo do segundo império diversos aspectos e significações, dentro de uma lógica

produzida no campo das construções míticas, coexistindo no imaginário de diferentes grupos políticos. Desse período em diante, vai encarnar os diversos modelos de imagens míticas apontados por Girardet: o precursor de uma nova vida, o arquétipo do profeta, o homem providencial e o símbolo de unidade.

A partir da trama vivida pela conjura finalizada com uma tragédia, são sacralizados seus ideais que, pela ambivalência dos sentidos, consegue adequar-se às mais variadas tendências políticas. Quer seja no apelo para sensibilizar a participação mineira na Guerra do Paraguai, quer seja na encarnação dos princípios republicanos a partir da década de 70 do século XIX, Tiradentes vai servir como ação mobilizadora das mais diferentes representações políticas entre os anos 60 e 80 do império.

Rotinizado em ritualizações do seu martírio, como o 21 de abril, o mito Tiradentes tinha entre os liberais e conservadores um símbolo da luta pela independência, que foi alcançada através da monarquia. Para os republicanos, o ideal de luta incorporado pelo imaginado líder da conjura mineira estava relacionado com transformações em direção a outra forma de governo que surgia como símbolo de uma nova era.

O mito Tiradentes foi a personificação dessa nova construção identitária mineira, tendo em sua representação a idealização de uma liberdade dentro da ordem, aliado a um passado heroico e glorioso, usado, ainda que repleto de contradições e ambiguidades, por liberais, conservadores e republicanos. A encarnação da Mineiridade na figura de Tiradentes cumpriu um importante papel de ação mobilizadora para a busca de um projeto político futuro para a província fundado na grandiosidade de sua história.

## Subcapítulo 2

### Otoni, à sombra do mito

#### 1. Otoni, a atualidade do mito

Teófilo Otoni não assumiu a dimensão de mito nacional como ocorreu com a figura de Tiradentes, tendo em torno de sua imagem uma menor expressão se comparado ao conjurado mineiro. Portanto, cabe inicialmente procurar identificar o lugar de onde atua o mito Teófilo Otoni para a política brasileira, ainda que não seja possível uma construção exata, pois, segundo Girardet “É difícil, sem dúvida, para não dizer impossível, atribuir ao fenômeno uma consonância política relativamente precisa”<sup>270</sup>.

Em 2007, quando da efeméride do bicentenário do nascimento de Teófilo Benedito Otoni, ampla comemoração envolveu governo federal, governos estaduais<sup>271</sup> e diversos municípios, especialmente nas cidades mineiras do Serro e Teófilo Otoni<sup>272</sup>. O selo do bicentenário lançado pelos Correios recebeu o título por eleição popular de “melhor selo lançado em 2007”. Houve em 29 de novembro de 2007 sessão solene no senado aberta pelo então presidente Tião Viana. Foi criada por lei estadual 16920 uma comenda com objetivo de homenagear pessoas e instituições que se dedicaram ao desenvolvimento do vale do Mucuri, Jequitinhonha, norte e nordeste mineiro. Essa comenda é entregue anualmente, alternando o evento entre a cidade natal do político liberal mineiro e a cidade de Teófilo Otoni. Portanto, apesar de reconhecimento geral do meio político às ideias de Otoni, a construção do mito tem maior concentração no estado mineiro, principalmente nas duas cidades citadas.

Os discursos comemorativos possibilitam uma leitura do que hoje é visto a figura de Otoni. Segundo o site <http://livroto.blogspot.com.br>, foi “. . . um dos três maiores ícones da política brasileira, juntamente com Tiradentes e J K”. De acordo com o mesmo site, reproduzindo matéria do jornal “Estado de Minas”,

---

<sup>270</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 99.

<sup>271</sup> Ocorreram homenagens, além do estado de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, Bahia, distrito Federal e São Paulo.

<sup>272</sup> Informações retiradas do site [www.teofilootoni.blogspot.com](http://www.teofilootoni.blogspot.com)

Otoni foi um abolicionista, republicano, herói da Revolução Liberal de 1842, e, mesmo não sendo bem sucedido em vida, seu projeto brotou nas gerações seguintes. A criação da então Filadélfia, atual cidade mineira de Teófilo Otoni, foi, segundo o “Estado de Minas”, um projeto ambicioso de um político com espírito democrático e de um comportamento que serve de modelo pela sua integridade às gerações atuais

Uma espécie de “laboratório social” à frente de seu tempo. Estariam assegurados os direitos de culto, a proteção da propriedade, o respeito aos direitos individuais. Ali se constituiria alternativa política ao modelo escravista do Império, centrado no Rio de Janeiro. . . Políticos com “P” maiúsculo não deveriam ser confinados a livros de história. O Ministro do povo, como o chamou o biógrafo Paulo Pinheiro Chagas, tem muito a ensinar à garotada do século XXI, obrigada a conviver com mensalões e Renans Calheiros da vida.<sup>273</sup>

No discurso da entrega da comenda Teófilo Otoni em 2007, o então prefeito de Ouro Preto Ângelo Oswaldo de Araújo Santos afirmava que Otoni “. . . traz o carisma da resistência, na dor da exclusão e na angústia da esperança”<sup>274</sup>. Para o criador do projeto de lei da comenda, o deputado e vice-governador Alberto Pinto Coelho, a medalha é um símbolo de tudo aquilo que disseminou o liberal: “Ele foi reconhecido pelos seus compromissos e valores de liberdade”<sup>275</sup>.

A grande referência biográfica de Otoni é Paulo Pinheiro Chagas, que apresenta na sua obra uma apologia ao mineiro natural do Serro. Segundo Chagas, a sua inspiração foi Tiradentes e frei Caneca, a sua vida política está fundada em uma intransigente luta não somente em favor da república, como também da democracia:

Porque Teófilo Otoni é o grande precursor da República. Decerto outros já haviam morrido por ela. Tiradentes, Caneca . . . eram ídolos da devoção ottoniana. Mas ele foi além porque fez de sua vida uma lúcida lição de democracia, onde a primeira geração republicana foi beber as razões de sua fé. . . Fez dessa política a norma de sua vida, maculando no espírito público, pouco a pouco, o amor pela democracia.<sup>276</sup>

---

<sup>273</sup> *Jornal Estado de Minas*, Caderno Pensar, sábado, 17.11.2007, retirado do site <http://livroto.blogspot.com.br>

<sup>274</sup> Retirado do site <http://www.teofilootoni.blogspot.com.br>

<sup>275</sup> Retirado do site do jornal *Líder dos Vales*, <http://www.liderdosvales.com.br>

<sup>276</sup> CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni: ministro do povo*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978. p. XV-XVI.

Ou

A mocidade e o povo cedo adivinharam nele o guia providencial, dando-lhe um apoio que teve visos de idolatria. Pregando a democracia, em todas as tribunas, identificou-se com ela, e dominou soberanamente a opinião, imprimindo-lhe o seu caráter e a sua constância<sup>277</sup>

Para Chagas, “Teófilo Ottoni é, entre nós, o Patriarca da Democracia”<sup>278</sup>. Essa era uma ideia que já havia sido construída após sua morte e reforçada com o início da república, conforme dizia Basílio de Magalhães na introdução de “A Circular de Teófilo Ottoni” : “ . . .o digno mineiro foi incontestavelmente um precursor da conquista democrática de 15 de novembro de 1889”<sup>279</sup>.

Em obra lançada no bicentenário de Ottoni, Nilmário Miranda apresenta a continuidade da visão de Pinheiro Chagas, considerando-o como um defensor da democracia das minorias, do pluralismo e do respeito às diferenças. Para Miranda, ele foi

Minorista sempre, por ser um precursor, um político que queria o capitalismo quando as condições políticas e econômicas ainda não estavam dadas. Queria a democracia, incorporando indígenas, negros, trabalhadores e camponeses sem terra à cidadania.<sup>280</sup>

Ainda segundo Miranda, a criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, em 1847, que tinha a pretensão de fazer a ligação do litoral baiano com o Alto Jequitinhonha pela navegação do rio Mucuri, tinha principalmente o objetivo de criar um reduto de práticas democráticas:

A aventura do Mucuri foi um dos grandes momentos do século XIX: construir e realizar a utopia. Um lugar para realizar o que o império sonhava à Nação nascente: o pluralismo, a tolerância religiosa, a convivência étnica e racial, as liberdades civis, a valorização pelo mérito.<sup>281</sup>

---

<sup>277</sup> Op. cit. p. XVI.

<sup>278</sup> Op. cit. p. XIX.

<sup>279</sup> OTTONI, Teófilo B. Circular dedicada aos eleitores de senadores pela província de Minas Gerais . . . (1860). Prefácio de Basílio de Magalhães. 2 ed. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII. 2ª parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. p. 42.

<sup>280</sup> MIRANDA, Nilmário. *Teófilo Ottoni: a república e a utopia do Mucuri*. São Paulo: Caros Amigos, 2007. p. 165.

<sup>281</sup> Op. cit. p. 14.

## 2. Ottoni e a historiografia

Nas produções acadêmicas, de um modo geral, o olhar do mito em torno da figura de Ottoni é substituído pelo homem de seu tempo. De acordo com Eduardo Magalhães Ribeiro,

Nenhum dos seus biógrafos conseguiu resistir ao fascínio da sua personalidade. Paulo Pinheiro Chagas escreveu a melhor e mais completa biografia; mas é um livro tão louvatório que toca sempre a beira do ridículo. Godofredo Ferreira, Reinaldo Porto e frei Olavo Timmers, para citar somente grandes autores, também sucumbiram ao charme de Ottoni.<sup>282</sup>

Segundo Ribeiro, diferente das representações construídas, Teófilo Ottoni foi um personagem contraditório, repleto de ambiguidades entre o discurso e a prática. Foi um político que em discurso assumia uma postura liberal, mas que na prática procurava se beneficiar com recursos do estado. Um “empresário cartorial”<sup>283</sup> que utilizava de monopólios para vantagens comerciais e com atitudes pouco liberais com os imigrantes que chegaram no vale do Mucuri.

De acordo com Regina Horta Duarte<sup>284</sup>, Ottoni reproduziu as mesmas práticas apontadas por Ribeiro no que se refere ao tratamento indígena. Dentro de uma postura etnocentrista, não respeitou as diferenças daqueles que chegaram para ocupar o vale do Mucuri e a ênfase dada pelos seus biógrafos às vias pacíficas para relacionar com os Botocudos na região do Mucuri era uma estratégia para conquistar as suas terras. As matas e seus habitantes eram vistas como elementos a serem dominados em nome da civilização: “Índios, matas e rios apareciam como forças naturais a serem domadas. . .”<sup>285</sup>. Quanto ao discurso comumente utilizado de pensar em uma ocupação no vale do Mucuri como um projeto grandioso, uma utopia em defesa da liberdade de ideias e de pessoas, Duarte considera que havia a proposta de um discurso civilizatório, e que não tinha uma proposição de respeito às diferenças:

---

<sup>282</sup> RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *O cavalheiro e as selvas: as aventuras de Teófilo Ottoni, o Mucuri e o Jequitinhonha do século XIX*.

<sup>283</sup> Op. cit. p. 38.

<sup>284</sup> OTTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. DUARTE, Regina Horta. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

<sup>285</sup> Op. cit. p. 34.

Mesmo apresentando como um ferino crítico da elite monárquica, Teófilo Ottoni, ao reunir índios, negros, imigrantes, proprietários e homens pobres livres nos seus planos de fundar uma nova região, permaneceu afinado aos mesmos ideais homogeneizadores explícitos da sociedade imperial, dos quais emergia a imagem de formação de um povo. A insensibilidade às diferenças entre as pessoas que para ali se encaminharam e à diversidade de suas necessidades e intentos surgiu como obstáculo decisivo no desfecho do empreendimento.<sup>286</sup>

Leonardo Souza de Araújo Miranda<sup>287</sup> fala em “identidades políticas” ao trabalhar com o perfil de Teófilo Ottoni como homem público. Miranda cita diversas visões de autores, desde a postura exaltada de Teófilo Ottoni definida por Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro até a negação de um perfil radical compreendida por Valdeci Lopes de Araújo. O que se pode ter como consenso a ele é que tinha um discurso liberal. Leonardo Miranda dedica parte da sua dissertação para discutir a identidade política que a imprensa moderada entre 1827 a 1842 construiu para o fundador do jornal “Sentinela do Serro”. Do mesmo modo que a historiografia, também os periódicos se dividiram à época entre uma postura exaltada e moderada atribuída a Ottoni. Defendeu a ação violenta em 1842 como forma de combater um governo considerado ilegítimo, aproximando-se das ideias republicanas depois da Revolução Liberal. Mas, diante dos limites da política brasileira, adaptou-se à realidade do jogo de poder imperial.

No que se refere às influências no discurso político, Valdeci Lopes de Araújo<sup>288</sup> acredita que Ottoni fazia parte da representação de um segmento que entendia que a independência seria um processo, uma construção política ainda inconclusa. Dentro dessa perspectiva, a luta em prol da liberdade continuaria, agora simbolizada por um projeto republicano, não cessando nem

---

<sup>286</sup> Op. cit. p. 35.

<sup>287</sup> MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A democracia de gravata lavada: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismo entre 1826-1842*. 261 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

<sup>288</sup> ARAUJO, Valdeci Lopes de. Política e historiografia: a polêmica em torno da estátua equestre de d. Pedro I. ARAUJO, V. L. [2008]: Conceitos e linguagens políticas na historiografia brasileira à época da Independência. In: Encontro Regional de História Anpuh-Mg, 2008, Belo Horizonte. *Anais do XVI Encontro Regional de História - Anpuh-MG*. Belo Horizonte : Anpuh-MG. p. 224-225.



mesmo com a saída de D. Pedro I. Teófilo Ottoni reivindicou para si o papel de representante moderno dessa bandeira, identificando como a figura de Tiradentes. Para Araújo

Ottoni, ao reivindicar/construir esta tradição, imaginava-se como seu representante moderno. Tal como “seu” Tiradentes, Ottoni autoproclamava-se como um perseguido político, um proscrito, mas que se mantinha enquanto tribuno e voz do “povo” em uma república que imaginava poder construir gradualmente.

Erik Hörner, ao estudar a Revolução Liberal em Minas Gerais, reputa que o discurso de transformações pelas vias não institucionais após o fracasso de 1842 foi abrandado pelos liberais mais extremados. Reforçando o que já foi dito no capítulo um, nesse período, para se integrar na vida política era preciso reconhecer o Estado e a Constituição. Por sua vez, a revisão das antigas práticas exigiu um novo entendimento de comportamentos e papéis políticos. Houve a partir de então uma

. . .aceitação do ordenamento político-jurídico do Império . . . Não estaria mais em discussão os limites da Constituição ou do caráter representativo da política imperial . . . Aos mais velhos que se mantiveram em posição eminente seria necessária não a acomodação, mas a compreensão dos novos espaços e papéis, como fariam Paula Sousa, Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni . . .<sup>289</sup>

### **3. A teoria na construção do mito Ottoni**

Segundo Raoul Girardet, os heróis imaginários não cessam de ser reinterpretados e reinventados, assumindo diversos rostos, cada um com suas particularidades, mas como continuidades de desejos por realizar, da luta deixada pelos antecessores. Teófilo Ottoni nas representações assume um papel que é uma extensão do ideário de Tiradentes, aproximando com o discurso republicano, mas ampliando a proposta com ideais democráticos.

Ainda de acordo com Girardet, o mito do “Salvador” encarna diversos modelos, que se superpõem e se imbricam. No caso de Teófilo Ottoni, dois modelos são os que mais se aproximam da construção do seu mito. Há a imagem legendária, do homem vivido, que se destacou pelo passado de lutas e

---

<sup>289</sup> Op. cit. p. 354.

tem como virtude política a firmeza adquirida com a experiência. A outra, do homem providencial, que encarna a representação do homem de ideias novas, associada permanentemente ao perfil lutador, sempre em combate. Estando em ameaça, no homem providencial existe constantemente a proximidade de riscos ao seu redor, bem como inimigos a combater, nem sempre leais e muitas vezes ferozes.

Outro elemento identificador do mito é ser um divisor de águas, apresentando em seus gestos e ideias uma ruptura dos tempos, o “antes” e o “depois”. Em mitos políticos muito próximos a um recorte geográfico, como é o caso de Teófilo Ottoni, não há como escapar da marca da história. A imagem de uma política Imperial em confronto com os projetos de Ottoni estabelecem esse marco temporal. Esse é o teatro em que se apresentam os conflitos, inimigos ocupantes do poder que contrapõem aos seus projetos.

Um dos elementos definidores do mito em Ottoni é a ideia de defensor intransigente da democracia. Sérgio Cardoso, ao fazer um paralelo entre república e democracia estabelece como característica do primeiro conceito sua identificação legal. A república, para Cardoso, se fundamenta no bem comum a partir dos princípios constitucionais, estabelece a vontade coletiva soldada “. . . pela autoridade das leis . . . produzir sua vontade comum pela experiência da civilidade política”<sup>290</sup>. Ainda que não haja a recusa da democracia, o que o princípio republicano procura é estabelecer os limites institucionais, servindo como freio às visões abstratas, universalistas e instáveis da democracia.

Nesse sentido, é preciso ter definido um recorte temporal e os atores sociais envolvidos para perceber as relações que estão sendo feitas entre república e democracia em um determinado contexto histórico. O dilema era encontrar possíveis “caminhos legais para atingir a democracia”<sup>291</sup>. Segundo Marco Morel, o conceito de democracia era incorporado nos anos 30 do império aos exaltados, mas sempre tratado com limites, repleto de “. . .

---

<sup>290</sup> CARDOSO, Sérgio. Por que república? Notas sobre o ideário democrático e republicano. In *Retorno ao republicanismo*. CARDOSO, Sérgio (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 59.

<sup>291</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 106.

nuanças, precauções e explicações”<sup>292</sup>. Havia entre esses atores a tendência a separar seus ideais com a sociedade brasileira, considerada sem capacidade para a prática democrática. Nesse aspecto, ao perceber um governo voltado para o interesse popular, existia na maior parte das vezes, uma definição vaga do que era povo. A tendência apontada por Ilmar Mattos<sup>293</sup> dos grupos e partidos a perceberem a coisa pública dentro de uma visão aristocrática apontava para uma disposição de inserirem dentro da política apenas cidadãos ativos, ou seja, quem tinha posses.

Apropriando de sentido polissêmico dado à democracia, Regina Horta Duarte considera que Ottoni não incluiu em sua proposta de governo popular a maioria da população brasileira, sendo que, “. . . liberais como Ottoni não planejavam sua inclusão na cena política, mas apenas acenam com a possibilidade futura . . . de, a partir da instrução . . . aceita-los como iguais”<sup>294</sup>. A condição de se pensar uma república nos moldes norte-americanos não contribui muito para definir o tipo de democracia pensada por Ottoni, pois, a participação política também nos Estados Unidos se estabelecia limites para o envolvimento e decisões da coisa pública.

#### **4. A imprensa e as representações ottonianas**

A construção do mito em torno de Ottoni foi muito favorecida pela posição contraditória assumida ao longo da sua vida pública. Adotando um discurso fluido, possibilitou o seu uso para diversas tendências, desde os monarquistas liberais até os republicanos. No jornal “O Universal” de 28 de março de 1832, uma correspondência assinada por “um soldado catão”, ficam expostas suas ambiguidades:

Em curto espaço de menos de um ano, nós temos visto o redator da “Sentinela do Serro” apresentar ideias tão incongruentes e incompatíveis que dificulta ajuizar-se da sua opinião, pois que ele ora crimina as mais insignificantes ações por desafetar [sic] a constituição, ora defende outras evidentemente criminosas . . . Tal é, sr. Redator, a miséria da fraqueza humana, especialmente na juventude, que sem o uso da navalha, sem o peso dos anos, sem a necessária lição para discípula se julga habilitada para fazer de mestra? . . . Mas à vista do incomensurável talento com que se

---

<sup>292</sup> Op. cit. p. 106.

<sup>293</sup> MATTOS, Ilmar Kohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>294</sup> DUARTE apud MIRANDA, op. cit. p. 181.

enuncia, é de esperar, que na seguinte legislatura não lhe falte essa dita (O Universal, 28.03.1832).

Mesmo o passar dos anos não deu a Teófilo Ottoni a clareza quanto às suas propostas políticas, vivendo ao longo de toda sua vida pública momentos de reconhecimento alternados com diversos tipos de críticas por parte dos mais diferentes segmentos.

Durante o governo conservador dos anos de 1850, apesar de liberal e com as restrições do império quanto às suas ações, obteve amplo espaço na imprensa que dificilmente obteria um político luzia, especialmente um líder do movimento de 1842. Os jornais “O Bom Senso” e o “Correio Oficial de Minas” publicaram, além dos seus relatórios sobre as condições da Companhia do Mucuri, diversos artigos divulgando a prosperidade da região do leste mineiro. No “O Bom Senso” de 16 de agosto de 1855, sobre a administração da Companhia Mucuri afirmava ser “. . . admirável o tino do seu diretor, o ilustre Ottoni”.

Nesse período até mesmo ações pessoais que favoreciam a imagem de Teófilo Ottoni foram levadas a público pela imprensa. O periódico “O Bom Senso”, por duas vezes, em 04 e 11 de outubro de 1855, exaltou a caridade de Ottoni, evidenciando qualidades de homem público, quando membros da Igreja percorriam as ruas do Rio de Janeiro pedindo esmolas para as vítimas pobres da cólera e ele se dispôs a participar da campanha:

Estava na janela o ilustre mineiro Teófilo Ottoni, que em vista desse edificante espetáculo desse apressado, dá sua esmola ao digno bispo e pede-lhe licença para acompanhá-lo e dirigindo-se para a praça do comércio, em um momento, apesar de haver então poucos negociantes, estava então na bolsa do piedoso peregrino cerca de 8 contos de reis. (O Bom Senso, 11.10.1855).

No entanto, cinco anos depois, sofria críticas do conservador “Correio Oficial de Minas” em artigo de 21 de maio de 1860 sobre a escolha de senadores pelo poder moderador através da lista tríplice. O periódico questionava mais uma vez as contradições entre o discurso e a prática ottoniana, quando este defendia o fim do senado vitalício e era candidato a uma cadeira como senador mineiro: “. . .quando vimos demandar um assento no senado aquele mesmo que em algum tempo havia opinado por uma

Assembleia Geral Unitária ou pela abolição do senado?” (Correio Oficial de Minas, 21.05.1860).

Em 1868, um ano antes de sua morte, quando estavam no poder os progressistas, a imprensa governista lamentava a proximidade de Ottoni com os conservadores durante a candidatura do irmão Cristiano ao legislativo, colocando em questão a negação da sua condição de “liberal histórico”. Uma correspondência vinda do Serro e assinada pelo “o histórico” questionava em 19 de junho de 1868 a posição política de Ottoni

Nessa quadra difícilíssima que o Brasil atravessa, a firmeza de convicções vai desaparecendo dos homens que outrora a sustentavam com tamanha intrepidez. . . o tipo dos liberais findou seus dias longe também da terra do seu nascimento, desterrado pelo galopim político que nas passadas eleições aclamou-se liberal (O Liberal de Minas, 19.06.1868).

Ainda quanto aos acordos feitos entre liberais e conservadores, chamados em Minas Gerais de “cascudos”, em apoio à candidatura do irmão ocorreram fortes críticas desses arranjos políticos. Como o caso desse correspondente não identificado de São João Del Rei, que ironizava a situação: “Está formada a liga dos cascudos com os históricos. . . Onde viu-se liberais ligados com saquaremas vermelhos! Onde já se viu, em Minas, que os liberais fizessem liga com cascudos para guerrearem um governo liberal?” (Diário de Minas, 07.02.1868)

Nos últimos anos de vida, Teófilo Ottoni sofreu fortes críticas também dos conservadores. Do “Constitucional” em 1866, que ao expor a divisão interna dos liberais, considerava os “históricos” como passado sem expressão: “que, enfim, os senhores Ottonis e Martinho Campos sejam apenas em Minas para os *históricos* monumentos vivos de passadas gerais, carunchosas múmias dignas somente de figurarem em um museu de antiguidades políticas” (Constitucional, 22.09.1866). Com a derrota de Cristiano Ottoni para o senado, o “Diário de Minas” de 12 de março de 1868 comemorava: “O reinado ottoniano está findo . . .”. Em artigo homenageando Caxias, o “Noticiador de Minas” de 15 de abril de 1869 alfinetava: “Viva o vencedor de Santa Luzia! Viva quem pacificou a província, quem salvou nossas famílias ameaçadas pela ferocidade dos vândalos de 1842.” Nas comemorações quando da ampliação das estradas

de ferro em Minas Gerais, o mesmo “Noticiador de Minas” de 13 de maio de 1869 lamentava: “Nem os srs. Cristiano e Teófilo Ottoni. . . compareceram ao festejo . . . Esses patriotas só querem de Minas os votos. Nunca cuidaram e nem cuidarão dos interesses dessa província”.

#### **4.1. Ottoni e suas proximidades com Tiradentes**

A imagem de Tiradentes parece ter chegado cedo à vida de Teófilo Ottoni. No jornal “Diário de Minas” de 01 de fevereiro de 1867, em nota biográfica sobre José Eloy Ottoni, tio de Ottoni, comentava sobre a sua apresentação e posterior aprovação na Corte Portuguesa da proposta que demolia o padrão de infâmia erguido contra Tiradentes, nas ruínas de sua casa, pelo governo português, em 1791. Foi uma ação que marcou Teófilo Ottoni, pois no panfleto que publicou sobre a “mentira de bronze”, em 24 de março de 1862 citou a retirada do padrão: “O vergonhoso monumento perdurou até que, em 1821, em nome do sistema representativo, foi mandado demolir pelo governo provisório da província. Nisso ficou a gratidão nacional”<sup>295</sup>.

Ainda que não correspondesse necessariamente a sua prática política, o discurso político de Teófilo Ottoni foi fortemente marcado pelo que se construiu em torno do mito Tiradentes, contribuindo para que após a sua morte, em 1869, ficasse muito marcado a imagem dos dois modelos do mito do Salvador, de homem legendário e do providencial. Três fatos publicados na imprensa evidenciavam esse aspecto. O primeiro, quando publicou em 1845 uma carta sobre sua prisão. O segundo, ao questionar o monumento criado na Praça do Rocio, Rio de Janeiro, em honra a d. Pedro I. E o terceiro, quando ocorreu a denúncia de Robert Ave-Lallemant quanto às condições dos imigrantes no vale do Mucuri.

No retorno dos liberais ao governo em 1845, os atores da Revolução de 1842 acabariam por ter maior espaço para expressões. Em uma das poucas publicações disponíveis do liberal “O Itacolomy” em 1845, em sua edição de número 54 de 08 de maio, foi autorizada conforme esclarece o jornal a

---

<sup>295</sup> OTTONI apud CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni: ministro do povo*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978. p. 334.

publicação do “Itinerário de Santa Luzia a Ouro Preto”, tratado como “informações curiosas para história legal de 1842”. O periódico dedicava três das suas quatro páginas à carta escrita por Teófilo Ottoni, em um texto que narrava os momentos que antecederam à sua prisão após a Revolução Liberal bem como quando ocorreu seu aprisionamento.

A destacar nessa escrita algumas aproximações do seu discurso com as representações do mito do “Salvador”, no qual há a imagem permanente de um perigo externo a ser enfrentado. Estava muito presente nessa narrativa a imagem de Ottoni construindo uma situação de risco para si mesmo, em ameaças permanentes no ambiente ao seu redor. Começava a carta numa narrativa que misturava às vezes a primeira, às vezes a terceira pessoa, descrevendo a situação em que viveu logo após a derrota e os momentos que antecederam sua rendição. Comentava então sobre o conhecimento que tomou em relação aos rumores sobre sua morte, no qual corria um “. . . boato de haver sido assassinado o ex-deputado Ottoni por uma patrulha encarregada de o prender, coincidindo com a circunstância de haver-me efetivamente perseguido uma patrulha legal até Paraibuna” (O Itacolomy, 08.05.1845). A situação criava um ambiente de tensão, pois, segundo Ottoni, tinha a impressão de “assassinato encomendado”. Depois de realizada a prisão, novamente foi exposto a uma situação de risco, quando um oficial perguntou com “voz alterada” quem era “do Ottoni”. Segundo afirmou, tomou conhecimento posterior de que um militar se dirigiu ao local para assassiná-lo, mas por ter demonstrado humildade, o oficial não concretizou o ato. Na versão de Teófilo Ottoni, apesar da proteção dada por Caxias, ele se encontrava, além das humilhações sofridas através de comentários feitos por militares que entravam e saíam do lugar onde aguardavam a prisão, diante de ameaças constantes dos oficiais.

A ênfase e as minúcias descritas na narrativa da trajetória dos presos de Santa Luzia até Sabará, a caminhada em duas filas, os aprisionados atados uns com os outros, muito se assemelhava com o caminho dos conjurados de Ouro Preto até o Rio de Janeiro. Foi narrado no texto também o encontro com o pai Jorge Benedito Ottoni e o irmão Honório, ambos presos “pelos vínculos tão estreitos ao rebelde” e a palavra de consolo paterna reforça a imagem do homem combatente: “Meu filho! É no tempo do infortúnio que se reconhece a

verdadeira coragem”. A entrada em Ouro Preto foi acompanhada de música exaltando os militares que haviam aprisionado os revoltosos, e nas ruas da capital em direção à cadeia, no que chamava de “procissão”, em nova situação que Ottoni narrou como sendo de risco de atentado promovido pelos legalistas, que “estavam postados de encomenda no largo do Rosário e em outros pontos”.

Em 1862, quando da publicação do texto “A estátua de bronze”, Teófilo Ottoni volta a explicitar a sua identidade com Tiradentes, ao criticar em panfleto, e reproduzido em diversos jornais, o erguimento da estátua em homenagem a d. Pedro I. Foi o momento que conseguiu a aproximação do conjurado com os sacrifícios vividos na política. Um deles, o fracasso do movimento liberal de 1842, o outro foi a recusa imperial na lista tríplice para o senado. É importante lembrar que nesse período o imperador já havia feito outras escolhas que não o seu nome para ocupar o senado, apesar de conseguir o primeiro lugar nas eleições na província mineira. No panfleto, descrevia, muito semelhante aos seus gestos de homem público, uma postura de Tiradentes sempre ativa, sempre decidida, na certeza do que faz, sabendo dos riscos sofridos e das injustiças cometidas pela retidão e pelas causas que defendia:

Ao pé do cadafalso, Tiradentes curvou-se, beijou o primeiro degrau, e subiu com firmeza a escada que ia leva-lo à eternidade. Ainda no ato do patíbulo deu testemunho da nobreza de sua alma: “Jurei morrer pela liberdade: cumpro a minha palavra.” E foi enforcado, decapitado, esquartejado!<sup>296</sup>

Outro aspecto que vai povoar o Tiradentes pensado por Ottoni foi o clamor popular, ser o porta-voz do povo e dele encontrar o reconhecimento que entendia não ter encontrado no império. Imaginou a cena do 21 de abril de 1792 no Rio de Janeiro, a caminhada de Tiradentes em direção ao patíbulo, o sentimento da população diante da condenação sofrida pelo mártir:

O Rocio estava, como há de estar amanhã, literalmente apinhado. Não havia lá espectadores atraídos por vã curiosidade. Iam levados

---

<sup>296</sup> OTTONI apud CHAGAS, p. 335.



pela simpatia que lhes inspirava o protagonista do drama. Comprimidos pela tropa, toda em armas, os fluminenses apresentavam nesse dia um exemplo admirável. Ostentavam essa abnegação cristã com que os poloneses hoje, abstraindo das baionetas moscovitas, se ajoelham nas praças públicas de Varsóvia, e oram pela libertação do seu país. Tais se mostravam os fluminenses em 21 de abril de 1792, durante o suplício de Tiradentes. Lágrimas copiosas e sinceras, vertidas em silêncio pelos assistentes, amenizavam a resignação evangélica e robusteciam a ínclita coragem do padecente.<sup>297</sup>

Os discursos inflamados vão encontrar entre os pobres a aliança suficiente para a construção mítica reforçada pela ferocidade dos opositores. A cada fato contrário às suas propostas, procurava argumentar, alegando calúnias e conspirações de seus algozes. A cada recusa do seu nome ao senado pelo poder moderador, a resposta recaía contra o império que o perseguia. Um dos exemplos foi a denúncia feita à época da Companhia do Mucuri em favor de imigrantes europeus na região do leste mineiro feita em 1859. Robert Avé Lallemand, médico alemão, presente no vale do Mucuri, acusou Teófilo Ottoni de abandonar os colonos à própria sorte, onde estes estavam vivendo em péssimas condições, muitos já mortos, outros doentes devido ao desamparo em que encontravam suíços, franceses, alemães, dentre outros. Em resposta, Ottoni produziu um extenso relatório, argumentando que Lallemand foi patrocinado pela Companhia do Jequitinhonha e pelos inimigos políticos, em manobras para arruinar a sua empresa instalada no Mucuri e sua imagem. Em 12 de dezembro de 1859, o periódico conservador “Correio Oficial de Minas” trouxe publicação de um correspondente de Filadélfia, vale do Mucuri, onde esse argumenta sobre a situação de que

O libelo famoso do sr. Lallemand chegou finalmente ao Mucuri, e já foi para a Europa uma cabal refutação das calúnias que ai avultam. Consta-me que o diretor da companhia a respondeu uma por uma a todas as pérfidas e caluniosas insinuações do libelista. (Correio Oficial de Minas, 12.12.1859).

---

<sup>297</sup> Op. cit. p. 335.

#### 4.2. “Morre o homem fica a fama”: a consolidação do mito

Nem mesmo a morte de Teófilo Ottoni, em 17 de outubro de 1869, sensibilizou o jornal conservador mineiro “Noticiador de Minas”, que ignorou completamente o fato. Mas não parece ter sido uma posição da imprensa conservadora da Corte, pois “O Jequitinhonha” em 14 de novembro de 1869 comentou que os conservadores “O Diário do Rio” e “Dezesseis de Julho” “. . . publicaram artigos de fundo associando a dor dos liberais e lamentando a perda que sofreu o país”. Ainda segundo o jornal diamantino, as assembleias legislativas, de maioria conservadora naquele momento, inclusive as provinciais do Rio de Janeiro e Minas Gerais, não funcionaram, em luto ao liberal mineiro. Ignorar o óbito de Ottoni pelo “Noticiador de Minas” testemunhava a rivalidade política local naquele momento na província mineira. Em 28 de novembro, novamente a publicação de “O Jequitinhonha” destacando o reconhecimento de toda a província mineira dos valores de Ottoni: “Na Diamantina, Serro, Conceição, São Gonçalo, Datas, Mendanha, Curvelo, Grão Mongol, etc. . . . Todos querem pagar em último tributo de veneração e respeito às cinzas do distinto democrata” (O Jequitinhonha, 28.11.1869).

O “Noticiador de Minas” acusava em suas páginas outro jornal existente em Ouro Preto, o “Liberal de Minas”, mas que não se encontra disponível nos arquivos pesquisados. Além do periódico conservador citado, o outro jornal mineiro disponível é “O Jequitinhonha”. Este periódico da cidade de Diamantina foi crítico ferrenho da monarquia no Brasil, estampando em sua epígrafe os dizeres: “O Jequitinhonha’ professa a doutrina liberal em toda sua plenitude, propugnando pelas reformas constitucionais radicais no sentido da DEMOCRACIA PURA”. Em 07 de novembro de 1869 publicou um editorial homenageando Teófilo Ottoni e no texto já apresentava os contornos que iria assumir o mito em torno da sua imagem: atitude firme, defensor da população tendo como arma a democracia; homem de postura correta, intransigente na defesa de suas convicções.

O editorial de “O Jequitinhonha”, que ocupou metade da primeira página, iniciava falando da consternação de toda a província pela morte do “chefe mais popular” e da voz firme, decidida “. . . que trovejava, cheia de indignação

contra os opressores do povo, reivindicando os direitos sagrados da democracia” (O Jequitinhonha, 07.11.1869). Foi citada por cinco vezes a palavra democracia, usada como principal instrumento político ottoniano: “Teófilo Ottoni era a encarnação da democracia, seu nome era uma bandeira e o vácuo que deixará nas fileiras liberais é imenso”. Em nota de agradecimento da família pelos pêsames recebidos, na edição de 14 de novembro de 1869, novamente a marca do homem público que ansiava pela ampliação da participação popular: “Teófilo Ottoni não era só paladino valente da democracia, era uma glória do país”.

Outro aspecto destacado ao perfil de Ottoni no texto é sua postura de renúncia à riqueza, tratando com desprezo os bens materiais ao optar pelas causas populares: “Morreu pobre depois de mais de 40 anos de vida pública, consagrada ao povo, atentada pelas mais puras convicções e extreme de transações. Por isso também ninguém neste país gozou jamais de tanta popularidade” (O Jequitinhonha, 07.11.1869). Finalmente, ainda nessa edição, em uma nota intitulada “noticiário”, outro definidor do mito em Ottoni: a incompreensão de suas propostas no período em que viveu. O discurso construído era que suas ideias não foram entendidas no império por ser um homem com a visão “além do seu tempo”, mas que vai iluminar as gerações futuras: “O Mundo era muito acanhado para as aspirações de sua alma. Ela derrancou da pátria: porém, vai surgir no horizonte como a estrela da liberdade. E os pósteros a saudarão como a bendita dos povos!” (O Jequitinhonha, 07.11.1869).

Em 14 de novembro, “O Jequitinhonha” novamente publicou, agora em artigo, homenagens a Ottoni. No texto, havia o reforço da sua condição de defensor popular, evidenciado com a demonstração de “estima pública” com o funeral do liberal do Serro. O periódico diamantino reproduziu material publicado no jornal “A Reforma” do Rio de Janeiro, com duas matérias sem registro de datas. Uma no enterro de Teófilo Ottoni e a segunda na missa de sétimo dia. No féretro, “duas alas que se estendiam a perder de vista de centenaes [sic] cidadãos . . grande multidão de povo esperava o préstito à porta do cemitério de São Francisco de Paula” (O Jequitinhonha, 14.11.1869). Descrevendo a presença de todos os segmentos sociais, a ênfase era pelo

apelo popular, evidenciando por parte das representações populares a comoção, típica de líderes de massa:

Ao lado de grande número de senadores do império, conselheiros e ministros de estado, representantes da província do Rio de Janeiro, de magistrados, comerciantes; profissionais e cidadãos mais grado na hierarquia social, viam-se modestos operários e pessoas do povo, que, em lágrimas, pranteavam a morte de um amigo dedicado e extremoso. (O Jequitinhonha, 14.11.1869).

Ainda na mesma edição, foi publicado artigo da missa de sétimo dia, em matéria do mesmo periódico “Reforma”, destacando mais uma vez a presença de diversos setores, entre políticos e populares. Havia no reforço ao mito os elementos de proximidade em relação às massas bem como o reconhecimento de todos os setores pela condução da vida pública.

A praça em frente à Igreja São Francisco de Paula achava-se tomada por três linhas de carruagens e o templo literalmente cheio . . . cidadãos de todas as classes, adversários políticos e amigos, nacionais e estrangeiros, homens do povo e personagens eminentes (O Jequitinhonha, 14.11.1869).

Na conclusão do artigo, outro elemento que vai caracterizar o mito construído em torno da imagem do mineiro do Serro: a dedicação extrema às suas causas, capaz de trazer prejuízos não apenas à sua vida financeira, mas sua própria vida. Sua morte precoce vai ser responsabilizada por dois fatores. O primeiro, a sua ousadia e espírito de modernidade que vai trazer a doença das matas do Mucuri; e o outro fator seria a tristeza surgida nas lutas inglórias, empreitadas perdidas em favor das causas populares:

O mal terrível que antes dos 62 anos levava a sepultura Teófilo Ottoni gerou-se de uma grande dedicação à causa do progresso nacional, nessa lida insana às margens paludosas dos Mucuri. Precipitou-o fatalmente outro mal muito mais funesto – as emoções políticas, os desgostos que cavaram aquela alma generosa (O Jequitinhonha, 14.11.1869).

O poema publicado no periódico “O Jequitinhonha” em 28 de novembro corroborava com a imagem povo-Ottoni, reforçando a figura mítica do defensor dos mais pobres: “Que filho melhor serviço/Prestara a pátria na tribuna altivo/O povo a defender?” (O Jequitinhonha, 28.11.1869). Em seguida, um segundo

poema apontava para outro elemento pertencente a figura de Teófilo Ottoni, desenhando o perfil do homem guerreiro, do herói sempre a combater inimigos ferozes. Além da data a enaltecer quem partiu, evidenciava a constante batalha vivida pelo mineiro contra os políticos selvagens. No caso específico, o “Soneto dedicado a um Machado de Cruz”, fazendo referência aos ataques e insultos de Cruz Machado no senado que atingiam Ottoni. Mas este, no papel de guerreiro, superava a ferocidade dos mais cruéis animais: “Mas no teto onde a morte espalha o luto/Nem leão nem o tigre exasperado/Nem abutre ou hiena ousam insulto. Essa pertence a Cruz Machado/Que de Ottoni o cadáver insepulto/Ultrajou no esfaimo do senado” (O Jequitinhonha, 28.11.1869).

Antes da morte de Teófilo Ottoni, a Revolução de 1842 já havia se tornado uma construção ligada à identidade mineira, mas sem personificar sua liderança. Pertencente simplesmente ao espírito mineiro, não tinha rosto como a Conjura. Quando fazia a citação de 1720 e 1789, Filipe dos Santos e Joaquim José da Silva Xavier logo surgiam com nomes interligados às movimentações. A Revolução Liberal não, mantendo um vazio de uma liderança idealizada que só vai ser preenchido após 1869. Desde então, Ottoni passou a dividir nominalmente com Tiradentes o símbolo da pátria mineira, como um continuador das lutas da Conjura Mineira. Se Filipe dos Santos encarnou as primeiras contestações coloniais, se Tiradentes foi o mártir da independência, Ottoni encarnou os anseios democráticos do Brasil imperial. Enquanto a luta pela liberdade de Filipe dos Santos e Tiradentes foi um objetivo já alcançado, a imagem de Teófilo Ottoni encarnava a continuidade dessas conquistas no combate em prol da causa republicana e pela democracia.

Havia na continuidade de 1720, 1789 e 1842 a ideia de permanência de um mesmo “espírito” mineiro. Ottoni se sacralizava como os outros dois mártires, passando a significar a continuidade dessa luta, a preservação do espírito insurgente. Desse modo, com a morte de Teófilo Ottoni, 1842 estará ligado a ele do mesmo modo em que 1789 se relacionava com Tiradentes. A imaginada intransigência de Tiradentes diante da metrópole portuguesa passou a ser relacionada com possíveis posturas de retidão política se o conjurado fosse homem público. Como herdeiro, Teófilo Ottoni assumiu esse papel, encarnou a figura de Tiradentes nos tempos do Império. No discurso onde havia a companhia dos dois, além de ser inspirador de liberdade, existia a construção

da ética, do uso correto da coisa pública, da não aceitação do empreguismo e da corrupção: “Aqui neste canto remoto do Brasil, na pátria de Tiradentes e dos Ottonis, aqui onde o servilismo devia ser mais do que uma baixeza e a corrupção mais do que uma infâmia, aqui também para vergonha nossa existem climacos [sic].” (Colombo, 25.05.1873).

Polissêmica como toda construção mítica, a sequência dos marcos 1720-1789-1842 tem uma roupagem adaptada às diversas tendências políticas. Para os liberais, e em certos momentos até para conservadores, serviu de reforço ao discurso de uma província que era capaz de atender aos interesses do império, mas que tinha uma tradição de resistência latente. O nome de Ottoni passou a ser sinônimo de liberalismo, ora aproximando da monarquia, ora do republicanismo, assumindo um papel tão significativo que chegou a ser nome de jornal semanal de São José do Paraíso, com uma circulação relativamente duradoura, constando 35 edições com repercussão na capital, citado algumas vezes pelo jornal ouro-pretano “A Atualidade”.

Mas não sendo uma construção apenas dentro da ordem monárquica, para os republicanos e democratas a luta incorporada pelo “espírito” mineiro em favor da liberdade era um processo evolutivo, uma sequência iniciada em 1720 contra os abusos portugueses, continuada com a bandeira levantada em prol da independência em 1789 e, nos anos de 1870-1880 na busca republicana pela democracia:

. . .essa terra sagrada pelo martírio de nossos avós de 1720, 1789 e de 1842 e que ainda achamos pequeno para conter o seu imenso amor à liberdade. . . (O Movimento, 29/08/1889)

Pode-se observar que democracia era uma categoria usada tanto por liberais monarquistas como republicanos. Pelo editorial publicado no jornal republicano “Colombo” em 28 de setembro de 1873, onde se discutia sobre os valores democráticos, foi possível perceber como era difuso o tema. Segundo o texto, a democracia sempre foi um ideal da humanidade, apesar da resistência de grupos que justificam a permanência do poder pelas garantias constitucionais. Ainda segundo o jornal, o século XIX foi iluminado e seria nele que se fundaria a “era da democracia” tendo como “astro-rei” a república norte-americana. Todas as nações girariam em torno das suas luzes democráticas,

fadadas estavam pelas leis naturais a deixar de serem monarquias. No entanto, apesar do editorial de mais de uma página, ficava indefinido quem participaria desse processo democrático.

Em artigo publicado no “O Movimento” de 24 de fevereiro de 1889, intitulado “Minas, alerta”, assinado por Aristides de Araújo Maia esses limites pouco claros entre o que é ser liberal e o que é ser democrata em Teófilo Ottoni podem ser evidenciados. Para Maia havia dois partidos liberais, um que queria o senado vitalício, os empregos perdidos com a subida dos conservadores ao poder, “o partido que quer o poder pelo poder”. O outro era um partido popular democrático, progressista, patriota, que confundia com o republicano, federalista e que em 1889 era a composição do partido republicano. De acordo com o artigo, Ottoni, chamado no texto de “o grande patriota”, estaria enquadrado nesse segundo grupo, crítico quanto a posições monarquistas dos outros liberais que eram capazes de articular golpes de estado como em 1831 e 1840 para benefício próprio. O “esquecimento” de Maia quanto à participação de Ottoni tanto na queda de D. Pedro I quanto na antecipação da maioria de D. Pedro II faz parte daquilo que Girardet chama do tempo da lembrança: “aquele em que a figura do salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas ampliações”<sup>298</sup>.

#### **4.3. Em torno dos Ottoni, o reforço do mito**

Dois fatos distintos demonstrariam a representação mítica construída no período imperial em torno do nome de Teófilo Ottoni, ambos envolvendo familiares. O primeiro foi a candidatura do irmão ao legislativo, o outro a posse do filho na presidência de província e em seguida a sua morte prematura.

Em 1878 a candidatura do irmão Cristiano Benedito Ottoni vai trazer Teófilo para o centro dos debates políticos. Cristiano teve recusado seu nome pelo diretório do partido Liberal para compor a lista de candidatos para concorrer às vagas de deputado provincial em Minas Gerais. O presidente do partido em Minas Gerais, Afonso Celso de Assis Figueiredo, argumentou em diversas

---

<sup>298</sup> Op. cit. p. 72.

edições do jornal “A Atualidade”, entre as quais a de 01 de dezembro de 1878, que a recusa se deveu a ausência do engenheiro nos momentos mais difíceis do partido, quando estava no poder a oposição conservadora. Até mesmo quem o apoiou nas candidaturas, que foi o caso do jornal assumidamente republicano sul mineiro “Colombo”, a princípio ficou cauteloso com seu nome. Em edição de 09 de junho de 1878, o “Colombo” afirmou em editorial que Cristiano Ottoni assinou o Manifesto Republicano, mas não assumiu essa bandeira em Minas.

Posteriormente, já então como apoiador da candidatura de Cristiano Ottoni, o “Colombo” publicou um editorial resgatando o espírito guerreiro, de oposição intransigente do seu irmão, uma das suas características definidoras do mito Teófilo Ottoni:

Contentemo-nos com dar rebates aos números e vejamos se sobram ainda restos de patriotismo e da cívica hombridade de passados tempos, quando, na pessoa de Teófilo Ottoni davam ao rei a lição de decência, obrigando-o a cumprir o seu dever de conferir ao nosso exmo. Patrício a cadeira do senado (Colombo, 18.08.1878).

Cristiano Ottoni manteve a candidatura e parece usar com frequência o nome do irmão, especialmente acentuando o seu espírito democrático e retidão como homem público. Em circular publicada pelo “Colombo” em 11 de setembro, Ottoni defendia sua candidatura para as eleições e fez uma crítica ao partido Liberal pela recusa do seu nome. No documento, trazia como modelo as atitudes tomadas em ocasiões assim pelo irmão. Imaginava uma possível conduta que tomaria o irmão, descrevendo como Teófilo Ottoni procederia para indicar candidatos, construindo um comportamento carregado de princípios democráticos, de diálogo e de consulta às bases eleitorais:

Adotado por ventura o processo que segura Teófilo Ottoni, ouvindo as verdadeiras influências de cada colégio, apurando lealmente as consultas, considerando os correligionários como amigos que tem opinião, não como fração de “pret”, que se manda formar por decúrias e desfilar, recebendo de cada um a sua senha. (Colombo, 11.09.1878).

Perdidas as eleições para deputado provincial, Cristiano Ottoni imediatamente se apresentou como candidato ao legislativo permanente em



cadeira pela província de Minas Gerais, vaga recentemente no senado (foram frequentes as vacâncias para as vagas de senador no período, chegando a ser comentado pelo “Diário de Minas” em 16 de setembro de 1887, que registrou entre 1878 até 1887 a morte de 32 senadores, mais da metade do legislativo vitalício).

Diante da candidatura de Cristiano Ottoni, Afonso Celso escreveu um manifesto publicado no jornal “A Atualidade” de 01 de outubro de 1878 fazendo um contraponto à postura que seria adotada pelo irmão. Inicialmente, expôs as atitudes tomadas por Cristiano Ottoni, afirmando que eram sempre “curvas ao poder”, construindo alianças e arranjos com grupos e pessoas sem nenhum critério, e utilizando indevidamente o nome do irmão, o que evidenciava o reconhecimento por parte dos liberais da imagem mitificada de Teófilo Ottoni:

Em que se fica Sua Excelência? Será na grande sombra do seu preclaro e sempre chorado irmão, Teófilo Ottoni? Engana-se Sua Excelência se julga que um cognome glorioso é como a bandeira do navio, neutro, que protege sua sombra e deixa passar sem exame toda e qualquer espécie de mercadoria. Teófilo Ottoni deixou um nobilíssimo exemplo de lealdade, que infelizmente seu irmão não tem querido imitar . . . Sempre leal e coerente, sempre firme e dedicado, viveu e morreu gloriosamente, abraçado à bandeira. Esse sim, poderia arrogar-se o direito de que nunca usou de vir nos dizer a nós, liberais: -Mineiros, venho solicitar vossos votos, chamo-me Teófilo Ottoni (A Atualidade, 01.10.1878).

Em seguida, Afonso Celso apresentou alguns dos principais elementos que dariam suporte à identidade do mito em Teófilo Ottoni. Segundo o texto, o então candidato a senador era o oposto da conduta de retidão e de coerência partidária do irmão, este sempre ao lado dos liberais nos momentos mais difíceis, sempre firme e cheio de convicções: “vimos esse venerando levita da liberdade pugnando pelas ideias de seu partido, com eloquência cheia de dignidade e elevação e com aquela altura e nobre franqueza, que particularmente o caracterizava” (A Atualidade, 01.10.1878). Já se evidenciava a inculcação do perfil de incansável lutador, nunca se dobrando às exigências do poder imperial e intransigente defensor da democracia. Democracia que era, segundo a publicação, algo nato, pertencente ao seu espírito. Também no discurso do representante do partido Liberal mineiro, a ideia da doação, da entrega total às suas causas, chegando ao extremo do sacrifício da saúde e da vida:

Desde os tormentosos dias de 1842, seu nome avulta sempre glorioso e imaculado nas páginas de nossa história política. Sempre o vemos batendo franca e devidamente em todas as arenas pela causa da democracia, que desde o berço esperava. Por ele e pelo engrandecimento e prosperidade de sua pátria, que tanto estremecia, quer na adversidade, quer em tempos bonançosos, nunca trepidou em sacrificar seus interesses, seu repouso, sua saúde, sua vida enfim. Assim, sua vida não foi mais que uma longa e gloriosa luta. (A Atualidade, 01.10.1878).

O mito em torno da figura de Teófilo Ottoni foi amplo o suficiente para que, tanto a imprensa monarquista liberal do periódico “A Atualidade” como a republicana do jornal “Colombo” pudessem ambos apropriar-se do seu nome para fazer críticas mútuas, tendo como aporte o discurso em favor da democracia. Polissêmico, o conceito foi adotado por tendências divergentes, reforçando a ambiguidade do mito descrita por Girardet que

Tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras como uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias.<sup>299</sup>

O outro momento em que se evidenciou a consagração do mito Teófilo Ottoni ainda no império ocorreu com a posse do filho, Teófilo Carlos Benedito Ottoni como presidente de província em 31 de março de 1882 e as referências a ele feitas: “portador de um nome glorioso e dos mais caros a Minas. . . filho do vulto agigantado da nossa história política. . . Eis o administrador a quem acabam de ser entregues os destinos da heroica província de Minas. . .” (O Liberal Mineiro, 31.03.1882).

Menos de um ano depois, a morte prematura do único filho de Teófilo Ottoni trouxe um longo artigo sobre o jovem político. Na matéria de primeira página, por três vezes foi feita referência ao pai. A primeira vinculava às tradições da “pátria mineira”, elevando-o ao patamar das glórias mineiras:

A sombria nova abalou profundamente e há, de estarmos certos, dolorosamente ecoar em toda vastidão da pátria mineira. Ela – a alma máster – a que vivaz guarda a lembrança do grande nome de Teófilo Ottoni – não pode ser indiferente à perda do filho, que soube manter

---

<sup>299</sup> Op. cit. p. 73

imaculado o puríssimo brilho que ilumina o túmulo do seu pai (Liberal Mineiro, 05.02.1883).

A outra reiterava a tradição democrata de Ottoni: “Que viam no moço presidente não só o filho do prestante democrata como a potente garantia para o progresso e o desenvolvimento desse torrão”. A terceira, em despedida, recorta novamente “O que resta? Derramar lágrimas de saudade infinda sobre o túmulo do digno filho de Teófilo Ottoni” (Liberal Mineiro, 05.02.1883).

Um ano após a morte do Ottoni, o ex-presidente da província, foi publicado artigo no “Liberal Mineiro” pela data. Mas era o pai Teófilo o nome ritualizado. Ao fazer referência ao ano do nascimento daquele, o periódico destacou o movimento liberal de 42 e o vigor da sua luta em prol da causa democrática, bem como os frutos da sua luta incorporado no Teófilo Carlos:

Nasceu Teófilo Otoni, em 1842, quando a província de Minas, com as armas na mão, protestava contra as demasias dos conservadores, a oligarquia organizada, a dissolução prévia da câmara, as leis reacionárias de 1841. . . Abrindo os olhos à luz esplendorosa das ideias liberais e num tempo de nossa maior vitalidade política, quando seu pai carregava ferros em nome da santa causa da democracia, Teófilo não podia ser sectário de outras ideias. As impressões do berço, as auras que bafijavam [sic] os colóquios dos amigos, todos esses meios conjuntos prepararam o moço para ser na vida o continuador de seu pai (O Liberal Mineiro, 01.02.1884).

## **5. Algumas Considerações sobre o subcapítulo “Ottoni: á sombra do mito”**

Diante do que foi construído pela imprensa mineira, pode-se identificar os elementos que particularizam a figura construída em torno do mito de Teófilo Ottoni. Muitos traços se aproximam de Tiradentes, outros assumem contornos próprios. Características que se imbricam e se ajustam, adaptados a novos anseios políticos que vão sendo assumidos com as novas realidades. A própria postura pública de Ottoni em vida contribuiu para essa construção, não só ao se espelhar em Tiradentes, mas pela própria posição ambígua, no que favorecia a diversas leituras políticas.

Nos moldes do mito em Tiradentes, Teófilo Ottoni vivia em constante ambiente de confronto. Aquele contra o despotismo português, o mineiro do Serro contra o império, consagrando a imagem de guerreiro incansável. E, semelhante ao conjurado, diante dos riscos vividos Ottoni carregava a

expressão de grandeza, de gestos firmes, altivo e decidido. Atitudes que dão um colorido de nobreza ao procurar defender uma causa que não é pessoal, mas que seria em benefício coletivo. Encontrava no clamor popular, ou no que se imaginou ser esse apelo, o apoio que tinha igualmente Tiradentes, no que vai resultar a proximidade de Ottoni com os ideais democráticos. No entanto, comum no discurso político dos liberais do império, não houve clareza por parte de Ottoni quanto a quem deveria estar incluso nesse processo de participação popular.

Na condição de pertencente ao “caráter” mineiro, foi um continuador do sagrado princípio da luta em prol da liberdade, inserido dentro de um processo onde se viu o prolongamento das lutas realizadas em 1720 e 1791. A construção da imagem de um processo contínuo, preservando os ideais de liberdade pertencentes ao nascido nas terras mineiras, agora buscando ampliar os horizontes com a bandeira da república e da democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o imaginário, a identidade e os mitos da elite mineira no império inicialmente conduziu essa tese a pensar na relação existente entre a Minas Gerais e o Brasil, tanto no campo econômico e político como no campo das representações. Através da imprensa provincial, o que se pode perceber foi que, até a metade do século XIX, a elite mineira comungou e fez parte do centro decisório da Corte, até mesmo antes de 1822. Como centro econômico abastecer e significativa representatividade política, tinha grande proximidade com o poder central. Os temas comuns ao projeto da Corte se confundiam e reforçavam os laços entre Minas Gerais e o Império.

No discurso sobre a liberdade, por exemplo, havia grande preocupação em estabelecer limites às suas práticas, colocando-a sempre dentro da ordem e da razão, do respeito à Constituição, da manutenção do regime monárquico. E em sua oposição, o radicalismo, a paixão, a anarquia, a república.

A partir do Segundo Reinado, gradualmente a região mineira vai incorporar ao seu discurso um sentimento de decadência, sinalizando perdas de espaço econômico e político. O insucesso de tentativas modernizantes, como o limite tecnológico na produção agrícola e o retardo no aparecimento das ferrovias, trouxe como resultado no campo das representações a construção de uma identidade mineira. Esse sentimento de decadência pode ser percebido de forma contínua e permanente ao longo de toda a segunda metade do século XIX imperial, nas diversas produções publicadas nos periódicos das mais variadas tendências e regiões, se tornando um lamento contínuo. Tanto a consolidação de uma identidade mineira como o surgimento de mitos políticos corrobora com essa possibilidade de existir uma ordem estranha, vazia de significações para a província de Minas Gerais no Segundo Reinado.

Apesar de ter sido um processo gradual, é possível identificar uma construção identitária própria no final dos anos de 1850. A base para essa identidade está na imbricação do discurso liberal com uma tradição política de insurgência, enraizada nas práticas políticas mineiras desde o século XVIII. A tentativa de acomodação entre discursos políticos antagônicos conduziu a diversos formatos de representações políticas ao longo do império.

No período regencial, a elite provincial privilegiou um perfil heroico ao “caráter” mineiro, mas seus desdobramentos apresentaram riscos à estabilidade monárquica. O caminho seguro da moderação foi um discurso mais presente nos anos 40 e 50 do século XIX. No entanto, diante do sentimento de ruína apresentado pelos periódicos, foi uma imagem do ser mineiro que não atendeu por muito tempo a província

Já no final dos anos 50, o sentimento de perdas aliado à estabilidade política vai favorecer a um discurso em torno do hibridismo entre moderação e insurgência, usado pela elite de ambos os partidos monárquicos. O resgate do “tempo de antes”, do heroísmo e glórias do passado, inserido em uma arena institucional, garantiu a incorporação a essa identidade mineira. Tal identidade se tornou um importante elemento de ação mobilizadora para ambos os partidos monárquicos, tanto entre as competições dentro da província como também para superar as dificuldades vividas no contexto nacional.

Nesse momento, a própria noção de liberdade assumiu um significado próprio da região. No discurso de liberdade ligada à ordem e contra o despotismo e anarquia dos anos 20 e 30, seguido de uma leitura de liberdade que se aproximava ao progresso e desenvolvimento dos anos 40 e 50, a liberdade pensada pelos mineiros dos anos 60 se identificou com as lutas heroicas do passado encarnadas pelo “caráter” mineiro. Construiu-se então para Minas Gerais, no campo das representações, a imagem de “guardião da liberdade”, reestabelecendo em torno desse mito a expectativa de um retorno grandioso da província ao cenário nacional.

No entanto, a identidade mineira foi também apropriada por quem pensava na mudança do regime monárquico. Os republicanos deram um novo sentido à identidade mineira, conseguindo fazer do passado heroico não apenas a ação mobilizadora para suas causas, como também uma projeção, pelo menos no campo do imaginário, da província no cenário nacional. Por sua vez, os republicanos de outras províncias buscaram em Minas Gerais para defesa de sua bandeira, em um discurso que exaltava o passado heroico e o patriotismo mineiro. Inclusive adotando também uma nova roupagem para o sentido de “liberdade”, identificada com a causa republicana, por sua vez iniciada pelas lutas heroicas do passado em Minas Gerais. Já no final da monarquia, uma

identidade mineira já havia sido construída, ainda que não tivesse o rótulo de Mineiridade, o que só viria a acontecer no período republicano.

Tanto na mudança como na manutenção das forças simbólicas em torno de uma identidade, além dos valores morais construídos como definidores de um perfil do ser mineiro, também foram utilizadas como estratégia representações voltadas para as características ambientais da província. O meio e o ser mineiro vão se moldando no campo das representações, reforçando um perfil identitário. São as montanhas que vão respaldar o espírito de liberdade, a firmeza dos princípios, o caráter conspiratório aliado antagonicamente à moderação. É a natureza sacralizada que vai aproximar sentimentos comuns e sensação de pertencimento. Também a riqueza natural vai funcionar como ação mobilizadora, proposta de reconstrução política a partir dos bens naturais que Minas Gerais pode oferecer.

Ouro Preto também fez parte dessa representação construída em torno da identidade mineira. Permanentemente questionada pela condição de centro político, a cidade vai também sentir os reflexos de decadência construídos pela imprensa. Diante do temor de uma fragmentação regional e perdas de representatividade política, em torno da capital mineira vão ser construídos símbolos míticos, imagem de um espaço mágico, catalizador dos valores encarnados no “espírito” mineiro, especialmente o da liberdade e da civilização. A sacralização de Ouro Preto vai justificar os investimentos capazes de preservar a cidade e estimular seu crescimento.

Próximo à aura mítica da região ouro-pretana, esteve o pico Itamonte/Itacolomi. Referência cultural e política da cidade, simbolizou a identidade mineira e foi divinizado pela proximidade que tinha com a poesia dos conjurados, representando a partir de diversos olhares e interesses, tanto os benefícios quanto os malefícios que carregava a velha capital mineira.

Igualmente foram elementos para reforço da identidade mineira os mitos políticos, fortemente representados por Tiradentes e por construções míticas próximas à sua imagem, como a de Teófilo Ottoni. Longe de ter sido uma construção externa a Minas Gerais, Tiradentes foi resultado de um processo histórico que conseguiu, dentro da lógica do mundo mítico, corporificar a identidade mineira. Personagem que foi se formando à medida que eram dados contornos a uma identidade regional, foi capaz de unir os valores de

moderação e insurgência. Mas, com perfil ambivalente, assumiu múltiplas significações, coexistindo no imaginário político de diversos grupos, muitas vezes opostos. Os novos anseios de certos segmentos políticos no império encontraram em Teófilo Ottoni um continuador do mito Tiradentes, indo ao encontro não só dos ideais republicanos e democratas, mas como um reforço à permanência de um espírito mineiro que deveria se fazer visível de forma contínua, um elo ininterrupto que demonstra toda a atemporalidade do mito.

Enfim, ao analisar o imaginário da elite de Minas Gerais no império, tal como pudemos percebê-lo nos discursos da imprensa, foi possível evidenciar a construção e os elementos que compõem suas representações. Diante de um sentimento de crise, identidade e mitos percebidos na imprensa de Minas Gerais tanto funcionaram como escape para controle e canalização de descontentamentos, como se tornaram potência mobilizadora, tendo como função uma reestruturação social.



## REFERÊNCIAS

ALCIDES, Sérgio. O lugar não-comum e a república das letras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. p.38-50.

ANASTASIA, C. M. J. *Vassalos rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

\_\_\_\_\_. *A geografia do crime: violência nas Minas Setentistas*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ARAUJO, Angela de Aguiar. O entrecruzamento da mineiridade e da identidade brasileira nas memórias do movimento das diretas já: unidade ou dispersão nos enunciados jornalísticos <[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_142.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_142.pdf)> Acesso em 18 de abril de 2013.

ARAUJO, Maria Marta. Uma janela para o Mundo.. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. p. 58-59. v. 46, fascículo 1, jan.-jun. 2000.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Política e historiografia: a polêmica em torno da estátua equestre de D. Pedro I. ARAUJO, V. L. [2008]: Conceitos e linguagens políticas na historiografia brasileira à época da Independência. In: *Encontro Regional de História Anpuh-Mg, 2008*, Belo Horizonte. Anais do XVI Encontro Regional de História - Anpuh-MG. Belo Horizonte : Anpuh-MG. p. 224-225.

ARDT, Michael. Thomas Jefferson ou a transição da democracia. p. 11 Trad. Pedro Mendes, Felipe Cavalcanti e Leonora Orsini. *Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 27, jan.-abr.-2009. p. 11-27.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.) *Enciclopédia Emandi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1985.

BALABAN, Marcelo. Voluntários involuntários: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. In *revista Mundos do trabalho*. V. 2, n. 4, agosto-dezembro 2010. [www.periodico.ufsc.br/index.php/mund](http://www.periodico.ufsc.br/index.php/mund). Acesso em 5 de dezembro de 2012.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998. p. 188.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Festas Cívicas na Corte regencial. *Revista Varia história*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, p. 494-516, jul/dez 2006.

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. (Org. Étienne Bloch). Bauru: EDUSC, 2001.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Ref. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_ *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*.  
Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984 e *Civilização material, econômica e capitalismo*. 3 v. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Comentários a partir do artigo 'A violência política na América Latina*.  
[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs21\\_04htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs21_04htm). Acesso em 08 de julho de 2013.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In *Revista Brasileira de História*. V. 21, nº 40, p. 59-83, 2001.

CALMON, Pedro. *As agitações nativistas nas Minas*. História da Civilização Brasileira. 3 ed. São Paulo: Cia. Editora Brasileira. 1939.

CARDOSO, Sérgio. Por que república? Notas sobre o ideário democrático e republicano. In *Retorno ao republicanismo*. CARDOSO, Sérgio (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Kátia. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. *Revista Ciência da informação*, vol. 25, nº 03, 1996.  
<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/abou/contato>. Acesso em 05.03.2013.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do *Monitor sul mineiro*.

*Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VI, ano 3, nº 2, dezembro de 2008. [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria).

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni: ministro do povo*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

CHAMON, Carla Simone. O cenário da festa: festa cívica em Minas Gerais no século XIX. *Revista Varia historia*, Belo Horizonte, nº 19, nov/98, p. 183-204.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Cadernos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos Antigos comparada à dos modernos*. Campinas: L&PM, 1985.

CUNHA, Alexandre Mendes. Tropeiros em Alta. *Revista de História*. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/tropeiros-em-alta>. Acesso em 08 de agosto de 2013.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

DOLHNIKOFF, Míriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. In *Almanack braziliense* nº 01, São Paulo, maio 2005.

\_\_\_\_\_ Elites regionais e a construção do Estado Nacional, In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003.

DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 267-288- 2002. p. 268

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais hoje*. São Paulo: Cortez, 1984.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FALCON, Francisco. História e representação. In CARDOSO, Ciro. F & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Tradições radicais: aspectos da cultura política mineira setecentista. In RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luís Carlos. *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial. LPH: *Revista de História*. 5 (1995): 56-78.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). In *Revista Brasileira de História*. V. 22, nº 44, São Paulo, 2002.

FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma 'plantation' escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Globo, 2001.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese (doutorado em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. 504 p.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Andréa Lisly. No cravo e na ferradura. *Revista de História* edição 91 abril 2013 <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/no-cravo-e-na-ferradura>> Acesso em 19 de abril de 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

GODOY, Marcelo Magalhães. BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora –Minas Gerais, 1850-1870. p. 64. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 2 , p. 159-186, ago. 2008.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine la Guardia Resende . . . [et, all]. Belo Horizonte: editora UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HARDT, Michael. Thomas Jefferson ou a transição da democracia. p. 11 Trad. Pedro Mendes, Felipe Cavalcanti e Leonora orsini. *Revista Lugar Comum*:

estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro: UERJ, n. 27, jan.-abr.-2009. p. 11-27.

\_\_\_\_\_. *Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais*. Trad. de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Álvares, Francisco Rüdger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico, v. 5: In *do Império à República*. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. [et tal] 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1842)*. 387 f. Tese (doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JANCSÓ, Istvan. Independência, independências. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2003.

LAMIN-GUEDES, Valdir. Uma análise histórico-ambiental da região de Ouro Preto pelo relato de naturalistas viajantes do século XIX. *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 1, p. 97-114, 2010.

LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liana S. *O que é imaginário*. p. 24-25. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LE GOFF, J. apud. PESAVENTO, Sandra J. Representações. *Revista Brasileira de história*. São Paulo: ANPUH/Contexto. V. 15, n. 29, 1995.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: ed. UNESP, 2001.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_ Historiografia e a formação social escravista mineira. p. 18. *Revista Arquivo Nacional*. v. 3. n. 1, Rio de Janeiro, jan-jun, 1988.

LIMA, Alceu Amoroso. *A voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do outro: a propósito da problemática da decadência*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de cultura de Minas Gerais: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*, 1979.

LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LYNCH, Christian Edwar Cyril. *Do despotismo da gentalha à democracia da gravata lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870)*. *Dados: revista de ciências sociais*, vol. 54. N. 3. Rio de Janeiro, set. 2011.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da História nacionalista do século XIX*. *Revista Estudos históricos*, CPDOC/FGV. vol. 14, n. 25, 2000.

MACULAN, Carlos Eduardo. "Revolução de 1829: o processo eleitoral e a disputa pelo poder na vila oitocentista de São Joao del-Rei". *Anais da XXVIII de História da Universidade Federal de Juiz de Fora*. "Genocídios e Nacionalismos". 09 a 13 de maio de 2011.

MACIEL, Guilherme de Souza. *O Recriador Mineiro (Ouro Preto: 1845-1848): formas de representação do conhecimento histórico na construção de uma identidade nacional*. Dissertação de mestrado. Orientação de Luiz Carlos Villalta. UFMG: Belo Horizonte, 2005.



MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 57, dezembro de 2002. [https://periodicos.ufsa.br/index.php/cadernos de pesquisa/article](https://periodicos.ufsa.br/index.php/cadernos_de_pesquisa/article). Acesso em 12 de novembro de 2013.

MARTINES, César Eugênio Macedo de Almeida. *A dinâmica do recrutamento militar na província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)*. 202 f. Dissertação (tese de história). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora 2009.

MARTINS, Ana Luíza. Imprensa em tempos de império. IN Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007. p. 21.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FALE/UFMG, 1980.

\_\_\_\_\_ Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. p. 103. *Revista História e Perspectiva*, n. 11, Jul-Dez, Uberlândia, 1994.

MATTOS, Augusto Oliveira. *A Guarda Negra. Redemptora e o ocaso do império*. São Paulo: Hinterlândia, 1990.

MATTOS, Ilmar Kohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELA A. apud FOETSCH, Alcimara Aparecida. Refletindo sobre as identidades sociais, a 'raça' e a etnicidade. *Revista Espaço Acadêmico*. N. 69, fev./2007. <http://www.espacoacademico.com.br/069/69foetsch.htm>. Acesso em 05.06.2013.

MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro In *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13, n. 38, São Paulo, outubro, 1998.

MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A democracia de gravata lavada: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismo entre 1826-1842*. 261 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

MIRANDA, Nilmário. *Teófilo Ottoni: a república e a utopia do Mucuri*. São Paulo: Caros Amigos, 2007.

MOREIRA, Aleana Jota. Práticas educativas, família e sociabilidades: observações sobre as permanências e rupturas ocorridas na comarca do rio das Velhas no século XVIII e XIX referentes aos sujeitos que sabiam ler e escrever. V Congresso de ensino e pesquisa de história da educação em Minas Gerais. [http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/6.praticas\\_escolares\\_e\\_processos\\_educativos/1.Aleana%20Jota%20Moreira.pdf](http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/6.praticas_escolares_e_processos_educativos/1.Aleana%20Jota%20Moreira.pdf). Acesso em 10 de junho de 2012.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. 272 f. Dissertação (mestrado em História e culturas políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

\_\_\_\_\_. Mineiros além da província: relações interprovinciais por meio da imprensa periódica (São Paulo e Minas Gerais, 1827-1842). In [http://www.seminariojals.ufop.br/luciano\\_da\\_silva\\_moreira](http://www.seminariojals.ufop.br/luciano_da_silva_moreira). Retirado em 11.04.2013.

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In *Independência: história e historiografia*. JANCSÓ, István (org.). São Paulo: Hucitec.

\_\_\_\_\_. Os primeiros passos da palavra impressa. IN LUCA, Tânia Regina de. MARTINS, Ana Luíza. (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940). Trabalho apresentado n GT de jornalismo, *XII Congresso de Ciências da Comunicação da Região sudeste. Juiz de Fora, 2007*. [www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste](http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste) 2007. Consultado em 29.05.2012.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Renan: FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_ e P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DE&A: Faperj, 2003.

\_\_\_\_\_ Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.) Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim. FIGUEIREDO, Eurídice. Identidade Nacional e Identidade Cuultural. *Psicanálise & Barroco em revista*. Ano 5 número 9. <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br>. Acesso em 10 de junho de 2012.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A ideia de Império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). *Revista Tempo*, vol. 9. N. 18, Niterói, Jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

\_\_\_\_\_. Os (des)caminhos da identidade. p. 07, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 15, nº 42 fev./2000. p. 7-21.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

OTTONI, Teófilo B. Circular dedicada aos eleitores de senadores pela província de Minas Gerais . . . (1860). Prefácio de Basílio de Magalhães. 2 ed. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII. 2ª parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

\_\_\_\_\_. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. DUARTE, Regina Horta. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Moderna, 1998.

PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II*. 2007. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10, 1992. P. 200-212.

PRADO JÚNIOR. Caio. *Evolução política do Brasil*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. *Revista Tempo Social*. São Paulo, 01, 1º semestre, 1989.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REZENDE, Irene Nogueira de. O Universal: um jornal mineiro no tempo da Regência (1825-1842). *Anpuh. XXV Simpósio Nacional de História* – Fortaleza, 2009. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.s25.0975.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *O cavalheiro e as selvas: as aventuras de Teófilo Ottoni, o Mucuri e o Jequitinhonha do século XIX*.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Orientação: Robert Wayne Andrew Slenes. Tese. Campinas: Unicamp. 22.04.1997.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os Símbolos do Poder: cerimônias e imagens do Estado Monárquico do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1995.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na Corte de d. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SANTOS, Fernanda Cássia dos. Artur Azevedo e a identidade nacional brasileira na passagem do século XIX para o XX. *Revista Vernáculo*, n. 21 e 22, 2008.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Identidades políticas e a emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro. In *Independência: história e historiografia*. JANCSÓ, István. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória d'O Republicano no fim do primeiro reinado e início da regência: os discursos de Antônio Borges da*

Fonseca sobre a política imperial (1830-1832). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

SILVA, Rodrigo Fialho. “E a luz se fez”: o nascimento da imprensa em São João D’El-Rey e a formação de uma cultura política do anonimato (1827-1829). *Revista DIALOGOS*, Rio de Janeiro: 2008.: Fapesp, 2005.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Aderardo & Rothschild; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

\_\_\_\_\_ Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan. – jun. 1998.

\_\_\_\_\_ A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1840 IN NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DE&A: Faperj, 2003.

\_\_\_\_\_ A abelha sinalagmática e hiperbólica: o periódico mineiro “Abelha do Itaculumy (1824-1825). *XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013.

SILVEIRA, Marco Antônio, *O universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735 –1808)*. São Paulo, Hucitec, 1997.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: editora Nacional/Brasília, 1977.

SLENES, Robert Wayne Andrew. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos históricos. Instituto de pesquisas econômicas*, São Paulo, v. 18, 1988.

SODRÉ, Néelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10 ed. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_ Nélson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavenatto Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

TAYLOR, Charles et ali (org.). *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TORAL, André Amaral. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*. Vol. 9, nº 24, São Paulo. mai/ago 1995.

\_\_\_\_\_ Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 283-310.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)* p. 238-239. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897.

VEJO, Tomas Perez. La pintura de historia y lainvención de lasnaciones. *Locus*, Juiz de Fora, vol. 5, n. 1, pp. 139-159, 1999.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. Bauru: EDUSC. 2004.

\_\_\_\_\_ Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, século XIX. In. *Revista Tempo*, vol. 19. No. 18. Niterói. Jan./ Jun. 2005.

VIANA, Hélio. *Contribuições à história da imprensa no Brasil: 1812-1869*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. *Mana* [online], vol. 10 n. 1, Rio de Janeiro Apr. 2004. p. 165-192. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132004000100006>.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O movimento republicano em Minas Gerais. In REZENDE, Maria E. L. de. E VILALTA, L.C. *História de Minas Gerais: província*. Belo Horizonte: Cia. do tempo, 2013. (prelo).

VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e seu eco. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.6 [cited 2012-07-24], pp. 25-45 . Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141989000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141989000200003&lng=en&nrm=iso)>.ISSN0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200003>.



## **FONTES**

**Arquivo Público Mineiro**

**Biblioteca Nacional**

**Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais/FAFICH**

### **Jornais consultados por ordem de datas da primeira edição**

- Abelha do Itacolomi: 12.01.1824 – 11.07.1825 – Ouro Preto
- O Universal: 18.07.1825 – 30.05.1842 – Ouro Preto
- Jornal de Lavras: 27.03.1828 – Lavras
- O Amigo da Verdade: 08.05.1829 – 30.10.1829 – São João Del Rei
- Astro de Minas: 27.07.1830 - 11.05.1833 – São João Del Rei
- O Telégrafo: 18.12.1830, 28.12.1830 – Ouro Preto
- A Legalidade: 16.05.1833 – São João Del Rei
- São Francisco: 17.02.1835 - Pirapora
- O Correio de Minas: 09.02.1841 – 07.01.1843 – Ouro Preto
- O Compilador: 02.05.1843 – 12.07.1847 – Ouro Preto
- O Atheneo Popular: 18.11.1843 – Ouro Preto
- O Itacolomy: 01.11.1843, 18.03.1845 – Ouro Preto
- O Publicador Mineiro: 31.01.1846 – Ouro Preto
- O Constitucional: 26.02.1846 – 11.02.1847 – Ouro Preto
- O Itamontano: 08.04.1848 – Ouro Preto
- O Povo: 13.05.1849 – 21.10.1849 – Ouro Preto

- Diário da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais: 08.02.1850 – 18.10.1850 – Ouro Preto
- O Conciliador: 02.01.1851 – 19.12.1851 – Ouro Preto
- O Bom Senso: 01.01.1852 – 29.12.1856 – Ouro Preto
- A Regeneração: 28.03.1853 – Ouro Preto
- Correio Official de Minas: 08.01.1857 – 09.07.1860 – Ouro Preto
- O Unitário: 31.03.1858 – Ouro Preto
- O Sul de Minas: 07.09.1859 – 02.12.1887 - Campanha
- O Fiscal: 21.12.1859 – Ouro Preto
- O Bem Público: 23.07.1860 – 31.12.1860 – Ouro Preto
- Minas Gerais: 16.12.1862 – Ouro Preto
- O Jequitinhonha: 27.05.1863 – 09.06.1872 - Diamantina
- O Progressista de Minas: 10.09.1866 - 21.11.1863 – Ouro Preto
- Diário de Minas: 02.06.1866 – 27.03.1868 – Ouro Preto
- Constitucional: 18.08.1866 – 23.11.1868 – Ouro Preto
- Noticiador de Minas: 19.08.1868 – 25.01.1873 – Ouro Preto
- O Liberal de Minas: 02.04.1868 – 21.04.1870 - Ouro Preto
- Dezesesseis de julho: 22.11.1869 – 28.05.1870 – Ouro Preto
- O Conservador de Minas: 13.02.1870 – 31.03.1870 – Ouro Preto
- O Pharol: 09.04.1870, 08.06.1887 – Juiz de Fora
- Colombo: 01.01.1873 – 11.06.1885 - Campanha
- Diário de Minas: 01.02.1873 – 14.03.1878 – Ouro Preto
- O Bom Ladrão: 10.02.1875, 10.05.1876 01.10.1883 - Mariana

- Echo do Sertão: 06.06.1875- Uberaba
- O Sete de Abril: 08.02.1877 - Campanha
- Mosaico Ouro-pretano: 09.03.1878, 01.03.1879 – Ouro Preto
- A Actualidade: 16.03.1878 – 24.12.1881 – Ouro Preto
- O Constitucional: 25.04.1878 – 07.08.1878 – Ouro Preto
- A Província de Minas: 16.09.1878 – 13.11.1889 – Ouro Preto
- Theophilo Ottoni: 11.08.1878 - Paraíso
- A Nação: 24.04.1880, 22.05.1880 – Ouro Preto
- O Leopoldinense: 07.11.1880 - Leopoldina
- Vale Sapucahy: 13.02.1886 – Pouso Alegre
- Liberal Mineiro: 05.01.1882 – 15.01.1889 – Ouro Preto
- A Folha Sabarense: 20.09.1885 - Sabará
- Voz do Povo: 21.09.1882 – Diamantina
- A Ortiga: 10.02.1885 – Ouro Preto
- A Gazetinha de Passos: 06.05.1883 – Passos
- O Diabinho: 22.12.1884 – 05.06.1889 – Antônio Dias
- A Realização: 26.08.1883, 21.10.1883 - Pitangui
- O Volitivo: 21.09.1884 - Uberaba
- Livro do Povo: 12.12.1881, 18.11.1883 – Pouso Alegre
- A Vela do Jangadeiro: 07.09.1884 – Ouro Preto
- O Luzeiro: 01.01.1884 - Paracatu
- Cruz de Malta: 12.04.1884 - Itajubá
- O Vinte de Agosto: 07.11.1885 – 03.09.1889 – Ouro Preto

- A Verdade: 04.03.1886 – 28.02.1889 - Itajubá
- Minas Altiva: 25.03.1886 – 07.09.1886 – Ouro Preto
- O Periquito: 10.07.1886 – Ouro Preto
- A União: 07.09.1886 – 13.11.1889 – Campo Belo
- Cryzalida: 25.01.1887 – 21.04.1888 – Ouro Preto
- Gazeta Mineira: 29.01.1887 – São João Del Rei
- O Cataguazense: 06.02.1887 – 10.04.1887 – Cataguases
- O Luctador: 06.03.1887 - Pirapetinga
- Sete de Setembro: 02.04.1887 – 06.01.1889 - Diamantina
- Contemporâneo: 21.04.1887 – Ouro Preto
- União Postal: 19.06.1887 – 31.12.1887 – Ouro Preto
- O lavrense: 24.07.1887 - Lavras
- Gazeta de Passos: 20.08.1887 – Passos
- Liberal do Norte: 18.09.1887 – 04.03.1888 - Diamantina
- O Povo: 04.01.1888 – 06.04.1889 - Cataguases
- Gazeta de Ouro Preto: 25.01.1888 – 28.02.1888 – Ouro Preto
- Gazeta de Uberaba: 19.02.1888, 27.04.1889 - Uberaba
- O Panorama: 01.03.1889 – Ouro Preto
- Itajubá: 22.07.1888 - Itajubá
- Treze de Maio: 31.10.1888 – Ouro Preto
- A Revolução: 05.01.1889 – 15.11.1889 - Campanha
- O Vinte e Três de Julho: 23.07.1889 – Ouro Preto
- A Pátria Mineira: 16.05.1889 – 14.04.1889 - 14.11.1889 – São João Del Rei

- O Movimento: 23.01.1889 – 13.11.1889 – Ouro Preto